

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**A (RE)CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO ENTRE PORTUGAL E
CASTELA**

**PROPÓSITOS E CONTRATEMPOS DA DIPLOMACIA PORTUGUESA EM
MADRID (1668-1686)**

Apêndice Documental

Carolina Esteves Soares

Mestrado em História
História das Relações Internacionais

2015

Índice

Normas de Transcrição	29
I – Documentos relativos às negociações para a paz (1665-1668).....	30
Doc. 1	
Benavente, 1666, 16 de Fevereiro - <i>Plenipotencia dada por el Rey de Inglaterra el 16 de Febrero al Conde de Sandwick para ajustar la Paz ó tregua entre la España y Portugal.....</i>	30
Doc. 2	
Madrid, 1665, 17 de Dezembro - <i>Artículos Secretos entre las Coronas de España y Inglaterra relativos a Portugal.....</i>	32
Doc. 3	
[Benavente], 1666, 15 de Fevereiro – <i>Projecto del Tratado de paz que trajo de Portugal el Embajador de Inglaterra su fecha en Benavente à 15 de Febrero de ditcho año con lo que sobre el respondió el Conde de Castel Milhor en Salvatierra el 20 del Mismo año</i>	39
Doc. 4	
Salvaterra, 1666, 20 de Fevereiro – Carta de Castelo Melhor para os embaixadores ingleses sobre o projecto de paz perpétua.....	44
Doc. 5	
[Madrid], [1666?], <i>Consideraciones sobre las paçes que se tratan de haçer entre Castilla y Portugal.....</i>	45
Doc. 6	
Madrid, 166[7], 7 de Novembro – Instruções dadas ao Marquês del Carpio para ajustar e assinar as capitulações de paz entre Espanha e Portugal.....	47
Doc. 7	
Madrid, 1667, 14 de Novembro – <i>Poder que se dio por Su Magestad la Reiña Regente [...]à los Señores Inquisidor General, Duque de San Lucar y al Conde de Peñaranda para que puedan declarar al embajador Inglés, conde de Sandwich] que se tratará la paz con Portugal de Rey a Rey</i>	52
Doc. 8	
Madrid, 1667, Dezembro - <i>Plenipotencia que se dió en diciembre por Su Magestad la Reina regente al señor Marqués del Carpio para ajustar la paz con el Portugal.....</i>	53
Doc. 9	
Lisboa, 1668, 14 de Fevereiro – Carta do Marquês do Carpio sobre o dia da assinatura do Tratado de Paz.....	55

Doc. 10

Madrid, 1668, 26 de Março – Carta para Crispin Botello sobre o ajustamento da paz com Portugal e o início da restituição das fazendas. 57

Doc. 11

Lisboa, 1668, 15 de Dezembro – Segunda ratificação do Tratado de Paz por D. Pedro 57

II - Documentos referentes às embaixadas de D. Henrique de Sousa Tavares e D. João da Silva (1668-1673) 69

Doc. 12

Lisboa, 1668, 8 de Abril – Carta do Barão Watteville para a rainha regente sobre: *las desconfianzas entre las particularidades de Don Alonso y Don Pedro, al qual salida del Reyno del señor Sousa que lo fue del Don Alonso. Y que el embajador de Francia ha puesto a la puerta de su casa las Armas de su Amo.* 69

Doc. 13

Madrid, 1668, 19 de Abril – Ofício do Conselho de Estado Castelhana sobre a restituição de bens..... 70

Doc. 14

Madrid, 1668, 26 de Abril – *Decreto de la Reyna en favor de los Ministros consejeros del consejo de Portugal despues de las paçes – dirigido a Crispin Gonzales Botello, Secretario del dicho Consejo.* 73

Doc. 15

Madrid, 1668, 19 de Junho – Ofício do Conselho de Estado a restituição de uma conquista que os portugueses fizeram em Castela depois da Paz 74

Doc. 16

Lisboa, 1668, 5 de Julho – Carta Credencial de D. Pedro para D. Carlos II de Espanha, onde apresenta D. Henrique de Sousa Tavares como Embaixador Extraordinário.. 75

Doc. 17

Lisboa, 1668, 5 de Julho – Carta Credencial de D. Pedro à Rainha de Espanha..... 76

Doc. 18

Lisboa, 1668, 4 de Julho – Instrução Pública de D. Pedro para D. Henrique de Sousa Tavares, 3.º Conde de Miranda..... 77

Doc. 19

Lisboa, 1668, 4 de Julho – Instrução Secreta de D. Pedro a D. Henrique de Sousa Tavares, 3.º Conde de Miranda..... 83

Doc. 20

Lisboa, 1668, 10 de Julho – Carta de D. Pedro a D. Henrique de Sousa Tavares, em complemento das Instruções..... 84

Doc. 21

Madrid, 1668, 20 de Agosto – Ofício do conselho de Estado castelhano sobre o procedimento em Portugal na matéria de restituição de bens que pertenciam aos naturais daquele Reino mas que residiam em Castela..... 85

Doc. 22

Madrid, 1668, 8 de Setembro – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo sobre a sua chegada a Madrid, preparação para a primeira audiência e as primeiras notícias que recolheu 86

Doc. 23

Madrid, 1668, 11 de Setembro – Ofício do conselho de Estado castelhano sobre o tratamento de que poderia usar nas cartas credenciais que o Barão Watteville levaria ao Príncipe de Portugal. 88

Doc. 24

Madrid, 1668, 22 de Setembro – Ofício do conselho de Estado castelhano sobre a carta credencial do embaixador português apresentada na primeira audiência de representação que fez na extensão das suas franquias..... 90

Doc. 25

Madrid, 1668, 25 de Setembro – Ofício do Conselho de Estado chegando a uma conclusão relativamente ao tratamento a usar nas cartas credenciais do Barão Watteville..... 91

Doc. 26

Madrid, 1668, 19 de Outubro – Ofício do Conselho de Estado castelhano baseado na consulta do conselho de Castela sobre o pedido do embaixador português de aumentar as suas franquias..... 92

Doc. 27

Madrid, 1668, 7 de Novembro – Carta do Conde de Miranda a Duarte de Ribeiro Macedo dando conta que se festejaram os anos de Carlos II, das novas relativamente a João de Áustria e das notícias que chegaram de Lisboa..... 93

Doc. 28

Madrid, 1668, 20 de Novembro – Ofício do Conselho de Estado castelhano sobre a pretensão do embaixador português de se retirar o escudo das armas de Portugal.
..... 94

Doc. 29

Madrid, 1668, 21 de Novembro – Carta onde o embaixador actualiza as notícias relativas a João de Áustria e também de Watteville..... 96

Doc. 30

Madrid, 1668, 1 e 22 de Novembro – Duas Cartas do Conde de Miranda para D. Pedro acerca da chegada do Príncipe de Florença a Madrid e a possibilidade de estes ir a Portugal. 97

Doc. 31

Madrid, 13 de Dezembro de 1668 – Carta do conde de Castelo Rodrigo para a Rainha Regente descrevendo a sua visita ao embaixador português 98

Doc. 32

Madrid, 1668, 19 de Dezembro – *Sobre la consulta del de Castilla y papel del Marques de Castel Rodrigo, inclussos, en orden a los exçessos de los criados del embaxador de Portugal y Inobservança de las Pragmáticas que prohiren el uso de Armas de fuego* 100

Doc. 33

Madrid, 1669, 16 de Janeiro – Offício do conselho de Estado sobre as cartas do Barão Watteville descrevendo os preparativos para o parto de D. Maria Francisca, entre outras notícias. 102

Doc. 34

Madrid, 1669, 23 de Janeiro – Carta com notícias variadas nomeadamente dando conta do nascimento da infanta D. Luísa Isabel Josefa..... 103

Doc. 35

Madrid, 1669, 28 de Janeiro – Carta do Conde de Miranda para o Conde de Peñaranda sobre uma nova ratificação do tratado de paz feita por D. Pedro..... 105

Doc. 36

Madrid, 1669, 6 de Fevereiro – Carta sobre variadas notícias, entre elas as novidades da situação de João de Áustria 105

Doc. 37

Madrid, 1669, 20 de Fevereiro – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo referindo-se ao nascimento da infanta Isabel Luísa Josefa e à segunda ratificação do Tratado de Paz..... 107

Doc. 38

Madrid, 1669, 2 de Março – Offício do conselho de Estado com motivo do que o embaixador espanhol em Lisboa escreveu do reparo que se fez relativamente ao

selo das cartas credenciais do Barão Watteville terem as quinas portuguesas incluídas nas armas castelhanas.....	108
Doc. 39	
Madrid, 1669, 3 de Março – Carta dando conta das notícias relativas a João de Áustria e da ida do confessor da Rainha Regente para Roma.....	109
Doc. 40	
Madrid, 1669, 6 de Março – Carta do Conde de Miranda informando Duarte Ribeiro de Macedo da troca das ratificações do Tratado de Paz, onde já se encontrava corrigido o selo castelhano. Mais notícias dos avanços e exigências de João de Áustria.....	111
Doc. 41	
Madrid, 11 de Março de 1669 – Carta do Conde de Miranda para a Rainha regente sobre a restituição de S. Lucar ao Duque de Medina Sidónia e da Casa e Hospital de Santo António à coroa de Portugal.	112
Doc. 42	
Lisboa, 1669, 22 de Abril – Carta do embaixador Watteville avisando dos despachos enviados ao Conde de Miranda à matéria das restituições	113
Doc. 43	
Lisboa, 1669, 16 de Maio – Carta da rainha regente para o embaixador castelhano em Portugal sobre as informações respeitantes às restituições.....	114
Doc. 44	
Madrid, 1669, 12 de Junho – Carta do Conde de Miranda informando Duarte Ribeiro de Macedo sobre a ida de D. Afonso VI para a ilha Terceira e com as novidades de João de Áustria.....	115
Doc. 45	
Lisboa, 1669, 17 de Junho – Carta de Watteville para a Rainha Regente avisando ter recebido um despacho com a cópia da resposta que se deu ao Conde de Miranda sobre a pretensão da restituição Hospital dos Portugueses.	117
Doc. 46	
Lisboa, 1669, 1 de Julho – Carta de Watteville para a Rainha Regente decifrada avisando que o Secretário de Estado português assegurou a continuação das restituições, tendo para tal efeito nomeado ministros	118
Doc. 47	
Madrid, 1669, 10 de Julho – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo com notícias várias, nomeadamente das restituições.....	119

Doc. 48

Madrid, 1669, 15 de Julho – *Resumen de las ordenes que Su Magestad ha dado a ala junta que trata (en execucion del capitulo 8. º de la paz con Portugal) de las restituções de bienes y haciendas de los respectivos vassalos de Castilla y Portugal para que las execute en las que han de haçer de la parte a los súbditos de aquel reyno* 120

Doc. 49

Madrid, 1669, 26 de Julho – Carta com notícias de Lisboa, nomeadamente o perdão de D. Pedro a António de Sousa de Macedo; outras notícias da Europa e principalmente sobre as primeiras touradas que Carlos II assistiu onde as armas de Portugal já não se encontravam no escudo castelhano. 121

Doc. 50

Lisboa, 1669, 19 de Agosto – Carta do embaixador espanhol com uma cópia do papel que os portugueses apresentaram ao Príncipe opondo-se a que os ausentes em Castela fossem ouvidos pelos procuradores. 123

Doc. 51

Lisboa, 1669, [?] de Agosto – Cópia do papel português traduzido para castelhano, que o Barão Watteville enviou com carta de 19 de Agosto, relativamente à restituição dos bens. 124

Doc. 52

Madrid, 1669, 21 de Agosto – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo com notícias várias, nomeadamente o estado das negociações em Roma e da sua audiência de despedida. 128

Doc. 53

Madrid, 1669, 18 de Setembro – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo avisando que se deterá em Madrid por mais uns meses e dando mais informações sobre as diligências dos castelhanos para que em Portugal se fizessem as restituções. 129

Doc. 54

Madrid, 1669, 20 de Setembro – Carta para Duarte Ribeiro de Macedo onde o Conde de Miranda salienta as dificuldades nas postas e as alternativas que preparavam para que o incómodo não fosse maior. 131

Doc. 55

Madrid, 1669, 12 de Outubro – Ofício do conselho de Estado analisando o conteúdo de duas cartas do Barão Watteville. 132

Doc. 56

Lisboa, 1669, 14 de Outubro – Carta de Francisco Correia de Lacerda sem destinatário, em princípio para o Conde de Miranda, sobre as restituições.133

Doc. 57

Madrid, 1669, 30 de Outubro – Ofício do conselho de Estado sobre as restituições, com uma lista das pessoas que pretendiam bens em Portugal ou em Castela.135

Doc. 58

Madrid, 1669, 20 de Novembro – Carta do conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo com novas queixas dos atrasos dos correios e da dilação na escolha do próximo embaixador em Madrid.....136

Doc. 59

Madrid, 1669, 12 de Dezembro – Ofício do conselho de Estado analisando a consulta do conselho de Castela sobre a melhor resposta a dar ao embaixador de Portugal no que tocava à restituição de San Lucar ao Duque de Medina Sidónia.137

Doc. 60

Madrid, 1669, 28 de Dezembro – Ofício do Conselho de Estado sobre o negócio das restituições e pretensões dos bens portugueses.139

Doc. 61

Madrid, 1670, 1 de Janeiro – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo dando conta dos seus achaques e dos procedimentos que havia tomado para o seu regresso a Portugal que se revelava tardio.140

Doc. 62

Madrid, 1670, 7 de Janeiro – Ofício do conselho de Estado mais uma vez sobre a resposta a dar ao Conde de Miranda sobre a matéria da restituição de S. Lucar.141

Doc. 63

Madrid, 1670, [19 de Fevereiro] – *Respuesta que se dio al embajador de Portugal Conde de Miranda con papael del Señor Don Diego de la Torre de 19 de Febrero de 1670 a la pretension que introsuzo sobre restituir a la casa de Medina Sidonia la Ciudad y Puerto de San Lucar*142

Doc. 64

Madrid, 1670, 20 de Março – Consulta do conselho de Estado sobre as restituições feitas pelos portugueses.144

Doc. 65

Cidade Rodrigo, 1670, 21 de Março – Cópia da carta do corregedor da Cidade Rodrigo sobre os excessos por portugueses na fronteira.....144

Doc. 66

Lisboa, 1670, 31 de Março – Carta do Barão Watteville sobre o negócio das restituições.....145

Doc. 67

Madrid, 1670, 13 de Maio – Ofício do conselho de Estado sobre a consulta do conselho de guerra relativo aos avisos do corregedor da Cidade Rodrigo relativos aos movimentos portugueses na fronteira146

Doc. 68

Madrid, 1670, 3 de Junho – Ofício do conselho de Estado castelhano sobre o andamento da restituição da casa de Vila Real.148

Doc. 69

Lisboa, 1670, 9 de Junho – *Voto do Duque de Cadaval para a Instrução secreta da Embaixada do Marquês de Gouveia a Castela.*149

Doc. 70

Madrid, 1670, 13 de Junho – Ofício do conselho de Estado sobre as notícias de Watteville, entre elas que o Conde de Miranda já estava em Lisboa e que o Marquês de Gouveia tinha sido nomeado para o substituir.155

Doc. 71

Madrid, 1670, 30 de Junho – Carta que se escreveu ao Barão de Watteville participando-lhe a notícia dos conflitos entre portugueses e galegos no castro de Caldelas pela pesca de savalos no rio Minho.....156

Doc. 72

Madrid, 1670, 27 de Julho – Ofício do conselho de Estado sobre as cartas do Barão Watteville relativamente às restituições e ao armamento das fronteiras.....157

Doc. 73

Madrid, 1670, 14 de Setembro – Ofício do conselho de Estado com papel incluso do condutor de embaixadores relativo ao melhor procedimento a ter com a mulher do embaixador de Portugal e a sua posição nos balcões das festas da praça.....158

Doc. 74

Lisboa, 1670, 18 de Outubro – Carta credencial de D. João da Silva, Marquês de Gouveia, nomeado embaixador extraordinário a Madrid.....159

Doc. 75

Lisboa, 1670, 18 de Outubro – Carta Credencial do Marquês de Gouveia enviada por D. Pedro para a rainha Mariana de Áustria.....160

Doc. 76

Lisboa, 1670, 18 de Outubro – Outra Carta Credencial escrita pela D. Maria Francisca Isabel de Sabóia para a rainha regente de Castela Mariana de Austria...161

Doc. 77

Talavera, 1670, 29 de Outubro - Carta do marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro a relatar a viagem a Madrid.....161

Doc. 78

Madrid, 1670, 22 de Novembro - Carta dirigida a D. Pedro do Marquês de Gouveia sobre a sua apresentação na corte de Madrid.163

Doc. 79

Madrid, 1670, 4 de Dezembro – Carta dirigida a D. Pedro do Marquês de Gouveia justificando a dilação da sua entrada Pública164

Doc. 80

Madrid, 1670, 11 de Dezembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro relativa à sua Entrada Pública na corte Castelhana e sobre o pedido de auxílio do Papa na luta contra o Turco.....165

Doc. 81

Madrid, 1670, 27 de Dezembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre o negócio da recuperação dos bens de Castelo Rodrigo em Portugal.166

Doc. 82

Madrid, 1671, 15 de Janeiro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a relação estabelecida com o conde de Oropesa e com a casa Medina Sidónia.....168

Doc. 83

Madrid, 1671, 22 de Janeiro - Carta do marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a observância do tratado de paz com Espanha, principalmente o artigo referente às restituições de bens aos vassalos dos Reinos169

Doc. 84

Madrid, 1671, 16 de Abril - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro notificando: uma queixa do governador da Cidade Rodrigo relativamente aos excessos dos habitantes de Almeida; também a advertência do Duque de Albuquerque relativamente aos rumores de Portugal preparar uma liga com França171

Doc. 85

Madrid, 1671, 7 de Maio - Carta do marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro sobre a resolução do regente relativa os maus tratos que os castelhanos sofriam

quando comerciavam em Almeida e o aviso da Rainha Mariana de Áustria da movimentação de tropas de Navarra para a Estremadura.	172
Doc. 86	
Madrid, 1671, 13 de Maio – Ofício do Conselho de Estado sobre a conferência que o Duque de Albuquerque teve com o Marquês de Gouveia	173
Doc. 87	
Madrid, 1671, 4 de Junho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro expondo o negócio da restituição do juro dos Agostinhos Recolectos.	174
Doc. 88	
Madrid, 1671, 12 de Junho – Ofício do Conselho de Estado sobre a queixa do marquês de Gouveia relativa à sua mulher não ter entrado no palácio pelo quarto de camareira.....	175
Doc. 89	
Madrid, 1671, 28 de Junho – Ofício do conselho de Estado sobre a consulta da Junta de restituições portuguesas respondendo à queixa que o embaixador português fez relativamente à matéria do Duque de Caminha.....	176
Doc. 90	
Madrid, 1671, 9 de Julho - Carta dirigida a D. Pedro do Marquês de Gouveia a remeter a resposta do duque de Albuquerque e sobre a restituição dos 5000 cruzados de juros.	179
Doc. 91	
Madrid, 1671, 20 de Agosto - Carta do Marquês de Gouveia ao regente D. Pedro sobre a restituição dos juros dos religiosos Agostinhos Recolectos e da concessão do título de Duque de Caminha	180
Doc. 92	
Madrid, 1671, 10 de Setembro - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro sobre a questão dos juros.	182
Doc. 93	
Madrid, 1671, 17 Setembro - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro sobre as Restituições.....	182
Doc. 94	
Madrid, 1671, 24 de Setembro - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro expondo as queixas de alguns castelhanos devido à dilação portuguesa na resolução das restituições e, por sua vez, explicando quais os negócios portugueses que pendiam na junta castelhana.....	184

Doc. 95

Madrid, 1671, 22 de Outubro - Carta dirigida a D. Pedro do Marquês de Gouveia sobre a restituição de bens a portugueses, acrescentando as fazendas de Manuel Quaresma e outros portugueses em Buenos Aires.....185

Doc. 96

Madrid, 1671, 3 de Dezembro – Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro informando as matérias tratadas na reunião com o duque de Albuquerque, focando sobretudo a tentativa de Castela formar uma aliança com Portugal contra França.....185

Doc. 97

Madrid, 1671, 3 de Dezembro - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro sobre a chegada do embaixador francês e reflectindo sobre os vários cenários de guerra.187

Doc. 98

Madrid, 1671, 17 de Dezembro - Carta dirigida ao regente D. Pedro do Marquês de Gouveia sobre a restituição de S. Lucar.191

Doc. 99

Madrid, 1672, 3 de Janeiro – Carta do Marquês de Gouveia para o regente D. Pedro a noticiar a impossibilidade de Espanha fazer guerra a Portugal e expondo as consequências de aceitar uma liga com França.192

Doc. 100

Madrid, 1672, 3 de Fevereiro – Ofício do conselho de Estado sobre uma carta do embaixador de Portugal onde evoca os artigos 3.º e 4.º do Tratado de paz.....195

Doc. 101

Madrid, 1672, 5 de Fevereiro – Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre o interesse que Espanha tinha em saber os objectivos da viagem de António Pais de Sande à Holanda e a sua opinião a propósito da posição de Portugal na liga com Espanha196

Doc. 102

Lisboa, 1672, 15 de Fevereiro - *Carta que escreveo Francisco Correia de Lacerda ao Marques de Govea sobre o que mandou dizer aserca da liga de França.198*

Doc. 103

Madrid, 1672, 23 de Fevereiro - Carta dirigida ao secretário de Estado do Marquês de Gouveia sobre a proposta de liga defensiva e ofensiva com Castela.....203

Doc. 104

Madrid, 1672, 13 de Março- Carta dirigida ao regente D. Pedro do Marquês de Gouveia analisando a melhor alternativa para Portugal no conflito que se avizinhava205

Doc. 105

Madrid, 1672, 21 de Março – Ofício do conselho de estado sobre uma carta inclusa do Conde de Humanes sobre a restituição da casa de Vilareal e de Caminha.206

Doc. 106

Madrid, 1672, 24 de Março - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro sobre a decisão portuguesa a respeito da liga proposta por Espanha e quais os reforços militares pedidos a Portugal.....207

Doc. 107

Madrid, 1672, 12 de Maio - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao Secretário de Estado refletindo a aproximação portuguesa a França ou a Castela.209

Doc. 108

Madrid, 1672, 19 de Maio - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a resposta dada pelo Duque de Albuquerque, resolvida em conselho de Estado, relativa a título de duque de Caminha211

Doc. 109

Madrid, 1672, 23 de Junho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a utilização no título de Carlos II da designação de rei de Portugal e dos Algarves numa sentença dada pelo conselho da Fazenda castelhano.....212

Doc. 110

Madrid, 1672, 30 de Junho – Ofício do conselho de Estado castelhano sobre a consulta da junta de restituições de portugueses relativo à nova instância do embaixador português.....213

Doc. 111

Madrid, 1672, 7 de Julho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a lentidão na resolução dos negócios portugueses com Castela e com informações da guerra na Holanda.214

Doc. 112

Madrid, 1672, 24 de Julho – Ofício do Conselho de Estado com o papel do Conde de los Arcos sobre os excessos dos criados do embaixador de Portugal.216

Doc. 113

Madrid, 1672, 4 de Agosto - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro sobre o fim das mesadas em Outubro e decisão de D. Pedro relativa à sua permanência naquela corte.217

Doc. 114

Madrid, 1672, 4 de Agosto - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro sobre os negócios pendentes.....218

Doc. 115

Madrid, [1672], 14 de Setembro – *Traducion de la minuta que dio el secretario de Estado al conde de Umanes de la forma en que le ingnuo descarian alla que fuere el poder para capitular la liga*.....219

Doc. 116

Madrid, 1672, 20 de Outubro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre um capítulo das suas Instruções referente a precedências e a que ocasiões a sua família iria assistir.....220

Doc. 117

Madrid, 1672, 17 de Novembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao Secretário de Estado dando opinião relativamente aos negócios propostos pelo Conde de Humanes, nomeadamente do ajustamento de uma liga entre as duas coroas.....221

Doc. 118

Madrid, 1672, 24 de Novembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida D. Pedro a resposta dada ao Duque de Albuquerque relativa às restituições e principalmente sobre o conhecimento na corte castelhana e noutras europeias dos segredos dos negócios que trata.....223

Doc. 119

Madrid, 1672, 11 de Dezembro – Ofício do conselho de Estado sobre uma carta do Conde de Humanes com os reparos que os portugueses fizeram relativamente ao poder que se enviou para tratar da liga.....225

Doc. 120

Madrid, 1673, 5 de Janeiro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida D. Pedro sobre o cerco da praça de Charles Roy pelo príncipe de Orange e conseguinte resposta de França; consequências e decisões em Madrid e caminho a tomar por Portugal relativamente à formação de ligas.....228

Doc. 121

Madrid, 1673, 26 de Janeiro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado relativo à desconfiança que alguns ministros em Lisboa tinham do seu trabalho e de se terem reformulado os poderes do conde de Humanes.....230

Doc. 122

Madrid, 1673, 23 de Fevereiro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao Secretário de Estado relativo aos navios confiscados em Buenos Aires.231

Doc. 123

Madrid, 1673, 25 de Abril - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado, Francisco Correia de Lacerda, dizendo que será impossível fazer ao mesmo tempo uma aliança com Inglaterra e outra com Espanha por terem interesses distintos, o que forçará Portugal a enganar um deles.....232

Doc. 124

Madrid, 1673, 11 de Maio – Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro dando mais uma vez opinião relativamente à embaixada do Conde de Humanes e às propostas que apresenta, sendo a mais importante o projecto de uma liga com Espanha.....233

Doc. 125

Madrid, 1673, 18 de Maio - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado relatando as notícias que o Conde de Humanes deu no seu expresso onde afirmava estar na barra de Lisboa uma armada inglesa e francesa, impõe estes últimos que se quebrasse a paz com Castela.....234

Doc. 126

Madrid, 1673, 1 de Junho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado informando da visita do Marquês de la Fuente que advertiu da agressão que os criados do embaixador causaram aos Aguazis da vila235

Doc. 127

Madrid, 1673, 29 de Junho – Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre os negócios de S. Lucar e da casa de Medina Sidónia esperando resposta do regente para fazer nova instância.....236

Doc. 128

Madrid, 1673, 5 de Julho – Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro descrevendo a sua audiência com a Rainha, onde pediu que se afastasse o Conde de Humanes, seguido da reunião com o Duque de Albuquerque sobre a mesma proposição.....237

Doc. 129

Madrid, 1673, 14 de Julho – Consulta do conselho de Estado castelhano: *Da quenta de el alboroto que causo la familia de el embaxador de Portugal en el corral de la cruzel dia 7 deste mês*.....238

Doc. 130

Madrid, 1673, 15 de Julho – Offício do conselho de Estado sobre o que representou o Conde de Humanes relativamente às suas mesadas e às conspirações em Lisboa. 240

Doc. 131

Madrid, 1673, 5 de Julho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado descrevendo com mais pormenor a reunião que teve com o Duque de Albuquerque depois da audiência com a Rainha.....241

Doc. 132

Madrid, 1673, 20 de Julho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado referindo que o Conde de Humanes pediu para regressar a Castela.....243

Doc. 133

Madrid, 1673, 27 de Julho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao Secretário de Estado pedindo que lhe enviasse a licença para regressar a Lisboa.....244

Doc. 134

Lisboa, 4 de Setembro de 1673 – Carta de D. Pedro para a Rainha Regente que oficializa a saída do Marquês de Gouveia da corte castelhana em Madrid245

Doc. 135

Madrid, 1673, 2 de Agosto – Ofício do conselho de Estado sobre o papel do Marquês de Gouveia em que repete o pedido para retirarem o Conde de Humanes de Lisboa246

Doc. 136

Madrid, 1673, 20 de Agosto – Ofício do conselho de Estado sobre o motivo dos portugueses fortificarem algumas posições no Minho.248

Doc. 137

Madrid, 1673, 29 de Setembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro, sobre as notícias daquela corte, os motins em Madrid contra a sua família e pedido de audiência à rainha para se despedir da corte de Madrid.249

Doc. 138

Madrid, 1673, 1 de Outubro – Consulta do Conselho de Estado sobre a visita do Duque de Albuquerque ao Marquês de Gouveia e o pedido deste último para ter uma audiência com a rainha regente.252

Doc. 139

Possuelo de Alarcon, 1673, 18 de Outubro – Carta do Marquês de Gouveia para a Rainha Regente queixando-se por se dilatarem as respostas.....252

Doc. 140

Possuelo de Alarcon, 1673, 19 de Outubro – Carta de despedida do Marquês de Gouveia para Diogo de la Torre, pedido desculpa por não ter tido oportunidade de se despedir pessoalmente.253

Doc. 141

Possuelo de Alarcon, 1673, 21 de Outubro – Carta do Marquês de Gouveia para o Duque de Albuquerque aceitando o castigo atribuído ao Don Bernardino Valdez. 254

Doc. 142

Madrid, 1673, 22 de Outubro – Consulta do conselho de Estado de Castela: *El Papel incluso del duque de Albuquerque con el que el embaxador de Portugal le respondió al que lo escrevio de orden de Vuestra Magestad en rraçon del sucesso de su casa ...*255

Doc. 143

[Madrid?], [1673?] – Carta do Núncio e dos embaixadores da Alemanha e França a pedir que a Rainha Regente tivesse uma atitude mais forte em relação aos acidentes provocados contra o Marquês de Gouveia.258

Doc. 144

Madrid, 1673, 5 de Novembro – Ofício do conselho de Estado sobre a necessidade do Conde de Humanes sair de Lisboa antes que o Marquês de Gouveia e a sua família chegassem a Lisboa.259

III – Documentos das missões de Diogo Gomes Figueriedo; Duarte Ribeiro de Macedo e Mendo de Foios Pereira (1674-1686)261

Doc. 145

Madrid, 1674, 14 de Agosto – Carta da Rainha regente para o Duque de Caminha sobre a restituição dos seus bens.....261

Doc. 146

Madrid, 1675, 19 de Janeiro – Ofício do conselho de Estado sobre a notícia que o Abade Maserati deu de Portugal tencionar enviar um ministro público a Madrid. 262

Doc. 147

Madrid, 1675, 25 de Janeiro – Carta do conselho de Estado sobre quem se nomearia em Portugal para a corte de Madrid.263

Doc. 148

[Lisboa], 1675, 5 de Abril – Cópia do papel de Francisco Correia de Lacerda para o Abade de Maserati esclarecendo o percurso dos correios de Portugal para Castela.263

Doc. 149

Madrid, 1675, 18 de Dezembro – *Cópia da carta que El Rey de Castella D. Carllos segundo escreveo ao Principe D. Pedro de Portugal dando-lhe conta como havia tomado posse do Governo dos seus Reynos e Senhorios.*264

Doc. 150

Madrid, 1676, 19 de Março – Ofício do conselho de Estado sobre a notícia que o Abade Maserati deu de se haver nomeado Diogo Gomes Figueiredo para dar os parabéns a Carlos II por ter assumido o governo dos seus Reinos.265

Doc. 151

Lisboa, 1676, 29 de Abril – Carta credencial de Diogo Gomes de Figueiredo para Carlos II.....266

Doc. 152

Lisboa, 29 de Abril de 1676 – Cópia da Carta credencial de Diogo Gomes de Figueiredo para a Rainha Regente.....266

Doc. 153

Madrid, 1676, 24 de Maio – Ofício do conselho de Estado sobre o desejo de D. Pedro de unir as suas forças de mar com as de Castela no ano seguinte.267

Doc. 154

Palácio, 1676, 2 de Junho – Despesas para a hospedagem de Duarte Ribeiro de Macedo.....268

Doc. 155

Madrid, 1676, 5 de Julho – Ofício do conselho de Estado para dar a jóia ao enviado extraordinário português.268

Doc. 156

Madrid, 1676, 17 de Julho – Carta de Carlos II para D. Pedro sobre a representação de Diogo Gomes Figueiredo.269

Doc. 157

Madrid, 1676, 19 de Julho – Ofício do conselho de Estado sobre se dar passaporte ao enviado de Portugal.269

Doc. 158

Lisboa, 1676, 3 de Agosto – Carta de D. Pedro a Carlos II onde propõe ser mediador na Paz de Nimega270

Doc. 159

San Lourenço Real, 1676, 22 de Outubro – Carta de Carlos II para D. Pedro sobre a escolha de Maria Antónia para sua mulher.....271

Doc. 160

7 Cadernos de Minutas de officios de Duarte Ribeiro de Macedo, enviado de Portugal em Madrid, ao Secretario de Estado. 1677-1679.....271

Doc. 161

Madrid, 1677, 7 de Março – Ofício do conselho de Estado relativo às prevenções que os portugueses faziam nas suas fronteiras e a uma pragmática que se tinha promulgado em Portugal.....291

Doc. 162

Madrid, 1677, 27 de Abril – Ofício do conselho de Estado castelhano sobre a forma como o abade Masserati julgava que se extraía a prata e ouro de Castela para Portugal.....292

Doc. 163

[s.l], 1677 – *Advertência que un ministro del príncipe Don Pedro le haze sobre le estado presente de el Reyno de Portugal*293

Doc. 164

Madrid, 1677, 28 de Maio – Ofício do conselho de Estado sobre o que o abade Maserati representou relativamente à restituição da casa do Aveiro em Portugal.....310

Doc. 165

Madrid, 1677, 1 de Junho – Ofício do conselho de Estado relativo às prevenções militares que os portugueses estavam a fazer e o que se falava da guerra com os castelhanos.....311

Doc. 166

Madrid, 1678, 19 de Janeiro – Ofício do conselho de Estado sobre o pedido do enviado português para lhe darem as franquias que lhe tocavam.312

Doc. 167

Madrid, 1678, 17 de Setembro – Ofício do conselho de Estado para averiguar como tinha Duarte Ribeiro de Macedo obtido informações secretas respeitantes ao informador do Abade Maserati em Lisboa.....313

Doc. 168

Madrid, 1678, 13 de Outubro – Ofício do conselho de Estado castelhano sobre o pedido de Duarte Ribeiro de Macedo de imprimir um volume da obra de Manuel Faria e Sousa que lhe tinham roubado.....315

Doc. 169

Lisboa, 1679, 13 de Fevereiro – Despacho de Francisco Correia de Lacerda para Duarte Ribeiro de Macedo a pedir mais informações sobre as novidades de Inglaterra e também da peste em Castela.316

Doc. 170

Lisboa, 1679, 22 de Julho - Despacho de Francisco Correia de Lacerda para Duarte Ribeiro de Macedo avisando que um correio com destino a Roma passaria primeiro por Madrid para que o ministro português o expedisse na pessoa mais indicada...
.....317

Doc. 171

Madrid, 25 de Agosto de 1679 – *Haviendo remitido a la junta de Guerra de Indias copia de la carta que escribivio el Abbad de Messerati dando quenta de la forma en que pasó el officio que se avia ordenado para se corrijan las ostilidades que los portugueses del Brasil executaron en la provincia del paraguay e se castiguen los agresores.*318

Doc. 172

Lisboa, 1679, 27 de Setembro – Despacho de Francisco Correia de Lacerda para Duarte Ribeiro de Macedo explicando os procedimentos que deveria tomar quando Manuel Pereira chegasse com os maços com destino a Turim.....319

Doc. 173

Lisboa, 1679, 28 de Novembro – Carta credencial de Mendo de Foios Pereira para Carlos II de Castela (cópia).....320

Doc. 174

Lisboa, 1679, 28 de Novembro – Carta de D. Pedro para Carlos II dando os parabéns pelo casamento.....320

Doc. 175

Lisboa, 1679, 28 de Novembro – Carta de D. Pedro para Carlos II informando o noivado de D. Isabel Luísa Josefa com o Duque de Sabóia.321

Doc. 176

Madrid, [1680] – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Secretário de Estado sobre as possíveis consequências de D. Manuel Lobo ocupar as ilhas de S. Gabriel.322

Doc. 177

Palacio, 1680, 21 de Fevereiro – *Escrito porque el Rey de Castella D. Carlos 2.º declaró por primer ministro de seus Reynos ao Duque de Medina aly*322

Doc. 178

Madrid, 1680, 21 de Março – *Reposta de El Rey de Castella D. Carlos segundo ao Principe D. Pedro de Portugal a carta em que lhe dava conta de ter comduzido o casamento da senhora infanta D. Isabel com o Duque de Saboya.*323

Doc. 179

Madrid, 1680, 23 de Março – Ofício do conselho de Estado sobre as franquias de Mendo de Foios Pereira.....323

Doc. 180

Lisboa, 1680, 8 de Julho – Despacho do secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda onde informa Mendo de Foios Pereira que tentaria enviar o seu provimento para ajudar na carestia daquela corte; pediu ainda informações sobre o príncipe de Gailen.....324

Doc. 181

Madrid, 168[0], 26 de Setembro – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Secretário de Estado sobre a Ilha de S. Gabriel.325

Doc. 182

Lisboa, 1681, 17 de Fevereiro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira referindo principalmente a peste na Andaluzia e da mudança dos marcos fronteiriços.327

Doc. 183

Lisboa, 1681, 18 de Março – Despacho do secretário de Estado informando Mendo de Foios Pereira das novidades relativamente aos esponsais da Infanta; do envio de instruções para o negócio de Buenos Aires e também relativamente aos conflitos nas fronteiras com Castela.328

Doc. 184

Madrid, 1681, 19 de Março - Carta de Mendo de Foios Pereira sobre a invasão castelhana na colónia do Sacramento, considerado esta acção um rompimento do Tratado de Paz pedindo, por isso, a restituição destes domínios.329

Doc. 185

Madrid, 1681, 20 de Março – Carta para o Duque de Alva sobre o ofício do enviado de Portugal relativamente à restituição da ilha de S. Gabriel.331

Doc. 186

Lisboa, 1681, 24 de Março – Aviso da recepção dos papéis que lhe enviou Mendo de Foios Pereira, os quais fez presente a D. Pedro, que louvou o acerto, prudência e destreza com que se houve nas primeiras notícias de sucesso de Buenos Aires, estando D. Pedro disposto a não alterar a resolução que tomou sobre a questão. Notícias várias: esponsais pelo seu Embaixador, com a Senhora Infanta, representada pelo Duque de Cadaval – D. Nuno Álvares Pereira de Melo – e preparativos nas fronteiras para a guerra contra Espanha; partida para a Índia do Vice-Rei – Francisco de Távora – e do Arcebispo Vitor Amadeu.....332

Doc. 187

Lisboa, 1681, 14 de Abril – Despacho do secretário de Estado com notícias várias: chegada do Duque de Juvenazzo e audiência particular que teve com D. Pedro pedindo-lhe conferentes, tendo D. Pedro nomeado o Duque de Cadaval e o Marquês de Fronteira; audiência que teve o Núncio – Marcelo Durazzo – para em nome de Sua Santidade, interpor seus ofícios a favor da conservação da paz; chegada à enseada de Santa Catarina do embaixador de França – Marquês de Oppède.....334

Doc. 188

Lisboa, 1681, 21 de Abril – Despacho do secretário de Estado com considerações acerca das notícias que lhe mandou Mendo de Foios Pereira e sobre o projecto que se ajustou na última conferência em que D. Pedro quis salvaguardar a paz sem ofender a sua honra.....335

Doc. 189

Madrid, 1680, 9 de Maio – Ofício do conselho de Estado castelhano tocante à presença de portugueses na raia junto à Cidade Rodrigo.337

Doc. 190

Lisboa, 1681, 10 de Maio – Despacho do secretário de Estado com notícias da assinatura do Tratado Provisional e também do embarque do embaixador de Sabóia – D. Carlos Filiberto de Este – num navio de guerra francês.....338

Doc. 191

Lisboa, 1681, 1 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícias várias: aviso do duque de Juvenazzo da nomeação dos cosmógrafos Padre João de Androjilha e o piloto-mor José Gonez Jurado; ordens de D. Pedro aos governadores das praças para continuarem na vigilância contra a peste; nomeação do duque de Cadaval para ir na armada conduzir o Duque de Sabóia.339

Doc. 192

Lisboa, 1681, 8 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com a notícia da nomeação dos comissários: Manuel Lopes de Oliveira, Sebastião Cardoso de Sampaio, Manuel Pacheco de Melo, Padre João Duarte, hão-de levar consigo Manuel Serrão Pimentel, filho de Luís Serrão Pimentel que foi cosmógrafo-mor. Pedido para informar qual a jurisdição que tem em Castela o general da armada e também para observar o tratamento que fazem em Madrid aos embaixadores de Moscovo – Potemkine Polkons - para o caso de eles virem também a Portugal.....341

Doc. 193

Madrid, 1681, 14 de Agosto – Carta de Mendo de Foios Pereira para o secretário de Estado com notícias várias: os avanços de Luís XIV e as prevenções castelhanas; a conjuntura interna espanhola e também a questão da ilha de S. Gabriel.342

Doc. 194

Lisboa, 1681, 30 de Setembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira primeiramente com regozijo pela boa nova de estar quase extinta a peste da Andaluzia. Depois dá notícias da próxima partida dos comissários para o congresso; da nova ordem que se mandou pedir a Carlos II de Castela para se fazer a entrega da colónia do Sacramento; da chegada da frota do Rio de Janeiro.344

Doc. 195

Lisboa, 1681, 18 de Novembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícias várias: morte do Conde do Vimioso; nomeação de Duarte Teixeira Chaves para governador do Rio de Janeiro, não tendo ainda partido por aguardar que venha a ordem para o governador de Buenos Aires entregar a Colónia do Sacramento; ordem de D. Pedro aos comissários para continuarem as conferências na forma estabelecida; abertura da aduana de Castelo Branco e dos portos secos.345

Doc. 196

Lisboa, 1682, 10 de Março – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira participando a deliberação de D. Pedro de mandar castigar alguns moradores de Marvão por terem rompido os açudes dos moinhos pertencentes aos moradores de Valença de Alcântara e de mandar prender o cabo para se averiguar se teve culpa no caso das mulas que vieram de Castela.347

Doc. 197

Lisboa, 1681, 7 de Maio - Tratado Provisional celebrado entre Portugal e Castela.348

Doc. 198

Madrid, 1682, 29 de Junho - *Carta de Mendo de Foios Pereira escrita a um ministro sobre as suas mesadas referindo o que lhe avisara o haver dito contra ele um conselheiro de Estado.*356

Doc. 199

Lisboa, 1682, 11 de Agosto – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com regozijo pelas notícias das melhoras do Duque de Sabóia e da melhoria da peste proporcionando o alívio das vigias em certas praças.357

Doc. 200

[Madrid], [Fevereiro de 1683] – *Carta que reflete largamente sobre o particular do casamento da Infanta D. Isabel.*358

Doc. 201

Lisboa, 1683, 23 de Fevereiro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com considerações da viagem dos príncipes de Neoburgo que “saíram de sua casa a ver o mundo” e da sua possível vinda a Portugal. Instruções de como proceder se for abordado sobre este assunto.....367

Doc. 202

Lisboa, 1683, 9 de Março – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com considerações acerca da recusa de D. Pedro em receber como ministro de Castela, D. João Carlos Bazán, apresentando exemplos semelhantes noutras cortes europeias. Instruções para esta matéria e também para o negócio do casamento da senhora Infanta com um príncipe de Neoburgo. Notícias do caso dos oficiais de justiça presos; audiência de despedida do enviado de Castela D. José de Haro.....369

Doc. 203

Lisboa, 1683, 16 de Março – Aviso do secretário de Estado da recepção do maço que vinha para o Conde de Gubernatis que entregou à Rainha. Comentários acerca do papel que se imprimiu nas Índias com a relação do sucesso de S. Gabriel e que trazia ainda no escudo estampado as armas de Portugal.....372

Doc. 204

Lisboa, 1683, 23 de Março - *Copia da Petição que dio en Lixboa el Rector de la Compañía de Jesu de la Cyudade de Coimbra y la proviencia que en vista de ello despacho en consejo*373

Doc. 205

Madrid, 1683, 7 de Maio – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Duque de Alva com a queixa de uns oficiais castelhanos terem entrado no seu bairro sem qualquer aviso.374

Doc. 206

Madrid, 1683, 10 de Junho – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Duque de Alva agradecendo a boa vontade de Carlos II ao sugerir que o corregedor da Guarda fosse restituído a seu cargo.375

Doc. 207

Lisboa, 1683, 15 de Junho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com as considerações dos movimentos da armada de França e da situação

política da Europa; pedido para averiguar quais os regimentos de fazenda e das alfândegas em Castela e mandar uma reacção de como se recebem os embaixadores e enviados, como se despedem, o que se lhes dá de jóia e que cerimónia e cortesias se usam com eles.....	376
Doc. 208	
Madrid, 1683, 9 de Julho – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Duque de Alva respondendo à queixa de Carlos II sobre o excesso dos ministros estrangeiros naquela corte.....	378
Doc. 209	
Madrid, 1683, 28 de Agosto – Carta de Mendo de Foios Pereira ao Duque de Alva pedindo que se libertasse o seu criado.....	379
Doc. 210	
Lisboa, 1683, 2 de Novembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereria com notícias várias: guerra contra o Turco; novas do Rio de Janeiro; morte de D. Afonso VI.....	379
Doc. 211	
Lisboa, 1683, 8 de Novembro – Carta de Francisco Enriquez Davalos para Carlos II sobre as queixas de Mendo de Foios Pereria por Carlos II usar constantemente o título de Rei de Portugal.....	381
Doc. 212	
Lisboa, 1683, 9 de Novembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com instruções sobre o que relatou nas suas cartas acerca do uso das armas de Portugal no cunho da moeda e sobre o nomear o rei de Castela por Rei de Portugal num documento; também sobre a setia catalã que entrou em Lisboa com uma bandeira onde estavam as armas de Portugal.....	382
Doc. 213	
Lisboa, 1683, 23 de Novembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícias várias: ida de Sua Majestade para Palhavã devido à doença da Rainha; conferência com o enviado de Castela na presença de D. Henrique de Sousa Tavares, Marquês de Arronches, sobre o caso das armas de Portugal no cunho de moeda e da utilização do título de rei de Portugal no de Castela; Envio de duas cartas da Rainha para Roma e Turim, e outras do Inquisidor-Geral – D. Veríssimo de Lencastre - para Domingos Barreiros Leitão e da resposta de D. Pedro para o conde de Oropeza e cartas para o marquês de Vila Manrique.	384

Doc. 214

Madrid, 1683, 30 de Novembro – Carta de Mendo de Foios Pereira remetendo a carta de D. Pedro II noticiando a morte de D. Afonso VI e alterando o carácter de Mendo de Foios Pereira para enviado extraordinário.....385

Doc. 215

Madrid, 1683, 1 de Dezembro – *Copia de la respuesta que Don Juan de Idiaquez, hizo a Mendo de Foyos Pereyra embiado de Portugal*.....386

Doc. 216

Madrid, 1683, 1 de Dezembro – Carta de Juan de Idiaquez para Crispin Gonzalez Botello sobre o novo carácter de Mendo de Foios Pereira.....386

Doc. 217

Lisboa, 1683, 6 de Dezembro – Carta de Francisco Henriquez sobre a moeda nova com o selo antigo que tinha as quinas de Portugal.....387

Doc. 218

Madrid, 1683, 11 de Dezembro – Ofício do conselho de Estado com um papel do Duque de Alva sobre os dois ofícios de Mendo de Foios Pereira relativamente ao cunho da moeda em Castela e também ao intitular-se Rei de Portugal.388

Doc. 219

Madrid, 1683, 18 de Dezembro - Ofício do conselho de Estado resolvendo a forma de responder à carta do Rei de Portugal.389

Doc. 220

Madrid, 1684, 7 de Janeiro – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Duque de Alva390

Doc. 221

Madrid, 1684, 25 de Janeiro – Ofício do conselho de Estado sobre uma consulta do conselho da Fazenda relativamente ao reparo feito na cunhagem da nova moeda com as armas de Portugal.....390

Doc. 222

Lisboa, 1684, 31 de Janeiro – Carta de D. Pedro II para Carlos II a dar conta da morte de D. Maria Francisca.....391

Doc. 223

Madrid, 1684, 7 de Março – Ofício do conselho de Estado sobre a reserva do juro de um Hospital que Mendo de Foios Pereira solicitou.....392

Doc. 224

Madrid, 1684, 13 de Abril - *Parecer de Mendo de Foyos Sobre o Cazamento d'El Rey D. Pedro e da Senhora D. Isabel*, provavelmente para o secretário de Estado.393

Doc. 225

Madrid, 1684, 2 de Junho – Ofício do conselho de Estado castelhano sobre os navios franceses que se abrigavam no porto de Faro, considerando este acolhimento uma ofensa ao tratado de paz.395

Doc. 226

Lisboa, 1684, 27 de Junho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira sobre as queixas de Pedro da Costa Silva relativamente ao navio francês no Algarve.396

Doc. 227

Lisboa, 1684, 11 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira sobre os conflitos na Europa envolvendo França, Holanda, Castela e Inglaterra; sobre o novo cargo do Conde de Oropeza e ainda sobre os comentários que Mendo de Foios Pereira fez relativamente ao que Luís XIV poderia intentar relativamente aos casamentos.397

Doc. 228

Lisboa, 1684, 25 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com considerações sobre as súplicas de Pedro da Costa Silva e o negócio dos juros do Hospital da Luz; os sucessos de Catalunha; as novas de Buenos Aires; a exposição do conflito na ínsua do Verdoejo.398

Doc. 229

Madrid, 1684, 4 de Agosto – Carta de Mendo de Foios Pereira para o duque de Alva referindo os conflitos que ocorreram entre Galegos e portugueses sobre uma pescaria no Minho.400

Doc. 230

Madrid, 1684, 17 de Agosto – Ofício do conselho de Estado sobre o conflito nas fronteiras relativo à ilha do Verdoejo.401

Doc. 231

Lisboa, 1684, 19 de Setembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com considerações sobre os vários negócios em Madrid.402

Doc. 232

Madrid, 1684, 11 de Novembro – Consulta do conselho de Estado com carta do Duque de Uzeda e os papéis que se enviaram sobre a controvérsia na fronteira entre galegos e portugueses tocante à pesca do Minho.404

Doc. 233

Lisboa, 1684, 12 de Dezembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira sobre as várias cartas do Duque de Alva relativamente ao problema da

mudança de marcos e sobre os tratados de trégua entre França e Castela onde este último utiliza o escudo com as armas de Portugal.....	407
Doc. 234	
Lisboa, 1684, 26 de Dezembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícia da audiência que o Bispo de Ávila que falou em quatro negócios: agradeceu a D. Pedro II as ordens para corrigir o erro do corregedor que alterou os marcos na raia de Trás-os-Montes.....	408
Doc. 235	
[s.l], [s.d] - Carta Inclusa na do Duque de Uzeda: <i>Lo que respondio el Abad de Caldelas quando el corregidor de la comarca de Viana le Zito por si teria de decir en que a la pesquería de Verdoejo y esto fue hecho por un Abogado portugués.</i>	410
Doc. 236	
Madrid, 1685, 27 de Janeiro – Ofício do conselho de Estado com uma carta do Duque de Uzeda sobre as diferenças entre o Abade de Caldelas e o mosteiro de S. Fins em Portugal.	411
Doc. 237	
Lisboa, 1685, 24 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícias da melhora de D. Pedro II; sobre a situação na Europa e as vantagens de se fazer uma paz ou trégua com o Turco; ainda sobre a dilatação de resolução dos negócios em Castela.	413
Doc. 238	
Lisboa, 1685, 14 de Agosto – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira autorizando ese último a começar a fazer as suas visitas de despedida.	414
Doc. 239	
Lisboa, 1685, 18 de Setembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com a notícia que D. Pedro continuava com o seu achaque nos olhos; da vitória contra os Turcos; com ordens para que Mendo de Foios Pereira não se despedisse sem que José de Faria já se encontrasse em Espanha para que o pudesse informar e dirigir.....	415

Normas de Transcrição

Os critérios seguidos na transcrição das fontes tiveram em conta uma reconstituição, tão próxima quanto possível, do modo como se apresentam. Assim, optámos por:

1. Manter os títulos originais;
2. A indicação do número de páginas ou folhas encontra-se entre /fol./ com o número do fôlio no início da transcrição do mesmo;
3. Conservar a grafia dos documentos o mais possível da sua versão original, mantendo-se a representação das nasais em sílabas finais, as consoantes simples ou duplas utilizadas, a forma como se apresentam os nomes estrangeiros, que frequentemente decorria da simples audição dos mesmos;
4. Separar palavras que no original estavam unidas, assim como se separaram os artigos definidos e indefinidos que se encontravam junto a outras palavras;
5. Juntar as sílabas ou letras de uma mesma palavra que estavam separadas;
6. Desenvolver as abreviaturas mantendo apenas a forma dos numerais;
7. Introduzimos pontuação quando se considerou necessário para a compreensão do texto;
8. Modernizar o uso do “u/v” e do “i/j”;
9. Modernizar o uso do hífen.
10. Usámos [*sic*] em caso de erro do escrivão;
11. Utilizámos [...] quando, por motivo de lacuna do suporte, se reconstituiu a palavra mesmo não sendo possível ler uma ou mais letras.
12. Utilizámos [?] no caso de não se entender a palavra.

I – Documentos relativos às negociações para a paz (1665-1668)

Doc. 1

Benavente, 1666, 16 de Fevereiro - *Plenipotencia dada por el Rey de Inglaterra el 16 de Febrero al Conde de Sandwick para ajustar la Paz ó tregua entre la España y Portugal.*

AHN, *Estado*, leg. 2797, 1º, nº19, 6 fols.

Plenipotencia dada por el Rey de Inglaterra el 16 de Febrero al Conde de Sandwick para ajustar la Paz ó tregua entre la España y Portugal

Carlos segundo, por la gracia de Dios, Rey de La Gran Bretaña y de Francia ett.^a A todos y a cada uno de los que viere estas letras, salud. Siendo assi que nada ay mas Real y Christiano que componer diffrencias y enemistades y quitar tan del todo las rayzes antiguas de los odios que dipuestas las armas y reintegrada la Paz se restituya la tranquilidad à los Pueblos, la seguridad al comercio, la autoridad a las leyes, y finalmente los vasallos hechen bendiciones a sus príncipes con aplauso y aclamacion nosotros (que con un mismo affecto y voluntad miramos los Reynos de España y Portugal) no sin grande dolor hemos podido tener la mira en la guerra que por tantos años se ha trabado entre naciones vecinas ensanguentandose con tantas muertes y dexando que tan illustres exemplares de valor se muestren en otras Regiones y contra otros enemigos (aviendo sido Dios servido de oyr nuestros deseos y suspiros de tal manera que los Principes de ambas partes parece que se inclinan como de su voluntad misma a los tratados prevenidos). Juzgamos que con nuestra mediación se debe dar calor y poner todo cuidado en un principio tan piadoso y deseado de nosotros, no solamente reconciliando /fol. 1v/ los animos de una y otra parte sino es también estableciendo unión en ellos. Y para que esta obra felizmente se empyeze y mas brevemente tenga fin embiamos [?] embaxadores extraordinarios a los Principes de ambas partes; persona de nuestra primer nobleza igualmente aficionado à entrambas coronas para que assi con mas felicidad pueda en ellas exercer esta nuestra pacifica legacia: es saber al muy amado y fidelissimo pariente nuestro Eduardo Conde de Sandwich, vizconde Hinchin Broote, Baron de Monteagú de Santo Neote, Vice

almirante de Inglaterra, Prefecto de nuestra Gran Guardaropa, nuestro Consejero de el Secreto Consejo Cavallero de la antiquissima y nobilissima orden de la Xarretera. Sabe después que fiados nosotros de la fidelidad, industria, juicio y prudencia de el dicho conde de Sandvich nuestro Embaxador extraordinario le hicimos verdadero y cierto por tal a hora por las presentes letras le hacemos, establecemos y constituymos alandose y commetiendose plena y omnímoda potestad y juntamente autoridad y poder general y especial en nuestro nombre de congregarse con o dichos Principes de ambas partes, ó con sus ministros y conferir con ellos y de comunicar, tratar, concertar y concluir con sus commisarios diputados y Procuradores (que tubieran bastante poder para esto) hora se ajunta, hora sepa /fol. 2/ radamente en los confindes los Reynos e noutro lugar donde pareciere mas conveniente de yr sobre establecer la Paz perpetua entre las coronas y Reynos de España y Portugal: ó de yr sobre hacer treguas de muchos años entre las dichas coronas y Reynos y efectuarlos con los mas utiles, mejores y mas convenientes capítulos: y de yr sobre ajustar confederación y liga entre nosotros y los dichos príncipes de ambas partes para la común y mutua defensa de nuestros Reynos estendiendose esta autoridad y poder que le damos para hacer todas aquellas cosas que a los dichos fines ya qualquiera dellos pertenezcan y conduzgan, y para efectuar sobre todo esto los artículos, letras e instrumentos necesarios, y para pedirlos y receberlos de las outras partes ó en commum ó separadamente de ellas. Y prometemos en buena fee devaxo de la palabra Real que nosotros tendremos por raras grasas y firmes todas las cosas y cada una de por si que fueren hechas pactadas y concluydas entre los Principes de ambas partes ó sus Procuradores, Diputados ó Commissarios y el sobre ditcho nuestro Embaxador extraordinario assi junta como separadamente en lo arriba referido en general o particular y que jamás contra vendremos a casa alguna de ello antes bien denra parte no solo observaremos saneta y inviolablemente todo lo que en nuestro nombre se hubiere prometido ó concluydo en qualquiera de las materias arriba dichas pero también prometemos y salimos or fiadores que por las dos partes y por cada una de por si se observara sancta y inviolablemente. En testimonio de lo qual mandamos dar estas letras firmadas demás manos y corroboradas con el /fol. 2v/ el gran sello de Inglaterra. Fechas en nuestro Palacio Wesmonas teriense a 16 de el mes de Febrero año de el señor de 1665 y al de nuestro Reynado. Carlos Rey.

Doc. 2

Madrid, 1665, 17 de Dezembro - *Artículos Secretos entre las Coronas de España y Inglaterra relativos a Portugal*

AHN, Estado, leg. 2797, 1º, n.º 20, 10 fols.

Artículos Secretos entre las Coronas de España y Inglaterra

Ajustadas por el excelentissimo Señor Don Ramino Phelippe Nunez de Guzman cuya es la casa de Guzman, Duque de San Lucar la mayor y de Medina de las Torres, Conde de Oñare y de Villamoliana, Marques de Toral, de Mayrena y de Monalterio, Conde de Azarcollarm de Pomar, Colle y Valdorem cuya es la Villa de Arayena y su estado y campo hermoso, y de las villas y montañas de Bonar, Valle de Curveño y consejos de los cilleros, comendador de Valdipenas en la orden de Calatrava, de los consejos de estado y guerra, general correo mayor, adelantado mayor de la Provincia de Guipuzcoa, Alcayde de la ciudad y fuerte de Fuenterravia, de la Real Casa y sitio de Sevilla, Alguacil mayor de la casa de la contratación, y del tribunal de la Santa Inquisicion de aquella ciudad, castellano de Castel Novo de Napoles y Gran Justiciero de aquel Reyno en nombre de los muy poderosos Rey y Reyna de España sus señores; y por el excelentissimo Señor Don Ricardo Fanshaw caballero Baroneto, del consejo de estado del muy poderoso Rey de la Gran Bretaña su señor tanto en su Reyno de Inglaterra como en el de Irlanda y su embaxador ordinario à España en nombre de su Rey

Año 1665

Copia del poder de su Magestad católica en quanto a /fol. 1v/ acomodamiento con Portugal para el Duque de Medina de las Torres.

Don Carlos por la gracia de dios rey de Castilla, de León, de las Sicilias, de Jerusalem, de Portugal, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdina, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las Islas de Canarias, de las Indias orientales y occidentales, Islas y tierra firme del mar océano, Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de bravante y de Milan, conde de Abspurg, flades, tirol y

Barcelona, señor de Vizcaya y de Molina, y la Reyna D. Mariana su Madre y tutora y gobernadora de sus Reynos y señoríos.

Por quanto estando como siempre esta la propension de mi real animo dispuesta à continuar sinceramente la paz entre esta corona de España y la de Inglaterra por lo que en ello interessa la causa común y habiéndoseme insinuado por el caballero Don Richardo Fanshavo[sic] del consejo privado del serenissimo Rey de la Gran Bretaña mi hermano y su embaxador ordinario en esta corte que no solo para lo referido sino para estrechar mas la unión y buena correspondencia entre ambas coronas podría ser medio eficaz el de algún acomodamiento en el gobierno presente de Portugal a cuyo fin tiene particular instruccion y oider bastante del dicho Rey de la Gran Bretaña que ha hecho notorio; desseando yo como desseo no omitir de mi parte todo lo que en orden a esto pudiere encaminar la mayor confianza y reciproca conveniencia de dichas. Dos coronas de /fol. 2/ España y Inglaterra [...]

por concurrir en vuestra persona todas las prerrogativas de gran calidad prudencia y experiencia zelo y amor de mi servicio para que podais tratar ajustar presentare del dicho Rey de la gra Bretaña una tregua con dicho Gobierno presente de Portugal por los años y en la forma que paresiere mas conveniente la qual se haya de incluir en el tratado desta corona y la de Inglaterra ó por capítulos o parte según se juzgare por mas a propósito que de todo lo que /fol. 2v/ [...]

sino que también /fol. 3v/ una liga ofensiva y defensiva entre las mismas coronas los aliados y confederados dellos que se quisiesen entrar en ella; más que no e haya logrado ese buen intento para lo uno ni para lo otro hasta ahora por no haver querido su Magestad Catholica proceder en nada sin que la corona de Inglaterra desistiese de todo punto de ayudar a Portugal en la presente guerra (condicionen que su Bretanica Magestad no pude venir por la alianza que ha hecho y la fee que ha dado) y buscando se por todas as partes alguna salida de esa dificultad la única que se ha hallado haya sido a ac_ar con la corona católica consienta en algún acomodamiento duradero y decoroso con el Reyno de Portugal por donde su dicho Magestad Bretánica pudiera (cessando juntamente tanto essussion de sangre christiano y los destrosos de la guerra en los Reynos de España) lograr y pagar la amistad del uno sin dar que sentir al otro siendo ambos de los aliados muy antiguos de la corona de Inglaterra. Hora finalmente se ha consentido y por ellos presentes se consiente y se asienta una tregua larga entre ellos dichos Reynos con las condiciones aquí baxo escritas y declaradas

Artículo 35. °

De los secretos 1°

En nombre de la santissima trinidad padre, hijo y espíritu santo, tres personas distintas y un solo dios verdadero /fol. 4v/ declaran los señores reyes de España y Inglaterra que el todo deste tratado se hace y se concluye por los dichos señores Reyes como únicos principales en el comprehendiendo a Portugal por via de tregua como accessorio solamente a medacion y por cuenta de su Magestad Bretanica sin que la corona Catholica con semejante tregua, por larga que fuesse, pierda ó prejudique ningún derecho que oy tiene a lo relaxado por ella durante los años que ella huviere de continuar.

Artículo 36. °

De los secretos 2. °

Que la dicha tregua será buena, fiel, firme y leal y inviolable por el tiempo de treinta años, comessando desde el dia de la publicación della durante los quales haura cessacion de todos actos de hostilidade de qualquiera manera que sean entre la dicha Corona católica y el Reyno de Portugal tanto por mar ó otras /fol. 5/ aguas, como por tierra en todos sus Reynos, países, tierras y senhorios y por todos los sujetos e habitantes dellos, de qualquier calidad y condición que sean, sin excepción de lugares ni personas.

Artículo 37. °

De los secretos 3. °

Cada uno que dará franco y gozará efectivamente de los países, villas, hazas, tieras y señoríos que al presente tuviere y possehere, sin ser molestado ni inquietado durante la dicha tregua en que se entinede comprehender los burgueses, villages, Hameos, y país llano a ellos anexo.

Artículo 38. °

De los secretos 4. °

Los sujetos y habitantes en los países possoidos del uno y del otro tendrán toda buena correspondencia e amistad durante la dicha tregua, sin mostrar sentimiento de las ofensas y daños que por lo pasado han recebido. Podrán también frequentar /fol. 5v/ y hacer tomada en los limites del uno y del otro y exercer y usar el trafago y comercio con toda seguridad, tanto por mar y otras aguas, como por tierra; lo que con todo eso se entiende ser restricto y limitado a los Reynos, Países, tierras y señoríos

que las partes respectivamente que han de gozar desta tregua tienen y poseen en la europa y otros lugares y mares donde los sujetos de los Reyes Principes y estados que son sus amigos y Aliados tienen el dicho trafago de bueno à bueno.

Artículo 39. °

De los secretos 5. °

Los dichos súbditos y habitantes haciendo trafago en los limites los unos de los otros tendrán recíprocamente la misma seguridad libertad y privilegios como ha sido y es acordado con los sujetos del Rey de la Gran Bretaña por el dicho Tratado de la fecha deste y el de mil seiscientos y treinta en quanto queda todavía en pie de la propia manera, numas /fol. 6/ ni menos como si todos los artículos con Inglaterra en razón de comercio y inmunidades fueran transferidos y aquí particularmente expressados (mudado el nombre) a favor de Portugal; no quitando ninguna de las que la nación portuguesa gozaría à demás en estos Reynos por su quenta propia antes de la unión de las coronas.

Artículo 40. °

De los secretos 6. °

Y porque es menester de un largo tiempo para hacer saber à aquellos de la una y la otra parte que han de gozar desta tregua que están en las Indias, y otras partes muy remotas con furzas y navios de se desistir de todos actos de hostilidade ha sido acordado que la dicha tregua no comenzará en esas partes, sino de la publicación della en un año. Pero entiendese que si el avizo de la dicha tregua puede ser antes que desde entonces la hostilidade cessará; mas si después del dicho tiempo de un año /fol. 6v/ fuen cometida alguna hostilidad el daño será reparado sin remission.

Artículo 41. °

De los secretos 7. °

Todos los prisioneros de guerra serán sin pagar rescate libres y sueltos de la una parte y de la otra que ha de gozar desta tregua desde el día que ella se publicare y sin formarles ni a ninguno dellos otra culpa por decir son vassalos desta ó des otra corona, ó por qualquier achaque que se fuesse.

Artículo 42. °

De los secretos 8. °

Y para que la dicha tregua sea mejor observada prometen respectivamente las partes que han de gozar la presente tregua, tener la mano y emplear sus fuerzas y poder cada una en su derecho por darlos pasaxes libres y los Mares y viveras

navegables seguras contra la incursión de los amotinados, piratas, cossarios, y robadores y si los puebieren tomar /fol. 7/ y dar casa de los hacer castigar con rigor.

Artículo 43. °

De los secretos 9. °

Todas las privaciones de herencias y disposiciones hechas en odio de la guerra son declaradas por ningunas y como no acontecidas, habiéndose de restituir virtud deste tratado las dicha Herencias respectivamente a las personas à quienes sin las intervención desta guerra hubieran tocado en la forma que se ha visto practicar en semejantes casos para poder libremente gozar y disponer dellas por el intervenir que durare la tregua.

Artículo 44. °

De los secretos 10. °

Si hay contra posición a la tregua hecha por qualquier particulares sin mandamiento de los dueños respectivamente que en virtud de estos han de gozar della; el daño será reparado en el mismo lugar donde la contra posición huviere /fol. 7v/ sido hecha si ellos allí son tomados ó bien en su domicilio sin que puedan ser perseguidos e notra parte en sus cuerpos ó bienes en qualquier materia que esto sea: y nos era licito de venir a las armas y romper la tregua por esta ocasión, mas bien es permitido en caso de negociación manifiesta de justicia de se prover de la manera que se acostumbra por letras de Marca y represallas.

Artículo 45. °

De los secretos 11. °

El reyno de Portugal debaxo desta tregua podrá entrar à la parte de qualesquier[*sic*] liga y ligas ofensiva y defensiva que en consecuencia desta Paz entre las coronas de España y Inglaterra se hiciere entre ellas juntamente con qualquier otros confederados suyos y las condiciones de conveniencias reciprocas que en tal caso se ajustaren y se especificaren en adelante se reputaran y se guardarn inviolablemente en virtud deste tratado de la misma manera como si ellas estuvieren particularmente expressadas en el y los capituladores nombrados.

Artículo 46. °

De los secretos 12. °

Promete su Magestad Catholica de no hacer nada contra y en perjuicio desta tregua, ni sufrir ser hecho directa ó indirectamente y si se hiciere de lo hacer reparar sin alguna dificultad ni remission y para la observación de todo lo arriba contenido se

obliga al señor Rey de la Gran Bretaña como a medianero y fiador della y para la firmeza y sanidad de aquella obligación, renuncia todas las leyes, costumbres y qualquier cosas a esto contrarias como también al pretexto que se podría tomar de que el presente tratado no pasa ni habla inmediatamente con el Reyno de Portugal y el gobierno del para hacer la tregua menos valida y a todo otro pretexto qualquiera. Lo mismo promete el señor Rey de Inglaterra por Portugal /fol. 8v/

Artículo 47. °

De los secretos 13. °

Correrá por cuenta del embaxador de Inglaterra en nombre del Rey si señor procurar de que por parte de Portugal se ratifique esta tregua pues esta tan buen à aquel Reyno de mas que su Magestad Bretanica lo ha proveido como el único medio para (quitando el embarazo arriba dicho) facilitar todos sus tratados con este y quando no el mismo embaxador representará al Rey su señor lisa y fielmente hasta quando ha condescendido a pedimento suyo la Catholica Magestad faltando el efecto quando menos se pensava por la parte contraria para que sobre ello su Magestad Bretanica tome la resolución que a la grandeza de su Real animo pareza en tal caso conveniente.

Artículo 48. °

De los secretos 14. °

En orden a eso y para sacar deste tregua el mas provecho que se puede al común de los Reynos podrá el dicho Embaxador embiar expressos ó pasar en persona à las fronteras /fol. 9/ de Portugal ó a la ciudad de Lisboa con segura ida y venida las vezes que a el le pareciere à propósito en virtud del poder particular que del Rey su señor tiene en esta parte.

Artículo 49. °

De los secretos 15. °

Será la dicha Tregua publicada por todas las partes donde mas convenga luego después de la ratificación de estos artículos hecha y entregada por ambas partes que la ha havran de gozar en virtud deste tratado al embaxador de Inglaterra en nombre del Rey su señor como a Principal en el con el señor Rey de España y fiador della para resguardado suyo.

Artículo 50. °

De los secretos 16. °

Será la dicha tregua en la forma de estos artículos y los correspondientes por parte de Portugal ratificada aprobada y reconocida (cultivada siempre) por el señor Rey de la gran Bretaña como cosa propia por ser como ya queda dicho (a de /fol. 9v/ mas de Medianero) únidelos dos principales en ella y fiador de cada una de las partes que la havran de gozar para la otra dentro de quatro meses después de la publicación della.

Todas las quales cosas arriba referidas fueron acordadas, establecidas y concluidas por nosotros el sobredicho Duque Diputado Comissario por España, y el sobredicho embaxador Diputado y Comissario por Inglaterra en virtud de las dichas comisiones, y en nombre de nuestros Reyes; en fee de todo lo qual y de cada cosa dello lo firmamos de nuestras propias manos en Madrid, 17 de Diziembre año del señor de mil seiscientos y sesenta y cinco.

[Duque] de S. Lucar
y Conde de [Onãte]

Don Ricardo Fanshaw

Por quanto el sobredicho Duque apretó muchas vezes con grandes instancias se adelantasen el presente tratado ya concluido en cinquenta artículos antecedentes el que pasasse a la corona de España la Isla de Jamaica en truque de algo equivalente que de parte de España se daría al Rey de la gran Bretaña conforme lo pudieran ajustar entre si y el dicho embaxador otras tantas vezes projeso[sic] no tener /fol. 10/ autoridad de esa materia antes lo contrario.

Por tanto se añade aqui por postre declarando que el dicho Embaxador remite la resolucion dello al dicho Rey su señor sin que por esto se suspenda por un momento ni se perjudique en un apuce el cumplimiento y observación de todos y qualesquiera los sobredichos cinquenta artículos del dicho presente tratado mientras las dos coronas no ajustaren outra cosa en contra. En fee de todo lo qual hos los mismo dique y embaxador juntamente con el tratado damos también esto firmado denras. Manos en Madrid a diez y siete de Diziembre de mil seiscientos y sesenta y cinco.

[Duque] de S. Lucar
Conde de [Oñate]

Don Ricardo Fanshaw

[Benavente], 1666, 15 de Fevereiro – *Projecto del Tratado de paz que trajo de Portugal el Embajador de Inglaterra su fecha en Benavente à 15 de Febrero de ditcho año con lo que sobre el respondió el Conde de Castel Milhor en Salvatierra el 20 del Mismo año*

AHN, Estado, leg. 2797, 1º, n.º 22, 6 fols.

Artículos de Paz entre los Reyes y Coronas Catholicas e de Portugal, a mediación del Serenissimo y muy poderoso Rey de Inglaterra hermano del uno y Aliado muy antiguo de ambas.

Ajustados por fulano ó fulanos en nombre y virtud del poder de la serenissima y muy poderosa Reyna Madre tutora y Governadora del serenissimo y muy poderoso Príncipe Don Carlos 2.º, Rey de Castilla y sus Domínios a contemplación del dicho serenissimo señor Rey de Inglaterra por vuestra parte y de lastra por fulano ó fulanos en nombre y virtud del poder del serenissimo y muy poderoso Príncipe Don Alfonso 6.º Rey de Portugal y sus Domínio a contemplación assi mismo del señor Rey de Inglaterra su hermano.

El Conde de Castel Milhor

/fol. 1v/ Copia del poder de la [serenisima] y muy poderosa Reyna Madre curadora y Governadora de Castilla ettª. Para tratar y concluir una Paz sincera y perpetua entre las dos Coronas de Castilla y Portugal a fulano ó fulanos.

Don Carlos 2.º por la gracia de Dios, Rey de Castilla, de León, de Aragon, de las dos Sicilias, de Jerusalem, de Portugal, de Navarra, de Granada ettª y la Reyna Dona Mariana de Austria su Madre y Tutora y Governadora de sus Reynos y señoríos; Por quanto ettª, y habidendoseme insinuado por fulano ó fulanos, ministro ó Ministros de Inglaterra podía ser medio eficaz el de vuestra Paz con el hermano de su Rey D. Alfonso 6.º Rey de Portugal a cuyo fin tiene ó tienen ettª Por tanto he tenido por bien de dar poder para que podais tratar ajustar, capitular con el diputado, y comisario ó Diputados y Comisarios del sobre dicho Don Alfonso Rey de Portugal en virtud del poder que presentaren del dicho Rey Lusitanico vuestra Paz perpetua ettª entre las coronas de Castilla y Portugal ettª

Copia del poder del Serenissimo y muy poderoso Principe Don Alfonso 6. ° Rey de Portugal et^a para tratar y concluyr vuestra Paz sinçera y perpetua entre las dos Coronas de Portugal y Castilla a funalo ó fulanos /fol. 2/

D. Alfonso 6. ° por la gracia de Dios Rey de Portugal et^a a lo acostumbrado. Por quanto et^a al efecto suso dicho en cada uno de los poderes aquí ariva apuntados podrán los dos Reyes respectivamente insirir algunas palabras ó clausulas que mas les viniere a quanta

Siguiese los Artículos

En nombre de la serenissima trenidad, Padre e hijo, y espirito santo tres personas distintas y un solo Dios verdadeiro

Artículo primero

Primeramente declaran los señores Reyes Catholicos y de Portugal que haura y por este presente tratado se establece entre sus Coronas y Vasallos, nuestra Paz perpetua buena, fiel, firme, leal y inviolable comenzando desde el dia de la publicación della, de modo que çesen desde entonces luego todos actos de hostilidades de qualquiera manera que sean entre las dichas coronas tanto por dichas sus Reynos, Payses, tierras y señoríos, y por todos sujetos y habitantes dellos de qualquer calidad y condicpn que sean sin excepción de lugares ni personas

Artículo 2. °

Cada uno que dara franco y gozara efectivamente de los Payses, Villas, Plazas, tierras y señoríos que al dia de la publicación tuviere y poseyere suye /fol. 2v/ ser molestrado ni inquietado en que se entiende comprehender los Burgueses, Villages, Hameos y Paysllano a nejo también entendido que supor otro tratado ó tratados en a delante ajusten entre sí el pasarlos ó alguno dellos a trueque ó por otra [concesión] ano el uno al otro será con buena fee executado en virtude deste.

Artículo 3. °

Los sujetos y havitantes en los Payses poseídos del uno y del otro tendrán buena correspondencia, y amistad sin mostrar sentimiento de las ofensas y danos que por lo pasado han reunidos podrán también frequentar y hazer jornada en los limites del uno e del otro y exercer y uzar el trafago y comercio con toda seguridad, tanto por mar y otras Aguas como por tierra den de lo hubo en tiempo del Rey Don Sevastian

Artículo 4. °

Los dichos súbditos y havintantes haciendo trafago en los limites los vnos de los otros tendrán recíprocamente la misma seguridad libertad y prevylegios como ha sido

y es acordado con los sujetos del señor Rey de la Gran Bretaña por el tratado de 17 de Dexiembro prosimo pasado y el de 630 enquanto queda toda una in pie de la propia manera ni mas ni menos como si todos los Articulos con Inglaterra en razón de comercio y inmunidades fueran transferidos y aquí particularmente expressados mudando el nombre a favor de /fol. 3/ Portugal no quitando ninguno de los que la nación portuguesa gozará a demás en los Reynos de su Magestad Catholica su cuenta propia en tiempo de dicho Rey Don Sevastian.

Articulo 5. °

Y porque es menester de un largo tiempo para hazer saber aquellos de la una y lastra parte que están en las Indias y otras partes muy remotas con fuerzas y navios de desistir de todos actos de hostilidades ha sido acordado que la dicha Paz puede ser antes que desde entonces del dicho tiempo de un año fuere cometida alguna hostilidad el daño será reparado sin remission.

Artículo 6. °

Todos los prisioneros de Guerra ó en odio de qualquier Nación que sean sin vescate ó otra pena alguna serán puestos en livertad de la una parte y dela otra desde el dia de la publicación de la Paz sin excepci3n de persona por qualquier raz3n ó pretexto que se fuese

Artículo 7. °

Y para que la dicha Paz sea mejor observada prometen respectivamente los dos Reyes Catholico y lusitánico /fol. 3v/ tener mano y emplear sus fuerzas y poder casa un en su derecho per dar los pasaxes libres y los Mares y rivieras navegables, seguras contra la incursi3n de los amotinados, Piratas, cosarios, robadores y si los pudieren dar caza de los hazer castigos con rigor.

Artículo 8. °

Todas las privaciones de herenvas y desposiciones hechas en odio de la guerra, son declaradas por ningunas y como no acontecidas haviendose de restituir en virtud deste tratado las dichas herenvas respectivamente a las personas aquienes sin la intervenci3n desta guerra hubieran tocado y pertencido para poder libremente gozar ó disponer de ellas.

Artículo 9. °

Si hay contra posici3n a la Paz hecha por qualesquier particulares sin mandamento de los reyes, respectivamente el daño será reparado en el mismo lugar

donde la conta posición huviere sido hecha siellos allí son tomados ó bien en su domicilio sin que puedan ser perseguidos en otra parte en sus cuerpos ó vienes en qualquier manera que esto sea y no será licito de venir a las Armas y romper la Paz por esta ocasion mas bien es permitido en caso de negociación /fol. 4/ manifiesta de justicia de se proveer dela manera que se acostumbra por letras de Marca y represella

Artículo 10. °

La corona de Portugal [(] por los intereses que tiene recíprocamente inseparables con la de Inglaterra podra entrar a la parte de qualquier liga y ligas ofensivas y defensivas que las coronas de Inglaterra y católica hicieren entre si, juntamente con qualesquier otros confederados suyos, y las condiciones de conveniencias reciprovas que en tal caso se ajustaren y se expeçificaren en adelante se reputaran y se guardaran inviolablemente en virtud deste tratado, de la misma manera como si ellas estuvieran particularmente expresadas en el y los capitulaciones nombrados.

Artículo 11. °

Prometen los dous dichos señores Católico y de Portugal de no hazer nada contra y en perjuicio desta Paz un sufrir ser hecho directa ni indirectamente y si se huziere de lo hazer reparar sin alguna dificultad ni remisión y para la observancia de todo lo aviva contenido se obligan al y con el señor de La Gran Bretaña como medianero. /fol. 4v/ y fiador de ella y para le firmeza y sanidad de aquella obligacion renuncian todas las leyes, costumbres y qualesquier cosas a esto contrarias.

Artículo 12. °

Será la dicha Paz publicada por todas partes mas convenga luego después de la ratificación de estos artículos por sus dichas Magestades Catholica y Lusitana hecha y entregada recíprocamente

Artículo 13. °

Finalmente serán los presentes Artículos de Paz entre las dos coronas Catholica y Lusitanica ratificados también y reconocidos por el señor Rey de Ila gran Bretaña (como medianero y fiador della de cada una de las partes para la otra) dentro de cuatro meses después de su publicación.

Todas las quales cosas ary[b]a refendas fueron acordadas estabelecidas y concluydas por nosotros el sobre dicho diputado ó comisario los diputados ó comisarios por Castilla y el sobre dicho diputado ó Comisario los Diputados ó comisarios por Portugal en virtud de las dichas Comisiones y en nombre de sus

Magestades Catholicas y Lusitanica en fee de todo lo qual y de cada cosa dello lo firmamos. /fol. 5/ de nuestras manos propias y sellamos con los sellos de nuestra armas siguese a su tiempo por parte de todo las tres ratificaciones por estos artículos capituladas.

Excelentísimo Señor

Arriba en este papel van juntas a modo de propuesta tentativa por ultimo esfuerzo en la dificultad con que nos hallamos en primer lugar la forma sin la qual su Magestad Lusitanica persiste inmutable en no querer tratar nada respecto de Castilla ni aun con esa forma cossa que no suere una Paz perpetua con garantía del Rey de la gran Bretaña nuestro señor, tratándose todavía inmediatamente de Rey Don Carlos 2.º de Castilla a Rey don Alfonso 6.º de Portugal de manera sin embargo que su Magestad de la Reyna Catholica pueda nombrar por sus comisarios castellanos ó ingleses ó mezclados de ambos ó finalmente a quienes fuese servida y luego en segundo lugar la materia que por ser la misma que la señora Reyna Catholica Madre, Tutora y curadora tiene ya ofreçada por mi, el embaxador de Inglaterra, en razón de vuestra tregua de /fol. 5v/ treinta años, poca duda ponemos en esta parte por la de Castilla los subsignados embaxadores y embiado.

Hora ambos suplicamos a Vuestra Excelencia servirse por el todo a comissario del Rey su señor y habiendo orden para ello significar en su real nombre firmado en este mismo papel de mano propia de Vuestra Excelencia como secretario de la puridad y sellado con el sello del puesto al efecto siguiente es a saber si se traxere y entregare en sus reales manos dentro del tiempo que Vuestra Excelencia expeficase en el por diputado ó diputados de la dicha señora Reyna Catholica un instrumento en la propia forma y con la propia materia a viva expresadas firmado por el ó ellos y ratificado por la dicha señora Reyna que en tal caso al mismo instante se pondrá otro instrumento correspondiente por parte de Portugal en manos del tal diputado ó diputados de Castilla y luego después se publicaran las Pazes y se comenzaran a executar todos los artículos de ellas recibida essa tal significación de Vuestra Excelencia luego partiremos los dos para Madrid donde pensamos obrar de manera que se de atajo muy breve /fol. 6/ a la presente negociacion por si ó por no que es lo que mas importa tanto a Castilla como a Portugal y aun a Inglaterra también para poder el reunio Señor en una conjuntura tan fuerte como se vee tomar sus medidas con tiempos. Guarde Dios a Vuestra excelencia los largos e felicísimos años que deseamos. Venavente, lunes, 15 Febrero de 1666.

Excelentísimo Señor

Besan las manos de Vuestra excelencia Sus mayores servidores

D. Ricardo Fanshou

D. Roberto Sonthwell

Doc. 4

Salvaterra, 1666, 20 de Fevereiro – Carta de Castelo Melhor para os embaixadores ingleses sobre o projecto de paz perpétua.

AHN, *Estado*, leg. 2797, 1º, nº19, 2 fols.

Excelentísimo Señor

Mandando el rey mi señor ver el proyecto que con carta de 15 me embió Vuestra Excelencia para presentarle a su Magestad en orden a las Pazes con Castilla (del proyecto es este una copia y va también firmado de mi mano en cada una de sus ojas) me ordena el dicho señor responda a Vuestra Excelencia que en quanto a los articulos de que ha de usar el Rey de Castilla en el poder el tratado se juzga que no ay de 630 se çelebro entre Inglaterra y Castilla as tres de la impresión que della se hizo el de 660 dize la forma en que debe admitirse dicho poder y en aquella manera no se dudara el hacerse por parte de Portugal no devriendose traer por exemplo la Paz ultima de Francia pues ya en ella se altero el estilo más ordinario respecto de esta duda con Portugal la qual debe cesar ahora que se ajusta Paz con que se terminan todas las diferencias /fol. 1v/ Por lo que toca al Artículo 8º cerca de las restituciones, respectivas ó reciprocas, el Rey mi señor por su grandeza y por el deseo que tiene de complacer a su Magestad de la gran Bretaña dize que perdonara las ofensas hechas a su Real servicio a todos los ofensores generalmente enquanto a la culpa exceptuando so gravedad de sus delitos que a la republica conviene no disimular enquanto a los bienes de los no exceptuados, también les hara merced de mandar restituyr los que estuvieren en ce fisco y corono real mas sobre los que están en poder de terceros aquienes hoy pertenecen no puede su Magestad perjudicales en el derecho que tienen.

Sobre el segundo artículo que trata de las Plazas de una y otra parte tomadas es preciso decir a Vuestra Excelencia que resultaran gravísimos inconvenientes de no restituyrse recíprocamente respecto de que assi el /fol. 2/ gobierno secular como el eclesiástico quedaran en gran confusión entrometiéndose ministros de una corona en

lo que poseyere la otra, y no conseguirán los subditos de ambas partes el perfecto gusto que deven tener estas Pazes pues no pueden dejar de verse desconsolados no viendo en los dominios y nel modo en que naçieron y se criaron y sobre todo haura cada dia discordias que ocasionen perturbación en la Paz que debe ser muy firme por lo qual parece mas conveniente que se haga restituicion reciproca y para que las partes que den yguales en lo que alargan y reuben podrá su Magestad de la gran Bretaña ser Arbitro para mandar averiguar el valor a fin de que lo que quedare mejorada de ala otra recompensa en dinero.

Del zelo y prudencia de Vuestra Excelensia /fol. 2v/ y del señor D. Roberto Sutuel se espera lo compondrán todo, como conviene al bien común y demanera que ambas las partes que sen obligadas a ambos como Instrumentos a quienes tanto se deberá. Dios ett^a. Salbatierra, a 20 Febrero de 1666

Excelentísimo Señor

Beso las Manos de Vuestra excelencia

Su mayor servidor

El Conde de Castel Milhor

Doc. 5

[Madrid], [1666?], *Consideraciones sobre las pazes que se tratan de haçer entre Castilla y Portugal*.

Papeles históricos referentes a Portugal y España, BNE, Sala Cervantes, MSS/9394, fols. 574-575.

1 – En la primera capitulación destas paces abia mas que ponderar y aunque llorar que en todas las otras juntas silas desgraçias del tiempo no nos redusesen aun sensibles los efectos con que debíamos de sentir una infelicidad tan digna de copiosas lagrimas como es capitular con igualdad de Rey a Rey el mayor monarca de la tierra con un vasallo que le usurpo un reyno casi situado a los umbrales de su misma corte pero ya que nos esforcaso afectar en esta parte el olvido advertimos en su lugar que aquí no ofrecen ningún denero de liga ni de ayuda alguna contra Francia supuesto que no prometen ser amigos ni enemigos como sesvuele[*sic*] en las pazes verdaderas.

2 – En la segunda abenta san los portugueses su partido con dos calidades de suma combeniençia para sus designios la primera que las plaças que le entreguemos

sin capitales en signes en aquel Reyno y las que nos entregan a nosotros de poca monta y consecuencia. Mayormente habiendo aquellas con la artillería y minuciones que temian quando las ganamos que era mucha y considerable y ellos deseando en las nuestras tan solamente las que temian que eran pocas, la segunda que en declararse que no les restituimos a Ceuta confesamos taçitamente que los Duques de Bergança son lejitimos Reyes de Portugal los nuestros intrusos porque si Ceuta no la ganamos ni ellos las pedieron después de la sublebaçion y deçimos que no entra en esta restituicion por raçones que para ello se considerar dar esta que con la tal consideración califician es direito en sus manifestos.

3 – En la tercera califican el supusto direito de ser lejitimos Reyes pues siéndolo de aquel Reyno el Rey Don Sebastian y nasciendo de la muerte deste Principe la suçesion de Phelippe 2. ° y pretension de la Duquesa D.^a Catarina les conçedemos la comunicacion que en aquel tiempo tenían las dos coronas.

4 – En la quarta repiten la desplicazion de sus ventosas porque promiscuamente /fol. 571v/ los conçedemos los privilejios que los portugueses focavan en el comercio en los puestos destos Reynos en tiempo del Rey Don Sebastian y los que agora poçan los Ingleses por las paçes de 1630 y 1666 que son grandes como es no to[...].

6 – En la sesta conpruban lo que avian varias veçes insinuado retirado los prisioneros para facilitar las mejoras de la paz como si a nos troj[...] ni faltava aquella constancia que en diversas coronas de la christan[dade] dejaron estar muchos años príncipes de la sangre y aun reyes de sus prop[ios] Reynos por no comberir en condiciones de paçes que les pedían los contrari[os].

8 – En la 8 dezimos que por lo que della consta no están los portugueses obligados a entregar a los caballeros que se hallan en estos reynos mas que tan solamente aquellos vienes que de presente están en su corona y fisco que son mui pocos respecto de los muchos interesados cuyas rentas o son derivadas de vienes patrimoniales y resalengos o de las ordenes están por la mayor parte dadas a diferentes perx[...]y en esta consideración susta da [ç]vula fuera articulada sin cautela se debia declarar que los vienes que poseran los particulares le restituirán a sus dueños o a quien pertenecieren asi y de la manera que los temán o debían tener siempre ubiese sucedido la guerra pero [...] havendo hecho esta declaracion su inteligencia es llara solo a entenderse a perdonarçes aquellos llaman culpa y avilitarlos para suceder en las herencias que les tocan de aquí a delante en aquel Reyno y quando le queramos ampliar a nuestro favor esta circunstancia ni tendrá

mayor estension en la realidad que reduçirlo a pleito cor[...] unos ombres a querer se los dieron por servicios hechos en defensas de lo que actualmente poseen.

10 – En la Deçima se debe advertir que por ella nos e obligan los portugueses a entrar en liga que se pueda prebeni en defensa desta corona antes que dan libres para poder haçer aquello que le distare su combeniençia de modo que si les combiniere entrar /fol. 475/ en alguna liga que el Rey de Ynglaterra hiciere contra España o con otro potentado de Europa la podrán haçer en virtud de esta capitulaçion.

11 – En la un décima hallamos arbitrio de la Magestad de España al Rey de Inglaterra llamándole mediador y fiador de esta paz siendo cierto que este príncipe esta tanto mas interesado en los aumentos de Portugal que en los de Castilla quanto ha de un amigo por conveniencias aun hermano con esperanças de suceder en aquella corona.

Doc. 6

Madrid, 166[7], 7 de Novembro – Instruções dadas ao Marques del Carpio para ajustar e assinar as Capitulações de Paz entre Espanha e Portugal.

AHN, *Estado*, leg. 3455, 8 fols.

La Reyna Gobernadora

Instruçon de lo que vos el Marques del Carpio ett. ^a Primo haveis de observar en virtud del poder que os embio para ajustar y firmar los capítulos de Paz entre esta corona y la de Portugal

1. Primeramente para que estéis enqenta que ha pasado en esta materia tendréis entendido que haviendose ajustado con Don Ricardo Fancheu embajador del Rey de la gran Bretaña (en virtud de plenipotencia suia) los tratados de tragua que pareçieron onestos, y de común combeniençia se ofreçio el mismo Don Ricardo a llevarlos a Portugal, y procurar que alla se admitiesen concluisen y firmasen. Pero no habiendo tenido su jornada /fol. 1v/ el logro que esperaba por no haver querido los portugueses reduçir a tregua y que se tratase de corona à corona sino de Rey a Rey y Paz perpetu pensó en formar un projecto de artículos de Paz el qual entrego al conde de Castel Milhor en Salvatierra y habiéndole visto y comunicado con el Duque de Bergança le aprobó poniendo en carta para Fanchau algunas restricciones.

Este proyecto manifestó luego que volvió a esta corte dicho fanchau y no se admitió ni se quiso dar oídos por entonces a semejantes pláticas. Después vino aquí al conde de Sandvich con título de embajador extraordinario del Rey de Inglaterra y poderes para tratar de esta materia en que se /fol. 2/ ofrecieron hasta dificultades pero habiendo los accidentes que han sobrevenido y en especial el de la rotura del Rey Christianissimo mudado tanto el semblante de las cosas, resulto de diferentes conferencias que se tuvieron con dicho conde de Sandvich el que presentase copia del mismo proyecto de los trece capítulos de paz que fanchau propuso a Castel Melhor y trujo firmado de al omitiendo solo las restricciones que en algunos de ellos puso dicho Castel Melhor diciendo tenía por conveniente y necesario enviarle a Lisboa con el señor Guillermo Godolphin añadiendo al fin deste proyecto una clausula en que los comissarios que en mi nombre han tratado con el asegurasen y firmasen que yo trataría los intereses. /fol. 2v/ de Portugal de Rey a Rey y debajo de Paz perpetua siempre que el mostrase poder suficiente del Duque de Bergança tampoco se admitió entonces esta proposición por algunos inconvenientes pero considerada bien la materia y el estado de las cosas he resuelto finalmente veniren que se os embie a vos el proyecto y poder para que conforme a el ajustéis y firméis las Pazes.

2. Habiendose formado este proyecto con la noticia y aprobación que advertiros en quanto a su contenido la forma en que haveis de responder a las restricciones, que (como queda dicho) puso Castel Melhor en la carta que respondió a fanchau cuya copia se os remite con esta Instrucción n.º 1 y al margen de ella mis resoluciones según las quales os haveis de gobernar caso que por parte de portugueses se muevan estas dudas y no de otra manera porque de una parte de ningún modo se han de tocar

3. Este secretario Godolphin ha dado aquí un papel con diferentes preguntas que aun que muchas de ellas son insustanciales y otras contienen lo mismo que la carta de Castel Melhor a que se satisfaze en el papel dicho n.º 1 ha parecido enviaros copia de ellas que va inclusa n.º 2 con la respuesta a el Margen de cada una de que os baldréis si de parte de portugueses se movieren /fol. 3v/ y no de otra manera, y estaréis advertido que habiendo dicho señor pedido que se le respondiese aquí a esta papel se le ha dado a entender que se os embia orden para que alla le habléis sobre todo en que os

governareis con tal prudencia que mantengáis su confianza sin firarle lo que os pareciere de inconveniente.

4. Ha parecido conveniente (por las razones que se tocan en el poder) que el dicho secretario Godolfín (que con el embaxador de Inglaterra ha concurrido a el ajustamiento de estos tratados) vaya a participar a portugueses el estado de ellos de parte de su Rey de quien a dicho lleva cartas credenciales y también es venido en su jornada para que sin /fol. 4/ embaraço y con mayor seguridad reçivais todos estos desp[acho] vos le tratareis con estimacion y agasajo porque es personal abil que tiene lugar en Inglaterra y se diçe esta nombrado por secretario de estado de aquel Rey: a se le encarga do que os vea luego que llegue a Lisboa y que os de distinta raçon de los motivos de su viaje, y habiendo el propuesto que si pareciere mas conveniente retendrá en si el pliego del poder hasta que llegue la ocasión de usar de el por asegurar mas que portugueses tiendole vos y hallando os prissioneros no hagan alguna intempestiva violencia se le ha respondido que os lo comunique y agá lo que tuviereis por mas /fol. 4v/ açertado y seguro en cuya conformidad os governareis poniendo muy particular cuidado en no participar a nadie sino es el poder quando se os entregare el que diere el Duque de Bergança en amplia forma y a uña satisfacion y entonces también haveis de exivir[sic] y entregar el que os embio por medio del dicho secretario Godolfín como ministro de su Rey.

5. Si después de entregar los poderes de una parte a otra por medio del dicho secretario como viene tocado, ó para entregarlos y entrar en el tratado os pusieren en libertad debajo de uña palabra ó sin ella, como pareçe que lo pide la raçon no lo haveis de reusar pero aveis /fol. 5/ de escusar ver al Duque de Bergança durante el tratado por no tener ocaßion de declararle tratamiento pues esto no debe ser antes de estar firmados los tratados no teniendo ynconbeniente que lo deis a entender asi y en el discurso de ellos puede y debe ser dicho secretario Gillermo Godolfín interlocutor entre vos y los ministros que de parte de ese gobierno se sinalaren para el negocio con que no es neçesaria otra comunicacion.

6. Si portugueses intentaren que respecto de la liga que tienen con el Rey cristianísimo aya de intervenir Ministro cuyo en estos tratados en todo ó en parte por ningún caso lo haveis de consentir ni que en ellos se mezclen

/fol. 5v/ en ningunos intereses de dicho Rey por que tendría gravísimos inconvenientes y este punto le deveis tener por el mas sustancial y prevenir ante todas cosas a los ministros portugueses que se os señalaren para tratar con vos advirtiéndoles muy resoltamente que tenis orden para romper todo tratado en qualquiera ora que esto no se observe asi en cuia conformidad lo ajustareis

7. En lo que toca a el punto de la ratificación de lo que concluireis en virtud de mi poder aveis de procurar ajustar que el Duque de Bergança embir luego aquí su ratificación al conde de Sandvich con calidad que la tenga en si /fol. 6/ hasta que se le entregue la que se ha de haçer por mi a fin de ganar el tiempo y sin esto no se pudiere conseguir (aunque no ay raçon para negarlo) se pondrá en las capitulaciones un termino preçiso de diez o doçe días para la reçiproca entrega de las ratificaciones.

8. Si portugueses os movieren alguna platica de liga con inclusión del Rey de Inglaterra o sin ella la abraçareis y me dareis quenta luego de las proposiçiones que hiçieren para que se os remitan los poderes neçessarios para la conclusión y si no os ablaren en ello vos yntreo duçireis decorosamente la platica diciendo que para que /fol. 6v/ conozcar la sinceridad con que se les trata y el desseo que tengo de una buena correspondencia entre las dos coronas entrare en liga con ellos para que ente mas prevenidos a la oposiçión de las ostilidades que el Rey Christianisimo les quisiere haçer en odio de esta Paz

9. Supuesto que por ella consigue portugueses todo lo que pudieran dessear y lograr después de muchos años de una guerra muy feliz seria bien que vos procuréis sacar de ellos las mayores ventajas que fueren posibles como serian algunas asistencias de Inglaterra para Flandes o para Cataluña con navios suyos que la conduzga y esto por condiciones /fol. 7/ de la paz pues las de la liga si se llegase a tratarla abian de ser mas ventajosas y amplias

10. Y por que puede ser según las noticias que se tienen que quando lleguen estos papeles a Vuestras manos se halle el partido del Duque de Bergança muy abatido y el sin autoridad neçesaria para concluir estos tratados en este casso su viereis que Don Pedro su hermano esta en disposizion de poderlos efectuar por si habeis de introducir la negociaçion

con el para lo qual se os embiara poder luego que lo aviséis no haciendo lo ahora por el riesgo que se os podría seguir de que le allasen en el vuestro.

11. Es estilo como sabeis que en empeçandose qualesquier /fol. 7v/ tratados de este genero se fian que en reçiprocamente los pasos de los correos para que ambas partes tengan brevemente noticia de lo que se van à delatando y prevengan lo que les combinere en esta conformidad lo ajustareis con ese gobierno y procurareis tenerme muy menuda y puntualmente avisada de los passos que se fueren dando en el negoçio

Este es lo que de aca se ofrece advertiros remitiéndome en lo demás a lo que (conforme al estado de las cosas de alla a los accidentes que pueden sobrevenir y a los ynçidentes y dificultades que se ofrecerán) os aconsejare vuestra prudencia teniendo entendido que lo que /fol. 8/ principalmente combiene es que procuréis ganar las oras para llegar con la mayor brevedad posible a la conclusión de este tratado en la forma que viene referida en que me haréis un muy señalado y agradable servicio y será bien que en caso que el Duque de Bregança recuse entrar en el por respecto de la liga que tiene ajustada con França o no quiera llegar a la conclusion por no çeder en los puntos que ban excluidos por mi en esta Instruçon procurareis maniosamente y de forma que no os pare perjuicio divulgar las ordenes que teneis y las caussas por que se deja de efectuar la paz para que se sepa /8v/ que por mi parte se ha hecho mucho mas de lo que parece que cavia en la raçon y que los ministros de Portugal y Francia son los que impidem el logro de esta felicidades.

Madrid, 1667, 14 de Novembro – *Poder que se dio por Su Magestad la Reiña Regente [...]à los Señores Inquisidor General, Duque de San Lucar y al Conde de Peñaranda para que puedan declarar al embajador Inglés, conde de Sandwich] que se tratará la paz con Portugal de Rey a Rey*

AHN, *Estado*, leg. 2787, 2º, nº 39, 1 fol.

Don Carlos segundo por la gracia de Dios Rey de las Españas de las dos Siçilias de Hierusalem, de las Indias ett. ^a Archiduque de Austria, Duque de Borgoña de Milan, Conde de Aspurg y de Tirol ett^a Y la Reyna Doña Mariana de Austria su madre tutora y curadora de su real Persona y Governadora de todos sus Reynos y señoríos. Por quanto el serenissimo Principe Carlos segundo Rey de la gran Bretaña movido del çelo del bien y reposo común de la christantad y deseoso de que se terminen las diferencias entre esta corona y la de Portugal.

Ha interpuesto repetidas instancias ofreciendo su mediación y amigables ofícios, se han superado las dificultades que han ocurrido, y finalmente por lo mucho que deseo complacer al dicho serenissimo Rey de la Gran Bretaña he venido en que estos tratados se ajusten se Rey a Rey y se haga una paz perpetua entre esta Corona y la de Portugal; Por tanto he tenido por bien de dar poder (como en virtud de la present le doy) a Juan Hevrardo Nithardo, mi confesor, del consexo[sic] de estado, y Inquisidor general Don Ramiro Phelipez Nuñez de Guzman, Duque de San Lucar la mayor del Italia; y Don Gaspar de Bracamonte y Guzman, del consexo[sic] de Estado y Presidente del de Idias para que por el serenissimo Rey mi muy charo y muy amado hixo[sic] y en su real nombre y en el mio puedan mexor les pareciere a Eduardo, Conde de Sandwich, embajador extraordinario del dicho serenissimo Rey de la gran Bretaña en esta /fol. 1v/ corte que todas las consideraciones referidas se tratará por nuestra parte de la Paz de Portugal con el titulo de Rey conforme althenor de los trece capítulos que están acordados, y doy mi palabra real que consiento y apruebo dicha declaración, y la tendré siempre por firme y buena y pasasé por ella como cossa hecha en nombre del Rey mi hixo[sic] y mio; y por mi voluntad y autoridad la cumpliré entera y puntualmente. Para lo qual he mandado despachar la presente firmada de mi mano sellada con el sello secreto, y refrendada de mi infraescrito, secretario de

estado; Dada en Madrid a catorçe de Noviembre de mil seisçientos y sesenta y siete años.

Yo la Reina

Pedro Fernandez del Campo y Angulo

Poder a los 3 ministros nombrados para las conferencias con el embaxador de Inglaterra.

Doc. 8

Madrid, 1667, Dezembro - *Plenipotencia que se dió en diciembre por Su Magestad la Reina regente al señor Marqués del Carpio para ajustar la paz con el Portugal.*

AHN, *Estado*, leg. 2792, 2.º, n.º50, 2 fols.

Don Carlos segundo por la graçia de Dios Rey de las Españas de las dos Siçilias, de hieruselem, de las Indias ettª Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Milan, Conde de Aspurg y de Tirol, ettª y la Reyna Doña Mariana de Austria su Madre y curadora de su real persona y Governadora de todos sus Reynos y señoríos. Por quanto el serenissimo Principe Carlos segundo Rey de la gran Bretaña, movido del çelo del bien y reposo común de la christandad y deseoso de que se terminem las diferencias entre esta corona y la de Portugal, ha interpuesto en diferentes tiempos repetidas instancias, ofreciendo su mediación y amigables oficios al fin referido y últimamente embiado a esta corte a Eduardo, conde de Sandwich y Visconde de Hinchingbrocq Baron Montague de San Neote, Vize Almirante de Inglaterra [¿] de la gran Guarda ropa de los consexos secretos para tratar algún ajustamiento de reciproca satisfacion entre ambas as coronas con los poderes neçesarios para ello, y habiendo me insinuado el dicho Conde de Sandvich que podía ser el mexor medio para conseguir este intento el de una buena Paz con el hermano de su Rey Don Alfonso sexto, Rey de Portugal, se han superado las dificultades que han cocurrido y finalmente por lo mucho que deseo complacer al dicho serenissimo Rey de la gran Bretaña, se han ajustado para cuya mas prompta execuçion se ha encargado el dicho Conde de Sandvich de embiar a Lisboa persona de toda satisfacion a participar al sobre dicho Don Alfonso sexto Rey de Portugal /fol. 1v/ todo lo dispuesto en el, y por que para llegar con mayor brevedad a la perfeyta conclusión de este negocio el

necesario que aya en aquella ciudad persona de autoridad, calidad, prudencia y çelo, que tenga poder mio para ajustar en forma devida los dichos artículos de Paz.

Por tanto concuriendo (como concurren) las dichas y otras buenas partes y calidades en vos Don Gaspar de Haro y Guzman, Marques del Carpio, Duque de Montoro, Conde Duque de Olivares Primo, Conde de Monrete, Marques de Heliche, señor de Sorbas, Kibrin y Moxacar, Alcayde perpetuo de los Alcazes de la ciudad de Cordoba y Caballenzo mayor de sus reales caballenzias, Alguacil mayor perpetuo de la misma ciudad, y de la santa Inquisiçion della, Alcayde perpetuo de los reales Alcazares y Altarazanas de Sevilla, comendador mayor de la orden de Alcantara, Gran Chanciller de las Indias, Gentil hombre de la cámara Montero mayor y Alcayde de los reales sitios del Pardo, Balsain y Jarzuela. Os doy y conzedo en virtud de la presente tan cumplido y bastante poder, comisión y facultad como es necesario y se requiere para que poir el serenissimo Rey mi muy charo y muy amado hixo y en su real nombre y en el mio podais tratar, ajustar, capitular y concluir con el Diputado i comisario ó los Diputados ó comisarios del sobre dicho Don Alfonso sexto Rey de Portugal en virtude del poder que presentaren del dicho Rey Lusitano una Paz perpetua conforme althenor de dichos capítulos ó en la forma que mas bien pareciere y obligar al Rey mi hixo ya mi al cumplimiento de lo que assi ajustarreis y firmareis, y declaro y doy mi palabra real que todo lo que fuere hecho, tratado y conçercado por vos el dicho Marques del Carpio desde ahora para entonces lo consiento y apruebo y lo tendré siempre por firme y valedeyro y pasaré por ello como por cosa hecha en /fol. 2/ nombre del Rey mi hixo y mio, y por mi voluntad y autoridad y lo cumpliré entera y puntualmente y assi ratificaré y aprobaré en especial y conveniente forma con todas las fuerzas y demás requisitos neçesarios que en semexantes casos se acostumbra todo lo que en razón deste concluyreis, asentarei y afirmareis, para que todo ello sea firme, valido y estable con preçisa condiçion que se aya de fenecer y firmar dicho tratado de Paz dentro de treinta días desde el de la llegada de Don Guillermo Godolfín secretario de Su Magestad Britanica que en nombre del dicho Conde de Sandvich va a la dicha ciudad de Lisboa al efecto referido de manera que sieste plazo se pasare sin quedar concluydo y firmado dicho tratado doy desde ahora para entonces por nulo este poder y todas las clausulas que en el se contienen y quanto en su virtud he mandado despachar la presente firmada de mi mano, sellada con el sello secreto y refrendada de mi ynfraescrito secretario de estado. Dada en Madrid a [...] de Noviembre de mil seiscientos y sesenta y siete años.

Lisboa, 1668, 14 de Fevereiro – Carta do Marquês do Carpio sobre o dia da assinatura do Tratado de Paz.

AGS, *Estado*, leg. 2614, 2 fols.

Lisboa, 14 de Febrero de 668

El Marques del Carpio

Recebido en 21 del mismo

Señora

Sobre lo que tengo escrito a Vuestra Magestad en mis ultimas cartas de 7, diez y 11 del corriente devo añadir que ayer lunes por la tarde hubo conferencias para firmarse el tratado pero habiéndose puesto en limpio sin estar de acuerdo ni con el embaxador ni conmigo en algunas palabras que se habran alterado me escuse de yr no porque fuesen de sustancia sino porque me parezio no pasar en intentarsen otras y el secretario de Estado (después de protestarme con toda confidencia que eran insistencia altisimos y de ningún valor mis reparos y pedirme que considerase el peligro de la dilación que como testigo de vista me aseguraba havia estado el dia antes deshecho todo por las immensas contradiciones que se habían quedó de dar quenta a sus comissarios y de avisarme lo que resultase el conde de Sandvick que se hallaba en la conferencia me embio a decir que fuese porque estaba la gente muy alboratada y que se podrían temer grande /fol. 1v/ inconvenientes a que luego seguía el personalmente para reducirme y estando ponderando-me lo insustancial de la diferencia y el daño que podría ocasionar con la desconfianza de aquellos Ministros y que ya empezaba a gritar el Pueblo publicando que yo no quería la Paz pues dexaba de yr afirmarla volvió el secretario de Estado deziendo que los commissarios no podían persuadir se a que motivaba mi demonstración lo que daba a entender sino que havia otra causa queso hablarse claro porque el plazo del poder se cumplia aquel dia y que en el, o, firmardo, o, roto era precisso que quedase el tratado pidiéndome assi el como el embaxador que lo mirase bien porque difuese de alguna sustancia tendría mucha razón pero que no la habiendo ni materia en que reparar era dura y muy aventurada resolución la mia, assi por esto como porque llegaron a prevenirme el despejo con que estaba el Pueblo con ver que yo me tardaba a resolver a yr para ejecutarlo dixe al secretario de Estado que havia menester saber primero la forma en

que pensaba firmar el Duque de Cadabal porque si /fol. 2/ intentaba poner sob el Duque, yo pondri ale Duque, Duque como ya lo havia hecho en respuesta de un papel suyo, no me la dio con certeza y assi le pedi que se adelantase a preguntar se lo porque no quería hubiese embarazo en función de tanto gusto volvio con diferentes temperamentos poco ajustados ami dectamen, y conclui con ~~decir~~ que si el no firmaba el Duque de Cadabal, o, el Duque Marques de Clierreyra, o, Nuno Alvarez Pereyra que no dexaria yo de elegir lo que me pareziese de los títulos con que Vuestra Magestad se servia de honrarme en el poder. Ajustose asegundo de que me dí por satisfecho y después de leído el tratado y aprobado le todos, se firmo con grande alegría y no basto ser algunas oras después de anochesido para que el concurso de la gente y los gritos de todos no nos metiese en una gran confusión y lo aseguro a Vuestra Magestad que estaba con gran rezelo hasta que le vi firmado porque no solo el Pueblo sino todos los mas estrechos confidentes Amigos que tuvimos /fol. 2v/ para la paz habían tomado muy mal que no fuesen exetuados algunas en el perdón y en la restituicion de las haziendas y muy particularmente que se nos dexase a Ceuta diciendo que no quedando a Portugal aquella Plaza no eran buenos ajustes ni podía venirse en dexarse a Castilla pasando del extremo de no recatarse chicos y grandes en decir que la Paz se havia de hazer por bien, o, por mal, al de pedir que no se hiziese sin Ceuta, con que confeso a Vuestra Magestad que esta hecho y aun no lo creo y se que les sucede esto mismo a muchos naturales pero nada me sirve de consuelo a mi porque como yo quisiera que fuese con otras mayores bentazas para el Real servicio de Vuestra Magestad no me satisface ni aun el quedar sin escrupulo de que no he dexado de llegar hasta donde ha cabido lo posible en cumplimiento de mis obligaciones y de lo que he descado acerta a obedecer las reales ordenes de Vuestra Magestad.

Dios Guarde.

Doc. 10

Madrid, 1668, 26 de Março – Carta para Crispin Botello sobre o ajustamento da paz com Portugal e o início da restituição das fazendas.

BNL, MSS/12020, fol. 1v.

¹Haviendo-se convenido en el ajustamiento de la Paz con Portugal la restitución de los estados haciendas de los caballeros portugueses que han estado y quissieren permanecer en Castilla se considera que para que estos y los demás interesados gozen iserrestables en los bienes que tienen en aquel Reyno, habrán de pasar oficios de congratulación con el infante Don Pedro y con aquellos Ministros y por quem desseo es concurrir a todo lo que les fuere de conveniencia he venido en que quedan executado assin. Envía conformidad se les declara para que lo tengan entendido. En Madrid a 26 de Março de 1668. A Chrispin Gonzales Botello

Doc. 11

Lisboa, 1668, 15 de Dezembro – Segunda ratificação do Tratado de Paz por D. Pedro², a primeira é de 3 de Março do mesmo ano.

AHN, *Estado*, leg. 2809, exp. 2, 8 fols.

Dom Pedro, por graça de Deos, Principe de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa, de Guiné e da conquista, navegação, commercio, de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, ett.^a como sucessor, Governador e Regente destes Reynos e senhórios. Faço saber a todos os que esta minha carta patente de aprovação, ratificação e confirmação virem, que nesta cidade de Lisboa no convento de Sancto Eloy em os treze dias do mez de Fevereiro deste anno prezente de mil e seiscentos e sessenta e oito se ajustou, concluyo e assinou o Tratado de Paz perpetua entre estes ditos Reynos, e os de Castella do qual o traslado de verbo, ad verbum, he o seguinte

¹ Permitindo a los portugueses que están en Castilla tratar com los ministros de Portugal sobre las hazendas que tinen en aquel Reyno.

² Há um outro documento no Archivo General de Simancas da mesma data que ratifica o tratado, ainda que seja mais reduzido que este que apresentamos. Vide Archivo General de Simancas, *E*, leg. 2615, 1 fol.

Dom Affonso, por graça de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves, daquém e dalem mar, em Africa, señor de Guiné e da conquista, navegação e comércio, de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, ett^a. Faço saber a todos os que esta minha carta patente de aprovação, ratificação e confirmação virem que nesta cidade de Lisboa no Convento de Santo Eloy em os treze dias do mez de Fevereiro deste anno prezente de mil e sesicentos e sessenta e oito se ajustou concluyo e assinou hum Tratado de Paz entre meus sucessores e meus Reynos e o Muito Alto e Serenissimo Principe Don Carlos segundo Rey Catholico das Espanhas, seus sucessores e seus Reynos com D. Gaspar de Haro Gusmão e Aragão, Marques del Carpio, Comissario Deputado para este effeito em virtude do poder e procuração da Muito Alta e Serenissima Raynha D. Maria Ana de Austria como tutora da Real pessoa de El Rey Catholico seu filho e governadora de todos seus Reynos e senhorios de huã parte e da outra os comissários Deputados por um abaixo declarados intervindo tambem como Medeador e fiador do dito Tratado em nome do Muito Alto e Serenissimo Principe Carlos Segundo Rey da Gram Bretanha meu bom Irmão, o Conde de Sandvich. Seu embaxador extraordinario com poder que para o dito effeito apresentou do qual dito Tratado reduzido a treze artigos e poderes o theor/fol. 1v/ he o que segue.

Artigos da Pas entre o muito alto e serenissimo Principe Dom Carlos Segundo Rey Catholico, seus sucessores e seus Reynos e o Muito Alto e Serenissimo Principe D. Affonso sexto Rey de Portugal, seus sucessores e seus Reynos, a medeação do Muito Alto e Serenissimo Principe Carlos segundo Rey da Gran Bretanha, Irmão de hum e aliado muito antigo de ambos, ajustados por D. Gaspar de Haro Gusmão e Aragão, Marquez del Carpio como plenipotenciario de Sua Magestade Catholica e D. Nuno Alvares Pereira, Duque de Cadaval, D. Vasco Luiz da Gama, Marquez de Niza, D. João da Silva, Marquez de Gouvea, D. António, Luiz de Menezes, Marquez de Marialva, Henrique de Sousa Tavares da Silva, Conde de Miranda, e Pedro Vieira da Silva como plenipotenciários de sua Magestade de Portugal e Duarte de Sandvich, Plenipotenciario de Sua Magestade da Gran Bretanha Meadtor de fiador da dita Paz em Virtude dos poderes seguintes:

Don Carlos Segundo, por la graça de Dios, Rey De las Hespanhas, de las dos Sicilias, de Hyerusalem, de las Indias ett^a Archiduque de Austria, Duque de Borgonha de Milan, Conde de Aspurg y de Tirol ett^a y la Reyna Doña Maria Anna de Austria su Madre, tutora y curadora de su Real persona y Governadora de todos sus Reynos y senhorios. Por quanto el serenissimo Principe Carlos 2.º Rey de la gran Bretaña,

movido del zela del bien y reposo comũ de la Christiandad e deseo de que se terminem las diferencias entre esta corona y la de Portugal ha interpuesto en diferentes tiempos repetidas instancias ofreciendo su mediación y amigables officios al fin referido y últimamente embiado a esta corte a Eduardo, Conde de Sandvich y Visconde de Hinchigbrooke, Baron Montagy de San Neote, Vize Almirante de Inglaterra, Maestro de la gran /fol. 2/ gran guardaropa y los consejos secretos y caballero de la orden de la Jarretera, por su embaxador extraordinario para tratar algũ ajustamiento de reciproca satisfacion entre ambas coronas con los poderes necesarios para ello y habiendo me insinuado el dicho conde de Sandvich que podría ser el mejor medio para conseguir este intento el de una buena Paz con el hermano de su Rey Don Alfonso Sexto Rey de Portugal se han superado las dificultades que han ocurrido y finalmente por lo mucho que deseo complacer al dicho serenísimo Rey de la Gram Bretanha se han ajustado los treçe capitulos de Paz que van puestos en un proyecto a parte para cuja mais prompta execuçon se há offreçido el dicho Conde de Sandvich a yr, en persona a Lisboa a participar al dicho Alfonso Sexto Rey de Portugal todo lo dispuesto y tratado por su mediación y aprocurar en nombre de su Rey que se llegue a la conclusión y porque para que esto se consiga con la brevedad que se requiere es necesario que haya en aquella ciudad persona de autoridad, calidad, prudencia y zelo que tenga poder mio para ajustar emforma devida los dichos Articulos de Paz. Por tanto concurriendo (como concurrem). Las dichas y otras buenas partes y calidades en vos Don Gaspar de Haro Gusmão y Aragon, Marquez del Carpio, Duque de Montoro, Conde Duque de Olivarez, Conde del Morente, Marques de Heliche, señor del Estado de Sorbas y de la Villa de Luchez, Alcayde perpetuo de los Alcazares de la ciudad de Cordoba, y cavallerico mayor de sus reales cavalleriças. Alguaçil maior perpetuo de la misma ciudad y de la Sancta Inquisicion de ella, Alcayde perpetuo de los reales Alcazares y Atarazanas de Sevilla, gran Chanciller de las Indias, comendador mayor de la orden de Alcantara, gentil-hombre de la Camara Montero maior y Alcayde de los Reales sitios del Pardo, Balsain y Zarzuela, os doy y conçedo en virtud de la presente tan cumplido y bastante poder comision y facultad. Como es necesario y se requiere para que por el serenissimo Rey my mui charo y mui amado, hijo y en su real nombre /fol. 2v/ nombre y en el mio podáis traçar ajustar, capitular y concluir con el deputado commissario ó los deputados o comissarios del sobre dicho Don Alfonso Sexto Rey de Portugal en virtud del poder que presentaren del dicho Rey Lusitano una Pas perpetua conforme al tenor de dichos capítulos ou en

la forma que mas bien pareçiere y obligar al Rey mi hijo y a mi al cumplimiento de lo que assi ajustareis y firmareis y dectaro y doy mi palabra real que todo lo que fuere hecho, tratado y concertado por vos el dicho Marquez del Carpio desde ahora para entonces lo consiento, y apruebo y lo tendre por firme y caledero y pasare por ello como po cosa hecha en nombre del Rey mi hijo y mio y por my voluntad y autoridad y lo cumpliré entera y pontualmente y assi mismo ratificaré y aprobaré en especial y conveniente forma con todas las fueras y de mas requisitos necesarios que en semejantes casos se acostumbre todo lo que en razón desto concluyereis asentareis y firmareis para que todo ello sea firme, valido y estable, con precisa condición que se cuya de fenecer y firmar dicho Tratado de Paz dentro de quarenta días desde el de la ficha de este poder de manera que si este plazo se pasare sin quedar concluydo y firmado dicho tratado doy desde ahora para entonces por nullo este poder y todas las clausulas que en el se contienen y quanto en su virtud se huviere propuesto o començado a tratar. En cuia declaracio he mandado despachar la presente firmada de mi mano sellada con el sello secreto y refrendada de mi infra escrito, secretario de estado. Dada en Madrid, a sinco de Henero de mil seiscientos y sesenta y ocho años. Yo la Reyna. Don Pedro Fernandez del Campo y Angulo.

Don Alfonso, por graça de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa, señor de Guiné /fol. 3/ de Guiné e da Conquista, Navegação e comercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India ett^a Pella presente dou todo o poder e faculdade necessaria a D. Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal, senhor das Villas da Povia, de Sancta Christina, Villa nova dansos, Rabacal, Arega, Alwayazere, Buarcos, Anobra, Carapito, Mortagoa, Penacova, Villalva, Vila Ruiva, Albergaria, Agoa de peixes, Pperal Avermelha, cereal, comendador da Grandola, da ordem de Sanctiago, do meu conselho de Estado e meu mui amado e prezado sobrinho. A D. Vasco Luis da Gama, Marques de Niza, Conde da Vidigueira, Almirante da India, senhor das Villas de Frades e Frovões, Comendador da Comenda de Sanctiago de Beja da orden de Christo, do meu Conselho de Estado e vedor de minha fazenda. A Dom João da Silva, Marques de Gouvea, Conde de Portalegre, Senhor das Villas de Celorico, São Romão, Muimenta Vinhó, Nespereira, Naboinhos, Rio Torto, Valesin, Villacova a coelheira e das ilhas de São Nicolao e São Vicente, comendador da comenda de Sancta Maria de Almada, da orden de Sanctiago, do meu Conselho de Estado, presidente da meza do Dezembargo do Paço, meu mordomo mor e meu muito prezado sobrinho. A Dom

Antonio Luiz de Menezes, Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, Senhor das Villas de Melres, Mondin, Cerva, Atem, Hermello, Bilho, Villar de Ferreiros, Avelhans do Camino Leomil Penella, Povia e Valongo, Senhor do Morgado, de Medelo e São Silvestre, comendador da comenda de Sancta Maria de Almonda, da orden de Christo, do meu Conselho de Estado, Vedor de minha fazenda, governador das armas de Lisboa, da Praça de Cascaes e da Provincia da Estremadura /fol. 3v/ da Estremadura e capitão geral do exercito e provincia de Alemtejo. A Henrique de Souza Tavares da Silva, Conde de Miranda, senhor das villas de Podentez, Vouga, Tolgosinhos, Oliveira do Bairro, Germelo, Soza Arancada, Alcayde mor de Arronches e Alpalhão, Comendador das comendas de Alvalade, Villanova de Alviso, Proença, Alpalhão das Ilhas Terceiras, São Miguel e Madeira, do meu Conselho de Estado, governador da Relação e caza do Porto e das armas da mesma cidade e seu destricto e a Pedro Vieira da Silva do meu conselho e meu secretario de Estado para por my e em mey nome tratarem conferirem e ajustarem huã pas perpetua entre my, meus sucessores e meus Reynos [e meus Reynos] e a muito Alta e serenissima Raynha Dona Maria Ana de Austria, como tutora e curadora da real pessoa do Muito Alto e muito poderoso Principe Dom Carlos segundo seu filho Rey Catholico das Hespanhas, das duas Sicilias, de Hyeruzalem e das Indias occidentaes, Archiduque de Austria Duque de Borgonha e de Millão, Conde de Aspurg e de Tirol e Governadora de seus Reynos e senhorios e entre seus successores e Reynos por meyo de D. Gaspar de Haro Gusmão e Aragão, Marquez del Carpio, Duque de Montoro, Conde Duque de Olivares, Conde de Morente, Marques de Heliche senhor do Estado de sorbas, da Villa de Lneches, Alcayde perpetuo dos Alcazares da Cidade de Cordova, cavallariço de suas reaes cavallarizes, Aguaçil maior perpetuo da mesma cidade e da sancta inquisição della, Alcayde perpetuo dos reaes Alcazares e Atarazanas de Sevilha grão chaceller /fol. 4/ Chancellor das Indias, Comendador mayor da orden de Alcantara gentil homem da Camara, Montero mor e Alcayde dos Reaes sitios do Pardo, Balsaim e Zarzuela, como Plenipotenciario Deputado para este cazo pelo dito serenissimo Principe Don Carlos e con intervenção, medeação e segurança de Duarte, Conde de Sandvich, Vizconde de Hisingbrooch, Barão de Montagn de Sancto Neote, Viçe Admiral de Inglaterra, dos Conselhos mais secretos do muito Alto e Serenissimo Principe Carlos Rey da Gram Bretanha meu bom Irmão em seu nome e como seu Embaixador extraordinario destinado para este mesmo negocio tudo na forma e cõ as condições, declarações e clausulas que lhes parecerem convenientes ao socego, bem

comũ amizade e união entre ambas as coroas e vassallos dellas e o por elles feito e ajustado nesta parte me obrigo em meu nome e no de meus successores e meus Reynos a o cumprir, manter e guardar de baixo da fee e palavra de Principe e o haverey por bom, firme e valoroso como se por my fora feito e acordado e isto sem embargo de quaesquer leis, direitos, capitolos de cortes e costumes que haja em contrario porque todos hey por derogados para este cazo como se delles fizera aquí partienlas e expressa menção tudo de meu motu proprio certa e ciencia porder real e absoluto no melhor modo e forma que de direito posso de devo e por firmeza de tudo o que dito he mandes passar esta carta por my assinada e sellada com e sello grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisboa aos quatro días do mez de Fevereiro. Luis Teixeira Jesu Xcrispto de mil e seiscentos e sesenta e oito. Pedro Vieira da Silva a fez escrever. O Principe /fol. 4v/

[Carolus secundus Dei gratia Magna Britania Frantia et Hibernia Rex Fidei defensor et^a ómnibus et singulis hasce literas inspecturis salutem. Cum nihil magis Regium aut Christianum sit quam componere desidia inimicitias consopire et inneteratos odiorum radices ita penitus e nellere ut armis depósitos et paçe redite grata Populis Franquilitas comercio securitas, legibus authoritas restituatur Principibus denique subdisor[¿] plausus et aprecationes undique benedicant. Nos quidem qui Regna Hispaniae Portugalliae eodem sin et affectu complectimur Bellum illud inter consiguas nationes sot annis gestum tot funeribus maenlatum non sine inefabili dolore intueri potuimus optantes identidem ut sit illustria fortitudinis exempla in allis Regionibus adversus alios hostes ederentur tándem eum propitium numen ita volus et gemitibus nostry responderit ut príncipes utrinque partis ad parata consilia quasi sponte sua flecti videantus ineaptum tam pium et optabile nobis omni studio fovendum et animorim utrique non modo reconciliationem sed coniunctionem etiam mediatone nostra stabiliendam ese censuimus quod opus ut felicius incatur et expeditius ad finem perducatur legatum nostrum extraordinarium ad Principes utrinsoq partis misimus virum e nobilitate nostra primarium utrique corone a que addictum coque auspicatius apud utranque Legatione hac pacifica defuncturum pradilectum et per quam fifelem consanguineum nostrum Eduardum comitem de Sandvich. Viçe comitem de Hinchigbrook Baronem Maontaculium de Sancto Neote Aglia vice Admirallum Moagna guarderoba nostra Magistrum nobis a secretioribus concilis, Antiquissimi, nobilissimi que ordinis pericelidis /fol. 5/ pericelidis equitem. Hiatis igitur quod nos fide industria juicio ac prudência dictus comitis de sandvich.

Legati nostri extraordinaris plurimum confici ipsum verum et indubitatum commissarium ac Procutatorem nostrum fecimus ordinamus et deputavimus ac per presentes facimus ordinamus et deputamus. Dantes eidem et comitentes plenam et omnimodam potestatem atque auctoritatem pariter et mandatum generale et speciale nomine nostro eum praefectus Principibus utrisque partibus vel ipsorum ministris congregandi ac sermones habendi et cum ipsorum commissarius deputatus et procuratoribus ad hoc sufficientem potestatem habentibus conjunctim vel separatim in confinibus regnorum vel alibi ubi commodius visum fuerit de et super pace vel de et super multorum annorum induciis inter eosdem et de quibus stabilienda vel stabilendis nec non de et super triplex fadere ac consociatione inter nos dictos que Principes utriusque partis pro comuni ac mutua regnorum nostrorum defensione comunicandi tractandi conveniendi et concludendi cetera que omnia faciendi qua ad praedictos fines, vel quos libet eorum faciant et conducant at que superius Atienlos lietas et instrumenta necessaria conficiendi et ab alteris partibus conjunctim vel separatim petendi et recipiendi. Denique omnia ea qua ad praemissa vel circa eadem quovismodo erunt necessaria et opportuna expediendi. Promittentes bona fide et in verbo regio nos omnia et singula qua inter Principes utriusque partis eorum vel procuratores deputatos aut commissarios at que praenominatum legatum nostrum extraordinarium conjunctim vel separatim in praemissis seu praemissorum aliquo erunt facta pacta et conclusa rata grata et firma habituros nec unquam contra ipsorum aliquid aut aliqua contraventuros quin /fol. 5v/ quin potius quidquid nomine nostro promissum aut in uoribus praemissorum conclusum fuerit non solum ex parte nostra sacre et inviolabiliter observaturos sed fide inssuros et sponsore futuros idem ab alteris quoque partibus et earum alterutra sancte et inviolabiliter observatum iri. In cuius rei testimonium hactenus literas fieri manu que nostra signatas magno angliae sigillo communiri fecimus quae dabantur apud Pallacium nostrum wesmonsterii sexto decimo die Mensis February Anno Domini millesimo sexcentesimo sexagesimo quarto et Regni nostri decimo octavo. Carolus Rex

Em nome da sanctissima Trindade Padre Filho e Spirito Sancto tres Pessoas distintas e hum só Deos Verdadeiro

Artigo 1.º

Primeiramente declarão os senhores Reis Catholico e de Portugal que pello presente Tratado fazem e estabelecem em seus nomes de suas coroas e de seus vassallos hua Paz perpetua, boa, firme e inviolavel que comessara o dia da publicação

deste Tratado que se fará em termo de quinze días cessando desde logo todos os actos de Hostilidade de qualquer maneira que seião entre suas coroas por terra e por mar em todos seus Reynos senhorios e vassallos de qualquer qualidade e condição que seião sem exceição de lugares nem de pessoas e se declara que hão de ser quinze días para ratificar o Tratado e quinze para se publicar. /fol. 6/

Artigo 2.º

E porque a boa fé com que se fas este Tratado de Paz perpetua não permite cuidarse em guerra para o futuro nem em querer cada huã das partes achar se para este caso com melhor partido se acordou em se restituirem a El Rey Catholico as Praças que durando a guerra lhe tomarão as armas de Portugal e a Portugal as que durante a guerra lhe tomarão as armas de El Rey Catholico com todos seus termos assi e da maneira e pellos limites e confrontações que tinham antes da guerra e todas as fazendas de [ç] se restituirão a seus antigos possuidores ou a seus herdeiros, pagando elles as bem feitorias uteis e necesarias e nem por isso se poderão pedir as daneficações que se atribuem a guerra e ficará nas Praças a artelharia que tinham quando se occuparão e os moradores que nao quizerem ficar poderão levar todo o movel e vencerão os frutos do que tiverem semeado ao tempo da publicação da Paz e esta restituição das Praças se fará em termo de dous meses que comessarão do dia da publicação da Paz declararão porem que nesta restituição das Praças não entra a Cidade de Cepta[sic] que há de ficar com El Rey Catholico pellas rezões que para isso se considerarão e se declara que as fazendas que se possuirem com outro titulo que não seja o da guerra poderão dispor dellas seus donos libremente.

Artigo 3.º

Os vassallos e moradores das terras possuidas de hum de outro Rey terão toda a boa correspondençia e amizade sem mostrar sentimento das ofensas e dannon pasados e poderão comunicar entrar e frequentar os limites de hum e de outro e usar e exercitar comércia com toda a segurança por terra e por mar assy e da maneira que se usava em tempo de Rl Rey Dom Sebastião. / fol. 6v/

Artigo 4.º

Os ditos vassallos e moradores de huã e de outra parte terão recíprocamente a mesma segurança liberdades e privilegios que estão acordados com os súbditos do serenissimo Rey da Gram Bretanha pelo Tratado de Vinte e tres de Maio de 1667 e do outro do anno 1630 no em que este tratado está ainda em pé, assi e da maneira como se todos aquelles artigos em rezão do comercio e immunidades tocantes a elle forão

aquí expresamente declarados sem excepção de artigo algum mudando somente o nome em favor de Portugal e destes mesmos privilegios uzará a nação portuguesa nos Reynos de Sua Magestade Catholica assi e da maneira que o usavão em tempo do dito Rey Dom Sebastião.

Artigo 5.º

E porque he necessario hum largo tempo para se poder publicar este Tratado nas partes mais distantes dos senhorios de hum e outro Rey para cessarem entre elles todos os actos de hostilidade se acordou que esta Paz comessará nas ditas partes da publicação que della se fizer em Hespanha a hum anno seguinte mas se o avizo da Paz puder chegar antes aquelles lugares cessarão desde então todos os actos de hostilidade e se pasado o dito anno se cometer por qualquer das partes algum acto de hostilidade se satisfará todo o danno que delle nascer.

Artigo 6.º

Todos os prisioneiros de guerra ou em odio della de qualquer nação que sejam sem dilação ou embargo algum serão postos em sua liberdade assi da huã como da outra parte sem excepção de pessoa algua e de rezão ou pretexto que se queira tomar em contrario e esta liberdade começara do dia da publicação em diante. /fol. 7/

Artigo 7.º

E para que esta Paz seja melhor guardada promettem respectivamente os ditos Reys, Catholico e de Portugal de dar libre e segura passagem por mar ou ríos navegaveis contra ainuação de quaesquer piratas ou outros inimigos que procurarão tomar e castigar com rigor dando toda a liberdade ao comercio.

Artigo 8.º

Todas as privações de heranças e disposições feitas em odio da guerra são declaradas por nenhuma e como nao acontecidas e os dous Reis perdoão a culpa a huns e a outros vassallos em virtude deste Tratado, havendo se de restituir as fazendas que estiverem no fisco e coroa as pessoas as quaes sem intervenção desta guerra havião de tocar ou pertencer para poderen libremente gosar dellas mas os frutos e rendimento dos ditos bens até o dia da publicação da Paz ficarão aos que os tem possuido durante a guerra e porque se pode offerecer sobre isto algumas demandas que convem abreviar para o socego da Republica será obrigado cada hum dos pertendentes a intentar as demandas dentro de hum anno e se determinarão breve e sumariamente dentro de outro.

Artigo 9.º

E se contra o disposto neste Tratado alguns moradores sem orden e mandado dos Reys respectivamente fizerem algum danno, se reparará e castigará o danno que fizerem sendo tomados os delinquentes mas não será licito por esta causa tomar as armas e romper a Paz e em caso de senão fazer justiça se poderão dar cartas de marca ou represalias contra os delinquentes na forma que se costuma. /fol. 7v/

Artigo 10.º

A coroa de Portugal pelos interesses que reciproca e inseparavelmente tem com a de Inglaterra poderá entrar a parte de qualquer liga e ligas ofensiva e defensiva que as ditas coroas de Inglaterra e Catholica fizerem entre sy juntamente com quaesquer confederados seus e as condições e obrigações reciprocas que em tal caso se ajustarem ou se acrescentarem ao diante se terão e guardarão inviolavelmente em virtude deste Tratado assi e da maneira como se estiverão particularmente expressadas nelle e estiverão já nomeados os colligados.

Artigo 11.º

Promete os sobreditos Reys Catholico e de Portugal de não fazer nada contra e em contra e em prejuizo desta Paz nem consentir se faça directa ou indirectamente e se a caso se fizer de o reparar sem nenhuma dilação e para observancia de tudo o acima contheudo se obrigão com o senhor Rey da Gram Bretanha como medeador e fiador desta Paz e para firmeza de tudo renunciação todas as leis costumes ou couza alguma que faça em contrario.

Artigo 12.º

Esta Paz será publicada por todas as partes donde convier o mais brevemente que ser possa depois da rateificação destes artigos pelos senhores Reys Catholico e de Portugal e entregues recíprocamente na forma costumada.

Artigo 13.º

Finalmente serão os presentes artigos Paz nelles conthenda rateificados tambem [e] conhecido pelo senhor Rey da Gram Bretanha como medeador e fiador della por cada hua das partes dentro de quatro meses depois de sua rateificação.

/fol. 8/ Todas as quaes couzas nestes artigos referidas forão acordadas estabelecidas e concluidas por nos D. Gaspar de Haro Gusmão e Aragão, Marques del Carpio, Duarte Conde de Sandvich e Dom Nuno Alveres Pereira, Duque do Cadaval, Dom Vasco Luiz de Menezes, Marquez de Niza, Dom João da Silva, Marquez de Gouvea, Dom Antonio Luiz de Menezes, Marquez de Marialva, Henrique de Souza

Tavares da Silva, Conde de Miranda e Pedro Vieira da Silva Commissarios Deputados para este effeito em virtuda das plenipotencias que ficão tresladadas em nome de suas Majestades Catholica da Gram Bretanha e de Portugal e em cuja fez firmeza e testemunho de verdade fizemos o presente tratado firmado de nossasmaos e sellado com o sello de nossas armas em Lisboa no convento de Sancto Eloy aos 13 dias do mez de Fevereiro de mil e seiscentos sesenta e oito. Don Gaspar de Haro y Gusman. Conde de Sandvich. Duque Marques de Ferreira. Marquez de Niza, Almirande da India. Marquez de Gouvea Mordomo mor. Marques de Marialva. Conde de Miranda. Pedro Vieira da Silva.

E havendo eu visto o dito Tratado de Paz perpetua despoes de considerado e examinado com toda a attenção. Hey por bem aceita lo aprova-lo, Ratifica-lo e confirma-lo como em effeito por esta minha carta patente o açoit, aprovo, ratefico e confirmo, prometendo em meu nome, no de meus successores e meus Reynos de observar, guardar e cumprir e de fazer observar, guardar e cumprir inviolavelmente todas as couzas nelle conthidas sem admitir que por modo ou acontecimento algum que haja ou possa aver directa ou indirectamente se contradiga ou vá contra elle e se se ouver ou se fizer em alguã maneira couza em contrario de amandar reparar sem dificuldade ou dilação alguma castigar e mandar castigar os que forem nisso complices com todo o rigor e tudo o referido prometo e me obrigo guardar de baixo da fee /fol. 8v/ e da fee e palabra de Rey em meu nome no de meus successores e Reynos e da hipoteca e obrigação de todos os bens e rendas geraes e especiaes presentes e futuras delles. E em fee e firmeza de tudo mandey pasar a presente carta por my assinada e sellada com o sello grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisboa aos tres días do mez de Março. Luiz Teixeira de Carvalho a fez anno do nascimento de nosso senhor Jezu Christo de mil e seiscentos e sesenta e oito. Pedro Vieira da Silva a fez escrever.

O Principe.

E porque o dito Tratado de Paz foi aprobado, ratificado e confirmado pelos sobreditos Reys de Portugal, Castella e da Gram Bretanha como medeator e fiadro delle e solemnemente publicado todo o Reyno e suas conquitas e eu dezejo que da mesma maneira se continue e perpetue por mim e meus successores na coroa destes Reynos. Hey por bem aceita-lo, aprova-lo, ratefica-lo e confirma-lo e por esta mina carta patente o açoit, aprovo, ratefico e confirmo e prometo em meu nome no de meus successores e Reynos de observar, guardar e fazer observar, guardar e cumprir

inviolavelmente todas as couzas nelle cotheudas sem admitir que por modo ou acontecimento algum que haja ou possa haver directa ou indirectamente se contradiga ou va contra elle e se se ouver feito ou se fizer em alguma maneira couza em contrario de a mandar reparar sem dificuldade oubdilação alguma castigar e mandar castigar os que forem nisso complices com todo o rigor e tudo o referido prometo e me obrigo guardar de baixo da fee e palabra real em meu nome no de meus successores e destes Reynos e da hipoteca e obrigação de todos os bens e rendas geraes, especiaes presente se futuras delles e em fee e firmza de tudo mandei pasar a presente carta oor my assinada e sellada cõ o sello grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisboa aos quinze do mes de Dezembro. Ayres Monteiro e Sousa a fez. Anno do nascimento de nosso senhor Jezu Xrispto de mil e seiscentos e sesenta e outo. Dis a entre linha no artigo treze e reconhecidos Padre Sanches Farinha o fez escrever.

O Principe

II - Documentos referentes às embaixadas de D. Henrique de Sousa Tavares e D. João da Silva (1668-1673)

Doc. 12

Lisboa, 1668, 8 de Abril – Carta do Barão Wateville para a rainha regente sobre: *las desconfianzas entre las particularidades de Don Alonso y Don Pedro, al qual salida del Reyno del señor Sousa que lo fue del Don Alonso. Y que el embajador de Francia ha puesto a la puerta de su casa las Armas de su Amo.*

AGS, *Estado*, leg. 2615, 1 fol.

Lisboa, a Su Magestad

El Baron de Vatevilee

En 8 de Abril de 1669

Señora

Lo que por ahora se ofrece que poner en la Real noticia de Vuestra Magestad es que aquí se van continuando siempre los çelos y desconfianzas entre las parcialidades del Prinzipe Don Pedro y Don Alonso (que se halla en la misma prinsion) aunque no veo, que el sequito de este pueda, en lo presente, causar alterazion que mantibe ninguna mudanza, si bien qualquier cosa y novedad por leve que sea ocasión todo cuidado al Don Pedro como lo ha hecho el haberse sabido que sua çierta la salida de este Reyno del Secretario Sousa de Mazedo que lo fue de toda confianza de Don Alonso por haverse encaminado a Inglaterra juzgando que puede haber ydo a alguna negociación encaminada a favor de Don Alonso contra Don Pedro, pero yo entiendo que no ha tenido mas un para salir de aquí que el de ponerse en livietad y librarse de las molestias a que estaba /fol. 1v/ expuesto con su asistencia en esta corte por la desconfianza que se tenta de su persona.

El embajador de Franzia ha puesto estos días las armas de su Amo a la puerta de la casas donde vive de que doy quenta a Vuestra Magestad en cumplimiento de la orden que para este caso se serbio de darme. Dios guarde ett.^a

Madrid, 1668, 19 de Abril – Oficio do Conselho de Estado Castelhana sobre a restituição de bens.

AGS, *Estado*, leg. 2614, 3 fols.

El Conde de Peñaranda

El Marques de Mont.ra

El Cardenal de Aragon

El Conde de Ayala

El Inquisidor General

El Marques de la Fuente

Señora

Con dos decretos de 31 de Marzo y 16 deste mes se sirvió de remitir al consejo las tres consultas incluidas del de Portugal en que con ocasion de las ordenes que valiron a el para extinguir a consejo y otros puntos representa a Vuestra Magestad lo que se ofrece las quales se rediçen a dar quenta a Vuestra Magestad de los Ministros que han quedado en el sin ocupaçion y el merito y servicio de cada uno para que Vuestra Magestad seniendo los presentes pueda emplearlos suponiendo que los gajes que goçan no les hade çesar pues el dejar de servir no es por falta ni de merito suio que por aquella via no se puede dar a entender a los portugueses residentes en Castilla que per el establecimiento de sus haçiendas quedan pasar oficios de congratulación con el Gobierno presente de Portugal, assi porque se extingui aquel consejo como porque no se puede dar regla que comprehenda a todos por militan en cada uno diferente raçon por su /fol. 1v/ calidad y haciendas demás de que el equivoco de las palabras del capitulo 8.º hade ocasionar grandes dudas y pleitos en la restitucion de las Haçiendas pues habiendo en Castilla herederos legítimos de la casa de Aleixo y de Arcos se ha dado posesión alla a los parientes mas çercanos con que sise vieses después de 28 años de servicio a esta corona pryvados de sus haciendas en Portugal los que han seguido el partido de Vuestra Magestad seria sin exemplo el abandonarlos en este frangente adeudados en Castilla mal vistos en Portugal y en vuestro y en otro Reyno depuestos de las mercedes por lo qual seria muy de la pyedad de Vuestra

Magestad el tenerlos presentes como lo represento en consulta de 24 del pasado que a la Plaça de Ceuta por su fidelidad y por el consuelo de aquellos vasallos será muy conforme a la Real grandeça de Vuestra Magestad conservarlos en sus usos y leyes poniéndoles prelado que los rigla. Por haver 26 años que se hallan sin el que los cau[ç]los que han obtenido /fol. 2/ mercedes honoríficos en Portugal. Pareze se hallan destituidos según esta Paz de goçarlas en que no duda se podría, mas al que no seria sin exemplo el conseguirlo con nobliço el Duque de Uzhená con Henrique 4. ° después de las Guerras çiviles, y que respecto de estar muchas matherias pendientes seria muy del servicio de Vuestra Magestad el formar una junta para que entrando ministros de aquel tribunal con el se[ç]mo del puedan tener el expediente necesario.

A este tiempo se vio también otro decreto de Vuestra Magestad de 16 deste en que es servida Vuestra Magestad decir que persona de suposiçion en Portugal ha escrito a otra en Castilla que tiene estados alla que manteniéndose vasallo de otro príncipe no goçara desde Madrid las haçiendas en Portugal pelo qual podría embiar un hijo y que respecto de haver declarado esta persona que quiere quedarse en servicio de Vuestra Magestad se consulte lo que se ofreciere con la inteligencia /fol. 2v/ de el emperio en que en esto se entra y que la regla que se diera en esto sea general.

Visto en el consejo lo referido comprehendido lo todos representa a Vuestra Magestad lo que se le ofreçe dando su parecer en cada punto claredad y es como se sigue:

En el que toca a los ministros del consejo de Portugal y conservarles sus sueldos y emolimentos pareçe muy proprio de la Real grandeça de Vuestra Magestad y de su piedad y que no se debe excusar hasta ser ocupado en otros puestos de su satisfacion serviendose Vuestra Magestad de responder a las consultas favoreciéndolos con decir que de los serviçios y meritos de casa uno se halla con muy grato conocimiento y que los tendrá muy resentes en las ocasiones que se ofrecieren.

En quanto a formar la junta que se propone para que no quede todo punto extinguido aquel ministerio /fol. 3/ es de sentir el consejo que no combiene ynovar en la resolución que ya Vuestra Magestad ha tomado por excusar a los Portugueses todo motivo de desconfinaçã sino que corra lo resuelto y por el consejo de Guerra todo lo tocante a la Plaça mas adbirtiendole Vuestra Magestad que pues hay en el cau[ç] Portugueses apliquele expeçial atención en guardar a Ceuta todas las costumbres y

leyes con que hasta ahora ha corrido que es lo que se puede depor ahora que venir para consuelo de aquellos naturales, a que anade el consejo que el darles prelado con toda brevedad es muy conbiniente y que assi debe bajar decreto para que por la camara se consulta aquel obispado.

En lo que mira a la relacion de lo que los vasallos que han seguido el servicio de Vuestra Magestade en esta Guerra hubieren perdido con la Paz de Portugal se divide en dos generos el dicho que mira a lo honorifico y el otro a Hacienda, en lo primero es de sentir el /fol. 3v/ consuelo que debe responderse no es el real animo de Vuestra Magestad quitarles en Castilla los onores de que han goçado sino continuarselos aca pues para en Portugal no es adecuado el exemplar del Duque de Umena que diçe la consulta por quando Henrique 4.º acavo aquella guerra de Françia quedo dueno de todo y en la presente Paz queda divedida Portugal y Vuestra Magestade sin este arbitrio enquanto a Hacienda también resuelve que por tres meses no se haga novedad en el goçe de las mesadas con que en este tiempo se sabra sies equivalente las haziendas que en Portugal les restitutiren y conforme lo que en esto se desabriré podrá la grandeça de Vuestra Magestad medir lo que con cada uno se hubiere de ejetutar sin que al consejo le haga fuerça lo que el de Portugal pondera de que Vuestra Magestad en conciencia deve darles recompensa porque esto solo debe pender de su clemencia Real pudiéndose decir a todos los que en virtud de /fol. 4/ la Paz hubieren sido restituidos en Portugal que aca çesa la obligación despidiéndolos mostrando mucha satisfacion de lo bien que han cumplido con sus obligaciones pero a los que no hubieren reçevido alla este veneso será muy proprio de Vuestra Magestad el recompensárselos proporcionadamente por no dejar en desamparo sus meritos que en la vejos seria muy trabajo y commisecacion demas del mal exemplar que causaría para todos especialmente estando reçiente lo de Borgoña. No por esto se duda que por mucho que se an gratificados habrá siempre quejosos pero para poder recombevir buenamente con que no le sale a Vuestra Magestad de balde lo que han conseguido en su Real amparo durante esta guerra seria conveniente se sirviese de mandar sacar lla relacion de lo que ha importado cada año de fose la rebelión de Portugal todo lo que se a gastado en mesadas y asistencias de costos de aquel Reyno que sin duda ha sido muy considerable suma y por consuelo se les podrá también decir que en la Instrucion que se hubiere de formar por el embajador /fol. 4v/ que ha de ir a Lixboa le encargara mandar a Vuestra Magestad muy particularmente a tienda con todo cuidado a

promover los intereses destos casos. A los quales el animo de Vuestra Magestade no fue obligarles que se congratulasen con D. Pedro ni su hermano porque esta havia de ser acción voluntaria sino darles a entender tacitamente el que Vuestra Magestad no se desagradaria de las diligencias que quisiesen haçer para aventarjar los intereses de sus haziendas por quitarles el empacho que pudieran tener en ello y en esta conformidad se puede continuar el hablarles quando se ofrezca para no cargarse Vuestra Magestad la obligacion de prohibírselo.

Vuestra Magestad mandara lo que fuere servida.

Madrid, a 19 de Abril de 1668

Doc. 14

Madrid, 1668, 26 de Abril – *Decreto de la Reyna en favor de los Ministros consejeros del consejo de Portugal despues de las paçes – dirigido a Crispin Gonzales Botello, Secretario del dicho Consejo.*

BNE, Sala Cervantes, MSS/12959/18, 2 fols.

Decreto de la Reyna en favor de los Ministros consejeros del consejo de Portugal despues de las peçes – dirigido a Crispin Gonzales Botello, Secretario del dicho Consejo

Dereis en sus posadas a los consejeros de que se compone el consejo de Portugal (para que estén en cuenta de lo que he resuelto y en conocimiento de las ultimas consultas que me hiçieron) declarareis a cada uno que mi real animo es mantener a todos los ministros que han servido en aquel consejo los sueldos y emolumentos que goçan en tanto que no se les acomoda con pretentamente como se procurara en las ocasiones para porporcionadas que se ofreçieren teniendo yo mui presente la fineça[sic] servicios y meritos de todos. Que no conviniendo guerra cuide de la plaça de Ceuta (como de las otras de Africa) he mandado este con toda atención en guardas a Çeuta todas las costumbres y leyes un que setra[sic] gobernado hasta ahora para maior consuelo de sus naturales a quienes supondrá brevemente prelado consultándome sujetos la cámara de Castilla, como se lo he fore venido que permanেçeran todas las merçedes honorificadas concedidas a los caballeros portugueses goçando las en Castilla en la misma forma que lo han hecho hasta ahora /fol. 1v/ habiendo resuelto que enquanto a los utiles justres meses no se haga novedad

en el goçe de las mesadas para que en este tiempo ce reconosca si quivalen las haçiendas que en Portugal se restitucien y conforme a los que resultare se regule lo que se nuviere de executar con cada uno atendiendo a la justa restribuicion de los meritos pues a fin de que enteramente goçen en aquel reyno lo que les pertenece ordene que sin esta calidad no se ajustase la paz siendo mi intento que establecido esto se procure reduçir al acto pratico por los medios que cada uno tuviere por mas apropósito. A cujo intento ~~procurare~~ ordenare que en la instruccion que se formare a la persona que de aquí nuviere de ir a Lisboa se en cargue mucho el promober los intereses de los caballeros que están a ca hasta que que der restituidos en lo que les toca. Executare isto assin. Madrid, a 26 de Abril de 1668.

Doc. 15

Madrid, 1668, 19 de Junho – Oficio do Conselho de Estado a restituição de uma conquista que os portugueses fizeram por Castela depois da Paz.

AGS, *Estado*, leg. 2614, 1 fol.

El Conde de Peñaranda

El Inquisidor General

El Marques de la Fuente

Señora

Haviendose escrito al Marques de Penalva[sic] solicitarse la restitucion de lla presa que portugueses hicieron por Castilla después de la publicación de la Paz, responde en carta de 1.º deste que embio a Lixboa assi canónigo de Ciudad Rodrigo para que hablando al Marques del Carpio procurase el que se volviese dicha presa y que no hallando allí al Marques entro en la pretensión la qual habiendo se hecho pleito ordinario se vio obligado a retirarse sin haver conseguido nada de que dava quenta a Vuestra Magestad para que ordenase lo que fuese servida.

Al consejo parece que Vuestra Magestad se sirva de ordenar se sepa del Marques del Carpio si las cosas de Portugal que daron en disposición que pueda el que harse a algún ministro ya /fol. 1v/ teniendo forma para ello escriba dando a entender como se falta a la execucion de las ordenes que por su intervención se dieron pidiendo se restituya luego esta presa pues no a raçon para dejarlo de haçer quando

por hua parte se volvió la que hiço San Lucar de Goadiana a Instança del mismo Marques.

Vuestra Magestad resolverá lo que fuere servida.

Madrid a 19 de Junio de 1668.

Doc. 16

Lisboa, 1668, 5 de Julho – Carta Credencial de D. Pedro para D. Carlos II de Espanha, onde apresenta D. Henrique de Sousa Tavares como Embaixador Extraordinário.

BNP, Reservados, *Fundo Geral*, Cód. 674, fols. 229-229v.

/fol. 229/ Embaixada que foi fazer a Castela o Conde de Miranda sendo Regente destes Reinos o Principe D. Pedro despois Rey segundo do nome

Carta Credencial

Muito Alto e Poderoso Principe, meu bom Irmão e Primo. Eu D. Pedro, por graça de Deos, Principe de Portugal e dos Algarves daquém e de alem Mar, em Africa, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia, Persias e da India. Etc. Como Successor e Governador e Regente destes Reinos, invio muito saudar a Vossa Magestade como aquele que muito amo e prezo. O Conde de Miranda do meu Conselho de Estado, Governador da Relação e Caza do Porto, vai assistir Vossa Magestade com qualidade de meu Embaixador Extraordinario, há-de propor a Vossa Magestade em meu nome alguns negocios para melhor e mais segura observancia da paz e boa correspondencia de ambas as Coroas, e espero eu delle o faça de maneira que seja muito grato a Vossa Majestade. Rogo muito Vossa Magestade de inteira fé e credito a tudo o que lhe disser da minha parte, ovindo-o com a benevolencia que merece a Vossa Magestade meu animo e particular amor a sua Real pessoa e o dezejo que tenho de que haja nestes Reinos muito em que possa comprazer Vossa Magestade.

Muito alto e muito poderoso Principe, meu bom Irmão e Primo. Nosso Senhor haja a pessoa de Vossa Magestade e seu Real Estado em sua guarda. Escripta em Lixboa a 5 de Julho de 1668. Bom /fol. 229v/ Bom Irmão, e Primo de Vossa Magestade.

O Principe

Lisboa, 1668, 5 de Julho – Carta Credencial de D. Pedro à Rainha de Espanha, apresenta D. Henrique de Sousa Tavres como seu Embaixador Extraordinário e informa que este tem como objetivo a boa correspondência entre os reinos, para a manutenção da paz.

BNP, Reservados, *Fundo Geral*, Cód. 674, fols. 229v – 230.

Carta para a Rainha de Castela

Muito Alta e Serenissima Princeza minha boa Irmã e Prima. Eu D. Pedro, por Graça de Deus, Príncipe de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem Mar, em Africa, Senhor de Guiné e da Conquista e Navegação, Comércio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Como Successor, Governador e Regente destes Reinos invio muito saudar a Vossa Magestade, como aquela que muito prezo.

Vai o Conde de Miranda do meu Conselho de Estado e Governador da Relação e Caza do Porto assistir a Sua Magestade Catolica com a qualidade de meu Embaixador Extraordinario e porque lhe hade propor alguns negocios importantes a boa correspondencia entere ambas estas Coroas tão vizinhas, e que tantos annos conservarão união de animos e de interesses.

Rogo muito a Vossa Magestade os queira amparar e favorecer, por que tenham o bom despaecho, que espero da boa tenção com que Vossa Magestade trata a todos, principalmente aos que tanto como eu dezejão muitas occaziões de dar tudo contentamento a Vossa Magestade.

Muita alta Serenissima Princeza, muita boa Irmaã e Prima. Nosso Senhor haja a Real pés /fol.230/ pessoa de Vossa Magestade em sua Sancta goarda. Escripta em Lixboa aos 5 de Julho de 1668.

Bom Irmão, e Primo de Vossa Magestade.

O Príncipe

Lisboa, 1668, 4 de Julho – Instrução Pública de D. Pedro para Henrique de Sousa Tavares, 3.º Conde de Miranda.

BNP, Reservados, *Fundo Geral*, Cód. 674, fols. 230 – 234v.

Instrução

Conde Embaixador Amigo, etc. Escolhi-vos para a Embaixada extraordinaria de Castella de mais de vosso talento, experiencia de negócios grandes, zello de meu serviço e conhecimento que tendes daquela corte; porque como tivestes tanta parte no tractado da paz, que celebrei com aquele Reino he razão que a tinha eu em executar e assentar os effeitos della, que he o fim mais principal desta Embaixada, e espero a consigaes com tão bom successo, que tenha eu, e todos estes Reinos muito que vos agradecer.

Guardarei a Instrução seguinte

Parecia que com a celebração da paz se desarmaria Castela por não haver ja mister desta parte gente de guerra, por se forrar de despesas, e por alliviar os vassallos gastados e afligidos com tantos annos da mais vigorosa, e viva guerra, mas não succedeu assim, porque ainda conserva os seus Exercitos, e o que mais he faz novas levás, trabalha nos seus trens de artelharia e faz mantimentos, que tudo são indícios de ap /fol. 230v/ de aproveitar a occasião, he[sic]³ o nosso descuido lha der, por tornar a guerra, e cresce este cuidado em ter ajustado a paz de França e com se achar sem outra guerra em Europa.

Bem pode isto ser, porque tem ainda nas Rias de Galliza huma Armada poderosa de França, que intentou fazer lhe hostilidades, ou por sobrevir alguma duvida naquela paz, ou por não ter della toda a segurança, mas de qualquer maneira importa saber seus intentos, por que conforme elles dispor aqui as coizas, que a confiança da paz e boa fé com que a celebrei, e a pouca consideração dos povos tem sem a prevenção necessaria para hum caso repentino.

Logo que entrades por Castella observereis com particularidade a gente e prevenções de guerra, que achardes, informando vos da couza, que dão os

³ Poderá ser um erro do copista, “se o nosso descuida lha der”.

Castelhanos para conservar os seus Exercitos; O modo porque fallão na paz com estes Reinos e tudo o mais que vos parecer conveniente para enterderdes quanto vos for possível o animo com que estão; Estas diligencias continuareis em toda a jornada, e será bem empregada qualquer detensa, que fizerdes no Caminho por esta cauza, havendo vos com tal cautella, que se não possa della tomar desconfiança e do que achardes me avizareis.

E proseguindo esta diligencia tanto que chegardes a Madrid, aonde vos deve logo ver o Embaixador de Inglaterra que aqui foi fiador e mediador da paz em nome del Rey meu Irmão, lhe direis achastes no caminho, as demonstrações de guerra que lhe refferireis pormenor, e o que ouvistes, se ouvirdes alguma coiza, que vos dê alguma suspeita, e facilmente entenderéis delle o que ha nesta materia, pois por si e por seu Amo tem /fol. 231/ tem nella tanto interesse.

Esta mesma diligencia ainda que com mais cautella, fazeis com o Marquês de Héliche, que também vos deve vizitar logo, e achando que o que está nas Fronteiras de Castella, he o que aqui se diz, vos declarareis com Sua Magestade e lhe direis se repara pelos Ministros deste Reino em que dezarmandou-os com confiança da paz logo que se celebrou, Sua Magestade não tem mandado fazer o mesmo, devendo ser igual de hua e outra parte a confiança, pedindo-lhe queira mädar desarmar as Fronteiras, para que os Paizanos de hua e outra parte se possa comunicar sem reteyo[sic]⁴. E do que se vos responder e avizareis logo por hum Correyo de Posta.

Sobretudo, porque os odios antigos, e adversão entere estas duas nacções he a que sabeis, importa muito observar o animo com que os Castelhanos estão para a nossa paz, e o com que estão para nossas coizas, e por esta razão tereis sempre continua vigia em todas as suas acções, procurando penetrar seus intentos quanto vos for possível.

Se a paz de França não estiver publicada, fareis toda a diligencia por alcançar a cauza com que se suspendeu, e se o estiver entenderéis se a tem por segura e o que determinão em ordem a paz ou a guerra; o animo dos Ministros, e do Commum das gentes para as couzas de França, porque como me dou por obrigado a Sua Magestado Christianissima meu bom Irmão e Primo, me enteresso em todos os seus negócios, e em saber o Estado que tem.

⁴ Leitura improvável. Sugerimos “sem receio”.

Não he necessario advirtirvos da formalidade com que haveis de dar conta da vossa chegada e pedir audiencia a Sua Magestade entregando-lhe a minha Carta Credencial, porque o sabeis /fol. 231v/ sabeis muito bem, e la entendereis se se uza falar primeiro a El Rey, ou à Rainha, ou a ambos juntos porque para ambos levais Cartas minhas. E havida esta primeira audiencia pedireis outra a Rainha para lhe lewares a Carta da Princeza, minha muito amada, e prezada mulher e para a vizitardes da sua parte, porque ainda que a Princesa cazou depois de publicada a paz e parecia que a Rainha devia escrever primeiro daquele Reino, e vos entrou primeiro nelle parece he a Princeza a que primeiro deve escrever.

Nos avizos que fizerdes aos Ministros públicos para vos mandarem acompanhar com suas carossas vos acuzareis[sic]⁵ de os fazer aos Embaixadores de Polonia e ao de Veneza. Ao Nuncio, ao Embaixador do Imperador, ao de França e ao de Inglaterra, e aos Cardeais que se acharem na Corte, mandareis recado na forma costumada. D. João de Austria se não acha de presente na Corte se vier tereis com elle o mesmo termo que tiver o Embaixador de França, e os mais que se acharem na Corte.

Passada a primeira audiencia del Rey e a segunda da Rainha, o primeiro negocio em que falares será pedir a Sua Magestade confirme comigo e com o meu governo, pois acabou a del Rey meu Senhor: a paz que com elle celebrou, porque ainda que conforme aos artigos della, foi também celebrada comigo como Sucessor Del Rey, e com todos os que forem pelo tempo adiante, todavia se uza esta formalidade e se acrescenta com ella hum vinculo mais à segurança da paz, e neste cazo se passam só Cartas de confirmação, sem as ceremonias com que a paz se celebrou, e com avizo vosso do dia /fol. 232/ em que Sua Magestade mandar passar a Carta, se passará outra aqui semelhante, que vos remettery.

Bem creio eu que não[sic] digo Bem creio eu que não duvidara Sua Magestade da justificação com que estes Reinos juntos em Cortes, obrigados da necessidade e da ultima ruina, de que se vião impostos, Privarão a El Rey meu Senhor do governo deles, nem da com que mos entregarão, mas se vos parecer necessário mostra-llo, se vos entregarão para isso os documentos necesarios, o que podereis comunicar por cortezias somente porque El Rey de Castella não lhe toca mais nesta parte que continuar como Principe que sucede na Coroa.

⁵ Sugerimos “vos escuzareis de os fazer”.

Aqui houve pessoas, que por curiosidade ou por outra cauza, proguntavão[sic] como se havião de receber meus Embaixadores, pois não era ainda Rey, e se conservava este titulo na pessoa del Rey meu Irmão e pareceu-me dizer-vos se acazo os castelhanos forem tão escrupulosos, que eu pela excluzão del Rey Sou Senhor destas Coroas e não deminue a autoridade dellas, nem a minha cortezia de conservar em sua pessoa o titulo nú e simples de Rey; muito contra vontade destes Reinos que com tão larga profia me quizerão obrigar a que o tomasse, nem o titulo de Rey dá autoridade aos Embaixadores dos Principes Soberanos, absolutos Senhores de Reinos e Coroas, antes os mais Senhores do Mundo não tem, nem quizerão admittir os titulos de Rey, escolhendo, e uzando de outros, e será absurdo dizer que os Embaixadores não tem as prerrogativas dos maiores Reys.

Sem Rey estava de facto esta Coroa, depois do falecimento del Rey D. Henrique enquanto administravão os Governadores, que deixou /fol. 232v/ nomeados em seu Testamento, e mais não se lhe diminuiu neste tempo a autoridade de seus Embaixadores, como se tivera Rey, e com as mesmas qualidades, e prerrogativas os tractou El Rey D. Felipe 2.º Governador do Reino, foi El Rey D. Afonso 3.º então Conde de Borlonha[sic]⁶ enquanto viveo El Rey D. Sancho 2.º seu Irmão, e não se duvidou a seus Embaixadores o tratamento de Embaixadores de Reys, e com elles tratados como taes em Castella celebrou seu segundo casamento e se convem allegar exemplo de tão infeliz memoria de Caramuel, sem nome, nem titulo de Rey se recebião seus Embaixadores como se recebião aos mesmos Reys de Inglaterra.

Para os embaixadores das Republicas, porque não tem cabeça ou dos Principes, que não são Senhores de Coroas há outra Regra; mas para os embaixadores de Principes, que não são Senhores de Coroas com toda a jurisdição, e Soberania, não importa que o nome seja este ou aquelle, e ainda que tenho por certo se vos não porá esta duvida he necessário hires muito advertido della pelo perjuizo, que poderá cauzar este Exemplo para outros Principes, que ainda que conheção foi posta esta duvida com malevolencia de confins[sic]⁷ encontrados a paz que se dezeja conservar há muitos, que por vocação, e obsequio seguem os dictames da Caza de Austria, ainda que sejam errados sem forma dos Ministros, e considerada a vossa razão se resolverem em vos não admittir vos voltareis para Portugal.

⁶ Sugerimos “Bolonha”

⁷ Dúvida de leitura.

Conforme a capitulação da paz sou obrigado a largar as fazendas, títulos, e postos que /fol. 233/ os auzentes com Castella têm ao tempo da restituição del Rey meu Senhor e Pay que Deos tem sem embargo da haverem delinquido gravente[sic]⁸ contra esta Coroa, mas porque as leys e foros della não permitem, que seus Vassallos andem auzentes sem licença do seu Principe, maiomente estando servindo, e assistindo a outros, e o que piyor[sic] he denominando-se com títulos, que não têm e lhes deu nullamente neste Reino El Rey de Castella, mandei que sem ordem minha se não admittissem seus requerimentos a fim de que primeiro me reconhecessem, vindo dar-me obediencia, que me devem ou pedindo-me licença para suas auzencias que lhes darei ou negarei conforme a cauza e justificação com que cada hum mo pedir, lendo entendido esta resolução minha e a cauza della e sabido, que com isto se não encontrarão em nada os artigos da paz.

Todos os Portugueses que se achão em Madrid espero vos assistão muito, como devem e porque quero saber que o fazem assim vos encomendo me avizeis dos que cumprem melhor nesta parte sua obrigação.

Na liga deffensiva que El Reii de Inglaterra e de Castella e os Estados de Hollanda cebrarão entre si, se me rezervasse lugar como tambem se rezervou a El Rey de Suecia para podermos entrar nella, suguitando-nos igualmente a obrigaçoens do contrato, não tractei disto, porque como estes Reinos, não fallando nos inimigos da fé, não podem verosimilmente ter outros mais, que os Castelhanos em Europa, e os /fol. 233v/ Hollandezes nas Conquistas, e os mais Principes da liga tem muitos inimigos fica muito desigual o partido destes Reinos havendo de assistir aos mais colligados em suas guerras, sendo as destes Reinos mui contingentes e poucas, e as dos meus Coligados muitas e quazi certas, e allem desta razão o fim desta liga, foi directamente contra França cuja grandeza soffrem mal os Principes da Europa, e eu por obrigação, e inclinação sou Amigo e Colligado de França. Pareceu-me advirtir-vos estas razões por se ahi se vos fallar nesta matéria como he provavel fallarão, e neste cazo dando-me primeiro conta do que vos disser, vos mandareis responder o que então parecer mais conveniente a meu serviço e ao bem destes Reinos.

⁸ Sugerimos “gravemente”.

Dezejei (ainda que tenho celebrado paz com Castella) entrar na que ella celebrou com França, como seu Colligado, e se ella estiver ainda em termos de eu, e estes Reinos poderem ser incluídos nella o que procurareis.

Na Conferencia de outros Embaixadores tereis entendido o que lugar que vos toca, he ser precedido do Nuncio como Embaixador de Sua Santidade, do Embaixador de Allemanha, e do de França, e do de Castella, e a todos os mais deveis preceder, como sempre precedendo os Embaixadores desta Coroa em Roma e em todas as mais Cortes em que se acharão, porem como as vezes destas precedencias se originao brigas, quando não possais vencer sem ellas o lugar que vos toca he melhor desviar de vos achardes nesta conferencia em que sucedera duvida principalmente se para não assistirdes /fol. 234/ achardes alguma razão corvada, dispondo todavia de maneira que não possa ninguém allegar Direito de precedência em algum acto a esta Corte.

Com o Embaixador de França se houver em Madrid, agora ou adiante, tereis a união que não encontrar a conveniencia do Reino, procurando acomodarvos a seus dictames, e aos interesses daquella Coroa, sem damno desta offensa[sic] digo sem damno desta ou offensa de Inglaterra, a mesma correspondência tereis com o seu Embaixador, não fazendo nada nos negócios da paz, sem primeiro lha comunicardes pela razão, que ja fica apontada, e segundo a mais correspondência, que os mais Ministros públicos tiverem convosco será a que houverdes deter com elles.

Em Ollanda está por meu Embaixador D. Francisco de Mello, em França por meu Residente Duarte Ribeiro de Macedo, em Inglaterra corre com os negócios desta Coroa D. Ricardo Russel; para meu Embaixador em Roma, partirá o mais breve que poder ser o Conde de Prado. Se ouver negocio que o pessa vos poderdes[sic]⁹ communicar com cada hum destes Ministros, e para o poderdes fazer nas matérias de segredo se vos entregarão as suas cifras. Vos estaes tambem informado dos negocios do Reino e he tão pouca a distancia desta corte a de Madrid, que por cada huma destas razões poderá escuzarse esta instrução, principalmente tendo eu por muito certo, que tudo o que fizerdes há-de ser com o mesmo acerto, que costumaes.

Por via da companhia do Comercio /fol. 234v/ vos mandarei prover em Madrid mil Cruzados da mezada, e sinco para os gastos secretos, tudo livre dos custos da passagem, e se vos entregarão aqui dez de que vos faço mercê por ajuda de certo.

⁹ Possível erro, sugiro “vos podereis communicar”.

Na elleição de Secretário conformei com o vosso parecer, espero que vos assista, e sirva de maneira a que lhe acrescente muitas mercês que agora lhe fiz.

O que não for provido nesta Instrução, nem na secreta, que vos mando dar, deixo a vosso arvitrio, sendo o negocio tão pronto, que não haja lugar de me dardes conta por hum Correio de posta, levais quatro firmas em branco, de uzareis tambem nos negocios tão prontos, que não haja lugar de me pedirdes estas e se vos forem necessarias mais com avizo vosso se vos remeterão logo // Luiz Teixeira de Carvalho a fez em Lisboa a 4 de Julho de 668. Pedro Vieira da Silva a fez escrever.

O Principe

Doc. 19

Lisboa, 1668, 4 de Julho – Instrução Secreta de D. Pedro II a Henrique de Sousa Tavares, 3.º Conde de Miranda, embaixador extraordinário a Madrid, dando uma maior atenção a certas questões, tais como a reclusão do rei D. Afonso VI.

BNP, Reservados, *Fundo Geral*, Cód. 674, fols. 234 v. – 235v.

Instrução Secreta

Conde Amigo etc. Do mais que vos mando prover pela Instrução pública que levais por esta me pareceu advertir-vos o seguinte:

Informarão-me qual o Barão de Bothivella[sic], que está nomeado Embaixador a esta Corte trazia por Instrução pedir-me /fol. 235/ pedir-me queira tirar el Rey meo Senhor da recluzão em que está, e me informarão tambem [e me informarão também] se procurava outros Principes, ficassem commigo a mesma instancia. Eu sou mais Parente e mais Amigo del Rey que todos e dezejo o seu arbítrio ainda mais que o meu trago muito adeantados meus olhos o cumprimento de minhas obrigações, e não posso por esta razão encubrir o sentimento que tenho de haver quem cuide, que mais pode lembrar, senão encontrara por hora ao socego[sic] união, e conservação do Reino a inteira liberdade del Rey não padecera eu a mortificação de lhe não dar gosto em tudo e Deos sabe, que não tenho eu nisto outro fim mais, que o bem Commum. Muito perto estão as provas da minha pouca vaidade, e do respeito e amor que tenho a El Rey. Suposto isto sabey que esta deligencia e as mais que se fizerem commigo sobre isto particular, não servirão mais para mim que de conhecer melhor quanto convem ouvi-las com muita cautella, e para o Reino lhe fazer juizos sobre o intento com que se

fazem, tenho Ministros de cujo zello e amor fio muito e so a elles toca fazer-me semelhantes lembranças quanto entenderem que convem.

Se chegado a Madrid entenderes he verdadeira esta informação que me derão direis a substancia do que fica refferido aos Ministros que mais mão tiverem nos negocios, mas sejam de maneira que não recebam escândalo, nem concebão desconfiança alguma, antes conheção que lho dizeis com pura tenção e com fim /fol. 235v/ fim muito justo. E porque convem saber quem persuadio isto a Sua Magestade Catolica, e a seus Ministros, o procurareis alcansar e mo avizareis com todas as circunstancias que vos parecerem necessarias para eu ficar informado de tudo.

Muito bem sabeis os fundamentos com que El Rey meu Senhor está na honesta reclusão em que se acha, e os com que recebi a Princeza minha sobre toda muito amada, e prezada mulher não servem para os particulares da nossa Embaixada, a que nenhuma maneira podem tocar, mas para que tenhaes inteira noticia de tudo se vos faltar de alguém particular o podereis enterder pra noticia vossa da Secretaria de Estado, e que se não reffere por não ser necessario para o intento que levais.

Em Madrid me correspondo com algumas pessoas de cujas noticias vos podereis ajudar; ali tenho os parentes que sabeis, e porque colhe agora me não tem escripto, e não sei a confiança que delle posso fazer, os tratareis se vos buscarem com esta cautella, e as cortezias serão as mesmas com que tratardes aos outros grandes de Hespanha. Luiz Teixeira de Carvalho a fez em Lixboa a 4 de Julho de 1668. Pedro Vieira da Silva a fez escrever.

Principe

Doc. 20

Lisboa, 1668, 10 de Julho – Carta de D. Pedro II a Henrique de Sousa Tavares, em complemento das Instruções.

BNP, Reservados, *Fundo Geral*, Cód. 674, fols. 235 v – 236

Carta para o Conde de Miranda pertencente às Instrucções antecedentes

Conde Amigo etc. Depois de feitas as vossas /fol. 236/ vossas Instrucções, se me apresentou, por parte do Duque de Medena Sidonia meu Primo a ruina, que padeceu sua Caza com as occasiões da guerra deste Reino, e que ainda que lhe restituirão a maior parte lhe ficaram por restituir algumas coizas de grande estimação

e utilidade. Este cazo expresso nos artigos da paz como sabeis; Se o Duque quiser que vós em seu nome, e ainda da minha parte conclu este requerimento, proporeis, e seguireis athé o concluíres, porque de mais dar razões do sangue, e de este damno da Caza de Medena Sidonia ser padecido por cauza deste Reino, tenho muitas razões que me movem a ter este negocio na mesma Conta, que cada hum dos meus, e como tal lhe deveis procurar o bom sucesso, que muito lhe dezejo. Escripta em Lixboa a 10 de Julho de 1668.

Principe

Doc. 21

Madrid, 1668, 20 de Agosto – Ofício do Conselho de Estado castelhano sobre o procedimento em Portugal na matéria de restituição de bens que pertenciam aos naturais daquele Reino mas que residiam em Castela.

AGS, *Estado*, leg. 2614, 1 fol.

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Señora

En el consejo se ha visto como Vuestra Magestad fue servida de mandar lo decreto de 16 de este la consulta inclusa de la junta que trata las matherias de Portugal sobre un papel en que el Marques de Peñalba refiere que en aquel Reyno no dan possession a los que están acá de sus bienes sin distinguir que sean patrimoniales de la corona o de las ordenes, lo uno porque los que los goçan no los quieren dejar sin recompensa y lo otro por que en el gobierno quieren que bayan personalmente a tomar la posesión y a residir en Portugal dando otros sentidos selectos al capitulo 8º de la Paz y la Junta dize (en sustancia) que respecto de no haver alla negado positivamente la possession a nadie no se debe alterar lo que consulto en 20 del pasado (lo qual Viene repetido /fol.1v/ en esta consulta) pues hasya que haya alla ministro de Vuestra Magestad se toque con la experiencia el género de denegación que hizieren no se puede entrar a disentir fundadamente.

Al consejo no se le ofrece que decir sobre esta matheria mas que lo que representó a Vuestra Magestad en orden a ella en su ultima consulta de 9 del corriente

la qual vuelve a embiar con las Reales manos de Vuestra Magestad sin que tenga que añadir a su contenido.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid a [20] de Agosto de 1668.

Doc. 22

Madrid, 1668, 8 de Setembro – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo sobre a sua chegada a Madrid, preparação para a primeira Audiência e as primeiras notícias que recolheu.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6, 1 fol.

Senhor meu recebo a carta de vossa senhoria de 19 do passado, a tempo que estava pegando na pena para dar a vossa senhoria conta da minha chegada a esta corte e desculpar-me de não haver de Lixboa dado noticias della, pela notável preça que me derão e respondido às que de vossa senhoria recebi, he bem verdade que me não soube descuydar de servir a vossa senhoria no que pude athe se conseguirem os mil cruzados de ajuda de custo. Agora saiba vossa senhoria que tenho aqui chegado com boa saude apezar do rigor do tempo e de maligna constelação da canicula: não tenho ainda ido à audiência por esperar o tratamento e hospedajem antecedente que El Rey costuma fazer aos embaixadores extraordinários das coroas, deram-me cazas nobres e amanhaam começo os dias de tal hospedajem que serão outro que ainda meterão recluzo mas nem por isso se deixa de acudir aos negócios como comvem, como houver notabilidade digna de avizo o farei a vossa senhoria.

A muy bom tempo chegou aqui a certeza de se haver desarmado Olanda e Inglaterra porque os mais obstinados que se animavam com as esperanças do poder marítimo dos Estados se desemganarão e verão quam vanittivamente descorrião e com isso achavam mais franco passo as nossas preposisoens. Botaville fez ultimamente diligencias para se escusar da embaixada e se ofreçia o Marquez d'Liche para a missam com promessa de transformar toda a nossa Corte, mas não obstante isso apertão com o Barão que sahira daqui brevemente, D. João d'Austria despois de ser cauza de tam grandes aparatos para Flandes inobedientemente, recuzou o embarque e sem ordem se sahio da Corunha e o desemcontrou hum decreto d'El Rey que mal servido d'elle o mandava para Consuegra com preseito de não sair daquella villa deu grandíssimo cuydado todos estes tempos o não se saben delle e se ter

entendido estava oculto nesta Corte e foy tanto o receo que feita reforma da infantaria se mandão vir douze mil cavaleiros para se alojarem nestes contornos poreu cessaram os temores porque D. João esta em Valledolid doente e vaiçe crendo que a sua resolução não teve mais motivo que o da sua ligeireza. O Condestable se embarcou para Flandes em seu lugar com cinco mil infantes e por outras partez vay indo mais gente, se se resolverem a continuar a guerra por aquela /fol. 1v/ parte teram menos tempo para cuydarem em nos mas grande couza fora não despertar o nosso descuydo ao seu cuydado.

Da nossa patrea tive cartas nesta posta sem mais novidades que não haverem ainda todo recurço os prezos e desterrados de novo prenderão S. Coloma, sospeitaçe haver sido alguma inclinação forjada no tempo que aqui estive. Tinha-se satisfeito aos ingleses faltando hum pouco de resto que na semana passada se lhe entregaria. Os nossos príncipes que Deos guarde passavam contentes e com prefeitissima saude.

A pessoa que me trouxe a carta de vossa senhoria se dá facilmente a conhecer por quem he pelo seu exselentimo sogeito, zello e fidelidade esteja vossa senhoria certo que não perdera elle couza alguma pelas minhas inclulcas.

O [?] a de Braga se acha aqui em minha companhia com occupação de secretario da embaixada recomendasse muito a vossa senhoria a quem não escreve por estar de cama mal de arudo a hum achaque. Essa carta me faça vossa senhoria servir remeter pella via mais breve a Fernão Mendes e veja vossa senhoria se offrece de seu serviço que a tudo assistirei com muy boa vontade. Guarda Deos a vossa senhoria. Madrid, 8 de Setembro de 668.

Madrid, 1668, 11 de Setembro – Oficio do conselho de Estado castelhano sobre o tratamento de que poderia usar nas cartas credenciais que o Barão Wateville levaria ao Príncipe de Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 2614, 3 fols.

Duque de San Lucar
Conde de Peñaranda
Cardenal de Aragon
Inquisidor General
Marques de la Fuente

Señora

Hase discurrido en el consejo sobre la forma y tratamiento de que Vuestra Magestad podre servirse de mandar usar en la carta de crehenzia que el Baron de Patevile há de llevar para Don Pedro, Governador del Reyno de Portugal, con ocasion de la copia que el embajador há presentado de la carta suya que trae para Vuestra Magestad la qual empieza por los Dictados de Vuestra Magestad y luego prosigue com los suyos poniendo al fin de los de Vuestra Magestad y sobre la firma Buen hermano y Primo de Vuestra Magestad. Y ha parecido al consejo en quanto al tratamiento del ingreso narrativa y sin de la carta que Vuestra Magestad podrá mandar que sea el mismo de que se usa con los hermanos de los Reyes de Franzia y Inglaterra que se reduce a poner en las /fol. 1v/ entrada de las cartas serenissimo señor; Darle el tratamiento en ella de Alteza; Y acabar con dezir Dios guarde a Vuestra Alteza como desseo y en el sobrescrito Al serenissimo señor Principe de Portugal en la forma que se contiene en la minuta inclusa de la carta que ha de llevar el Baron la qual (siendo Vuestra Magestad servida) juzga el consejo podra yr en esa conformidad en cuyo tratamiento se sigue lo proprio que se esta en los exemplares referidos solo halló reparo el consejo en su sele ha de corresponder, o no, componerle Vuestra Magestad sobre la forma Buena Hermana y Prima de Vuesta Alteza. Sobre on yo punto se fue votando en el consejo como se sigue.

El Duque de San Lucar dijo que no es de sentir se use del tratamiento de hermano /fol. 2/ porque este incumbe propriamente a Reyes que por ser en esta alta Dignidad yguales se llaman hermanos, por estilo asentado, y que assi pastara seguir

con Don Pedro el exemplar de las forma en que el Rey nuestro señor (con que este en gloria) escriba al Duque de York a quien ponía Buen Tio de Vuestra Alteza a que corresponde ahora (según el tiempo y caso presente) en que se le ponga Buen Primo.

El Conde de Peñaranda y el Cardenal Aragon que juzagn no se debe escusar ponerle el tratamiento de Hermano assi porque su representazion es hay en Portugal casi de Rey (como aun en su misma carta lo acredita pues llama al Conde de Miranda, mi embajador y de mi consejo de Estado) como porque hallándonos en el /fol. 2v/ Prinzipio y establecimiento de una nueva Paz y buena correspondencia no combiene entrar tropezando con escasear la cortezia, sino antes bien, con circunstancias de benevolencia y estimación por lo qual y por el residente exemplar de los electores del Imperio a quienes se ha dado este tratamiento son de parezer que se use de el con Don Pedro.

El Inquisidor General que no es bien yn obrar ni alterar lo que suere estilo asentado y assi corre con el voto del Duque de San Lucar y el Marques de la Fuente que no le pareze se le debe dar tratamiento de hermano y que el conzederle causaría resentimiento al Duque de Oriens el qual (sabe el Marques) que dejo de rezivir algunas cartas de su Magestad porque yban sin /fol. 3/ esta circunstancia y que assi es de sentir que se le den al Baron de Pateville dos caryas la unas con el Tratamiento solo de Buen Primo, y la otra de Buen Hermano y Primo ordenandole que en caso de parezerle que no ha de tener incombeniente use y entregue la primera pero en caso de entender motivará reparo de quexa y sentimiento de valo[?]s y use de la segunda. Con que (en el sentir del Marques) se ocurre al inconveniente.

Vuestra Magestad mandará lo que mas fuere servida. Madrid, a 11 de Septiembre de 1668.

Madrid, 1668, 22 de Setembro – Ofício do Conselho de Estado castelhano com vista na carta credencial do embaixador português apresentada na primeira audiência de representação que fez na extensão das suas franquias.

AGS, *Estado*, leg. 2614, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Conde de Ayala

Inquisidor General

Marques de la Fuente

Señora

En el consejo se ha visto (como Vuestra Magestad fue servida de mandarlo por papel de Don Blaseo de Loyola escrito en 20 de este a Don Pedro Fernandez del Campo) la carta que el embajador de Portugal puso en las Reales manos de Vuestra Magestad en su primera Audiencia y juntamente se há visto el papel incluso de 19 que el mismo embajador escribió a Don Pedro acompañando tres que contienen lo que voz dijo en dicha audiencia al Rey nuestro Señor ya Vuestra Magestad (en orden a expresar de parte de sus Amos el Prinzipe y Prinzesa de Portugal la sinceridade y afecto con que dessean la observancia de la Paz y buena correspondencia con esta corona) y pidiendo que las franquicias que le están conzedidas sean con la misma estension que las gozan el embajador de el Señor Emperador, el del Rey de Franzia /fol. 1v/ y como últimamente se dieron al del Rey de Inglaterra.

El consejo representa a Vuestra Magestad que la carta de creencia que presentó el Embajador es la misma de que se ha visto ya copia con que no se ofrece que decir mas de que se debe responder a ella y al embajador por escrito quan gratas le han sido a Vuestra Magestad las expresiones que ha hecho del afecto de aquellos Prinzipes y de un sinceridad al deseo de la permanencia de la Paz mayormente por medio de persona de su calidad, a que Vuestra Magestad corresponderá con la misma propensión y benevolencia y que la respuesta de la carta se de al embajador y se leviga que también mandará Vuestra Magestad al Baron de Pateville passeala los mismos oficios al qual se le puede dar noticia de los que acá ha pasado este embajador para que la tenga de los términos en que lo ha hecho. /fol. 2/ en quanto las franquicias siente el consejo que es justo mande Vuestra Magestad se le iguale a lo

que se ha hecho con los embajadores de Inglaterra sin minorarlo porque como son los primeros ingreso de su embajada qualquiera cosa que se deje de hazer con el le parezera que es desprecio y poca gana de favorecerle de que entrara en desconfianza lo qual es bien escusar por todas razones.

Vuestra Magestad mandará lo que mas fuere servida. Madrid, a 22 de Septiembre de 1668.

Doc. 25

Madrid, 1668, 25 de Setembro – Ofício do Conselho de Estado chegando a uma conclusão relativamente ao tratamento a usar nas cartas credenciais do Barão Watteville.

AGS, *Estado*, leg. 2614, 1 fol.

El Conde de Peñaranda

El Cardenal Aragon

El Conde de Ayala

El Marques de la Fuente

Señora

Haviendose visto en el consejo (como Vuestra Magestad se sirvió de mandarlo por Decreto de 21 de este) las dos cartas inclusas del Principe y Princesa de Portugal para Vuestra Magestad que el Conde de Miranda puso en sus Reales manos representa a Vuestra Magestad que respecto de haver reconocido en ellas que el Principe dize que como sucesor Regente y Governador de aquel reyno embia por su embajador al Conde de Miranda de su Consejo de Estado seria de parecer el Consejo que sin embargo de la resolución que Vuestra Magestad fue servida de tomar de la diferencia de las dos cartas credenciales que se han de dar para al Baron de Pateville con destintos tratamientos /fol. 1v/ se le de sola una con el tratamiento de buen hermano y primo y que del mismo se use en las respuestas de estas dos cartas del Prinziipe y Prinzesas para Vuestra Magestad que se habran de entregar al Conde de Miranda pues si a lo ultimo se ha de venir a condescender en esto es mejor entrar desde luego con ello excusando los lanzes de disputarlo.

Vuestra Magestad manda lo que mas fuere servido. Madrid, a 25 de Septiembre de 1668.

Madrid, 1668, 19 de Outubro – Oficio do Conselho de Estado castelhano baseado na consulta do conselho de Castela sobre o pedido do embaixador português de aumentar as suas franquias.

AGS, *Estado*, leg. 2614, 2 fols.

Duque de San Lucar

Cardenal de Aragon

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Señora

Cumpliendo con la orden de Vuestra Magestad de 20 de Agosto se ha visto en el consejo la consulta inclusa de el de Castilla de 18 en que con mi [¿] de la orden que le paxo para que con el embajador de Portugal se haga lo mismo en quanto a franquicias que lo que se practicó con los de Inglaterra representa que desde la primera orden se le dieron las que el año de 643 se ajustaron con el de Inglaterra y Polonia, que son las mismas de siempre han gozado los de Inglaterra, hasta que a D. Ricardo Fansa en considerazion de tener mujer de familia se le igualo a los que la tenían que las que ya goza el de Portugal son tan exçesivas que las tiene arrendadas en 60 reales cada mes, que son de gravísimo perjuicio a los derechos Reales y municipales las que se conzeden a todos. Tanto por lo /fol. 1v/ que se exçede en ellas e importar las conzedidas hasta tiempo y çiento y diez mil ducados cada año (que se sacan de la hazienda mas preveligiada destinados a las nezesidades publicas que son los millones) quanto por que la causa de conzederlas fue la condizion de que hubiesen de quitas las votilleries y despensar y no solo no las quitán pero las tienen con perjudicialisima abundancia y exçesso por lo qual y porque las que goza el de Portugal son las que tiene los demas de su grado es de parezer que no se le deben acrecentar mayormente no concurriendo en el calydad de tener mujer (que fue el motivo de augmentar a Fansao) como también por que si se le creziensen[sic] querian conseguir lo mismo (con su exemplar) los demas, en gran perjuicio publico, y que assi mismo se ordene a todos cumplan con la condiçion de quitar las despensas /fol. 2/ y votilleries porque de no traerlo se les quitaran las franquicias.

El consejo reduciendo por ahora su voto a solo lo que mira a la pretensión del embajador de Portugal es de parecer que se haga con el lo mismo que con los demás del señor Emperador, Franzia y Inglaterra oír el sentimiento que le causaría el que le diferenciassen de ellos.

Vuestra Alteza mandara lo que mas fuere servido. Madrid, a 19 de Octubre de 1668

Doc. 27

Madrid, 1668, 7 de Novembro – Carta do Conde de Miranda a Duarte de Ribeiro Macedo dando conta que se festejaram os anos de Carlos II, das novas relativamente a João de Áustria e das notícias que chegaram de Lisboa.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (4), 1 fol.

Senhor meu, recebo a carta brevissima de vossa senhoria de 15 de Outubro que acuzava outra da mesma data a que fis larga resposta no ordinario passado estimo quanto de vossa senhoria com boa saude. Eu tive duas sangrias e ainda que já de peé não he por ter livrado de todo mas com conhecida melhoria.

A inclusa para vossa senhoria veo na posta immediata a que vossa senhoria remete para a Rainha há vossa senhoria irá amanhã no correo e assi o pode vossa senhoria asegurar a Madami de Vandoma com hum muy agradecido reconhecimento da honra que me faz em se lembrar de mim.

Hontem tivemos a função dos annos de El Rey a que assistiu o Nunçio, o Embaxador do Imperio que o seguiu, eu a este e a mim o Embaxador de Veneza que se portou com todo o bom modo e cortesia como eu tambem com elle festejando e acareciando como se nos houveramos criado.

D. João de Austria não parou em Saragoça com certeza senão sabe o lugar aonde se tenha detido e somento que hia correndo a Raya de Vallença, se bem elle escreveo se emcaminhava a Catalunha vai com esta a copia da carta que elle fes a Rainha a que vossa senhoria pode fazer o adiantamento que já disse na passada.

Da nossa terra temos somente a restituição de Simão de Vasconcelos e dos mais desterrados menos Salvador Correia de Saá a quem não chegou a indulgencia nem ao clérigo João de Azevedo. No ajustamento d’Olanda se trabalha sem conclusão.

A esta corte he chegado o Marquez de Castel Rodrigo que disse viera por França não obstante de negar-se-lhe o passaporte e que por toda ella lhe fizeram muita festa, athe aqui chegão as noticias que por hora se podem dar. Vossa senhoria tenha as felicidades que lhe desejar. Madrid, 7 de Novembro de 1668.

Melhor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

Doc. 28

Madrid, 1668, 20 de Novembro – Oficio do Conselho de Estado castelhano sobre a pretensão do embaixador português de se retirar o escudo das armas de Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 2614, 3 fols.

Cardenal Aragon

Marques de Castel Rodrigo

Inquisidor General

Marques de la Fuente

Señora

En decreto de 12 del corriente se sirve Vuestra Magestad de decir.

El conde de Miranda embajador de Portugal ha dado a entender combendria se advertirá al Baron Vatevilla embajador a aquel Reyno que en el escudo de las armas del Rey mi hijo que hubiere de poner en las puertas de la casa en que viuiere en Lisboa escuse las de Portugal, véase este punto en el Consejo y consultese me lo que acerca de ello pareziere.

Todo el consejo tiene por extraña y agena de razón esta pretensión del embajador porque también Vuestra Magestad (a instancia suya) después de la Paz condeçendio en quitar el titulo de Portugal tiene diferente inspección el quitar las armas porque estas denotan razón de Sangre y /fol. 1v/ aquel pudiere atribuirse a Dominio siendo (como es) innegable la parte que Vuestra Magestad tiene de sangre Real de Portugal en sus ascendientes que esto antes les pudiera causar vanidad a los portugueses además que también por la porçion de cepta que Vuestra Magestad passe puede usar de dichas armas y en la Paz tan poco hubo capitulo que renunziacion de derechos también se vienen a los ojos los exemplares en el Rey de Inglaterra que no

porque se ponga las de Franzia posee aquella corona, ni tan poco el Rey de Franzia a Navarra aunque se pone las armas. Por todo lo qual parece que al embajador se le debe negar lo que pide hablándole por el mismo medio, que ha hecho la instancia o por el ministro que v fuere servida para procurar le persuadir a que desista /fol. 2/ de esta pretensión por tal razones referidas y avisar luego al Baron Vateville lo que passa en ella ordenandole que sien Lisboa no se pratica pones armas a la puerta los Ministros públicos excuse el poner las el y que aunque se pratique lo Paya el suspendiendo hasta tener nueva orden de [?].

El Marques de la Fuente dixo que habiendo obligado el estado de las cosas açeder un Reyno a capitular de Rey a Rey a condescender a las instancias de quitar el titulo de aquella corona de entre los otros que trahe Su Magestad no siendo en los escudos de armas de los Reyes el traerlos en virtud del sangre, sino del dominio habiendo hecho instancia el embajador de Portugal inansifetando[?] /fol. 2v/ con ella que entendía assi y no pudiendo creer que nos juzgaría el quitar aquella parte del escudo por ostentar lo sangre portugués juzgando que no pudiéndonos prometer que portugueses çesarian en la instazia (por el ofizio que venia votado) y que seria mayor destuymiento el Zeder.

Virtud de segundo oficio era el parezer que al embajador se le respondiese que ya el Baron de Vateville llevaba orden de lo que havia de executar en esta parte y que se le embiase mandándole que si en aquella corte no hubiersen practicado otros ministros el ponerlas los siguiese el y que si se estilase las pusiese quitando las quinas y juzgarva esto tanto mas combenientemente quanto era mas cierto /fol. 3/ que el traerlas no adelanteria el mejorar nuestras cosas si llegare la ocasión y el persisti en traerlas aumentar a el recato en que estaran y los ponían otros de que no apartamos la vista de los accidentes que nos abriesen puesta para emmendar lo que cediendo a la violencia de los contratiempos habíamos obrado.

Vuestra Magestad mandará lo que mas fuere servida. Madrid a 20 de Noviembre de 1668.

Madrid, 1668, 21 de Novembro – Carta onde o embaixador actualiza as notícias relativas a João de Áustria e também de Watteville.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (6), 1 fol.

Senhor meu, nao tenho couza a que fazer resposta a vossa senhoria por que me acho sem carta sua na posta desta semana e por isso espero com cuydado a que vem para ter novas de vossa senhoria.

Não se offrece historia digna de grande narrativa, nem sucesso digno de se novelar, as couzas de D. João d’Austria estão no mesmo estado e elle se entretém na raya de Aragão e Catalunha em hum castello da religião de Malta. O comum nesta corte diz que França lhe assiste com exercito se isso tem fundamento lá openetrará vossa senhoria primeiro.

Em huã manhaam destas passadas appareço na praça enforcada huã estatua vestida de jesuíta com seu barrete na cabeça e hum memorial em cada hua das manos, vossa senhoria agora faça sobre isso seu descurço.

Da nossa terra nao há que constar porque vierão esterelíssimas as cartas do correo. Bateville já deve ser chegado a Lixboa pediu nomeação de Embaxador /fol. 1v/ extraordinario que se lhe denegou ordem ou çe-lhe não tivesse no escudo das armas do seu Principe as quinas de Portugal effeito de hua diligencia minha bem efficas.

Vossa senhoria veja se há couza em que o possa servir pois conhece a minha boa vontade. Guarde Deos a vossa senhoria, Madrid, 21 de Novembro de 668.

Mayor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

Madrid, 1668, 1 e 22 de Novembro – Duas Cartas do Conde de Miranda para D. Pedro II acerca da chegada do Príncipe de Florença a Madrid e a possibilidade de estes ir a Portugal.

BNP, Reservados, *Fundo Geral*, cód. 674, fols. 5v-6, (MF. 3089).

Chegada do Principe da Toscana a esta corte.

Avisou de Madrid o Conde de Miranda que se achava ali embaxador de Portugal, que aquella corte chegara o Principe de Toscana que dali determinava vir a esta corte ver mundo que el rey e a Raynha de Castella lhe fizeram o tratamento seguinte.

Carta do embaxador

O Principe de Florença me fes saber pelo Coronel Gascom, se le não falei com elle por ser hora em que me acabavao de sangrar por causa de hum achaque la[?]ve de que espero ficar livre brevemente, que passava a esse Reyno e estimaria muito que por minha via soubesse Vossa Alteza da sua hida e respondilhe da parte a Vossa Alteza da sua resolução e entendia teria Vossa Alteza muito particular gosto de o ter assim entendido.

Os grandes o não virão por lhe não darem alteza dos embaxadores foi o Nuncio a verse com elle a Santa Barbara ahonde andarão passando algum espasso de tempo, o mesmo sucedeu o de Veneza /fol. 6/ Veneza na de Donna Maria de Aragão, não foi assim com o de Holanda que como lhe não valia sagrado lhe falou no campo. A Raynha valantes[sic] da sua chegada o mandou vezitar por hum seu mordomo a Alcalá e oferecer-lhe o retiro para estar nelle ou para o encognito como melhor lhe paresse não a ocultou nem ao perto de dous coches o para ver e andar na corte deo-lhe bas depois hum presente de cheiros que valeria de nove atte des mil cruzados ao mordomo deu cadeira ainda que nao a melhor e tratou de senhoria ou mordomo e ele de Alteza.

Estou apresentado em huma caza particular que lhe preparou o seu residente el rey lhe fes também outro presente mas ainda se não sabe de que se competem estende que se detera qui por [dez] dias. Madrid, 1 de Novembro de 1668.

O Conde de Miranda

Outra

Na carta do primeiro deste mez dice a Vossa Alteza o modo com que a Raynha mandara vezitar o principe de Florença a Alcalá é prezente que lhe fizera na posta passada de quinze do mesmo continuar com fora ver a Raynha que o esperrou três passos porem que o tratara de /fol. 6v/ [de] vos agora digo que coando foi ou[?] tomar ao coche o mordomo da semana que o condozio.

Foy tratado na forma dita e saindo fes toda a deligencia para falar ao Marques de Aytona mordomo mor que recozava aparecer mais o principe apertou de maneira que se não pode escuzar o Marques este de tal forma pro[v]eitou as palavras que claramente se não pode entender se o tratara de Alteza porem os mais creem que sim por ter a Raynha dado essa ordem aos officiaes falara como tal.

Este aperto de falar ao Marques se entende foi invenção para se poder afirmar, fora tratado de alteza e enconduzido pelo mordomo mor ou ao menos deixar isto confesso e a cortezia de cada hum este serca o fundamento que o coronel Gascon teria para persuadir ao rezidente de Sua Alteza real de Saboya escrevesse a Monsuer Verjues fora chamado de Sua Alteza Catholica.

O presente que el Rey fes ao Principe foi pouco mais ou menos do mesmo valor e da mesma qualidade da Raynha.

Também dice a Vossa Alteza fizera o tal Garçon huma memoria do estillo desse Reyno. Madrid, 22 de Novembro de 1668.

O conde de Miranda

Doc. 31

Madrid, 13 de Dezembro de 1668 – Carta de Castelo Rodrigo para a Rainha Regente descrevendo a sua visita ao embaixador português sobre os incidentes com a família do embaixador, a carta que o presidente de Castela enviou ao Conde de Miranda e respectiva resposta.

AHN, *Estado*, leg.2896, 1ª, 2 fols.

Señora

Por villete de Don Pedro Fernandez del Campo su fecha de ayer que reçivi esta mañana se sirve Vuestra Magestad en respuesta de la consulta hecha por el consejo a

11 deste resolver según el parecer de los tres fuimos uniformes y ordenar que yo pasase officio según su tenor con el embaxador de Portugal y en execuçion de la Real orden de Vuestra Magestad me transferí a las tres de la tarde a la casa del dicho embaxador al qual dije que habiendo Vuestra Magestade sido advertida de lo que havia representado à algunos ministros del consejo mostrando sentimiento de los accidentes que habían pasado con su familia, Vuestra Magestad havia resuelto /fol. 1v/ encargarme le fijere quanto la habían desplacido y que al mismo tempo havia ordenado con tido aprieto al consejo Real informase de todo lo que havia pasado para tomar resolución, deseando Vuestra Magestad se obrase con su persona y representazion lo que le tocaba y se executava con los ministros de igual carácter.

Mostrase el embaxador muy reconocido de la merçed de Vuestra Magestad le hazia en haverme enviado y que quedaba con el debido rendimiento poriendo todas suas offenças a los pies de Vuestra Magestad no dudando corria por su quenta la autoridad de su representación.

Después me dijo que el Presidente de Castilla le havia ayer enviado un recado diciendole que permitiere a sua familia que /fol. 2/ con juramento depusiere sobre que se le preguntase en estas diferencias y en segundo lugar que no estrañase si pasaba con bara alzadas la justicia pues era para proselas aberiguaziones necesarias y en tercero que estuviese advertido de que se havia mandado rondar Alcaldes por su benzindad por evitar todo accidente y assigurar su barrio.

Que el havia respondido a lo primero que su gente no querria el Presidente que jurase porque si hubiesen de decir verdad habían de culpar a otros y no siendo su intençon tampoco era razón que para disculparlos jurasen falso.

En lo segundo que la justicia seria siempre venerada en sus operaciones judiciales y assistida de todos los de su casa y en lo terçero que retirándose todos a los ocho precisamente y cerrando sus /fol. 2v/ puertas quedaba recogidas su familia, esto es lo que con el embaxador paso en la exposición de mi comisión y su respuesta y todo lo que en descargo de ellos debo representar a Vuestra Magestad la qual ordenara sobre todo lo que fuere de su mayor servicio. Madrid, 13 de Deziembre 1668.

Madrid, 1668, 19 de Dezembro – *Sobre la consulta del de Castilla y papel del Marques de Castel Rodrigo, inclussos, en orden a los exçessos de los criados del embaxador de Portugal y Inobservança de las Pragmáticas que prohiren el uso de Armas de fuego.*

AHN, Estado, leg. 2896, 1ª, 4 fols.

Cardenal Aragon

Marques de Castel Rodrigo

Marques de la Fuente

Señora

Hante visto en el consejo (como Vuestra Magestad se serbio de mandarlo por papel de Don Pedro Fernandez del Campo escrito a Juan Baptista Arespacochaga en 15 del corriente) la consulta inclusa del consejo de Castilla de 13 sobre los excessos de los criados del embajador de Portugal y el papel del Marques de Castel Rodrigo en que dá quenta de lo que sobre la misma materia le passo con el dicho embajador.

La consulta del consejo de Castilla se reduze a acompañar dos papeles que vienen con ella, el uno de la sala de Alcaldes y el otro del Theniente de la Pilla en que refiriendo algunos exçessos de los criados de este embajador y que a todas oras trahen pistolas y usan de ellas dan quenta /fol. 1v/ por menor de la athoridad con que mataron entre todos el dia 5 de este a Don Joseph de Peroiz oficial de la secretaria de Milan, de 33 feridas y un carabinazo sobre un disgusto carnal que el y un Pirimo[sic] suyo tuvieron junto a la puente segoviana con dos portugueses en que pelando con igualdad habían muerto alguno. Con cuyo motivo inserta a la letra aquel consejo la consulta que en 4 de Octubro del año de 1663 hy[z]o a su Magestad (que esta en gloria) sobre la prohibición de las pistolas concluyendo con ser de sentor que se restableza la pragmática que entonces se promulgo en orden a esto y que conforme a ella se determinen las causas de estos excessos recientes de los criados del embajador de Portugal y igualmente se mantenga con los de los otros ordenando a los demás /fol. 2/ tribunales que no retengan causas alguna tocante a esto y advirtiendo al embajador prohíba el uso de tales armas a sus criados y que se pase han de sustancias estas causas.

El papel del Marques de Castel Rodrigo (que es de 13) contiene el dar quenta de que en execucion de la orden de Vuestra Magestad se vio con el Embajador y le dijo como havia sido servida de recolher (con noticia de los sentimientos que el havia manifestado a algunos Ministros por los accidentes succedidos con su familia) le diese a entender quanto las habían despazido y que havia ordenado al Presidente del Consejo informarse de todo para tomar resolución desseando se obrasse con su persona y representacion lo que con los demás ministros de igual carácter. Que su respuesta fue mostrar summo /fol. 2v/ reconocimiento y rendimiento a este favor y referiri que a un recado que le havia embiado el Presidente diçiendole hyiese jurar a sus criados sobre estos accidentes. Que no extrañasse ver pasar por su casa la justicia con vara alzada y que supiese se havia de rondar su vecindad para mayor seguridad. Havia respondido en lo primero que su gente no seria bien jurase por que haziendolo con verdade habrían de culpar a otros en el segundo que la justicia en sus operaciones seria siempre venerada de su familia y en lo terzero que a las 8 de la noche estaría esta siempre recogida y encerrada.

El consejo (con vista de todos) representa a Vuestra Magestad que la causa de la relaxacion de estas /fol. 3/ pragmáticas consiste en la flexidad[sic] de los ministros por cuya quenta corre la observazia de ellas y no en la introducción de el embajador de Portugal (como lo supone el consejo de Castilla) por que mucho antes que el llegase a este corte estaban vulneradas y oyan muchos delitos cometidos con armas de fuego y assi es de parezer combendrá que Vuestra Magestade se sirva de mandar se entienda con mas cuidade al cumplimiento de lo que en esto esta dispuesto. Y enquanto al embajador de Portugal supuesto que el manifiesta tan buen çelo en la repuesta que dio al ofizio que pasó con el el Marques de Castel Rodrigo y que combiene darle alguno genero de satisfacçion para que el de Vuestra Magestad que reside en Lisboa no experimente algunos efectos /fol. 3v/ de venganza, entiende el consejo que Vuestra Magestade debe servirse de mandar que se castigue muy severamente a qualquiera que faltare al respecto y preheminenzias debidas a los embajadores de Principes y que a el se le dé noticia de ello, de las pragmáticas que hay sobre las prohibición de armas veladas y de las ordenes de Vuestra Magestad fuere servida de dar para su observancia insignandole que Vuestra Magestad espera de su prudenzia dispondrá que su familia se contenga en los mismos terminos y que lo proprio se diga a todos los demás embajadores y embiados que residen en esta corte y

que sino lo remediaren Vuestra Magestad tomara la resolución que combenga para la quietud publica de esta corte que ellos también /fol. 4/ son tan interesados. Que se dé noticia de todo lo que ha pasado en esta materia y de lo que Vuestra Magestad resolviere sobre ella al Baron de Pantevile. Encargandole muy particularmente procure que su familia proçeda en todo con la templanza y modestia que se requiere y que dé a entender a lla que de este embajador se tiene a ca toda satisfacion.

Vuestra Magestad mandará lo que mas fuere servida. Madrid a 19 de Deziembro de 1668.

Doc. 33

Madrid, 1669, 16 de Janeiro – Oficio do Conselho de Estado sobre as cartas do Barão Watteville descrevendo os preparativos para o parto de D. Maria Francisca, entre outras notícias.

AGS, *Estado*, leg. 2615, 3 fols.

El Conde de Peñaranda

El Cardenal de Aragon

El Conde de Ayala

El Marques de Castel Rodrigo

El Marques de la Fuente

Señora

Han se visto en el Consejo (conto Vuestra Magestad se sirviu de mandarle) las seis cartas inclusas del Baron de Vatevile dos de 28 del pasado, tres de 29 del mismo y la ultima de 7 del corriente. En las cinco da algunos avisos de aquella corte, tocantes (entre otras cosas) a que se havia suspendido de viage a Roma del Conde de Prado a solicitar la dispensazion que embiavan al secretario Juan de Roxas Azevedo a quien encomedavan mucho procurase las Bulas de los obispos nombrados después de la paz que se prevenían grandes fiestas para el parto de la Prinzesa y que le habían dicho que el Prinzipe Don Pedro le quería combidar por su Padriño para /fol. 1v/ una quadrillo de cañas y pregunta que hara en tal caso que esperaba hazer su entrada publica en passando las vacaciones y algunas le aconsejaban que aguardase al parto para hazer ambas funciones de unas vez que San Romein tiñen orden para solicitar una leba allo de 60 hombres y que Chomberg vuelva a Portugal y que allá se ha rezivido mal la noticia de las pendenzias que ha habido en esta corte con la familia del conde de

Miranda atribuyéndolas a no tenerla el muy orden. Y en la ultima carta (que es para Don Pedro Fernandez del Campo y vino en phego del Marques de Vilars) da quenta de que el dia de los Reyes pario la Prinzesa una hija /fol. 2/ de cuyo sucesso mostro el Baron mucha alegría (dando a entender la habría acá también) y acreditándola con luminarias y toda demonstrazion.

El consejo es de parezer que Vuestra Magestad podría servirse de mandar responder al Barón aprobándole lo que dio a entender en aquella corte de lo que acá se holgaría con las noticia del parto y las luminarias y demonstraciones de que uso; y diciéndole que también puede insignuar como el conde de Miranda dio quenta de el buen sucesso (aunque sin haber presentado hasta ahora carta del Prinzipe) cuyo aviso ha sido muy agradable que si llegare el caso de que el Prinzipe le combine para /fol. 2v/ ni Padriño de la fiesta de cañas que diçe podrá azetarlo pues no sahendo del Baron motivo alguno pata esto sino meramenre del Don Pedo seria extrañeza recusarlo. Que pues ha sucedido el parto antes que el haya hecho su entrada publica podrá cumplir ambas ceremonias juntas con una función sino hallare alguna considerazion justa que le mueba a lo contrario y que continnue el yr embiando las noticias de lo que alla ocurriere digno de que se sepa acá.

También considera el consejo que combiniera socorrer al Baron con algo para gastos secretos por la ocurrencia en que se halla de tener algunos extraordinarios sin /fol. 3/ pasar el consejo en esto amas determinado voto, que a la representación del dispendio a que obligan a los ministros públicos, funciones semejantes.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid a 16 de Henero de 1669

Doc. 34

Madrid, 1669, 23 de Janeiro – Carta com notícias variadas nomeadamente dando conta do nascimento da Infanta D. Luísa Isabel Josefa.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (11), 1 fol.

Senhor meu, chega a carta de vossa senhoria de 6 de Janeiro que me cauzou muy particular contentamento por me assegurar tem vossa senhoria boa saude, mas nao chega athe agora o irmão do Simão de Miranda mas a qualquer hora sera para mim muy bem vindo pois me tras cartas de vossa senhoria fica advertido se elle se

detiver nesta Corte, remeter a vossa os despachos que tras na forma que vossa senhoria ordena.

Dou a vossa senhoria a boa nova de haver nascido a Sua Alteza que Deos guarde huã nova princeza em dia de Reis de madrugada. Podemos justamente esperar venhão atras ella muitos príncipes com que se eternize a sucessão da Casa Real, eu me preparo para as demonstrasois festivas mas ainda não sei quando será.

Aqui estou esperando D. João de Roxas e Azevedo que passa Inviado a Roma a ser precursor do Conde Embaixador, estava para se embarcar huã nao que vai a Liorne mas mudando de parecer se rezolveo em fazer a jornada por aqui por esta missão e pelo que tem servido lhe deram o Dezembargo /fol. 1v/ do Paço, mil t[?] em Lixboa se aprestar 3 em Roma livres de pasajem para compor sua Caza e 200[?] reis de moeda romana de mezada com que vay sobre bem despachado muy bem assistido. Por aqui passou a semana passada hũ extraordinario despedido em Roma pelo Cardeal Projector com o breve a favor do Matrimonia, havido por valido ett^a.

Monsieur Veiurs vay mandado a Inglaterra donde vira a essa corte e passará dahi a Saboya.

Aqui se me revelou que D. Hyeronimo de Quinares escrevera que a 35.19.60.35.45.35.12.17.40.35.100.85.19.55.85.12.19.35. ainda que esto parece não tem fundamento não quis deixar de dar a vossa senhoria esta noticia para alguã espiculação.

Vossa senhoria se dee por desemfadado e veja o que me ordena de seu serviço. Guarde Deos a vossa senhoria. Madrid, 23 de Janeiro de 669.

Mayor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

Doc. 35

Madrid, 1669, 28 de Janeiro – Carta do Conde de Miranda para o Conde de Peñaranda sobre uma nova ratificação do tratado de paz feita por D. Pedro.

AGS, *Estado*, leg. 2615, 1 fol.

Excelentissimo Senhor

Senhor meu, sobre o negoceo em que fallamos acerca da ratificação da paz celebrada entre esta coroa e a de Portugal me pareceo dizer a vossa excellenssia que fazendo reflectão na materia acho huã grande conuiniença em que se ajuste na forma que descorremos que ainda que à primeira vista se tenha este acto por desnecessário, pois o tratado se conduziu e foy assinado pelo Principe meu senhor com tudo ratificado de novo com Sua Alteza como Principe sucessor daqueles Reynos, governador e Regente delles se fica ligando o capitulado com hũ vincado mais que da parte de Portugal se dezeja com todo o affecto indesoluel sem de çessarem assi quaisquer desconfianças que o tempo pode occazonar tanto contra o bem pelo e útil dos vassalos de huã e outra Coroa e assi quando Vossa Excelência queyra /fol. 1v/ comunicar este negocio o pode vossa excelência fazer com a certeza de que o Principe meu Senhor virá em tudo o que seja estabelir[*sic*] para sempre com Sua Magestad Catholica a paz e amizade que com animo puro e sincero pertende conservar. A pessoa de vossa excelência que Deus muy dilatados annos. 28 de Janeiro de 669.

Excelentissimo senhor

Excelentissimo senhor Conde de Peñaranda

Beijo as maos a vossa excelência sem mayor servidor.

Conde de Miranda

Doc. 36

Madrid, 1669, 6 de Fevereiro – Carta sobre variadas notícias, entre elas as novidades da situação de João de Áustria

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (12), 2 fols.

Senhor meu, a hũ mesmo tempo me acho rico com tres cartas de vossa senhoria de 2, 12 e 20 de Janeiro, vindas no ordinario e em companhia o Irmão de Myranda as nottícias das cartas se ajustão as que o portador me deu muy particular de vossa

senhoria que eu soube estimar como quem dezeja a vossa senhoria todas as mayores felicidades e assi o pode vossa senhoria crer do meu animo e da minha boa vontade.

Do que vossa senhoria me escreve e a Sua Alteza fico inteirado das novidades dessa corte e me acosto a opinião de que as marchas para Lorena são a fim de despojar o Duque cujo Estado foy sempre tão mal sofrido dos Principes de França.

Da nossa terra se não escreve mais que o geral contentamento que em todo o Reyno há pelo nascimento da nova Princeza, pela lista que remeto verá vossa senhoria quais são os quadrilheiros e as cores de que hão de vistir, o que falta he Sua Alteza que affirmão tira cor [?] couve.

D. João de Austria tendo notiça que a Raynha por ultima resolução o mandava recolher a Consuega se antecipou a sahir acompanhado de duzentos /fol. 1v/ cavallos que o Duque de Ossuna lhe deu das suas guardas e assi vem caminhando, o regimento d'el Rey que aqui consta de cinco mil homens e de que he cabo o Marques de Aytona se tem mando prevenir repartindo-se-lhe as armas necessárias com o que os descurços se aviventa e se esperão novidade.

A pendenza que tiveram os meno[sic] criados com hũ Biscarinho e hũ cavaleiro do Marques de Laganes foy em huã hora mui acidentalmente, resultou della matarem hũ gentil-homem meu mas morrerão tambem dous contrários e não obstante que se conheço haver das partes dos meus algũ excesso me mandou a Raynha pelo Marquez de Castel Rodrigo significar o sentimento que tinha e oferecer toda a satisfação que eu quizeçe, este foy sendo que athe ali forão muitas as duvidas.

Nas mais das postas ou em todas recebo carta de vossa senhoria e remeto as incluzas com cuydado e quando /fol. 2/ ma faltão na mesma posta e digo a vossa senhoria alem das cartas accuzadas assim me chegou o maço para o Marques de Saint Romain, que irá amanhaam no correo ordinario. Não se offerece couza de que mais possa fazer avizo. O s[?] se remonda muito na graça de vossa senhoria a quem Deos guarde muitos annos. Madrid, 6 de Fevereiro 669¹⁰.

Mayor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

¹⁰ Na margem: os chapeos ainda não são chegados.

Madrid, 1669, 20 de Fevereiro – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo referindo-se ao nascimento da infanta Isabel Luísa Josefa e à segunda ratificação do Tratado de Paz.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (13), 2 fols.

Senhor meu, de 3 do corrente he a carta de vossa senhoria a que faço resposta, estimando muito as noticias de vossa snhoria me da e as que li nas cartas de Sua Alteza do nascimento da nova Prinçeza dei a vossa senhoria a nova logo que a tive, na nossa terra tudo são aprestos para festas e tem desculpa todas as mayores demonstrasois de contentamento porque espero que despois desta Prinçexa nasção muitos príncipes que eternizem a suceção daquela coroa.

A paz celebrada com el Rey D. Carlos esta ratificada com Sua Alteza como governador, Regente e sucessor do Reyno de Portugal. Estou muy satisfeito desta negoceasão por se haver conseguido com a mayor honra da nossa pátria aonde se desejava tanto que por qualquer modo se estimaria muito mas ella se alcançar sem rogos sem outra alguã intervenção mais que a insinuação de útil que resultava a esta coroa mas descurçada com tal cautela e inteligência que os ministros abraçaram /fol. 1v/ e espero athe amanhã ou o outro dia trocar o tratado, vossa senhoria ssin intendido e saiba que senão fes pouco.

55.35.80.100.85.17.60.85.17.40.16.19 [Castel Mellor] ainda em 20 do passado não tinha 55.40.85.50.35.45.16.35.80.35.15.16.12.35. [chegado a Saboia] com o que creçe a sospeita de ter 85.80.100.35.45.16.35.104.12. [estado aqui] se bem senão pode averiguar mais do que avizei a vossa senhoria.

Por ultima resolução de ordenava a D. João de Austria se recolhesse a Consuegea mas elle sem esperar as ordens atincipou a jornada e para guarda de sua pessoa pediu ao Duque de Ossuna huã com que de Cavalos e elle lhe deu duzentos com que tomou o caminho de Castella e senão sabe com certeza athe onde tem chegado se bem se lhe mandou despedisse a Cavallaria e viçe desarmada intendesse parara em Gadalazara mas não se tem athe agora intendido a sua resolução sobre o despedir a cavalaria e chegou desarmada.

O Viçe Conciler de Aragão por hũ emfado que teve com o Confessor sobre assistir na junta /fol. 2/ do governo tratandoçe de suas couzas e das de D. João de Lincenceou da junta porem a Raynha lhe não admitiu a deixação com o que se intende continuara e com esto tenho dito a vossa senhoria o que com verdade se pode disser da corte da nossa não temos novas por haver faltado a posta da semana passada e a desta não ter ainda vindo. Remeterei as cartas de vossa senhoria e as que as acompanhara e farei tudo o que vossa senhoria me ordenar de seu serviço com muy boa vontade.

O M[es]cola se recomenda na graça de vossa senhoria a quem Deos guarde muitos annos, Madrid, 20 de Fevereiro de 669.

[...]

Mayor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

Doc. 38

Madrid, 1669, 2 de Março – Ofício do Conselho de Estado com motivo do que o embaixador espanhol em Lisboa escreveu do reparo que se fez relativamente ao selo das cartas credenciais do Barão Watteville terem as quinas portuguesas incluídas nas armas castelhanas.

AGS, *Estado*, leg. 2615, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Cardenal Aragon

Marques de Castel Rodrigo

Marques de la Fuente

Señora,

Com motibo de lo que el Baron de Vatevile encrive en la carta inclusa sobre el reparo de que en el sello de las cartas de creenza que presento yban comprendidas las Armas de Portugal há hecho reflexion el consejo que podria tener inconveniente el no quitarlas en las nuevas ratificazion del Tratado de Paz que se há de dar aora al embajador de Portugal y assi sin embargo de lo que en esto prezedio quando el embajador se deço entender sobre lo mismo para que el Baron de Vateville no las pusiere a las puertas de su casa, sobre que el consejo represento a Vuestra Magestad

lo que se ofrezia en consultas de 20 y 3 de Hebrero passado; Pareze es /fol. 1v/ bien que se quiten del sello real las armas de Portugal en la ratificazion que se ha de dar al embajador sin esperar a que el lo pida ni haga pretensión de ello pues seria menos dezente haberlo de hazer después que el lo pidiere no teniéndose esta por cosa sustancial que puede perjudicar a nada y assi es también de sentir el consejo que a los mismos tribunales donde antes paso orden para que se quitase entre los dictados de Su Magestad el titulo de Rey de Portugal vage también para que en los sellos se executen las quinas.

El marques de Castel Rodrigo dijo que persiste en su voto de la consulta referida de 20 de Septiembre siendo de parezer que no se quitan las Armas por que estas denotas derecho /fol. 2/ de sangre aunque se quanto en los títulos el de Rey de Portugal pues esto tiene diferente inspección que denota possession de Dominio pero en lo de las Armas no tendría razón el embajador y si reparase en ello se le debria disuadir su Magestad mandar lo que mas fuere servida. Madrid, a [2] de Marzo de 1669

Doc. 39

Madrid, 1669, 3 de Março – Carta dando conta das notícias relativas a João de Áustria e da ida do confessor da Rainha Regente para Roma de forma a evitar instabilidade e refere o que D. Pedro ofereceu ao Príncipe da Toscana.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (14), 2 fols.

Senhor meu, faço resposta a carta de vossa senhoria de 14 do passado vinda com o expresso que o Nunção despachou e só essa he a com que me acho porque a posta desta semana não touxe paquete de vossa senhoria. Este em caminho por outro extraordinario, que o Nunção daqui despede ao dessa corte.

D. João de Austria chegou a Torrejuela lugar distante tres legoas desta villa, acompanhado da cavalleria com que sahiu de Catalunha, e alguã mais. Do furor com que o povo andava contra o Padre Confessor da Rainha Regente, se aproveitou quem quer que foy e logo que se soube que D. João ali tinha feito alto comoveo huã boa parte que com o estrondo deu motivo a que ou porque assi o intenderom ou porque o quiseram indercon[sic] assi se resolceo que comvinha sahir o tal confessor para Roma ou para Allemanha sob calor de estorvar huã Ruyna, executou-çe o decreto logo e partiu amparado e conduzido do Cardeal de Aragão, que com sua autoridade

impediu não se lhe atreverem com armans mas nem por isso deixando de ultrajar com o probrios e afrentas. Nem com haverem lançado este Jonas ao mar tem çessado com repitidas guardas, vigias, batedores e todas as mais cautelas /fol. 1v/

Pareçe que difficultozamante se accommodaram as cauzas porque se não contentara com pouco quer ser. Vice Rey de Aragão com assitença de hum exercito muito consideravel assi de infantes como de cavalaria discurse vossa senhoria a que fim se emcaminharam estes desígnios.

Hoje tive carta de João de Roxas escrita em Barcelona aonde chegou em 15 dias e sendo a carta de 19 do passado dis que logo [logo] se embarcava em duas faluas que fretava athe Genova. Padre Sanches Farinha me escreve que segundo os avizos das ultimas cartaz de Roma não tínhamos que reçar o sucesso das nossas couzas naquella Curia e por isso Sua Alteza se resolveo a sua pasajem com toda a preça duas fragatas de guerra e que conforme a preça que lhe davão intedia faria viagem por todo o mês passado.

Sua Alteza mandou ao Principe de Toscana hũ grandioso presente que constava de huã faca de valor que na India se tomo a hũ Rey Mouro; 4 alcatifas grandes, duas de 13 v.^a cada huã e outras duas de 10, duas peças de Lo[?]o emcarnadas e verdes; pedras vazares grandes e outras de menor grandeza, cordeais e ett^a. /fol. 2/

Vossa senhoria dê por desemfadado e veja o que me ordena de seu serviço que eu assista a elle com a vontade que devo. O mescola se recomenda na boa graça de vossa senhoria a quem Deos guarde. Madrid 3 de Março de 669.

Mayor servidor de vossa senhoria.

Conde de Miranda

Madrid, 1669, 6 de Março – Carta do Conde de Miranda informando Duarte Ribeiro de Macedo da troca das ratificações do Tratado de Paz, onde já se encontrava corrigido o selo castelhano. Mais notícias dos avanços e exigências de João de Áustria.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (15), 2 fols.

Por hũ propeo que despediu o Nunçio para essa corte anteontem escrevi a vossa senhoria respondendo a de 14 do passado vinda por outro extraordinário e ainda que disse não receberá na posta carta de vossa senhoria a trouxe depois se vam de Miranda e eu lhe dis agallado que costumo a todas as de vossa senhoria.

Sinto muito que vossa senhoria tenha razão de se queyxar de mal assistido, achaque incurável na nossa terra aonde os descuydos podem mais que as impossibilidades se a minha lembrança puder alguã couza será fácil o remedio mas não ficarão por mi.

Hontem acabamos de trocar a ratificação da paz entre esta coroa e o serenissimo principe nosso senhor como sucessor, governador e regente do Reyno de Portugal concluisse esta negociação com relevantes circunstâncias porque não demos nosso braço a troçer nem se pendeo couza alguã da autoridade ou reputação começou por descurços e insinuasoes do bem que estava a esta Coroa mais este novo vinculo, ajustouçe em effeito e das armas estampadas no segilo tirando as quinas reais de Portugal, e assi tambem das armas abertas na cuberta da caixa que guarda o segilo com o que parece não tínhamos mais que querer /fol. 1v/ já disse a vossa senhoria a expulsão do confessor que vai na volta de São Sebastiam continuando sua jornada com carta credencial de embaxador para Roma ou Imperio, qual escolhesse com retenção de postos, officio, gajes e ordenados [(]¹¹ mas nem com este Jonas ir ao mar cessou a tempestade porque D. João de Austria pede exclusão do Prezidente de Castella, Marquez de Aytona e D. Blasco de Loyola, secretario do Despacho Universal e satisfação para a sua pessoa e quer esta seja a nomeação de viçe-rey e Capitam da Catalunha e Aragão com a conservação de hũ exercito reforçado com huã notável partida de cavalaria e infantaria ou que o deixem vir para o conselho de

¹¹ Não tinha um parêntesis correspondente.

Estado aonde o Rey o deixará não se lhe deseria athe agora mais que com palavras equivocadas mandando se apartasse mais da Corte e despedisse a cavalaria. Retirou-se de Torrejuela donde estava para Jodalaxara que distantes legoas ainda senão sabe tenha athe agora licenciado a cavalaria,

Não sei como se compadece regimentos para linogodoe[sic], galés, navios de guerra, partida de Beaufort com a promessa del Rey Christianissimo ao papa. As plantas de Candia não chegaram /fol. 2/ ainda por cá. João de Roxas me avizou que o conde de Castel Melhor tinha sahido de Barcelona na veria 35 dias para Saboya. Vossa senhoria tenha a saude que lhe dezejo. Madrid, 6 de Março 669.

Mayor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

Mayor servidor de Vossa senhoria

Doc. 41

Madrid, 11 de Março de 1669 – Carta do Conde de Miranda para a Rainha regente sobre a restituição de S. Lucar ao Duque de Medina Sidónia e da Casa e Hospital de Santo António à coroa de Portugal.

AGS, Est., leg. 2617, 1 fol.

Señora

O Conde de Miranda embaxador de Portugal abaixo assinado faz presente a Vossa Magestade a notável dilação com que os Ministros se tem havido em responder à restituição da Caza e Hospital de Sancto Antoneo desta Villa à Coroa de Portugal a quem legitimamente pertence pelas qualificadas resoas que em outro memorial representou a Vossa Magestade sem que para ser deferido athe agora bastarem as repetidas instâncias de que se tem valido. Da mesma maneyra faz a saber a vossa Magestade o grande damno que recebem os vassallos do Principe seu senhor em não serem restituídos aos juros que tem nestes Reynos de que forão privados meramente em odeo da guerra obrigando os a litigar com tantas demoras e despeção tao conciedramos que he mais fácil deixar os juros que tratarem da recuperação delles quando se devia tomar conhecimento na junta sumarissimamente pois conta que os ditos juros não forão applicados mais que emquanto durasse o impedimento que tem cessado. Na mesma forma lembra a Vossa Magestade a restituição do Estado de S.

Lucar ao Duque de Midina Sidonia, tanto da real grandeza de Vossa Magestade como da religiosa observância da paz estabilida[sic] entre as duas coroas e porque o não se fazerem as ditas restituições offençe directamente o capitulado principalmente no capitulo 8.º cuja copia em ambos idiomas se offreçe.

Suplico a Vossa Magestade se sirva mandar se entregue à Coroa de Portugal a dita casa e Hospital de Sancto Antonio como tem pedido e que cortados os termos judiciais ordinários que immortalizão os pleitos se defira na junta de a restituição dos juros com toda a mayor brevidade. E ultimamente que o Duque de Midina Sidonia sya metido de posse do seu Estado assi como o pessuia antes da guerra em comprimento do ajustado nos capítulos da paz e em demonstração do animo tantas vezes real de Vossa Magestade a quem Deos guarde ettc. Madrid, 11 de Março de 668

O Conde de Miranda

Doc. 42

Lisboa, 1669, 22 de Abril – Carta do embaixador Watteville avisando dos despachos enviados ao Conde de Miranda relativos à matéria das restituições.

AGS, *Estado*, leg. 2615, 2 fols.

Señora

En cumplimiento de lo que Vuestra Magestade se servio mandarme deçir en su Real despacho de 3 del corriente con la copia de lo que en 28 de Março passado escrivio de orden e Vuestra Magestad Don Pedro Fernandez del Campo al Conde de Miranda participandole la resoluzion que Vuestra Magestad se servio tomar de ordenar que a los portugueses interessados en las restituiciones de haçiendas conforme althenor de la Paz se les restituisen sin dilacion las que les pertençiese y goçavan en Castella antes de la guerra yendo por sus personas ó embiando poderes legitimos a sus procuradores; he dado aquí noticia de ello para que se sepa el Real animo de Vuestra Magestad y la confianza seguridad con que Vuestra Magestad está de que por parte de Portugal se exercutará lo mismo en conformidad de la Paz con la misma sinceridad y promptitud; llegándome ahora con el ordinario de oy el despacho de Vuestra Magestad de 11 deste mes y las copias del papel que el Conde de Miranda escrivio a Dom Pedro Fernandez del Campo en 29 de Marzo con cifra de citado de 28 y lo que mandó a Don Pedro le respírese en 6 del corriente, pondré luego en execuçion lo que

Vuestra Magestad es servida de ordenarme para que se conozca la Real Intençion de Vuestra Magestad assi en la parte que toca al primer punto que pregunto el /fol. 1v/ conde de Miranda de si en la palabra general de que se restituían sus haçienças se comprehenden los bienes de la corona y ordenes militares como en el segundo punto de si la voz sin dilacion tiene tanta fuerça que escuse las zitaçiones a las personas que poseyeron los juro y las haçienças durante la guerra [endendiendo yo que el haber hecho estas perguntas el Conde de Miranda no ha sido por lograr el beneficio de los portugueses interesados sino por si de la respuesta que pudiese servir para la dilazion que dessean y procurar por todos los caminos posibles como represente a Vuestra Magestade en carta de 15 de Mayo de este abi ya se ha desbanezido el afecto de la leva de loa 500 portugueses que procurava el rey de Francia y el cabo que había venido a solicitarla esta volverse]¹². Dios guarde la católica y Real persona de Vuestra Magestad como desseo y la christandad ha menester. Lixboa, a 22 de Abril de 166[9]

Doc. 43

Lisboa, 1669, 16 de Maio – Carta da rainha regente para o embaixador castelhano em Portugal sobre as informações respeitantes às restituições.

AGS, *Estado*, leg. 2615, 2 fols.

Al Baron de Vatevile

Por consulta de 9 de Maio

Señora

Hanse visto las dos cartas [¿] de 22 de Abril en que da bas[?] quenta de haver partizipado ahi notizia de la ordem grande mande dar tocante a la restituizions de los bienes de portugueses y que há hañas de la que contenia el despacho de 11 con las copias que há acompañan sobre que deziais que las dudas que mobio el Conde de Miranda serian con el motibo de allar algun pretexto para la dilizion de las restituizions de alla com lo demas que contenian dicha cartas. A que se ofreze dezijos y encargos el cuidado a procurar el restablezimiento y restituzion que se debe hazer de las haziendas y en particular de los interés /fol. 1v/ del Conde de Alcouthin ~~juntamente os ordeno qye~~ (en cumplimiento de lo que os esta ordenado) ~~me de~~ ~~quenta~~ de las haziendas hubieren restituido y se fueren restituyendo por lo que

¹² Estava em cifra

combiene que yo me halle con esta noticia y juntamente podres dar a entender a los Ministros de ese gobierno (no per lla de cominazion sino como por considerazion o discurso nazido del desseo de la buena correspondencia) que será justo el que por parte de alla se vayan haciendo las restituiziones assi por dar satisfacciones y cumplimiento al articulo 8.º de la paz como en correspondencia de la sanzeridad y promptitude de lo que por nuestra parte se obra y executa pues de lo contrario /fol. 2/ se podría proceder de la mesma manera. De Madrid

Doc. 44

Madrid, 1669, 12 de Junho – Carta do Conde de Miranda informando Duarte Ribeiro de Macedo sobre a ida de D. Afonso VI para a ilha Terceira e com as novidades de João de Áustria.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. 6 (22), 2 fols.

Senhor meu, a carta de vossa senhoria de Mayo que por boas contas havia de chegar na posta passada não sei que embaraço a deteve que veo neste ordinario em que recebi tambem outra de vossa senhoria de 25 do [passado], e certo festejei huã e outra com muito porque como sei que vossa senhoria não deixa de escrever dava-me grande cuydado aquella falta porque não quizera que do nosso pouco comeram muitos. Debaixo da coberta do Marques de Villars remeti a vossa senhoria hũ maço de Sua Alteza que por ser já creçido busquei aquela via por aliviar a vossa senhoria do porte, no mesmo correo porem escrevi fazendo capa a hua carta em que Luis Teixeira dissia hião os créditos que vossa senhoria esperava. Logo e na mesma semana pelo mercador Françes por quem passando a Sevilha vossa senhoria me escreveo e mandei outro maço competente que me pareceo segunda via do que emcaminhou Marques de Villars. Todos terão chegado e vossa senhoria me dirá se forão bastantes os créditos para lograr algũ alivio em quanto não sucede outra recahida.

Decifrei a carta como vossa senhoria me ordenou e ainda que achei digno o avizo de se dar antes preciso o darçe huã circunstancia me fes suspender a remeça da carta athe vossa senhoria dispor o contrario. He ella que o amigo a quem vossa senhoria

escreve

80.85.17.35.18.55.16.104.100.16.45.16.18.16.80.15.19.35.55.16.80.45.16.55.16.18.45.85.35.200.16.19.19.85 [se la ne[?]]ou todo nos bercos do cuidado torre] a quem he infalível comunicar aquelle capitulo e tenho tambem por infalível deixar de passar

logo 35.100.12.55.12.35.45.35.19.35.12.18.40.35 [a noticia de rainha] e não servirá mais a advertência de descompor a vossa senhoria sem se conseguir a remedio e como a couza pode admitir dilação, vossa senhoria /fol. 1v/ buscara meo por onde Sua Alteza venha a saber aquillo mesmo sem vossa senhoria se expor a hua ruyna e como o chegue a intender satisfaz vossa senhoria a sua obrigação e foge ao damno que tenho por inexcuzavel com tudo vossa senhoria disponha o que quer se faça que para isso fica a carta em meu poder.

Temo que nem a resposta de vossa senhoria sendo tao efficas ao menos na segunda parte nem tudo o mais que se llevar de sua dirá aos olandezes da nova duvida que propõem nem creio nos valerá a mediação porque o interesse atropela tudo como tambem algũ disignio que queyrão executar facilitando do estado em que nos concideram e isso he o mais que se pode reçar.

Das cartas que remetti pelo mercador francês e do que então disse ainda que brevemente terá vossa senhoria sabido o expediente que se tomou de ir Sua Magestade para a ilha Treceyra mas não colheria vossa senhoria tudo o que passou, por mayor direi que Francisco de Britto Freire havia de ficar entregue aceitou a missão preparouçe para a viagem, porem na noute em que levaram a Sua Magestade para embarcarçe desapareceo e foy parar na Cotovia grande embaraço cauzou este sucesso mas não tornou atras a resolução e se nomeou logo para Almirante a Luiz Velho e a Manoel Nunes Leytão, para governador, ao Britto despiu hũ Corregedor do crime da corte a rougeta e o levou a Torre de Belem, Sua Magestade não se pode embarcar naquella noute e ficou na [?] viagem athe o outro dia e a armada não pode dar avesa por ser o tempo contrario, em 28 de Mayo se dis es-/fol. 2/ esperavam des anchoraçe ao outro dia. Os agoureyros e su presteciozos tem feito notáveis juízos fundados na resolução de Francisco de Britto Freite, na extraordinária tromenta e medonhos trevoes da noute em que Sua Magestade se hia a embarcar com tambem em hũ acidente que no mesmo tempo deu a Manoel Nunes Leytão em corte real tao apertado que se persuadiram muitos acabava a vida, destes acazos querem vam ente tirar consequências infalíveis, os murmuradores tambem não perderam tempo, entre outros papeis fixaram huã sor[?]ca como tirada de processo e nella comdemnando a el Rey em segredo para a ilha treceyra sendo juízes os cinco camaristas Duque Marialva, Prado, Mestre e Joseph d'a Ffonçeca, tenho dito vossa senhoria discorra e pronostique.

Os intentos de D. João de Austria pararam todos em se acomodar com o viçereinado de Aragão e com o titulo honorifico somente de vicário geral de Valença e Catalunha, estaçe aprestando para partir a exercitar o governo o que fará em breves dias. Vossa senhoria tenha muita vida e saude como dezejo. Madrid, a 12 de Junho de 669.

O mayor servidor de vossa senhoria.

Conde de Miranda.

Doc. 45

Lisboa, 1669, 17 de Junho – Carta de Watteville para a Rainha Regente avisando ter recebido um despacho com a cópia da resposta que se deu ao Conde de Miranda sobre a pretensão da restituição do Hospital dos Portugueses.

AGS, *Estado*, leg. 2615, 1 fol.

Señora

Con el despacho de Vuestra Magestad de 25 de Mayo he recebido la copia del papel que se dio por respuesta al Conde de Miranda firmado por Don Pedro Fernández del Campo sobre la pretensión que introduz tocante a que pretenzia a esta Reyno el dominio del Ospital de San Antonio de esa corte y quedo prevenido de todas las razones, que Vuestra Magestad mando responder para manifestarlas en caso que aca se me ablará derechamente en la materia o en los que se pudieren ofrecer de que yo hable demo en ella para que se conozca que no puede haver motivo alguno para esta pretensión. Guarde Dios Vuestra Magestad los muchos y felices años que la christandad ha menester. Lixboa, 17 de Junio de 1669

Baron Vateville.

Lisboa, 1669, 1 de Julho – Carta de Wateville para a Rainha Regente decifrada avisando que o Secretário de Estado português assegurou a continuação das restituições, tendo para tal efeito nomeado ministros.

AGS, *Estado*, leg. 2615, 2 fols.

Lisboa, 1.º de Julho de 1669

El Baron de Patevilla

Señora

Lo que de aquí se ofrece poner en la Real noticia de Vuestra Magestad es que el Secretario de Estado me ha vuelto a asegurar que el Príncipe desea que lo que toca a las restituciones de las haziendas se vaya despachando sin dilación y para esto se que ha nombrado secretamente unos Ministros de los de la primera suposición y que parecen de sana intenzion y son desinteresados para que a parte de aquella junta publica por donde coren estas materias por la via ordinaria le digan su sentir y la forma mas prompta y fázil para dar cumplimiento a las restituiziones proponiéndoles arbitrios para dar por otro camino, satisficcion a algunas personas que por causas particulares gozan de lo que se ha de restituir y en lo que toca a la casa de Villarreal y Camiña también tengo noticia que ha mandado que reservadamente por estos ministros se vean todos los pápelos y se examine esta materia de modo que pueda tomar breve resolución en mandar dar posesión de estas casas o tener legitimas razones para responder /fol. 1/ de modo que Vuestra Magestade conozca (según el Dize) la sinceridad de su proceder y no es dudable que en estos últimos días se reconoce que hablan todos con diferente semblante y con demonstraciones de querer cumplir absolutamente con lo capitulado y con la observancia de la Paz y quien ha propuesto que se busquen medios para dar satisfacion a los que gozan de lo que se ha de restituir es cierto que se ha decido persuadir del medio verdadero para concluiré esta matheria porque como hay entre los primeros ministros algunos que dienen semejantes beneficios era muy frágil el que llevados de sus pasiones buscasen dilaziones y por lo contrario que se apliquen ahora a lo mas plausible sin porfiar a gozan con odio del publico aquellos bienes que causan queja y escándalo de no cumplirse la Paz sin esta restituizion con que estaré a la mira delo que resultare

continuando de mi parte la solicitud posible por todos aquellos caminos y medios que pudieren facilitar el buen logro.

Aca entre los ministros de estado se discurre en la venida del conde de Miranda /fol. 2/ afirmando algunos que ya tiene licencia para usar de ella en pasando los calores y otros dizen que se de darán por este tiempo pero hasta ahora no han pasado a discurrir en quien habrá de yr en su lugar, Dios guarde ett. ^a

Doc. 47

Madrid, 1669, 10 de Julho – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo com notícias várias, nomeadamente das restituições.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (23), 2 fols.

Senhor meu, na posta passada não fis menção de ter recebido a de vossa senhoria de 9 de Junho por haver ficado por erro no correo agora me chega à mão a de 23 do [Junho] e a ambas faço resposta assas magoado e sentido por vossa senhoria me disser o obrigara o catarro a sangrias, livre Deos a vossa senhoria lhe dee tão perfeita saude como lhe dezejo e se assi for bem se pode vossa senhoria dar por satisfeito.

Aqui he chegado o Padre Villes anjo da guarda das duas damas que ficou desta recoleta aonde ficão hospedas, determina partir dentro de breves dias he verdadeiramente pessoas digna de toda a mayor estimação.

Da nossa terra há a novidade de ter Sua Alteza, que Deos guarde, nomeado a Francisco Correa de Lacerda secretario de Estado, a ocupação que logo começou a exercitar e assi mais comissario geral da Bulla da Cruzada faz mencão cummumente bem aceita e tudo merecem as prendas que emriquecem aquelle sogeito, da ilha 3.^a ainda havia novas.

No consistório de 3 de Junho dis João de Roxas se preconçaram os Arcebispos de Braga e Lixboa e os Bispos da Guarda, Leiria, Funchal e Brazil, rezervandoçe os mais pare[...] para o seguinte porem não me escreve o modo da expedição mas tenho por enfalivel haverçe reduzido a forma como se passavam as bullas no tempo de Maria Castanha e se havia de ser assi não sei de que serviu fazerçe tantas carrancas e haver tantos melindres da nossa parte.

He verdade que Sua Alteza me mandou desse memoria sobre /fol. 1v/ a restituição de S. Lucar ao Duque de Medina Sidonia mas sem meu empenho que

intendesse devia ser restituído o Duque em comprimento do capitulo 8.º do Tratado da paz, assi como os mais a quem se tirou sua fazenda em odio da guerra, esta isto em suspenço como as mais restituiois assi aqui como em Portugal.

[Cifra] e se deteve [cifra] ou [cifra] mas todos gastados cifra e foy huã do principio [cifra] com [cifra] afirmou que [cifra] na teria já mais [cifra] tem resultado mandarem a toda a preça [cifra] faço avizo a Gaspar de Abreu de Freytas para [cifra] faça muito [cifra] elle digo mais que contra a sua afirmação se averiguara por certo haver [cifra ...80.] /fol. 2/ 35.75.85.12.100.16.14.19.16.14.16.80.100.35.80.35.302. e que 16.55.16.18.45.85.45.85.55.35.80.100.85.17.60.85.17.40.16.19. seria brevemente 85.60.17.16.18.45.19.85.80. não sem beneplácito de 302. não passem de vossa senhoria estas nottiças mas tenham para dahi fazer a diligencia 22.104.85.15.16.16.45.85.19.14.35.19.35.35.17.55.35.18.55.35.19.85.80.100.85.80.45 .12.80.80.12.50.18.12.16.80. e o que 45.6.60.19.16.15.85.19.100.16.17.85.104.35.19.85.80.16.17.104.100.16. Guarde Deos a vossa senhoria muitos annos. Madrid a 10 de Julho de 669. O Mescola com hu grande sentimento de vossa senhoria ter achaque que o obrigue a sangrias se recomendo muitos nas memorias de vossa senhoria.

Mayor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

Doc. 48

Madrid, 1669, 15 de Julho – *Resumen de las ordenes que Su Magestad ha dado a ala junta que trata (en execucion del capitulo 8.º de la paz con Portugal) de las restituciones de bienes y haciendas de los respectivos vassalos de Castilla y Portugal para que las execute en las que han de haçer de la parte a los súbditos de aquel reyno*

AGS, *Estado*, leg. 2615, 1 fol.

Resumen de las ordenes que Su Magestad ha dado a ala junta que trata (en execucion del capitulo 8.º de la paz con Portugal) de las restituciones de bienes y haciendas de los respectivos vassalos de Castilla y Portugal para que las execute en las que han de haçer de la parte a los súbditos de aquel reyno¹³

¹³ Na Margem: 1.º que a los que binieren de Portugal por sus personas o embiaren poderes legítimos a sus procuradores se les restituyan sus haciendas sin dilacion y que devaso de la generalidade de

Que en lo que mira a las restitución de juros se obre con la mayor verdade que paren el derecho de surte que queden con entera satisfacion las partes dándoles los despachos que pidiren para que todo lo que esta engeñado por graçia y disposición se restituya en la forma que Su Magestad ha ordenado que si con los papeles que presentaren los que pidireren restitución de este genero de bienes no manifestaren una clara y notoria justificaçion de la pertençia de aquellos neçesarios requisitos que pide la justicia se cite (como es preçiso conforme los términos de ella) al posuedor pues sin ofensa y relaxacion de la justicia no puede procuraren escurar las dilaciones y modestias que regularmente trahen estos juiçios y se aplique la mayor providencia para que tengan pulso azelerado y las partes sean reintegrados en las paz /fol. 1v/ que les pertenecen conforme el capitulo de las paçes con un conocimiento sumario y facilitando la diligencia de la çitacion con los despachos mas efectuados y facciorables en la mayor dispensación que permitan estas matherias y en lo que mira a las acciones nazidas entre las mismas partes opuestas a la posesión de los bins por acción hereditaria o por algún titulo particular que no dependa de dispor acción Real se proçeda con tosa verdad acelerando que ante sea posible y permita el derecho la satisfacion de las partes interesadas.

Doc. 49

Madrid, 1669, 26 de Julho – Carta com notícias de Lisboa, nomeadamente o perdão de D. Pedro a António de Sousa de Macedo, outras notícias da Europa e principalmente sobre as primeiras touradas que Carlos II assistiu, onde as armas de Portugal já não se encontravam no escudo castelhano.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (25), 2 fols.

Chegou Monsieur Verjus e com serem muitas as razões que tinha a festejar não foy a menor dellas acompanhar-no duas cartas de vossa senhoria de 5 e 11 do corrente he bem verdade que me deixa bem magoado assi o que vossa senhoria me

haçienas se comprehendan todo género de bienes de qualquer calidad que sean sin distincion ninguna de corona ni ordenes por ser Real animo haçer restituir sinceramente todo lo que pertenece a los vasalos de una y otra corona al mismo estado en que estaban las cosas antes de empeçar la guerra que en quanto a escusar o no la çitaciones de los interesados) todo aquello que sin controversia se hallara justificado que pertenece a los que lo piden según el contenido del capitulo 8.º de la Paz se restituya a los interesados in molestarles conpleytos ni contiendas pero que en aquello en que baya derechos o acción de partes entre si que sea menester citar en este caso se siga (como es raçon el estilo de oro /fol. 1v/ abreviando los términos del quanto sean posible procediendo de buena fee sin dar lugar a dilaciones afectadas de la que se hallaren en posesión.

insinua da sua pouca saude como o que elle me disse e bem crerá vossa senhoria do amor com que o tratao quanto sentimento me cauzarão estas noticias, diga-me vossa senhoria esta muy livre já de achaques que só dessa maneyra sahireis do cuydado com que fico.

Gaspar de Abreu de Freitas comunica as novidades daquele Reyno com cuydado e diligencia e certo que o sucesso do Principe de Toscana com o Embaxador de França he bem notável e não sei como o Principe poderá sahir de tal empenho sem huã demonstração que sempre será ariscada mas tudo comporão os dous Reys Christianissimo e Britanico.

Antonio de Sousa Macedo comprando registos de papel logrou muy bem a jornada porque Sua Alteza, que Deos guarde, em carta de 5 deste mês foy servido disser-me lhe tinha perdoado pello aperto com que o ampararam aquellas Magestades pelo dezejo que tinha de lhes dar gosto sendo assi que estava sentençado e ter sido a culpa tao abominável, se se retirasse a sua quinta de Nossa Senhora da Lux continuará com os penagiricos que se forem dar cor das gazetas, teremos muito que ver.

Já na posta passada disse a vossa senhoria estivesse sem cuydado /fol. 1v/ porque nella receberá o maço que se retardou de 12 de Mayo com tudo remeto a duplicado para que se veja a pontualidade com que vossa senhoria obra. Estimo que todas as minhas chegassem com esta receberá vossa senhoria outra que me parece ser de Luis Teixeira a quem ínvio por Verjus a de vossa senhoria como tambem as que vao para Sua Alteza.

D. João de Austria havendo despedido parte das gente que lhe assistia e mandando parte da sua familia para Consuegra se partir para Caragoça[sic] a dar principio ao seu governo com o que ficou tudo sossegado e athe os descurços de emtropeceram.

Hũ destes dias passados se correram touros e forão os primeiros a que el Rey assistiu acompanhando a Rainha sobre o balcão dos Reys estavam as armas Reays de Hespanha mas já muy gastadas com o tempo pintarão se outras em lenço mas reformado o escudo porque lhe tirarão as quinas de Portugal e como que o lhe festejo com correo não somente todo Madrid mas os embaixadores e residentes com grande quantidade de forasteyros, foy universal o reparo não sem grande sentimento dos castelhanos que este bocado he muito mao de tragar e o odio o faz muito mais

desabrigo /fol. 2/ Monsiey Verjus se parte esta noute ou pela manhaam sem reparar nos calores que são excessivos.

Aqui esperamos o fim da eleição de Polonia com grande atenção para saber aonde foy parar. Tem vossa senhoria por acompanhamento nos agravos Luis Alxa. Ribeiro.

O Mescola se recomenda muito a vossa senhoria a quem Deos guarde muitos annos. Madrid, a 26 de Ju[l]ho de 669.

Mayor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

Doc. 50

Lisboa, 1669, 19 de Agosto – Carta do embaixador espanhol com uma cópia do papel que os portugueses apresentaram ao Príncipe opondo-se a que os ausentes em Castela fossem ouvidos pelos procuradores.

AGS, *Estado*, leg. 2616, 1 fol.

Señora

Por la copia del papel que me escrivio a los 10 del corriente el secretario de Estado com la del decreto que a los 8 dio el Príncipe sobre el punto de ser oydos por sus procuradores los interessados que estan ausentes que remiti a Vuestra Magestad a los 11 com un correo que despacho Don Juan Carlos Bazan que asiste aqui a los negocios de la Duquesa de Aveiro. Abra Vuestra Magestad visto como los que estan gozando aca algunas haziendas que devem ser resituídas a sus duenos dieron un papel al Principe alegando las razones que se les ofreçian para que no se admitiesen las demandas de los ausentes y havendo yo procurado informarme dellas he sacado una copia del mismo papel y la remito aqui a Vuestra Magestad para que se halle enterada de su contenido y rreconozca la oposiçion que por parte destos portugueses se haze al efecto de las restituçiones y que no desean caminho ni arbitrio alguno de que no se halgan para procurar alargar las causas y suspender las determinaciones para no llegar a ser desposeydos de los que gozan y detenido esta copia sino por via de confianza y que aca no esta impresa ni el Principe he hecho ninguna declarazion en apoyo de lo que alegan no me há parecido darme por en /fol. 1v/ tendido dello ni hazer outro papel contra diçiendo este sino es que Vuestra Magestad com esta noticia mande outra cosa.

Guarde Dios la Catholica y Real persona de Vuestra Magestad los muchos y felices años que la christiandad há menester. Lixboa, 19 de Agosto 1669.

Doc. 51

Lisboa, 1669, [?] de Agosto – Cópia do papel português traduzido para castelhano, que o Barão Watteville enviou com carta de 19 de Agosto, relativamente à restituição dos bens.

AGS, *Estado*, leg. 2616, 4 fols¹⁴.

Copia y traducion

Señor

Los fidalgos portugueses que en este Reyno estan logrando algunos bienes de la corona y de las ordenes que les fueron dados en remunerzion de sus grandes servizios que hizieron despues de la justa aclamazion del Señor Rey Don Juan el 4.º Padre de Vuestra Alteza (que esta en gloria) derramando la sangre de sus venas y agotado el caudal de sus patrimonios en defensa de su corona y conservazion de su Monarchia. Tienen notizia que algunas personas que estan havitantes y domiziliarios en los Reynos de Castilla intentan poner demanda por la recobrazion de estos bienes y que para poder mober sus acciones por sus procuradores pretenden instantemente alcanzar facultad de Vuestra Alteza, siendo el mismo embajador de Castilla el agente de este su requerimento y solizitador de esta su pretension.

Y porque esta facultad que pretenden puede ser perjudizial al sosiego de los dichos fidalgos y danosa a la soberania de Vuestra Alteza representan en este papel que dicho requerimento no solamente se enquentra con las disposiciones del derecha mas tambien con los estatutos de la razon /fol. 1v/para demonstrazion de esta verdade si se hubiera de discurrir sobre el origen del negocio y sobre el nazimiento de la matéria mostrarse en evidenzia a Vuestra Alteza con no solamente son incapazes los dichos ausentes por la inabilidade de las personas mas tambien por el defecto de sus acciones.

Por quanto el tratado de Paz en que deben fundar su justizia y estribar su razon los esta excluyendo de la pretension de los dichos bienes construeyndose y

¹⁴ Existe outra cópia neste mesmo legajo.

entendiendose com aquel sentido literal y proprio con que se debe construir y entender conforme sus clausulas y razones pues lo prometido pacatado y contratado en el sobre la restituzion de los dichos bienes se consta y restringe a aquellos bienes que estubie sem el fisco por palabras claras expresas individuales y terminantes. Con que en la censura del derecho quedaron excluidos de dicha restituzion todos aquellos bienes que por qualquiera via estubiesen en poder de particulares mayormente quando s[í] en el caso en que no hay declarazion de los bienes que han de ser restituídos combienen regularmente los doctores que en la restituzion del Principe no se entienden aquellos bienes que estan /fol. 2/ en poder de terzero.

Y outro si se limito y clausulo el dicho tratado en irritazion singular de aquellas privaziones de que habia sido motibo la guerra con que quedaron tambien exceptuadas aquellas pribaziones a que havia dado causa la culpa.

Sin obstar el aclararse en dicho tratado palabras por las quales se dize que se perdonaban las culpas por que conforme afirman los doctores el perdon de la culpa bahe sobre la persona del cuerpo y no sobre la confiscazion de los bienes.

Pero desandose estos puntos a parte para mayores discursos y mas larga aberiguazion y tratando-se solamente de la capacidad de las personas. Sobre aquesto de querer pedir los dichos ausentes los dichos bienes litigando en este Reyno por sus procuradores sin acabar de arrancar sus personas de los obséquios de castilla y de persentar sus sugetos al vasallage de Portugal representan los dichos fidalgos a Vuestra mgestad (como ya tienen dicho) que son contra esta pretension los diclámenes de la politica y las reglas del derecho.

Para prueba de esta alegazion se deve presuponer que ninguna persona que no fuere natural /fol. 2v/ de este Reyno puede lograr en el algunos bienes de las ordenes o de la corona como esta establecido por leyes de cortes. Jurado por sucessivos reyes y juzgado por repetidas sentenzias.

Y outro si se debe presuponer que para ser tenido un por natural no solamente deve tener [í]spadores portugueses mas deve tener tambien el nazimiento en Portugal y de tal modo que aunque los Padres fuesen por naturaleza portugueses sino eran tambien portugueses por domicilio. No seria el hijo de ellos natural; en lo que las leyes de este Reyno mostraron amar y procurar la residencia de sus vasallos y

aborrezer tanto la ausencia de sus súbditos que para constrenar los a no viber ausentes se estendieron a incapacitar a sus hijos y inhabilitar sus descendientes.

De estos dos presupuestos se sigue con toda de mostrazion y por legitima consequenzia que es prezisamente nezessario el domizilo en el Reyno para poder obtener y poseher los dichos bienes. Porque si las leyes requieren la residenzia aun para la capacidad de los hijos com mayor razon la requieran para la capacidad própria.

Confirmasse esta verdade con un prinzipio de derecho conforme al qual el fuero del domizilio /fol.3/ es mas forzoso que el fuero del origen de manera que constituyendo fueros entre nascer o habitar obliga y sugeta mas este a la habilitazion que el del nazimiento y queda mas súbdito qualquer hombre del Prinzipe donde tiene el domizilio que del Prinzipe donde tiene el origen.

Si pues en esta conformidade los que estan ausentes en Castilla estan mas súbditos de aquel Rey que de Vuestra Alteza no se puede compadezer que posea bienes debidos a los naturales quien tiene la sugezion extrangera.

Compara Seneca [Seneca] estos ausentes aun sierbo comum que sirve a muchos señores y dize que assi como el sierbo comum sirve al señor que esta presente assi estos ssiervos al Prinzipe que esta propínquo. Luego muy mal se puede compadezer que logren los bienes de Vuestra Alteza quien tiene outro señor y prefiere el servizio del Rey extrangero al servizio del Prinzipe natural.

Supuesto pues ser cosa infalible que los dichos ausentes (en quanto ausentes) no pueden en estos Reynos poseher los dichos bienes y que a la dicha ausenzia ya su incapacidad de sigue luego que no pueden constituir los dichos procuradores por que siguiendo los procuradores /fol. 3v/ la naturaleza de sus constituyentes nunca los procuradores pueden ser habiles si quien los constituye es incapaz absurdo seria que suese habilla figura siendo inhabil el figurador y que el retrato tubiese el Previlegio para que estava incapaz el original aforismos son del derecho que cortada la vena de la fuente falesçe el curso de la corriente y que de antezedente vastardo no puede naszer consequenzia legitima.

Contra el qual discurso no obita dezirse que los dichos ausentes no tratan por aora de posseher sino de demandar y que aunque sea nezessario estar en este Reyno para posseher no es nezessario para el litigio.

Por quanto es prinzipio en derecho que primero se atende a la legitimazion de las personas que al derecho de las causas, primero una persona há de mostrar su capacidad que prebe su accion tiene las calidades que piden las leyes y que requieren los estatutos.

Si es condizion para posseher bienes de la corona e de las ordenes obtenes domizilio en estos reynos primero que se puedan pedir aquellos bienes se deve purificar esta condizion, el fundamento primero se construye que el edificio se levante no puede haver forma sin prezeder matéria no hay disposizion sin haber sugeto /fol. 4/ es mucho para estrañar (senor) estar estos ausentes haziendo mercanzia del vassalagen y negociazion del reconozimiento intentando pedir estos bienes para que el fin de la demanda de ley a la obediencia. En el caso que sean vencidos quieren continuar en Castilla en caso que sean vencedores quieren venir a Portugal de manera que para reconozcer a Vuestra Alteza por su Prinzipie quieren primero conozcer su ~~obediencia~~ combeniencia.

Por justizia deven los vasallos la obediencia a su Prinzipie, no se pueden dessear para vassalos los que hazen justizia del interés y miden su obligazion por la vara de su provecho.

Para el conozimiento de la persona es gran demostrazion la cálida de la companhia tal se muestra qualquiera qual es aquel con quien se acompaña luego quien gusta de venir entre castellanos no tiene el alma portuguesa.

Esta afizion (señor) de Castilla quieren estos hombres vender a Vuestra Alteza entonzes desaran aquel partido quando Vuestra Alteza les de esses bienes luego no combiene señor romper las leyes a favor de unos vasallos que en la guerra fueron enemigos y en la paz procura ser comprados.

En este Reyno tiene Vuestra Alteza los fidalgos que logran /fol. 4v/ los dichos bienes que os sirvieron en la guerra y os aman en la Paz si Vuestra Alteza faboreze a aquellos ausentes en su perjuizio vendra a hazer mas venturosos los delitos que las obediencias y tendran mas prerrogativas aquellos que os intentaron arruinar que los que os procuraron defender.

Demas (señor) que para el perdon de la culpa no tienen capacidad estos hombres por que la indulgenzia cahe sobre el arrepentimiento y no sobre la obstinazion tazita condizion fue de aquel tratado venir los vasallos de Vuestra Alteza

que estavan ausentes a su obediencia porque nunca tiene lugar el perdon teniendo continuacion el delito.

Si pues estos hombres no estan capaces para la remision de la pena como quieren estar habiles para la recuperacion de los bienes.

Vuestra Alteza (señor) considerando esta alegacion que tiene el fundamento en el derecho y en la razon debe mandar poner perpetuo silencio en la pretension delichos ausentes azerca de sus procuradores.

Doc. 52

Madrid, 1669, 21 de Agosto – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo com notícias várias, nomeadamente o estado das negociações em Roma e da sua audiência de despedida.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (27), 1 fol.

Senhor meu, todas as vezes que vossa senhoria me diz passa sem occasião de se queixar de pouca saude me daá hũ muy allegre dia, tal he o dezejo que tenho de vossa senhoria alograr sempre prefeitissima e com todas as mayores felicidades. Eu ainda esta semana passada tive meu rebate que me obrigou a sangrias mas já estou tão comvalecido que posso levar outras.

Em todas as occasiões mostra bem Soutevel o bom animo que tem para com nossas couzas, Sua Alteza sobre o que vossa senhoria lhe escreve e com as mais notticias que tem tomará a resolução que mais comencha do que publicação as gazetas não há que fazer cazo se bem em[terprete] esta vossa senhoria donde a pouca diligencia poderá com mais verdade fazer se escreva o contrario.

Sobre o nosso negoçado de Roma me não atrevo a discorrer só me parece que da nossa floxidão[*sic*] tomaram aquelles ministros motivo para não quererem entregar as Bullas se não fechadas que he o modo com que se invião aos príncipes que não tem tratamento regio, e estão tao teimosos nisso que me diz João de Roxas e Azevedo ficará esse no jordiano para o desatar ou cortar o senhor Conde de Prado que já faço daquela parte porque tinha dado a vela quando sahiu este ultimo de Lixboa mas se aquelle he cúmplice como dissem os italianos como há de ter tratamento de embaxador de coroa sendo mandado por Principe a quem não querem na /fol. 1v/ na

estrega das bullas tratar com as premminencias de Rey, vossa senhoria o intendera melhor.

Anthe hontem tive audiência de despedida e me vou pondo a li[?] para fazer jornada mais desembaraçadamente mas não será se não despois de passados de todo os calores e assi creio que a resposta me achará ainda desta banda porem não será desacertada a cautela de vir a carta de vossa senhoria debaixo de outra cuberta para que sendo partido se me remeta e não será má via a do Inviado de Saboya. Se me vir na nossa corte não me esquecerei já mais de solicitar os interesses e uteis de vossa senhoria, em quanto o provimento creio eu senão descuydará o secretario de Estado mas nem por isso faltarei com as minhas lembranças.

Já disse a vossa senhoria requeira os dous chapeos e ultimamente o que touze D. Jeronimo de Guinones por sinal que na posta passada pedi a vossa senhoria me remetesse a Portugal outro sem pelo porque ainda que me persuadia estava bem provido me achei desemchapelado por dar os que tinha.

As cartas que vossa senhoria me remetteo irão amanhã na posta com toda a recomendação. O Mescola invia hũ milhão de lembranças e porque viu já crescido hũ maço da [?]ia a vossa senhoria e que o outro para Gaspar de Abreu de Freitas o fazia já homẽ o manda debayxo da cuberta do Marquez de Villars, vossa senhoria o mandará cobrar, e passar a Londres o que vay para o nosso enviado. Vossa senhoria veja o que quer que eu obre em seu serviço que para tudo estarei prontíssimo. Guarde Deos a vossa senhoria. Madrid, a 21 de Agosto de 669.

Mayor servidor de vossa senhoria.

O Conde de Miranda

Doc. 53

Madrid, 1669, 18 de Setembro – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo avisando que se deterá em Madrid por mais uns meses e dando mais informações sobre as diligências dos castelhanos para que em Portugal se fizessem as restituições.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (30), 1 fol.

Senhor meu, o carvão nao tem sido tao pouco activo que não abraça a posta de Flandes sem a qual nos achamos já esta semana, com hũ grande sentimento meu

porque me faltão novas de vossa senhoria que eu sempre dezejo muito e estarei com cuydado enquanto não souber tem vossa senhoria perfeita saude como lhe dezejo.

Eu já agora estivera muito em vesperas de fazer jornada para a nossa terra mas creio me deterei mais alguns dias senão forem mezes como haja certeza neste [?] farei avizo a vossa senhoria a quem remeto debaixo da cuberta de Monsieur Villars hũ maço do secretario de Estado para que o emcaminhe pela via de Bayona que deve ser agora a mais valida em quanto se não vence o embaraço prezente. Outra carta do mesmo secretario ínvio pelo residente de Saboya para livrar assi a vossa senhoria de tantos portes e para este effeito sentiremos a auzencia do Marquez de Villaes que dis parte no fim deste mês, das cartas saberá vossa senhoria o que passa na nossa corte que eu não tenho notabilidade de que fazer relação.

Grandes instancias fizeram estes ministros com el Rey de Inglaterra para o empenharem nas restituiois entrando nisso como fiador e observador da Paz. Vao logrando o intento porque D. Guilherme Guadolfim. /fol. 1v/ me mandou disser por Frei Antonio de S. Bernardino tinha nova comissão do seu principe para tratar deste negocio assim nesta corte como em Lixboa aonde ordena que passe quando não bastem as instruções que daqui manda ao ministro que ali assiste e me enviou juntamente huã carta de Sua Magestade Bretanica para o Principe nosso senhor sobre a mesma materia e primeiramente para a restituição das cazas do Marquez de Castel Rodrigo e Duqueza de Maqueda: por aqui se devem persuadir estes ministros nos poderão inquietar e para somente intentão mandar embaxadores extraordinario a Portugal e se fala cummumente no Marquez de Eliche e assi será porque fazem muito cazo das amizades que tem naquelle reino aonde querem que haja huã grande parcialidade a que chamão realista alem da dos mal satisfeitos. Quererá Deos que se emganem nestas suas prezuncois e que vejão desvanecidas estas suas chimeras. Elle guarde a vossa senhoria muitos annos como dezejo e tambem o meseola que se recomenda muito a vossa senhoria. Madrid a 18 de Setembro 669.

Mayor servidor de Vossa Senhoria

Conde de Miranda

Madrid, 1669, 20 de Setembro – Carta para Duarte Ribeiro de Macedo onde o Conde de Miranda salienta as dificuldades nas postas e as alternativas que preparavam para que o incómodo não fosse maior.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (31), 1 fol.

Senhor meu, em 17 deste escrevi a vossa senhoria com o pezar de estar sem novas suas por não ter chegado a posta pelo embaraço que segundo sei intende durará largo tempo. Remetia hũ maço por Monsieus Villars que me mandou disser não tinha via por onde poder escrever antes de S. Sebastiam lhe tinhao voltado as cartas da posta antecedente. Mas o maço iria em sua companhia porque dis parte depois d’amanhaam. Outro maçete mandava a vossa senhoria na mesma occasião pelo residente de Saboya que me tornou à mão pela mesma cauza, este e a outra carta acreção da secretaria vinda na posta de hontem vao em companhia desta por Luis de Grandes que passa de Portugal a essa corte. E como Monsieur Villars esta tanto de partida não lhe tirei o maço pois ao mesmo tempo pouco mais ou menos os terá vossa senhoria juntos. Agora recebo a de vossa senhoria do primeiro de Setembro vinda debaixo da cuberta do Abbade Dinni e certo que me livrou de hũ bem grande cuydado e me deixa com o contentamento de saber tem vossa senhoria a saude que lhe dezejo.

Eu ainda aqui me detenho com a incerteza do dia em que haja de partir ou para melher disse com reção de que farei mais dilação do que imaginava, mas nesta incerteza me parece sahirei athe 15 de Outubro e nella pode vossa senhoria escrever pelo mesmo residente de Saboya que elle remetterá o paquete a Portugal quando eu seja partido. Se me vir daquela parte e poder servir a vossa senhoria esteja muy seguro que o hei-de fazer com muy boa vontade mas ainda mal que o não valerei para couza alguã. O secretario de /fol. 1v/ Estado me diz aviza a vossa senhoria muy meudamente de tudo e assy saberá vossa senhoria pela sua carta as novidades que há na nossa terra sem que eu cançe a vosa senhoria mais referir.

Com a retenção das postas se atinuará de todo acommunicação que [?] se poderá lograr pelos correos marítimos com a dilação e incerteza que trazem consigo as navegacoes, aqui se afirma se mandão preparar dous barcos na Corunha para levarem as cartas a Inglaterra e dali se distribuirem para Olanda e Flandes, envio partes do Norte e se intende não he esta prevenção só para o remedio do embaraço

prezente, mas pelo impedimento que trará consigo o rompimento futuro que estes ministros pelos antecedentes tem por sem duvida como correndo com elles contra essa coroa todos os Principes coligados. Guarde Deos a vossa senhoria muitos annos. Madrid, 20 de Setembro de 669.

Se senão achar já Monsieus Granges irá esta pelo mesmo expresso que trouxe a de vossa senhoria.

Mayor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

Doc. 55

Madrid, 1669, 12 de Outubro – Ofício do Conselho de Estado analisando o conteúdo de duas cartas do Barão Watteville.

AGS, *Estado*, leg. 2616, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Cardenal Aragon

Conde de Ayala

Almirante de Castilla

Señora

Hanse visto en el consejo (como Vuestra Magestad se sirvio de mandarlo) las dos cartas inclusas del Baron de Vateville de 22 y 23 del pasado la primera se reduce a dezir que en respuesta de los papeles que aviso haver embiado al secretario de Estado le habia este escrito outro de que embia copia con las que le acompañan de lo que allas se há restituído y falta aca de restituir que habiendole replicado el Baron que lo prinzipal no restituian le respondio que el animo era resituirlo todo por la via de la junta lo qual aun no se hazia aca pues 11 meses no se habia juntado la que trata de esto; y en la outra avisa haberse ajustado Olandeses con Portugueses sobre algunas diferencias pagando estas sem millones de florines en 20 años que havia llegado aviso de haber tomado los moros a los /fol. 1v/ Portugueses la plaza de dios en la India y que habia venido orden al Conde de Miranda para que no se vaya hasta que venga outro embajador.

Al consejo parece que al Baron se le avize el rezivo de estas cartas dizendo le que para satisfazer a las memorias que le há dado el secretario de estado se há pedido razon (en quanto a su contenido) a la parte donde toca com cuya notizia se respondera a las queixas de ellas teniendo el consejo por conveniente que para executar lo combrendra que Vuestra Magestad las mande remitir al secretario Chrispin Gonzalez Botello (que esta notizioso de las pretensiones de los que en ellas se çita) ordenando le de quenta a Vuestra Magestad de lo que hubiere en ellas com cuya vista passara el consejo a dezir su parecer a Vuestra Magestad para que resuelva en todo /fol. 2/ lo que fuere justo. Y porque es bien que la junta de restituciones de portugueses se tenga com mas frequenzia para dar expediente a ellas (como es la real intenzion de Vuestra Magestad) sera conveniente que Vuestra Magestad se sirva de mandarlo executar assim.

Vuestra Magestad resolbera lo que mas fuere servida. Madrid, a 12 de Octubre de 1669.

Doc. 56

Lisboa, 1669, 14 de Outubro – Carta de Francisco Correia de Lacerda sem destinatário, em princípio para o Conde de Miranda, sobre as restituições.

AGS, *Estado*, leg. 2616, 2 fols.

As repetidas instançias que por parte dever se representarão estes dias a Sua Alteza (que Deos Guarde) um favor dos ausentes em Castella obrigarão a que se examinase de novo com toda a atenção o estado das cauzas e qualidade dellas achando-se que era a satisfação das partes pois se achavão tantas restituídas sem se faltar a desposição da justiça em todos os termos as cauzas pedem e como Sua Alteza dezeja que o Tratado de Paz se guarde muy compridamente pello que lhe toca ordenou de novo o que já avizei a Vossa excelência em carta de 19 de Setembro e em todas as ocasiões deu Sua Alteza com louvável e real generosidade vivo testemunho da boa fé e sinzeridade com que guarda o capitulado não admitindo facilmente os motivos da queixa sendo que o Tratado dispunha que o que estivese nas coroas se ouvesse de restituir se não acha ainda esta com o Padroado Real de Santo Antonio nem o senhor Duque de Medina Çidonia com o que lhe foi tirado em odio da Guerra; e havendo muitos vassalos deste Reyno interessados na restituição das façendas que lhe /fol. 1v/ pertenzem em Castella compradas com seu dinheiro a pennas se acha

hum restituído sendo muito para reparar que neste mesmo tempo falle vossa excelência nas cauzas daquelas pessoas que sendo naturaes deste Reyno faltarão depois da Paz em reconhecer por sy ou por seus procuradores a Sua Alteza como devião a seu natural Principe e verdadeiro senhor, acrescentando-se a isto os títulos antigos e modernos de que uzão sem expressa merce, e carta firmada pella real mão de Sua Alteza tendo pellos títulos que verdadeiramente não tem a grandeza e preheminença de grandes de Castella innovando se agora a grandeza de Dom Pedro de Menezes pello titulo de Duque de Caminha dando fianza na Chacellaria para pagar os quatro mil ducados de mea Annata como fosse restituído a fazenda e estados que tinha em Portugal e ao Irmão de Gaspar Gomez de Abreu chama a Raynha Catholica em seus decretos Conde de Regalados em vertude do el Rey Phelipe haver dado seis vidas nestes titulo ao pai destes fidalgos, e foi reconduçido a grandeza e titulo de Duque de Linhares depois da Paz D. Fernando de Noronha e como tudo isto seja contra a boa correspondência que Sua Alteza dezeja conservar /fol. 2/ com Sua Magestade Catholica espera não so restituição e satizfação em todas estas partes mas tambem que se entenda que tem dado inteiro cumprimento a tudo o que lhe compria, e porque reconheze eu o contrario nasceo ate agora das impacientes vozes dos interessados me manda remeter a vossa excelência a relação inclusa para que vossa excelência a possa enviar a Sua Magestade Catholica donde lhe constará como aqui se procede e como em Castella se usa com os que naquella corte tem pertenções.

Quando queria enviar a vossa excelência este papel me chegou o memorial que o Padre Frei Joseph de Santa Thereza ofrerezeo a Rainha Catholica e a consulta que sobre elle se lhe fez para que participasse tudo a Sua Alteza como fiz logo com hum escrito de Vossa Excelencia e depois de considerar esta materia como pedia a gravidade e as grandes consequências della me manda disser a vossa excelência que não podendo deixar de sentir como he justo o que refere aquelle religioso não estranha que se proceda com ella conforme a direito visto não ser razão que em prejuízo dos vassallos de Sua Magestade Catholica se alterem e destruão os termos da justiça porem que repara muito em que vossa excelência queira quase não pratique esta mesma regra /fol. 2v/ nos pleitos que os ausentes em Castella tem neste Reino sendo que lhe consta a vossa excelência que se não faz injustiza a algum delles mas antes todo o favor como se experimentou no Decreto de 8 de Agosto e em se mandarem as cauzas nas ferias alterando as formas ordinárias em notável prejuízo das

naturaes que se achão de posse das fazendas havendo para todos aquelle expediente que he possível dentro dos termos judiciaes e se D. Pedro Mazcarenhas o não experimenta será por embargos que a sentença que se mandou executar poria o Procurador da Coroa Vossa excelência me tera sempre muito a seu servizo com hua vontade mui prompta para lhe obedecer em todo o que me mandar. Deos guarde a vossa excelência muitos annos. Do Pazo, a 14 de Outtubro de 1669. Mui servidor de Vossa excelência. Francisco Correa de Lazerda.

Doc. 57

Madrid, 1669, 30 de Outubro – Officio do Conselho de Estado sobre as restituições, com uma lista das pessoas que pretendiam bens em Portugal ou em Castela.

AGS, *Estado*, leg. 2616, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Cardenal Aragon

Marques de Castel Rodrigo

Señora

Hase visto en el consejo la carta inclusa del Baron de Vateville de 14 del corriente en que refiere haberle embiado el secretario de estado el papel de que remite copia con las dos relaciones que la acompañan la una de lo que portugueses suponen han restituído y la outra de lo que se quezan no se les restitue aca ponderando el buen animo en que está aquel Prinzipte de cumplir com la paz lo que aca se falta a ella debiendo extrañar se hable en las restituciones de los que no han hecho alla el justo reconocimiento que estos usen de títulos cuya conzesion toca hazerla a su Prinzipte y que no se quiera que alla observen en las çitaziones la mesma regla que se pratica en lo que aca se trata de restituir a que añade el Baron que con la ocasion de sus achaques la ha tenido para no responder al secretario y para poder lo hazer en la forma que /fol. 1v/ combenga pide que atendendo a las çircunstancias del papel se le ordene lo que cada cosa deba dezir y aviza haverse mandado a los ofiziales militares que vergan a las plazas de la frontera y que aunque no fue çierta la resoluzion que

avisó de venir el Marques de Gobeia por embajador extraordinario cree que el o el de Niza vendran.

El consejo reconoze que combiene responder luego al Baron y para poder lo hazer com la claridade que solizita en los puntos que pregunta. Combendra que Vuestra Magestad se sirva de mandar remitir el papel del Secretario de Estado con las relaciones que le acompañan a la junta que esta destinada para estas matérias con orden de que concurriendo en ella el secretario que lo era del consejo de Portugal (por las notizias que se supone tendrá de todo lo conzerniente a ellas y de los sugetos comprendidos /fol. 2/ en las dos relaciones) se examine sin la menor dilazion punto por punto lo que en dicho papel y relaciones se propone y pretende declarando lo que se há executado aca y lo que no se debiere executar y por que razon con todas las çircunstancias que se pudiere en la contidad y en la calidad de las haziendas y lo mismo en lo que en Lisboa se supone executar lo y se debria executar para que sobre este conozimiento se tome resoluzion y pudiera responderse al Baron com la distinzion que pude.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 30 de Octubre de 1669

Doc. 58

Madrid, 1669, 20 de Novembro – Carta do conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo com novas queixas dos atrasos dos correios e da dilação na escolha do próximo embaixador em Madrid.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (33), 1 fol.

Ha muitos dias que não hei tido carta de vossa senhoria, nem há intender estes correos e informandome de algũ dos que escrevem acho variedade porque me dissem hum que as cartas passam outros que não. Vossa Senhoria me livrará desta duvida do cuydado em que me tem a falta de novas suas dando me muito boas de sua saude.

Ainda aqui estou detido sem saber o tempo em que poderei deixar esta assistençia ao principio se mandou com grande preça consultar embaxador extraordinario e se escreveo de Lixboa veria o senhor Marquez de Gouvea, elle assi o deu a intender nas cartas que escreveo agora se aviza que não vem embaxador e que a mim se não deffere a licença sobre que [?] a muitos dias insto[*sic*] he falecido o Bispo

de Torga, o senhor Marquez de Sande passa ao socorro de Candea com que tenho dito a vossa senhoria as novas da nossa corte desta continua a melhoria da Rainha e a pratica de haver de ir a Portugal /fol. 1v/ o Marquez de Eliche se bem muitos a duvidão porque elle passará a embaixada de Roma que lhe esta prometida e o Marquez de Astorga já consultado vice-Rey de Cezilia, à Embaxada de Alemanha se intende irá o Conde de Molina ou o Marquez de Uzeda a essa corte o Marquez de la Fuente.

Aqui chegou a notticia da perda de Candea e da trégua feita com o Turco. Vossa senhoria terá tambem agora na minha leitura que assas tenho dito para quem hoje espera a repetição de huã cezão. Deos guarde a vossa senhoria. Madrid, a 20 de Novembro 669.

Mayor servidor de vossa senhoria

Conde de Miranda

Doc. 59

Madrid, 1669, 12 de Dezembro – Ofício do Conselho de Estado analisando a consulta do conselho de Castela sobre a melhor resposta a dar ao embaixador de Portugal no que tocava à restituição de San Lucar ao Duque de Medina Sidónia.

AGS, *Estado*, leg. 2616, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Maques de Castel Rodrigo

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Almirante de Castilla

Señora

En cumplimiento de la orden de Vuestra Magestad de 7 del corriente se ha visto en el consejo la consulta inclusa de el de Castilla de 5 con la qual puso en las Reales manos de Vuestra Magestad la respuesta que la acompaña y Vuestra Magestad le mando formarse para dar al embajador de Portugal en la pretensión que ha movido de la restituzion de la ciudad de San Lucar a la Casa de Medina Sidonia y ordena Vuestra Magestad que con vista de ella se ajuste lo que se hubiere de deçire al embajador.

El consejo habiendo reconocido y considerado lo contenido en esta papel le parece que el todo de el esta muy bien ajustado y solo entiende el consejo que se debe reparar y quitar la clausula de que el Duque de Medina Sidonia (Padre /fol. 1v/ del que hoy lo es) quezivio algunas recompensas de mucha monta porque el consejo esta en inteligencia de que solo ha intervenido hasta ahora promesa real que no ha tenido execuzion y podrá pedirla el Duque presente y s[ic] mira a otra considerazion (como el consejo lo puede inferir de la palabra de mucha monta) le parexe que esto no es para explicado y que assi combiere omitir esta clausula mirándola a qualquiera de estar de lujer.

Asi mismo repara el consejo en el punto que menciona el papel de que por las leyes fundamentales no se permite que vasallos puedan tener plazas marítimas porque podría recombenir a esto el exemplo de las que possen actualmente algunos, sino es que se pusiese la fuerza quanto a esta ponderazion en la /fol. 2/ calidad del lugar o puerto que es lo que se consideró en Cadiz quando se desposeyó de esta ciudad a los Duques de Arcos pies en la de San Lucar se esta hoy practicando la salida y vuelta a el de las Armadas de Indias cuya circunstancia puede haver ofrezido particular y fundado motivo para lo que se executó y con estas limitaciones parece al consejo se podrá cometer a Don Francisco Ramos la ultima formazion de la respuesta que se hubiere de dar al embajador de Portugal como se hizo en la que se lo dio. Sobre el Hospital de San Antonio encargándole que la reduzga a los menos y mas sanziales y concluyentes palabras que fuere posible.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 12 de Diziembre de 1669

Madrid, 1669, 28 de Dezembro – Oficio do Conselho de Estado sobre o negócio das restituições e pretensões dos bens portugueses.

AGS, Estado, leg. 2616, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Marques de la Fuente

Almirante de Castilla

Señora

En execuzion de la orden de Vuestra Magestad de 22 de este mes se há visto en el consejo la consulta inclussa del de Castilla de 20 la qual se reduce a representar que haviendole mandado Vuestra Magestad la diese quenta de si en el se havian introduzido algunas pretensiones de restituciones de bienes de portugueses en Castilla lo há hecho reconozar y há hallado que ningunas se han movido por el y que todas corren por la junta que trata de esta matéria y que el estado que tienen es el que consta por la relacion que viene con la consulta.

El consejo con vista de ello representa a Vuestra Magestad que la misma notizia que se contiene en esta relacion se há tenido por la consulta que trata estos negocios y el consejo havia deseado saver si por otras vias se habian /fol. 1v/ introduzido algunas pretensiones para que se supiese el paradeiro o estado que tenian y fuese informado de ello el Marques del Carpio que si hubiere de yr a la embajada de Portugal combendra se le advierte de esto y de lo demas que se há tenido por conveniente juzgando el consejo lo sera que se tome forma sin mas dilacion en dar curso a estos negocios por que como el consejo há dicho en outra consulta a Vuestra Magestad y repite aora no pueden tener peor estado que el de haberse puesto silencio en ellos por nuestra parte en Lisboa sobre la esperanza de que el Marques partiria luego y assi le parece que teniendo Vuestra Magestad por bien que el Marques execute su comision sera nezessario prevenerselo luego o saver su determinazion para que Vuestra Magestad se sirva /fol. 2/ de tomar la mandando que vaya o que se nombre outra persona en su lugar o bien que el Baron prossiga com esta negociacion pues de todas maneras combiene adelantar la por medio de una continuada solizitud.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 28 de Dexiembre 1669.

Doc. 61

Madrid, 1670, 1 de Janeiro – Carta do Conde de Miranda para Duarte Ribeiro de Macedo dando conta dos seus achaques e dos procedimentos que havia tomado para o seu regresso a Portugal que se revelava tardio.

ANTT, *MNE*, cx. 4, m. °6 (34), 1 fol.

Senhor meu, a falta da posta de Flandes tem dado através com toda a boa correspondência e eu sou o prior livrado pella falta que expremento de nova de vossa senhoria cuja saude dezejo seja perfektissima sem haver passado pelas trementas que aqui temos padecido porque levei nove sangrias de que não ando perfektamente comvaleçido e o pobre do Mescola despois de haver escapado por duas vezes milagrosamente há quatro mezes que esta de cama sem poder entrar em comvaleçencia.

Já disse a vossa senhoria tenho despedido a mayor parte da minha familia com a segurança de partir no tempo destinado mas que não obstante isso e o incomodo com que fiquei fará Sua Alteza servido a dar-me de ter mais alguns dias, tem passado mais do que /fol. 1v/ imaginei e ainda agora estou sem alta resolução para me poder partir para a nossa pátria porem persuado-me justamente de que por todo este mez será Sua Alteza servido dar-me licença. O que passa na nossa corte vera vossa senhoria do maçete incluzo que quererá Deos que chegue a salvamento elle guarde a vossa senhoria conledendo lhe este novo anno e outros muitos filicissimos como dezejo. Madrid, o primeiro de Janyro 670.

Mayor servidor de Vossa senhoria

Conde de Miranda

Madrid, 1670, 7 de Janeiro – Ofício do Conselho de Estado mais uma vez sobre a resposta a dar ao Conde de Miranda sobre a matéria da restituição de S. Lucar.

AGS, *Estado*, leg. 2617, 1 fol.

El Conde de Penaranda

El Marques de la Fuente

El Almirante de Castilla

Señora

De orden de Vuestra Magestad a resolución de consulta de este consejo se cometió a Don Francisco Ramos del Manzanola ultima formazion del papel que hijo el de castilla sobre la respuesta que se debara dar al embajador de Poetugal en la pretensión que ha introduzido de que se restituya a la casa de Medina Sidonia la ciudad de San Lucar con las advertencias que juzgó el consejo necesarias (en que vino Vuestra Magestad) de algunas cosas que combendria escusar de las que traía el apuramiento hecho por el de Castilla en cuya execuzion ha remetido Don Francisco Ramos a Don Diego de la Torre con el papel incluso de 3 de este el que le acompaña a que se reduze lo que juzga será bien decir al embajador para desvanecer esta pretencion.

El consejo habiendo visto estos papeles los pone en manos /fol. 1v/ de Vuestra Magestad para que se sirva hallarse enterada de la forma en que se ha ajustado lo que se debe dezir al embajador de Portugal sobre la referida pretencion introduzida por el de que se restituya a la casa de Medina Sidonia el Estado de San Lucar y juntamente representa a Vuestra Magestad que ya que no viene reduzido a respuesta en forma este apuntamiento de Don Francisco Ramos o podría disponer la persona que Vuestra Magestad tuviere por bien. O el secretario de Estado a quien toca.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 7 de enero de 1670.

Madrid, 1670, [19 de Fevereiro] – *Respuesta que se dio al embajador de Portugal Conde de Miranda con papael del Señor Don Diego de la Torre de 19 de Febrero de 1670 a la pretension que introsuzo sobre restituir a la casa de Medina Sidonia la Çiudad y Puerto de San Lucar*

AGS, *Estado*, leg. 2617, 2 fols.

A la instançia y representaçion del señor embajador de Portugal sobre que se restituya a la casa del duque de Medina Sidonia la ciudad y puerto de san lucar se responde lo siguiente:

Que esta instancia no puede fundar se en el capitulo 8.º de las paces (que se quiere fundar) porque la restituicion de Haçienças que en el se capituló fue por cada corona, en favor de los súbditos della, de la manera que el haver de indultar y perdonar la culpa a las personas fue también por cada corona para sus súbditos y no por la una para los de la otra. Con que en nombre de la corona de Portugal y en furerça del capitulo 8.º solo puede instarse por sus subditos pero no por los de la Corona de Castilla para las haçienças de Castilla; y consiquentemente siendo el Duque de Medina Sidonia súbdito de la corona de Castilla la instancia de que el restuya a San Lucar en Castilla no toca ala Corona de Portugal ni a su embajador y es totalmente agena del contexto y sentido del capitulo 8.º

Que la forma y fin refular de semejantes capitulaciones de paçes sobre restituicion de bienes de los súbditos es capitular sobre restituicion de bienes de los súbditos es capitular cada corona y prover a la indemnidad y restituicion de los suyos.pero capitular una corona a favor de los súbditos de la otra (sino es que nalgún casso speçialmente se expressasse y consitiesse) siempre e ha tenido por irregular y estraño y un por ofensivo a la corona por cuyos súbditos pretendiesse otra capitular; e assi no habiendo sse expresado en la letra del capitulo 9.ç Ningún comprehendido por mayor la restituicion de súbditos de la corona de Castilla, a haciendas de Castilla pretender se /fol. 1v/ pretenderse por la de Portugal que a un súbdito que siempre lo que y es de la corona de Castilla como el Duque de Medina Sidonia se les restituya a San Lucar en Castilla no solo es agero del contexto y sentido del capitulo 8. Sino instancia que por ningún reparo toca a la corona de Portugal y antes es estraña della y contrario a la inteligencia y resguardo político ocn que se forman estas capitulaciones.

Que tambien según reglas legal conocida y practicada en los tratados de paces la restitución de plaças, haciendas o derechos públicos o particulares de una o otra corona y sus súbditos solo se debe haçer quando se capitulo y en la forma, plaças, haciendas y derechos que se expresaron; e en lo que no se expresó no se puede pretender se restituya en fuerça del tratado de paces; y retire cada corona y sus súbditos lo que actualmente possuen de que se sigue que no habiéndose expresado en el tratado con la corona de Portugal ni geralmente la restitucion de súbditos de Castilla a haçiendas de Castilla ni spécialement la del Duque de Medina Sidonia a San Lucar no se puede esta pretender por derecho del Tratado de Paçes.

Fue en el mismo capitulo 8.º con que hace instancia el señor embaxador se expressa otra calidad que evidentemente excluye la instancia y restitución de San Lucar por que se entra capitulando sobre las privaciones o disposiciones hechas en odio de la guerra para que se declaren por ningunas se perdone la culpa y se restituían las haciendas a quien devian pertenecer sino hubiera intervenido la guerra, y es assi que al duque de Medina Sidonia no se le provó ni despoló de San Lucar por odio o causa de la guerra sino que antes consta y podrá siempre constar que el Duque Padre del que oy lo es prestó consentimiento para que San Lucar se incorporase en la corona en cuya consideración se le ofrecieron algunas recompensas en que podrá instarse por parte del Duque /fol. 2/ del Duque. Pero para su consentimiento en la incorporación demás del principal motivo de haver el Duque aquel servicio a su Magestad y continuar los grandes de sus pasados concurrió el que siendo la ciudad y puerto de San Lucar de tam particulares supposición y consecuencia por el acio y reçibo de las armadas de las Indias pudo y debió rezclar el Duque que con el derecho de la regalía suprema a poder reduzir a su immediaa guarda a desenssa un puerto de tan special situación y con el exemplar de haverse reducido a la corona real con esta consideración el de Cadiz que poseió la casa del Duque de Arcos se tratasse de hacer lo mismo en San Lucar con que se hallase desposseido el de Medina Sidonia y sin la gratitud y recompenssas correspondientes al servicio que haçia en dexarle a la corona real por su consentimiento.

De todo resulta que la instancia del señor embajador no tiene fundamento alguno de justicia en el capitulo 8.º y antes se exclues por la letras del musmo y por las reglas y inteligencia política y practica de semejantes capitulaciones de restitución en tratados de paçes.

Doc. 64

Madrid, 1670, 20 de Março – Consulta do conselho de Estado sobre as restituições feitas pelos portugueses

AGS, *Estado*, leg. 2617, 1 fol.

Havendo avisado el señor Baron de Vateville embajador en Portugal que en aquella corte se han hecho aora dos restituiziones en execuzion de la Paz, una a Don Bernardo Baron na demás cosas en Lisboa a quien le quedaba en buen estado outra dependenzia y otra a Don Fernando de Pelasco de on Mayor ango de 50 cruzados de rentas en el termino de mera ha mandado su Magestad diga a vuestra merce que si tiene noticia de quienes son esos dos interesados conponga en venir y lo demás que supiere de estas restituções de que avizo a Vuestra Magestad a quien guarde Dios

Doc. 65

Cidade Rodrigo, 1670, 21 de Março – Copia da carta do corregedor da Cidade Rodrigo sobre os excessos por portugueses na fronteira.

AGS, *Estado*, leg. 2617, 1 fol.

Señor [en] el otro dia binieron a aldela del obispo lugar desta frontera y circunvezno de Almeida doze homes armados y a des oras de la noche le alborotaron y visitaron todas sus casas buscando un retraido que allí estaba de aquel reino de Portugal el qual se escapo de corral en corral de modo que no pudo ser aprehendido cuja exacerba desorden contra los fueros ya parecen influencias de la guarniciones y lo rezelo es el que no parecen en esta según las ocasiones que se ofreçieren y portugueses saben aprovechar dellas y por la flaqueza con que se governo aquel pueblo yze traer su justicia pressa para castigarla aunque da sus disculpas y lammas segura verdadera es la cortada que tiene de animo estas naturales y no obstante de haverme ofreçido el gobernador de las fronteiras de Almeyda y Penamacor (como lo habrá visto en las carta antecedentes a esta) remediar y corregirlos de acertos de sus subditos y ponerlos en buene regla y aora me responde el mismo y que aunque los agresores cuios nombres le remiti se habían ausentado se pone todo cuidado en prenderlos para castigarlos con grande severidad, me ha pareçido ser de toda precission el dar quenta deste suzesso por la calidad y gravidad del suplica a Vuestra Señoria se sirva de dar la al consejo para que mande lo que fuere servido y a mi

detenerme en su gracia guarde Dios a Vuestra Señoría muchos años como deseo.
Ciudad Rodrigo, a 21 de Marzo de 1670

D. Antonio de Vivezo

Doc. 66

Lisboa, 1670, 31 de Março – Carta do Barão Watteville sobre o negócio das restituições.

AGS, *Estado*, leg. 2617, 1 fol.

Lisboa, 31 de Marzo 1670

El Baron de Vateville

Señora

En quanto a las restituiziones de haziendas se declara en el capitulo 8.º de la paz que será obligado cada uno de los pretendientes a intentar las demandas dentro de un año y se deter minoran breve y sumariamente dentro de otro y como ha pasado el año en que habían de despachar y concluir estas matherias y muchas dellas no han llegado a punto de sentenciarse ya por la diferencia de las dependencias de las causas yra porque algunas de las partes las han seguido con floredad y poca inteligencia y otros con poca gana de lograr su despacho me parece que siendo mucho lo que falta por restituir a ca demás de lo restituido en proporçion de lo poco que ha auido ya ay que restituir en Madrid convendría que Vuestra Magestad se sirvise dar su Real orden a la junta por donde esso corre en esa corte declarando que con atención a no haverse podido fenecer en el termino del año Vuestra Magestad senalava nuevamente /fol. 1v/ otro termino preciso el que tuviere por bien para que en el se acaben sin que quede consentido que por falta desta prevençion después de haverse pasado el termino primero queden estas matherias espuestas a la dilaçion de los pleitos ordinarios hazendose notoria esta orden al Conde de Miranda asin de que de noticia de lla a los interesados portugueses para que acudan a pedir lo que les toca y con este exemplo seria corriente sin poderlo negar en razón el que aca se hiçiese la misma de dar raçion y por este camino se conseguiria mas anticipadamente el efecto que se debe esperar de las restituïones en virtud de la Paz por que de otro modo procuraron valerse de todos los medios posibles por yr dilatando los negocios con los pretextos aparentes [(]¹⁵ que

¹⁵ Este parêntesis não tina par.

nunca fue con faltar que es lo que me obliga a haçer esta representación a Vuestra Magestad para que se sirva de resolver lo que tuviere por buen que mandarme decir lo que yo hubiere de executar en este particular.

Dios guarde ett. ^a

Doc. 67

Madrid, 1670, 13 de Maio – Oficio do conselho de Estado sobre a consulta do conselho de guerra relativo aos avisos do corregedor da Cidade Rodrigo relativos aos movimientos portugueses na fronteira.

AGS, *Estado*, leg. 2617, 3 fols.

Conde de Peñaranda

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Almirante de Castilla

Señora

Como Vuestra Magestad se dirvio de mandarlo por decreto de 5 de este se ha visto en el consejo la consulta inclusa del de guerra de 2 con la qual pone en manos de Vuestra Magestad la carta que la acompaña del corregidor de Çiudad Rodrigo de 22 del pasado en que refiere las noticias que ha tenido de los movimientos de portugueses lo que puede rezelar de sus prevenciones y el mal estado de aquella plaza y frontera pidiendo se le responda al contenido de esta carta punto por punto. Para que sepa como se ha de gobernar en lo que se ofreziere o sosiegue su animo sin el cuidado en que esta de perder su crédito por la forma en que aquello se halla ya quel consejo suplica en la consulta a Vuestra Magestad oyga a la letra esta carta por lo reparable de las noticias que trahe representando que amenaza el estar /fol. 1v/ nuestras plazas en tan miserable estado y abandono a tiempo que portugueses tienen las suyas mas reparadas que en tiempo de guerra. La gente asistida los terzios reclutados las artillerías en buena forma y los magazenes prevenidos. El Marques de Montaben añade que a lo representado tantas vezes solo se puede añadir la ponde rasion de que sean nuestros enemigos los que nos avizen de que estamos perdidos y de que entan tiempo no se hara duda on passo en el repado de las fronteras con que es preziso

trayer planta de lo que se debe obrar y dar regla a los gobernadores de lo que han de hazer en qualquier acontecimiento.

A que añade el de Peñaralbas combendra embiar a Çiudad Rodrigo los tenientes y alferes de guardar viesas que se habían mandado yr a Badajoz.

El consejo con vista de todo /fol. 2/ representa a Vuestra Magestad que siendo las prevenciones y do mas circunstacias con que se procede en las fronteras de Portugal tan çiertas como se supone por el gobernador de Çiudad Rodrigo es cierto también que ofreziera razón de justo rezelo a qualquiera que considerase que excede aquel cuidado mucho mas de lo que cabe en on atento resguardo para en tiempo de Paz si el silencio del Baron de Vateville no debiese persuadir no solamente que no hay motivo para la menor desconfianza sino que las noticias que aquel gobernador participa. Vienen mas crezidas de lo que realmente serán en la verdad pero sin embargo entiendo el consejo que será bien ponerlas en las del Baron y decirle se hecha menos que no vengan por su mano de lo que se obra en las frontera debiendo /fol. 2v/ ser estos de los primeros cudados en su obligazion pues quanto quiera que en su casas le sea lizito hazer a casa uno o que bien le esubiere se debes considerar con todo que prevenciones tan cuidadosas sobre las desprevenzion de nuestras fronteras dan a entender algo mas de lo que permite la providenzia de on buen gobierno y que assi examine lo cierto y si lo fueres lo que se avisa por esta y per otras cartas procure averiguar los fines que en ello se tienen pues combiene tanto estar enterada de ello Vuestra Magestad y por lo que toca a las ordenes que pide el gobernador pareze que se deben dar al consejo de guerra para que se execute lo que estuviere resuelto quanto a la defensa y fortificaciones de las fronteras pues aunque el consejo tiene presente que por falta de medios estará suspendido el cumplimiento debe también estarlo a su çelo /fol. 3/ la importancia de que se remedie el abandono en que se supone esta todo procurando reparallo de forma que no falte en las plazas si quiera quien levante un rastillo y traga una centinela cuidando también de la conservaçion de las fortificaciones y que se vaya dando poco a poco prizipio a las que después de la Paz hecha se han tenido por nezessarias.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 13 de Mayo de 1670.

Madrid, 1670, 3 de Junho – Oficio do conselho de Estado castelhano sobre o andamento da restituição da casa de Vila Real.

AGS, *Estado*, 2618, 2 fols.

Como Vuestra Magestad se sirvió de mandarlo un 28 del pasado se han visto en el consejo las 4 cartas incluidas del Baron de Vateville de 16 de el con todas las relaciones y papeles que çitan. Fuere que continua las diligenzias sobre la restituzion de la casa de Villarreal, que el agente que acube al negocio no es sufiziente, que el Duque de Camiña no quiere seguir el caminho judicial y alla estan firmes en no restituir. Sino es por el y preguntando lo que hara en esto remite tres copias tocantes a la matéria com outra de las cartas embia 4 relaziones de otros tantos pleitos tocantes al Duque de Linares dizendo como a los dos le han respondido no haver puesto la demanda en el tiempo que dispone la paz y de los otros se refiere el estado en que quedan, la tercera carta acompaña /fol. 1v/ 5 relaziones que contienen las demandas que sigue el Duque de Abrahantes, Marques de Puerto Seguro y lo que hay obrado en ellas. Y con la ultima remite 57 relaziones que comprehenden con distanzion lo que se ha restituido a Portugal en virtud de la paz por la via de la junta en que advierte hay haciendas considerables que a la posesión dada a don J uán Suarey de Alarcon se ha salido con la noticia de la muerte de su padre, que a la Condensa de Alba de Yeltes se le ha restituido un mayorazgo considerable y al de Alba de Liste quanto le pertencezia en aquel Reyno.

Al consejo parece que Vuestra Magestad se sirva de mandar remitir todas estas cartas y relaciones a la junta que trata de las restituiziones de portugueses con orden de que examinando lo que por ellas consta /fol. 2/ y considerando lo que sobre todo dize el Baron represente a Vuestra Magestad lo que en la materia se le ofreziere y pareziere con toda brevedad.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servido. Madrid, a 3 de Junio de 1670

Lisboa, 1670, 9 de Junho – *Voto do Duque de Cadaval para a Instrução secreta da Embaixada do Marquês de Gouveia a Castela.*

BNP, *Fundo Geral*. Cód. 11234//44, fols. 75-78v.

Senhor

Manda-me Vossa Alteza que lhe admita o que entender pode ser util a seu serviço para a instrução secreta que Vossa Alteza manda dar ao Marquez de Gouveia; e porque nas instruções se dispoem as negociações conforme os tempos, he preciso falar no presente e por discurso no futuro; advirtindo que he mais facil ler hua instrucção que executa-la, e por via do mesmo discurso se podem considerar seus cazos: Refferilos-hei todos juntos para dizer a Vossa Alteza o meu parecer em cada hum deles.

1.º Se Castella estiver no estado prezente com a Raynha no Governo, e Dom João permanente nas suas queixas ou tencões.

2.º Dar-se a Tutella del Rey a Dom João e vir ao Governo, tirando delle a Raynha.

3.º Acclamarem Rey de Aragão ou de outra parte a D. João.

4.º Morrer El Rey de Castela, e aclamarem a Dom João Rey de Espanha, cazando, ou não cazando com a Raynha.

5.º Ficar a Raynha com o Governo e o Conselho de Estado, com o pretexto de dar a execução o testamento de El Rey difunto e com alguns meios para isto por parte da Raynha.

6.º Querer a Coroa Alemania, França, ou D. João tomando para este effeito as armas, e começando cada hum pella parte mais perto a entrar de posse pelo direito que querem ter.

Tenho Senhor ditto quais são os seis pontos necessários a instrucção; direi a Vossa Alteza o que entendo sobre todos eles, refferindo cada hum em particular com o discurso que lhe toca e desta maneira me darey melhor a entender.

1.º Castella no mesmo estado, a Raynha na Regencia e Dom J[ão] permanente na sua queixa. /fol. 75v/ Parece que no cazo prezente deve o embaixador da parte de

Vossa Alteza insinuar a Raynha o grande gosto que Vossa Alteza tem de conservar esta paz, e que sera hũa a firme aliança, e hũa boa correspondencia, e que este he o primeiro fim de sua assistencia naquella Corte. Deve fazer tudo quanto estiver na sua mão, por conservar a desconfiança e continuar a separação da Raynha, e D. João, fazendo entender a Raynha a voa vontade de Vossa Alteza pois foi a com quem se tratou, e ajustou a paz, e que esta obrigação está muito prezente para Vossa Alteza ajudar as conveniencias da Raynha; E tambem por que entende que da sua parte está toda a Rezão. Os que seguirem a D. João será conveniente fazer-lhes entender estima Vossa Alteza muito a pessoa de Dom João, pelas sua virtudes, encarecendo-lhe muito a do valor, e tambem porque sempre mostrou dezejo da paz de Portugal aconselhando a muitas vezes; e ainda que foi util a Castella este Conselho, que não deixou de ser muito grato a Vossa Alteza e que por esta obrigação e pela natural inclinação de Vossa Alteza lhe dezeja ver bom sucesso. O Governo da Raynha he para Vossa Alteza o melhor, e no cazo de não se poder conservar Castella nas parcialidades prezentes sempre o embaixador há-de procurar que a Raynha fique no Governo: Senhor os Principes procurão melhorar de fortuna, na desgraça, e na adversidade de outros Principes, e eu considero muito grande, a em que se ve a Raynha de Castella; e como nestes negócios não convem perder as ocasiões, que pode oferecer a necessidade alhea, e o que pode solicitar a nossa industria: Tenho por conveniente que o embaixador intente saber, que conveniencia poderá fazer a Vossa Alteza a Raynha valendo-lhe Vossa Alteza e ajudando-a a que se conserve Governando Espanha, e criando seu filho: e se a necessidade da Raynha abrassar esta pratica, e der a Vossa Alteza hua praça ou praças da Raya; ou Maritima em Galiza pode ser muito conveniente, ajudar a Raynha por este /fol. 76/preço suposto que a Vossa Alteza he mais conveniente que a Raynha se conserve no Governo. E como esta preposição a hade fazer o Embaixador por interposta pessoa, e procurar que a Raynha lhe proponha este negocio, poder-se-ha medir o estado em que ella então se acha, e ver Vossa Alteza que praça ou praças lhe ha de pedir, conforme o socorro que de Vossa Alteza intentar. Para se ensinuar este meio, he próprio o tempo prezente por que a Raynha vesse oprimida, e para se conservar quererá antes perder [antes perder] hũa pequena parte, do que arriscar aquelle todo, e se dos embarços de Castella tirar Vossa Alteza esta utilidade, verá o mundo que se soube aproveitar sem perder Reputação pois favorece a hũa cousa tam justa, como he criar hũa may a seu filho.

2.º Dar-se a Tutella del Rey a D. João excluindo do Governo a Raynha. Senhor os embaixadores não podem excluir as maximas da conservação se entenderem que tendo D. João a Tutella, se conserva melhor aquelle Reyno, há de ter D. João a Regencia delle; o que deve fazer o embaixador de Vossa Alteza he reconhece-lo ao mesmo passo que o fizerem outros embaixadores e ministros naquella corte, E chegando a presença de Dom João insinuar-lhe o comprazer que Vossa Alteza tem de o ver a elle, e aquelles Reynos Lograr tão boa fortuna: Neste cazo será bom que o embaixador de Vossa Alteza mostre que temos hũa grande união, e amizade com França, e que não nos está mal, que França se milhore por Flandes: porque dando estes siumes a Dom João lhe assistão mayores temores por aquella parte e sempre será bom dirigir, e encaminhar as armas de D. João Governando Espanha o mais longe de Portugal, e isto será facil de introduzir no temor dos Castelhanos, por que a pouca diligencia nossa o hão de saber persu[adir] os Franceses, mas não será conveniente que esta persuadição passe a dar-se a entender com outro fundamento /fol. 76v/ mais que deter muita confiança o embaixador de Vossa Alteza com o de França: neste cazo frequenta-la mais e buscar mais vezes ao embaixador.

3.º Aclamar-se D. João Rey ou Governador em Aragão ou em qualquer outra parte de Espanha.

Neste cazo o embaixador de Vossa Alteza não há de Reconhecer a D. João, nem há de ter trato com elle, salvo por inteligencia secreta, que neste cazo a deve procurar o embaixador

Em Rey ou Governador he D. João de Austria intruso, e sem negocio publico com elle, será muito Reprovado, Reconhece-lo Vossa Alteza por Rey ou Governador e ainda que fomenta-lo seja útil ao fim que sempre deve ser de Vossa Alteza de conservar Espanha dividida, emquanto D. João não for Rey ou Governador da mayor parte será certamente arriscar a paz e perder Reputação mostrando levemente e ante tempo atenção de Vossa Alteza E ainda que embaixador de França Reconheça a D. João no cazo referido, o embaixador de Vossa Alteza o não fará mas se poder introduzir que algum outro ministro o faça será util para conservar as divisões, que haja quem de mão a parte de D. João; E ultimamente Senhor deve embaixador de Vossa Alteza por grande estudo em favorecer a Dom João, sem ser publicamente nem com a mão de Vossa Alteza medindo sempre o poder da Raynha; porque he necessario que esteja superior. Isto he o que mais convem a Vossa Alteza ter muito

tempo Espanha embaraçada por que o mesmo tempo dará a Vossa Alteza mais meyo do que eu agora vejo e emprender grandes maquinas, sem eles he fantezia, e não acerto. E eu sempre dezejo fugir desde absurdo.

4.º Morrer El Rey de Castella, e aclamarem a D. João Rey; casando ou não casando com a Raynha.

A vida del Rey Carlos he temida pela sua debilidade, e como não esta na sciencia dos homens /fol. 77/ a morte, nem a vida pode aquella apresarse ou deterse. Se faltar El Rey Carlos a tempo que para cazar a Raynha com D. João não no duvidarey e tambem sem cazar, com ella pode ser facilmente Rey de Castella; De qualquer modo que o aclamem Rey na Corte de Madrid, o ha de Reconhecer o embaixador de Vossa Alteza inda que o não Reconheção os embaixadores dos outros Principes; por que para o não fazer o de Vossa Alteza não ha de pedir Logo audiencia em que ha de dar ao novo Rey o pezame da morte del Rey difunto, e outra em que lhe ha de dar o parabem de seu Reynado, insinuando-lhe o grande gosto que Vossa Alteza tem de o ver com a Coroa; porque no cazo presente sempre Vossa Alteza desejar ter por vizinho hum Principe em quem Resplandecem tanto as virtudes, e que nas suas instruções trazia prevenido este cazo, e ordem muito apertada mostrará, e para isto deve o embaixador usar de huã firma das que leva em branco. Há-de procurar mostrar o embaixador a D. João, que Vossa Alteza tem particular gosto da paz, e Castella hũa singular conveniencia de ter hum amigo tamanho como Vossa Alteza e tão vezinho: Há-de encarecer muito o esforço, e potencia das Armas de Vossa Alteza e persuadir que a guerra de França, que neste cazo será certa com Espanha, não he útil a Portugal, porque será muito arriscado a Castella, não fará o embaixador de Vossa Alteza oferta de suas armas contra França, mas não despersuadirá de que Vossa Alteza há-de ouvir toda a pratica que estiver bem a se conservar Espanha separada de França. Considero Senhor que melhor está a Vossa Alteza persuadir a Castella utilidade da nossa paz, do que dar a Dom João de Austria, sendo Rey, motivos para a guerra. Este ha-de ser no cazo Refferido todo o dictamen do Embaixador e se /fol. 77v/ o conseguir fará grande serviço a Vossa Alteza.

Ficar a Raynha com o Governo, e o Conselho de Estado com pretexto de dar a Execução o testamento del Rey e com alguns meyo para isso por parte da Raynha.

Se a Raynha entrar particularmente a fazer esta funsão ha-de convocar Cortes, e não trarão ao Reynado quem puder mais, se não quem tiver melhor direito, e não serão ousados a fazer outra cousa que não seja dar a Coroa a quem tiver mais direito. Senhor pelo Real nascimento de Vossa Alteza pelas suas muitas virtudes, e pelo que me deu a mim, não só dezejo ver a Vossa Alteza o direito para ser Senhor de toda a Europa mas venha a seus pees e debaixo [e debaixo] do seu Sceptro; Para ser Vossa Alteza Rey de Castella não tem direito, nem hum Exercito que em toda a Espanha persuada, e acclame o nome de Vossa Alteza e no cazo presente so deve o embaixador de Vossa Alteza inculca-lo para Rey de Castella, e ser-lhe-há facil alegar o exemplo de que Castela, e Portugal teve hum só Rey, e que na necessidade de Portugal forão buscar El Rey de Castella, e que na de Castella he conveniencia virem buscar a Vossa Alteza Rey e Senhor de Portugal. Para esta persuadição, se o permitir o estado das cousas, deve o embaixador procurar muita entrada com a nobreza, e fazer-se muito bem visto com o povo, e ter tanta amizade e confiança com todos, que no cazo presente lhe possa propor para seu Rey a pessoa de Vossa Alteza. Assim como Vossa Alteza por meyo de hum Exemplo não pode ser Rey de Espanha pelo não ter, tambem não pode impedir que o seja aquelle, que tiver melhor direito e for mais acomodado as conveniencias de Castella, com o embaixador de Vossa Alteza há de Reconhecer qualquer dos Principes que for Rey de /fol. 78/ de Castella dos que são chamados a sucessão. Neste cazo Senhor pudera ser mais Largo o meu discurso, mas todo fora quimerico; o que não pode fazer mal e pode servir a Vossa Alteza he procurar ter naquella Corte muitos afeiçoados ja que nella estão alguns animos que pello divido que tem com Vossa Alteza não lhe será mais agradavel o dominio de outro Principe, que o de Vossa Alteza E a isto deve particularmente atender o Embaixador mandando-lhe Vossa Alteza dar noticia do fruto que nesta parte fez a negociação do Conde de Miranda.

6.º Querer a Coroa Alemania, França e Dom João tomando para este efeito as armas, e começando cada hum pela parte mais perto a entrar de posse do que tomar pelo direito que qualquer deles imagina.

Se Espanha chegar ao miseravel estado que as Prophetias dizem dizem delle dividirem a vestimenta entre partes, entre Vossa Alteza he Galiza, Andaluzia, e praças da Raya; e se a fatalidade, e anuncios forem dispondo este cazo, ao mesmo passo deve o Embaixador de Vossa Alteza introduzir e mostrar muita conveniência aos Senhores

de Galiza, e de Andaluzia, em virem antes ao dominio de Vossa Alteza que a tyrania de outro Principe. Isto se intenta e facilita com muitas promessas aos Grandes e com mostrar aos piquenos que vivirão quietamente, sem pagarem tributos, nem fazerem outra couza que lhe de molestia; E por parte do Embaixador no cazo presente não sey que se possa fazer outra cousa Senhor tendo feito o que Vossa Alteza manda, porque me disse o Secretario, que para esta instrução discorresse o estado presente e o futuro das cousas de Castella; e sem embargo que o discurso nos futuros pode ser irregular e vendo que o Conselho nos Ministros ha de ser muito regular, advirtindo que sou Conselheiro de Estado: Digo Senhor que os pontos mais asertados, e segun'desta instrucção são. /fol. 78v/

Item – Conservar a paz.

Item – Procurar por aderiação de Vossa Alteza os mais ânicos daquela Corte.

Item – Introduzir muitos embaraços Governo de Castella e continuar os presentes,

Item – Tomar muitas noticias, e Remetellas a Vossa Alteza.

Sendo tão perto de Castela de Portugal, conforme forem os avizos e incidentes, assim serão as resoluções de Vossa Alteza que melhor se tomão nos cazos sucedidos, que nos imaginados: Ja que Vossa Alteza adiantar a potencia de suas armas, porque deste modo será mais temido, e mais dezejado.

Tendo ditto a Vossa Alteza o que se me oferece, e o que devo como Conselheiro de Estado. Vossa Alteza Resolverá o que for servido, cuja Real pessoa quizerde Lixboa 9 de Junho de 1670.

Duque

Madrid, 1670, 13 de Junho – Ofício do Conselho de Estado sobre as notícias de Watteville, entre elas que o Conde de Miranda já estava em Lisboa e que o Marquês de Gouveia tinha sido nomeado para o substituir.

AGS, *Estado*, leg. 2617, 1 fol.

Conde de Peñaranda

Marques de Castel Rodrigo

Conde de Ayala

Almirante de Castilla

Señora

En la carta inclusa de 26 del passado escrita a Don Diego de la Torre refiere e Baron de Vateville que combaleze del mal que ha passado con dificultad y que le han ordenado unos baños que llaman las Caldas 10 leguas de Lisboa en que tardava doze días para cuya ausencia publica a Vuestra Magestad le conzeda licencia. Añade que (como en otras ha avisado) las noticias de hazer allí gente se reduzen solo a cuidado de la propia casa y que havia tres días que havia llegado el Conde de Miranda y que en su lugar han nombrado al Marques de Gobeia por embajador en esta corte que es buen caballero y apartado de la dependencias de Franzia.

Al consejo pareze podrá Vuestra Magestad servirse de mandar se /fol. 1v/ le avise al Baron del rezivo de esta carta y conzederle la licencia que pide encargando le continue el yr avisando lo que allo se ofreziere.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 13 de Junio
1670

Madrid, 1670, 30 de Junho – Carta que se escreveu ao Barão de Wateville participando-lhe a notícia dos conflitos entre portugueses e galegos no castro de Caldelas pela pesca de savalos no rio Minho.

AGS, *Estado*, leg. 2617, 1 fol.

De la informacion resulta que a 12 del dicho me binieron portugueses armados a ocupar las rivieras referidas de Galizia para hechar ellos solos los lançes de dicha pesca ympidindolo a los galegos en su propio terreno ya un que estos precuraron persuadirles a que se guardase la antigua costumbre de alternarlos. No vinieron en ello ni se quietaron antes el capiton de Berdoejo que los guiava sin darle causa, saco la espada y hirió a uno de los de Galicia y el que con el benian con las armas de fuego hiçieron puntería a los gallegos, los quales no solo provocados pero neçesitados se pusieron en defensa y con palos y piedras obligaron los portugueses a volver a tomar las varcas en que habían pasado y con la priessa y alboroto cayeron en el rio quatro de ellos donde se haegaron. Y de los gallegos quedaron heridos algunos y otro potyugueses que se trajo a la cárcel de Tuy. Donde exsaminado con cuerda en que los portugueses probacaron y feceron agresores.

El Conde en su carta añade que luego que tubo esta noticia (previniendo lo que podía resultar) embio a toda deligençia orden al Mestre del Campo Jacome Jarmiento que gobernada a Salvatierra legua y media de donde esto suçedio que estuviese advertido de estorbar con prudencia qualquier movimiento y que le havia respondido con carta de 21 que havia entendido que al cura de san Mamed, portugués le havia embargado si superior, eclesiástico los vienes por comçize en este caso y que en Portugal afeaban mucho la action de los suyos y el gobernador de Valençia /fol. 1v/ Deçia que si el capiton de Berdoejo (principal culpado) no so hubiera haegado le hubiera remitido preso a Lixboa a donde los complies portugueses deseavan no llegare la noticia de el suceso reçelosas de su castigo.

Madrid, 1670, 27 de Julho – Oficio do Conselho de Estado sobre as cartas do Barão Watteville relativamente às restituições e ao armamento das fronteiras.

AGS, *Estado*, leg. 2618, 1 fol.

Conde de Peñaranda

Marques de Castel Rodrigo

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Almirante de Castilla

Señora

Há se visto en el consejo la carta inclusa del Baron de Wateville de 13 de este mes (con los papeles que la acompañan) en que dize que el conde de Umanes le ha esento la carta que embia con un capitán que le ha referido a[ç] a pedir le una cifra por la orden que tiene de corresponder se con el ya comunicar le las prevenciones de portugueses y el rezelo que dan en Galiza y que habiendo le dado la cifra y respondido al Conde lo que se le por la copia avira que el capitán no es sugeto hábil para estes negocios pues explirando le dize haver encontrado 140 cavallos y estos se componen de que habiendo se prohibido las mulas en Portugal todos van a cavallo a sus negocios con otras circunstazias que lo califican.

Al consejo ha parecido /fol. 1v/ poner esta carta en manos de Vuestra Magestad para noticia de lo que contiene y de la poca estimazion que se debe hazer de lo 140 cavallos sin que se le ofrezca que decir mas de que se podrá avisar al Baron del reyno aprobando le haver emtrado al conde de Humanes la cifra en conformidad de lo que se le ordeno y que se espera noticia de lo que ressaltare sobre lo de la perca de los sábalos en el rio Miño.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 27 de Julio de 1670.

Madrid, 1670, 14 de Setembro – Ofício do Conselho de Estado com papel incluso do condutor de embaixadores relativo ao melhor procedimento a ter com a mulher do embaixador de Portugal e a sua posição nos balcões das festas da praça¹⁶

AGS, *Estado*, leg. 4027, 2 fols.

Cardenal Aragon

Marques de Castel Rodrigo

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Almirante de Castilla

Señora

Don Manuel de Lira Conductor de embajadores refiere en el papel incluso de 11 del corriente e sento a Don Diego de la Torre que habiendo hecho el dia antezedente el cumplimiento del estilo com el embajador de Portugal, marqués de Gobeia, se le ofrece preguntar si quando le vuelva a visitar se ha de dar algún recado particular a la Marquesa su mujer de orden de Vuestra Magestad por no incurrir en la omisión de no hacerlo si se debe, ni en el entremetimiento de executar lo sin que se le mande. Y que respecto de que la primera audiencia de esta embajador y del de Venezia (que se halla aquí de secreto) no serán antes de las fiestas de la Plaza y que por esto no concurrieran en publico a los balcones que les tocan, propone /fol. 1v/ si se les ha de hazer el agasaxo de repartirles balcón de primer suelo sin concurrencia porque no lo hechen menos estando el primero aloxado por quenta de Vuestra Magestad y avisando el segundo (como se puede creer que lo haga) de su llegada para que Vuestra Magestad pueda ordenar con tiempo lo conbeniente.

Y haviendose visto este papel en el consejo representa a Vuestra Magestad que en lo que toca la pregunta que traje al conductor sobre dar recado de cumplimiento a la mujer del embaxador en la forma que por su ofizio costumbra hacerlo con los embaxadores, es de parezer que se podrá saber por el mismo conductor del

¹⁶ Resposta: como parece y tomesse tambien noticia de lo que se hizo con la muger de Fansau que fue embaixador de Inglaterra porque será la regla mas proporcionada que se podria practicar con el de Portugal.

embaxador de Alemania lo que en esto se platico con la suya quando vino y assi mismo si se le embio algún /fol. 2/ recado de parte de Vuestra Magestad en la misma ocasión por algún Mayordomo para que se execute con el de Portugal lo mismo dando motivo al consejo para este discurso el que habiendo el Rey nuestro señor (que este en gloria) igualado a los embaxadores de Capilla y a sus mujeres en las honras que se hacen a los grandes y que el practicarse con estas quando vienen de fuera que se les lleve el recado que va dicho; haze verosímil que se hara lo mismo con las de los embaxadores cuya noticia se podrá tener por el de Alemania para executar en el caso presente lo que con el se observó.

En lo tocante a los balcones parece al consejo que aunque no se puede decir formalmente que el carácter de /fol. 2v/ embaxadores obra hasta tener la audiencia de Vuestra Magestad con todo, estando el de Portugal aposentado por orden de Vuestra Magestad, convendrá se le reparta el balcón que le toca y [¿] el de Venezia se diere por entendido de estar aquí se podrá executar com el lo mismo dándose la orden nezessaria para ello al Pressidente de Castilla.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 14 de Septiembre de 1670.

Doc. 74

Lisboa, 1670, 18 de Outubro – Carta credencial de D. João da Silva, Marquês de Gouveia, nomeado embaixador extraordinário a Madrid, entregue a Carlos II.

AGS, *Estado*, 2618, 1 fol.

Muito alto e muito poderoso Principe, meu bom irmão e Primo, eu Dom Pedro por graça de Deos, Principe de Portugal e dos Algarves da quem e dalem mar em Africa, de Guine e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia Arabia, Persia e da India ett. Como sucessor governador e regente destes Reynos envio muito saudar a Vossa Magestade como aquelle que muito amo e prezo. As grandes qualidades e merecimentos que concorrem em Dom João da Silva, Marquez de Gouvea meu muito prezado sobrinho, do meu conselho de Estado e meu mordomo mor, espero sejam tão agradáveis a Vossa Magestade que tenho eu grande contentamento de o haver nomeado por meu embaixador extraordinario, junto a real pessoa de Vossa Magestade. Rogo muito a Vossa Magestade deé inteira fee e credito a tudo o que propuser da minha parte, ouvindo-o e defenindo lhe com toda a benevolência que

merçe a Vossa Magestade o meu animo e dezejo, que tenho de que haja nestes meus Reynos, muito em que dar contentamento a Vossa Magestade. Muito Alto e Muito Poderoso Princepe meu bom irmão e Primo. Nosso Senhor haja a pessoa de Vossa Magestade e seu real estado em sua Sancta guarda escrita em Lixboa a 18 de Outubro de 1670.

Bom Irmão e Primo de Vossa Magestade

Doc. 75

Lisboa, 1670, 18 de Outubro – Carta Credencial do Marquês de Gouveia enviada por D. Pedro para a rainha Mariana de Áustria

AGS, *Estado*, leg. 2618, 1 fol.

Muito Alta e Serenissima Princeza minha boa Irmã e Prima. Eu Dom Pedro por graça de Deos Princepe de Portugal e dos Algarves, da quem, e dalem, mar em Africa, de Guine e da Conquista, navegação, e Commercio, da Ethiopia, Arabia, Persia e da India Ett. Como sucessor Governador e Regente destes Reynos envio muito saudar a Vossa Magestade como aquella que muito prezo. Dom. João da Silva, Marquez de Gouvea meu muito prezado sobrinho, do meu conselho de estado, E meu Mordomo Mor, vay assitir a sua majestade Catholica com qualidade de meu Embaixador extraordinario; E porque o principal negocio que lhe encarrego he perpetue entre ambas as Coroas aquella sincera correspondencia, que em my há, e no animo de Vossa Magestade tenho por certa; Espero que ache em Occaziones que nestes Reynos se offerecerem de comprazer a Vossa Magestade de Muito Alta e Serenissima Princeza minha boa Irmã e Prima. Nosso Senhor haja a Real Pessoa de Vossa Magestadeem sua sancta guarda. Escrita em Lixboa a 18 de Outubro de 1670.

Bom Irmão e Primo de Vossa Magestade,

Princepe

Doc. 76

Lisboa, 1670, 18 de Outubro – Outra Carta Credencial escrita pela D. Maria Francisca Isabel de Sabóia para a rainha regente de Castela Mariana de Austria

AGS, *Esatdo*, leg. 2618, 1 fol.

Senhora, Dom João da Silva, Marquez de Gouvea que o Principe meu senhor envia por Embaixador extraordinário a Sua Magestade Catholica manifestará a Vossa Magestade da minha parte o cordeal affecto que tenho a sua Real pessoa; Encomendo-lhe tenha particular cuidado de me dar noticias da saude de Vossa Magestade inculcando-me aquellas ocasiões em que possa mostrar o dezejo que tenho de me empregar em todo o que Vossa Magestade pode dar contentamento, porque o meu mayor gosto será acertar com o de Vossa Magestade. Nosso senhor guarde a muito real pessoa de Vossa Magestade como dezejo. Escrita em Lixboa a 18 de Outubro de 1670.

Boa Irmã e Prima de Vossa Magestade,

A Princeza

Doc. 77

Talavera, 1670, 29 de Outubro - Carta do marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro a relatar a viagem a Madrid.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fol. 1 – 2.

Para Sua Alteza de Talaveovola[sic]¹⁷ em 29 de Outubro

Senhor

Em quatro dias de jornada cheguei a Elvas foy resebido com a demonstração de gosto e respeito com que os moradores de aquele povo se quiseram mostrar tão bons servidores de Vossa Alteza na minha pesoa o cabo que governa a prasa Antonio Fernandes o marques me offereseu as chaves pedio o nome e dei o de Vossa Alteza por acrescentar aquela fortificações mayor siguransa. Emviarei hũ criado a Bedajos com ordem que, depois de me aver prevenido alojamento, dese a D. Luis Ferer, conde de almanara, mestre de canpo general e governador das Ar[m]as da provinsia a carta

¹⁷ Propomos antes “Talavera”.

cuja copia a Vossa Alteza a[...]hou o meu criado huã ordem do governador da cidade de D. [...]nigo Jorge Fernandes de angulo sobrinho do secretario do despacho universal de España que poroibia[sic] d[a]r-se-me pousada nas publi /fol.1v/cas hontem de tarde caminhei de Elvas para Badajos e chegando a Ribeira de Caya achei hum tenente de mestre de canpo general que acompanhado de huma tropa de ate 50 bons cavalos, me deu da parte do conde as boas vindas e tornando-me a por em marcha a meia legua me esperava o conde governador acompanhados dos cabos militares e nobreza do lugar acabado o comprimento daquela permeira vista me conduziram todos a huma caza nobre que ffoi morada dos generais a qual estava Milhor adereçada do que do pouco tenpo que ouve para a preparasão podia esperar-se. Deixaram-me descansar e dahi a pouco espaço tronaram o conde e o governador fficou e me offereseu as chaves que nom asseitei, pedio-me o nome e me pareseo me obrigava esta cortesia a dar-lhe a do seu prinsipe. Na manham de hoje me veio o bispo e acabada a vezita pagei ao conde e governador as que lhes devia e vi ao Bispo tam bom. Logo que chei[sic] se meteo goarda de huma companhia de infantaria que quais despedir e os cabos o não consentiram e quando sahi de caza em todos os emcontros que tive com companhias fformadas se me abaterão três vezes as bandeiras, como se ffes hora de por-me a caminho veyo a sogra do conde ver a marqueza no seu coche eu me meti no do conde com os que com elle vinhão e o meu secretario e segindo-nos a mesma tropa sahimos da cidade, caminhamos mais de huma legoa e nos despedimos com todo o termo. Não faltar[ã]o o conde e o governador a cortesia de mandar-me seus presentes de doces e casas que lhes remanirei com alguns regalos dese Reyno e so /fol. 2/ ffaltou a salva da artelharia por estar toda a de aquella praça desmontada.

Por relação do mestre de canpo general soube estar nomeado embayxador a Vossa Alteza o conde de Humanis Angones de nasom que hoje governa as armas em Galiza e que na cidade delilla[sic] degolarão os sidadaos do presidio frences(sic)¹⁸ que a garnesia.

O que do estado de Badajos pude emtender he que o persidio se forma de hũ terço de 600 homens go governado pello tenente general e da tropa que me acompanhou e que nos lugares da provinsia estão alojados outros 3 tersos do mesmo numero e 3 tropas a que se pagam 7 mezes do anno e de que os offisiais vensem o

¹⁸ Sugerimos “francês”

soldo emteiramente A ffortificação mostra tratar-se com algũ descudo. Deus guarde Vossa Alteza como seus vassalos dezeíamos e a vemos mister Vossa Senhoria

Doc. 78

Madrid, 1670, 22 de Novembro - *Carta dirigida a D. Pedro do Marquês de Gouveia sobre a sua apresentação na corte de Madrid.*

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 3 – 3v.

Para Sua Alteza de Madrid em 22 de Novembro de 1670

Senhor

Hontem por emtender estava já aparelhado o agasalhado que nesta corte, por mandado del Rey Catolico se me ffas, sahi de Caramanchel e fui alojado em huma nobre casa em Leganitos a rebalde desta vossa com luzimento ostentação a corte[...] a que bem emclusa a grandeza deste prinsipe e a estimisão[sic] que ele e seus ministros ffacem do real nome de Vossa Alteza athe hora para estas demonstraçois [...] hera nesenario menos /fol. 3v/ Não podia desejar-se mais.

Na instrução que Vossa Alteza me deu me manda Vossa Alteza não fasa aviso ao embaixador de Luca na forma em que o avia de fazer aos do outros Prinsipes e Respublicas por haver-lhe faltado o comprimento ordinário com o conde de Miranda assim o observei mas o embayxador de Luca pervemdo esta desconfiança satisfazendo a falta pasada com me ver pessoalmente pelo que parece sou obrigado ffazer-lhe aviso do dia da emtrada publica não já por seremonia ordinaria mas por corespondensia ao seu bom termo Deus Guarde a Vossa Alteza

Madrid, 1670, 4 de Dezembro – Carta dirigida a D. Pedro do Marquês de Gouveia justificando a dilação da sua entrada Pública; entre outras informações.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 4 – 4v.

Para Sua Alteza de Madrid em 4 de Dezembro de 1670

Senhor

Athe gora a asperação do tenpo mais que a dilação das pervensois tem embaraçado a emtrada publica que hei-de fazer nesta Corte mas o dezejo de não estar osiozo no serviço de Vossa Alteza me obrigara a venser toda a defficultdade e por toda a somana que vem espero satisfazer esta primeira função.

Em segunda feira se fizeram festas de [?] pelos anos de el Rey a que ele foi presente e porque eu não assisti a ellas mandei ao meu secretario para que advertir-se se nos escudo das armas reais com que o balcão de el Rey se asignala estavam ainda as quinas dese Reino e me disse que não de que me pareseo dar conta a Vossa Alteza para que aja emtendido se observa o decreto que sobre esta matéria a Raynha Regente mandou passar e faço escrever em sifra este capitulo pore m cobrir (quando por algum asidente esta carta se publique) antes o cudado que a relação deste particular.

O conde de Humanes que está nomeado embayxador a Vossa Alteza a El Rey lhe pusesse a Ca[?]¹⁹ nesse Reyno a custa d[a fa]²⁰ senda Real sei que esta proposta de [e]nvio muy mal no conselho de estado e se emtende se lhe defiri[r]à escuzando há jornada.

O conde de Meg[?]r filho maior da Almeirante /fol. 4v/ de Castella foi nomeado mestre de campo de hũ terso para Milão depois de haver aseito quis emgeitar o posto que lhe foi estranhado e mais que por todos por seu pay em cuja desgrasa se sahio de sua caza para a do duque de Alqualla resolveu-se em hir a servir mandou pedir a seu pai a bênção e respondeo que de Milão lha pedisse. Deus Guarde Vossa Alteza.

¹⁹ Rasurado

²⁰ Rasurado

Madrid, 1670, 11 de Dezembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro relativa à sua Entrada Pública na corte Castelhana e sobre o pedido de auxílio do Papa na luta contra o Turco.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 4v - 5.

Para Sua Alteza de Madrid em 11 de Dezembro de 1670

Senhor

Havendo pedido dia de audiência a el Rei Catholico se me assignou a de hontem 4 feira 10 do corente que sendo os que athe gora correrão [?]. Amanheceo tão claro e sereno que parese quizerão os elementos ter parte nesta ação por ser do serviso de Vossa Alteza a esta caza me vierão buscar o marques de Cabreja, mayordomo da Rainha e D. Diogo de Coentreiras e Patilno da boca mais antigo [e as] famílias de el Rei, cardiais, Nunsio e ministros que nesta corte residem e o condutor dos embaixadores D. Manuel de Lira em Palasio foi recebido de huã e outra guarda com as armas tomadas dos grandes fidalgos desta corte de hum numero ao encurso no pátio e na primeira caza do dotel do conde Desedilho[sic] que me giou a que el Rei me ouvio de pé acompanhado de dasasete[sic] grandes com toda a demonstração e agrado que cabe em poucos annos e muita [?] Dei a carta de Vossa Alteza que se resebeo com veneração e despedido de el Rei fui beijar as mans a Rainha que me fes todo o bom acolhimento, segnifiquei-lhe o quanto Vossa Alteza estima e dezeja conservar a boa correspondencia entre estas duas coroas e as ocaziois em que he mais que em mandar-me assistir em esta corte pudesse manisfestar esta boa vontade e aseitação deste comprimento /fol.5/ emtendi melhor do semblante do que das palavras, porque só para perguntar-me pella saude da Prinsesa minha senhora permetio o decoro a vos mais alguma liberdade. Não farei a Vossa Alteza relasão dos particulares desta minha emtrada porque fforão mutos os que a virão e porque temo me faça suspeito, mais o ser esta asão de Vossa Alteza que eu tanto amo que o ser minha.

Aqui se dis que o Nunsio pedia a el Rei huma ajuda de custo para huma armada que sua Santidade emtenta ffer contra o turco e que em caso que se lhe nege tem orde para suspender os subsidios eclesiasticos [?] Cruzada. Deus guarde a Vossa Alteza.

Madrid, 1670, 27 de Dezembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre o negócio da recuperação dos bens de Castelo Rodrigo em Portugal.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 6v - 7

Para sua Alteza de Madrid em 27 de Dezembro de 1670

Senhor

O marques de Castello Rodrigo me buscou algũas veses para entemder de mim a resolsão que trasia de Vossa Alteza sobre os seus negocios e como era antes de eu ter feito a minha entrada e antes de ter entregue a carta de crensa de Vossa Alteza me pareseseo[*sic*] conviniente dizer-lhe que com as minhas ocopasois para a minha entrada não avia acabado de ler as minhas instrusois e que não era justo que emtrasemos a tratar de negocios que dependião de tantas formalidades sem eu estar plenamente informado do que lhe avia de diser com o que soseder ajustamos o dia de onte a noute para comferirmos este negocio em sua caza por ser fora da vila e refiro nesta a Vossa Alteza formalmente tudo o que passei com ele sem acrescentar nem demenuir palavra.

Entrei na pratica disendo-lhe que para se lhes restiuir a sua casa se valera do patrosinio do serenissimo rei da Grãn Bretanha e se queria, ao ler de huã reposta que disia se dera a Monsiur Fornche[*sic*] quando fora a Salvaterra tratar da pas de ajustando-se ali e avendo de aver seis exceptuados elle o não seria que quanto a primeira parte eu não lho podia negar buscara o patrosinio mais poderoso na entresesão do serenisino Rei da Gran Bertanha a quem Vossa Alteza procurava sempre dar contentamento em tudo o que hera justo e quanto a segunda parte lhe não podia deixar de diser se queria valer para huã materia essensial de hũ pertexto tão fri[?]olo porque a lei geral porque nos /fol. 7/ aviamos de governar era aquela pas que se tratou, ajustou, comcluio, ratificou e se publicou que era a que se fiseram em 13 de fevereiro de 1668 no convento de Santo Eloy não aquela que se começou a tratar e ficou em embrião em Salvaterra em fevereiro de 1666 ficou satisfeito e me disse que Vossa Alteza avia de ser quem desse a lei pois era serto que sempre seria mai favoravel para a sua pessoa, respondi-lhe que visto estar satisfeito e aquele fundamento de que se queria valer nem para pertexto servia, queria deve-se a grandesa de Vossa Alteza o conhecimento que eu lhe podia assegurar da indignasão

que Vossa Alteza lhe tinha pois cortando por todos os emconvinientes que se representarão a Vossa Alteza tomava nos seu particulares aquella resulsão que era mais conviniente e que para lha declarar me era nesessario fazer quatro considerasois a primeira que este negocio se avia de ajustar de calidade que não servisse de exemplo aos que tem bens em Portugal porque bem sabia que erão poucos no mundo os que se medião pela varaclaressão e poderião aqueles buscar intersessão do serenissimo Rei da Gran Bertanha ou de El rei de Rrança e forem a Vossa Alteza em hũ empenho que ou Vossa Alteza fisesse huã couza contra as suas leis ou dese huã negativa a estes Prinsipes a segunda que era nesessario que este negocio se fisesse de calidade que lhe não porjudicase nesta corte e o fisesse suspeitoso nella pois isto nos estaria tão mal pelo muto que emteresavamos entre hũ ministro qual ele tão propicio a Portugal. A terseira que hera nesessario conhece-se o inestimável favor que Vossa Alteza lhe fasia nestes particulares pois voluntariamente lhe lograva o que lograva e a Princesa minha senhora ação verdadeiramente de Vossa Alteza e que era nesessario que elle Marques [m]ostra-se por demonstrasois oculares e atos particulares em quanto se reconhecia e servia a Vossa Alteza com que aquella fisera que Vossa Alteza justamente /fol.7v/ devia esperar de sua pessoa. A quarta que hera nesessario fazer distinsão os bens de que se companha a sua casa em Portugal que eram bens patrimoniais bens da Coroa e bens das ordens que começando por estes que erão comendas estavam dadas a terseiros cujo direito Vossa Alteza não podia prejudicar quanto mais se Vossa Alteza as tirasse a quem as tinha dado e as avia mersido com a espada na mão nágera ficava Vossa Alteza obrigado a satisfasão que assim devia correrado a demanda que tinha posto sobre ellas quanto os bens da coroa que tão bem era impractiavel que estando em Madrid lograsse os que tinha em Portugal pondo justisas chamandosse por ele e sendo alcaide mor de castellos avendo de dar omenagem delles a hum Prinsipe e ver ainda a outro e que a demanda que tinha posto sobre eles avia de correr quanto aos bens patrimoniais Vossa Alteza por muita grandeza sua resolvía mandar emsinuar o seu procurador os dividisse e manto apartado e hindo vista ao procurador de Vossa Alteza e da princesa minha senhora se não defenderão pondo por despacho (fiar justicia) como que se daria sentença e entraria na pose delles e vinha por este meio o que pertencia sem servir de exemplo sem fiar suspeitoso e conhecendo a mercê de Vossa Alteza ouvi-me com grande servir tão finamente como esperava que o acreditasse as assois[sic] de obedecer a Vossa Alteza que elle não queria mais que estar na graça de Vossa Alteza que he o que aspiravão todas suas expectativas e que se

pertencia sua casa era por ter mais que oferecer aos pes de Vossa Alteza e que se a Vossa Alteza agradava assistencia de Corte Real e o devirtimento da Quinta de Quelus o poderia Vossa Alteza agora lograr com mais propriedade sendo sua do que estando emcorporada na Coroa Respondi-lhe que eu faria presente a Vossa Alteza tudo que me disia pois era certo que avia achar na estimasão e agrado de Vossa Alteza a que era justo se fizesse de sua pessoa.

Se Vossa Alteza aprovar o ajustamento deste negocio /fol. 8/ Emtenderei que prosedi nelle como devo e desejo proceder em todos os que tocão ao sservisso de Vossa Alteza e só direi a Vossa Alteza que se não se emcontra com a consiensiã e se conforma com a potilica comprar em Reino no estranho a todo o presso hum Ministro de igais suposissois que o marques logra, muito menos em contra a consiensiã e se conforma com a rresão de Estado comprar hum ministro com aquillo que he seu pois o preço he tão barato. Paresse-me que Vossa Alteza deve responder-me particularmente sobre a finesa do Marques de sorte que eu lhe pudesse mostrar a carta de Vossa Alteza e com ella sigura-lo mais para tudo o que for de serviso de Vossa Alteza. Deus guarde Vossa Alteza.

Doc. 82

Madrid, 1671, 15 de Janeiro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a relação estabelecida com o conde de Oropesa e com a casa Medina Sidónia

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 9v – 11

Para Sua Alteza de Madrid em 15 de Janeiro e 1671

Senhor

Vossa Alteza me emcarregou muy particularmente comrespondencia com o conde de Ouropeza e as resões que a essa obrigação acrescenta as do agradecimento a grande venerasão com que o vejo tratar ao Real nome de Vossa Alteza a quem todo o lugar e tempo publicamente chama seu senhor, fes entender nesta corte que eu trasia carta de Vossa Alteza para elle e seu filho o marques de Xarandilha e algumas pessoas grandes que coriosamente mo perguntarão respondi com indiferença entendendo-os como, em carta de 20 de Novembro pasado, dei conta a Vossa Alteza neste particular tomasse a resulsão que fosse servido. O secretario de Estado Francisco Corea de Laserda me dis em carta de 8 de Desenbro fissese eu como por

presunção minha entender ao conde que suspende a Vossa Alteza o escrever-lhe duvidando o tratamento porque não parese justo que neste se lhe de sem cuntajens a caza de Midina Sidonia que pertencia no parentesco e que entendia eu não duvidaria Vossa Alteza em os igualar. O Conde me respondeo que elle se acomodaria sempre ao de que Vossa Alteza mais se servisse mas que ele presidia a casa de Midina Çidonia por ser parente pella linha real prerrogativa que devia antepor-se ao outro mais chegado parentesco e que este estillo observara el rei Dom Fernando Catholico que ao Duque de Alva e ao Almirante de Castella seus primos /fol.9/ primos por que aquelle ainda que mais remoto era pela Coroa e estou, por outra via, ainda que mais por pingos sobre estes fundamentos mandara Vossa Alteza resolver o que for servido devo representar a Vossa Alteza que (quando Vossa Alteza se sirva de escrever ao marques de Xarandilha) he estilo nesta Corte fazer aos filhos dos grandes o mesmo tratamento que a seus Pais. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 83

Madrid, 1671, 22 de Janeiro - Carta do marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a observância do tratado de paz com Espanha, principalmente o artigo referente às restituições de bens aos vassallos dos Reinos. Ainda refere a chegada de notícias de Paris sobre os negócios da restituição de Lorena entre o Império e França.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 9v – 11.

Para Sua Alteza de Madrid em 22 de Janeiro de 1671

Senhor

Segunda feira 19 do corente pedi audiência que se me deu /fol.10/ se me deu na tersa feira seguinte pelas çinco oras da tarde falei a Raynha e lhe representei o grado e dezejo que Vossa Alteza tem de conservar a paz e boa corespondensia com esta Coroa de que a primeira demonstração avia de ser a pontual observância dos artigos da paz dos quais no 8 se conviera se rrestituirem reciprocamente as fasendas que os vassallos de cada hum dos Reynos tivessem no outro condisão que em Portugal se observa mais emteiramente que em Castella poës aqui se puseram primeiro estas rstituisois em duvidas creendo-se para a desisão della huã Junta a cujo exemplo se instetuiira outra nesse Reyno na qual se espedião os negócios com brevidade e justisa, o que ca parese faltava poës hũas causas se retradavão e outras que por indubitaveis se concluião não chegavam a execução. Como era a dos Agostinhos Descalsos, poës avendo-se

detriminado que o juro que pedem R do dote da Raynha minha Senhora que Deus tem, se compreende no capitulo 8 tratado do effeito daquela restituição se alterou esta restituição com outra porque se mandou que sendo primeiro satisfeitos os emteresados no dito juro se lhes entregasse, e por mostrarem que sendo o dito juro seu, não devia embarasarsse-lhes com o respeito da satisfação a que elles não estavam obrigado[s] se tomou treseira resulusão, que o juro se res[ti]tuiria, quando em Portugal se rrestituísem os d[e] [s]emelhante condisão. /fol. 10v/ condisão. E por constar que nesse Reyno semelhantes bens se restituíão se lhes respondeo ultimamente que antão se lhes faria esta restetuição quando em Portugal se fisessem as que o embayxador desta Coroa pertendia, termos que mais paresião a emcaminharsse a dillasão, que ao effeito devia restetuirsse o primeiro ficava para a execução della o ultimo.

Fis a segunda proposta a conceção do titulo do duque de Caminha feita ao D. Pedro de Meneses no que directamente o acordo da paz se ofendia poês a fazer semelhantes merces hera da jurisdição real, que sua Magestade em Portugal não devia presumir sem manifesta contravenção ao acordo e que não estando a conservação da paz so nos affectos mas nos efeitos estes emcontra o effeito a duração da paz entre estas duas coroas e devia Sua Magestade revocar convenientes consiquensias, ouvio-me e me respondeu que o seu animo era de conservar a paz, e deseja-se perpetuar-sse huã boa correspondencia entre estas duas coroas, que anto ao que eu lhe porpunha nomear ministro com quem comferise os negocios athe gora se não nomeou.

Fis aviso a Vossa Alteza em carta de 8 do corente que o embayxador de França fisera presente a Raynha Catholica a saída del Rey Cristianíssimo em campanha em 20 /fol. 11/ Em 20 de Março com 40 mil homens sigurando a muito dos effeitos daquelas armas; no conselho de estado se tratou este negocio com grande cudado e rresultou fasersse hũ assento com hum [...] cortissos, de hũ milhão e sem mil crusados dos quais quinhentos mil crusados se avião de fazer efetivos logo em Flandes e o resto de aqui a algũ tenpo e mandará fazer alguãs levas em que atualmente se trabalha para se enviarem aos paizes tres mil espanhoês.

De Paris me avisão chegara aquella corte o embayxador do Imperio sobre o acomodamento das coisas de Lorena e pedio na primeira audiência a el Rey menistro pera as conferensias lhe responderá que elle queria ser o Menistro e lhe daria audiensias que quisesse e que com elle comferia. Tão bem se me dis que o Nunsio da parte de sua santidade falara a el rey de França sobre a restituição de lorena e termos

pelo que os duques avião usado que so pella sua humiliação e não por entresesão de príncipes se poderião compor as couzas;

Pella nomiação do conde de Humanes para embayxador a Vossa Alteza vagou o governo de Galisa que pertendem 22 sujeitos consultou-se no conselho de guerra subio ao de camara donde hirá a junta do governo para se rresolver e entender-sse será porvido o marques de los Veles, filho da Aya del Rey. Deus Guarde Vossa Alteza.

Doc. 84

Madrid, 1671, 16 de Abril - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro notificando: uma queixa do governador da Cidade Rodrigo relativamente aos excessos dos habitantes de Almeida; também a advertência do duque de Albuquerque relativamente aos rumores de Portugal preparar uma liga com França.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 14v – 15.

Para Sua Alteza de Madrid em 16 de Abril de 671

Em carta a parte dou conta a Vossa Alteza da comferensia que ontem tive com o Duque de Albuquerque e depoes de avermos tratado os negossios que lhe porpus me disse tinha dois em que falar-me, o primeiro por hordem da Rainha e o segundo por movimento seu. Era o primeiro que o governador da cidade Rodrigo se queixa do [do] mal que os vassalos desta Coroa daquele seu destrito erão tratados nesse Reino pella parte de Almeida poes hindo seguros na paz a comerciar erão molestados roubados e mortos sem que este dano se remediasse pello dito governador o haver representado ao de Almeida e que não he junto que avendo sesado a guerra e odio, continuem os insultos e escândalos.

O segundo, que qui se disia que nessa corte se fazião muito conselhos de Estado e que a ocasião delles era a proposta que el rei de Fransa fasia de huã liga com esa Coroa em odio desta e que se asi fosse sera pouco justificado procedimento [que]brantar sem causa por comviniensia tão estranha, huã paz (sobre tantos annos de guerra tão trabalhosa para ambas as coroas) celebrada há tão poucos tempos, trazendo a segundo trabalho os vasalos (ainda assãs cansados do primeiro) sem ocasião porque era serto Espanha nem a dava nem a daria eu /fol. 15/ eu lhe respondi que quanto o primeiro representaria a Vossa Alteza o que elle me disia e se remedearia o dano de maneira que a queixa sessasse e quanto ao segundo eu não sabia que nesse Reino sse

tratasse tal Liga e era verosímil que quando assi fosse eu tivesse notisia deste tratado que Vossa Alteza queria afetosamente conservar seus vassallos em Paz e descanso entendendo era essa a maior conveniêcia e a melhor resão de Estado de Vossa Alteza obrava tão justificado que ainda a propria resão de Estado o obrigaria muito violentamente a alterar o estado presente destes Reinos. Deus guarde Vossa Alteza.

Doc. 85

Madrid, 1671, 7 de Maio - Carta do marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro sobre a resolução do Regente relativa os maus tratos que os castelhanos sofriam quando comerciavam em Almeida e o aviso da Rainha Mariana de Áustria da movimentação de tropas de Navarra para a Estremadura.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 17v – 18.

Para Sua Alteza de Madrid em 7 de Maio de 1671

Senhor

Ontem busquei ao duque de Albuquerque para diser-lhe avia representado a Vossa Alteza a queixa que da parte da Rainha me fisera do mau tratamento que os castelhanos vesinhos a Almeida resebião dos moradores daquela villa quando a elle hião comerciar e que Vossa Alteza avia ordenado se lhes fizesse todo bom agasalhado mandando castigar severamente quem os molestasse como já sossedera em Valensa do Minho e que acontendo algum caso particular contra esta recommendação que Vossa Alteza havia mandado fazer aos cabos das praças, mostraria o rigor do castigo contra os culpados o quanto Vossa Alteza desejava conservar a paz e boa correspondencia entre os vasallos destas coroas o que tão bem podia enferirse da prontidão com que eu satisfazia as suas propostas pendendo a resolução dellas de Vossa Alteza e que esta dessem legoa chegava primeiro do que a das que eu lhe fisera no mesmo dia a que ainda se não havia deferido. /fol. 18/ Dise-me o Duque que a Rainha lhe ordenara me dissesse da sua parte que pello que respeitava a pessoa de Vossa Alteza e atenção que comigo como embaixador dessa coroa tinha me fassia saber que a grande pressão que os povos do reino de Navarra padecião com o alojamento de algumas tropas de cavalaria que nelles estavam [que neles estavam]²¹ há tempos aquarteladas obrigava a que se tirassem de ali quatrocentos cavalos para virem ferrejar nos lugares de Castella

²¹ Repetido

a Velha e Estremadura que se achavam mais aliviados e queria se emtemdese era esta a causa desta conducta e não outra, porque sua tensão era comservar a pas, inviolavelmente eu respondi que beijava a mão a Sua Magestade pella mercê que fasia em mandar-me comunicar esta notisia e que ainda sem ella não podia esta novidade perturbar a segurança da conservação da pas que se fundava na real fe de sua palavra nem tão bem dar cuidado porque em menos tempo que de Navarra a Estremadura chegarião de Lisboa a Alentejo as tropas e tersos que a pas tinha quietos mas não desarmados. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 86

Madrid, 1671, 13 de Maio – Ofício do Conselho de Estado sobre a conferência que o Duque de Albuquerque teve com o Marquês de Gouveia

AGS, *Estado*, leg. 2619, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

Señora

En execuzion de lo que Vuestra Magestad se sirvio de mandar por decreto de 18 del passado se há visto en el consejo el papel incluso del Duque de Albuquerque de 16 en que da quanta a Vuestra Magestad de haver le buscado ya al embajador de Portugal para hablarle en negocios y significadole el gran desseo de su Prinzipe a la conservazion de la paz y que debiendo ser igual en las dos coronas el cumplimiento del capitulo 8.º de ella, se habían hecho alla muchas restituciones y aca pocas o ningunas que era preziso distinguir las todas en tres generos que son de bienes de corona, de ordenes y Patrimoniales, que las primeras dos de pueden hazer sin la obediencia y pleito o menaxe y en las segundas hay gran dificultad a que /fol. 1v/ le respondió deberse regular todas en ambos dominios per lo establecido en la paz y que luego passo el embajador a hablarse en las quatro pretensiones contenidas en los 4 papeles que le entrego (y también van con esta) una sobre querer le [¿]re al Duque de Camiña ça preheminenzia de grande, otras sobre el censo de 50 ducados de renta

que dicen pertenecer a los recoletos de Lisboa otra [¿] un juro que pretende el Marques de Sande y otra sobre unos derechos que piden en canarias a un Nabio suyo.

El consejo es de parecer que Vuestra Magestad mande remitir todos estos papeles a la junta destinada para estas matherias con orden de que se vean luego y diga lo que sobre tudo se ofreziere y si /fol. 2/ Vuestra Magestad fuere servida de que la consulta de la junta venga al consejo dira entonces su sentir sobre lo que representare.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 13 de Mayo de 1671.

Doc. 87

Madrid, 1671, 4 de Junho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro expondo o negócio da restituição do juro dos Agostinhos Recolectos.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 18v – 19

Para Sua Alteza de Madrid em 4 de Junho de 1671

Senhor

Mui particularmente me recomendou Vossa Alteza procurasse nesta Corte a restituição de sinco mil crusados de juro que a casa de Medina Sidonia pagava por obrigação do dote da Rainha minha senhora que Deus tem que deles fes merce aos religiosos Agostinhos Recoletos que nesse Reino novamente fundou estando este negocio no estado que já a Vossa Alteza dei conta. Chega a este lugar freire Francisco de Asevedo Rele /fol. 19/ Relegioso de Nossa Senhora da Grasa dessa cidade que por ordem da sua Provincia estava em Roma empedindo a dita fundação dos religiosos e aqui publicou algumas copias impressas das Bullas que intetava não so para que a dita fundação não crescesse mas para os conventos que alem do de Xabregas se ouvesem edificado se deseparassem e repusessem as causas no estado antigo. Esta notisia que me chegou por se aver devulgado e não por que o dito freire Fransisco de Asevedo ma comunicase porque me não vio e me parese ocasião de grandes inconvenientes assim porque frustra a intensão deste requerimento sabendo-se que esa religião para quem este juro se pertende se estinge como porque sendo notório que esta Recoleta naseu era piedade da Rainha minha senhora e se criou no anparo e proteção de Vossa Alteza indisente se publique que contra duas tão soberanas causas ousou e pode extingui-la a

Provinsia de Santo Agostinho nesse Reino e a diligensia de hũ frade particular em Roma e muito mais o paresera em tempo em que com lagrimas de sangue devemos chorar a ver a Deus ofendido no santissimo sacramento do altar o vejamos tirar a violências de huã teimosa diligensia das casas que para seu louvor e veneração se idificarão ffaço esta representasão a Vossa Alteza pelo que toca ao negocio de que sou emcaregado. Vossa Alteza consultando sua pielade[sic]²² e grandesa resolvera o que for servido. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 88

Madrid, 1671, 12 de Junho – Ofício do Conselho de Estado sobre a queixa do marquês de Gouveia relativa à sua mulher não ter entrado no palácio pelo quarto de camareira.

AGS, *Estado*, leg. 4027, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Marques de Castel Rodrigo

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

Señora

²³Habiendo referido en el consejo el marques de [¿] con el de Gobeia le dio a entender el sentimiento con que se hallaba de que la marquesa su mujer no se le diese entrada para ver a Vuestra Magestad por el quarto de camarera mayor habiendo solicitado este favor meses hay sabido que hay exemplares de haber rezivido esta honra quien no ha tenido mas representazion para merezerlas, ha parecido al consejo

²² Provavel erro do autor sugerimos “piedade”.

²³ À margem está a resposta da Rainha: el persupuesto que el consejo haze de que han entrado por el retrete mugeres de embaxadores es diferente de lo que en tiempo de mi governo há pasado porque nunca ha suzedido y assi se practico con la de Fansoy embajador de Inglaterra por lo qual he mandado se responda al de Portugal como se contiene en la copia inclusa del Velleto de D. Diego Fernandez del Campo, y el Duque de Albuquerque le podrá anadir de palabra que el venir a mi quarto ha de ser por la antecámara como se haze con las demas de su grado y que aun que la de Alemania entra por el retrete esta no es exemplar por las razones domesticas que en ella concurren, en mi animo es dejar de favorecer a la de Portugal en lo mas que se hiciere con las otras.

que combenia ponerlo en la notizia de Vuestra Magestad y que era de su obligazion representar con este motibo a Vuestra Magestad (como lo haze) que la pretensión del Marques debe ser muy azepta a Vuestra Magestad porque naze de respecto. Y es /fol-1v/ de estimar que solizite la entrada de su muger en el quarto de Vuestra Magestad mas como cria que como embaxadora y habiendo entendido el consejo que esto mismo se executo con la mujer de un embajador de Venezia estima por conveniente que Vuestra Magestad permita lo mismo a la del Marques de Gobeia sirviendo se Vuestra Magestad de tener presente sobre las demás consideraciones la calidad de marido y muger, el grado de embajador extraordinario con que reside en esta corte, la suposizion y lugar que el tiene en Portugal y lo que podrá influir en qualquiera accidente su autoridad y se quito y que no será bien desabrirle con la exclusion /fol. 2/ de lo que el consejo cree que se le debe estimar (como ya lo ha dicho) y ser agradable por todas razones este deseo del Marques a Vuestra Magestad que mandara lo que mas fuere servida.

Madrid, a 12 de Junio de 1671.

Doc. 89

Madrid, 1671, 28 de Junho – Oficio do conselho de Estado sobre a consulta da Junta de restituições portuguesas respondendo à queixa que o embaixador português fez relativamente à matéria do Duque de Caminha.

AGS, Estado, leg. 4027, 4 fols.

Conde de Peñaranda

Marques de Castel Rodrigo

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Marques de la fuente

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

Señora

En cumplimiento de la orden de Vuestra Magestad de 15 de este se há visto en el consejo la consulta inclusa de la junta de restituciones de portugueses de 14 la queal (respondiendose en ella dilatadamente) al papel que dio el embajador de

Portugal procurando fundar que es contra el tratado de Paz el haber dado Vuestra Magestad al Duque de Camiña titulo de tal y por el la prerrogativa de grande) se reduce en sustanzia a representar que es injusto querer limitar la suprema authoridad de premiar Vuestra Magestad a vasallos tan beneméritos y que la interpretazion que quieren dar a esta merced de que es entrometerse a adelantar la sentenzia que sobre este estado toca darse en Portugal se desvaneze con las palabras mismas del decreto en que se reserva la media a[ç] para quando alla se haya /fol. 1v/ determinado el negocio con que es ceder a Portugal el derecho de la dezision que la quexa de haberle cubierto es apartada de toda razon pues en esto uso Vuestra Magestad de su regalia sin que ningun vasallo del prinzipe Don Pedro pudiese pretender esta honra aunque se determinasse a su saber el pleito de Camiña de que se infiere ser independiente esta merced de aquel juizio. De aqui passa la junta a discurrir en que por esta propuesta del embajador se quiere con malizia y sin razon hazer aççesion del estado de Camiña la grandeza de Castilla fundando difusamente con authoridades y exemplos lo primero que el honor de la grandeza no puede ser aççessorio sino independiente y lo segundo que aun quando lo fuera per la razon de estar lo prinzipal y lo aççessorio en diferentes domínios pudiera el dueno de cada uno disponer de lo que cahia en el /fol. 2/ suyo sin dependenzia alguna del outro a que añade que lo que Vuestra Magestad há hecho con el Duque de Camiña há sido solo conservarle en la posesion en que se halla como heredero de su Madre y Abuelo sulba la independenzia de Portugal y el llamade Duque es continuar la costumbre de Castilla que no despoxa de los títulos aun a los que en litigio han perdido los estados.

Que las palabras del papel del embajador en que dize que por la paz reconozco Vuestra Magestad extinto el domínio que en Portugal exerzieron los señores reyes de Castilla y transferidose a Don Pedro tiene mucho veneno y ninguna comprobazion pues en las pazes no hay capitulo alguno en que se pueda fundar tal cosa con que no estribando el fundamento de esta proposizionen pacto espezial se habia de justificar en el hecho de haberlas ajustado y que esto es improprio pues el fin de todas las pazes /fol. 2v/ no es mas que una çerazion de armas derivada del derecho de las gentes para mantener en paz los súbditos pero no para extinzion o çesion alguna de los domínios sobre que era la guerra antes al contrario es opinion assentada que deben los prinzipes en conzienzia de las la guerra que trahen sobre el domínio de lo que justamente les toca si es mas el dano de ella que el provecho de la adquisizion cuya sentenzia no

fuera razonable si en la cesazion de la guerra se induyere extinzion de domínio y mas en estos Reynos cuyas leyes le repugnan con expresion como acto que no depende de los Reyes absolutamente sobre que se estende la junta en los términos y en las razones que siendo Vuestra Magestad servida podra mandar ver por su consulta que se excusan referir por no alargar se mas en esta.

Y con vista y considerazion de /fol. 3/ todo representa el consejo a Vuestra Magestad que la junta desmenoza muy delgadamente la propuesta del embajador y fundamentos en que la apoya y passa despues a los otros discursos que se han tocado por mayor los quales aunque se fundan en jurisprudencia son propiciamente de estado y no conveniente ni nezario moberlos por ningun caso en la constituzion presente de las cosas por lo qual y por que lo prinzipal de la instancia queda vastamente convenzido con algunas de las razones que se proponen en la dicha consulta como son que no solo se há podido dar quexa por haberse llamado Duque de Camiña a Don Pedro de Meneses supuesto que todavia esta el pleito pendiente en Lisboa sino que pudiera tenerla muy justa Don Pedro de que Vuestra Magestad le quitarse este tratamiento /fol. 3v/ continuado por sucession sin haber tenido sentenzia en contraria siendo assi que Vuestra Magestad no le da derecho en ello y que lo de la grandeza no há sido merzed nueva sino execuzion de la que el Rey nuestro señor hizo a su Madre de que gozo el conde de Medellin como su marido y hoy le toca por legitima sucesion sin que Vuestra Magestad haya por esto hecho acto de jurisdiccion ni adelantado sus derechos al estado de Camiña ni deteriorado el que pudieren tener las otras partes contendientes bien que Vuestra Magestad le asistira sempre con su interposizion para que hize del fabor del capitulo 8.º de la paz entende el consejo que en estas sustanzia bastara se responda al embajador per el duque de Albuquerque diziendole tambien por conversazion /fol. 4/ que há estado Vuestra Magestad tan lexos de obrar contra la paz en lo executado que antes siendo ya Ceuta de la corona de Castilla en virtud de lo establecido por ella há recusado Vuestra Magestad declarar su governo al Duque por que no se diga ser dependenzia de lo que estas soluzitando en Portugal.

Assi mismo debe representar el consejo a Vuestra Magestad que quanto quiere que los discursos que se hazen en la consulta en razon de los derechos a la corona de Portugal sean tan fundados en buena jurisprudenzia como se asienta no combiene que lleguen por ningun caso a la notizia de este embajador. Por lo qual aunque sea

obligazion en todos cuidar de que aun los negocios mas leves se traten con todo secreto sera bien ordenar /fol. 4v/ que se guarde con toda reserva lo contenido en esta representazion.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 28 de Junio de 1671.

Doc. 90

Madrid, 1671, 9 de Julho - Carta dirigida a D. Pedro do Marquês de Gouveia a remeter a resposta do duque de Albuquerque e sobre a restituição dos 5000 cruzados de juros.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fol. 22.

/fol. 22/ Para Vossa Alteza de Madrid em 9 de julho de 1671

Senhor

Em tersa feira 7 do corrente me vio o duque de Albuquerque e deu por escrito (de que envio a Vossa Alteza a copia) a reposta aos memoreais que offeresi na primeira conferensia sobre o juro, de que Vossa Alteza fes merçe, aos relegiosos Agostinhos Recoletos e sobre o navio que foi a canarias, e o negocio do conde da Ponte (ao que toção a consecção do titulo de Caminha a D. Pedro de Menenses e a restituição desisão de S. Lucar se não respondeo ainda, e me disse o duque que emtendia se estavam escrevendo cerca deles papeis que breve muito se publicarião) e como Vossa Alteza pelo tior da resposta será prezente só a que se dá aserca do juro me pareseo meresia por agora instancia; eu a fis na forma que me pareceo conveniente mostrando commedidamente antes por reseio que por amiaso, os inconvenientes que podião resultar de se não deferir a esta pertensão como convem, se agora darem a Vossa Alteza se me ficara que desejar-lhe o bom suseso.

Domingos de Andrade de Carvalhos me deu a carta de Vossa Alteza porque me ordera assista ao seu negocio com a diligensia possível, asim o fisera eu mas vendo-me ele hoje me disse se recolhia a essa Corte por não ter nesta os papeis em que avia de fundar o seu requerimento

Deus guarde a Vossa Alteza.

Madrid, 1671, 20 de Agosto - Carta do Marquês de Gouveia ao regente D. Pedro sobre a restituição dos juro dos religiosos Agostinhos Recolectos e da concessão do título de Duque de Caminha.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 27-27v.

Para Sua Alteza de Madrid em 20 de Agosto de 1671

Senhor

Em carta de 10 deste me dis Vossa Alteza que depoes de aver visto o memorial que determino offereser por replica a reposta feita a D. Pedro de Meneses do titulo de duque de Caminha o avia Vossa Alteza aprovado porem que acrescentasse nelle que de a Rainha dar o titulo a D. Pedro ficaria a Vossa Alteza resão para tão bem poder dar a seus vasallos em Castella outros e que visto dilatar-se a resposta deste e do negocio dos Agostinhos Recoletos, diga em vos ao duque que se me responda em termo de 15 dias porque passados eles me darei por respondido para Vossa Alteza tomar nestes particulares a resolução que pareser mais conveniente e ainda que segamente venero as resoluções de Vossa Alteza sou obrigado a diser a Vossa Alteza o que entendo naquelas matérias que Vossa Aleza mais por grandesa sua que por sufficiensia minha foi serido de me emcarregar pois se há-de julgar o que eu obrar notre a todo mundo com tão diversos pareseres donde me não valerá a desculpa de que a sim o mandou o meu Prinsipe.

Em nenhuma forma julgo que convem acrescentar no memorial que se a Rainha dar o titulo a D. Pedro fica a Vossa Alteza resão para dar outros em Castella a seus vasalos porque não he justo que eu ponha em hũ papel firmado por mi que Vossa Alteza aquilo mesmo que eu estou encontrado e contra disendo por hordem expresa de Vossa Alteza e porque a Vossa Alteza conte com ividensia que /fol. 27v/ que me não descuidarei de may antisipadamente diser ao duque de Albuquerque que senão revocava esta merce faria Vossa Alteza outras semelhantes em Castella premitam Vossa Alteza lisensa ainda que seja a materia tão seria para referir-lhe huma istoria com que corroborarei este descurso ao Duque na primeira conferensia, que tivermos disse-lhe que hindo de Castella para Portugal D. Thiotonio Manoel com as Bullas do bispado de Miranda de que el Rey Catholico lhe avia ffeito merce pedira a Sua Magestade que está em gloria lhe deixasse tomar posse delle e El Rey meu Senhor tão

limitado no que lhe havia dado, que Sua Magestade lhe faria merce do arsobispado de Toledo que viesse tomar posse delle.

Quanto ao termo de quinze dias que Vossa Alteza me manda insenve[*sic*] ao Duque assim para este negocio, como para a dos Agostinhos Recoletos tambem me parese que não convem, porque em semelhantes resoluções (que são como a pedra que say da mão) he nessesario considerar o fim a que se ha-de chegar e se há meios porprocionados para os conseguir, e como se possa fazer o que convem sem presederam estas limitasões de tempos he justo tenta-los todos primeiro, porque em caso que nenhum destes negocios se responda, como da justissa com que eu os procuro se deve esperar aos Agostinhos Recoletos pode Vossa Alteza mandar consigar sinco mil cruzados dos seis de juro que as Trinitarias tem na casa das carnes e no negocio de Dom Pedro de Meneses, com qual quer requerimento do procurador da coroa se pode mandar pelos juises da causa que senpre será mais convini /fol. 28/ conveniende que por resolução de Vossa Alteza visto ter parte nela [)] que por se estar chamando D. Pedro Duque de Caminha em Castella se ponha perpetuo silencio na causa e acabarem-sse estes dous negocios muito como convem e quando Castella se queixe destas resoluções lhe ficará por resporta[*sic*]²⁴ a irresolução e pouca justiça com que aqui se prosede, e Vossa Alteza ficará, sendo antes autor que reo, que he o que sempre aconselharei a Vossa Alteza nos de semelhante calidade.

Detrimino buscar o duque e dar-lhe o memorial na forma em que o mandei a Vossa Alteza sem nenhum acrescentamento mas quando sem embargo do que nesta carta represento Vossa Alteza seja servido que eu fasa as declarasões que na sua me manda, antes que me respondão com ocasião de instar pella reposta, as farei e sempre procurarei a condusão deste, e dos mais negocios que estão a minha conta, com aquelle calor e atividade, que a esperiensiã mostrará a Vossa Alteza. Deus guarde a Vossa Alteza

²⁴ O “r” deve ser um “s”

Doc. 92

Madrid, 1671, 10 de Setembro - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro sobre a questão dos juros.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fol. 29.

Para Sua Alteza de Madrid em 10 de Setembro de 1671

Senhor

Em seis do corrente me escreveo o duque de Albuquerque a carta de que com esta e muito coroa a Vossa Alteza em que me diz a resolução que a Raynha Catholica tomou a serqua da restituição do juro que paga a casa de Medina Sidonia e de que Vossa Alteza me fes merce aos relegiosos Agostinhos Recoletos, reparei na clausula que aos ditos relegiosos prohibe a alheação deste juro que parese lemita restituição que dele se devia fazer absoluta, mas entendia em que se não devia instar em que se remove-se porque a Vossa Alteza fique livre ousar das mesmas clausulas e prohibições em quaesquer bens que nesse Reyno se restetuiem. Se esta clausula respeita qualquer alteração do estado os bens que neste Reino pertencem a vassallos desta coroa fica Vossa Alteza melhor servido em que eles em seu domínio se conservem e durando a paz não he grande o inconveniente que as partes desta prohibição se segure nem deixará o tempo de venser estes, e outros mayores, estes motivos me persuadirão não estar e intentar nesta materia novo requerimento porem a minha obediência sujeita não só a vontade mas o entendimento ao que Vossa Alteza me mandar. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 93

Madrid, 1671, 17 Setembro - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro sobre as Restituições.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 29v-30.

Para Sua Alteza de Madrid em 17 de Setembro de 1671

Senhor

Alguãs pessoas desta corte que nessa tem requerimento se queixão de que se lhes não difere e dessa se me diz que esta suspensão se motivou em huã carta que a Vossa Alteza escrevi e me he agora nesessario declarar porque não quero que da

equivocação cõ que se podai emterder resulte a Vossa Alteza hũ desserviso a mim hum sentimento e aos particulares huã moléstia. Dei conta a Vossa Alteza da resposta que se me deu ao que porpus a serqua do titullo do duque de Caminha concedido a D. Pedro de Meneses e restituição dos sinco mil crusados de juro aos religiosos Agostinhos Recoletos e representei as resões com que detriminava inpugnar esta reposta e Vossa Alteza me fes a honra de as aprovar mandando-me que em vos assinalasse ao Duque de Albuquerque o termo de 15 dias para que quando naquele se me não deferisse com cludente ou me desse por respondido. Parese-me porpor a Vossa Alteza os motivos porque não emtendi esta limitação de tenpo conveniente e o fis em carta de 20 do pasado em que dispõe de descorer sobre esta materia concluía que quando aqui se não observe como convem o tratado da pas quanto a esta parte das restetuições podia Vossa Alteza aos Relegiosos Agostinhos mandar compor pelos seis mil crusados de juro que na casa das carnes dessa sidade tem as Trenitarias Descalsas desta Corte e que com hum leve requerimento do Procurador da coroa antes [antes] por resolução da junta que de Vossa Alteza se podia suspender o curco das mais causas isto senhor he inculcar o remedio mas senhalarisse o tempo e ho serto /fol. 30/ Serto que os mas[?]utiferos aplicados intempestivamente obrão efeitos de veneno a dilação na resolução dos negocios não se há-de avaliar pelo tenpo mas pela calidade delles mande Vossa Alteza consedirar qual seja a dos dous que agora pedem acercado titulo do ducado de Caminha e da restetuição de S. Lucar (porque o do juro dos Padres Agostinhos he já resoluto como a Vossa Alteza avisei) e se conhecerá que ainda quando levarão o mais vagaroso curso não era estranho a sua grande importansia.

Na junta das restituições desta corte pedem somente duas causas cuja applicação he das partes interessadas e só me tocará favorese-llas como negocio pertencente a vasalos de Vossa Alteza quanto mais que avendo 9 meses que nesta Corte fis entrada dos quais perdi a maior parte na impossibilidade em que tão graves achaques me puseram não se deve entender tarda tanto a resolução destes negocios que se posa inferir da dilação o desengano a que aquele remedio que só para antão a pont[?] pode ser conveniente. Deus guarde a Vossa Alteza.

Madrid, 1671, 24 de Setembro - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro expondo as queixas de alguns castelhanos devido à dilação portuguesa na resolução das restituições e, por sua vez, explicando quais os negócios portugueses que pendiam na junta castelhana.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fol. 30v – 31v.

Para Sua Alteza de Madrid a 24 de Setembro de 671

Senhor

Hoje me escreveo o Duque de Albuquerque a carta cuja copia envio e mandou a lista das causas que na junta das restituições dessa corte corem tocantes aos vassallos desta coroa que pertendem fazendas que tem nesse Reino e de que nele se lhes fazem grandes dilações. Fazem varias queixas as quais o duque da parte da Rainha justifica no deferente prosidimento que aqui se teve com os portugueses que desta parte têm bens /fol.31/ bens a que efetivamente fforão restetuidos pelas sentenças que alcanarão espero que Vossa Alteza se sirva de mandar comsiderar a resposta que devo dar ao duque e porque o secretario de estado media que Vossa Alteza he servido que eu nestas matérias diga meu sentimento direi que estas restetuições estão patadas no tratado da pas e por vertude de aquelle comtrato me não podem negarse as que nelle se compriendem e menos despoes de sentensiadas como estão muitas das que nesta lista se contem, termos em que sem nova causa nem dilatarem devem como ja representei a Vossa Alteza carta de 17 do corente na junta desta corte só duas causas pendem as maes quando se chegarão a sentenciar efetivamente se derão a execução e estão de posse as partes interessadas, o juro que paga a casa de Medina Sidonia esta ultimamente restituir na forma de que já em carta de 6 do corente dei conta a Vossa Alteza. A restetuição de S. Lucar ainda se não pode diser se dilata por quanto ainda se controverte se naquele tratado se inclue ao qua o negocio do titulo do ducado de Caminha, que eu por parte de Vossa Alteza trato, não pertense pella disposição do capitulo 8 e só respeita a generalidade da pas pello reconhecimento da separação das coroas do domínio da de Vossa Alteza neste Reino quando a estas duas pretensões se não defira como convem tenpo fica a Vossa Alteza para qualquer demonstração que agora antecipada não fará mais que dar hũ justificado ffundamento dese não deferir e posso sigurar a Vossa Alteza será tão vivo o meo cuidado em entender quando seja

conveniente esa demonstração que não chege ella muito depoes da ocasi /fol. 31v/ da ocasião que se lhe der. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 95

Madrid, 1671, 22 de Outubro - Carta dirigida a D. Pedro do Marquês de Gouveia sobre a restituição de bens a portugueses, acrescentando as fazendas de Manuel Quaresma e outros portugueses em Buenos Aires.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 34 – 34v.

Para Sua Alteza de Madrid em 22 de Outubro de 1671

Senhor

Hontem vi ao duque de Albuquerque para lembrar-lhe a resolução dos negocios que hei proposto, queixando-me de tantas dilações disse-me que no conselho de Estado se havião visto os dous /fol. 34v/ os dous que tocão a rrestetuição de S. Luscar, e revocação da conseção do titulo de Caminha, e se havião consultado a Raynha cuja detriminação de seria brevemente esse me comonicaria logo.

Agora resebo a carta de que com esta envio a copia para que Vossa Alteza veja o que se difere ao requerimento que ffis sobre se haverem de restituir o Manoel Quaresma e mais portugueses ffasendas que em Boenos Ayres lhe forão confiscadas, a brividade do tempo me não permite remeta a Vossa Alteza neste correo as resões com que eu determino impugnar esta pouco justificada resposta, o que farei pello primeiro. Deus guarde a Vossa Alteza

Doc. 96

Madrid, 1671, 3 de Dezembro – Carta do marquês de Gouveia a D. Pedro informando as matérias tratadas na reunião com o duque de Albuquerque, focando sobretudo a tentativa de Castela formar uma aliança com Portugal contra França.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 37v. – 38v.

Para Sua Alteza de Madrid em 3 de Dezembro de 1671

Senhor

Em segunda feira o ultimo do pasado me buscou o duque de Albuquerque sem a prevensão de me mandar recado antes como he estilo nesta corte e aos meus criados

que sahirão a recebe-lo e disse em voses altas antes de sobir a escadas que esta vesida era de parente e amigo e que /fol. 38/ que nela me não falaria em negocio algum mas passados os primeiros cumprimentos me disse que por particular recommendação do conselho de Estado me fasia saber que o dezejo que a Rainha Catholica e seus menistros tinham de conservar a paz e boa correspondência com todo esse Reino obrigava não só a evitar os motins de desconfiança mas ainda a demais leve suspeita de que pudesse arguir-se a menor alteração e que com este desinio se avia mandado que os tersos athe gora conservados na Provinsia de Estremadura fossem dealogamento para Muiçia e Cartagena; eu lhe agradezi esta demonstração sigurando-lha bem meresida na igualdade com que Vossa Alteza a este ententos comrespondia. No discurso da conversação me disse havi já chegado a esta corte o marques de Vilars, embaixador de Fransa, que ainda esta incógnito e por oras se achava o procedimento de Sua Magestade Britanica como embaixador de Vossa Alteza, a que eu respondi que eu era embaixador catholico e de hũ prinsepe catholico e não me tocava emtender as politicas dos prinsipes que o não erão, como que me escusei de continuar esta materia por me parecer que assim comvinha, então me disse o duque que o norte estava mui revoltado, el Rei Christianisimo poderoso e armado e que emtendia que Inglaterra se apartava da Triple liga em favor de Fransa e que tudo permetia inquietasão a esta coroa ou fosse defendendo seus estados quando Fransa os invadissem ou assistindo a Olanda se as armas de Fransa por aquela parte carregassem e me perguntou (e Portugal neste caso que há-se fazer, estará sosegado sem ajudarmos vendo de forá) eu lhe respondi que Portugal havia de fazer a Castella huã mui importante assistensia e consertia em ma /fol. 38v/ em mandar emcomendar a Deus com orações por pessoas religiosas de que naquele Reino havia muitos os bons susesos dos prinsipes catholicos, replicou-me o duque quexando-se cortes e agradavelmente de que eu comgalantaria me desviava de responder-lhe e nestes termos ficou a conversação e se foi o Duque.

Senhor oferece a Vossa Alteza a matéria digna de maior ponderasão que podia ocorrer e de que a meu juiso há-de segir-se infalivelmente ou hũ largo descanso a esse Reino ou huã próxima grande e dilatada inquietação; eu sei que [que] porá Vossa Alteza. Neste negocio da tensão que ele merese reputando por obrigação inclinação e custa-me o que mais convenha a seus vasalos e ainda que este conhecimento me podia escusar de diser a Vossa Alteza nesta parte meu sentimento por outra me obriga

o amor do serviso de Vossa Alteza do bem dese Reino a haver eu de ser executor das resoluções que nesta materia se tomarem o estar mais vesinho a entender as detrimiasões desta monarquia e que ingenuamente diga a Vossa Alteza o que me parese para o que sobre todas he mais forsoza resão o haver-mo assim mando Vossa Alteza e o faço em carta particular. Deus guarde de Vossa Alteza.

Doc. 97

Madrid, 1671, 3 de Dezembro - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro sobre a chegada do embaixador francês e reflectindo sobre os vários cenários de guerra.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 38v – 42.

Para Sua Alteza de Madrid em 3 de Desembro de 1671

Senhor

Da conferensia que como teve o duque de Albuquerque o ultimo do pasado dou conta a Vossa Alteza em carta a parte e dela precisamente nase o discursar em huã materia a todos os juizos tão grande e dificultoza que não he fasil atinar com o caminho que se há-de segir.

He chegado a esta Corte (ainda que fica incógnito) o Mar - /fol. 39/ marques de Vilars embaixador de Fransa e pelo que se emtende como mais particularmente hei representado Vossa Alteza em carta de 19 do pasado a sua porpostas virão a ser ou largarem-se os países de Flandes por qualquer proposta que Castella quiser admitir ainda que seja com a promessa da conquista de Portugal como se fes por parte de Fransa no mesmo tenpo que Vossa Alteza ajustou a pas com esta coroa porque aquella sempre teve a antequisima ambição dos países de Flandes que por vários meios já da convenção já da violência tantas veses tratou de adequerir ou pedir que Castela não socora os Olandeses em caso que França ronpa com eles como he serto pois he improvável que Fransa esteja sustentando hum tão poderoso exersito como tem junto (que não somente os vesinhos mas a todos os Prinsipes ffasa aquartelar) sem lhe buscar emprego em que o ocupe.

Espera-se cada dia embaixador extraordinario de Inglaterra nesta corte que virá persuadir a Castella as conviniensias de Fransa ou para coligar-se com eles, desobrigando-se da liga triples, como atualmente se está tratando em Ingalaterra e he

a unica causa porque daqui se mandou partir com suma brevidade o marques del Fresno, embaixador aquela Corte.

Destes antecedentes se tira ffasilmente a consiquensia de que Castela ou há-de largar os Países de Flandes ou romper com França, o primeiro que he o caso em que separará de Olanda parese inposivel porque nem a honra nem a conveniensia nem a justisa permite que Espanha se acomode de a fazer- /fol. 39v/ fazer esta seção a honra, porque largar o proprio património só por temer nunca pode de ser desairo, a conveniencia porque alem de que ganhar muito de futuro não he bom meio por muito do contando todos aqueles a quem despertar a ambição levantarão as mãos contra Espanha (vendo que basta hũ amiaso) para lhe tomar tudo quanto ela não posa defender, menos a justisa que na menoridade del Rei se lhe dissipa huã tão grande parte de seu património, não so pesvido mas tão recomendado no testamento del Rei phelipe 4.º que em nenhum tenpo e por nenhũ acontecimento se posa aliar.

O segundo parese facil rompendo Fransa com Castela (o que Portugal tacita e desimuladamente devia procurar) ou com Olanda a quem Castella há-de assistir pella promessa que lhe tem feito quase sempre direita ou indireitamente tocará esta guerra a esta Monarquia.

Desobrigando-se Inglaterra da triples liga se coligará com Fransa e se unirão Inperio, Olanda e Castella e he justo neste caso prevenir Vossa Alteza muito de antemão o que deve fazer pois o meu sentir he o ponto perpendicular de que pode pender totalmente a nossa conservação ou a nossa roina e devo antisipada e meudamente estar instruído no que devo obrar porque de negocios tão grandes podem ser muitos e vários os asidentes e tão repentinos que não permitão as dilações de dar conta a Vossa Alteza e por hũ estante se perdem as ocasiões que muitos outros seculos não oferecem e he muito mais fasil prevenir os danos antes que susedão que remedia-los despoes de succedidos. Bem /fol. 40/ bem vejo senhor que a neutralidade se apudesemos he nesta e seguramente comseguir era mais conveniente mas são as neutralidades são poucas veses posives como muitas inconvenientes porque se o Prinsipe se comserva neutral sem se inclinar nem se declarar por hum dos dous que contendem o que deles milhora não fica obrigado e o que pior fica ofendido o que nunca convem aos que não podem viver sem dependência e chegando ao ponto individual de que espanha esperando assistensia de Portugal ronpe e sustenra a guerra a França ou para entender que Portugal sigura de França o partido e fará guerra a esta

monarquia se acomoda as propostas de Fransa he muito para Vossa Alteza intensamente ponderar (porque parese são estes os termos que excluem a neutralidade) qual dos dous partidos lhe convem seguir atendendo que se Espanha obrigada do temor se conservar com França llargando-lhe Flandes que só lhe serve de empenho e de nenhum util ou renunciando-se a liga de Olanda ficará livre para se poder refazer no sossego de alguns annos e tornar a inquietar esse reino o que fará mais contingente o effeito das promesas de frança e que se Castella por esperar qualquer assistencia de Portugal se animar a ronper com França se empenhará em huã vistosa e dilatada guerra que acabará de emfraqueser e que se Espanha desenbarasada das opressões que lhe causou a guerra pasada de França com quem por aliviar refes huã pas tão indicoroza não pode conseguiu esse reino menos poderá fazer empenhando-se nesta nova /fol. 40v/ nova guerra com França que promente muita duração e ameaça gravemente esta Coroa.

Que é mais esta guerra com França sera o mais seguro meio para que a pas desta coroa com Portugal se perpetue porque esta fes a Raynha Catholica como tutor del Rey seu filho a quem nenhuma obriga a observe se elle entomando o governo emtender lhe he da nossa e só poderá obrigar a nesisidade continuada na gerra de França que se comesa a atear.

Do que parese se colige claramente que não podendo Vossa Altea conservar-se neutral(*sic*) deve não desemparrar a Castela nem deixar de lhe ouvir as proposições que quiser fazer para delas escolher o que formais conveniente para a nossa conservação e entender por elas e pello conhecimento do Estado em que se acha o que oderá esperar.

Nem parece devem fazer grande força a esta resolução duas objecções que podem opor se-lhe: a primeira a quebra em que com França ficamos segunda de que dando alguma ajuda a Castella se emfraqueserá esse Reino o que para ao diante pode ser da nossa porque quanto a primeira se não queixa que pode ter Framça tememos a sua soberba, he o temor útil se a sua resão muito injusta pois nenhuã de quexa pode ter de que por nos conservar façamos o que ella esta coroa oferese por nos destruir.

Se se comferem obrigações as que Portugal deve a França nada avultão em comparação das que França deve a Portugal quanto lhe esteve bem a aclamação del Rei meu senhor que Deus tm mostrarão os efeitos pois deste antão comesou a

melhorar sua fortu /fol. 41/ fortuna se de frança veio a Portugal servir alguma pouca gente foi a custa de Portugal e com soldo muito ventejosos esta he a única obrigação que Portugal está a França e nesta lhe estará todas as veses que ouuer mister gente e a quiser pagar com o seu dinheiro e não me esquecerei do que França fes em nosso benefisio despoes que ajustou a pas com Castella.

França deve a Portugal as grandes somas de dinheiro com que lhe acodio com socorro de gente e navios que por varias veses lhe deu como na ocasião de Porto Longn e em outras e desprezando estas obrigações nos deixou nas mãos do perigo tanto que lho persoadio a sua conveniência fasendo com Espanha em 1 de Novembro de 659 a pas dos Pirineos na qual no artigo 60 tratou a Portugal não só com emgratidão mas com indisensia e se diser França que depoes desta Pas fes a alguãs assistensias a Portugal não poderá negar foi por sua conveniensia a aqual importava sustentar a guerra entre essa e esta coroa respeitando seus intereses nos paizes públicos que em Paris se fiserão notórios sobre a susesão de Barbante e outras partes desta monarquia.

Quanto a segunda he que a guerra com frança há-de [emfra] emfraqueser esta monarquia e se Espanha ainda no estado pasado e presente não pode com Portugal como poderá quando mais débil /fol. 41v/ debil e exausta, e pode pareser injusto o temor de que Franca sentida de que Portugal se comvenha comũ Castella por fazer dano a Portugal se torne ajustar com Castella, ou por si só fasa hostilidades a Portugal, porquanto não he para temer poes nestes termos he impraticavel aceção de Flandes, que França pertende e sem emterese seu senão há-de impenha por huã inutil vingança e ser huã guera dispendioza e longinqua e quando tal fosse não sera outra a fortuna de Portugal que a que consege quando Castella por indiblitada para defender-se de França lhe large flandes, e a sinta sua assistensia contra Portugal e deve considerar-se qual será mais custoso a Portugal (quando assistir a Castella parese mais conveniente) se o gastar em ajudar a Castella porque se consuma com frança dous ou defenderse de Castella [?].

Nem parese que impugna o que este discurso inculca o poder-se diser que se a guerra de Franca segurara a Portugal assistindo a França e trabalhando a Castella, porque creio não tem esta suppasição toda a certeza, antes he verosimel, que se Castella se vir apertada de anbas as parte se componha com França largando-lhe o que França quer, e lhe não he a Castella demais interesse que a reputação a troco [?] que

França, como offerese a ajude avingarse de Portugal e a cobrar neste parte, quanto em Flandes perde. Acabo estes descurcos /fol. 42/ descurços pedindo a Vossa Alteza que mande considerar com toda a circunspeção materia tão grave me mande adevertir com toda a distinsão e miudesa o que devo obrar em caso que se me porponha porque na instrução que Vossa Alteza me mandou dar só me primite que quando se me repita a proposta, que ao Conde de Miranda fes o Cardial de Aragão sobre a colligação destas duas Coroas ouvir e dar conta a Vossa Alteza cujos prespitos por obrigação gosto, e gloria pontualmente hei-de observar Deus guarde a Vossa Alteza

Doc. 98

Madrid, 1671, 17 de Dezembro - Carta dirigida ao regente D. Pedro do Marquês de Gouveia sobre a restituição de S. Lucar.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fol. 42v.

Para Sua Alteza de Madrid em 17 de Desenbro de 671

Senhor

Ante honte 15 do corente resebi huã carta do duque de Albuquerque de que com esta envio a Vossa Alteza em que se me difere a ultima instansia que sobre a restetuisão de São Lucar avia feito e ainda que me dis da parte da Raynha, que sobre este particular se me não [se me não]²⁵ poderá ouvir mais, me pareseo não comvinha reconhecer este negosio comcluido instei com as resões que compreende ese papel que sem o comunicar antes a Vossa Alteza oferesi porque disendo nele de novo pouco mais do que ja disse e fis prezente a Vossa Alteza entendi era escusada esa dilação; a que haverá em quanto se me não responde, dá tenpo para Vossa Alteza mandar considerar a sirconstansias deste negosio e que em o procurar tendo chegado com as resões, e deligencia athe honde eu podia, se sirva de mandar-me instruir resolutamente o que devo fazer, porque como nesta ocupação as diresões reguladas pella instrução que Vossa Alteza me mandou dar são minhas as ultimas resoluções e consiquensias que dellas podem resultar são de Vossa Alteza. Deus guarde a Vossa Alteza.

²⁵ Repetição não corrigida pelo autor.

Madrid, 1672, 3 de Janeiro – Carta do marquês de Gouveia para o regente D. Pedro a noticiar a impossibilidade de Espanha fazer guerra a Portugal e expondo as consequências de aceitar uma liga com França.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 44 – 46.

Para Sua Alteza em Madrid em 3 de Janeiro de 1672

Senhor

Em carta de 21 deste mes e anno pasado me manda Vossa Alteza que manda ao secretario de Estado me remeta (como fes) todas as notisias de que negosio, que porpos a Vossa Alteza o embaixador de França quando se partio e que por estas notisias entenderei o que ha pasado neste materia em a qual me manda Vossa Alteza entreponha o meu pareser e beijando os pes a Vossa Alteza por singular estimação que faz de Vossa Alteza me querer ouvir sobre ella direi ingenuamente o que emtendo, sem embargo /fol. 44v/ De que o negosio he tão grande que para se descursar nele com mais solidos fundamentos seria justo saber primeiro as conveniencias, que porpom o enviado de Franca, que se está esperando vem atratar este negosio porque sem estas ultimas notisias será atinar as segas mas eu sou obrigado ao obedecer a Vossa Alteza a olhos fechados.

Para tirar conclusão certa deste negosio he nesarario ponderar primeiro com miudesas e destinsão, o estado do Reino os cabedais com que se acha coroa, a forma en que estado de Inglaterra se ela entra nesta Liga, e o que fará Castella.

O reino se acha hoje em paz com Castella que durará em quanto a menoridade del Rey absolutamente e muito depoes porque ainda que esta monarquia quisesse fazer gera[sic] a Portugal se acha destruída de todos os meios para a executar porque as rendas da Coroa estão empenhadas athe o anno de [7]11 e com qualquer acidente de acodir prontamente a Flandes fas mayores empenhos e ainda que into de restetuisões asim de Castella como de Portugal fasa cudar o contrario sempre entendi e entendo, que a causa pública dos prinsipes persede a particular dos vasalos. Esta Vossa Alteza com paz com França, com Olanda e com Inglaterra se o asidente de não ademetir o embaixador de Vossa Alteza a não perturbar.

Os cardeais da Coroa (de que poderão dar a melhor notisia os ministros que comtando aqerto a manjão) julgo que estão exaustos, porque o consolado se gasta nas armadas, e os rendimentos das alfandegas e mais casas não bastão para pagar aos filhos das folhas e ordenados e o que vem da India e das conquistas, não bastão para prevenir o com que he nesessario acudise-lhe e a contribuição que os povos dão he tão limitade, que não chega a pagar aqueles poucos soldados que sustentamos e depois de 28 annos de guerra tão viva he justo deixar res /fol. 45/ respirar os vasallos e cobrar novo sange para se lhe tirar quando a necessidade obrige, que sofrerão muito mal novo tributo para huã guerra voluntaria.

As conquistas dovido muito que estejam com aquella segurança, que he conveniente para resistir a quem primeiro tivera ambição de as cometer.

O Estado da India tem chegado (por nosos pecados) a tal miseria que só o nome de haver sido nosa podemos justamente lograr, poês as praças que te[nho] mos perdido as que voluntariamente largamos, e as conveniencias da mercancia todas as logirão os estrangeiros.

O capitulo 14 do tratado de Inglaterra promete largar ao serenissimo Rei da Grã Bretenha todas aquelas fortalezas ou territórios que em algum tempo fosem de Portugal ou se recuperarem (exceto as que nomea) e como os ingleses e olandeses sigão a mesma relegião não faço grande ponderação em que Portugal posa ter mais conveniência de que sejão de Inglaterra do que de Olanda.

Duvido muito (por mais que o embaixador de França que aqui assiste a assegure; e os ingleses o publiquem) que Inglaterra queira emtrar nesta liga de França, porque ainda que conheso que pelas dependencias antigas e modernas, desejarão aroinados olandeses, he tambem certo que não quererá ver a França tão poderosa, que de leys e seja arbitra do mando e nenhũ odio nos prinsipes he mayor que aquelle que emculca a inveja, cujas raises se não cortão fasilmente.

Castella em nenhuma forma ha-de emtrar nesta liga, não só por não faltar a triples liga, que a obriga ajudar aos olandeses em caso que sejão invadidos, mas porque a guerra contra Olanda lhe toca (ainda que indirecta) pois /fol. 45v/ pois não tem seguros os estados de Flandes e conhecem aqui palpavelmente os ministros que França quer destruir a Olanda e despões Castella.

So a conveniência de recuperar o que temos perdido na India podia obrigar a Vossa Alteza a entrar nesta liga mas eu não vejo o como posamos conseguir, porque se entrasemos nela he certo que ronpe connosco Olanda, e se a espriensia nos mostrou, que quatro pangaaios de Inglaterra no tenpo de por lamento bastarão para nos empedir o comercio e vão as nosas conquistas tomando-as pella pouca pervenção que tem sendo possível depois recupara-las, porque ainda que restauramos o Brasil e Deus pode fazer cada instante milagres, nem cada dia os quer fazer, e ainda poderá por Olanda na barra e mares da India tão poderosas que nassem inpusivel (ainda que ajudados de frança) igualadas, por nos faltarem os meios de navios, cabedaes e dinheiro e suponho por serto, que entrando nesta liga recuparemos o que temos perdido na India, se pelo tratado de Inglaterra somos obrigados a conceder-lho e pelo que ficemos com França para nos indarir nele lhe aviamos de prometer o mesmo, ou muito mais que conveniencia pode ter Portugal de comesa de perder logo de contado, sem esperança alguma de ganhar do futuro, o fim da gerra que Franca faz com os olandeses ha-de mostra se olanda fica vitoriosa se vensida poderemos cuidar de recuperar o que temos perdido, sem ainda daqueles, a quem ambição e conveniencia (mais que aos nosos intereses) faz procurar que nos intereseemos em os seus particulares, como /fol. 46/ como pretexto ainda que apparenate na minha opinião mui fingido e desmulado.

Senhor de todos estes antecedentes tiro a consiquansia que por mayores que sejam as ofertas de França em nehuma forma tem Portugal conveniencia de entrar nesta liga e assim a não deve Vossa Alteza demetir, pondo-se neutral athe ver o suseso desta nova guerra, sem se emtereçar nella, esperando aquelas oçasiões que o tenpo pode oferese de fazer liga com França contra Castella ou em Castella contra França, sobre que os asidentes da Europa abrirão caminho para se segir o que for mais conveniente para que vejamos a Portugal com aquelles descanço e segurança que ja hoje (com estar com Paz todos com felice governo de Vossa Alteza) está logrando e os vasallos de Vossa Alteza e eu mais que todos estamos obrigados a lhe desejar. Deus guarde a Vossa Alteza.

Madrid, 1672, 3 de Fevereiro – Oficio do Conselho de Estado sobre uma carta do embaixador de Portugal onde evoca os artigos 3.º e 4.º do Tratado de paz.

AGS, *Estado*, leg. 2621, 1 fol.

Cardenal Aragon

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

Señora

En execuzion de la orden de Vuestra Magestad de 18 del pasado se ha visto en el consejo el memorial del embajador de Portugal de que es traducçion e incluso el qual se reduce a representar que estando establecido por los capítulos 3.º y 4.º de las Pazes el comercio libre entre los súbditos de las dos coronas con los mismos privilegios que gozan ingleses y de la manera que se usava en tiempo del Rey Don Sevastian se contraviene a ellos en estos Reynos llevando tan excessios derechos a portugueses en las aduanas que no pueden comerziar.

Por lo qual suplican a Vuestra Magestad mande que en cumplimiento de lo capitulado se haga con ellos en esto lo que ingleses sin llevarles mas derechos que a ellos de las mercaderías que introdugen o sacaren de estos Reynos como se hazia en tiempo del Rey D. Sevastian /fol. 1v/ y se executa en Portugal con los vasallos de esta corona.

Al consejo pareze que Vuestra Magestad debe servirse de mandar que se guarde inviolablemente lo capitulado con portugueses y que se castigue a los que contravieren a ello dando se a este fin las ordenes necesarias a las partes que covenga.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid a 3 de Febrero de 1672.

Madrid, 1672, 5 de Fevereiro – Carta do marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre o interesse que Espanha tinha em saber os objectivos da viagem de António Pais de Sande à Holanda e a sua opinião a propósito da posição de Portugal na liga com Espanha.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 52 – 54.

Para Sua Alteza de Madrid em 5 de fevereiro de 1672

Senhor

Duque de Albuquerque me buscou esta tarde e depois de me falar em os negocios de que dou conta a Vossa Alteza em carta a parte me disse que tinhamos do mundo, a que lhe respondi que como eu nestes dias não havia saído fora em resão de hũs medicamentos que me havião obrigado o meu achaque não sabia nada antão me perguntou que sujeito era aquele que estava para hir a Olanda com a brividade que eles tinhão notisia, respondi-lhe que Antonio Paés de Sande, que hera sujeito digno de tudo o emprego e muito mais este por haver estado anos na India com que saberia muito bem a lingoa dos olandezes disse-me não será difficultozo adivinhar ao que vay dise-lhe aos castelhanos muito fasil porque não faltão aqui ffeiticeras visto terem asoutado esta forna seis que sahirão em hũ cada falso; continuou o descurso, afirmando, que os embayxadores de Inglaterra que aqui estavão; ainda que asguravão que o seu Rey estava coligado com França, que não hera tão serto, nem siguro porque ainda que El Rey e seus ministros, estavão porpisios o parlamento e pouco de Inglalatterra o contradisião, que Castella estava com maior poder em flades[sic] do que se cudava, que o embaixador de França andava muy emfadado sem causa, a isto querer huã coisa tão alhea da resão /fol. 52v/ da resão, como que el Rey de Castela não favoresese os olandeses, respondi-lhe que parese que a resão e justisa obrigavão a Espanha assistir a Olanda lenbrou-me a ultima conferensia, que tivemos tudo quanto nela tínhamos pasado de quanto desejamos ambos a boa amizade conrespondensia e seguransa da paz e de fazer tudo o que comdusise a este fim e quão ministro eu havia estado não momeresendo a boa sensiridade com que me falava mas para que Vossa Alteza conhesese o que lhe devia elle se queria declarar agora comigo que Castella desejava fazer huã liga com Vossa Alteza ofensiva e defensiva, amigos de amigos, e inimigos, que se eu queria chamaria logo o seu secretario que trasia comsigo, e

mandasse eu chamar o secretario da embaixada e fizessemos hũ papel porque tinha hordem da Raynha não só para isto, mas para a ajustar logo, respondi-lhe que vinha mui apressado em querer logo huã liga com anbas as condisoas, que havíamos de hir mais devagar nesta materia, porque eu havia de dar conta a Vossa Alteza primeiro por duas resões, porque em negocios que involvião tantos intereses, não era rezão emtrar em tratado sem primeiro fazer aviso a Vossa Alteza e querer com segunda hordem sua reforsar mais as minhas instrunsões, e porque eu não era daqueles ministros que emtravão em tratado semelhante para o deixar embrião: dise-me, que ficava satisfeito, e que levava emtendido, que eu desejava o que fose para mayor observação da paz mas porque não teria poderes para ajustar tudo queria dar con- /fol. 53/ conta a Vossa Alteza a que respondi que sigindo as minhas instrusões assim era obrigado a faze-lo então me perguntou que tenpo tardaria a reposta dise-lhe que tres semanas mas agora seria mais dilatada porque Vossa Alteza estava em Salvaterra: replicou-me que se elle tivera autoridade me pederia da parte da Raynha despachasçe expresso a Vossa Alteza porque estavamos em sinco de fevereiro, e o tenpo não tinha espera: respondi-lhe que Vossa Alteza me assistia com tanta grandesa, que não me falta com que mandar muitos propios, e que eu lhe prometia despachar logo expreso a Portugal, e por esta causa despacho este, e com isto se despedio.

Athe gora senhor hei segido este negosio na forma que Vossa Alteza me mandou em carta de 27 de Desenbro do anno pasado sem exceder na maior sircunstansia delle e porque ja gora temos chegado o termo de ou concluir ou de desenganar a Castella sou obrigado diser a Vossa Alteza o meu sentir como Vossa Alteza na dita carta me manda ainda que o hei feito em cartas de 3 de Dezenbro do anno pasado 3, 4, 12, e 24, de janeiro próximo pasado que peso a Vossa Alteza mande ler para a ultima detriminação deste negosio, e sou obrigado a sita-las porque não paresa que me icovoco inda que agora mude opinião e nalguma parte, porque os novos andentes isto originão.

Temos chegado senhor ao ponto de logarmos a nosa conservação sem o menor escrupolo de desinquietação ou a nossa inquietação como ludado que ela pode cauzar e assim me parese que em nenhuma forma e devemos querer perder aquela do feto por-nos querer-nos expor a esta de prezente pois as ocasiões senão se logrão quando se oferecem não se topão quando se buscão e assim tinha por /fol. 53v/ Por conveniente que Vossa Alteza fizesse liga com Castela com tais condisoas que

ficassemos avatejados porque aquelle Rey mais vezinho he mais para temer que aquele que estiver mais longe ainda que seja mais poderoso pois este pode empergar os golpes nos extremos que não faz perigar a monarquia, e aquelles no coração que de necessidade são mortais.

Contra esta openião se pode opor que seria bem esperar ouvir a França que he a circunstancia em que agora altem o meu pareser como das minhas cartas consta mas depois deste negocio estar neste estado julgo que se França não esperou Portugal para fazer a Castella as porposisoões da com gaita sendo arsebispo de Anbrum aqui embaixador ao mesmo tenpo que Vossa Alteza ajustou a pas e mandou por seu embaixador nesta corte o embaixador conde de Miranda e para o marques de Vilars ter com os ministros tão decorosas praticas em que dei carta de cifra com data de desanove do pasado ao secretario de Estado para que há Portugal de esperar de ouvir a França quando lhes deve tão pouco como deste antecedentes se infere e deixar de fazer o que todos os prinsepes do mundo obrão pois a sua politica e rezão está resoluta esperando a liga de Portugal a favor a Olanda e por esta causa se alograr não so he verosimel mas certo quebrar com França e vindo buscar a Portugal com tanta cumição não he justo desempara-la para que desenganada se ajustem com França concedendo-lhe tudo o que lhe porpom e ambos contra Portugal, tendo dito a Vossa Alteza emgenuamente a que em- /fol. 54/ Emtendo so me resta lembrar a Vossa Alteza que he este o mayor negocio que se pode ofereser nese Reino no felis governo de Vossa Alteza e que he justo leve toda a ponderação e atenção dos ministros de Vossa Alteza porque a resolução seja qual combem ai serviso de Vossa Alteza e conservação do Reino e quietação de seus vasalos, e espero avoso da que Vossa Alteza toma para a executar tão prontamente como devo. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 102

Lisboa, 1672, 15 de Fevereiro - *Carta que escreveo Francisco Correia de Lacerda ao Marques de Govea sobre o que mandou dizer aserca da liga de França.*

BNP, Reservados, *Fundo Geral*, cód. 748, fols. 145v-149 (MF./F. 7159)

Carta que escreveo Francisco Correia de Lacerda ao Marques de Govea sobre o que mandou dizer aserca da liga de França

Todos julgarão uniformemente e asy o resolveo Sua Alteza que se devia ouvir França mas que era necessário como vossa senhoria dizia ou nao desconfiar Castella

nem dezesperalla e que para isso era conveniente buscar hum tal temperamento que sem que entrace em desconfiança ou desengano se desse lugar a chegar o enviado de França que segundo Duarte Ribeiro avizava vinha por caminho e chegando a essa corte com a noticia do expresso que tinha vindo partiria com brevidade desta pareço que o meyo de isto se conseguir era de pedir este expresso com carta minha para vossa senhoria muy naturalmente escrita como vossa senhoria verá da forma della pera que sendo necessário a pudesse vossa senhoria mostrar e vizar della para obrigar a que declarassem o que querião de nos e o que nos offereciaio sem empenhar por este modo a Sua Alteza em couza alguma e também porque era muito bem quando chegasse o francês ter entendido com mais circunstâncias a proposta castelhana e que de ter este correyo era empenhar a fazer por elle a reposta que se podia mandar quando Sua Alteza assim o resolvesse feita mayor consideração nesta /fol. 146/ matéria por outro correyo de posta e se foy o fundamento desta resolução que vossa senhoria deve ter entendido.

As razões que há para ouvir primeiro França são que o Abbade de São Romen, como vossa senhoria sabe pello que lhe avizey, fallou primeiro e se lhe respondeo que era necessário ministro e ver o tratado de Inglaterra e dos mais princepes com a coroa de França a qual havendo nos há tao poco tempo quebrado-lhe hua liga que havíamos celebrado se satisfez da nossa razão e poderia não se aquitar agora se fizéramos hum ajustamento com Castella em danno seu havendo-nos falado na mesma matéria tao anticipadamente e que poderia oferecer tao bens partidos e tao convenientes que fosse damnozo haver ajustado com a outra parte; e também não convem desconfiar França tao secamente quando achandosse hoje com tato pedir no mar e com dezej os de conquistas em que podia fazer alguma preza ou quando menos por se sobre esta guerra, impedindo o nosso proprio commercio em tempo que nos não achávamos com armada equivalente nem Castella a tinha para se unir com a nossa e ainda que Portugal he o corpo desta monarchia e o coração della e as conquistas os brassos quem nos ferice nestes nos feria no coração porque ao contrario dos outros Reynos os spiritus de Portugal vem das conquistas e são os que animão este Reyno principalmente o Brazil e que este estado e o mais que tínhamos ultramar se não achava /fol. 146v/ naqueles termos convenientes a hua invasão francesa que se trabalhava por se por todas embia conta mas que não podia ser tao prontamente como era necessário pelo muito exausto que o Reyno se achava para acudir a tanto exterior e assim se devia de fazer grande

considetação no particullar das conquistas. E digo a vossa senhoria que he isto tanto assim que hoje me dicerão que el Rey de França mandava hum thenente homem de consideração as ilhas vezinhas do Maranhão a espreitar aquelles sítios e mares e trazer inteiro conhecimento do que por ali havia e se entendia que havia de hir também ao Maranhão chegando a pedir hua carta de favor para hum homem que la estava es[?]da as, querendo hu clerigo que aqui veyo da India para passar aquelle estado pera dar aos franceses a noticia delle e aqui veyo hum mosso da india por terra que tinha vindo pelo mar roxo e voltando pella mesma via com cartas que eu lhe dey para Luis de Mendonça mas mandou outra vez outra vez de marcelha a comodando-se com os francezes (a quem devia dar parte) de algumas couzas que aqui me comonicou tocantes ao mar roxo.

Também se considerou que era conveniente entender com toda a certeza o que Inglaterra fazia neste cazo porque também se exporão as conquistas a[?] vaca inglesa se nesta parte se dis gostasse el rey de /fol. 147/ Inglaterra o qual ainda que havia posto advertida da recepção do embaixador com tudo o havia recebido e estava comnosco tao corrente que queria fazer comnosco hum novo tratado de comercio mendando o que parecesse duvidoso no que te havia feito com cromvel tirando toda a ocasião de queixa que nos podíamos ter dos mercadores inglezes, e estas fazião de nos naquela corte e que não fallaç mais no tratado de Cromvel que não era descendente a el rey chegasse com elle em publico. Eu estou com esta matéria entre mãos pelo avizo que fez D. Francisco de Mello e os inglezes dezejão tanto ter hum pedaço de terra no Brazil que D. Francisco pary e o cônsul maynante me disseram que nós não sabíamos que couza era o Brazil nem usar das riquezas que elle continha e que tínhamos para a parte de Buenos Ayres muitas terras despovoadas do que nos devíamos aprobeytar.

Na ocasião em que foy Pedro Cezar para o Maranhão se publicou em Inglaterra que havíamos descuberto grandes riquezas e minas naquele estado de que Sua Alteza mandava este fidalgo àquella conquista e não acabão aqui e naquela corte de emcarecer o que há naquelas partes de riquezas e fructos para a vida humana chegando me a expreziar que todas quantas conquistas tinhao largariao de boa vontade por hum pedasso de terra no Brazil. Veja vossa senhoria se cuidão estas /fol. 147v/ nassoens nas nossas conquistas e não menos os holandezes pois os christãos novos que habitao naquelas partes por intervenção de Gaspar de Abreu querião fazer hua companhia pera hirem povoar a vastidão das terras do Maranhão de cujas

riquezas deziao maravilhas mas queriao libertades pudaycas e couzas nesta parte que em nenhua maneyra erao admitiveis de hum principe catholico com o que neste negocio que temos entre mãos era necessário atender muito no particular das conquistas e que el rey de Castella não tinha com que nos ajudar nem defender destas nações se accazo se [?]em de alguma couza nossa do ultramar e que assas faria em atender pelas suas a quem tao proximamente haviao tomado p[?]a nada outra parte da terra firme, e hoje me disse hum ministro de estado que o governador de Buenos Ayres pella via do Ryo de Janeiro havia remetido cartas a esta cidade por hua embarcação que veyo a ilha terceyra em que avizava a esta corte que os francezes que estavam em Penama e que haver de ouvir a França primeiro não tirava a justissa depois com Castella quando fossem mais convenientes os seus partidos e as seguranças deles.

Vossa senhoria me diz na sua carta que recebi pelo correo ordinário que o delfim dizia havia declarado /fol. 148/ aos ministros que Inglaterra estava ajustada com França [com França] contra Holanda e assim corre aqui por novas de mercadores e que el rey de Inglaterra fazia hua grande armada que se unia com outra de França de que era generalíssimo o Duque de Jorch[?] mas Duarte Ribeiro na carta que receby sua de dezassete de Janeiro me dis o seguinte:

A Arrochela foy hua ordem para se suspenderem todas as preparações da Armada naval isto me dá a entender que Inglaterra não passa de neutralidade porque tenho por certo que os franceses so não sahirão com a armada naval.

De maneyra senhor que por nenhua via sabemos com certeza a rezolução inglesa e a nossa depende muito da sua e em outra carta me diz Duarte Ribeyro a cerca de Sueçia o seguinte:

Torno a abrir esta carta para dizer a vossa mercê que el Rey declarou onte a noyte que não fazia jornada que recebeo hum expresso de Monsiou Pomperi com novas de haver assinado a negociação de Suecia que he em susbtancia que na guerra fuctura ganhará Suessia a neutralidade y que movendosse algum principe de Alemanha contra os intentos de El Rey se opporão a ella pella deffençiva não sey as condições que lhe fizeram mas he certo que seriao grandes e que a corte está contentíssima com esta nova a data he de três de Janeiro. /fol. 148v/ Muito se sentio não vir neste correo alguma carta de D. Francisco de Mello que sempre podera dar

alguma notíssima do que se passava em Inglaterra porque com ella so poderia descursar melhor nestas matérias que pondem das resoluções destes principes pera aqui se tomarem boas medidas a que nesta corte se desse tomar para mayor aqeto. Eu confesso a vossa senhoria da minha parte tendo cuidado nisto muito que não tenho ainda tomado pee forme nesta matéria e também cuido que assim sucede aos mais porque quando me quero acostar a Castela não vejo que possa querer de nos mais que não lhe fazemos guerra e isto está ajustado pela paz que fizemos, nem vejo que possamos ajudallos em outra couza e não he pequena esta ajuda.

Poderá também dizer que não façamos guerra a Holanda porque nesta parte dezajudamos Castella e prometernos em nome de Holanda algumas conveniências e neste cazo não vejo que Castella nos possa dar segurança a que os Holandeses executera e que nos prometerem porque em quanto se chega a execução poderão as couzas de Europa tomar diferente forma e ficamos expostos aos intentos françeses. Se me quero acostar a França vejo também que quando for a ajustarse com Holande nos poderá deixar expostos ao odio daquela nação e cahir sobre nos /fol. 49/ toda a fúria de suas armas marítimas se nesta parte poderá haver alguma segurança seria a de Inglaterra mas ainda a acho falida, ficarmos neutraes he não prostar para nada nem agora nem em algum tempo mas ao que mais me acomodo he que a guerra com Castella de nenhua maneyra e dahi em fora com segurança de França e Inglaterra que se pode romper com os Holandezes mas isto se Inglaterra lha fez mas não me rezolvo ainda nesta matéria e de tudo infiro conferem todos que convem muito ouvir Castella e França porque as suas mesmas propostas nos poderão abrir caminho a hua resolução acertada com o que devemos de hir nesta matéria conservando a confiança de Castela em nos alargarmos muito e pegando nos dous fins de França e de Castella e deve vossa senhoria repara fomos aqui e repara que a Dom Francisco de Mello se lhe não tem dito couza alguma por parte de El Rey de Inglaterra nem a Duarte Ribeiro por parte do de França, nem a vossa senhoria nesta corte por parte destas dous príncipes achandosse seus ministros nella e esta emissão parece que não pode ser se não estudioza com isto tenho dito a vossa senhoria tudo quanto sobre este particular, muita parte do que vossa senhoria tem considerado em alguas das suas cartas. Deos guarde a vossa senhoria. Lisboa, 15 de Fevereiro de 1672.

Madrid, 1672, 23 de Fevereiro - Carta dirigida ao secretário de Estado do marquês de Gouveia sobre a proposta de liga defensiva e ofensiva com Castela.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 56v – 58v.

Para o secretario de Estado Francisco Correia de Lacerda de Madrid em 23 de fevereiro de 1672

Em conformidade do que vossa senhoria me disia em a sua carta de 14 deste que me trouxe o coreo de posta que despachei busquei hontem o duque de Albuquerque e depois de facer huã larga expreção do animo com que Sua Alteza e todos os seus ministros se achavão para que continuase a boa correspondencia e firmesa da paz confiança e amizade entre estas duas coroas lhe disse que o coreo de posta que havia despachado era chegado mas que como Sua Alteza se achava em Almeirim me não havia mandado a reposta formal do negosio e se lhe avia dado conta delle e com a sua reso /fol. 57/ resolução poderia vir outro correo mas que eu o quisera buscar para o livrar de cudado e para o assegurar que havia mandado o expresso como me havia pedido e eu prometido mas que com o parentesco e amizade e senseridade com que nos tratávamos lhe não podia deixar de diser por discurso que ambos eramos os culpados de este negosio não caminhar tão depreça como elle desejava eu por Sua Alteza estar absente da corte e por essa causa ser forçado a tardarem-me as resoluções e elle porque quando se declarou o que desejava a liga me não quisera nunca diser as conveniências que se pertendião e oferesião porque não he justo que ele quisesse vender eu comprar sem vermos o que se vendia e comprava e que isto mesmo erão que se entendia nesta corte quase reprehendido de vossa senhoria que lhe mostrei e que eu não podia mostrar mais a minha candidez que sem usar das cautelas de embaixador lhe punha nas suas mãos o que vossa senhoria me disia.

Agradeseo-me muito este favor e me disse que sempre me havia representado comesasemos a fazer o projecto e que eu quisera primeiro dar conta como que ou eu não tinha poderes ou não queria, a que respondi que ainda que os meus poderes fosem muy amplos era o negosio de calidade que sempre era justo dar conta primeiro delle a sua senhoria e reforça-los com segunda hordem expreça sua e /fol. 57v/ e que huã ves

que havia dado conta e a cauza esta[...] ²⁶ afeta ao Prinsepe meu senhor era justo esperar a sua resolução que o não querer não podia Sua Excelencia justificadamente querello de mim pois lhe avia assegurado tanto como se desejava a conservação da Paz que ainda poderia outra couza que era não saber nem o que lhe poderia conceder nem o que lhe poderia negar: disse-me que nesta treseira causa não consentia que se eu quisesse qualquer tarde destas me buscaria e comesariamos a fazer o projecto a que respondi que eu estava conforme com duas resões, a primeira que este projecto não era couza que obrigasoes não passava que de por em papel o que nosso discurso podia imaginar, a segunda que ele faria o seu sem eu fazer o meu, como que senão conformou disendo que hera cousa dura que eu o quisesse fazer vomitar duas vezes sem ter a menor cauza (são as suas formais palavras) que ahi avia duas castas de poderes para fazer semelhantes tratados, ou poder para fazer o projecto e dar conta com elle assinalando-sse o tenpo para a reitificação ou poder para a retificar logo ficesemos logo e antão alvitraríamos o tenpo em que nos comfizesemos logo para Sua Alteza a reteficar ou não, ou se queria esperar a sua resolução respondi-lhe que para o negocio e para mim era mais justo esperar a resolução de Vossa Alteza que eu me persoadia não poderia deixar de vir /fol. 58/ De vir pello expresso como vossa senhoria me disia e com isto me despedi disendo-me o Duque depoes de estarmos em pé que erão tão grandes as potencias de Castella, Olanda, Inperio (e Portugal se quisesse) unidas que serião muy repetidas em toda a Europa.

3 fundamentos me obrigão a tomar este meyo sem querer emtrar em projecto o primeiro não ter horde expressa de Sua Alteza e ser isto já prinsipio de tratado e os princípios costumão ser da mesma natureza que os fins e que empenhão para eles e poder parese perigosa ligeireza emtrar em tratados novos e de tão grandes consiquencias que depoes podem duvidar-se. O segundo querer ganhar algũs dias (que he o que esses senhores e vossa senhoria ahi desejão) para ver se neles chega o Enviado de França. O 3.º porque em semelhantes matérias he melhor pecar por remiço que por apresado.

Tenho representado a vossa senhoria o que passei com o duque de Albuquerque e os fundamentaisos que tive para seguir este dictame e só me resta lembrar a vossa senhoria que fico experando pella resolução de Sua Alteza e o mesmo duque de

²⁶ Não está legível.

Albuquerque porque assim o entendeo da carta de vossa senhoria que já em este negocio podem estar tomada pois desde 3 de Desembro do anno pasado (como se colige das minhas cartas) estou instando com a notisia de tudo quanto agora temos entre mãos, e não posso deixar de diser a vossa senhoria por fim /fol. 59/ por fim desta carta que se perdemos esta ocasião e a quisermos recuperar depoes de desemganados de frança a não lograremos em nenhuma forma. Deus guarde a vossa senhoria.

Doc. 104

Madrid, 1672, 13 de Março- Carta dirigida ao regente D. Pedro do marquês de Gouveia analisando a melhor alternativa para Portugal no conflito que se avizinhava.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 60v – 61.

Para Sua Alteza de Madrid em 13 de Março de 672

Senhor

Supondo por infalível que Vossa Alteza terá já tomado resolução sobre o negocio da liga que me porpos o duque de Albuquerque não pareserá aos ministros de Vossa Alteza (como athe gora) que o repetir as notisias sobre esta materia leva em mim outro fim particular mais que o serviço de Vossa Alteza.

O correo de Flades desta somana veo por mar pello temor dos franceses e por esta não trouxe cartas de França e se avisa da grandes festas publicas com que se celebrou nos estados de Olanda e Flandes o tratado da liga com esta Coroa.

O conde de Monte Rey sahe em canpanha por todo Março e tem já nomeado por sua Prasa entre armas a manilas (que he huã praça entre Anvers e Brusellas) de que se colige que a guerra de França com esta Monarquia não so he certa mas inexcusável.

Supondo como sentir dos mais dos ministros de Vossa Alteza que Portugal rota a guerra entre França e Castella nunca lhe convem nem pode estar neutral que perderíamos em ter ouvido as propostas da liga de Castella e quando não fosse muy vantejosas depoes de as regeitarmos tirarmos com ellas mayores conveniências de França se ella no las fisera.

Rota a guerra entre Castella e França /fol. 61/ França havemos e fazer liga com hũ destes Princepes como que positivamente ofendemos o outro pois nos coligamos

com o seu inimigo depoes de declarada a guerra, o que não sosederia antes e he mais concludente para se tirarem mayores conveniencias sem ofensa justa de nenhũ destes príncipes.

He infalível que a Portugal lhe convem muito fomentar esta guerra pois da sua continuação consegue o seu mayor sossego e quando ella se termine he serto que assim ou vensedor como o vensido han-de ficar tão quebrentados de forças que não se achara capases de fazer guerra a Portugal mayormente se tivermos coligados.

Os meynos de fomentar este insendio apontarão os ministros de Vossa Alteza que a mim só me toca dar-lhe todas noticias sertãs sobre que discurssem com o aserto que fazem as matérias de tão grande consideração e que tanto importão ao serviço de Vossa Alteza. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 105

Madrid, 1672, 21 de Março – Ofício do conselho de estado sobre uma carta inclusa do conde de Humanes sobre a restituição da casa de Vilareal e de Caminha.

AGS, *Estado*, leg. 2621, 1 fol.

Conde de Peñaranda

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Marques de Fuente

Señora

El conde de Umanes en carta de 29 del passado para Don Diego de la Torre avisa el recibo de la orden que se le embio para que passe los ofícios combenientes con aquel Prinzipte y sus ministros sobre la restitución de los estados de Camiña y Villa Real y dize que se va informando de el estado que tienen estos negocios para executar luego que haya hecho su entrada la orden de Vuestra Magestad.

Y habiendo se visto en el consejo ha parecido poner con esta en la real mano de Vuestra Magestad la carta citada, entendiendo que Vuestra Magesta puede servirse de madar se avise el reçibo /fol. 1v/ al conde encargando de la execuçion de lo que en esta materia se le tiene ordenado.

Vuestra Magestad mandara lo que fuere servida. Madrid a 21 de Março de 1672.

Doc. 106

Madrid, 1672, 24 de Março - Carta do Marquês de Gouveia a D. Pedro sobre a decisão portuguesa a respeito da liga proposta por Espanha e quais os reforços militares pedidos a Portugal.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 62 – 63v.

Para /fol. 62/ Para Sua Alteza de Madrid em 24 de março 1672

Senhor

Quinta Feira que se contarão 19 deste chegou o coreo de posta que Vossa Alteza foi servido despachar-me com carta de Vossa Alteza de 10 do corrente, com conformidade do que Vossa Alteza nella me manda, busquei a sexta o duque de Albuquerque e depoes de lhe significar o prompto animo e atual desembargo de Vossa Alteza para a conservação da paz lhe dise, que a ultima ves que nos tínhamos avistado me porpuzera a liga, e que eu lhe pedira tenpo para dar conta a Vossa Alteza e que athe gora tardara a reposta, por Vossa Alteza haver estado em Salvatterra, mas que eu lhe hia diser (porque o não soubese por outrem) que havia tido expreso de Portugal; respondeo-me que o estimava muito porque já na quinta feira se havia reparado no conselho de Estado, da suspenção com que eu estava em responder, então lhe dise que já que Castella desejava a liga, poderião ser taes as condisoes que Portugal ademetise, e que assim me devia diser as conveniências que Castella poderia pertender de Portugal e as que faria por elle mas que antes delle as declarar lhe não podia deixar de diser huã grande ponderação que havia feito, que hera que Castella desta liga tirava mayores conveniencias que Portugal, porque o seu perigo estava iminente, e fasia /fol. 62v/ fasia huã liga necessária e para Portugal hera voluntaria (em caso que se ajustase) que para Castella hera liga deffensiva, e para Portugal offenssiva, porque estando em paz, com todos os principes da Europa fasia huã liga para ofender a aquelle com que Castella rompesse e sendo França, muito maes a offendiamos pois hera o principe que nos tinha assestido para a guerra de Castella e conforme a esta consideração devião ser taes as condições que no teatro do mundo (que he a balança donde se peção todas as asões dos Princepes) fiquase justificada a de Vossa Alteza. Responde-me, que a potencia de França era tão grande que todos os princepes a

devião temer, repliquei-lhe [lhe]²⁷ que asi seria mas que se França ouvese de entender com Portugal havia de ser depoes de ter tratado a Castella, como que se provava que o seu perigo era mais próximo e o de Portugal muito remoto: representou-me que o as assistencias de França olhase eu para a paz dos Pirineos e visse como nos tratara, respondi-lhe que este muito peor lhe estava a Castella do que a Portugal porque sem embargo que el Rey de França naquella ocasião o desemparara, me não podia negar que depoes deste tratado ajustado, asinado e retificado se corera a Portugal com gente, dinheiro armas e monições tudo contra o ne- /fol. 63/ nelle patado positivamente perguntou-me, se tinha hordem de Vossa Alteza para entrarnos em projecto, respondi-lhe que das minhas hordens nem lhe era nessesario saber, nem eu obrigado o mostrar-lhas que bastava, que lhe dissesse, que eu queria emtender, as conveniencias que Castella pertendia por esta liga, e as que faria a Portugal disse-me que Castella pertenderia o numero de 10 ou 12 navios muy bem apetrechados para se ajuntar com a sua armada ou em esquadra devididos por tantos meses cada anno, e que eles tinham cavallaria, mas que Portugal tinha muito boa emfantaria que pertenderião tres athe 5 mil homees; e instou muito porque lhe dissesse as conveniencias que Portugal pertenderia, de que me escusei (por não ter hordem de Vossa Alteza) com lhe diser que eu tratava com elle com tão boa fé e senseridade, que tudo deixava na sua mão assim o preço como a venda; perguntei-lhe quem havia de ser fiador [desta]²⁸ liga; dise-me que niso secundaria, e que elle queria primeiro dar conta a Raynha, e no conselho de estado para dizer-me tudo formalmente e que me pedia não despachasse o próprio porque sem embargo que sabado não havia conselho por ser dia de S. Joseph que terça feira se veria e se me responderia poes em 4 dias de dilação se não perdia o negossio e que para que elle pudesse diser formalmente o que eu lhe havia comunicado lhe escrevesse /fol. 63v/ escrevesse hũ escripto em que lho declarasse (e como Vossa Alteza me manda positivamente que não de cousa alguma por escripto) me escusei disendo-lhe que o que eu lhe desia era tão pouco, que a qualquer memoria por fraca que fosse lhe podia lembrar quanto mais a sua que elle se presava tanto de ter (como veses me havia dito) poes não era o mais que duas palavras que conveniências queria, e que conveniências fasia pella liga, como que ficou [sa]satisfeito, e não menos o estava das notisias, que lhe havião chegado de que alguns dos ministros de Vossa Alteza abraçavam esta pratica e outros a inpu gnão

²⁷ Corrigido pelo autor.

²⁸ À excepção do d e do a, a palavra está manchada.

fortemente conforme me disse, deixei o em alguma duvida, afirmando-lhe, que os negocios grandes sempre fez deversidade de openiões e isto sosedia em todas as cortes e conselhos dos princepes de Europa, e o provava que no seu conselho de Estado, desejando muitos a liga, ouvera algum conselheiro que a encontrara, de que elle ficou sumamente sentido por eu ter esta indevidual notisia e com isto se acabou a pratica e me despedi. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 107

Madrid, 1672, 12 de Maio - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao Secretário de Estado refletindo a aproximação portuguesa a França ou a Castela.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 70v. – 71.

Para o Secretário de Estado Francisco Correa de Lacerda de Madrid em 12 de Mayo de 672

Quem tem más manhãs tarde as perde e assy não he muito dure em mim a de diser o meu sentir /fol. 71/ Sentir ainda em aqueles negocios que a minha ideia julga perdidos mas como vossa senhoria está costumado a ouvir estas minhas sensaborias já as não estranhará.

Dis-me vossa senhoria em a sua carta de 25 do passado que se havia dado conta em conselho de Estado do negocsio que trasemos[sic] entre maus e no que toca a França uniformemente havião votado todos que a proposição que trasia o seu enviado não era admissível e que esta he a reposta que se lhe dava, na primeira parte estou conforme porque sempre entendi que as propostas havião de ser de calidade e que se devião de regeitar como antisipadamente vossa senhoria terá unto das minhas cartas para Sua Alteza e para vossa senhoria na segunda le-se lhe dar logo a reposta he o meu reparo e não tão piqueno que me falem fundamentos para o sustentar sem incorer no grave dilicto de sensurar o que esses senhores aconselhão a Sua Alteza cujos votos venero como o racolho[sic].

He sem questão no meu entender que neste negosio havíamos de hir com hũ tal equilíbrio entre França e Castella que não passase mais a fiel da balança hũ a dar-me para huã das partes na reposta das resoluções poies he serto que nos não convem desconfiar a Castella nem a França se não ouvir a ambos e conforme as proposições escolher as mais firmes e seguras para a nossa conservação e como ago /fol. 71v./

Agora vejo trocados os termos porque experimento muita dilação em saber as porposições de Castella e muita presa em dar os desemganos a França não será timiridade julgar o negocio por perdido e assi como não era justo ajustar a liga com Castella sem ouvir a França, me não parese que he adequando desenganar a França sem ouvir as proposições de Castella que athe gora não sabemos mais que por humas conjecturas muy remotas e julgo provarei fasilmente que não havendo neste negocio mais que tres estradas porque caminhar todas hemos perdido sem nos ficar atalho pello qual possamos fazer jornada e discorro assim: ou havemos de estar neutrais ou emcostar a França ou a Castella; o emcostar a França não se lhe admitindo as suas proposições he impossível, a ficarmos neutrais está já reprovado pelos ministros de Sua Alteza, o enconstar a Castella não o tenho por fasil porque quando a busquemos depoes de desenganada França poderá não a rezão ou amizade nos fes desenganar a França e que já não he conseguido por nós mal com França sem nenhuã diligensia sua que he o que melhor lhe podia estar por mayores conveniências há-de tirar da segurança do que nós sem assistenssias de França não possamos quebrar a Paz do que dos secorros e mais intereses que podia conseguir a liga. /fol. 72/ De que se segue naturalmente que em nenhuã forma devíamos de responder a França em quanto radialmente não ouvisemos as proposições de Castella porque não sendo fativel ficar neutral em tais movimentos de Europa não he justo perder a França sem termos ganhado a Castela ou perder a Castella sem termos ganhado a França o que senão pode conseguir sem a individual serteza do que ambos pertendem e isto he o que julga quem está mais perto da fonte da Pimenteira em cuja arca fenesem. Deus guarde a vossa senhoria.

Madrid, 1672, 19 de Maio - Carta do marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a resposta dada pelo duque de Albuquerque, resolvida em conselho de Estado, relativa a título de duque de Caminha para D. Pedro de Meneses.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 73v. – 74v.

Para Sua Alteza de Madrid em 19 de Março[sic]²⁹

Senhor

O duque de Albuquerque me escreveo na forma que Vossa Alteza verá pella copia de seu escripto incluía sobre o negocio de D. Pedro de Meneses o qual tem chegado a tais termos que me não atrevi a replicar esta resolução sem dar primerio conta della a Vossa Alteza e esperar a que Vossa Alteza toma para a executar e porque a dilação dos coreos não seja causa de aqui se entender me comformo com ella, será justo que Vossa Alteza me mande avisar com toda a claresa e distinção o que devo seguir e para que os ministros a que Vossa Alteza for servido comunicar estes negocio poção votar com toda a consideração apontrei (que he só qo que me toca como quem tem manejado este negocio desde o principio) todas as dificuldades que se me oferecem.

Não faltarão resões [?]em claras e aparentes com que impugnar as suphistivas e tão emcontradas /fol. 74/ emcontradas huãs com as outras desta reposta mas he para reparar se prestando nella he este o caso (sendo a questão de hũ particular) que nos obriga a desembainhar a espada quando a resolução seja sempre a mesma.

Se Vossa Alteza se conformar com esta he mais que provavel que as dos mais negocios sejam as mesmas que será muito contra o serviço de Vossa Alteza.

He muito para considerar se se poderia responder que de Albuquerque que eu pedia em nome de Vossa Alteza a revocação do titulo de Duque de Caminha por ser contra o capitullado e todas as demais rezões de que me vale sobre as instancias que tenho feito mas que huã ves que senão assi aqui e se buscao tais sub[ti]fugios provável responder fingindo-se da resão para me persuadir o contrario que da resolução de Vossa Alteza entenderá Castella e D. Pedro de Meneses se he a que mais

²⁹ Seguindo a ordem cronológica das cartas e pelo conteúdo desta, em vez de Março o autor devia de se referir a Maio.

lhe convem a que se tomou em seu favor que eu não insto nella pello não obrigar a hir tão longe como a Jerusalem para me responder ou outra galantaria semelhante; que lhe de a conhecer que lhe não deixo de responder por me tapar a boca com esta resolução, mas que entendendo-a não replico por ser já hũ pouco contra a autoridade de Vossa Alteza tão repetidas instancias quando o remedio poderá estar na mão de Vossa Alteza sem nesecitar da aprovação de Castella para o aplicar.

Se Vossa Alteza mandar que pare a cauça de D. Pedro de Meneses (sendo que nesta materia me não atreverei /fol. 74v/ atreverei a aconselhar a Vossa Alteza por exceder a minha profiçãõ ainda que Vossa Alteza mo mande positivamente pois entendo firmemente he tanto de justiça como de consiencia) he sem questão que deste exemplo se hão de valer para a reposta de S. Lucar.

Senhor a detriminação de como se há-de proceder neste negocio não athendo por fasil por muito assi que os ministros que Vossa Alteza tem junto assi a consideração com aquella ponderação e atençaõ e atençaõ que ella meresse e eu que Vossa Alteza entenda hei-de executar o que me mandar com toda a efficasia. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 109

Madrid, 1672, 23 de Junho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a utilização no título do Carlos II da designação de rei de Portugal e dos Algarves numa sentença dada pelo conselho da Fazenda castelhana.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fol. 79v

Para Sua Alteza de Madrid em 23 de Junho de 672

Senhor

Esta manha muito acaso notisia que requerendo no conselho da fazenda desta corte hũ vasallo de Vossa Alteza certos direitos que injustamente se lhe aviãõ levado sobre hũ pouco de gado que se lhe mandarãõ restituir e que na sentença se pusera o titullo de rey de Portugal e dos Alguarves com os demais que el rey de Castella custuma por e ainda que me assegurarãõ que esta sentença foi para essa corte há mais de 15 dias, fico procurando tirar logo a copia para para en caso que me seja nessessario valer della e o ser esta materia tão escabrosa inaudita me poderá desculpar emtar nella sem expressa resolução de Vossa Alteza e assi me resolvi em escrever

logo ao duque de Albuquerque a carta de que envio a copia a Vossa Alteza reslu[.] hirei porseguindo este negocio o qual julgei podia danar ou a dilação ou a desimulsaõ pessoa Vossa Alteza me mande responder a materia que contem esta carta porque só com a resoluçãõ de Vossa Alteza poderei livrar daquele escrúpulo que justamente me pode causar entrar nella sem expressa hordem de Vossa Alteza. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 110

Madrid, 1672, 30 de Junho – Oficio do conselho de Estado castelhano sobre a consulta da junta de restituções de portugueses relativo à nova instância do embaixador português.

AGS, *Estado*, leg. 2621, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Duque de Albuquerque

Marques de la Fuente

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

Señora

Como Vuestra Magestade se sirvio de mandar lo por decreto de 12 de este se ha visto en el consejo la consulta inclusa de la junta de restituiziones de portugueses de 9 sobre la nueva instancia del embajador de Portugal por la restituzion de San Lucar a la casa de Medina Sidonia en que refiere que habiendo movido esta pretensión el conde de Miranda y respondidose le con todo fundamento se quieto que su antecesor la susçito después y en seis papeles, tres instazias y tres de respuesta (que Vuestra Magestad lo mandare, los volbera co sus reales manos) se ha ventilado este punto con acre disputa hasta que vuestra Magestad hizo decir al embajador que estos negocios debían tener fin, sin que a la junta se le ofrezca que añadir a los papeles referidos y que aunque al embajador se le deba oyr como a tal siempre que las representaciones sean por via interposizion graziosa no juzga (con todo) la junta que pasan sus prerrogativas a que prezisamente haya de duras la disputa de los negocios en que entran con /fol. 1v/ motivo de justicia sin novedad por tantos tiempos pues el discursos para a porfia se inzide en desautoridad y graves inconvenientes y assi es de parecer que no se debe alterar la resolución y que por los medios que Vuestra

Magestad tuviere por mas proporcionados conviene que se esta disputa y las palabras con que el embajador se explica en este ultimo papel.

El consejo representa a Vuestra Magestad que no es fazil imponer al embajador el silencio que por la junta se propone por que no pueden dejar los ministros de los prinzipes (que ninguno reconoce por superior a otro) dejar de hazer las representaciones que se les mandan como lo ha hecho el Marques de Gobeia. No pudiendo dudarse que lo ha executado con orden del prinzipte Don Pedro pues consta al consejo que se le ha hablado en lo mismo al conde de Umanes por el secretario de Estado y assi es de parezer que se debe satisfacer a su instancia en la mejor y mas concluyente forma que fuere posible /fol. 2/ atendiendo a desvanecer breve y fundamentamente las razones alegadas en su ultimo papel. Lo que al tinene el consejo por necesario que se disponga por la junta de restituciones mandando Vuestra Magestad que forma la respuesta que se pareziere se podrá dar a este embajador y remitiendo la Vuestra Magestad si fuere servida de hacerlo al consejo la vera entonces y dira lo que sobre su tenor se le ofreziere y apreziere.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 30 de Junho de 1672.

Doc. 111

Madrid, 1672, 7 de Julho - Carta do marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre a lentidão na resolução dos negócios portugueses com Castela e com informações da guerra na Holanda.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 81 – 82.

Para Sua Alteza de Madrid em 7 de Jullho de 1672

Senhor

Ainda que me enganei na opinião de que o duque de Albuquerque como fis presente a Vossa Alteza em carta de 30 do passado me não havia de responder aos negocios que estão pendentes me não harependo de haver dito porque sem embargo que me escreveo o escripto de que envio a Vossa Alteza a copia, he tal a reposta que não conclue nenhũ dos negocios deixando-os todos por resolver como no mesmo dia que os porpus, depoes de tão /81v/ de tão larga dilação pareseo-me responder-lhe logo na forma que Vossa Alteza verá pella minha carta cuja copia acompanha esta na qual

fis mayor instancia sobre o titulo de rey que se pos em aquelle despacho que se deu aqui a hũ Portugues como hei dado conta a Vossa Alteza por jugar ser esta materia de calidade e tão vidrenta que não que era justo ficasse em opiniões se não com tal expreção que eu me satisfizesse della.

Sem embargo que serão presentes a Vossa Alteza (pelas cartas de D. Francisco de Mello e Duarte Rebeiro que vão neste coreo) todas as notisias dos progresos assim terestes como marítimos de França, Olanda, Inglaterra me pareseo fazer presente a Vossa Alteza (porque eles não podem ter esta notisia, porque ainda aqui se recata com todo o cuidado) que por hũ coreo de posta que chegou esta somana de Flandes avisa o Ccnde de Monte Rey os susesos de França e com grande desmayo de que os Olandeses não podem persestir e com muito maior (por lhe pareser sedo são as suas formais palavras) porque os olandeses mandavam a Inglaterra e França embaixadores para tratarem de algum ajustamento.

Chegou correo de Cathalunha com cartas do duque de Cesar em que avisava que no condado de Rusinllon, havião entrado 5 mil franseses e mil cavallos, ouve conselho de guerra logo que durou muitas horas e se mandou a D. Pedro da Cunha que havia chegado de Seuta esta somana partisse com suma brevidade. Hon - /fol. 82/ Hontem estive com o duque de Albuquerque com ocasião de lhe dar os pêames de huã neta que lhe falesseo não me falou de huã [huã] só palavra em negocios, nem eu procurei emcaminhar a pratica a que elle viesse forsado se não voluntario a tratar nelles por lhe mostrar era a minha vesita a outro fim. Deus guarde a Vossa Alteza.

Madrid, 1672, 24 de Julho – Oficio do Conselho de Estado com o papel do Conde de los Arcos sobre os excessos dos criados do embaixador de Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 4027, 1 fol.

Marques de Castel Rodrigo

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Condestable de Castilla

Almirante de Catilla

Señora

Com papel de 21 de este remitio Don Pedro Fernandez del Campo de orden de Vuestra Magestad a Don Diego de la Torre el incluso que el conde de los Arcos le escrivio participandole lo que suzedio el domingo 17 entre los soldados de la guarda y los lacayos del embaxador de Portugal sobre la desatencion que estos usaron al pasar el cubierto de Vuestra Magestad con lo demas que en la materia paso y haviendose visto en el consejo y entendido el contenido de este papel parece que Vuestra Magestad podria servirse de mandar que el condutor de embaxadores de que ja al de Portugal de la desatención con que se portaron sus lacayos dandole a entender juntamente el estilo assentado que se practica en Palaçio quando passa el cubierto de Vuestra Magestad y del Rey nuestro señor y quan conforme /fol. 1v/ a el se portaron los soldados de la guarda juzgando el consejo que este negocio no mereze que la que jase de en nombre de Vuestra Magestad sino que bastara sea en el de el mayordomo mayor por el medio referido y que le advierta haga demostrazion com los lacayos que exçedieron porque de lo contrario no sedara Vuestra Magestad por servida.

En Madrid, a 24 de Julio de 1672.

Madrid, 1672, 4 de Agosto - Carta do marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro sobre o fim das mesadas em Outubro e decisão de D. Pedro relativa à sua permanência naquela corte.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fol. 89 – 89v.

Para Sua Alteza de Madrid em 4 de agosto de 672

Senhor

/89v/ Não quicera pareser inoportuno sobre materia de maravedis porque sempre estudei mais em os gastar do que em os ajuntar mas vendo que se acaba o provimento das mezadas para Outubro que vem e que a companhia do comercio ainda que athe gora tem acodido com pontualidade sempre no prinsipio dellas repugna e nesta replica se gastão muitos dias pella qual resão me pareseo escrever a Sua Alteza a carta inclusa. vossa senhoria bem sabe o estado em que estão os negocios que trouxe a minha conta e os que depois se ofereserão e quaes são hoje os movimentos da Europa e assi conforme estas notisias deve Sua Alteza julgar se he ainda nesessaria a minha assistensia nesta corte porque da minha parte não he justo se concorra nesta dissiação que com a obediência que tenho saera[?] ficado ao serviço de Sua Alteza. Deus guarde a Voss Alteza.

Madrid, 1672, 4 de Agosto - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro sobre os negócios pendentes.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fol. 89v - 90.

Para Sua Alteza de Madrid em 4 de agosto de 672

Senhor

Dilata-sse tanto a resolução dos negocios que tenho proposto ao duque de Albuquerque sem embargo de os tratar tão ativamente como a Vossa Alteza constatará pelas copias das cartas que lhe hei escripto e remetido a Vossa Alteza que já gora julgara por conveniente usar de aquelle termo que Vossa Alteza me mandava em carta de 10 de Agosto passado que propusesse que suspendo intempestivo como o representei a Vossa Alteza como que Vossa Alteza se conformou que em termo /fol. 90/ Em termo limitado se me respondesse que passado elle me daria por respondido mas não me atrevo a po-lo em execução sem expressa hordem de Vossa Alteza assim porque o secretario de estado me avisou em carta de 18 do passado que Vossa Alteza me reprehendia por haver escripto ao duque de Albuquerque no negocio de Manoel Jacome com alguma asperesa e que não convinha empenhar tanto como porque se se me não deferir como justamente devo esperar será necessário pasar a mayor empenho e assi fico esperando que deposes que Vossa Alteza mandar considerar esta materia me mande diser o como devo sigir advertindo a Vossa Alteza que nos dous negocios prinsipaes de sse tirar o titulo de rey e restetuição de S. Lucar pussera termo e este muy abriviado porque o primeiro he de calidade que não he justo de perda do memo vagar com que corem os mais negocios e o segundo há 8 mezes que se me não responde havendo mais de dous que a junta das restituisoes fes consulta (que eu vi) na forma que se me devia responder. Deus guarde a Vossa Alteza.

Madrid, [1672], 14 de Setembro – *Traducion de la minuta que dio el secretario de Estado al conde de Umanes de la forma en que le ingnuo descarian alla que fuere el poder para capitular la liga.*

AGS, *Estado*, leg. 4027, 2 fols.

Don Carlos por la gracia de Dios, rey de Castilla, de León, de Aragon, de los dos Sicilias, de Hierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Zerdeña, de Cordova, de Corzega, de Murquia, de Jaen de los Algarves, de Algezira, de Jibraltar, de las islas de Canaria, de las Indias occidentales, islas y tierra firme del mar oceano, archiduque de Austria, duque de Borgoña, de Bravante y Milan, conde de Abspurg, de Flandes, Tirol y Barzelona, señor de Vizcaya y de Molina y la Reyna Dona Mariana de Austria su Madre como tu tora y curadora de su Real persona y gobernadora de los dichos Reynos y señoríos. Por quanto desde que se ajusto la paz entre las dos serenísimas coronas de Castilla y Portugal se han reconozido y manifestado reciprocos deseos a si de mi parte como de la del serenísimo Principe Don Pedro de Portugal de los Algarves de aquende y allende el mar, en Africa, de Ginea y de la conquista, navegación y comercio de Etiopia, Arabia, Persia y de la India, suzedor, regente y gobernador de los dichos reynos y senhorios, mi /fol. 1v/ buen hermano y primo no solo de observar la puntual y religiosamente sino también de que se asegure y afianze con nuevos vínculos, estrechándose mas la amistad y buena correspondencia entre las dichas dos coronas por medio de alguna nueva alianza, unión y liga que de muestre y produzca los referidos efectos con mayor seguridad. Y siendo conveniente que en prueba de mi propensión y buen animo a la execucion desto haya persona de todas las calidades y requisitos nezesarios que tenga poder para ajustar lo y concluirlo. Por tanto concurriendo como concurren en vos Don Baltasar de Frso y Toledo, conde de Umanes, mi embaxador extraordinario al serenísimo príncipe Don Pedro las circunstancias de calidad, prudencia, experiencia, çelo y las demás buenas partes que se requieren para el manexo y execuxion de negocio tan importante en virtud deste presente poder os autorizo y doy tan entero y cumplido poder comisión y facultad qual de derecho se requiere y es necesario y la misma que reside en mi autoridad real para que por el serenísimo Rey /fol. 2/ mi muy charo y amado hijo y en su real

nombre representando mi propia persona, poda[?] oír, conferir, tratar, ajustar, capitular y concluir con el diputado o diputados del dicho serenísimo príncipe Don Pedro en virtud del poder que presentaren suyo un tratado de nueva unión alianza y liga en la forma y con las condiciones que se ajustaren. El qual poder comison y facultad (os) cozedo con toda la mayor autoridad y postestas y la misma que reside en mi real persona y para hazer todo aquello que yo misma haría y hazer podía aunque sea de tal calidad que requiera otro mas especial poder comisión y facultad, obligándome como me obligo y al dicho rey mi hijo en fee y palabra real a estar por ello y a probarlo como con efecto coso[?] hecha en mi nombre y por mi voluntad lo cumpliré puntualmente y desde ahora para entonces lo aprubeo y ratifico y lo tengo y tendre por bueno firme y valedero en todo tiempo. Según la forma en que lo concluyeredes y a sentaredes, y a si mimso me obligo a que lo aprovare y ratificare en especial y tambieniente forma con todas las fuerzas juramentos /fol. 2v/ requisitos y solemnidades que en tal caso fueren nezesarios y acostumbrados dentro del termino que para ello se senalare sin diminucion alguna y para firmeza ett. ^a

Doc. 116

Madrid, 1672, 20 de Outubro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre um capítulo das suas Instruções referente a precedências e a que ocasiões a sua família iria assistir.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 99 – 100.

Para Sua Alteza de Madrid a 20 de Outubro de 672

Senhor

Em sábado 8 deste foi o embaixador dos Estados de Olanda (que aqui assiste há mezes incógnito) para a hospedagem del Rey adonde esteve athe sábado 15 em que fes a sua entrada que ainda que publica se pode chamar incoberta pois não mandou recado a nenhũ embaixador para lhe enviar a sua familia como aqui se estila lembrando-me eu em que Vossa Alteza em hũ capitulo da /fol. 99v/ Das minhas instruções me advertio do embaixadores que me havião de perceder e dos que me não avia de deixar preferir, me perveni com destreza por entender se em cazo que mandasse recado ao embaixador de Inglaterra havia de mandar a sua familia pois hera só com quem a minha podia ter contenda para a ivita como Vossa Alteza me manda na dita instrução, soube que ainda que lhe mandasse recado em nenhuã forma

Godolphim mandaria a sua familia ao acompanhamento e mais me refirirão que que depoes da entrada do Barão de Bateville em Inglaterra trasião os embaixadores hordem de não mandarem a sua familia (por visitar semelhantes contendadas) a nenhũs destes actos públicos e que a mesma tinha Godolphim mas como eu antevi não o posso afirmar de sorte que melvire[?] de todo o excrupulo e como brevemente se pode effrecer[*sic*] ocasião em que eu nessessite de ter este ponto dessedido com toda a claresa e distinção pois se espera por horas o embaixador de Veneza em cuja entrada han-de concorrer todas as familias dos embaixadores e assi espero que Vossa Alteza resolva o que devo obrar neste particular pois só executando o que Vossa Alteza me mandar poderei asertar ponto de taes consiquencias e direi a Vossa Alteza o que detrinava fazer seguindo as instrusões de Vossa Alteza em caso que se oferessesse ocasião tão abreviada que não dar primeiro della conta a Vossa Alteza e era hir-me a Alcalá que são daqui a 8 legoas (com ocasião de huã roma /fol. 100/ romaria que he prometido) hũ dia antes que se me dese o rrecado do embaixador e vir ao outro depoes de elle ter feito a Entrada porque não me achando o seu recado não teria ocasião de ficar queixoso e evitaria a contenda, como Vossa Alteza me manda e nunca se poderia alegar direito de precedência em algum acto dessa Coroa isto he obrando atado a minha instrução e não ao meu desejo que por adiantar o serviço de Vossa Alteza desprezara sempre as mayores contendadas. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 117

Madrid, 1672, 17 de Novembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao Secretário de Estado dando opinião relativamente aos negócios propostos pelo Conde de Humanes, nomeadamente do ajustamento de uma liga entre as duas coroas.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 102 - 103.

Para o secretário de estado Francisco Corea de Laserda de Madrid em 17 Novembro de 672

Continua o tenpo terrivel de chuvas e frios havendo pasado em claro o verão de S. Martiho sem o vermos como nos susede com o Outubro e Primavera que em 2 annos não hei visto.

Bom he que venha entrando a frota de Pernambuco e que livrasse de aquelle termendo furacão que no mar havia de ser muito mais sensível.

Folgo muito que Suas Altezas estejam com saude e não sei se he sedo para o Principe nosso senhor pasar a Salvaterra porque não tenho aquelle sitio por sadio senão depoes de chover muto.

Bem estranha pareserá a vossa senhoria a materia desta carta pois há tantos dias que lhe não fallo em semelhante porque há muito que aprendi não avançar conforme o som que se me tagia e como o que ahi se me fes foi tão sonante não he culpa absterme por não raras mudanças, entendo que vossa senhoria por não mo perguntar não nesecitava das noticias que trouxera e llevará o coreo de o conde de Alcumanes[*sic*] (sendo que foi muito mais o que trouxe que o que levou) e parecer-me que dize-llo sem se me perguntar era obra de subrogação que aproveitando a mutos por atos pusitivos havia exprementado que para mim era perjudical e me contentava com fazer o que se me mandava que he o que deve procurar quem serve com averignação que eu faço mas como Sua Alteza mando que vossa senhoria me desse conta do que o Conde de Humanes havia passado com vossa senhoria he muito natural da minha /fol. 102v/ Da minha obrigação dizer bre[ve]mente o que entendo porque as horas desde que chega ocorre ethe que parte não são tantas que dem lugar a largos discursos.

Não sei se estime se me prese de ter deferido o conde de Humanes (sem o conhecer) tanto de ante mão como a vossa senhoria contará das minhas cartas pois agora se vem ocularmente as suas cabilações tracas e enredos com que nos quer botar a pique e ainda que o crer he cortesia perdoe agora o senhor embaixador que eu o não quero crer elle foi o que publicou os poderes, elle o que o publicou que nos darião Seilão, elle o que publicou que nos daria o comercio de Indias e com exselente pulitica para o seu entento porque como conheço a mão que se tem dado aos povos nos negocios públicos ou ajustava a liga sem nos dar nada do que havi publicado ou a não ajustava: se ajustava conseguia o seu fim e o levarem lhe encontra os 30 mil dobões de que tem já dado a despesa e se a não ajustava semeava pello povo a sizenja de que dando-nos elle tudo e havendo mostrado os poderes por nossa culpa se dis fisera e com esta sizania cauzara hũ tomulto que he a verdadeira liga com que elle nos pertende ativiari como repetidas veses hei dito; em fim senhor meu elle esta athe go muy bem respondido continuar assim athe o fim e hir tão devagar com os olhos abertos como vossa senhoria permete neste negocio que em todos os tempos quanto

mais no presente /fol. 113. Presente he de calidade que toda a circunspeção nele he útil e necessária.

Lembre-sse vossa senhoria de que Sua Alteza me responda ao que hei perguntado sobre a presidencia dos Embaixadores por hora não se offereçe de que fazer aviço ficando sempre muy obediente as ordens que Vossa senhoria me quiser dar de servi-lo. Deus guarde a Vossa senhoria.

Doc. 118

Madrid, 1672, 24 de Novembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida D. Pedro sobre a resposta dada ao Duque de Albuquerque relativa às restituições, e principalmente sobre o conhecimento na corte castelhana e noutras europeias dos segredos dos negócios que trata.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols.103 - 104.

Para Sua Alteza de Madrid em 24 Novembro de 672

Senhor

O duque de Albuquerque me escreveo a carta cuja copia envio com esta a Vossa Alteza e tambem acompanha a da minha reposta e se a Vossa Alteza pareser desabrida eu o confeço ingenuamente mas pareseo-me responder-lhe naquella forma pelos fundamentos que refererei a Vossa Alteza para que depoes de os ouvir me mande adevertir se o devia fazer de outra sorte.

Julgei que não devia perder tão boa ocasião como o duque me oferecia de lhe falar nas restetuisões e nos negocios que estão pendentes assi para o reconvir com os seus mesmos fundamentos como para os poder continuar quando Vossa Alteza me mandasse pois há mais do que devo obrar nellas e não poder julgar o Duque que como meu silencio lhe avia satisfeito as repostas que me havia dado. /fol. 103v/ Não foi fundamento o pouco segredo porque logo que chegei a esta corte entendi que aqui se sabião todos os negocios da minha comição de que adeverti a Vossa Alteza e o fui continuando repetidas vezes asi como me chegarão as notisias de que não só nesta corte se publicavão as minhas cartas de sifra mas nesta se ssabião e referião as formalissicimas palavras que he tam prejudical ao serviço de Vossa Alteza e aos negocios como se deixa conhecer que quanto he a mim nenhũ dano me podia ocasionar pois nas praças publicas direi a vozes o que escrevi a Vossa Alteza porque o

serviço de Vossa Alteza e a conservação da minha pátria percedem na minha obrigação a qualquer razão particular.

Mas não se gardar o segredo com grande recato cresceo tanto de monte a monte que o Conde de Humanes mandou a Raynha Catholica huã carta original do senhor Duque de Medina para Vossa Alteza em que agradecia a Vossa Merce que lhe fazia em lhe mandar assistir ao seu negosio com tanto empenho pedindo a Vossa Alteza lho contenuace a qual vendosse em Conselho de Estado se estranho sumamente e pode fazer algũ dano ao senhor duque por quanto athe gora todo o meu fim era mostrar como no seu negosio entrara Vossa Alteza pelas resões que havia e por fazer observar a capitulo da Paz sem intervenção do senhor duque que he o que eles querião saber e agora lho podem provar, com a sua carta se ordenou ao Conde de Pincerarda[sic] significasse ao Du /fol. 104/ Duque do sentimento de elle se valer do patrosinio de Vossa Alteza e se lhe ensinuasse que desestisse de sua pertença e sem embargo que o duque tem já respondido a carta de Pinheranda ouve inconveniente athe gora para se dar e assi não posso diser a Vossa Alteza ainda o que contem a sua reposta. Bem vejo senhor que o mundo assim entrou e assi há-de sahir mas tão bem vejo que já que não poço remedia-lo sou obrigado a senti-lo como faço e a representa-llo a Vossa Alteza e porque o conde de Humanes se não guabe de que só elle sabe os nosos segredos farei presente a Vossa Alteza duas regras da carta que escreveo no correo pasado pelas suas formaes palavras falando na liga que disem asim:

No [?] é a Vossa Magestade cuidado la liga de Portugal porque ella se há-de haser como Vossa Magestade quere aunque todos los Ministros de Aqui la encuentrem porque el Pueblo tiene toda la mano e neste negocio y oy le tengo em lamia. Deus guarde a Vossa Alteza.

Madrid, 1672, 11 de Dezembro – Oficio do Conselho de Estado sobre uma carta do conde de Humanes com os reparos que os portugueses fizeram relativamente ao poder que se enviou para tratar da liga.

AGS, *Estado*, leg. 4027, 5 fols.

Conde de Peñaranda

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Marques de la Fuente

Almirante de Castilla

Señora

El conde de Umanes da cuenta a Vuestra Magestad en la carta inclusa de 14 del pasado de que viendo que el secretario de Estado no le volbia la plenipotência que llevo para enseñar a su prinzipe le escrivio un papel de que embia copia con que le busco el mismo dia el secretario y le dijo que el poder trahia cosas muy reparables refiriendo todas las que contiene una memoria que tambien embia a que el respondio asegurandole del santo çelo de Vuestra Magestad y que esto poder venia en todo conforme al que se dio al marques del Carpio para ajustar la paz el qual se admitió sin ponerle reparos algunos a que satisfizo con decir que entonces fue mal advertido y que les ha hecho callar en ello ver en /fol. 1v/ el poder que se dio al conde de Peñaranda para ajustar las cosas de la America puestas las Indias orientales y occidentales y que si quería le daría una minuta de cómo descavan el poder para que yendo assi se viese el buen curso que tomava la materia que el conde vino en ello con que le llevo las dos minutos que acompañan su carta la una es la que se ha referido de los reparos y la otra de cómo desean el poder.

Por ambas parece que los reparos se reduzen a decir que las plenitenzias para el tratado de los Pirineos para el ajustamiento de las cosas de America con Godolphin empezaban poniéndose en los títulos del Rey nuestro señor no Rey de las Españas sino refiriendo cada dictado en /fol. 2/ particular y que assi debe empezar esta no entrado los títulos de Portugal y indias orientales sin alguna abreviatura devazo de la qual se pueda entender cosa que pertenezca a Portugal. Como poniendo in días solo sin declarar quales son. Reparase que en este poder nombiandose vuestra Magestad se

diga tutora y no como tutora en la forma que en el tratado de Aquisgrana quitándose la fuerza de aquella palabra, como que no se diga serenissimas coronas de Castilla y Portugal como en el de godolphin se diçe de las de Castilla y Inglaterra que quando se nombra el príncipe Don Pedro no se especifiquen todos los títulos de que el usa que son Prinzipte de Portugal de los Algarbes, de aquende y allende el mar, en Africa, de la Guinea y de la conquista, navegazion y comercio, de Ethiopia, Arabia, Persia /fol. 2v/ de la India. A que se debe juntar sucesor, regente y gobernador de dichos reynos y señoríos, y también mi buen hermano y primo en la forma que en las cartas para dicho prinzipte se firma Vuestra Magestad que hablando del conde de Umanes se diga embajador extraordinário en Portugal sin especificarse de quien y a quien es embajador que habiendo se nombrado el Prinzipte una vez en la forma referida arriba quando se vuelva a nombrar vastara decir el serenissimo prinzipte Don Pedro, como también habiendo puesto una vez serenissimas coronas vastara decir las dichas dos coronas que en este poder se dizen las palabras, para tener lo por firme y valedero como si fuese hecho por la autoridad y voluntad del Rey mi hijo quando en el tratado de Aquisgrana se hallan afirmativas. Y en el mismo y en el de Godolphin /fol. 3/ se hallan palabras y términos mas forzosos que en este como son que reside en mi real autoridad en su real nombre representando su propia persona os conzedo con toda la mayor autoridad y potestad y la misma que reside en mi persona.

A que añade el conde que se han valido allí de estos reparos para esparzirlos en el pueblo queriéndole hazer creer que se les trata con cautela y con desprezio pasándoles a acordar el odio antiguo de Castilla y que no puede haver tratado que no sea cauteloso que no se enamoren de la liga tanto como lo huzieron de la paz por cuya causa se dejo a Çeuta y una gran cantidad que se les devia con otras razones para disuadirles de este tratado refiriendo la templanza y retiro con que el se porta para que no parezca que suszita el aura popular. /fol. 3v/ y en otra carta de 27 añade que aunque es cierto que los mas desean la paz y aborrecen a los franceses también lo es que sienten la novedad que se haze con aquella corona y que solo para con ella se use de diferente estilo que con las demás.

Y haviendose visto todo en el consejo junto con la minuta de la plenipotencia que se embió al conde de Umanes que fue en los mismos términos de entrada y forma que la que se dio al marques del Carpio para el tratado de paz y también otras que se formaron para otros tratados representa a Vuestra Magestad que aunque los mas de

los reparos que portugueses han puesto en este poder para lo de la liga son insustanciales y de poco fundamento; juzga /fol. 4/ (con todo) que será convenienye quitarles todo motivo de sentimiento o desconfianza y principalmente el pretexto que tendrían sino se les embiase el poder con las çircunstancias que los que se han dado para otras negociaciones para continuar lo que el conde avisa que han empezado a dar a entender al pueblo de que no se procede de buena fee con ellos o que se les quiere tratar con desigualdad y desprezio, atendiendo a lo qual y a que en otras plenipotencias se han puesto los dictados del rey nuestro señor por menor con que no será estraño que en este se haga lo mismo sin que sea muy reparable lo que piden de que al nombrar las indias se diga solo las occidentales pues esto pareze subsequente a lo que Vuestra Magestad /fol. 4v/ resolvió de que se quitase de dichos dictados el de Portugal que lo que pretenden de que al nombrar a Vuestra Magestad se diga como tutora es conforme a lo mismo que Vuestra Magestad resolvió por pinto general se executarse en todos los despachos en que se necesitase usa de esta formula, y que lo de querer que al nombrar a aquel prinçipe se diga mi buen hermano y primo no desdize de lo que Vuestra Magestad resolvió en consulta de 25 de Septiembre de 1668 quanto a que se hubiese de usar de estos títulos sobre la forma de Vuestra Magestad en las cartas que en su real nombre se le escribieren como se executa por concurrir para condescender a esta instancia las mismas razones que movieron para /fol. 5/ aquella resoluzion, pareze al consejo que no tiene inconveniente que Vuestra Magestad se sirva de venir en lo que piden en estos tres puntos que son los principales de sus reparos y también en que se pongan los titulos de que el usa aunque esto no es conforme al estilo ordinario y que en los demás que son de menor monta se ajuste este poder a la forma en que se han dado los otros que refieren pues aunque es casi la propia que llevaba por lo mismo será bien contentarlos en lo que importa tan poco y que quando se ha hecho lo mas en la paz que se ajusto con aquel Reyno y acrase[sic] ha tenido por conveniente al real servicio entrar /fol. 5v/ el tratado de esta lugar no se embaraze el curso o ingreso de el por çircunstancias que no pueden preponderar al fin principal de que se ajuste.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 11 de Diziembre de 1672.

Madrid, 1673, 5 de Janeiro - Carta do marquês de Gouveia dirigida D. Pedro sobre o cerco da praça de Charles Roy pelo príncipe de Orange e conseguinte resposta de França; consequências e decisões em Madrid e caminho a tomar por Portugal relativamente à formação de ligas.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols 105v – 107.

Para Sua Alteza de Madrid em 5 de Janeiro de 672

Senhor

Chegando a Vossa Alteza neste coreo noticia do princepe de Orange de haver citiado a praça de Charles Roy e haver sahido el Rey de França de Paris a 21 do passado a socorre-lla como mais largamente constará a Vossa Alteza pelas cartas de Duarte Ribeiro me pareseo conveniente ao serviço de Vossa Alteza que no mesmo tivesse Vossa Alteza individual sertesa de alteração que havia cauzado esta nova nesta corte que o seu Embaixador na de Paris a conde de Molina mandou por hũ expreço a toda a deligença e o que havia resultado da proposição que sobre ella havia feito a Raynha, o marques de Vilars embaixador de França nesta corte e ainda que me havião chegado a algumas noticias quis te-llas com toda a miudeza e probabilidade pois deste asidente pode muy facilmente suceder o rompimento desta coroa com a de França e assi me resolvi buscar hontem ao marques de Castel Rodrigo e ao duque de Albuquerque aquelle com ocasião de lhe dar os parabéns de haver já sahido fora depoes de haver estado 4 meses empedido da gota e a este fizesse novo requerimento sobre os negocios a que se me não havia respondido falando-lhe nelles /fol. 106/ nelles en geral sem especificar nenhum porque da vesita de ambos poderia colher noticias que fosse conveniente que Vossa Alteza as soubesse e era sem exculpulo de poderem ser falíveis pois as colhia na fonte.

Correspondeo o efeito atenção porque de ambos entendi que a Raynha e seus ministros não estavam sentidos de o princepe de Orange emprender esta praça (sendo de grandes conciquencias para os seus decignios) porque se el rey de França a não secorer a perderá e se a socorer não poderá ser senão com as tropas do marichal de Farena e princepe de Condé com o que se se abalarem ficará o passo livre ao exercito alemão para obrar a seu salvo sem haver quem lho empida. O papel do embaixador de França para a Raynha contem a queixa do conde de Monterey mandar as tropas com

Marcim ao principe de Orange para esta fação e pede que a Raynha declare logo se foi mandado seu o que o conde de Monterrey executou athe gora, se lhe não respondeo mas vendosse em conselho de Estado dia de anno bom se assentou uniformemente que se lhe dissesse que as hordens que o conde do Monterrey tinha era para dar os socorros auxiliares que os olandeses lhe pedissem como seus coligados e observando-se relegiozamente a paz dos Pirineos porque esta foi e he e será sempre atenção da Raynha e para em caso que o embaixador se não satisfaça com esta reposta tem já premeditado segunda que he /fol. 106v/ he que poderia ser culpado o conde de Monterrey, as que não he contra o tratado dos Pirineos como consta do capitulo 3.º paragrapho 2.º e 3.º.

Ainda que o crer de Megeiro seja culpa com estes fundamentos não será muy grande entender que para Março estarão estas duas coroas em guerra e que só quem esperar as ocasiões que os asidentes do tenpo e movimentos da Europa estão prometendo para ver a quem se há-de inclinar o fará com toda a segurança com esta consideração sem embargo que conheço e reconheço a contage que me fasem os ministros que Vossa Alteza tem junto assi para aconselharem em materia a todas as luzes tão grande me obriga o amor que tenho ao serviço de Vossa Alteza e conservação da minha pátria a diser a Vossa Alteza que agora mais que nunca senhor he necessário toda a circunspeção e vagar neste negosio ouvir a França, Castella e Inglaterra porque não convem ajustar de repente ou com França ou com Castella ou com Inglaterra porque a necessidade que nos faz tão procurados há-de durar ou não: se durar a todo o tempo he tempo de escolher e em todo seremos pertendidos e com maior cuidado que ella for mayor e se não ouver de durar não sei se o percebe a rezão ou se o ademite a politica descobrir a intenção com que poderemos escandelizar a huns e não obrigar a outros. /fol. 107/ Menistros me disseram tão bem que havião mandado preparar a sua armada que constaria de 17 galiões e sahiria dentro de 17 dias para estar a mira e recolher os da prata e o Duque de Albuquerque acrescentou (perguntando-me que novas tinha dessa Corte e respondendo-lhe que nenhuãs) que o conde de Humanes havia escrito no correo passado que nesse rio havião entrado 12 navios de guerra franceses a que lhe disse que eu não tinha estas noticias e só as havia ouvido que em Cadis havião aparecido. Deus guarde a Vossa Alteza.

Madrid, 1673, 26 de Janeiro - Carta do marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado relativo à desconfiança que alguns ministros em Lisboa tinham do seu trabalho e de se terem reformulado os poderes do conde de Humanes.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 108 – 108v.

Para o Secretario de Estado Francisco Correa de Laserda de Madrid em 26 de Janeiro de 673

Sempre segui tenasmente a opinião de que os grandes animos se não conhesião por se não saberem sentir (porque iso seria ser insensíveis) mas porque soubessem desimular o seu agravo e por esta resão procurava encobrir meu sentimento não so em quanto não visse ajustado este negosio da liga mas em quanto me não visse aos pes de Sua Alteza e visto dar me esta carta de vossa senhoria motivo para interromper o meu silencio o farei porque quero antes que Sua Alteza e seus ministros me tenham por justamente sentido do que por boubo.

Dis-me vossa senhoria nesta sua carta de sifra que he muito se me aqui não dissesse palavra alguã no particular dos poderes de o conde de Humanes e eu digo que não vi cousa mais natural porque quando o meu Princepe e os seus menistros desconfião de mim como particularmente deu a entender a ação prezente como quer vossa senhoria que os menistros estranhos que me não conhecem se fíem de mim e me deixem ter em a conta de /fol. 108v/ De hũ embaixador que veio a ser requerente do duque de Medina Sidonia e contra D. Pedro de Meneses e eu sou tão bem mandado (sem me enganarem tantas experiensias) que persisto com a mesma igualdade de animo e nem agora vossa senhoria me ouvira se me não armara o cabe; o que importa he que o negosio se ajuste conforme convier ao serviço que na minha queixa particular vay muito pouco.

De hirem os poderes ao comde de Humanes emmendados na forma que se lhe deu a copia tiro duas concequensias: ou que a necessidade destes meus vezinhos he muito grande ou que aqui se persuadem que elle (como pormeteo nos ha-de emganar e eu creio que ele ha-de ser o que há-de ficar enganado pois não pode deixar de ser

muy destro, e inteligente e experimentado piloto que ouver de hir ao leme deste basrel[sic]³⁰, em que considero vai embarcada a nossa conservação.

Deus guarde a Vossa senhoria.

Doc. 122

Madrid, 1673, 23 de Fevereiro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao Secretário de Estado relativo aos navios confiscados em Buenos Aires.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 113 – 113v

Para o Secretário de Estado francisco Corea de Lacerda de Madrid em 23 de Fevereiro de 673

Em carta de 30 do passado me dis vossa senhoria que vendo o capitulo 4.º e 9.º do tratado de S. Eloy e o 3.º do tratado de Castella e Inglaterra do anno de 667 de que goza a nossa nação veja se pode /fol. 113v/ podemos usar da faculdade, que se nos concede sem infracção da paz para responder a petição de Manoel Quaresma (cuja sentença pareseo a mi injusta) e considerando esta materia com toda a circunpeção entendo que a sentença foi injusticima mas que nem ainda assim se não pode revogar porque os ministros da Junta das Restetuiçoes de Portugal não tem jurisdição sobre a Junta das Restetuisoes de Castella e não he esta a causa que permite dar cartas de marca porque o comercio de Buenos Ayres não so estava dado para os estrangeiros mas ainda para os propios naturaes sem licença expreca e prohevido por breves apostolicos e assim para se hir lá parese que se havia de declarar expressa e taixativamente no tratado e não pella palavras geraes, territórios, dominios e não he este o caso a meu ver que como disem os [?] porque como nem no tratado de Inglaterra se acha huã só pa[la]³¹vra que possamos hir comerciar a Buenos Ayres nos seus domínios e portos podem os Princepes inpor as penas que lhes pareser para não ser comum e util as outras rasões o que só para os seus naturaes querem reservar com que julgo firmemente que sem infração da paz se nao podem dar cartas de marca mas porque este negosio depende todo do que se uzava em tempo do Rey D. Sebastião pelas palavras repetidas nos artigos (assim e da maneira) com que se deve procu /fol. 114/ procurar se se achao algumas noticias do que se uzava no tempo do senhor rey D.

³⁰ Sugerimos Batel.

³¹ Borrado

Sebastião e quando se não ache de que tínhamos comercio em Indias como eu firmemente creio deve Sua Alteza mandar logo ordem a todos os portos ultramarinos para que nenhũ navio castelhano vá comerciar a eles, e hindo por qualquer causa que seja reproza-los, pois não he justo que os nosos sejam mais francos que os dos outros Princepes. Bom sei que não he esta boa resolução para algũs dos governadores ultramarinos pois neste commercio ainda licitamente está a seu mayor lucro, mas tão bem sei que he esta a que me pareseo mais conveniente ao serviço de Sua Alteza. Isto he o que a minha letras alcanção sobre esta materia que ha dias estão ferrugentas por falta de exercicio. Deus guarde a Vossa Alteza

Doc. 123

Madrid, 1673, 25 de Abril - Carta dirigida ao secretário de Estado, Francisco Correia de Lacerda, dizendo que será impossível fazer ao mesmo tempo uma aliança com Inglaterra e outra com aEspanha por terem interesses distintos, o que forçará Portugal a enganar um deles.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 123 – 124.

Para o secretário de Estado Francisco Corea de Lacerda de Madrid em 25 de Abril de 1673

Meu senhor quanto mal e porfio huã destas noutes que todas as passo em perpetua vigia e na quietação dellas, tudo vem a imaginação, cuidei em huãs regras que me escreveo D. Francisco de Mello que disem o nosso negocio se adiantou alguns passos estes dias, em o mais essencial delle está concluído, e como nos /fol. 123v/ nós queriamos cuidei mais que o conde de Humanes tinha lançado embreão o seu projeto e não podendo acomodar estes termos, he força pedir a vossa senhoria que mos combine, porque fasser liga com Inglaterra e com Castella no mesmo tenpo me pareesse impossível, pois são diferentes os intereses de huã e outra monarquia, intenta-las em ambas he forza enganar alguã destas coroas, do ingano nase a desconfiança, e da desconfiança consiquentemente (se este acha que se não cura com oleo de ouro que nos não temos) he serto a guerra, se haver pertexto que a justifique com estranhos, e que a qualefique com os naturães. Com vossa senhoria me diser se queremos fazer 2 ligas ou enganar algũ destes princepes ficarei sosegado, e não he isto o querer inpugnar o que esses senhores tem com tanta madurezza ponderado, porque me não

emgano comigo, e conheço athe donde chega o meu talento pões o meso pella vara da resão e do conhecimento proprio.

Mutas veses, hei dito a vossa senhoria e agora o torno a repetir, que o conde de Humanes alem dos gastos secretos, ajudas de custo e mesadas tem pedido grandes dobrões para a negoseação de Portugal (que são as suas formaes palavras) e que se lhe tem mandado para este negosio 6 mil do/fol. 124/ dobrões, e isto sei con tanta serteza que só ve-los contar me falta. Deus guarde a vossa senhoria

Doc. 124

Madrid, 1673, 11 de Maio – Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro dando mais uma vez opinião relativamente à embaixada do conde de Humanes e às propostas que apresenta, sendo a mais importante o projecto de uma liga com Espanha.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 127v – 128.

Para Sua Alteza de Madrid em 11 de Mayo de 673

Senhor

A 3 ponderações se redus esta carta de sifra de vossa senhoria a que satisfarei brevemente nesta: a conferensia do conde de Humanes; as Cortes e o perdão geral; esse me eu quisera emquanto comogo bastante motivo me dava vossa senhoria para a minha vaidade se os annos, se os achaques e o que cada dia vemos e exprementamos me não ouvera desenganado muito de ante mão e mais que tudo medir-me pella vara da rresão do conhecimento próprio como há poucos dias disse a vossa senhoria.

Visto vossa senhoria diser-me nesta que quer ouvir-me e que me não cale e que o encaminhe em negosio tão arriscado que o mais experimentado pollitico pode perigar nelle quanto mais quem se acha destetuido de todas aquellas sircunstasias que o ffasão medíocre quanto mais singular qual eu me confesso para que vossa senhoria entenda que me não poupo nem faso aos seus preseito direi o que se me offresse.

Justamente meresse o conde de Humanes a opinião que comumente tem neste lugar de [fa]ntastico soplistico e presuntuoso como veio na primeira instrução que teve na conferencia que vossa senhoria com elle ajustou pois logo começou pello fim do negosio deixando os princípios e meynos sem os quais se não podia chegar a elle foi exse/fol. 128/ exselentemente respondido nesta primeira parte e tomara eu preguntar-

lhe para socorros resiprocos llogo quer qual estarrá mais perto do perigo para necessitar delles se Espanha que está rompendo por horas com França se Portugal que está em paz com todos e só pode temer aquella voluntaria guerra a que voluntariamente se expuser por esta liga com Espanha e he novo modo de projeto hũ so capitulo tão geral como elle queria fazer em hũ 4.º de hora mas muito mais me admira ficando com vossa senhoria huã cousa com tão poucas horas de diferenças como vay da noite a pella manhã varear ou mentir para falar mais claro porque julgo que devem de ser mais dissimuladas e não tão patentes as mentiras dos embaixadores em fim como elle não tinha ainda respondido a ultima instansia que vossa senhoria havia feito ao seu criado não tenho mais que ponderar e só advertir a vossa senhoria que não large o fio deste novello ainda que se não haja de aproveitar delles. Quanto ao que toca as cortes hei já dito a Sua Alteza o meu sentir, queira Deus não me apedrejem por elle o que eu sei que poderia erar não entendo bem mas eu disse o que emtendia que he a obrigação de quem aconselha ao Principe meu senhor. Deus guarde a vossa senhoria.

Doc. 125

Madrid, 1673, 18 de Maio - Carta do marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado relatando as notícias que o conde de Humanes deu no seu expresso onde afirmava estar na barra de Lisboa a armada inglesa e francesa, impondo estes últimos que se quebrasse a paz com Castela.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols.128 – 128v.

Para o secretário de Estado Francisco Corea de Lacerda de Madrid em 18 de Mayo de 673

Domingo que se contarão 14 deste a tarde as 4 horas me /fol. 128v/ me entregou João do Sol expresso do conde de Humanes a carta de vossa senhoria e em rezão da minha jornada (de que dou conta em carta a parte a vossa senhoria) não pude fazer delligencia que possa chamar formal ao que elle veio mas ainda ssi direi a vossa senhoria o que aqui se publicou logo que chego o correo. Disem que havia o conde de Humanes que está huã armada francesa e inglesa nessa barra e que Dobeville havia feito huã proposição que ou quebrasemos a paz de Castela ou que esta armada passava logo a Ilha 3.^a a traser el Rey Dom Afonso que lhes gardaria a liga que com elles havia celebrado e o Humanes acrescentava tratassem de lhe mandar pudes para

ajustar a liga a todo o preso pois com esta suposição (que eles aqui dão por infalível) lhes he tão conveniente e ainda que conheço que tudo he mentira, pois vossa senhoria me da tão diferente fundamento, a vinda deste correo e me disem que o despachão sem ser pella posta he bem verdade que poderá ser por falta de secretario de Estado porque D. Diego de la Torre se despedio por huãs duvidas que teve com o Condestable e athe gora nem se lhe aseitou a escusa nem se lhe deu satisfação com tudo sou obrigado a diser a vossa senhoria a ouvir tudo o que aqui passa. Deus guarde a vossa senhoria.

Doc. 126

Madrid, 1673, 1 de Junho - Carta do marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado informando da visita do marquês de la Fuente que advertiu da agressão que os criados do embaixador causaram aos Aguazis da vila.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 130v – 131v.

Para o secretário de Estado Francisco Corea de Lacerda de Madrid em 1 de Junho de 673

Tenho feito propósito de não haver aqui nenhũ incidente de que vossa senhoria não tenha notisia e assim observará eu os preceitos da igreja como vou comprindo este voto.

Esta manha mandou pedir hora para me falar o marques de la Fuente dise-lhe que qualquer que quisesse vir esta tarde o esperava veio e me referio em como por resão do duque de Albuquerque não sahir fora por causa da doença de sua molher me havia ordenado a Raynha me buscase para me diser o justo sentimento com que estava de hũs criados meus havem há dias maltratados nesta minha rua hũs augasis da vila e que para a quietação publica era necessário que a minha familia andase com mais cuidado e atenção o com os Menistros de justiça; disse-lhe que para lhe responder me dese licença para destingir este negocio em 2 pontos pasado e futuro e que lhe responderia como ministro publico e como marques de Gouvea que quanto ao passado a Raynha e seus ministros tinham a culpa de algum excesso que ouvesse cometi /fol. 131/ cometido a minha familia por quanto buscando [buscando] D. Bernardo Dovaldes, augasil de corte, ora e dia que eu não estivesse em casa para vir junto a ella recolher huãs tomadias e aprender hũ homens de que eu não soube senão muito depoes se fora gabar a sala dos agasis desta grande ação que havia feito e que

ninguém da minha casa lhe sahira e outras couzas que a minha modéstia não queria repetir o que tudo se poderia averiguar por testemunhas castelhanas que estavam presentes e nenhuã portuguesa e dando eu conta deste susesso ao duque de Albuquerque nem se me dera a menor satisfação nem ao alcaide de corte huã leve reprehensão com que não duvida que a minha familia (se bem não fora do meu bairro porque a tinha coartada nelle) fizesse algum excesso e confrontasse este negocio com o que a poucos dias havia sosedido ao conde de Humanes que quixando-se ao meu princepe de huã deligencia que se fora fazer junto a sua casa não só se suspendera o menistro mas se queimarão os autos que lhe tirasse elle a consiquensia que quanto que o futuro he serto que me havia de governar e não permitindo (como não permetem) o Nuncio, o do Inperio e o de França que pello seu bairro pasem Augasis com vara alçada eu o não havia de permitir pois como /fol. 131v/ como menistro publico era não permetirassão[sic] alguã que fosse em discredito da minha pátria e contra a reputação do meu Princepe porque ainda que desejava observar a paz religiosamente não queria que os seus embaixadores fosem pior tratados que os outros que a minha familia andava tão ajustada composta e como dia que se continha dentro do meu bairro e que não sahião fora delle senão em minha companhia que se nele lhe quisessem dar as ocasiões era força exporem-se os que lhas davão aos sucessos que ellas oregonão que lhe havia respondido como embaixador e como marques de Gouvea lhe desia era grande seu servidor e havia de fazer sempre grande estimação de todas a ocasiões que me dese de lhe dar contentamento e depoes de vários cumprimentos se despedio. Deus guarde a Vossa senhoria.

Doc. 127

Madrid, 1673, 29 de Junho – Carta do Marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro sobre os negócios de S. Lucar e da casa de Medina Sidónia esperando resposta do regente para fazer nova instância, advertindo ainda assim que os ministros de Castela não queriam disputar esta questão.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 134v – 135.

Para Sua Alteza de Madrid em 29 de Junho de 673

Senhor

Pella copia da carta que a campanha do duque de Albuquerque em data de 28 deste entenderá Vossa Alteza a resolução que se tem tomado sobre a restituição de S.

Lucar e casa de Medina Sidonia em que não faso instancia em huã de novo sem Vossa Alteza me advertir o que devo obrar assi para assegurar o mayor aserto a este negocio como porque tenho esgotado todas as representações que devia fazer nelle e as demais que eu podera agora obrar são de claridade que podem originar graves consiquensias e negocio he este senhor em que pella parte do seguir athe o fim e pella parte de o deixar neste estado (havendo Vossa Alteza entrado nelle com tanto calor) se ofresem taes resões que não tenho por muito fasil a descrição por muito certo fim que os menistros que assistem a Vosssa Alteza asertem com ella e eu só direi /fol. 135/ direi a Vossa Alteza que os menistros de Castella não querem disputar esta questão e por isso respondem nesta forma sem se valerem de alguns fundamentos que eu sei se aprovarão no conselho de Estado para me satisfazer e contra a consultada junta de Restetuisões (que eu vi) sobre esta materia. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 128

Madrid, 1673, 5 de Julho – Carta do marquês de Gouveia dirigida a D. Pedro descrevendo a sua audiência com a Rainha, onde pediu que se afastasse o conde de Humanes, seguido da reunião com o duque de Albuquerque sobre a mesma proposição.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 135 – 136.

Para Sua Alteza de Madrid em 5 de Julho de 673

Senhor

Domingo 2 dous desse a 8 horas chegou o correo que Vossa Alteza foi servido mandar-me despachar com carta de 28 do pasado sobre o susesso do conde de Humanes man /fol. 135v/ mandando Vossa Alteza devia obrar neste particular em o qual como se havia de chegar ao fim de instar que se tirase o embaixador da sua ocupação julgei por conveniente assi ao serviso de Vossa Alteza como para adiantar e justificar mais esta proposição que havia de ser principio comunica-llo a Raynha primeiro que ao duque de Albuquerque para que se conhecesse desta demonstração era o meu empenho de calidade que me não daria por satisfeito com menos que como que em nome de Vossa Alteza porpunha e por tenho ao duque de Albuquerque por grande amigo e parceal de o conde de Humanes e não querer que as primeiras notisias que chegasem a Raynha as paleasse a sua afeição; na 2.^a feira pella manhã pedi audiência a Raynha que se me consedeo para 5 e meya da tarde: foi e fis a proposição

a Raynha na forma que será presente a Vossa Alteza pella copia incluza no qual me ajustei o mais que pude as hordens de Vossa Alteza, depoes de me ouvir me disse que sentia muito que as asões do conde de Humanes não fosem bem asertas a Vossa Alteza e que ella mandaria consedirar a proposição que eu lhe fasia e responder-me a ella que a comonicasse ao conde[*sic*]³² de Albuquerque a cuja casa passei logo pello haver já de ante mão prevenido, elle disse em substancia (ainda que com mais viveza) o mesmo que havia representado a Raynha acrescentando o que o secretario de Estado me advertia em 2 capitulos da /fol. 136/ da sua carta respondeo-me que não tinha mais que me diser que valerce do meu principio e fim que hera o desejo da conservaçãoda paz porque este mesmo hera acuda[?] da Rainha: a que lhe respondi que os meus princípios, meyo e fins não erão outros que procurar se observasse a paz com esta Coroa pois isto julgava agradava a Vossa Alteza porque este era so o seu único dezejo e por esta causa remover todos aquelles empedimentos que a pudessem embaraçar, disse-me que lhe dese por escripto esta proposição e que procuraria que se me respondese logo asi o fiz acompanhando-a achar conveniente da resolução que nella se tomar darei conta a Vossa Alteza. Deus guarde a Vossa Alteza.

Doc. 129

Madrid, 1673, 14 de Julho – Consulta do conselho de Estado castelhano: *Da quenta de el alboroto que causo la familia de el embaxador de Portugal en el corral de la cruzel dia 7 deste mês.*

AHN, *Estado*, leg.2896, 1^a, 1 fol. (cópia)

Señora

El dia 7 del corriente por la tarde, tres portugueses los dos del avito de xispto entraron en un aposento del corral de la cruz çercano al sitio donde concurren las mujeres a ber la comedia, y hablando com una de ellas que estava tapada, algunas palabras deshonestas que oio el aguaçil de corte que asiste en dicho corral: la dijo se retirasse de aquel lugar y tomasse asiento mas distante, y habiendo lo executado, reconoçio a poco rato que havia vuelto a su primer asiento y continuaban los portugueses la platica antecedente con que se hallo obligado el dicho aguacil (por

³² Erro no título, era Duque de Albuquerque.

estar a su cuidado escusar semejantes incovinientes) a decir segunda vez a la mujer se quietasse de allí y no queriendo lo haçer subió y la mudo a diferente assento.

A este tempo vazaron los dichos portugueses dos con espadas desnudas y otro con dos pistolas en busca del alguacil y un soldado reformado del regimiento los detuvo y procuro apaçiguar con que se volvieron al apossento. Todo lo referido passo antes de empecarse la comedia y estando representando la tercera jornada vi /fol. 1v/ vieron al dicho corral mas de cinquenta criados maiores y menores de dicho embaxador y muchos de ellos con pistolas, y habiendo entrado algunos en el corral sacaron las espadas y armas de furgo y envistiron al soldado reformado que poniéndose en defesa asistido de algunas que también sacaron las espadas que hubieran subcedido muchas desgraçias si promptamento no se hubiera interpuesto el alcalde D. Francisco Godinez de Paz que con supressençia las destuvo y aquieto y un ayudante del rejimiento llevo presso al soldado reformado que acuchillaron.

Todo lo referido consta por el testimonio incluso que el consejo pone en las reales manos de Vuestra Magestad para que consideradas los repetidos exçesos que con maior desemboltura turba la paz publica de esta corte las advertencias y comminaciones que de orden de Vuestra Magestad se le han hecho y el poco fruto que han producido. Se sirva Vuestra Magestad de tomar la resolución comviniento y que mas afiança la quietura desta Corte.

Madrid, a 14 de Julio de 1673.

Madrid, 1673, 15 de Julho – Ofício do conselho de Estado sobre o que representou o conde de Humanes relativamente às suas mesadas e das conspirações em Lisboa.

AGS, *Estado*, leg. 2625, 2 fols

Conde de Peñaranda

Cardenal Aragon

Marques de Castel Rodrigo

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

Señora

El conde de Umanes refiere en dos cartas la una de 12 y la outra de 19 del passado escritas a Don Diego de la Torre, que no tiene fundamento de voz que corria aqui de que ingleses querian traer de la tercera a Don Alfonso, que aquellos prinzipes han de yr a unos vários a 10 de este que el asiento de sus mesadas feneze en este mês por lo qual le esfuerçaso supplican a Vuestra Magestad mande que vage al pressidente de Hazienda la orden neccessaria para que se continue que conviene no se dilate mas lo que se huviere de responder al papel que allí presentaron en satisfazion del que dio el varon de Vatevilla sobre /fol. 1v/ las restituciones y que por no haverse le insignuado allí na de tocante a las inquietudes de la familia del marques de Gobeia y officios que se pasaron con el es orden a esto, convendrá se le avise en que ha pasado la materia.

Y habiendo se vesto en el consejo tiene por justo que Vuestra Magestade se dirva de mandar vage la orden neccessaria al pressidente de Hazienda para que se continúen las mesadas al conde, y que se participe lo que últimamente se ha resulto sobre los desordenes de la familia del marques de Gobeia, diciendo le que enquanto el papel que dieron allí procurando satisfacer al de el Baron /fol. 2/ en el punto de las restituciones ya habre recibido el despacho que se le embio sobre el a que se remite Vuestra Magestad que mendara lo que mas fuere servida,

Madrid a 15 de Julio de 1673.

Doc. 131

Madrid, 1673, 5 de Julho - Carta do marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado descrevendo com mais pormenor a reunião que teve com o duque de Albuquerque depois da audiência com a Rainha.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 136 – 137v.

Para o secretário de Estado Francisco Corea de Lacerda de Madrid em 5 de Julho de 673

Sempre julgei o conde de Humanes (sem o conheser senão pelas notisias que aqui alcancei suas) era sujeito capas de originar as inquietasões que agora exprementamos chegou o coreo de posta com as noticias dellas Domingo 2 deste a noite logo na segunda feira fis a proposição a Raynha e duque de Albuquerque como vossa senhoria verá pella copia que mando a Sua Alteza e tão bẽ refiro na carta que escrevo ao Principe meu senhor os mo/fol. 136v/ os motivos que me obrigarão a não principiar este negosio pello duque e não me pode vossa senhoria negar que he mais dificultozo fazer os armão que achar o tema e dando-me vossa senhoria este poderá socorrer-me com aquelle para que o negosio se fizesse muito a satisfação de Sua Alteza eu procurei quanto pude ajustar-me ao que se me mandou e dentro de aquelles lemites alargar-me o que fosse justo se o concegi ou não o dirá a provação de Sua Alteza e vossa senhoria e os ouvintes do conselho de Estado e porque me pareseo escusado referir a Sua Alteza alguãs sircunstancias que passei com o duque palavra por palavra as reffererei nesta a vossa senhoria. He a primeira que me disse quando chegei a representar-lhes que o conde fiera publica a plenepotencia e primeiro que Sua Alteza vise a original, lhe chegara as mãos huã copia que este delito era para o seu princepe o apontar e não Sua Alteza a que lhe respondi que a ambos tocava igualmente a sua Magestade Catholica na execução e ao Principe meu senhor na intenção pois era serto o não fiera o conde sem fim mas que como este se conhesera se atalhara.

Pasou a diser-me que eu tivera a culpa de se dar a plenepotencia ao vonde porque nunca quisera que este negosio ajustasemos ambos satisfi-llo com lhe diser que sobre este particular dobrasemos a folha porque era pasado e se eu lhe quisera

lembrar o que sobre elle haviam o conferido era certo me havia de confessar que elle fora o culpado.

No meyo do descurço vendo que lhe representava /fol. 137/ representava tantas queixas do conde de Humanes me disse que nunca lhe havia falado neste particular nem feito alguã a que lhe respondi que eu não hera dos embaixadores que fasião logo queixas de qualquer incidente senão acumulados todos quando fosem suficientes para a ultima demonstração como neste caso esperava dando-se ao conde o castigo comdigno a sua culpa e eu me não acomodaria com nenhũ outro que com o que em nome do Principe meu senhor pedia e antão lhe mostrei o capitulo que vossa senhoria me escreveo sobre este particular para que o mostrasse.

Pasei a emcaminhar o discurso por insinuação minha e sentimento dos menistros dessa corte protestando-lhe que o não fasia como ministro senão como amigo e parente) aos do[b]rões e jurando-me por vida de seus netos que não havia tal lhe disse que não jurasse falço pella vida daqueles inocentes porque eu o sabia com tanta certeza que só ve-llos contar me faltava e que huã obrigação grande me devião que era não dar esta noticia a Portugal porque entendia que se lá se soube-se por demonstração minha seria por o fogo ao conde de Humanes que lhe falava claro que ou Castela queria comprar a negoseação de Portugal ou não; que segereria, que se desenganase, que não só os menistros e nobresa mas qualquer homem da minha pátria erão incorruptos e contra a conservação della os não havia de vencer todo o Potosi; que se Castella (como elle me desia) não queria comprar esta negoseação como estavam tão segos que não vião que os emganava o conde de Humanes /fol. 137v/ Humanes pedindo-lhe tanto dobrões e mos gastar em Odivelas ficou quieto ainda que sumamente sentido de eu lhe falar tão claro porque lhe paresia que o ouro não trasbosia tanto do que me responder farei aviso a vossa senhoria. Deus guarde a vossa senhoria.

Madrid, 1673, 20 de Julho - Carta do marquês de Gouveia dirigida ao secretário de Estado referindo que o conde de Humanes pediu para regressar a Castela, o mesmo pede o embaixador português.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 138 – 139.

Para o secretário de Estado Francisco Corea de Lacer/fol.138v/De Laceda de Madrid em 20 de Julho de 673

Esta manhã (depoes de se me dilatar 18 dias) me mandou o duque de Albuquerque a reposta sobre a queixa que fis sobre o conde de Humanes como vossa senhoria vera da copia que remeto a Sua Alteza e tambem a reposta que me pareseo fazer lhe de que ficou entregue antes de jantar e assim me resolvo a despachar este correo em deligencia hordinaria sem ser pella posta que para este efeito detinha e sem embargo de ficar instando como athe gora pella ultima reposta conforme as minhas ordês direi a vossa senhoria o que se me oferece asi do que me hão de rresponder como da forma em que se deve seguir este negocio.

Sei deserto que o conde de Humanes depoos de referir o sussesos a sua vontade asi pelos correos ordinários como pello seu secretario pede instantemente licença para se recolher e afirma que a Paz está quebrada que já há pede exercito e outras mentiras a este som que a sua chimera lhe finge e tambem sei que nem as suas deligencias nem as minhas instancias hão-de ser pedorozas para o remover porque se tem aqui tomado por acaso de horra esta proposição que em nenhuã forma se tire o que suposto he serto que sempre me hão-de responder (quod scripto scripsi scripri) e assi não sendo este de aquelles negocios que começando com tanto fervor se começam a esfriar he nessessario ver o como se há-de seguir e não entrepondo agora pareser sobre o pasado porque está geito julgo que nelle nos havemos /fol. 139/ haver de claridade que o consigamos sem a menor violência.

Deve Vossa Alteza mandar-me recolher quando o tempo o premitir e com o conde de Humanes haver se muy passivamente deixando estar em Lixboa comendo laranjas da China e eu nas moscatéis se gostar dellas e hindo a Odivellas quando quiser sem se lhe empedir nenhua ação que toca ao character de embaixador mas para negocio como se o não ouvera no mundo se escrever sobre algũ não se lhe responder e se apertar muito diser-lhe sempre que há occupaões e se pedir audiência não se lhe

conceder sem se lhe responder mandar com segredo aos menistros que o não vesitem e estes o ensenuem a seus amigos por movimento seu e seguindo-se esta forma tão encontrada com a sua chaminé pois todo elle he fumo eu seguro que sem emfaste de sorte que ou arrebentem ou que o mandem aqui recolher e conseguindo-se effeto por este meyo tão suave he justo não chegar ao violento: digo ingenuamente o que entendo ficando sempre prompto para fazer o que se me mandar e esperando que vossa senhoria me avise com toda a brevidade da resolução que se toma neste particular.

Doc. 133

Madrid, 1673, 27 de Julho - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao Secretário de Estado pedindo que lhe enviasse a licença para regressar a Lisboa.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols. 139v – 140.

Para o secretário de Estado Francisco Corea de Lacerda de Madrid em 27 de Julho de 673

Neste correo de hoje antes de Vossa Alteza partir para as Caldas esperava licença para me recolher e como me falta sendo o pertexto o sussesado do conde de Humanes o qual já disse a vossa senhoria o repitirei sempre que o não há-de acabar a minha deligencia quando a resão o não concluísse e agora acrescento que nem a deligencia nem rezão hão-de obrigar a tira-lo: devo falar a vossa senhoria com toda a clareza disendo-lhe que os nosos estão concluídos que eu tenho acabados os 3 annos por que fui alugado que venha outrem lograr os ares de Madrid e que não me vindo a licença em o tempo refrescando me hei-de por ao caminho sem ella e terão aquella ocasião que há tantos dias buscão algũs ministros que assistem junto a Sua Alteza já que /fol. 140/ Deus permetio que o meu procedimento que se não pudessem valer delle para a sua depravada inclinação. Deus guarde a vossa senhoria.

Lisboa, 4 de Setembro de 1673 – Carta de D. Pedro para a Rainha Regente que oficializa a saída do marquês de Gouveia, embaixador extraordinário, da corte castelhana em Madrid

AGS, *Estado*, leg. 2625, 1 fol.

Muito Alta, Serenissima Princeza minha boa Irmã e Prima: Eu Dom Pedro por graça de Deos Principe de Portugal, e dos Algarves, da quem, e dallem mar, em Africa, da Guine, e da Conquista, Navegação, Comercio, da Ethiopia, Peris, e da India, Ett. Sucessor, governador e regente destes Reinos, envio muito saudar a Sua Magestade, como aquela que muito prezo. Dom João da Silva, marquês de Gouvea meu muito prezaso sobrinho, meu Mordomo-mor, Conselho de Estado e meu Embaixador extraordinário a Sua Magestade Catholica tem padecido tantos males no descurssso da sua assistencia, que ouve por bem concedente licença para se recolher, e julguei por conveniente que emquanto não nomeava pessoa que fosse assistir da saude de sua Magestade e do que se oferecesse de seu maior contentamento. Muito Alta e Serenissima Princeza minha boa Irmã, e Prima; Nosso Senhor haja a real pessoa de sua Magestade em sua sancta guarda. Escrita em Lixboa a 4 de Setembro de 1673.

Bom Irmão e Primo de Sua Magestade

O Principe

Madrid, 1673, 2 de Agosto – Oficio do conselho de Estado sobre o papel do marquês de Gouveia em que repete o pedido para retirarem o conde de Humanes de Lisboa.

AGS, *Estado*, leg. 2625, 3 fols.

Conde de Peñaranda

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Condestable Castilla

Almirante de Castilla

Señora

Cumpliendo con la orden de Vuestra Magestad de 24 del pasado se ha visto en el consejo el papel cuya traduccion es la inclusa del embajador de Portugal escrito en 20 al duque de Albuquerque (que el duque puso en manos de Vuestra Magestad el mismo dia) en que replicando a la respuesta que de orden de Vuestra Magestad se le dio a la representazion que hijo culpando los procedimientos del conde de Umanes y pidiendo se le removiese del cargo de aquella embajada. Dize que es para el muy estraña la resoluzion que Vuestra Magestad ha tomado en esto quando la esperaba muy diferente, que enquanto a lo que se le dize /fol. 1v/ de haver osado determinó indecorosos en su papel le parezieron a el los mas comedidos para expresar una quexa y culpar las acciones del conde pues solo a los acertos se debe el respecto pero no por esso se prueba que el conde haya obrado bien que si el conde se quisiera disculpar en otra forma lo consintiera mas que niegue que estaba a la ventana que ando se executo la acción y que fue con su autoridad es dificil de creer por que es contra la información que dio al Prinzipe el juez de Mina (que el tiene original) y que ni puede ni debe creer lo contrario de lo que su Prinzipe le asienta. Que es mucho que el conde en tan larga asistencia en Lisboa /fol. 2/ no conozca la graduazion de aquellos ministros y se paque todos andan con aquel poco luzimiento el qual en on procedimiento limpio y honrado es de mayor dezençia y autoridad que otro mucho mayor y menor bien adquirido que en quanto a la orden que se le mebie para que dege pasar la justicia con vara por haver de ser aquí lo mismo ha dicho ya que ha de seguir el exemplo del Nunzio y embajadores del Imperio y Franzia sin ceder en nada de

quanto lograron ni permitir lo que ellos no consintieren por las costumbres particulares que tiene cada dominio y que ni quiere ventaxas ni sufrirá diferencias que haze gran reparo en /fol. 2v/ que persuadiendo el que el animo de su prinzipe no es otro que de mantener toda buena correspondencia como lo muestra pidiendo se quiten los obstáculos que lo pueden impedir se le quiera dar a entender que el de Vuestra Magestad es el mismo queriendo sustentar en aquella corte al conde que es el instrumento que la pueda alterar y concluye con que no se acomoda a la respuesta que en esto se le da por que tiene orden espresa de su Prinzipe para no conformarse con otra alguna que con la que tiene pedida que es la de que el conde sea removido de su ocupazion y que Vuestra Magestad (queriendo que se continúen los negocios) /fol. 3/ elixa otro ministro que los trate de surter que no origine los escándalos que ha causado el conde y que el detiene el expreso que le embio el Principe hasta volver con el la ultima resolución sobre este negoio por la qual instara todos los días conform a su ordenes.

El consejo habiendo hecho la deviada reflecion sobre el contenido de este papel entiende que en la substanzia aun es mas osado y imprudente que el primero y que convendrá responderle por el duque de Albuquerque en pocos renglones diciendo lo que no solamente se desea la coservazion de la Paz por /fol. 3v/ Vuestra Magestad sino que la buena inteligencia entre las dos coronas se afianze mas de dia en dia y el conde de Umanes tiene ordenes reptidas y muy prezisas sobre la materia a cuya observancia no se le permitirá que falte por ningún caso ni de su atención y obligaciones se puede rezelar que lo haga y que en quanto a removerle de su empleo se remite Vuestra Magestad a lo que ya se le ha participado sobre este negozio teniendo assi mismo por conveniente el consejo que al conde se le embie noticia por mayor de esta segunda instazia del embajador /fol. 4/ y de la respuesta que se le diere a ella.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid a 2 de Agosto de 1673.

Madrid, 1673, 20 de Agosto – Ofício do conselho de Estado sobre o motivo dos portugueses fortificarem algumas posições no Minho.

AGS, *Estado*, leg. 2625, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Cardenal Aragon

Marques de Castel Rodrigo

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

Señora

El conde de Umanes previone a Vuestra Magestad en carta de 7 del corriente que si llegare 248 noticia a Vuestra Magestad de que intentan portugueses por la parte del Miño y por algunas de las fronteras de Castilla de viexa fortificar en aquel Reyno algunos puestos, no tiene esto mas fin que haver avisado los gobernadores y villas del Miño que Vuestra Magestad ha mandado volver a fabricar en Galicia el fuerte de Goyan que se demolió quando se ajusto la paz y en esta considerazion han pedido ingenieros y que ellos /fol. 1v/ contribuirán con el necesario para el reparo de las fortificaciones que no estuvieren en defendas y se les ha agradecido el celo y liberalidad embiandoles un ingeniero a que los tran induzido los cabos de guerra por tener dinero que manejar y en que emplearre y parezer que sirven.

Y habiendo se visto en el consejo parece se avise al conde el rezivo de esta carta aprobando le el haver dado la noticia que contiene la qual convendré se participe al de guerra pan /fol. 2/ que le conste del motivo de esta novedad.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 20 de Agosto de 1673.

Madrid, 1673, 29 de Setembro - Carta do Marquês de Gouveia dirigida ao regente D. Pedro, sobre as notícias da corte; os motins em Madrid contra a sua família e pedido de audiência à rainha para se despedir da corte de Madrid.

BGUC, *Reservados*. Ms. 2967, fols.148 v – 151.

Para Sua Alteza de Madrid em 29 de Setembro de 673

Senhor

/fol. 148v/ Ainda que a pena embarga as potensia sem as deixar desembarasa[sa]das para o discurço me pareseo não dilatar hũ instante o refferir a Vossa Alteza por este correo de posta o sucesso que aqui ouve, pois sendo eu o motivo delle não he justo espere o castigo que de Vossa Alteza mereso por relação alhea senão por conficção propia.

Domingo a tarde se armou huã pendecia entre hũ sapateiro meu, que estava vendo corer hũs ganços na rede de S. Luis que he hũa praça junto a casa em que vivo e como caregase sobre elle muita gente, ouve quem trouxe recado a casa, e estando nela poucos criados de huã e outra exfera, foi só o cavallariço com 2 reposteiros meus, e durando a contenda tempo consideravel, cahio o cavallarioço com huã pedrada grande na cabeça e no cham lhe derão huã estocada mas nenhũ dos feridos foi de perigo e se a recolherão a casa aonde chegando eu as 9 horas da noute porque esta me detive a caso com o comisario de S. Francisco fis logo recolher toda a família; con que nesta noite não ouve mais susesso; o dia de 2ª feira passo-a com quietação, sahindo eu fora; No da 3ª feira a tarde ouve outro prinsipio de briga na mesma praça entre hũ cocheiro meu e alguns castelhanos, que estimulado de hũa pedrada que lhe havião dado no primeiro dia, conhecendo quem havia dado, se quis vingar, mas tão bem logo se apasagou: na 4ª feira a tarde hindo eu as 4 horas porque hera que me tinha assinalado o Conde de Ayala, me derão no caminho hũ aviso que o presidente de Castella tinha mandado sahir o boca(*sic*) da noite, 2 alcaides da corte com 200 homes /fol. 149/ homens cada hũ que hera necessário ter conta com a minha familia e ainda que antão me persuadi seria para apasagar qualquer alteração que se ofresesse, a experiencia me mostrou que eles forão os únicos motores da sedição que ouve que como começou de noite não foi fasil apagalla, e durou 8 horas continuas.

De casa do conde de Ayala mandei com toda a [ca]³³ cautela Gregorio Soares Barbosa meu mordomo, que se viesse para casa, porque sem embargo, que toda a familia estava fora, parte que hia comigo e parte com a marqueça, havião ficado alguns mosos em casa e quis que com o seu respeito os contivesse nella.

Pasei a ver o Almeirante, e ao depoés ao marques de Castel Rodrigo por de ambos ter hora assinalada recolhendo as 7 para casa, se me disse no caminho que desde a praça de S. Luis, athe minha casa havia hũ motim em que estarião juntas mais de 5 mil pessoas, mas toda canalha sem haver homem de capa preta, e que a contenda estava travada de sorte que de parte havia muitos cravinasios; Darei em casa de D. Antonio de Alencastre recolhendo de casa de minha I[r]mam, a fes tornar para ella hũ cava /fol.149v/ cavalheiro, para donde eu me foi acompanha-la ali se ajuntarão muitos senhores e tendo-se notisia que a desinquietação durava, com resistensia de parte a parte, me obrigarão a que estivese alli e escrevesse ao prizidente de Castella o escripto de que envio a copia e tambem a sua repostas, o qual deu hordem aos alcaides de corte para que viessem fazer recolher a gente que ainda preestia o que executarão e me forão buscar a casa de meu cunhado, e me acompanharão athe a minha [e]³⁴ os cavalheiros que alli asistião e me recolhi as 4 da manhã.

Fechei as minhas portas, recolhendo toda a familia, e as abri as 8 de pella manhã, con ordem que não entrasse nimguen que não fose conhesido e que nenhũ criado meu sahise, porque não insistase nova inquietação.

No motim me apedrejarão com grande desenfado a caza, e procurarão entra-lla, mas não o puderão conseguir porque nunca puderão [entrar a p]³⁵arombar a porta ententando-o por vezes, puseram fogo nella que llogo se apagou, roubarão todo quanto fato poderão da familia, entrarão a cavallharia e me matarão 2 cavalos e ferirão outros 2. Dos meus criados que estavam em casa ficou ferido mortalmente [...] o meu sota cavallhariço por querer defender com mais amor que resão a entrada da cavallharia e os outros sendo poucos se defenderão de sorte que a caravi /fol. 150/ caravinasios das janellas e telhados matarão 8 e ferirão mais de 20.

Hontem pella menhã me veo o duque de Albuquerque traser hũ recado da Raynha, cujas fformais palavras erão que havendo sabido (sem ser com toda a

³³ Corrigido pelo autor.

³⁴ Corrigido pelo autor.

³⁵ Corrigido pelo autor.

formalidade o susesso do dia antesedente) lhe mandava que pessoalmente me viesse significar que o havia sentido muito pella estimação que fasia da minha pessoa, e do carather do menistros de Vossa Alteza respodi-lhe, com todo o agradecimento.

Toda a Corte me tem visto, e asestido menha e tarde com toda a demonstração de sentimento.

Mandarão 2 alcaides de corte que asestisem no meu saugão de dia e de noute rondasem os coches.

A noute veo D. Pedro de Proas mordomo da Raynha, que he meu parente com hũ recado seu em que me mandava diser, que pello dezejo que tinha da segurança da minha pessoa, e estimação que fasia della, lhe paressera conveniente mandar-me as guardas de seu ffilho; ficando só em Palasio 2 archeiros da cada esquadra [...] que estivessem a minha porta e assi tive noticia votara o conselho de Estado, e tem dado grande esta lida a esta ação, por pareser muito singular, porque disem que não há exemplo della: eu a agradessi como tal pedindo-lhe dissesse a Raynha da mi /fol. 150v/³⁶ /fol. 151/ Da minha parte a estimação que fasia desta demonstração e que pella lograr dessa por bem empregado o fracaso pasado, ainda que fosse mayor. A guarda ficou aqui de noute mas hoje a despedirei.

Este he o fato senhor fielmente relatado deste susesso, que me parese tem acabado e como eu tenho concluído com as vesitas dos menistros, determino pedir audiência de despedida a Raynha a semana que vem, e recolher-me para essa corte.

Parese-me que sou obrigado a representar a Vossa Alteza que este sussesso se deve ter em segredo o mais tempo que for posivel, e ainda parecendo recolher o maço do estafeta ordinária de ontem e não se dar se não junto com o da estafeta faltara, porque não convem que não haja alguã inquietação nesse povo contra o conde de Humanes estando eu aqui por pinhor della.

Tambem não posso deixar de representa a Vossa Alteza que julgo que nenhũa forma convem ficar aqui com este asidente Miguel da Silva Pereira, que deve Vossa Alteza permitir-lhe licença para me acompanhar; e depoes de Vossa Alteza me ouvir, resolverá se convem mandar ministro a Castella, quem e com que carather. Deus guarde a Vossa Alteza.

³⁶ Fólio em branco.

Doc. 138

Madrid, 1673, 1 de Outubro – Consulta do Conselho de Estado sobre a visita do Duque de Albuquerque ao Marquês de Gouveia e o pedido deste último ter uma audiência com a rainha regente.

AHN, *Estado*, leg.2896, 1ª, 1 fol.

Conde de Peñaranda

Cardenal Aragon

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

Señora

Haviendose visto en el consejo (como Vuestra Magestad se sirvió de mandarlo) el papel incluso del Duque de Albuquerque de 28 de este en que da cuenta de la forma en que passo el oficio que Vuestra Magestad le ordeno con el embajador de Portugal sobre significarle el despazer que Vuestra Magestad havia rezovido de lo sucedido con su casa y las particulares estimaciones con que el embajador correspondió a el añadiendo se pondría a los pies de Vuestra Magestad en tiendo forma y seguridad de poderlo hazer. Es de parezer que se podrá aprobar al Duque la buena forma en que /fol. 1v/ passo este oficio remitiendo se el consejo enguanto a lo principal de este negocio a lo que representa a Vuestra Magestad en consulta a parte.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid, a 1º de Octubre 1673.

Doc. 139

Possuelo de Alarcon, 1673, 18 de Outubro – Carta do Marquês de Gouveia para a Rainha Regente queixando-se por se dilatarem as respostas e despedindo-se.

AGS, *Estado*, leg. 4048, 1 fol.

Señora

Fiz presente a Vossa Magestad em 2 deste mez em hum papel que enviei ao duque de Albuquerque ministro conferente dos negócios da minha embaixada

pedindo-lhe o pusesse nas reaes mãos de Vossa Magestade o grande desacato nunca visto, ouvido ou achado nas Historias do Mundo, que se cometeu contra a minha pessoa na imunidade do character de Embaixador extraordinario do Principe meu Senhor crendo da justificação das ações de Vossa Magestade e da justa atenção que se deve ter com o Principe meu senhor que a satisfação fosse tão prompta e não só igual mas que excedendo a offença satisfizesse o agravo e vendo que esta se dilata há tantos dias (quando em semelhantes materias os instantes na satisfação aggravão maes o sentimento) pedi por escripto em 14 deste ao duque de Albuquerque que se me respondesse de que tambem não tive reposta e porque vejo que nem a rezão me val nem as instancias aproveitão, e quão infructuosas tem sido as diligencias que o Nuncio e embaixadores das Magestades Cesarea e Christianissima tem feito nesta materia, maes por movimento seu que por pertença minha sou obrigado a justificarme com o Principe meu senhor /fol. 1v/ e com todos os de Europa, mostrando-lhes que o meu sofrimento não he insensivel despedindo-me de Vuestra Magestade por estas regras, porque dentro de tres dias me parto para Portugal. Deos guarde a Vossa Magestade os annos que seus vassalos necessitão. Possuelo de Alarcon, 18 de Outubro de 1673.

Marques Mordomo mor

Doc. 140

Possuelo de Alarcon, 1673, 19 de Outubro – Carta de despedida do marquês de Gouveia para Diogo de la Torre, pedido desculpa por não ter tido oportunidade de se despedir pessoalmente.

AGS, *Estado*, leg. 4048, 1 fol.

Apressou-se a mina jornada para Portugal hum pouco mais do que eu imaginava que he a causa que me obriga a valer-me destas regras, visto a brevidade me empedir hir pessoalmente agradecer a vossa senhoria a merce, que de sua gradesa hei experimentado e todas as occaseoes que se offerecerão em que assesti na corte de que vontão reconhecido como espero conheça vossa senhoria quando me queria dar ocasiões do meu desempenho pois em toda a parte que eu assitir hei-de fazer dellas huã muy particular estimação. Deos guarde vossa senhoria muitos annos. Posuelo de Alarcon, 19 de Outubro de 673.

Bejo as mãos, seu mayor servidor

Marques Mordomo mor

Senhor S. Diego de la Torre

Doc. 141

Possuelo de Alarcon, 1673, 21 de Outubro – Carta do marquês de Gouveia para o duque de Albuquerque aceitando o castigo atribuído ao Don Bernardino Valdez.

AHN, *Estado*, leg.2896, 1.^a, 1 fol (copia)

Excelentíssimo Señor

No me parece que se puede tener por açelerada mi partida quando desde 21 del pasado en que experimente el desacato que el publico hizo el dia de oy son pasados veinte y un días siendo nezesarios muchos menos para averiguase lo que es tan notorio y estando yo ya despedido de los ministros como a vuestra excelencia hize presente; y siempre que vuestra excelencia y el señor marques de la Fuente (que dios tiene) me advirtieron sobre los excesos de mi familia los satisfize de calidad que no me hizieron otra instancia. Contodo queriendo mostar a su Magestad (que Dios guarde) el deseo que asiste al Principe mi señor de la conservacion de la Paz buena correspondencia y amistad entre estas coronas acepto la satisfazion que vuestra excelencia en su nombre me da de ser desterrado treinta leguas de la corte Don Bernardino de Valdes y pido a vuestra excelencia me haga merced de hazer presente a su Magestad en quanto no me concede audiencia de despedida para en la justificacion con que en este negocio he procedido, Dios guarde a Vuestra excelencia muchos años. Posuelo de Alarcon 21 de Octubre de 1673. El Marques Mayordomo Mayor.

Madrid, 1673, 22 de Outubro – Consulta do conselho de Estado de Castela: *El Papel incluso del duque de Albuquerque con el que el embaxador de Portugal le respondió al que lo escrevio de orden de Vuestra Magestad en rraçon del suçesso de su casa.*

Esta materia tienen ya el diferente estado que el consejo ha entendido habiendo tenido el embajador Audiencia del Rey mi hijo y entregado las cartas de su Principe en que avisa haverle dado luzencia para volverse a Portugal y partido a aquella vuelta con que no ayo hazer e nesto otra cossa.

AHN, *Estado*, leg.2896, 1.^a, 5 fols.

Conde de Peñaranda

Carneal Aragon

Marques de Castel Rodrigo

Duque de Albuquerque

Conde de Arala

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

Señora

Como Vuestra Magestad se há servido de mandarlo por papel del marques de Mejorada se já visto en el consejo el incluso del duque de Albuquerque con que acompaña el que le respondió el marques de Govea al que le escrivio de orden de Vuestra Magestad sobre el suceso de su casa manifestando por el quedar satisfecho con la demonstacion de haverse desterrado 30 leguas de la corte al Alcayde Don Bernardiño de Valdes y que si Vuestra Magestad le conzedia audiencia vendría a despedirse para hazer mayor expresión de su reconocimiento y de /fol. 1v/ la justificación con que ha prozedido.

Defiriose con esta ocasión en el consejo que en consecuencia de lo escrito por el de Govea al duque de Albuquerque que havia tenido papel suyo el conductor de embajadores pidiéndole que solicitases audiencia para despedirse del Rey serenísimo señor y de Vuestra Magestad [(]como lo denota la palabra de sus Magestades y que se le havia ordenado lo responderse que respecto de hallarse sangrada Vuestra Magestad,

segunda vez no havia dado cuenta de lo que le havia escrito, y esperaríá lo que con esta noticia resolviere y sobre todo se voto en la forma siguiente:

El conde de Peñaranda dijo que no puedo dudarse la parte que /fol. 2/ asienta de la satisfacion el de Govea pues ha sido tan super abundante la que se le ha dado no solamente en los favores reçividos antes de su salida de la corte y en la demonstraçion executada después con el destierro del alcayde Don Bernardino del Vadez sino en haverse hecho la informaçion de lo sucedido en su casa por un ministro del consejo de Castilla siendo esto tan proprio de la sala de Alcaldes que se puede dudar de que haya exemplar en contrario.

Enquanto al ofiçio hecho sobre pedir audiencia de despedida el Marques ,entiende el Conde que de razón no puede partirse sin responder a lo que sobre su instançia le respondió el /fol. 2v/ conductor y que debe salir del el solicitarla sin que se haga en nombre de Vuestra Magestad diligencia alguna para atraerle a esta obligaçion que están proprio de la suya y de su ministerio a que si faltare (que se debe dudar) y será lo mejor que no suzedá queda prevenido lo mas importante que es el confesarse satisfecho por el papel que le escrivio el duque de Albuquerque que con la demonstraçion decha con el Alcalde.

El cardenal Aragon se conformó con el conde de Peñaranda entendiendo que esta el Marques en obligaçion de responder antes de partirse al papel del conductor de embaxadores.

El marques de Castel Rodrigo dijo que su puesto que se ha dado /fol. 3/ al marques de Govea la satisfacion aunque retardada de que el muestra que dar contento le pareze que no conviene que haviendose hecho lo mas se malogre todo por lo que viene a ser mucho menos y se puede executar sin empeño procurando detenerle con la esperanza de recevir audiencia de Vuestra Magestad a que es de creer que cooperaran los minsitros públicos que se han interesado en solicitar su satisfacion juzgando el Marques que podría responderle el duque de Albuquerque que Vuestra Magestade se holgara de estar mui presto en disposiciòn de oyrle y le dara entonces con mucho gusto la audiencia que ha pedido y que /fol. 3v/ por este medio queda obligado el de Govea [¿] a esparar la ocasiòn [¿] a pedir la audiencia del Rey serenísimo señor y no executandose esto en la forma propuesta entiende asi mismo el Marques que se le dara con impropriedad la joya que se acostumbre pues se haze esto precediendo la

audiencia de despedida. Y confirmándose Vuestra Magestad con su sentir tiene por necesario que se partipe la resolución a los ministros publicos que han pasado [¿] fiçios por el de Portugal y se de noticia de todo al conde de Umanes.

El duque de Albuquerque dijo que tiene por conveniente que se habrá puerta al marques de Govea para que se detenga /fol 4/ lo que se pudiere (o) bien dándole a entender lo que viene propuesto en el voto antecedente (o) bien que por hallarse Vuestra Magestad indispueta se podrá pedir la audiencia si quisiere para el Rey serenísimo señor, pues el la ha solicitado para su Magestade y para Vuestra Magestad y esta insignuaçion entiende el duque se debe hazer por el condutor de embaxaodres por ser tan conforme a su ministerio como improprio en los ministros destinados para los negocios.

El conde de Ayala se conformo con el Marques de Castel Rodrigo, tiniendo por muy conveniente que se procure dilatar quanto se pudiere la vuelta del de Govea para que tenga tiempo de venir se el de Umanes antes que /fol. 4v/ el narques entre en Portugal.

El condestable de Castilla dijo que el papel del condutor concluye tan secamente lo que toca a la audiencia pedida por el de Govea que puede dudarse de que vuelva a hazer nueva insinuaçion sobre la materia en cuya prevençion se conforma con lo votado por el marques de Castel Rodrigo reconociendo lo mucho que puede importar el que no se parta este ministro sin haver tenido audiencia de despedida del Rey serenísimo señor sino pudiere tenerla también de Vuestra Magestad.

El almirante de Castilla dejo que no puede dejarse de reconocer lo que importan que no se vaya este ministro sin haver tenido audiencia de despedida pero entendiendo que esto pende ua mas de su propia /fol. 5/ obligacion que de otra deligencia por haverla pedido y deberse creer que los demás embaxadores le aconsejaron que lo execute sin que la repuesta del papel del condutor que se ha referido le pribe de esta solicitud pues antes de deja capo para que cumpla con lo que debe solicitar audiencia del Rey serenísimo señor quando no quiera detenerse para que se la dé Vuestra Magestad, por lo qual es de parezer que se escuse nueva respuesta al Marquez sobre la materia bastando que yéndole a visitar el condutor le dé a entender como de suyo lo que debe executar.

Vuestra Magestad mandara lo que fuere servida. En Madrid a 22 de Octubre 1673.

Doc. 143

[Madrid?], [1673?] – Carta do Núncio e dos embaixadores da Alemanha e França a pedir que a Rainha Regente tivesse uma atitude mais forte em relação aos acidentes provocados contra o Marquês de Gouveia.

AGS, *Estado*, leg. 4048, 1 fol.

Señora

El Nuncio de su santidad y los embaxadores de las Magestades Cesarea y Chritianissima que residen en esta corte representan a Vuestra Magestad que a un que las demonstraciones que anta ahora por orden de Vuestra Magestad se han hecho con el embaxador de Portugal después del cassó acacçio a su casa sean muy proprias de la real grandeza de Vuestra Magestad y expressivas de la estimación que Vuestra Magestad hace del mismo embaxador y de su representación y también den a entender la noticia que Vuestra Magestad ha tenido del cassó que sin duda se lo habran referido a Vuestra Magestad con las circunstancias que agravan el suceso, pues ha mostrado justamente a Vuestra Magestad por el tan grande sentimiento y aunque este es de la mayor estimación que se pueda desear, confian que a un habrá reconocido Vuestra Magestad que no llega a ser bastante en la publicidad del suceso mismo para barra una ofensa tan grande hecha al carácter publico ministro y representante de Principe soberano, que sin embargo de qualquier motivo o causa debe ser immune y esempto de qualquier insulto, violencia o atentado, y habrá Vuestra Magestad mandado dar la devida satisfacçion al embaxador de Portugal, pero viéndose pasar días sin ella hallándose con el desconsuelo que Vuestra Magestad puede crer quando no dudaba se hubiera executado luego la orden de Vuestra Magestad no pueden dexar de suplicar a Vuestra Magestad se sirva mandar se cumpla adqueadamente con el embaxador suso dicho sin otra dilación y con expressio singular del disgusto que Vuestra Magestad ha tenido por la dilación que se ha platicado en hacerlo pues hallando se en este negocio por la violencia del derecho de la gentes igualmente interesados los dichos Nuncio y embaxadores y todos los demás Ministros de Princi /fol. 1v/ pes que residen en esta Corte, con los residentes también en las cortes de los otros Principes de Europa y entre ellos los mismos Ministros de Vuestra Magestad viven con toda confianza que

la suma benignidad de Vuestra Magestad les mandara dar este justo debido alivio como lo esperan de la Real grandeza de Vuestra Magestad.

Doc. 144

Madrid, 1673, 5 de Novembro – Oficio do Conselho de Estado sobre a necessidade do Conde de Humanes sair de Lisboa antes que o Marquês de Gouveia e a sua família chegassem a Lisboa.

AGS, *Estado*, leg. 2625, 2 fols.

Conde de Peñaranda

Duque de Albuquerque

Conde de Ayala

Señora

El conde de Umanes da cuenta a Vuestra Magestad en la carta inclusa de 28 del passado que se há recebido com extraordinario de haver reçivido el despacho que se le embió conzediendo le lizençia para venir se representando que le deja cofuso el poder tener forma de usar de ella antes que llegue alla de abad Maserati y que el marques de Gobeia entre en Portugal porque si pide audiencia para despedir sele han de entretener hasta que este Gobeia alli y que si se viniese sin participar se lo entrarian en tal desconfianza que le detendrian y yendo la familia de este embaxador tan ofendida /fol. 1v/ podría en venganza intentar algo contra la suya con que ni el mundo ni el mismo marques podrán tener por poco azertada la resolución de que entren los dos a un mismo tiempo en los Reynos y qu assi aguardara el abad Maserati suplicando a Vuestra Magestad que si ha salido Gobeia de esta corte se despache al camino a quien le detenga y correa a aquel Prinzipe con carta en que se le digan los motivos de mayor sinceridad que ha tenido Vuestra Magestad para estra ress.on.

Y habiendo se visto en el consejo y al mismo tiempo otra carta de Don Luis Ferrer de 30 del pasado (que también va con esta) en que avisa haver reçivido la orden que se le embio /fol. 2/ 2n 26 tocante al pasage del marques de Gobeia representa a Vuestra Magestad que lo que se mando últimamente a Don Luis por la orden que dize haver reçivido due que en ningún modo se detuviese el marques de Gobeia en la frontera ni se le estorbase la entrada en Portugal sino que antes se le hiziese todo agasejo por lo qual entiende el consejo que ya no queda que hazer en la

materia pues no pueden llegar ordenes a tiempo y debe creerse que aun que el marques de Gobeia llega a la frontera antes el conde de Umanes no se puede esperar de razón contra tiempo de embarazo en su venida y salida de aquel Reyno por ser contra las prerrogativas /fol. 2v/de ministro publico y ageno de la galantería y confianza con que se ha procedido por Vuestra Magestad con el de Gobeia.

Vuestra Magestad mandara lo que fuere servida.

Madrid, a 5 de Noviembre de 1673

III – Documentos das missões de Diogo Gomes Figueriedo; Duarte Ribeiro de Macedo e Mendo de Foios Pereira (1674-1686)

Doc. 145

Madrid, 1674, 14 de Agosto – Carta da Rainha regente para o Duque de Caminha sobre a restituição dos seus bens.

AHN, *Estado*, libro 359, fols. 34-34v

Respondiendo el Abad Maserati a un despacho de Su Magestad de 5 del pasado en que se le ordeno solicitarse con toda eficacia la restitución de los estados que pertenecen a Vuestra Excelencia en Portugal, representa en carta de 23 (entre otras cosas) que advertiria a Don Juan Carlos Bazan letrado de aquella embajada su salud, lo que devia por su ministerio y por la orden de Su Magestad obrar en esto pero que siendo lo que le tocava solo el despachar el pleito quanto a la alegación judicial del derecho de Vuestra Excelencia en el concurso de los demás litigantes que le pretenden tener no excusara esta circunstancia el que vuestra excelencia /fol. 34v/ hubir de tener allí un procurador que tomase el pleito en el oficio del escribano y hiciese las diligencias necesarias según el estilo y pratica de ambos Reynos, ni tampoco que Vuestra Excelencia proveyese medios para los gastos mendidos asi del salario del Procurador como de los demás cosas inexcusables que pide el curso y solicitud de este genero de negocios. Y porque demás de haber vuelto Su Magestad a mandar de nuevo al Abad con vista de esta esta representación que guarde y execute instantemente la orden que se le tiene dada en esto, ha sido a si mismo servida de resolver que se participe a Vuestra Excelencia lo que en ello escribe el Abad para que por todos medios se camine al fin pretendido de que se adelante y execute (como están justo y debido) esta restitución. Lo aviso a vuestra excelencia aquien guarde Dios. En Madrid a 14 de Agosto de 1674.

La Reyna Gobernadora

Madrid, 1675, 19 de Janeiro – Oficio do conselho de Estado sobre a notícia que o Abade Maserati deu de Portugal tencionar enviar um ministro público a Madrid

AGS, *Estado*, leg. 2629, 1 fol.

El conde de Ayala

El condestable de Castilla

Señora

Hace visto en el consejo una carta del Abade Maserati de 15 del pasado en que refiere haver entendido que en el consejo de Estado de aquel Principe se trato de la eleccion del grado y sugeto a quien se havia de embiar por ministro a esta corte y que conviniendo todos en que convendría viniese con titulo de embiado, Duarte Ribeiro que es residente em Paris hizo dos reparos a ello el marques de Gobeia uno que por haver sido ministro en França no seria aca bien admitido y otro la dilacion que habría en su llegada quando insta tanto la importancia en la brevedad de ella, de que dize el Abad se infiere que se va aprocimando la resolución en esta materia por lo que insta /fol. 1v/ en que se abrebie la remission de los 500 doblones que esta resuelto embiarle a fin de procurar haver a las manos la instruccion que se diere a este ministro como también a los que fueren a França y Inglaterra.

El consejo pone en la noticia de Vuestra Magestad este aviso juzgando que conbendra avisar al Abad el reçivo de el y volver a mandar se le remiran los 500 doblones para gastos secretos en la conformidad que Vuestra Magestad se sirio de resolverlo a consulta de 23 del pasado.

Vuestra Magestad mandara lo que fuere servida en Madrid a 19 de Henero de 1675.

Doc. 147

Madrid, 1675, 25 de Janeiro – Carta do conselho de Estado sobre quem se nomearia em Portugal para a corte de Madrid.

AGS, *Estado*, leg. 2629, 1 fol.

Conde de Ayala

Condestable de Castilla

D. Pedro de Aragon

Señora

El Abade Maserati en carta de 31 del pasado an[de]adea lo que ha avisado de tratarse allí de nombrar sugeto que venga por ministro a esta corte haber entendido que han consultado al Principe que Duarte Ribeyro que reside en Francia passe a Roma y que Gaspar de Abreu que esta en Roma venga a Madrid y que se les ha hecho merced de plazas del consejo de hazienda y están consultas dos otros tres sujetos para Francia.

Y habiendo se visto en el consejo es de parecer se podrá responder al Abad /fol. 1v/ que queda entendida esta noticia y que este a la mira y avise de lo que en esto se fuere ofreciendo.

Vuestra magestad mandara lo que mas fuere servida. Madrid a 25 de Henero 1675

Doc. 148

[Lisboa], 1675, 5 de Abril – Cópia do papel de Francisco Correia de Lacerda para o Abade de Maserati esclarecendo o percurso dos correios de Portugal para Castela.

AGS, *Estado*, leg. 2629, 1 fol.

Por orden de Su Alteza (que Dios guarde) a quien hize presente el papel que vuestra señoria me dio embié allear al oficial mayor del correo mayor para inquirir lo que en el se contenía; y halle que las cartas que ban para Castilla se entregan en una bolsa zenada a la estafeta la cual no se abre sino en Badajoz quando se entregan al correo mayor de aquella ciudad a donde las registan los oficiales de las Aduanas y en Portugal no ay este registro. Y la misma persona a quien aquí se entrega la bolsa, la entrega en Badajoz sin pasar a otra alguna mano, sino a la de los Aduaneros de aquella Ciudad, y ban las cartas para Castilla en bolsa separada porque las que van

para la Provincia de Alentejo llevan su bolsa a parte para cada una de las ciudades para donde ban, con lo cual no puede haver dentro en Portugal ocasión de poderse andar con los mazos. Ye notra ocasión haviendose hallado abiertos los mazos que benian de Roma para Juan Gomez de Moura y Manuel de Fonseca de Sampayo, fue preso el estafeta y se mando hazer exacta diligenzia del casso y se aberiguo se havia andado en Castilla con ellos, como consta de la carta de Juan de Oviedo correo mayor de Badajoz y en los mazos se hallaron también papeles trocados en uno del otro. Y no ay exemplo en Portugal se andubiesse jamás en las bolsas quanto mas en los mazos. Pareçiome dar luego a vuestra señoria este informe de que he de dar quenta a Su Alteza para obrarse lo que mas conbinene para la averiguación de este negocio y en todo lo que vuestra señoria me ordenare procuraré servir a vuestra señoria y dar le gusto. Guarde Dios ett^a

Doc. 149

Madrid, 1675, 18 de Dezembro – *Cópia da carta que El Rey de Castella D. Carllos segundo escreveo ao Principe D. Pedro de Portugal dando-lhe conta como havia tomado posse do Governo dos seus Reynos e Senhorios.*

BA, 49-X-21, fol. 79.

Cópia da carta que El Rey de Castella D. Carllos segundo escreveo ao Principe D. Pedro de Portugal dando-lhe conta como havia tomado posse do Governo dos seus Reynos e Senhorios

Serenissimo senhor habiendo llegado por la divina primicion el cumplimiento de los catorze anos de mi edad e entrado al governo de mis Reynos i domínios segun lo que dexo dispuesto el Rey mi senor i Padre que Santa gloria aia he tenido por gusto manifestar-llo luego a nuestra Alteza e que há [?]lara siemore mi animo mui dispuesto a continuar com essa Corona la buena correspondência que entre anbas se há mantenido asta aqui i que me seran mui gratas quanta ocasiones se offereceren en que vuestra Alteza pueda explimentar lo que dezejo cõ plazer el apreçio que hago de de su persona guarde Dios a Vuestra Alteza como dezejo. De Madrid, a 18 de Dezembro de 1675

Buem Hermano i primo de vuestra alteza yo El Rey Don Carllos Corona.

Madrid, 1676, 19 de Março – Oficio do conselho de Estado sobre a notícia que o Abade Maserati deu de se haver nomeado Diogo Gomes Figueiredo para dar os parabéns a Carlos II por ter assumido o governo dos seus Reinos.

AGS, *Estado*, leg. 2630, 2 fols.

Conde de Ayala

Prinzipe de H[?]co

Duque de Alva

Duque de M^a Zelir

Señor

El abad de Maserati há dado quenta de una carta de 2 deste (que se ja visto en el consejo) de que el secretario de Estado de Portugal le dio quenta en nombre del prinzipe, su amo, de havia nombrado a Diego Gomez Figueredo para venir a esta corte a dar la nueva buena a Vuestra Magestad de haver entrado en el gobierno de sus Reynos y que dando le motivo el Abad dio a entender al secretario que en cumpliendo con esta función se bolberia luego de que dize, se infiere que no es el animo /fol. 1v/ de aquel Reyno tener aquí ministro de asiento lo qual se confirma con haver le referido un sugeto fidedigno que el duque de Cadaval dizo a cen confidente suyo que el havia dotado que no le hubiesse que lo esforzaria siempre dando por razón el que en la carta zirçuçar que Vuestra Magestad embio al Prinzipe no le insignua que ratificada la paz y que replicandole el tal que alla pertencia el pedir lo dijo que a quien pidió la paz tocava pedir la ratificazion de ella.

Al consejo parece que se avisse al Abad el recibo desta carta remitiendo a las ordenes que se le han dado para que no haga instancia en que embien ministro a este corte y entiende /fol. 2/ el conssexo ocurrir a los rezelos que pueden acantonarlas diligencias del ministro de Françia será conveniente (como lo ha representado a Vuestra Magestad repetidas vezes) poner las fronteras en la forma y con el resguardo que se resolvió quando se efectivo la paz pues la desprevenizon en que se hallan es lo que le puede facilitar el atentado de qualquier contra tiempo que es bien cautelar antes que suzedá.

Vuestra Magestad mandara lo que fuere servido. Madrid, a 19 de Marzo de 1676

Doc. 151

Lisboa, 1676, 29 de Abril – Carta credencial de Diogo Gomes de Figueiredo para Carlos II.

AGS, *Estado*, leg. 2630 (94), 1 fol.

Muito Alto e muito poderoso principe meu bom Irmão e Primo eu Dom Pedro por graça de Deos, Princepe de Portugal e dos Algarves, da quem e dalem mar, em Africa, de Guine e da Conquista, navegação, e da conquista, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, ett. Sucessor, Regente e Governador destes Reynos e senhoriso, envio muito saudar a Vossa Magestade como aquelle que muito amo e prezo. Pedro Abbade, Dom João Domingo Maserate, Enviado extraordinario de Vossa Magestade nesta corte recebi a carta por que Vossa Magestade me deu noticia de haver entrado no governo de seus Reynos e Dominios e do animo com que se acha para continuar com estes, a paz e boa amizade de que eu tive muito particular contentamento. E para o significar a Vossa Magestade com toda aquella expressão do meu affecto, nomeey por meu enviado extraordinário a Diogo Gomez de Figueiredo, general da Artelharia da provincia de Alemtejo, sogeito que por todas as partes e circunstancias que nelle concorrem saberá ser aggradavel a vossa Magestade. Rogo muito a Vossa Magestade lhe dê inteira fee e credito a tudo o que a conservação da Paz he muito igual ao com que vossa Magestade se acha de a observar. Muito alto e Muito Poderoso Principe meu bom Irmão e Primo, nosso senhor haja a pessoa de Vossa Magestade e seu Real estado em seu sacta guarda. Escrita em Lixboa, a 29 de Abril de 1676.

Bom Irmão e Primo de Vossa Magestade
Principe

Doc. 152

Lisboa, 29 de Abril de 1676 – Cópia da Carta credencial de Diogo Gomes de Figueiredo para a Rainha Regente.

AGS, *Estado*, leg. 2630 (71), 1 fol.

Para a Rainha Catholica

Muito alta e sereníssima princesa minha boa irmã e Prima eu Dom Pedro por graça de Deos, Princepe de Portugal e dos Algarves, daquém e dalem mar, em Africa, de Guine e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India,

ett^a. Sucessor, regente e governador destes reinos e senhorios envio muito saudar a Vossa Majestade como aquella que muito prezo. Nomeey a Diogo Gomes de Figueiredo por meu enviado extraordinário para hir dar a sua majestade catholica o parabém de haber entrado no governo de seus Reinos e domínios e lhe ordenei que com esta minha carta o desse a vossa majestade da felicidade e prudencia com que governou no tempo da regência e com que lhos entregou. Espero que com elle o saiba significar a Vossa Majestade de maneira que lhe seja agradável. E que Vossa Majestade agora com a sua direcção e conselho assista a Sua Magestade para que no seu governo tenha a mesma igual e prospera fortuna e Vossa Magestade o contentamento de lha ver e eu o terei e que se offereção occaziões de comprazer a vossa majestade.

Muito alta e sereníssima princesa minha boa irmã e prima, nosso senhor haja a pessoa de vossa Magestade e seu real estado em sua sacta guarda. Escrita em Lisboa, a 29 de Abril de 1676

Doc. 153

Madrid, 1676, 24 de Maio – Ofício do conselho de Estado sobre o desejo de D. Pedro de unir as suas forças de mar com as de Castela no ano seguinte.

AGS, *Estado*, leg. 2630, 59, 1 fol.

Marques de Astorga

D. Pedro de Aragon

Señor

En carta de 4 deste mês, refiere el Abad Maserati que en el gobierno de Portugal se procurar unir sus fuerzas marítimas con las de Vuestra Magestad el año que viene contra el enemigo común viendo los factos infructuosos que habían para esta de la insinuación que se les hizo de parte de Vuestra Magestad el año pasado de contribuir a ten justo intento siempre que las armas de Vuestra Magestad estuviesen desembarazadas del empeño de Mezina, a cuyo suzero aguardaba aquel Principe para entrar a la propoziçion referida. Cuya noticia /fol. 1v/ dize el Abad que participe por çierta y que haze evidencia que se mantiene constante el Principe en no hazer novedad en perjuizio de la paz.

Y habiendo se visto en el consezo parece que siendo Vuestra Magestad servido se le podrá responder al Abad diciendo que se queda con estas noticias y que vaya

avisando lo que se ofreciere siempre el punto de unir las fuerzas marítimas sin despedir, si empeñar se en esta materia.

Vuestra Magestad se servirá resolver lo que tuviere por mas conveniente.

En Madrid, a 24 de Mayo de 1676.

Doc. 154

Palácio, 1676, 2 de Junho – Despesas para a hospedagem de Duarte Ribeiro de Macedo.

AGP, *Reinados*, Carlos II, C^a 73, exp. n.º 2, 1 fol.

En execucion de la orden de Su Magestad para lo que toca al hospedaxe que su Magestade manda hazer al embiado extraordinario de Portugal que a llegado desta corre me he informado del condutor de embaxadores de la familia que trae consigo e que se deve hospedar. Imediacho que para la primera messa traz el embiado uns relixiossos y quatro sentiles hombres, y dos paxes que tocan a segunda messa con los demas que se a costumora y dez lacayos que se haze outra mesa, y para todos se previne una cassa, camas, con todos funciones de estas clases para [?] pacto con la comida, resultado por ocho dias que es lo que se a costumbra hazer sera nezessario quatro mil ducados, que devem entrar para este efecto en poder ilmi[?] esta[?] camara, y remeto a vuestra señoria tanto por mayor de lo que para cada cossa sera nezessario, de que se compone los quatro mil ducados que con bista del vuestro se servira ordenar lo que fuere servido y se hubiere de efectuar. Guarde Dios a vuestra señoria muchos años como deseo. Palacio, 2 de Junio de 1676.

Doc. 155

Madrid, 1676, 5 de Julho – Oficio do conselho de estado para dar a jóia ao enviado extraordinário português.

AGS, *Estado*, leg. 2630, 1 fol.

Marques de Astorga

Don Pedro de Aragon

Duque de Medinazeli

Señor

Havendo participado el condutor de embaxadores la noticia de que el embiado extraordinario de Portugal que se halla en esta corte está en animo de bolberse luego a

aquel Reyno por decir ha cumplido ya con la función aquel vinó, há parecido al consejo representará a Vuestra Magestad lo mucho que combiene que este sugeto vuelva con toda satisfacion de la forma con que ha sido tratado por lo que podrá influir en aquel Gobierno el agasajo gran se le hiçiere y assi juzga que Vuestra Magestad debe mandar se le dé la joya que se acostumbra a los /fol. 1v/ ministros de su grado pues es mas daquela brevedad en su despacho será en el parte de la estimazion por la conveniencia de escusar le el gasto que aquí haze debe atender se a lo que escrivo deste condiçion y natural el Abad Maserati para que no se le ponga en términos de desconfianza con dilatarse alto esta demonstrazion.

Vuestra Magestad madara lo que fuere servido.

Madrid, a 5 de Julio de 1676

Doc. 156

Madrid, 1676, 17 de Julho – Carta de Carlos II para D. Pedro sobre a representação de Diogo Gomes Figueiredo.

AHN, *Estado*, libro 358, fol. 249v.

Serenissimo señor la hora buena que Vuestra Alteza e da en su carta de la entrada al gobierno de mis reynos me ha sido mui estimable como haverla entendido de la expression del general Diego Gomez de Figueredo el qual ha cumplido enteramente con todo lo que nesta parte Vuestra Alteza puso a su cuidado y yo quedo con el de procurar corresponder al afecto de esta demonstración y a todo lo que pudiere ser mejor unión de las dos coronas gusto y satisfacion de Vuestra Alteza a quien guarde Dios ett^a. Madrid, a 17 de Julio de 1676. Yo el Rey.

Doc. 157

Madrid, 1676, 19 de Julho – Oficio do conselho de Estado sobre se dar passaporte ao enviado de Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 2630, 1 fol.

Duque de Alva

Duque de Medinazeli

Señor

Al despedirse de Don Pedro Coloma el embiado extraordinario de Portugal representó que desseava que Vuestra Magestad fuese servido de conzederle un

passaporte para que en los puertos secos por donde ha de pasar no se le hiziesse la molestia de reconocer su ropa ni ocasionar lo detencion en el viage con este pretexto ir otro alguno.

Y habiendo dado quenta de ello en el consejo es de parezer que por la parte donde toca se sirva Vuestra Magestad de mandar que se le dé el despacho nezessario para que ni se le lleven derechos por la ropa que facaré ni se le ponga embarazo en su viage /fol. 1v/ por ningún motivo pues esto mismo se ha executado en Portugal con los ministros de Vuestra Magestad y aca con los [¿]mas que hasta ahora han venido.

Vuestra Magestad mandara lo que fuere servido.

Madrid a 19 de Julio de 1676

Doc. 158

Lisboa, 1676, 3 de Agosto – Carta de D. Pedro a Carlos II onde propõe ser mediador na Paz de Nimega

AGS, *Estado*, leg. 2630, 1 fol.

Muito Alto e muito poderoso Principe meu bom Irmão e Primo. Eu Dom Pedro por graça de Deos, Principe de Portugal e dos Algarves, da quem e dalem mar, em Africa, de Guine e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arábia, Persia e da India ett^a Suççessor, Regente e Gouvernador destes Reynos e senhorios, envio muito saudar a Vossa Magestade como aquelle que muito amo e prezo. Grave culpa seria a minha diante de Deos se vendo do socego que foi servido dar a estes meus Reynos a sanguinolenta guerra em que por tantos annos em tao grande parte da Europa porfiadamente se derrama tanto sangue christão occazionando aos inimigos deste nome as hostilidades e progressos com que atrevidos infestao os mares e devastão a terra catholica não procurasse quanto em my fosse evitar os dannos que traz consigo tao horrendo monstro alimentado das mortes dos incêndios das ruinas e devastação dos Reynos, das cidades, das Villas e dos viventes e reduzir toda Europa a hum socego publico a huã tranquillidade universal a hua paz sicera e a hua geral união de uniformes vontades e como o não ser parcial de algum principe ser amigo de todos e igualmente aliado dos contendores me persuada que a minha medeação poderá ser a todos agradável tive por conveniente declarar a Vossa Magestade como faço a el Rey Christianissimo e aos Estados Geraes das Provincias Unidas este meu animo com toda a sinceridade e uzada sempre em todas as occaziões e que será ocurrente

religiosamente observada quando admitida esta proposição se cheguem a considerar os interesses de Vossa Magestade, no congresso de Nimega a que mandarei ministro. Muito Alto e muito poderoso Principe meu bom Irmão e Primo. Nosso senhor haja a pessoa de Vossa mercê e seu Real estado em sua sancta guarda, escrita em Lixboa a 3 de Agosto de 1676.

Doc. 159

San Lourenço Real, 1676, 22 de Outubro – Carta de Carlos II para D. Pedro sobre a escolha de Maria Antónia para sua mulher.

AHN, *Estado*, libro. 358, fols. 269-269v.

Al Principe de Portugal

Hallandome por la misericordia de Dios en competente idade para toma e estado y atendendo a dar este consuelo a mis Reynos que con entanable amor desean ver afinazada mi suçesion he deçiverado y hecho elecçion a este fin de la archiduqueza Maria Antonia mi sobrina por las relavantes prendas y circunstancias que concurren en su persona y sobresalen en mi primera y mayor estimacion lo qual he te /fol. 269v/ nido por bien que se publique desde luego y correspondiendo a la verdadera amistad que conservo y experimento de Vuestra Alteza he querido participarle esta noticia por que julgo será muy de su contentamento pudiendo asegurar a Vuestra Alteza que lo mesmo me suçedera en todas las que se ofrecieren de la combeniençia y agrado de Vuestra Alteza, de San Lourenço el Real, a 22 de Ottobre de 1676.

Doc. 160

7 Cadernos de Minutas de officios de Duarte Ribeiro de Macedo, enviado de Portugal em Madrid, ao Secretario de Estado. 1677-1679

ANTT, MNE, cx. 913, 1º caderno, mç. 1.

Copia das cartas que escrevi de Madrid ao secretário de Estado

1.º Caderno

Madrid, 2 de Dezembro de 1677

Senhor meu, já terá chegado Thomas Rufo e entregue a carta que escrevi a vossa merce e tambem hũ maço que escrevi na posta que se seguio a sua partida.. ambas estas cartas tinham alguma consequencia e de ambas espero com cudado a resposta. Pelas postas vou continuando a escrever cõ cuberta a João Duarte da Costa como fazia de França ate vossa merce me ordenar o contrario, e já na ultima dice a

vossa merce a cuberta que podiam traser as que vossa merce m escrevesse. Tem passado duas postas sem carta de vossa merce nem tive ate agora ~~outro~~ mais que hua que achei na mam de Thomas Rufo. Hu fico amanhaã corrente para poder pedir audiência como farei logo amanhaã. O conductor dos embaxadores veyo aqui offrerecer-se antes deve avisar a que fiz hoje para ~~vir a euza~~ me ver àmanhã.

Tem me vezitado o merquez de Portoseguro D. Antonio seu tio. Hontem veyo o Duque de Arcos, o conde de Linhares, duas vezes. Porto seguro he falador esquecesse no meyo da conversação do que quer dizer era trabalho se lembra ouvi que estivera já cõ faltas de peito, e assim todos os mais. Linhares he muito leve em afirmão o que afirmativamente não sabe. O que avizei a vossa merce sobre o que dice o Duque d' Alva tenho por incerto porque os conselheiros de Estado não dam a mam aos inviados nem do emperador mas será justo que nam ma dando a mira façam lá o mesmo os nossos conselheiros de estado porque eu sou o primeiro enviado que os vizita que Diogo Gomes como não vinha a negocio não teve necessi /fol. 5v/ dade de os visitar.

Aqui vive hũ troço de portugueses que chamao Meneses Borges de quem tem conhecimento o senhor Duque de Cadaval retirou se por hua morte não me parece capaz de fazer velhacaria contra os serviço de Sua Alteza antes dezeja servi-lo, hũ dia destes me veyo buscar e me dice que Francisco de Mendonça lhe pedira me dissesse que desejava muito verme mas que o não queria fazer sem minha licença, disse ao moço que o fosse entretendo e lhe dissesse que me não pudera achar só para me dar o seu recado. Se Sua Alteza lhe parecer falar lhe ey mas tenho esta diligencia por inútil. Eu creio que foi traidor antes da paz porque teve comunicação com hũ D. Gregorio ou Bernardo Portocarreiro que perdeu hũ braço e ficou prisioneiro na batalha do Canal e era então e he hoje toda a confiança de D. João. Logo que o Mendonça aqui chegou escreveu a Saragoça a D. João e ao portocarreiro e teve respostas suas que mostrou a muitas pessoas e não escrevia a Saragoça donde nada esperava sem comunicação antecipada. Escrevi a vossa merce que elle tinha mil reales de Bollom todos os mezes, sem dous mil que sam 20 dobroes. Tem carta de Marquez de Frexinal e querendo tomar pexe se levantou o povo e seria cõ ordem dada porque se lhe não difirio mais ao que sobre isto requerer.

Hoje me dicerão que o Duque de Medina Cidonia minha accupação trada corte e ficarão de me dizer amanhã qual era o decreto a favor dos portuguezes he que se lhe dará o porto immediato aquelle que tiveram na guerra se isto se sabe poderá tirar alguns

vassallos do Reyno. O senhor Conde de Oropeza não he ainda /fol. 6/ vindo nem eu tenho mais que dizer assim alem do que vai no papel e carta junta. Deos guarde

Madrid, 9 de Dezembro 1677

Sábado passado, avizei ao conductor dos embaxadores para pedir dia em que eu fosse falar a El Rey, buscou-me no mesmo dia e me mostrou hua carta do embaxador de Veneza escrita na sexta-feyra em que lhe pedia o mesmo, este ministro entrou nesta corte a 2 de Novembro, me dice que aquella antecipação obrigava a se lhe dar primeiro audiência mas que entendia que no dia seguinte à sua aferia audiência ainda me não avizou mas sei que lhe está concedida a elle para amanhã quinta feira e que me seguirá na ~~depois de amanhã~~ na sesta. O que seu porque foi ordem ao conde de [?], que he o mordomo da semana, para o esperar a elle amanhã e a mim depoes de manhã. Eu estou preparado muito como convem ao nome de ministro de Sua Alteza.

Este conductor dos embaxadores he Buscainho de nação, homem entendido e cõ mui estreto das boas letras. Dice me na conversação algumas cousas sobre a boa correspondência que desta parte se desejava ter cõ Sua Alteza hacrescentou que a medeação em que se tinha vindo cõ apuração de todos se tinha hoje feito necessario a esta coroa, porque o senhor Rey de Inglaterra tinha mostrado por muitos actos que era parcial, porque o papa se mostrava tão ofendido deste ultimo caza de Roma e pedia tais satisfações que ainda que se lhe decem ficaria suspeitorzza e que Veneza fica excluída pela passagem que negara às tropas Alemans pelo Adritático o que o Emperador passado daquela Republica pertendera desculpar. E que assim não ficara outro medeasão segura no congresso que a de Sua Alteza isto seria discurso hu contudo lhe respondi que podia segurar do animo de Sua Alteza que o seu único /fol. 6v/ motivo.

Ora a par da Christandade e que so desejava que os meynos para se conseguir fossem justos, fáceis e convenientes a todos os interessados. Pelo que se colhe das praticas dele no seo embaxador de Veneza elle vem procurar de novo a medeação. E todos devemos desejar muito que Sua Alteza mande co brevidade os seus ministros.

Estes dias ouve vários conselhos de estado, procedidos de correos de Italia ali avendo ate agora he fico há agora 3 de Roma e os receyos de Milão porque El Rey de França como já dice junta em Pinerol hua grandíssima quantidade de munições e mantimentos e senhora Duquesa de Saboya mandou a Paris o Marquez de S. Mauricio que achei naquele corte embaxador, he certo que há de pedir França duas couzas a Saboya, ou o paço para as tropas que lhe não poderá negar ou que sedulares. Este

temor poderá facilitar requerimento que tem nesta corte, onde nada se faz em beneficio alheio senão por medo.

Aqui vive hu Diogo Trigeurios que foi secretario do conselho de Portugal, acabou com a guerra este exercício mas continuasse lhe o ordenado que tinha. Este homem he intimo amigo de Francisco de Mendonça. E francisco de Mendonça tem tanta confiança nos amigos de cá e tão pouca vergonha que anda espreitando o dia da minha audiência para se achar no paço.

O principe de Montersachio que aqui está como prisioneiro, dice a hu ministro estrangeiro que elle fora mandado cõ hua esquadra as costas de P.l (palácio) no tempo dos tratos de Francisco de Mendonça e que lhe falara em certa paragem hu sinal que se lhe avia de fazer lá verdadeiro se isto concorda como que passera nesta velha materia.

Nomearão há dias o condestável Colona para Vice Rei de Aragão agora veyo resposta sya que asseitava e partia a executar aquelle posto. Confirmarão Monterey no governo /fol. 7/ das tropas de Catalunha e o que se devia de occupação ao Duque de Medina Cidonia não tem saído a Luz.

Aqui me veyo o duque d'Arcos. A corte não está bem com a senhora Duquesa s.me. porque oferecendo-se-lhe despoes deste governo a chave dourada se escuzou acrescentando que seu irmão era mais desocupado que elle e dando a entender que daquela caza só os segundos podião servir, pareceo que fora isto inspiração da duquesa porque nelle há pouquíssimo talento.

Madrid 15 de Dezembro 1677

Ser sexta feira passada 10 deste mez a Embaxada de Veneza a sua entrada que aqui costumão fazer a cavallo os embaxadores, na primeira sala do Paço achou o Conde de Medelhim que o levou à audiência. No sábado falou a D. João d'Austria. Esperei recado no domingo veyo o conductor a me dicer que não cudasse que se esquecia, deu-me hua memoria que lhe tinha pedido de todos os ministros de Principes estrangeiros que estavam nesta corte e outra de todos os conselheiros d'Estado. Estando comigo meya hora de despedio dizendome que brevemente me viria dar avizo para ir a falar a Sua Magestade tem-se passado 3 dias sem recado, e 13 do dia em que pedi audiência, he verdade que a semana passada ocupou-a audiência do embaxador de Veneza. Hontem me dice o Abbade Dini que ouvera hũ conselheiro de Estado de Palacio a mão ao Abbade Maserati na avião de dar a mim. E pelos mais notaram pelos costumes das cortes se não alteravão nem se podia uzar comigo esta

cortesia, e dexas sem ella os enviados que ouvesse /fol. 7v/ e pudesse aver de testas corvadas mas que se não resolvera nada.

Eu não me [?]era cõ esta dilação porque suposto que com ella nenhũ negocio se retardou, dezejara ter p[?]no respostas dos avizos que fiz particularmente sobre Francisco Mendonça porque tenho entendido que convem ao serviço de Sua Alteza alguma diligencia neste caso. E que os criminosos de leza majestade não achem agasalho e premio nesta corte que isto nehua outra vouza he mais que convidar e anumar ao que o quizerem ser. Entre os reyes de França e Inglaterra está avendo diferente correspondência por _nenoa graves matérias. E só permitem o passo pelas suas terras aos criminisos em qualquer materia de estado de hua e outra coroa e a Antiguidade esta cheya destes exemplos.

O governo passado não avia de fazer cõ o Mendonça o que estes faz e teve tanta moderação cõ humanes que a nenhũ requerimento lhe deferirão e era notoriamente mal visto. E vindo aquo Diogo Gomes o mandarão sair de corte e me consta que o secretario que foi nessa corte do Barão de Bateville fiz que sabe que quando Humanes aqui chegou estiverão rezolutos os ministros daquele tempo a desterralo. Elle ainda agora se teme porque hũ secretario seu dice ao enviado de Saboya falando que a duquesa se dularia por França que tambem Portugal faria o mesmo o enviado vinha a pedir algumas couzas que se não podiam fazer. Histo concorda cõ o que avizei que me dice o Abbade Dini. A resolução que Sua Alteza tomou sobre a medeação o fez tremer e só por aquelle meyo ao de fazer o que Sua Alteza quizer e ão de rezositar esse Reyno, cujo silencio no estado prezente os livra da ultima ruina e esta he a verdade que aqui se apalpa cõ as mãos e sse vé cõ os olhos.

O mais vai em papel a primeira essas duas folhas impressas achei aqui que não tínhamos por lá visto, inda que são de matéria velha são curiosas /fol. 8/

Madrid 29 de Dezembro 1677

Senhor meu, a carta que faltava chegou as mãos de vossa merce foi cõ cuberta a João Duarte da Casta agora continuo a posta na cuber a Thomas Correia d'Alguem e Luiz Teixeira pode continuar a por na cuberta das minhas a D. Sebastiam de Miranda que he o primeiro nome que lhe avizei cõ o que ficamos corretos neste particular pareceu tenho que dizer a vossa merce nesta alem do que vai nos papeis juntos. O embaxador de Veneza vai amanhaã a Toledo falar à Rainha, acautelou se e mandou dizer pelo conductor dos embaxadores que trasia ordem da sua Republica para falar a

Rainha mas que tambem a trazia para o fazer a saber primeiro aos ministros e seguir o que lhe dissessem, respondeu-se lhe que fizesse e que não podia ter nenhua duvida o contrario parese me que tambem a devo fazer, e fazer primeiro cõ bom mudo aquella diligencia e assim pelo que aqui digo como pelo que vossa merce verá de hũ dos papeis juntos espero carta de Sua Alteza. Daqui a Toledo sam sete legoas vossa merce gasta nesta diligencia 8 dias. Espero que se lembre vossa merce daquele dinheiro que os gastos são mais do que se pode cudar. E tambem que creya vossa merce que me alegre muito cõ saber que tem vossa merce a saude que lhe dezejo. Deos guarde /fol. 9v/

Madrid 6 de Janeiro de 1678

Já tinha dado na posta passada conta a vossa merce das minhas primeiras funções cudo que cõ aquella meudeza cõ que vossa merce nesta carta de 20 de Dezembro me encomenda. O que então faltou vau no papel junto que será justo não saya do segredo mais intimo de Sua Alteza e vossa merce mande decifrar particular que vai nesta. Fui ver em primeiro lugar o condestável que está de cama falu.me cõ a gratitude que lhe he muito natural mas muito cortesmente perguntou-me por Sua Alteza, que Deos guarde, em que se ocupava em que entretenimentos aliviava o cuidado do governo e ultimamente me dice que a experiencia me mostraria quanto elle desejava servir a Sua Alteza pareceu-me homem entendido e que mostra bem ter servido e sabido de Espanha. Seguiu.se a esta vizita a do Duque de Medinaceli que vive no Paço como sua molher. Tambem me dice muito do que desejava servir a Sua Alteza da estimação que fazia de eu o ver pela grande representação que tinha e por minha pessoa tudo cõ grandes cortesias. Hontem fui ao Duque de Ossuna que me foi mais agazalhos que todos encarecendo muito quanto estimava o ser portuguez e que como tal tinha grande veneralam à pessoa de Sua Alteza, tem suas fermosas cazas e gentilmente adornadas cazou há pouco hua filha cõ hũ filho de Medinacelli. Estes dous não me derão a cadeira. O Gentil homem de ambos me acompanharão ate a Carroça e na caza de Ossuna avia hua grande ostentação de criados. Ambos me parecerão sogeitos vulgares. Como he necessario pedir hora nestas particulares visitas levam todo hũ dia e dous se se não achão em caza. Faltão me trez, duque d'Alva, Marquez de Astorga e Conde de Villar Hambrosa, e se lhe seguem os secretários de Estado. O Abbade Dini me quis persuadir que visse o Conde de Humanes, Prezidente da Fazenda porque entendia convinha assim ao serviço de Sua Alteza e que podia ey

mandar dizer a Sua Alteza que elle mo advertia. Solo me pairesse diligencia do mesmo conde. Sua Alteza me ordenrá o que for servido.

Sobre a paz entre Olanda e França escrevi na posta passada o que sabia de mais particular, e o geral de que se faz come aqui entre /fol. 11/ os ministros estrangeiros.

Nesta corte se trata de buscar remedia a moeda de Bollon porque entre os graves danos que se tem padecido cõ ella, he agora mais sensível cobrar El Rey toda a sua fazenda a sua fazenda em Bellon e fazer as remessas em prata cõ o que são necessários dous milhões de Bellon para hũ depratas mas os remedios são mais difíceis dos que lá podemos buscar para acabar a nossa moeda porque se afirma que há 30 milhões desta moeda entre os vaçallos. Os dobrões se igualarão agora cõ as patacas e val cada hũ 4 patacas. O que vossa merce advirtirá aos ministros porque agora ~~entrará em dobrões mesmo que entrava em patacas~~ subirão os dobrões lá a 24 tostões e se subirem levarão em dobrões o que levava em patacas porque se levaro mais facilmente mas tambem mais facilmente sahirão. Se nos pudéramos serrar a porta a saída ainda que de cá entra pouco nos acharemos brevemente cõ muito. Parece-me sempre que não podia ter duvida asseitarem os nosso cabos as joyas que se lhe mandaram porque he estilo entre todos os príncipes.

Aqui corre que el rei de França tem publicado hua hornada a Seam se assim hé não pode ter outro fim mais que a guerra de Italia.

Parece-me conveniente que me venhão cartas para a Rainha e que procure eu ir a Toledo na forma que tenha dito porque cada dia perderá aver hua mudança que faça conveniente esta diligencia.

Francisco de Mendonça he hũ Barbaro sem entendimento nem amor a sua pátria cõ o que fala della faz o seu delito cada vez mayor dava por contente desta parte diz que só aqui se pode viver porque há muito que dar, he necessária hua trombeta para lhe falar só vendo se fora daqui e que lhe não poderão dar algũ despacho poderá diser alguma cousa nunca mais falou em querer falar me. Contudo se Sua Alteza quizer que lhe fale o farei, e procure que silva se introduza com hũ criado seu para por ali intentar c[?]mpilos. /fol. 11v/

A carta atraz em cifra

El rey não he grande de corpo mas tem bastante corpo para a idade de 16 annos que fez em Outubro pasado, he magro, tem pernas delgadas e mal feitas, alvo cor que mostra saude e a vai fortificando cõ o exercício do campo onde vai muitas vezes. O

rosto he extraordinario porque da testa a barba é disformemente cumprido e de orelha a orelha muito curto.

Os beijos austriacos hu e outro e o quexo debaxo todos para a parte ~~direita~~ esquerda não sabe ler nem escrever nem pode ver o mestre não se queria dexar pentear e forao tantos os piolhos que lhe fizeram chagas na cabeça cõ o que foi necessario cortar lhe o cabelo que comessa a lhe crescer muito curto. Enfm estes grandes tem o que ão _ster costumados desde Fellipe 3.^a a governar como elles querem mas se as cousas forem como ate afora pode Sua Alteza mandar preparar hũ quarto em Cintra.

D. João tem boa tenção no que toca ao governo se o quer para si ou para seu irmão, Deos o sabe reformou inteiramente o conselho da fazenda e estando nelle hu grande parcial seu o sirve tambem fazendo de poes secretario do conselho real, i da presidência d'Orleans o duque de Ossuna porque vendia tudo o que lhe passava pelas mãos e depois o prezidente de Castella, por ser hũ contratador publico. Devia grangear outra vez a vontade do povo, procurando que os mantimentos corraõ a melhor preço. E para isto fes assentos para carne, vinho e pam, dando so _dobrões aos homens que os tomarão para aumentar o cabedal co que entrão não há grande que o não dezeje sem poder porque governa tudo sem lhe dar parte e elle os teme porque vau fraqueando muito nas resoluções. E o pouco juízo d'El Rey o faz tambem temer suas se a Rainha e os grandes se costumarem a sofraki o que não he fácil melhorará o estado prezente do Reyno. A sua be[?]pe que assim lhe chamão continua comunga todos os dias, e não cada outo como eu dire cõ menos informação.

O principe de Parma veyo aqui desgosta-lo de lhe tirarem o governo de Catalunha e de caminho esteve dias em Toledo /fol. 12/ deve hũ memorial em que unicamente lhe pedia o fizesse gentil homem da camara. Se lo paresse negociação da Rainha e dos descontentes que o querem meter de dentro para ter ocasião de fazer a El Rey cõ o que se D. João lho concede te, hũ grande perigo se lho nega hũ grande escândalo porque se tem por cousa nova que hũ sogeito de caza soberana queira aquella occupação /fol. 12v/

Madrid 13 de ~~Dezembro~~ Janeiro 1678

Senhor meu, fui continuando cõ as vezitas e depoes da do Duque de Ossuna que foi a ultima que referi a bossa merce vi o Duque de Alva em quem achei muito aggrado e muita cortesia porque me veyo esperar trez cazas fora de hua galeria em que nos sentamos em careceo muito o quanto dezejava poder ser útil no serviço de Vossa Alteza que a experiencia mostraria a sua inclinação porque era da opinião do

grande Duque d'Alva seu [?]rcrito Avó, que tinha por necessaria a nobreza de Castella a separação de Portugal.

Passou a dizer grande humores da nação portuguesa não só pelas suas alões antigas mas pelas modernas o que lhe respondi pelo lizongear que fora grande dita nossa não ir diante dos exércitos de Sua Magestade hũ Duque de Alva mostou agradarse desta lisonja e diceme que responderia cõ o mesmo Duque de Alva que costumara dizer que não sugeitara os portugueses por menos valerosos mas pelos achar _osenhos.

Mandei pedir hora ao Marquez de Aztorga que se escuzou por ser naquelle dia o recebimento do filho do Duque de Medina Celi cõ o que fui ver o Conde de Villaumbrosa que tomou a vezita na cama, he homem de idade gotoso ~~mas~~ entendido e cõ boas noticias dice me que era razão que fizéssemos muito amigas estas duas nações que tantas maravilhas aviam feito no mundo que a mayor na sua opinião fora irem por diferentes caminhos juntarem se nas málicas. Ao que de prepósito lhe não quis dizer que hũ portuguez levara os castelhanos. As_res /fol. 13/ cento a que pela America eramos tambem muito vezinhos porque do Rio de Janeiro a Buenos Aires se podia fazer hũ grande comercio. Dice-lhe que me alegrava muito de achar em Sua excelência aquella opiniam porque o interesse dos comércios era o que mais estreitava união em estas nações.

Do dia seguinte me mandou o Marquez de Astorga diser que esperava por mim fui e tambem foi larga a vezita porque falou nos acomodamentos que fizera em Roma entre o Marquez das Minas e o Cardeal Chisi perguntou-me pelos filhos do Marquez e muito particularmente pelo Conde de Atalaya. Dice-me as novas que correm de Inglaterra ~~que me dice~~ que tinham chegado naquella manhaã com que esta corte esta em o alivio que tem hũ efermo quando lhe inculcão hũ remedio e lhe prometem cõ elle a saude. Perguntou-me se erão partidos para Nimegue os ministros e foi o único dos conselheiros de Estado que e falou neste particular e esta única pergunta cõ que me achei embaraçado respondi lhe cõ a generalidade de que senão erão os partidos partirião brevemente, todos estes concelheiros de Estado me derão a posta ao sair e a entrar mas occuparão a melhor cadeira. O conductor me veyo dizer que todos desejarão achar meyo para dar mais este paço comigo mas que me tratavão como aos enviados do emperador e dos Reyes como eu podia saber do embaxaodr de Inglaterra que aqui estava que para fora enviado muitos anos que as cortes tinhao diferentes costumes que se alterassem este comigo dicariam obrigados a altera lo cõ todos o

ofender a todos. E que por esta mesma razão se devia na nossa corte seguir cõ cada hũ dos enviados o que se costumava cõ todos. Não repliquei ao conductor antes me mostrei muito obrigado ao agrado que achara em todos /fol. 13v/ seis são os concelheiros do estado que hoje há na corte fui ao outro dia ver o secretario do Despacho Universal que chamão D. Jeronimo de Eguia qu me recebeo cõ grandes cortezias passadas as particularidades me dice que em todas as nações avia sumo meyo e ínfimo mas que isto senão entendia pela nação portuguesa porque avendo ele tratado muitos portugueses todos achara entendidos e agradecei a opinião que tinha de nós, e que erão de nós tao estimadas todas as suas que esta nos dexaria cõ vaidade. Falou nas noticas d'Inglaterra e fez a mesma pergunta sobre os plenipotenciários, falamos nas cousas de França e ultimamente lhe dice que suposta que o meu mayor negocio era dizer lhe a elle e a todos os ministros de Sua Magestade quanto Sua Alteza desejava continuar boa paz e correspondência segura e útil a ambas as coroas contudo para os negocios que se podiam oferecer pedia a Sua Magestade ministro a que recorrer na forma em que ouvia praticar nesta corte. Dice e que logo faria esta diligencia e que me segurasse eu que não avia de ~~fear~~ faltar ~~da sua~~ da parte d'El Rey seu senhor a mesma firme e segura correspondência.

Visitei em ultimo lugar a D. Pedro Coloma secretario dos negócios de Espanha e Flandes homem cortez e agradável. E assim nelle como em D. Bem de Legara secretario de Estado dos Negocios de Italia achei a mesma cortesia que nos mais.

A resolução d'El Rey de Inglaterra tomou declamar o par La.ro para 28 deste tem esta corte em grande esperança lo saberá Sua Alteza o que visto há por Paris a Londres. Dizem que foi mandado a Paris [?] Durás que levou queixas d'El Rey sobre a entrada de S. Gelein e pra El Rey de França lhe respondera que lhe não quisesse atar os trassos esta he a frasier co que aqui se explicam e que ofendido desta resposta chamara el Rey de Inglaterra o parlamento para lhe pedir direito e declarar-se.

Ao principe de Parma derão a chave dourada como a /fol. 14/ pedio pelo memorial cuja copoa vai cõ esta. Não está satisfeito depois de ter a chave deu a El Rey memorial em forma de manifesto pedindo reparação da afronta que lhe fizeram de o tirar de Catalunha para meterem hũ tão gende general como Monterey e diz que será obrigado a imprimi-lo, se el Rey lhe não satisfaz e publica lo por toda europa. Tem se por infalível que comunicou esta resolução cõ todos os descontentes,

Mandei Manuel da Silva a caza do duque de Medina Çidonia a pedir-lhe licença para o ver seguindo a ordem que trasia de Sua Alteza mas que tambem a trasia para

me auster desta vezita se assim fosse conveniente. Recebeo com grande cortezia fazendo o sentar e combrir perguntou muito por Sua Alteza e depois de hũ largo espaço lhe dice que me não dava hora para buscar porque o queri afazer primeiro e o não tinha feito por me dexas acabar as funções publicas senão vier foi escuzar se cortesmente de apartar a vezita. Hontem o encontrei em hũ passeio e me fez hua grande cortesia porque conveniente que eu vezite o Principe de Parma pelo parentesco que tem cõ a caza de Sua Alteza e pelos accidentes que podem succeder, e suposto que eu o pudera vezitar se pedir ordem a Sua Alteza a todo o tempo que o fizer lhe direi que a recebi de novo porque quando vim não se supunha que estava elle na corte.

Ao marques de Astorga cõ quem falei devagar e cõ a ocasião das novas de Inglaterra dice o que Sua Alteza me encomendava na instrução que vossa merce me mandou e pelas mesmas palavras o que me respondeo que as couzas se punhão muito fora do cazo do rompimento assi o escrevi a D. Francisco de Mello. /fol. 14v/

Madrid 21 de Janeiro 1678

Senhor meu, tenho dado conta de todas as funções. Estes dias gastei em receber vezitas dos invidados e em os buscar e pagar outras vezitas. Ainda me não nomearão ministro para conferir e ate agora se não pedeo tempo porque qui esgotar as diligencias co Francisco de Mendonça está feita a que Sua Alteza ultimamente me encomendou. Respondeo que elle não tinha co que merecer porque gora injustamente sentenciado pelas bulas de Portugal que tantas obrigações devião a seu pay e ~~outras~~ ~~simples~~ e que não podia ver becas nem em Madrid, com outras simplificadas como esta.

Manoel da Silva tem feito cõ mui boa traça toda a diligencia conveniente cõ o criado que chamão Manoel de Saldanha [?] de junto a Coimbra. Ultimamente lhe dice que se esperasse por seu amo não poderia em toda a sua vida ver a sua patroa mas que se quisesse servir o seu Principe [?] a poderia ver com honras e conveniencias que se dispusesse a faze lo expedio juntamente as conveniencias que quisesse anda abaladíssimo. Diz que não sabe couza positiva que possa declarar que quando seu amo fugiu de Portugal fora recebendo hũ escrito em hua letra groça e disformemente grande em que lhe dizião que fugisse que agora as pessoas de que mais se queixa he do marques de Fronteira e do Conde de Villar Mayor que lhe não sabe correspondência em Portugal em fim o troço anda de sorte que se tiver que dizer o há de fazer. ~~Este da~~ ~~minha~~ cõ o que entendo ministro conferente lofo faço a diligencia principal e se della

resultar mandarem no sair daqui o moço [o moço] há de desesperar se e ~~melhorar~~ e procurar melhorar de fortuna.

O Abbade Dini me disse hũ dia destes que o Principe de Parma lhe perguntara por mim cõ espanto de que vendo o todos os ministros eu o não visse, a que lhe respondera que poderia ser algũ reparo meu sobre o tratamento e que o Principe lhe dicara que não tinha duvida lhe dará mão e pagar me depoes a visita e que uzava comigo o que não uzava cõ os outros enviados, pela grande estimação que fa[?]a do parentesco cõ a caza de Portugal fui vello hontem. Fui vello /fol. 15/ sahio hua caza sua da em que ve falou a receberme e acompanhou me deu me a melhor cadeira e tratamento de senhoria, estive com elle largo tempo. Está disformemente gordo não lhe falta juízo e noticias. Dice-me que toda Europa falava na chave que recebera de El Rey que era só de entrada e não de assistencia como a tivera Philisberto de Saboya, e que para a elle pertender tivera particulares razões.

Nomearão o Cardeal Porto Carreiro embaxador extraordinario a Roma dizem que a trará ali hua liga defensiva com todos os Principes de Italia.

He grande o reparo que se faz na continuação das fortificações do Reyno e mal se encontre a pena que into dá. Dice-me hũ sугeito grande que isyo mostrava desconfiança n.º à nação respondi-lhe que as fortificações que se acabavam erão as que a guerra dexara principiadas e que nós tínhamos entendido que as fortificações fazião as cidades mais fermosas. /fol. 15v/

Madrid 28 de Janeiro 1677

Senhor meu, por esta carta de vossa merce de 10 de Janeiro veyo que tinha chegado as que escrevi em 30 do passado cõ a noticia das audiências que tive d’El Rey e D. João cõ que cessarião os discursos que poderia aver ocasionado aquella dilação.

Vejo o que escreveo D. Francisco de Mello sobre a paz e me conformarei cõ o que lhe parece e mais agora depoes da entrada deste [?] que dificulta ou impossibilita a reparação dos danos de Suecia. Se os príncipes do norte desocuparem as suas tropas e as puderem passar ao Rim, e Inglaterra se declarar França sera obrigada a fazer a paz. Mas estas duas couzas tem grandes dificuldades. Os príncipes do norte não hao de mandar as suas tropas sem lhe pagarem os subcidios que lhe prometerão. E eu vejo e falo aqui cõ os ministros de todos aquelles príncipes que dos atrasados não podem cobrar hũ Real e já a de os Namburg se foi desenganado e os mais farão o mesmo. Olanda diz que não pode só acudir àquelles Principes. El rey de Inglaterra não há de

querer tomar sobre si todo aquele pezo e não se durará sem lhe darem os [?]ende en Nioport como me dicerão que dava a entender. Para Catalunha todos os esforços que tem feito as duas Castellas este anno constao de 300 infantes e 200 cabaleiros de remonta, de granada e Andaluzia não sei mas será o mesmo numero. A coroa de aragem prometeo 1500 homens e impondo-se hũ tributo para os fazer não chegou no direito necessario. Cizilia depende da esquadra Olandeza. Flandes está cõ a Candea na mam. A Alemanha gritando que não pode alogar as tropas do emperador e o emperador pedidno direito a esta corte para as poder pagar e evitar os danos que fazem aos povos e aqui não há cõ que acudir às cauzas domesticas. E a todos os ministros dos Principes dizem que Flandes e Italia estão mais à sua conta que à de Espanha. Isto suposto tambem me parece que estes homens que não podem fazer a guerra, ão de fazer /fol. 16/ a qualquer preço a paz se naoe stao l_cos ou alguma fatalidade os tem obstinafos para sua ruina e farão bem se se virem desenparados dos princies de norte e se não virem assistidos dos de italia em se acomodar cõ França e tirar alguns interesses pelo resto de Flandes e conservar desta sorte Italia e Espanha. A verdade de estado das cousas he esta, e a miséria em que isto está he mayor do que sei representar. E cõ estas considerações desejo muito que Sua Alteza e o seu conselho se persuadão que nam he dificultosa a paz antes muito provável o fazer se e sera desgraça grande que amanheça hũ da feita serm que Sua Alteza saiba o como se faz e tive algum interesse della nalgua liga defensiva com França. Diceme o Abbade Dini que S. João escrevia actualmente ao Rain há de França e corrião muitas cartas de hua e outra parte se he verdade algumas propostas levao e trazem.

Fico cõ cudado cõ esta carta para o duque de Medina Cidonia porque se escuzou de que eu vise enão me tem visto. Esperarei mais alguns dias. Estou desenganado de poder tirar alguma couza útil de Francisco de Mendonça e do criado cõ o que passarei esta semana a introduzir aquelle nefocio.

D. Francisco de Lima me escreveo de S. Lucar hua carta que traz o capitulo que vai junto, materia he aquella que pede grande consideração. /fol. 16v/

Madrid, 3 de Fevereiro de 1678

Veyo o correo da estremadura hoje faz 8 dias sem cartas de Portugal e hoje tarda e me he forçado escrever a vossa merce se ver huas e outras se vier a tempo e achar a que responder ainda o farei.

Aqui se entretem todos na esperança do que sucede em Inglaterra como o único remedio da monarchia. Tive hua larga conferencia cõ o embaxador de Inglaterra em

caza do Duque de Ossuna he homem entendido e com nove annos de pratica desta corte diceme que esta gente estava em estado que ignoravão igualmente os meyo por onde se perdião e por onde se podiam remedear que perdendo hoje a sua salvação d'El Rey seu senhor falavão nesta materia como puderam no tempo de Carlos 5.º e de Phelippe 2.º dizendo que não queriam que el Rey declarasse para _mos delles mas per amor de si, que elle tinha a declaração d'El Rey seu senhor por negocio de grande peso porque se entresse a guerra avia de fazer conta só das suas forças e não desta monarchia por cuja causa se declaravão que o tempo me iria mostrando o estado, em que isto estava. E não desse credito nesta materia ao que lhe ouvisse a elles porque os poucos enganados erão elles mesmos e cada dia lhe fazião a elle proposições de couzas que elle sabia que não podiam cumprir e outras muitas couzas deste mesmo género. Perguntei-lhe se era certo que vinha aqui hũ enviado extraordinário de Inglaterra como se diria dice-me que não. /fol. 17/

[...]

Madrid 24 de Fevereiro 1678

Recebi o correo pasado de vossa merce de 7 e a que faltava de 31 do passado com que vinha hũ macete para França tudo aberto e tomado a serrar grosseiramente. E suposto que foi aberto por quem quis ver as cartas do nome sobre que vinhão me mandei queixar ao correo mayor que respondeu cõ grandes satisfações e juramentos que assim vierão de Portugal onde os postilhões abre todas as cartas do que elle se tinha por varias veses quezado ao correo mor. Isto pede que vossa merce lhe mande fazer hua advertência.

O proprio que chegou aqui de Inglaterra a 13 como escrevi a vossa merce ate 20 não foi respondido a 20 mandou dizer o embaxador de Inglaterra a D. João que o despachava se por todo o dia seguinte não tinha resposta, partio em fim a 22. As cartas que vierão pela posta erão anteriores às que trouxe o proprio contudo depoes de se receberem se falou na paz cõ mais duvida e quasi na mesma forma que me escreve D. Francisco comumente se afirma e o colhi de hũ confidente do embaxador de Inglaterra que os Ingleses pata se declarar pedem 500[?] patacas logo 100[?] todos os mezes e hũ porto em Flandes o qual se restituirá feita a paz e satisfeitos de tudo o que se lhe dever do dinheiro que pedem.

Tudo se comederá e a prassa ficará aos ingreses que não poderam ser pagos, porque a nenhũ dos coligados se tem satisfeito cõ o prometido e ate ao emperador se devem grandes somas. A tençam desta gente he meter de dentro el Rey de Inglaterra e

depoes dextrar tudo o que não podem à conta dos ingrezes. Não ignora isto o embaxador de Inglaterra que assim mo dice.

D. Francisco me diz que entende que o congresso de Numegue se romperá se el Rey de Inglaterra rompe porque não fica lá medador e Jeronimo Nunes que se desejam os medeadores de Sua Alteza cuja só será a gloria. Os ministros interessados me falam sempre nesta materia e só esta corte não fala nella. /fol. 27v/ A sentença da Valensuela foi certa não se declara outra culpa mais que por convir assi ao socego publico nem se publicou. O degredo he des annos para as Filipinas que passados poderá fazer de si o que quizer e se lhe assinao 40 patacas para seu sustento.

No Peru há hua Ley que condena como crime de traição a quem commerciar da-lo em direitura Às Filipinas porque se daquela parte se abrir o commercio às ropas da China se perderá a de Espanha. Isto suposto o Conde de Medelhim presidente de Indias foi agora accusado de mandar do Peru hua não todos os annos a Manilla interessado cõ o Marquez de Malafon Vice Rey do Peru. Fez esta acuzação hũ governador de Cartagena que no conselho de Indias foi condenado por culpas do seu governo e me dizem que he da obrigação do Duque de Medina Cidonia. O conde cahio doente de perigo mas fica melhor e me dicerão que tinha ordem para não ir ao conselho.

O duque de Alva ~~fica doente~~ esteve de cama por isso lhe nam falei em negocio. Se hoje recebo as cartas do correo vou amanhã a Toledo se não partirei sábado infalivelmente. /fol. 28/

Madrid 10 de Março 1678

Senhor meu, Sabado 5 deste mez me veyo buscar o senhor Duque de Medina Cidonia e me deu essas duas cartas hua em que responde a Sua Alteza e ouyra em que disse lhe dava conta do seu cazamento. He muito cortes, muito entendido e tem justamente a opinião do sujeito da mayor capacidade que aqui há perguntou-me muito por Sua Alteza e por suas occupaões com termos sempre de grandíssimo respeito tem traça e juízo ~~grangear as vontades~~ se fazer senhor das vontades de todos. Detevesse comigo e me fes a conversação nas couzas do tempo e alargou-se a me dizer que esta monarchia se achava com achaques tais que nam poderia convelescer em muitos annos. Respon-di-lhe que antes de vir a esta corte me parecia o contrario porque supostos aquelles achaques fora publicamente assentada solicitar por todos os meynos a amizade dos princepes confinantes e que ou via ~~o contrario por~~ actos encontrados cõ esta politica. Respondeu-me que assim era como eu dizia mas que fizesse diferença

dos tempos e dos governos e que me segurasse que no governo presente avia de ver diferente procedimento e muito particularmente em tudo o que tocasse a Sua Alteza de que colhi a sua união cõ D. João.

Fui ver o principe de parma que está doente e me descobrio hũ grande escândalo do governo prezente. Referiu me que hũ dia destes perguntará el Rey e hũ gentil homem da camara se poderia ir em quatro horas de Aranjuez a Toledo e que o gentil homem lhe respondera que em trez e que avendo D. João feito grandes diligencias por divertir esta jornada que se gaz sempre pela pascoa e não pudera conseguir. Em Toledo ouvi que a Rainha viria brevemente para Madrid mas pareceu me voz popular. Contudo a pratica do conserto entre D. Joam e a Rainha continua por via do embaxador de Alemanha que esteve 8 dias em Toledo e a meu ver D. João nam tem outro remedio por que os grades que aspirão ao validamento tirarão a Rainha porque o não dava a nenhũ e aborrecem D. João porque lho ocupão.

Esta semana mandou o Abbade Mazerati daqui hũ expresso e na mesma hora se despedio outro ao porto de S. Maria com o que /fol. 29v/ pairesse que o expresso troxe algũ avizo de ser partida ou passar por esse porto a esquadra de Olanda que vai no mediterraneo nam pude descobrir outra cousa.

Fizerão-se dous assentos hũ de 5000 escudos d'ouro para Alemanha e outro de 500_ patacas para Flandes e deu se consignaço na frota que há de vir este anno, cujos galeões não partirão ainda de Cadis. Na frota que he de dous annos se esperão para El Rey sete milhões assim do que toca aos quintos, como de alcavalas, papel selado e outros tributos daquela parte souberam depoes os assentistas que todos os sete milhões estavao consignados e forao reclamar os assentos. Para aludir a esta falta se fez hũ Rol de mil pessoas os mais contratadores e assentistas que forão em diversos tempos assim nesta corte como em Sevilha, Cadis e outros portos e se repartio aquella soma por todos que se vai executando cõ todo rigor.

La terá vossa merce noticia das resoluções do parlamento eu não posso entender como el Rey de França enjeita a paz se tem para si que El Rey d'Inglaterra lhe há de fazer a guerra que pode porque aquella gente conhece muito sem o que pode e o que podem os inimigos que tem. E ou Deos os cegou ou esta maquina tem mistério. De Paris me escreve o Abbade Bentinolho que la se entende que será só de Sua Alteza a gloria da medação muitas conveniencias domesticas nos traz esta guerra se souberemos usar do Tempo.

Em Catalunha ouve entre o Conde de Monterey e o Marques de Campo geral hua tal descompostura que se não poderá custar sem tirar hũ delles.

Hũ mulato de Francisco Mendonça, hũ pagem e hũ negro do Principe de Montesarchio fizerão neste meu bairro hua resistencia à jusra estando eu em Toledo forão presos, o pagam degradado para a masmora per toda a vida. O negro e o mulato assoutados e estamos ambos muito ofendidos porque os levarão a assoutar cõ os mesmos vestidos os que traziam. Daquela religiosa filha do senhor D. Phelippe referem estes senhores tão religiosas acções que bastão para a canonizar. /fol. 30/ Morreo o Duque de Guastala pay da Duqueda de Mantua ex_ornão de hũ cavaleiro pouzaga que aqui vive e he Conde de Paredes. O duque de Mantua meteu guarnição en Guatala e ocupou a posse daquele estado, assistido do Vice Rey de Milão e das ordens desta corte. Os duqueses de Modena e Parma se oppoem a esta posse e se declarão a favor da justiça do Conde de Paredes que dizem he noticia por ser o feudo de Paredes dando lhe o titulo de Duque de Guatala, protestando tomar as armas a favor da sua caza e escreverão ambos a El Rey a seu favor. Se aqui se não cede e o emperador dá a investidura ao de Mantua este motivo fará sem duvida a guerra em Italia e França não perder a occasiam. /fol. 30v/

[...]

Cõ carta atraz de 7 de Março

Depoes que cheguei a esta corte ouve alteração no valor dos dobrõres que valendo ate então 94 reales de Bolhon subirão a 100 igualando se cõ as patacas de sorte que quatro patacas valem hũ dobrão e vem a ter o dobrão 32 reales de pratas. Desta mudança fiz avizo a vossa merce na consideração de que ou os dobrões avião de subir lá a 24 tostões ou não aviam de entrar porque os que leva se dinheiro o levariam em patacas valendo 4.24 tostones e o nam levariam em dobrões que valem aqui 4 patacas e la 2250.

Hũ dos males que tem introduzido o Belhon entre muitos he que a regalia de por valor a prata e ouro passou por quem quem tem bolhon e o quer converter em outro ou ou para facer jornadas ou para passar letras ou para qualquer outro uso nunca os acha pelo valos comu e he sempre obrigado a dar mais dous e trez reales do que valem comumente se ouver algua mudança na prata ou outro avizarei e o fizera sem Sua Alteza mo mandar. O regimento da moeda procurarei.

Esta semana tive hua noticia de grande importância. Há 7 ou 8 annos que se faz hũ assento cõ huns mercadores chamados os grifos para a meterem em Indias negros

cõ aquella cathocia condiçam de que não fossem das conquistas de Portugal e tendo já feita a paz. Estes mercadores se perderão, quis el Rey fazer o mesmo assento cõ a contratação de Sevilha que o não quis asseitar cõ as condições do outro. E eu trarão a toma-lo huns mercadores genovezes.

Estes se ajustarão cõ os Olandezes e ingreses [*sic*] que levavavao os negros as ilhas a que chamão de Barlavento e ali vinhão os castelhanos dos portos da terra firme a busca-los mas cõ permissão dos governadores dos postos (cujá ambição parde como bem sabemos todas as conquistas) levavão nos navios mais fazendas que negros e creherão a America de fazendas de sorte que totalmente impedirão a saída das fazendas que levaão as frotas resultarão daqui deveças prizões dos governadores e hua geral desordem naquella parte.

Resultou tambem tirar-se o assento aos genovezes /fol. 35/ e dar-se à contratação de Sevilha cõ as condições que quis dexando-lhe livres os nossos postos.

Mandarão a elles 54 navios, dous que forão a Cabo Verde, voltarão agora a Sevilha contentíssimos do grande negocio que fizerão, e me consta que toda a contratação o está. Esta nova me veyo aqui dar hũ portuguez cõ muitos parabéns, dizendo-me que não tinham outro remedio mais que introduzir este comercio nas nossas conquistas.

Todas as informações que somei concordam no mesmo, mas aqui há hũ grande engano e he que a sua alegria se fundão em que a mayor parte dos negros trocarão por fazendas.

Eu cudo que desta sorte he mayor o dano que recebemos que o proveito e que viremos a ser enganados de hua nação a quem todas as nações d'Europa enganão porque os vaçallos de Sua Alteza não terão que levar àquella parte e perderão o comercio della.

O ponto está em que este comercio faça recebendo patacas por negros e já que Deos tem disposto isto de sorte que elles os ao de ir buscar ainda que não queirão não levem fazendas porque não avendo de ser assim eu tenho por mais conveniente não irem lá do que irem. Paresse-me que Sua lteza deve prohibir e mandar executar a penda da confiscação aos navios estrangeiros que forem às nossas conquistas cõ fazendas e que sejam os primeiros os castelhanos porque evitando-se aquelle grande dano da instrução das fazendas se seguirá hua de duas cousas: ou que levaram prata que he o que queremos e pela fazenda que levaremos a retiraremos ao Reyno ou que virão a fazer cõnosco hũ contrato e nelle se verá se se lhe pode permitir algũ género

de fazenda cõ que os cevar mas tambem será necessario que os governadores das nossas praças sejam mais honrados do que os governadores dos postos de Indias. Este negocio he de grande importância e digno de que Sua Alteza o mande considerar e resolver ~~cõ tempo~~ brevemente. /fol. 35v/

[...]

Com a carta assima

Tornou o Duque de Medina Cidonia a entrar em discurso no estado presente das couzas e dice-me que o mayor milagre que Deos fazia à caza d'Austria era não fazarem os franceses algum esforço por Catalinha porque ali nem avia praça forte nem gente nem meyo algum para se defenderem e o peor era que os catalães er^oao todos franceses por inclinação no que a má politica desta parte os conservava desconfiando sempre deles. dice lhe que ali se poderia acudir agora cõ as tropas que se desocupavão de Cizilia dice me que já se tinha feito a isto a conta e que não chegavao a dous mil homens os que dali se poderiam tirar.

O principe de Parma me negou ver hũ dia destes dizendo me que chegara a Aranjuez referiu-me como indo o embaxador d'Alemanha propor a comodamentos da Rainha ella lhe perguntara se levava ordem de seu irmão e dizendo-lhe que nam lhe cicera pois não nos metais no que vos não toca nem me faleis mais nessa materia que Dom João por desviar el Rey de Aranjoes tinha mandado preparar tontos em consuegra e o queria levar lá para da-lo o trazer a Madrid.

Aqui nos quebrão a caveça cõs os exercícios que el Rey faz a cavallo sei que quando foi na cavalgada de que já fiz relação estiveram toda a noute em centinella ao cavallo em que avia de ir porque se nam deitasse e pela manhaa o andou hũ homem correndo ate a cansar hel Rey hia nelle sem acção de homem vivo de que mormurão os mesmos vaçallo com as novas de Faro se amofirão muito e eu me alegro porque só com medo nos poderam ter algu respeito. Dece-me o residente de Florença /fol. 39/ que já nesta corte sabiam que o in[?]ri que estivera nessa fora de Baviera mandado pelo Duque e pelo cardeal d'Estré sobre o cazamento de s.o e que assim lho avia dito hũ ministro grande mas tambem será querer tirar de mim alguma couza porque este sujeito he destro.

Madrid 12 de Mayo 1678

Senhor meu, sábado passado chegou aqui nova de estar o marichal de Navalha sobre saranha cabeça do cunhado o que comumente chamao de Puisardan e he a única praça que as fronteiras de Catalunha e Aragan tem fortificada. A praça tem 20 homens

de guarniçam mas as dificuldades do socorro a faram franceza. Cõ esta nova se comessa a fazer a execução nas pessoas a que se tinha pedido dinheiro. Ao conselho de Estado se fez pedido por hũ decreto particular D. Pedro d'Aragão tinha mandado prata à moeda o Duque d'Alva pedio licença para vender hum feudo que temem Aragão. O de Ossuna para vender hũ dos seus lugares.

De novo forão notificados os franceses para despejarem e presos muito mas remissão cõ dinheiro desta 3.^a notificação como fizerão da 1.^a e 2.^a.

Aquelle dialogo que mandei a vossa merce do tempo e da esperança continha duas verdades infalíveis hua a representação do estado da monarchia outra atenção cõ que diz chamarão os grandes a D. João. Esta serve de grande escândalo e o papel se defende pela grande liberdade cõ que se faça nelle. De não corre segunga resposta com titulo de desengano ao tempo e à esperança repetirão me algua couzas della bem penetrantes e a copla seguinte cõ que comessa:

Este escrito que fatal
Correr por la corte vez
Papel del tiempo no es
Pero es papel temporal.

Eu se ponto que marchavão daqui para Malaga 3 galeras carrehadas de prata forão encontradas e trasidas da corte correndo hua constante nos /fol. 39v/ deque levavão dous milhões e joyas do miseravel Valenzuela parou tudo em se acharem carreagas. So fato de dous cavaleiros Napoli_os e entre elle 12_ patacas de prata lavradas e 8 falas de panos de Segovia.

O nuncio ainda está em Aranjuez sem se aver tomado resolução no seu negocio.

O enviado desta corte em Saboya tratou cõ hũ homem por fogo aos armazens de Polvora de pinerol e depositou 200 sobrões em Genova para cobrar este homem feira a execução. Descobriu-se esta triçan e el Rey de França se queixa à senhora Duqueza de Saboya que mandou ordem ao enviado que tem nesta corte para se queixar a esta diligencia foi esta semana a Aranjoez e foi respondido cõ suas palavras.

O senhor conde d'Oropeza veyo de Aranjoes maltratado fui vello e lhe lo o capitulo da carta de vossa merce sobre o negocio da Duqueza de Montalto como tambem a sua tia a duquesa de los Velles e ambos me vierão muito da estimação eu faziam do favor que Sua Alteza lhe faz.

Madrid, 1677, 7 de Março – Oficio do conselho de Estado relativo às prevenções que os portugueses faziam nas suas fronteiras e a uma pragmática que se tinha promulgado em Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 2631, 1 fol.

Marques de Alborga

Duque de Osuna

Duque de Alva

Duque de Medinazeli

Señor

El abad Maserati continua en carta de 15 del pasado la participacion del acisso que dio tocante a que portugueses re[¿]zavan de gente sus fronteras anadiendo las disposiciones y prevenciones que hazer y embiando copia de un decreto que a este fin se há expedido por aquel principe.

Añade que a Duarte Ribeyro se le mandava partir luego a este corte donde ha de residir por ministro, que se levantava gente en las Islas Terzeras y de la Madera y remite assi mismo un trasumpto, de la Pragmatica que se há promulgado en Lisboa /fol. 1v/ habiendo visto en el conssezo.

Pareze que las noticias de las prevenciones en sus fronteras se participen al de guerra (enbiandole a este fin la copia inclusa del capitulo de carta del Abad em que habla de esto) para que con toda cautela se disponga y observe lo resuelto y ordenado por Vuestra Magestad para el resguardo de las nuestras y que al Abad se les responda que da Vuestra Magestad enterado de lo que avisa y que lo continue de quanto se fuere ofrezendo y entendiere sobretodo.

Vuestra Magestad mandara lo que fuere servido.

Madrid, a 7 de Marzo de 1677

Madrid, 1677, 27 de Abril – Oficio do conselho de Estado castelhano sobre a forma como o abade Masserati julgava que se extraía a prata e ouro de Castela para Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 2631, 1 fol.

D. Pedro de Aragon

Duque de Osuna

Señor

El abad Maserati responde en carta de 5 deste para Vuestra Magestad a lo que se le ordenó en 25 de febrero quanto a que procurase averiguar en que forma y por donde se introduce plata y oro de Castilla en Portugal de sino fraude dio quenta anteriormente con referir pormenor lo que en esto discurre y haver entendido que los días pasados fue de acá una partida considerable dirigida a Francisco Lopez Laguna un portuguez que ha residido mucho tiempo en Castilla y que la forma mejor de averiguar este exceso seria el ordenar que en el correo de Badajoz se habran y registren las cartas que se hallaren dirigidas a este sugeto. Haciéndose esta diligencia /fol. 1v/ repetidamente y volviendo açertar con cuidado por evitar sospecha pues assi se vendrá en conçoñimiento de los correspondientes y autores del daño.

Y habiendo se visto en el consjo pareze convendrá que Vuestra Magestad se sinta de mandar que por la parte donde toca se aplique el prompto y conveniente remedio a esta sacar que se supone de plata y oro a Portugal remitiendo a este fin (para mayor noticia) la copia inclusa desta carta del Abad, no juzgando el consejo por de inconveniente le medio que propone para la aberiguaçion de que se habran las cartas del sugeto en la forma que dize.

Vuestra Magestad lo que fuere servido.

Madrid, a 27 de Abril de 1677.

[s.l], 1677 – *Advertençia que un ministro del príncipe Don Pedro le haze sobre le estado presente de el Reyno de Portugal*

AGS, *Estado*, leg. 2631, 11 fols.

Advertençia que un Ministro del príncipe Don Pedro le haze sobre le estado presente de el Reyno de Portugal

Señor

Al tiempo en que Vuestra Alteza es servido comunicar con sus ministros de estado los gloriosos intentos que tiene para la paz y sossiego de la christandad el zelo de fiel ministro me obliga a que pida a Vuestra Alteza quiera suspender sus ilustres pensamientos para ponerlos en la consideracion del estado presente de las cosas de Portugal y en la representacion de la gloria que Vuestra Alteza le puede lioranjear valiendose de los médios que parece le ofreçe el ciclo continuando aquella antigua proteccion de que sempre se experimentaron en este reyno prodigiosos efectos.

Y porque el amor de mi pátria e inviolable fidelidade com que desseo servir a Vuestra Alteza si los notivos que dieron animo a esta confianza espero seran gratos a Vuestra Alteza y que a imitacion del mas augusto senado de la tieria permitirá Vuestra Alteza que los que gozan la honra de entrar en su consejo no solo den su parecer sobre las causas que se proponen mas que tambien representen com el devido repeto todo lo que su zelo les inspirasse en orden al bien comun.

Determina Vuestra Alteza levantar un templo a la paz universal empresa digna de Vuesta Alteza glorioso imitador de la piedad de los reyes sus abuelos mas primero que e hechen los çimientos de una tan grande fabrica conviene que Vuestra Alteza tome la ultima resoluçion sobre un negocio muchas vezes ventilado considerando que todos los buenos sucesos que Vuestra Alteza tendrá en el governo de esta Monarquia seran gloriosas consequençias de esta resoluçion.

El negocio de que se trata es saber si al reyno de Portugal en el estado en que está conviene conservar la paz con Castilla o si le está mejor declararla la guerra /fol. 1v/

Los que disfrazan su convenienzia con el precioso nombre de la paz trahen estas dos rezones:

La primera respecta la justizia y fe publica fundada en un solemne tratado de paz que parece Vuestra Alteza es obligado a guardar y hazer observar religiosamente

es todas las partes por no ofender al mismo tiempo la justizia y la conçiencia y por no violar lo que Vuestra Alteza tiene prometido y durado.

La segunda razon esta fundada en el bien comum de esta paz para la qual se trabajó tantos años se gasto tanto dinero y se derramó tanta sangre y en este bien comum se ençierra el alivio y descanso de los vassallos de vuestra alteza el cejar las violências y desordenes que consigo necessariamente trahe la guerra y todas las demas ventazas que son frutos de la tranquilidad de la paz.

Estas señor son las mas poderosas razones de que pretendo mostrar la nullidad representando a Vuestra Alteza que los fundamentos en que se estriban (aunque mui firmes y sólidos para otras ocasiones) considerando el estado en que el Reyno está no tienen alguna subsistência para nuestra seguridade mas antes se devem temer como manifestas disposiciones para nuestra destruiçion y ruina.

No me quiero empeñar en consultar muchas razones que no teniendo mas que una vana apariençia ni outro motibo mas que le interes particular de los que alegan no son para ponderadas quando se trata del bien comum puesto que como enganosas sempre se han de temer porque el veneno que ençierran quanto mas escondido mas peligroso.

Tengo para mi que conforme las leyes mas sagradas y establezidas por el comum consejo de los hombres puede Vuestra Alteza quebrar las pazes hechas con Castilla y declararla la Guerra sin ofensa de la justizia y sin agravio de su conciencia no siendo este tratado de pazes outra cosa mas que una idea vana de las leyes de la justia y de las obligaciones de la conciencia esto es tanto assi que no solamente no vemos que se obserben los articulos de este tratado mas importantes a la corona de Vuestra Alteza mas antes experimentamos que los mas santos y esençiales artículos /fol. 2/ de el no se guarden in este tratado empeña a Vuestra Alteza en alguna cosa entendo que el mayor empeño consiste en la justa vingança de los agravios que se hacen a Vuestra Alteza con no effectuarse las claussulas de este tratado.

La primera injusticia que los Castella nos cometieren es la insuspacion del nombre de Rey de Portugal prejudicial al derecho de la Magestad.

Prueba de esto son las instancias que el marques de Arronches embajador de Vuestra Alteza hizo en Madrid a las quales se le respondio con un decreto por el cual en virtud de las pazes hechas en Portugal se prohibio que en los actos públicos se diese a el Rey Catholico el titulo de Rey de Portugal mas porque no se observava este decreto en todos los tribunales de Madrid como el Marques de Govea lo provo con

exhibir una sentençia de el consejo real en la cual el Rey de Castilla aun se intitulava Rey de Portugal pidio que se executasse y que al mesmo tiempo se castigassen con rigor los que havian desobedecido este decreto contentaron se con darle por respuesta que se despacharian las ordenes prezidas para executarse de alli en adelante perdonandose por entionzes los que le violaron pero no guardo el consejo de castilla esta ultima y prezisa resoluzion porque hasta el dia de oy se usa el mismo estilo en los actos públicos que no vienen a Portugal y los selos reales trahen las armas de este reyno.

De la usurpacion del nombre pasó el Rey catholico a la usurpacion de la soberania que lo pretende excercitar en los estados de vuestra alteza dando a don Pedro de Meneses el titulo de Duque de Camiña y lo que es mas de estrañar en esta usurpacion es que como este Ducado de Camiña está situado en este Reyno de Portugal y que fue confiscado en la persona de Don Luis de Menesses sentenciado a muerte ya justiziado el año de 1642. Juntamente con Don Miguel de Meneses, Marques de Villa Real su Padre por haver conspirado contra la persona del rey Don Juan el dicho Don Pedro de Meneses su pretendido heredero pasó a Portugal luego despues de las pazes de 1668 con animo de pedir que le diesen la posesion de la dicha sucesion pero consciendo el mesmo la injusticia de su pretension se valio de la autoridade de la reyna de Castilla que contra el /fol. 2v/ tratado de la paz no reparo reconfintar en la persona del pretendiente los serviçios que sus abuelos con una razion tan aborrecida de todos los potentados quisieron hazer a la corona de Castilla.

No satisfecho el rey de Castilla con usurpar la autoridade que no le pertencia llegó a apoderarse de los bienes que tenia obligacion de restituir porque contra el octavo articulo del tratado de la paz en que los reyes de Portugal y Castilla reciprocamente se obligaron a restituir a los súbditos de una y outra corona todos los bienes que les fuesen quitados en el tiene de la guerra, no quisó bolver a dar la posesion a la cassa de Medina Sidonia de las tierras de San Lucar que Vuestra Alteza havia stipulado para el menor de sus vassallos.

De esta injusticia ~~die~~ Vuestra Alteza la quexa por el Marques de Govea a quien no se dió outra satisfacion mas que esta respuesta por boca de Ministros de el rey de Castilla a saber que se examinava este negocio en sus consejos y principalmente en el de la conçiencia que en todos generalmente se asentara que esta restitucion no podia estar comprendida en el articulo de el tratado de la paz.

Tribunales son estos de quien no se entiende la jurisprudência en los demas Eestados de la Europa y que parece se gobiernan por las maximas por las quales Juan Gonzales Talamino Salavedra fue condenado a muerte contra el tener del mesmo articulo que trahe formalmente una abolición general como tambien contra las leyes de la hospitaliad fueron condenados Francisco Manuel de Sousa y Miguel Jaqueés Maestres de las naos portuguesas que en las manos de los castellanos miserablemente cayeron desbaratados de la tempestade.

Supuesto esto, que pruebas tenemos de la execución de un tratado que Vuestra Alteza tan religiosamente obserba el titulo de Rey, Castilla le retiene? La soberania de la autoridade Castilla la execita los bienes de los amigos de Vuestra Alteza los confisco Castilla? La livrtad de los plazos está en /fol. 3/ las prisiones de Castilla: causó pues la paz grandes mudanzas en el credito de una y outra corona; los que bolvian ignominiosamente las espaldas a los generales de los exerçitos de Vuestra Alteza armaron toda la villa de Madrid contra la persona de su embajador y estos mesmos que publicamente se jactavan de querer reducir la cassa de Vuestra Alteza a çenizas con los inçendios de la guerra han jurado en sus consejos secretos que havian de procurar esta tan suspirada extincion con el silencio y tranquilidad de una profunda pazo. Viose en Madrid en 27 de septiembre de 1673 la cassa del embajador de Vuestra Alteza en vestida acometida com pedradas y finalmente viose arder atirando-se este fuego y solçitandose esta conspiracion por medio de un magistrado a quien (conforme el derecho de la gentes) perteneçia aponerse a semejantes insultos y que outra cosa fue este tan temerario excesso que el desdono y el descredito manifesto de la authoridad de un Princçipe soberano envilecida y aniquilada con los agravios que se hizieron a su persona en la de su ministro y de tal ministro supó la Europa la satisfacion que hasta agora se dio en dejagravio de una tan publica y atroz injuria?

Para no buscar en las memorias de la antiguidade exemplos demostradores de la justiçia y gloria de una guerra movida y declarada solo para tomarse venganza de una afrenta semejante, basta bolver a poner delante de los ojos lo que en nuestros tempos succedio en Roma en lo tocante a la persona del duque de Creuy embajador de Francia porque constará que luego que a el rey christianisimo se le informó de el suceso embio su Magestad orden al Nunçio que entonces residia en su corte que subitaneamente se retirase de Paris a la ciudad que le senalaron com pretexto de evitarse las violências del pueblo contra su persona y las de sus domésticos y porque

este prelado dificultaba la ezequion de una tan repentina despedida llegaron a significarse que la resistêcia que haçia empeñaria su Magestad a usar de su poder para vençerla en el mesmo tiempo el Rey Christianissimo /fol. 3v/ determino de apoderarse del Estado de Avinon que perteneçe a la Iglesia y mover guerra al summo Pontifice no havendo ningun Principio Christiano a quien no pareciese justíssima esta resolución.

En conclusion estava Su Magestad resuelto a vingar este agravio usando para esto de los mas violentos remedios si el tratado de Pissa no suspendiera los effectos de una tan justa indignacion dando la cabeza de la iglezia a su primogénito satisfacion que por cualquier outro motibo no huviera conseguido un aplauso tan universal.

Satisfaciones fueron estas de que toda la Europa tuvo noticia y que en Roma se leyeron en los caracteres entabbados en una pyramide levantada en detesfacion de un tan grande desatino, y si la amistad y singular estimacion del rey christianisimo para com el santisimo Papa Clemente IX juntamente con los juegos de el mesmo Pontifice no alcanzaean que se derribase esta pyramide perseverarian en los marmoles las evidenzias de esta desagrado para eterna memoria de la posteridade.

Con esta justa satisfacion mas publica que la misma ofensa quedó el Rey de Françia generalmente aplaudido y dexó a los venideros ya todos los potentados un glorioso exemplo y sumamente mui digno de imitacion.

Que razon pues habra para que no se diga lo mesmo de Vuestra Alteza porque razon se há de publicar que el embajador de Vuestra Alteza no há rezibido publicas satisfaciones del insulto que se le hizo en Madrid y que importa que el sepa de estas satisfaciones quando todo el mundo las ignora.

A Vuestra Alteza perteneçe justificar esta dissimulaçion con toda la Europa que esta admirando la paciencia de Vuestra Alteza e igualmente la temeridade de los castellanos.

Enquanto a la paciençia de Vuestra Alteza se puede justamente crer que es un impenetrable secreto de su real prudencia peri en lo que toca a las insolêcias que los castellanos usaron com el embajador de Vuestra Alteza permitame Vuestra Alteza que y on las estrañe menos que todos /fol. 4/ los demas ministros de la Europa. Por ventura imaginaron los castellanos que el marques de Gobeia fuera a Madrid com las mismas instrucciones que ellos havian dado al varon de Vateville y al conde de Umanes. Vateville y Umanes que se huvieran de llamar ministros de aquel Principe viejo del monte antes que embajadores del Rey Catholico, pues vinieron a Portugal

con intento de quitar a Vuestra Alteza el Reyno y la vida como en efecto lo permitia la cruel fatalidade del destino por medio de las personas que la clemencia de Vuestra Alteza no pudo eximir de los castigos de la justicia de vida como en efecto lo permitia la cruel fatalidade del destino por medio de las personas que la clemencia de Vuestra Alteza no pudo eximir de los castigos de la justicia de vida a los públicos interés del reyno y es probable que hubo otros muchos complices e nesta mesma conjuración de quien parece quisó Vuestra Alteza ignorar los nombres para dar muestras de una generosidad³⁷ que solo es propia de los heroes.

Finalmente hizieron los castellanos lo que pudieron para atropellar³⁸ la autoridad de la iglesia para deshacer las leyes fundamentales³⁹ del Estado de Vuestra Alteza en su propia real sangre y el de la señora infanta y amontonaron crimines sobre crimines para asegurarse la recuperación de Portugal.

Siendo esto asi no se si me será lícito preguntar a Vuestra Alteza si el escrúpulo de conciencia con que pretenden tener a Vuestra Alteza desarmado no despierta en el corazon de Vuestra Alteza heroicos alimentos para la satisfacción de la justicia que Vuestra Alteza se deve asi mesmo y a sus Estados si señor tengo la confianza para hazer a Vuestra Alteza esta pregunta y casi me atrevo a significar a Vuestra Alteza que está obligado a seguir los impulsos de aquel generoso y legitimo escrúpulo de conciencia quiero decir los dictámenes de aquella invariable constancia con que el Rey Don Juan de gloriosa memoria padre de Vuestra Alteza defendio con las armas en las manos esta misma justicia de la cual conviene que Vuestra Alteza sea el soberano arbitro en sus estados para conservación de su reputación de su corona y de su propia persona. /fol. 4v/

Estos pues tan sagrados intereses no permiten a Vuestra Alteza mayores dilaciones pues esta obligado en conciencia a prevenirse contra los desconciertos que la tardaza puede ocasionary con forzosas razones persuaden a Vuestra Alteza que con el poder de las armas obligue a Castilla a dar una entera satisfacion de los insultos que há hecho y azetar una paz de que Portugal no pueda temer alteración.

Veis ahy señor lo que la justicia pide de la persona de Vuestra Alteza: veamoslo que compete al bien comun.

³⁷ Nota na margem: 2. Illa Fuit vera et in comparabilis invictianimi sublimitas, captis apud flarsalia in Pompeij magni seriniis ea optimia concremase fide at que non legise Plinio vi laude cesaris lib_.

³⁸ Na margem: 3. Querendo deshazer el matrimonio de Su Alteza hecho y confirmado por la autoridad del sumo Pontifice.

³⁹ Na Margem: 4. Querendo restituirá el trono el rey Don Alfonso sin embargo de ni incapacidade.

Todos los príncipes que se resuelben a hazer pazes se dexan llebar de uno de estos dos motibos el interes o la nezesidad; interes de las ventosas effectivas y reales que pretenden; la nezesidad a que lo debilitado y haço de sus fuerzas los reduzieron.

Supuesto este primer principio no pretendo proponer a Vuestra Alteza que haga guerra por vana gloria de la reputacion ni por la ambiçion de aumentar los limites de su Monarquia razones que de ordinario empenan a los príncipes a que tomen las armas pero ni empeño es que Portugal llegue a conseguir por medio de la paz los bienes de que la lisionja le representa enganosamente el logro y que finalmente se trueque esta paz falsa y cauilosa en una verdadeira y segura paz la que no se puede alcanzar sino com la declaraçion de la guerra.

Para prubea de que las pazes que se hiçieron el año de 1668 no son pazes para nosotros mas antes una mera nusion con que Castilla cobre ell inveterado odio de su naçion contra la nuestra y juntamente el insaçoable deseo de nuestra ruina y vasallage.

Pregunto que utilidade sacó el Estado de Vuestra Alteza de esta pretendida paz, despues de ocho años que en ella se habla y que se veé su nombre impresso en un Tratado? El no tiene sempre los mesmos enemigos de quien resguardarse con tanto maior peligro quanto maior es la nezesidad en que se vee de defenderse al mesmo tiempo de sus armas y de sus artifiçios /fol. 5/ os andan buscando esta paz mas aunzose hallo y si los pueblos la desearon fue porque imaginaron que havian de tomar en los brazos una divindade que en la realidade no fue outra cosa que una nube que se exhalo en relâmpagos y rebento en rayos.

Y no se diga que la paz es el mas dulce de los frutos pero quaun no está maduro para el gusto porque ninguno de la naturaleza nezesita de ocho años de tiempo para madurar y no conzoce la naturaleza de la paz quien la pone en el numero de los frutos tardios porque la paz es un fruto maduro y sabroso desde si naçimiento del mismo modo que los frutos del olibo (que son el symbolo de la paz) ostentan en si primera verdura si madurez.

Pero aun no conozemos los efectos de esta pretendida paz antes bien los experimentan nuestros enemigos pues les dio lugar para solicitar por tan diferentes modos nuestra ruina ya lo que no se podran persuadir los renideros es que no huvó castigos para su temeridad por no querer Vuestra Alteza quebrar esta paz que con tan grande cuidado conserbamos y que agora los castellanos continuan con tantos

resguardos y protestas de amistad. Paz que para ellos es mas que verdadera pues con ella cearan nuestras victorias y falta a Vuestra Alteza la materia de sus triumphos.

Y en la verdade si Vuestra Alteza quiere saver quien efectivamente logra los bienes de esta paz examine Vuestra Alteza los proçedimientos de los castellanos, pondere las intenciones de sus ministros, considere los médios de que se servieron para concluir la paz y las nulidades esençiales que contiene y que ellos afectaron poner para tener sempre la puerta abierta para los reclamos y para esperar entretanto que se les ofrezca ocasion de bolver a ponernos los grillos con la fuerza o con destreza.

Este es el mayor secreto de su politica y este mistério se descubrio por las advertências del duque de Medina de las Torres, del marques de Castel Rodrigo y del /fol. 5v/ conde de Reboledo, representaron estes ministros del Rey Catholico y a los que manejavan las viendas del governo en el tiempo de su menor edad que su Monarquia propendia para el acaso y que esta ruina se originava de los poderosos esfuerzos del Rey Chrisptianissimo en Flandes y de las mortallhes heridas que las armas victoriosas de Portugal haçian en el poder de Castilla que antes era tan formidable estava sin fuerzas sin soldados, sin capitanes, sin dinero, sin amigos y sin aliados, que le quisieron dar la mano para salvarla de el naufrágio; Y que en este lamentable desamparo el único remedio que tenian era la paz con Portugal porque deshaçiendo se por medio de esta paz la union que Portugal tenia con França andando el tiempo seria mucho mas façil la conquista de Portugal; que esta mesma paz aumentaria la comunicaçion de Portugal com Castilla y asi daria lugar a nuevas inteligências y para la execuçion de las mas árduas empresas que la lisongera sinçeridad de esta paz unida con la natural confianza de los portugueses infaliblemente los induçiria a entregarse a la ocçiosidad y na profundo letargo y que dissipando-se por este modo los soldados descontinuando-se el exercício de las armas y consumiendose insenssiblemente la milícia con la muerte de os capianes y officiales quedaria el reyno totalmente postrado y destituído de los auxílios com que se pudiera impedir su conquista, y que quando (por una imposibilidad moral) no produxe se la paz todos estos effectos empezarian los portugueses a hazerse guerra unos a otros estimulados de los domésticos dissabores y discórdias que la envidia y la desunion hijas del descanso y de la occiosidad de ordinario introduçen en las mayores monarquias.

Este consejo dado por ministros celosos de los intereses de Castilla y perspicaces para los daños de Portugal prevalecio en la opinion de otros muchos ministros determinose que se hiziesen las pazes e hizieronse⁴⁰ /fol. 6/ Asi los castellanos vencidos, pusieron leyes a los portugueses victoriosos empeñando los a que acetasen un tratado compuesto de tresse artículos discutidos y regulados en Madrid sin que alguno se hallase presente para sustentar nuestros intereses y al contrario los de nuestros enemigos se trataron con tan grande destreza y sagaçidad que se esecusaron de firmar una formal renunçiaçion de sus pretensiones sobre el reyno de Portugal⁴¹ renunçiaron seis de que no se les puede olvidar el uso y estilo y sin aquel pretende el rey de Castilla tener sempre los mismos derechos pues en el poder de el marques de Liche, Pletipotenciario para firmar el dicho tratado, el tiene reservado para si la calidad de Rey de las Españas com un titulo autentico para sustentar sus injustas pretensiones y para quando se le ofreciere una favorable ocasion reclamar contra todo lo que se hizo en el tiempo de su menor edad.

Y esto es tanto asi que consta que para darse a esta pretension (de que no se dudaba tubiese efecto algun dia) un fundamento mas aparente de la justicia y de la religion se consultaron las universidades de Castilla sobre el intento de la paz y asentaron que quedava el derecho del rey en su fuerza y vigor y en estado de poder valerse de el para la recuperaçion de Portugal das las vezes que se ofreçiese ocasion sin que este tratado fuese de algun impedimento.

No se deve poner en duda que los políticos de Castilla, se conformaron con el parezer de las universidades persuadiendose que la Reyna de Castilla como tutora⁴². No podia disponer de los vienes de su hijo ni dar al marques de Liche poder vastante para hazer de naçion de un grande Reyno que los reyes Catholicos havian poseído pacificamente por el espaçio de 60 años y asi no dificultaron la conclusion de este tratado como tambien no podran dificultad en que bantarse pues el Rey de Inglaterra medianeiro de /fol. 6v/ las pazes no se havia obligado a hazerle executar con armas asi como fue stipulado en todos los tratados que con reçiproca sençillez se firmaron.

De todo lo cual se deve inferir que no siendo esta paz otra cosa que una ficçion no devemos dudar de buscar nuestra seguridade en la presente consunçion poviendoa

⁴⁰ À margem: y finalmente por lo mucho que deseo complazer al dicho serenissimo Rey de la Gran Bretaña /fol.6/ se han ajustado los treze capítulos de paz que han puestos en un proyecto a parte.

⁴¹ Na margem: Tratado de Munster con Holandeses

⁴² Na margem: La Reyna regente no siendo arbitra ni señora de los estados de su hijo no puede disponer de ellos en el tiempo de su administracion en el libros intitulado /fol. 6v/ escudo de estado y de justizia inpreso el ano de 1667

Castilla en estado de no poder hazernos guerra y de no poder valerse de fuerza ni de industria para bolver a quitarnos la libertad y asi los castellanos cofiesan en sus papeles y en las juntas particulares que trahen impresso en el corazon el desseo y la resolucion de conquistarnos y si toda la Europa queda convencida de esta berdad fatalidad fuera antes que desgracia ser nosotros solos los que no lo pudiesemos ceer y que despues de tantas claras demostraciones que fizesemos com monstruosa çeguera ser nosotros mismos destruidores de nuestra monarquia y de nuestra familias.

En⁴³ esto fueros semejantes a una ilustres naçion de Alemania que con el pretexto de no verse acometida por sus vezinos y prefiriendo la dulzura de la paz que lograva a la seguridad que le podia dar la guerra conoçio mas tarde que la paz era causa de la ruina y por este caminha hombres que tenian grande reputacion fueron despues con descredito de su naçion tratdos de pusilânimes y poco cautos y como por lo contrario la felicidad y actividad de sus vezinos y la prosperidade de sus armas fueron juzgados por efectos de su valor y de su prudencia.

La consecuencia que de todos estos argumentos se saca es que no conserbamos la paz por el interes de los bienes que nos prometia pues no los llegamos a lograr resta agora que veamos si nuestras fuerzas estan tan debilitadas que necessariamente nos hayamos de sugetar a una tan rigurosa ley.

Con que razones se puede inculcar una proposicion /fol. 7/ no fuera de la verdade? Tenemos actualmente en pie a mitad de las fuerzas que serian pocas para una guerra ofensiba de que la mayor parte siendo compuesta de las tropas que se despidieron quando se hizieron las pazes se puede delir que las nuebas levas juntas a las antiguas formarian cuerpos de exércitos formidables a nuestros enemigos por el valor por el numero y por la recuperacion a las cuales no se podrian oponer los enemigos sino hombres arrestados al campo cargados de cadenas e incapazes de resistir a soldados en que aun esta fresca la memoria de las ultimas victorias que alcanzaron.

Con la prudente economia de sus ministros tiene Vuestra Alteza formado y aumentado despues de la paz sus veditos de los cuales partes considerable se emplea en poner todos los años un numero de nabios capaz de aruinar absolutamente el comercio de los castellanos, tomar sus flotas y divertir sus fuerzas en varias partes de

⁴³ Na margem: chervioi vi miam ac marescem tem dice pacem illa cessite nutrirunt id que iucun diusque tutus fecit et qui o limboni e qui que cherusci nune inertes ac stulti vocantur capti victoribus fortuna in sapientiam cessit. Facir demoe germ.

esta paña por los celos que podemos dar a todas las plazas de su dominación situadas en las playas del mar oceanos y mediterraneo si estas fuerzas marítimas no correspondieren cavalmemente a las grandes esperanzas que de ellas se pueden conceber en la elección de Vuestra Alteza esta destinar el caudal de estos gastos para lo que juzgare conveniente en orden a alguna mas presente utilidade.

Con la mesma justiça podria Vuestra Alteza abrir para los usos mas prezisos los dos mejoras he foros de su monarquia; quiero decir sus liberalidades y los corazones de sus vassalos. Las liberalidades de Vuestra Alteza que son los efectos de su generosidade podran sustentar una parte de los dispêndios de los exerçitos, los officiales y soldados aunque creçidos en el numero, no dexaron de hallar sus trabajos ampliamente premiados si se abrieren aquellos fuentes de beneficios y meledes que continuamente ando Vuestra Alteza agotando y de que no se deve rezedar de desviar por algùn tiempo las corrientes para aumentarlas con la tranquilidad y riquezas de una perpetua de Vuestra Alteza en quanto a nos corazones de los vasallos de Vuestra Alteza ellos sem /fol. 7v/ enagenables e inexhaustos desde el naçimento de la Monarquia portuguesa y principalmente en las empresas dirigidas a la Magestad del Estado como entre todos los demas lo han experimentado los dos pirncipes Juan 1.^o ⁴⁴ et Juan 4.^o ⁴⁵ restauradores de la monarquia, hasta agora no tubo Vuestra Alteza pruebas menos evidentes del amor de los portugueses de las que antiguamente tubieron estos dos Monarquias y por consequinte no se deve Vuestra Alteza prometer menores asistencias.

Demas de estos caudales nos podemos tambien valer de la fiel y experimentada correspondência de nuevos amigos que no faltaron a acudirnos con el mesmo desinterés que en ellos hemos conoçido en los maiores apiretos.

En conclusion señor para conoçer perfectamente lo que podemos esperar de nuestras fuerzas tambien es preciso examinar las que se nos pueden oponer y despues de pondeada exactamente la diferencia que ay de lo que agora son a lo que eran quando los bençimos es una voluntaria ceguera el no conocer la certeza de la victoria que la declaración de la guerra nos promete.

⁴⁴ Hijo natural del Rey de Portugal Don Pedro, electo rey el año de 1385 con la exclusion de Dona Beatriz muger de Don Juan 1.^o, rey de Castilla hija única del Rey de Portugal Don Fernando hijo legitimo del Rey Don Pedro.

⁴⁵ Restituido del trono de Portugal en el año de 1640 depues de una usurpacion de 60 años sobre sus abuelos hecha por los reyes de Castilla.

A todas estas razones llenas de justicia y zelo para la grandeza de Vuestra Alteza y el bien de su Estado no se puede oponer mas que una razon a saber que es fuera de tiempo el hablarse en guerra contra un Principe a quien Vuestra Alteza hizo ofrecer su mediacion: la dificultad es grande pues es la única que puede estorvar una em presa tan importante como esta de que se trata y asi señor conviene que se discuta esta materia on las ponderaçiones de la mas acordada prudencia y com el examen de la mas escrupulosa religion.

Hizo Vuestra Alteza ofrecer su mediacion a Castilla es lo fue querer Vuestra Alteza mostrar el sentimiento que tiene de las calamidades de la christandad y juntamente manifestar que Vuestra Alteza solo esta pronto para condenar a un perpetuo olvido los agravios hechos a su dignidade ya su persona pero que tambien desea biver com el rey de Castilla como buen hermano y buen vezino y lo que toda la Europa admira ofrece /fol. 8/ Vuestra Alteza la mano a esta baçilante Monarquia para levantar a un potentado cuya exaltacion sempre (para no decir mas) será formable a los Estados de Vuestra Alteza. Esto (sino me engano) es lo que esta palabra (mediacion) quiere significar a respeto de Vuestra Alteza y de Castilla y esto es lo que Vuestra Alteza pretende quando se ofrece por medianeiro.

Mas señor no es esto todo lo que Vuestra Alteza deve pretender verdade es que con estas demostraciones satisfaze Vuestra Alteza al dever de Principe chrisitiano las inclinaciones de Principe magnanimo y las obligaciones de Principe que creé que el derecho de las gentes no conoze ninguna diferencia entre estos dos nombres (vezinos y amigo) mas en lo demas de estas bastas consideraçiones que se estienden a toda la Europa no habra lugar para darse una vista a Portugal.

Por ventura le basta a Portugal que sea magnanimo y que sea buen vezino? No señor, tambien es precisa una declaracion exacta de como Portugal y Castilla son dos coronas tan independientes una de outra como lo son Françia y Castilla confieso que Vuestra Alteza tiene una delcaracion de esta verdade autentica en el tratado de las pazes de 1668 para poner en salvo la gloria de Portugal y la conciencia de los que sustentaron los intereses de la cassa de Vuestra Alteza pero aun le falta a esta declaracion lo que es preziso para cortarse aquel nudo de astuçias politicas que con permiçiosa satileza interpretan todos los tratados, tambien le falta lo que há menester para convencer no al consejo mas a los pueblos de Castilla que todas las guerras que se hizieren para conquistar a Portugal seran sin razones injusticias y usurpaciones: de la parte de Vuestra Alteza el tratado está lleno de lealtad y de la parte de los

castellanos esta lleno de artificios mucho /fol. 8v/ tiempo há que la Europa lo advirtio con la mediación pues tenia Vuestra Alteza hallado un medio suave y justo para suplir todas estas omisiones a que los políticos llaman faltas esenciales en esta celebre junta de Nimega que trahe para si los ojos de toda la christandad tubieron los embajadores de Vuestra Alteza resivido con entera justia y com inexplicable contentamento de los aliados de Vuestra Alteza aquella publica con gratulacion de la restitution de Vuestra Alteza a el trono de sus antepasados y todos los principes de la Europa hubieran deferido con alegria y sustentado con las armas lo que se dificulto a Vuestra Alteza por espacio de tantos años.

Bien lo conoçieron los castellanos quando con desvios (que humildemente pido a Vuestra Alteza quiera considerar) ataron este camino que va para el templo de la paz.

Con grande aplauso rezibio el consejo de Estado la comunicacion que Vuestra Alteza le hizo de su desígnio acerca de la mediación y no pudo alguno negar su voto y su aprovaçion a un intento tan útil y tan glorioso para el Estado y asi a los tresse de agosto de 1676 fue ofrezida a los reyes de Françia y Castilla y a los Estados Generales con los despachos que el secretario de Estado de Vuestra Alteza puso en las manos de sus ministros, tambien Vuestra Alteza hizo dar parte de ella a el Nunçio del Papa y a el residente de Inglaterra cuyos señores ya havian sido açetados por medaneiros, todos estos ministros no dudaron de festejar sumamente la proposiçion de Vuestra Alteza como mui útil para sus señores y mui conforme con su çelo para el sosiego de la xristandad. Solo el embiado de Castilla sintio diversamente y asi quando el secretario de Estado le puso el despacho en las manos algun reparo le obligo a que mudase es espanto que mostra en una espeçie de /fol. 9/ de alegria por la prueba de amistad que Vuestra Alteza daba a su señor outro reparo mas pesadoy aparentemente mas conforme con las instruçiones generales que tiene y le oblogó a que el dia siguiente no hablase mas en términos tan positibos representando al secretario de estado que dificilmente podria el rey catholico dar la respuesta sin el parecer de sus confederados.

Este señor es el primer progresso que se hizo en nombre de Castilla y del cual se puede claramente arguir que Castilla no imaginava que Vuestra Alteza se hallase en estado de leantar es pensamiento a tan gloriosas empresas.

A los 15 de octubre del embiado de Castilla presentó a Vuestra Alteza una carta del rey su señor y tenia Vuestra Alteza motibo para crer que esta carta seria una

formal açetaçion pero no contenia mas que unos vamos seguros de una disposicion para azetar la mediacion de Vuestra Alteza y que antes de declararse mas positivamente en esta materia escribiria a todos los coligados para saver su parecer conforme a la stipulacion expressa e inserta en el tratado de Alianza hecha entre ellos y conforme el estilo de que uso quando el papa y el Rey de Inglaterra le ofreçieron su mediacion razon verdadeira o preçioso pretexto mas por ventura era precioso el espaçio de dos meses y medio para que saliese a luz sino por no querer aprovecharse de la poca distançia que ay de Lisboa a Madrid y es probable que le tubieran reservado para una mejor ocasion si el ministro de Castilla no supiese que ya el rey xrisptianissimo aprovo esta mediacion.

Passados dos meses y medio no ayendo Vuestra Alteza nueva alguna de esta comunicacion resuelve Vuestra Alteza que se significa se a el embiado de Castilla que ya havia cinco meses que Vuestra Alteza tenia ofreçida su mediacion sin que le fuese dada alguna respuesta positiva puesto que la declaracion del tiempo era suficiente para venir muchas vezes nuevas delas mas distantes partes de la Europa la respuesta que dio fue llena de seguridades de amistad y buena inteligenzia devaso de cuya sombra se trató la conjuracion /fol. 9v/ solo aumento no dudava que Vuestra Alteza no rezibiese en breve tiempo la respuesta mas precisa que esperaba porque ya estava informado de lo que se tradaba con los coligados sobre esta materia.

Las mesmas instançias se hiçieron al residente del Holanda que dio outra semejante respuesta conforme se esperaba.

Entretanto señor de dos meses aca lisongean a Vuestra Alteza con esta vana esperanza, sabese que los plenipotenciários ya llegaron a Nimega que los preliminares del tratado ya estan regulados por el cuidado de los medianeiros y entendo que en este instante se estan enteramente discutiendo los intereses diferentes y asi pierde Vuestra Alteza el fruto de esta mediacion de cuió desígnio fue rezibido con general aplauso de los pueblos puesto que con intenciones mui diversas los verdadeiros portugueses le hallaron las mesmas ventajas que Vuestra Alteza y sus ministros mas los tributários a la corona de Castilla la consideraron como impedimento que havia de hazer a Vuestra Alteza incapaz para tomar alguna resolucion heroica y justa y tiene esperanza de dar una tan grande dilacion a la respuestas sobre la azetacion o negacion com afectados espaçios ó con dificultades atribuídas a sus aliados que los plenipotenciários tendran tiempo para poner el tratado en altura de no poder admitir outro nuevo medianeiro.

Este señor es un efecto de la prespicazia de los castellanos eran conozida y experimentada como tambien lo es la de un ministro de Vuestra Alteza que no dubo de condenar el solo los votos de todos declarando apasionadamente contra la proposiçion de la mediacion hasta llegar a deçir que era una manifiesta locura y si el tiene comunicado su parecer con maior publicidade que los adoradores de Castilla es porque sabia que ninguno mejor que el rey de Castilla tenia efecto, como tambien porque conozia perfectamente los secretos de la politica del mismo rey para com el Reyno de Portugal.

Aqui señor pudiera yo poner fin al discurso y /fol. 10/ deçir a Vuestra Alteza que me pareze he representado las princiçipales razones que mereçen ser oydas en su consejo mas es dificultoso pasar en silençio algunos discursos que se han insinuando en la corte de Vuestra Alteza. Dizen que es verdade que el tratado hecho con Castilla es un lazo con grande destreza armado que el fervor con que el pueblo le pidiera, naçia de un impulso extrínseco que el embajador de Vuestra Alteza quedó agravado la persona de Vuestra Alteza quer[ç]gada su mediacion frustada y que pocas son las leyes humanas y divinas que los castellanos no tengan violado, en quento Portugal adormece debajo de las sombras de sus palabras y de las hojas de un tratado mas que este no es tiempo de desagravios y que el leon de Castilla traspasado con mortallhes heridas y reduçido a a las ultimas agonias pide en este lamentable estado la grazia de Vuestra Alteza como objecto de su piedad antes que de su justiçia que lastimosos son estos discursos y que paquezedos[sic] con los que hizieron en Madrid por los cuales se offreçian há algunos años los corazones de Portugal y sus fervosas oraçiones para el socorro de Castilla mas porque estos ruegos no fueron oydos del çielo conforme se puede arguir del sucesso de las ultimas campañas otras semejantes se ofreçen a Vuestra Alteza para experir mentarse si tendran mejor efecto. No se si despues de aquella 11 batalha nesta para Africa y Portugal y feliz para Cstilla nuestros padres hallaron en el consejo de Madrid intercessionen tan politicas como estas la vez de un rey para la defensa de la xrisptandad mortalmente harido y agonizante sobre los montes de nobleza estendida a sus pies los gemidos de veinte mil hombres llenos de gloria y en lechos de sangre eran suficientes para influir ternuras en los corazones castellanos y para disponerlos a una amigable desistência de las injustas pretensiones que tenian sobre nosotros, pero estas voces no los ablandaron mas antes los provocaron y entre todas las proposiciones de su santidad entre todas las razones de Portugal entre todas las divisiones de los jurisconsultos fue oyda ya aprovada 12 la

que estableçia el derecho de Phelipe y en las /fol. 10v/ manos de viente y cinco mil hombres y en las bocas de treinta piezas de artilleria. Veis ay señor como una cruel politica çerró los oydos a la justa compasion y conforme este exemplo no deve Vuestra Alteza oyr los movimientos que naçen de desgraçias imaginadas. Pareze que Castilla no tiene fuerzas porque las de Françia se le imponer, las fuerzas de Castilla estan divididas mas no estan abatidas y no se deve juzgar por ser mortal el mal que padeze porque es voluntario la soberania que tiene en Flandes sus usurpaçiones en Italia sus pretensiones en Alemania, y sus vastos senhorios en las Indias le subministran fuerzas que solo los desperdicios ocasionaran a Portugal muchas lagrimas si por una vana commiseraçion Vuestra Altea no se aprovechar de una ocasion tan gavorable con esta humilde y abatida demostraçion de sus fuerzas imita Castilla a aquel fabuloso gigante que sin tendo que se le diminuyan las fuerzas en la porfia del combate se dexava caher como muerto y despues de tocar la tierra se levantava mas alentado y formidable y no se dexe Vuestra Alteza llevar de estas compassivas imaginaçiones mas antes cyga la sentençia⁴⁶ del oraculo de los políticos que discretamente advirte que aquel que tiene un ambicioso y poderoso enemigo sempre se engano quando pretende hallar su seguridad en el descanso y que donde las armas pueden dezidir las victoriadas la modéstia y la entenreza son encómios solo para el vencedor.

Estas on las máximas que Vuestra Alteza deve seguir y no dar tiempo a los castellanos para hazer una paz general para si y una guerra eterna para nosotros, recojieron de las quatro partes de la Europa sus fuerzas aprovechandose del gran numero de ofiziales que la continuaçion de la guerra en sus reynos y en el Imperio no faltara de darle admitiendo en sus intereses vários potentados que pueden hallar grandes ventajas en la repartiçion de los estados de un principe que tiene senhorios en las quatro partes del mundo. /fol. 11/ toque depaso esta materia porque señor me pareze digna de que Vuestra Alteza la pondere com grande atençion hisó estados incrédulos⁴⁷ que se vieron reduzidos a un miserable estado por haver juzgado imposile este género de alianzas y yo para mi juzgo que nada ay imposible en esto siglo en que Castilla llegó a hazer una tan estrecha union con Holanda y supuesto que

⁴⁶ Quia interpotentes et valido falso quiesas ubimau agili modéstia ac probiltas nomina superiori sunt. Facit de mor. Germ.

⁴⁷ Venezia por la Alianza decambray año de 1508

outra semejante union contra Portugal no se pudiese hazer mejor es que Vuestra Alteza deva a su prudencia la conservacion de sus Estados que a la buena feé de sus enemigos.

Con una segura prevençion se armará Vuestra Alteza contra todas estas desgrazias llebando sus armas victoriosas a las tierras de los enemigos porque no se deve Vuestra Alteza persuadir que la paz y la guerra estan a su eleccion esta zierta la guerra ó al presente o por el discurso de los tempos declarados por nosotros o denunciada por nuestros enemigos e asi escoja Vuestra Alteza lo que le pareziere mas conveniente a su reputacion y al suceso de esta misma guerra y vea Vuestra Alteza cual le esta mejor tener la guerra en las entrañas de su reyno ó meterla en las tierras de los enemigos, emprender guerra solo o assistido con las armas de muchos Principes, empenarse en la guerra quando las fuerzas del enemigo estan divididas o quando estubieren juntas el enemigo esta abatido ó quando fuere poderoso hazer guerra con una certeza moral de la victoria ó con la incerteza que en outra ocasion acompañara el destino de las armas andar metidos en los desordenes de la guerra por muchos años o por breve tiempo porque es imposible que dure mucho esta guerra si se emprendiere en las visperas de una paz universal, en conclusion considere Vuestra Alteza cual mas le conviene mudar un estado inçierto en outro mui seguro en el cual Vuestra Alteza procurará delante los ojos de toda la Europa ajustar la satisfacion de los insultos que hasta agora disimulo, bolborá a establecer e credito de la naçion portuguesa y restituirá a el Reyno un descanso seguro y la mesma abundaçia /fol. 11v/ que aun se acuerda haver logrado en el tiempo de la guerra y que vanamente espero havia de continuar en el tiempo de la paz.

Veis ay señor lo que tomo confianza de representar a Vuestra Alteza si los acontecimientos de la guerra, salieren a medida de mis deseos grandes seran las mejoras del reyno y mucho maior la gloria de Vuestra Alteza pero sino fueren oydos mis votos zelo y amor que tengo a la persona de Vuestra Alteza y a la conservacion de su real corona serviran a lo menos de disculpa a la sençillez con que he dicho a Vuestra Alteza lo que siento en una ocasion tan relevante para los intereses de Portugal.

Madrid, 1677, 28 de Maio – Oficio do conselho de Estado sobre o que o abade Maserati representou relativamente à restituição da casa do Aveiro em Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 2631, n. °73, 2 fols.

Marques de Astorga

Duque de Osuna

Duque de Alba

Señor

Sirvesse Vuestra Magestad de remitir al consejo con decreto de 14 del corriente una carta del duque de Arcos escrita a Don Geronimo de [¿] contenido se reduce a decir como el pleito de la cassa de Abeiro en Portugal se halla en el estado de sentencia de tener juez y que segun lo que há podido averiguar del dictamen de aquel governo, a un que esta sea favorable siendo con las circunstancias de grabamenes con que la discurre en su estimacion ser ademas apreçio experimentar la contraria que reconoce la malas açon de las cossas, por lo que a qualquiera instançia suya pudiera alterar la paz con portugueses /fol. 1v/ y pero que no dando lugar el tiempo a otras determinaciones tine epor único medio para salvar qualquier yncombeniente valerse con todo secreto de la mediación del rey de Inglaterra (por la qual negoçio el marques de Castel Rodrigo Padre) para el logro de esta materia fiado en lo que siempre ha favorecido aquella corona la casa de Abeiro y ser por la obligación de las paçes el principal objecto esta restituiçion.

Y habiendo hecho reflexión el consejo sobre el conctecto de esta carta de la premeditaçion que Vuestra Magestad le ordena, representa a Vuestra Magestad que el medio que propone el Duque no solo tiene incombeniente sino que antes le considera por el mas proporcionado con el /fol. 2/ exemplar del marques de Castel Rodrigo ser con un rey amigo y que nos quita de mayor empeño por lo qual es de pareçer que Vuestra Magestad podrá servirse de permitir por las raçones referidas.

Vuestra Magestad mandara lo que mas fuere servido.

Madrid a 28 de Mayo de 1677

Madrid, 1677, 1 de Junho – Oficio do conselho de Estado relativo às prevenções militares que os portugueses estavam a fazer e o que se falava da guerra com os castelhanos.

AGS, *Estado*, leg. 2631, n.º 79, 2 fols.

Marques de Astorga

Duque de Osuna

Duque de Alva

Señor

El dia 28 de este se rezivio con extraordinario la carta del abad Maserati (cuya copia es la inclusa) escrita en 23 en que da cuenta de que portugueses hazen a gran prissa prevenzion de guerra para en caso que se les niegue la mediazion, ó passe el plazo inpuesto para la respuesta, refiriendo que han llamado a Don Juan de Alba _hem ente General que fue de Alentexo para tratar con el materias militares que se redus tan los terzios de Lisboa, Setubal y Cascais y los de las provincias que se alista gente de los auxiliares y de ordenanzas dándoles las armas que les faltan que han sacado del verde las ac[.]ullos del regimiento del duque de Cadaval que han pedido relaciones de los repartidos quando se ajusto la paz /fol. 1v/ de cuyas ordenes embia copias que previenen medios arbitrios para sustentar cavalleria y que se da prissa al apresto y salida de la armada valiéndose (sobre tudo) de dar a entender al pueblo que no admitir la mediazion es no querer guardar la paz o con que se habla en el (sin rebozo) de la guerra publicando que el Prinzipe yrá a ella por su persona de que dize da cuenta con extraordinário, asin de que [.] pueda poner el resguardo necesario en nuestras fronteras poniendo en considerazion al de los dos inconvenientes será mener la inclusión de la corona de Portugal en calidade de medianera o de parcial con reflexión a que en este segundo caso es de rejelar pretenda aventajar en la paz las condiciones de la que tiene con nosotros en que /fol. 2/ se juzga damnificada, o introducir nuevas pretensiones como la de restituiren de Ceuta para abrigo de sus fuerças marítimas.

Y habiéndose visto en el consejo representa tomada (cuyo despacho habrá rezivido ya el Abad) se habrá evitado la ocasión de estas prevenciones y se quietaran los animos del pueblo en las perjudiciales impresiones que se introduzen y con esta ocasión no excusa el consejo por su obligación poner en la considerazion de Vuestra

Magestad el mal estado en que se hallan nuestras fronteras sugetas a qualquier contra tiempo y lo mucho que conviene asegurarlas poniéndolas con la guarnizion y defensa que se determino /fol. 2v/ al tiempo del ajustamiento de la paz disponiéndolo en la mejor forma que pareziere de surte que esta prevenzion no de çelos ni pueda ser motivo del inquietud y también siente el consejo que para qualquier afecto o successo es necesario poner persona que gobierno las armas de Badajoz pues para nada esta bien como hoy se hallan.

Vuestra Magestad resolverá en todo lo que mas fuere servido. Madrid, a [¿] de Mayo⁴⁸ de 1677

Doc. 166

Madrid, 1678, 19 de Janeiro – Oficio do conselho de Estado sobre o pedido do enviado português para lhe darem as franquias que lhe tocavam.

AGS, *Estado*, leg. 2633, 1 fol.

Marques de Astorga

Marques de Monte Alegre

Duque de Medina Çeli

Señor

Don Duarte Ribero de Mazedo, embiado de Portugal há dado un memorial en el consejo en que suplica a Vuestra Magestad se sirva de mandar se le den las franquicias que se acostumbra dar a los ministros de su grado y representazion.

Y haviendose visto en el consejo pareze que vuestra Magestad se podría servir de mandar por la parte donde toca se le den a este embiado las franquicias que corresponden al carácter con que viene de embiado ordinario de Portugal asistiéndole con ellas en la firma que se estila.

En Madrid a 19 de Henero de 1678.

⁴⁸ Há uma discrepância entre a data que está no final da carta e a data da capa

Madrid, 1678, 17 de Setembro – Ofício do conselho de Estado para averiguar como tinha Duarte Ribeiro de Macedo obtido informações secretas respeitantes ao informador do Abade Maserati em Lisboa.

AGS, *Estado*, leg. 2634, 44, 5 fols.

Don Pedro de Aragon

Duque de Alva

Señor

Por la respuesta de la consulta inclusa de 3 de este tocante a las cartas de Abad Maserati de 22 del passado en que dio cuenta de la prision que se havia hecho en Lisboa de la persona del confidente fue Vuestra Magestad servido de mandar al consejo viesse que diligencias convendría hazer para averiguar la falta de secreto que hubiese habido en esto y pasar al castigo que tran justamente mereze.

Al mismo tiempo que se publico esta resolución de Vuestra Magestad en el consejo se vieron en el las dos cartas inclusas del Abad /fol. 1v/de 29 en la una (que vino suelta por el correo) dize corria allí voz de que la prission del criado del secretario de estado resulto de indizios de que revelava materias graves al Abad y al ministro de Franzia y en al otra que vino dirigida y se rezivio por mano de Francisco Roman oficial mayor del ofizio de correo mayor (de cuya via dize osaba por mayor reserva) refiere havia allí opiniones de que le habían dado tormento en que estuvo negalivo y quiero afirmaba haver le visto conducir a la posada del Juez de la Junta de la inconfidencia en la que al andava suelto el moso portugués a quien /fol. 2/ predieron antes inclinando se el Abad a creer que no le habían dado tormento por las circunstancias de se único el acusador de insirno exercicio y no haver cumplido 18 anos. Y por no haver se hecho diligenzia alguna contra la moger del presso ni pesquisa de papeles. En cuyo estado de causa dize el abad estaba en mano del presso librar se de la acusazion (sino le falta se el animo) pues la desvanzeria con decir era verdad haver ydo varias vezes a casa del Abad de dia y de noche a llevar (como era cierto) papeles y recados de su amo.

Que el abad havia recogido las llaves que podrían comprobar la culpa y vuelto a su casa un lacayo /fol. 2v/ que tenia despedido por que no se le examinasen estando fuera que corria voz de que este hombre era confidente también del ministro de franzia no careciendo esto de verissimilitud por haver acistido al Abad de Saint

Romaan que lo fue también de Franzia allí en tiempo del Baron Vateville y tenido comunicaaion con la familia de Monsieus de Obeville no dudando se allí que el tiro de esta noticias salió de la mano de Duarte Ribeiro y que de el se siguieron las prisiones.

Que al Nuncio y a otros de aquella nobleza que habían hablado al abad e este caso les havia respondido no podía imaginar se encaminar en /fol. 3/ [¿] el sospechas de la inconfidencia de este sugeto por que no teniendo (como se dezia) exercizio de oficial en la secretaria, ni manexo de papeles, o cifras a su cargo era cosa ridícula pensar que el le juzgase capaz de desfrutarle noticias de momento (de cuyas razones mismas se valia el secretario de estado para justificar se con este accidente) y que era muy contingente que entrase alguna vez en su casa con algún papel de su amo, pero que por el nombre no le conozia y que no le pesaria de descubrir senda por donde alcanzar las noticias que le conviniesen por ser esta diligencia tan propia del instituto de los que se emplean en su profession /fol. 3v/ y que la misma procurarían executar aquí los marqueses de Arronches e Gobeia e ahora Duarte Ribeiro como en Roma el Arcebispo de Braga siendo en todos (per la calidad de su ofizio) virtud muy recomendable de esta aplicación.

El consejo con atención a todo y en execuzion de la orden de Vuestra Magestad vuelve a representar que no se debe escusar diligencia humana de quantas puedan sacar a luz si es cierta la sospecha y noticia que da el Abad de que Duarte Ribeyro haya podido penetrar aquí alguna de lo que tan reservadamente se trata y el medio por donde lo ha podido /fol. 4/ conseguir porque en caso de ser cierto deberá corresponder castigo al tamaño de la culpa dejando escarmiento para adelante a cuyo finsue de sentir el consejo que el Abad procurasse rastrearlo por alla ya asegurarse de lo que tiene avisado. Y ahora es de parezer que al mismo tiempo se hagan aca las posibles diligenzias en orden a la misma aberiguazion vigilando don toda reserva y maña en las partes y manos donde anda estas negoziacion para descubrir por donde se puede haver relaxado este secreto, como ha referido Don Pedro Coloma se esta inquiriendo y executanto (según es de /fol. 4v/ su obligazion) por lo que toca a su ofizio.

Que se apruebe al abad lo que refiere havia obrado en la materia y la forma en que respondió al nuncio y a los demás que la hablaron en ella, por haver sido la mas natural para desvanecer las sospechas y para disculpar qualquiera circunstancia que puedan averiguar en aquel gobierno, ordenando le que execute lo que sobre este negocio se le advierte y manda por el despacho que habrá restituido tocante a el y de

quenta de todo se fuere ofreciendo y convenga para /fol. 5/ que esto no quede en la duda en que hoy nos ha puesto esta novedad.

Vuestra magestad mandara lo que mas fuere servido

Madrid a 17 de Septiembre de 1678

Doc. 168

Madrid, 1678, 13 de Outubro – Oficio do conselho de Estado castelhano sobre o pedido de Duarte Ribeiro de Macedo de imprimir um volume da obra de Manuel Faria e Sousa que lhe tinham roubado.

AGS, *Estado*, leg. 2634, 82, 1 fol.

El Marques de Monte Alegre

El Duque de Ossuna

El Duque de Alva

Señor

En el conssejo se há visto un papel de Duarte Ribeiro de Macedo enviado de Portugal, escrito a Don Pedro de Coloma em que refiere que Manuel de Faria y Sossa, author portugues que murio en esta corte, dejo escrita la historia portuguesa de que corren ya quatro volumen es de afolio com general aprovacion y uno que intitulaba America y contiene los descubrimientos descripcion y guerras en el Brasil com Olandeses se le hurtaron o le perdio en esta corte, estado ya com las diligencias neçesarias para imprimirse que este libro es muy deseado de los a [¿]etos por ser cumplimiento de aquella obra, y por las noticias que da de tem gran parte de la America por lo qual desea poner un escrito en algunos lugares públicos de esta villa ofreciendo quarenta doblones a quien hállare y restituyere este manuscrito por mano de un mercador que sera solo el que se nombre en ele escrito; pide se le diga si podra usar de este medio que no há querido executar sin dar cuenta y que espera en la estafeta próxima un pliego de Roma y le quiere embiar a Lisboa /fol. 1v/ en diligencia a cuyo fin pide orden para que se le den postas.

Al consejo pareze que por no tener inconveniente lo que este ministro pide en quanto al primer punto se le podrá permitir y que enquanto al segundo se le responda que se le darán las postas quando avisare.

Vuestra Magestade resolverá lo que fuere servido en Madrid a 13 de Octubre de 1678.

Lisboa, 1679, 13 de Fevereiro – Despacho de Francisco Correia de Lacerda para Duarte Ribeiro de Macedo a pedir mais informações sobre as novidades de Inglaterra e também da peste em Castela.

ANTT, *MNE*, Cx. 612, 1 fol.

Recebeu se a carta de vossa merce de 2 de Fevereiro com o papel em cifra, a gazeta e carta para o conde de Vimiozo. Conforme o que vossa merce aviza muita mortandade vai por essa parte e se por ella tambem são os ares delgados e os frios rigorosos por esta tem sido de maneira que não há mais Flandrez.

Não nos diz vossa merce couza alguma das novas que por ahi terão chegado de Inglaterra nem de mal nem de bem. De tudo o que vossa merce alcançar nesta materia avizarei a vossa merce.⁴⁹

Tambem vossa merce não diz nada sobre a peste e porque o Reino se previne com alguma oppressão será conveniente que vossa merce avize do estado em que ahi se fazem as guardas para conforme assi ver se podemos aqui suspender e aliviar estas prevenções ao menos para a terra ficando as prevenções do mar por mais tempo té de todo se tirar este cuidado.

Hoje determinação sahir deste porto os navios que estava para o Brasil /fol. 1v/ e conquistas e Dom Manoel Lobo que vai governar o Rio de Janeiro e tambem em sua companhia sahiam os navios de Castella que aqui se vierão reparar a quem Sua Alteza mandou dar tudo o necessario e piloto para sahirem pela barra mas acalmou lhes o vento com que sahirão de manhã.

Sabbado partio o marques de Aronches para Inglaterra por terra e por secretario da embaxada o Doutor Domingos Barreiros Leitão e he o que posso dezer a vossa merce e se não offerece outra cousa. Deos guarde a vossa merce muitos annos. Lixboa, a 13 de Fevereiro de 1679

Francisco Correia de Lacerda

Senhor Duarte Ribeiro de Macedo

⁴⁹ Na margem: essa carta para Salvador Taborda enviara vossa merce cõ toda a brevidade com segura possível.

Lisboa, 1679, 22 de Julho - Despacho de Francisco Correia de Lacerda para Duarte Ribeiro de Macedo avisando que um correio com destino a Roma passaria primeiro por Madrid para que o ministro português o expedissem na pessoa mais indicada.

ANTT, *MNE*, Cx. 612, 1 fol.

Sua Alteza que Deos guarde resolveo mandar despachar hum expresso a Roma pela posta e volta ordinaria e para se conservar o segredo que convem que haja parçico que as cartas se reettessem a vossa merce para que vossa mercê dahi o expedissem buscando ahi o mais versado que ouver na estrada de Roma para o que se remete esse maço e hum credito de dous mil cruzados de quem vossa merce se valerá avizando se importar mais a despeza para se mandar satisfazer e procurará vossa mercê tambem ahi que haja segredo ao menos para que não chegue aqui a noticia tão brevemente e tambem convirá que o que leva daqui estas cartas.

E ida e volta por hora não há de que fazer avizo a vossa mercê espero que vossa emrce por este me mande mui boas novas de sua saude. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, 22 de Julho de 1679.

Francisco Correia de Lacerda

Senhor Duarte Ribeiro de Macedo

E Sua Alteza me manda dizer a vossa merce que tendo vossa merce algum dup.^o ou resolução sobre a soltura destes homens que vossa merce despacha com ella hum correo ela posta a Cadiz a João de Volenz.

Francisco Correa de Lacerda

Senhor Duarte Ribeiro de Macedo

Madrid, 25 de Agosto de 1679 – *Haviendo remitido a la junta de Guerra de Indias copia de la carta que escribivio el Abbad de Messerati dando quenta de la forma en que pasó el officio que se avia ordenado para se corrijan las ostilidades que los portugueses del Brasil executaron en la provincia del paraguay e se castiguen los agresores.*

AGS, *Estado*, leg. 4028, 2 fols.

Abad Maserati

Decreto de 25 de Agosto

El rey

Que lo enterrado de lo que me representasteis tocante a la forma en que executasteis la orden que por depacho de 15 de Junio os mande entrar com el motibo de haberse rezivido notizia de que habian salido de la villa de San Pablo 900 portugueses y 40 indios tupi con disignio de llevasse los de las doutrinas de los religiosos de la companhia de jesus del Parany Uruguay y os aprubeo la ~~forma~~ en que lo [¿]yusteis pero considerandose la grabedadde esta matéria y el intento en que por estas noticias se conoze estabam los portugueses del Brasil de continuar las hostilidades lo qual se comprueba consta ~~per se haze constar~~ per os testimonios remitidos en tan manifesta contrave /fol. 1v/ de los capitulos de la paz, he resuelto volber a ordena como lo higo, repitan los g[¿]o, instando com todo aprieto en que esse Prinzipe de ordene expresas para el castigo de los que han incurrido en semejantes excessos y que prezisamente se de satisfacion de los danos que han ocasionado a mis vasallos que residen en aquella provinzia que esto se execute con tal demonstrazion que serva de exemplo y escarmiente en lo de adelante pues es tan conforme a justicia ~~que se corresponda~~ quando por mi parte se observa religiosamente lo establecido per la paz y assi espero que por la del prinziipe sehara lo mismo y mas en una materia tan importante /fol. 2/y en que consiste la quietude, paz y seguridadde de unos y otros dominios y vasallos executarse lo assi. De Madrid

Lisboa, 1679, 27 de Setembro – Despacho de Francisco Correia de Lacerda para Duarte Ribeiro de Macedo explicando os procedimentos que deveria tomar quando Manuel Pereira chegasse com os maços com destino a Turim.

ANTT, *MNE*, Cx. 612, 1 fol.

Manda me Sua Alteza despachar a vossa merce este expresso criado seu chamado Manoel Pereira com as cartas e maços que entregará a vossa mercê para que vossa mercê despache outra pessoa a Turim que tenha noticia daquele caminho e de confiança para fazer aquella viagem e quando não hum correo, que seguramente leve as cartas e maços a Turim. Manoel Pereira vai pago daqui ate Madrid de hida e de volta e a pessoa ou correo que vossa merce despachar de Madrid a Turim satisfará vossa mercê a viagem pelo credito que mando de que há de dar recibo a mostrador delle e na duvida de este expresso achara vossa merce já no caminho ficando em Madrid o enviado de Saboya, he Sua Alteza servido que Manoel Pereira passe a Madrid com carta de vossa merce para o dito enviado para haver de despachar outro expresso como fica dito que se pagará do credito referido e Manoel Pereira voltará para Lisboa.

E porque tambem podia acontecer que vossa merce e o enviado de Saboya venhão por caminho he Sua Alteza servido que neste cazo passe Manoel Pereria a Turim não se oferecendo na companhia de vossa merce pessoa de que possa fïar esta comissão encaminhando Manoel Pereira a Madrid ou a outra pessoa da companhia que haja de fazer a viagem a algum particular que lhe dé ajuda e o encaminhe para partir a Turim com breve expedição. E Manoel Pereira leva dous maços grandes para vossa mercê e o ma[?]e em que vai estas cartas. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa 27 de Setembro de 679.

Francisco Correa de Lacerda

Senhor Duarte Ribeiro de Macedo

Doc. 173

Lisboa, 1679, 28 de Novembro – Carta credencial de Mendo de Foios Pereira para Carlos II de Castela (cópia).

BA, 44-XIII-32, n.º85.

Muito Alto e muito Poderoso Principe meu bom irmão e primo, eu Dom Pedro por graça de Deos Principe de Portugal e dos Algarves etc. como Sucessor, Governador e Regente destes Reinos e Senhorios envio muito saudar a Vossa Magestade como aquelle que muito amo e prezo. Havendo de nomear sujeito que com titulo de meu Enviado nessa corte junto a pessoa de Vossa Magestade escolhi a Mendo de Foyos Pereira, cavaleiro professo da ordem de Christo, por concorrerem nelle todas aquellas boas partes que o poderão fazer mui agradável a Vossa Magestade. Rogo a Vossa Magestade lhe dê inteira fee e credito a tudo o que em meu nome representar a Vossa Magestade, ouvindo-o com aquelle aggrado que eu [fiz] delle saberá merecer a Vossa Magestade achando em Vossa Majestade aquella propensão que eu dezejo executar em tudo o que faz do gosto de Vossa Magestade. Muito Alto e muito poderoso Principe, meu bom Irmão e Primo nosso senhor haja a pessoa de Vossa Magestade e seu real Estado em sua santa guarda. Escrita em Lixboa a 28 de Novembro de 679.

Bom Irmão e primo de Vossa Magestade.

O Principe

Doc. 174

Lisboa, 1679, 28 de Novembro – Carta de D. Pedro para Carlos II dando os parabéns pelo casamento.

AGS, *Estado*, leg. 4029, 1 fol.

Muito Alto e muito Poderoso Principe, meu bom Irmão e Primo, eu Dom Pedro por graça de Deos, Principe de Portugal e dos Algarbes, daquem e dalem mar, em Africa, de Guine e da conquista, navegação e comercio da Ethiopia, Persia e da India ett. Como Sucessor, Governador e Regente destes Reynos e senhorios enuncio muito saudar a Vossa Magestade como aquelle que muito amo e prezo. Foi para ay de toda a estimação a parte que Vossa Magestade me deu da conclusão do seu cazamento a que espero se sigão novas occasiões de dar a Vossa Magestade repetidos parabéns em demonstração do meu affecto para com Vossa Magestade e da boa correspondência de

ambas as coroas como experiencia mostrará sempre a Vossa Magestade em todas as reales occaziões e mui particularesmente nas de seu gosto e contentamento. Muito alto e muito poderoso Principe meu bom Irmão e Primo, nosso Senhor haja a pessoa de Vossa Magestade e seu real Estado em sua sancta guarda. Escrita em Lixboa a 28 de Novembro de 1679.

Bom Irmão e Primo de Vossa Magestade
Principe

Doc. 175

Lisboa, 1679, 28 de Novembro – Carta de D. Pedro para Carlos II informando o noivado de D. Isabel Luísa Josefa com o Duque de Sabóia.

AGS, *Estado*, leg. 4029, 1 fol.

Muito Alto e muito Poderoso Principe meu Bom Irmão e Primo. Eu Dom Pedro por graça de Deus Principe de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa, de Guine e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India ett. Como sucessor, governador e regente destes Reinos e senhorios envio muito saudar a Vossa Magestade de como aquelle que muito amo e prezo, querendo eu satisfazer ao desejo que meus vassallos mostravam de que sem dilação se estabelecesse a sucessão destes Reynos e com a consideração de que a Infante minha filha não distava muito da hidade destinada ao matrimonio, ajustei o seu cazamento com Sua Alteza real de Saboya meu bom Irmão e por haver chegado a ratificação dou a Vossa Magestade parte delle certo de que esta repetida aliança de Portugal será de particular contentamento a Vossa Magestade pelos novos motivos que delle nascem para se continuarem com reçiproca sinceridade as boas correspondências destas Coroas como Vossa Magestade experimentará do meu animo em todas as ocasiões que se oferecerem. Muito alto e muito poderoso Principe meu bom Irmão e Primo. Nosso senhor haja a pessoa de Vossa Magestade e seu Real Estado em sua sancta guarda. Escrita em Lixboa a 28 de Novembro de 1679.

Bom Irmão e Primo de Vossa Magestade
O Principe

Doc. 176

Madrid, [1680] – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Secretário de Estado sobre as possíveis consequências de D. Manuel Lobo ocupar as ilhas de S. Gabriel.

BA, 49-X-21, fols. 251-252.

Consta-me que o comum sentimento dos ministros de Estado no negocio de Boenos Aires, he fazerem na armada Guerra ofensiva a Dom Manoel Lobo se quizer ocupar as ilhas de S. Gabriel /fol. 251v/ que na terra firme athe o Rio nos comfeção a duvida que se por rezão de guerra que elles fizerem a Dom Manoel Lobo nos lha fizermos em Espanha, seguirão a defensiva e discursão que sendo a nossa pas tam firme como certa a impossibilidade de Castella não seria altara-la[sic] contra a vontade dos Povos que não quererão concorrer por esta com o mesmo zello com que o fizeram quando defendião a Justiça de seu Principe, e liberdade de sua pátria em que fazem tao grande reflexão que se podem entender que há em Portugal quem lhe de esta noticia passando mais a discorrer que não seguiremos boa politica em quebrar a pas em tempo que el Rey se acha sem filhos e sem Irmãos e que não estando el Rey de França pella desistência que fes a Rainha sua mulher seria útil a este Reyno comservar este ante mural. E considerão tambem que trazendo nos para a suceção hũ Principe estrangeiro nos seria mais neseçario conquistar corações /fol. 252/ do que praças. Em tempo que estávamos juntamente obrigados a comservação dos seus Estados que não tem bons vizinhos.

Doc. 177

Palacio, 1680, 21 de Fevereiro – *Escrito porque el Rey de Castella D. Carlos 2.º declarou por primer ministro de seus Reynos ao Duque de Medina aly*

BA, 49-X-21, fols. 88v-89.

Escrito porque el Rey de Castella D. Carlos 2.º declarou por primer ministro de seus Reynos ao Duque de Medina aly

Havendo pedido a Dios me alumbre los médios de que deu valerme para el expediente de tanto quante esta a mi cargo y reconociendo que la formalidade de Gobierno de my monarquia y las occurencias de ahora necesitan de primer ministro ya viendolo de tener no he dudado en encarregarse me ayudez en esta forma assy por tus grandes obligaciones como por lo que en ti hey experimentado por lo qual he mandado a my confessor que explesse este my animo creyendo de tu buena ley que

sacraficaraz a obedecer-me, seguro de que conosco quanto harás en esto por my servicio. Palacio, a 21 de Feverero de 1680. El Rey

Doc. 178

Madrid, 1680, 21 de Março – *Reposta de El Rey de Castella D. Carlos segundo ao Principe D. Pedro de Portugal a carta em que lhe dava conta de ter conduzido o casamento da senhora infanta D. Isabel com o Duque de Saboya.*

BA, 49-X-21, fols. 122-122v.

Reposta de El Rey de Castella D. Carlos segundo ao Principe D. Pedro de Portugal a carta em que lhe dava conta de ter conduzido o casamento da senhora infanta D. Isabel com o Duque de Saboya

Serenissimo Senhor, de mucho aprecio y gusto me há sido la notizia que Vuestra Alteza me há dado por su carta de haver ajustado y rezibido la ratificacion del tratado de matrimmonio entre la sereníssima Infanta /fol. 122v/ hija de su Alteza y el serenissimo duque de Saboya de cuja efectucion me prometo resultará toda felicidad en ambos domínios locua[sic] e será de gran contentamento mio y que se ofrescan otras muitas ocasiones de dar parabienes a su Alteza y de manifestar en todo la propension ya feito que professo à su persona. Dios guarde a su Alteza como deseo. Madrid, a 21 de Março de 1680.

Doc. 179

Madrid, 1680, 23 de Março – Oficio do conselho de Estado sobre as franquias de Mendo de Foios Pereira.

AGS, *Estado*, leg. 4029, 1 fol.

D. Pedro de Aragon

El cardenal Portocarrero

Señor

Por un memorial que se há visto en el consejo representa el embiado de Portugal que en el despacho de las franquicias que Vuestra Magestad se há servido de conzederle como a sus antezesores, se há declarado le hayan de correr desde el dia de su primera audiência siendo assi que llego a Madrid el dia 10 de Diciembre y no consistio en el dilacion de la audiencia despues que avis de sul legada al conductor por lo qual pide que desde que dio este aviso servava Vuestra Magestad de hacerle

merced de mandar le corran dichas franquinas pues se hizo assi con los embaxadores de Luca y los Griones y los embiados de Bagusa, Polonia y Inglaterra.

Al consejo parece podrá Vuestra Magestad servirse de mandar se haga como lo pide y se ha hecho conotros /fol. 1v/ de su genero.

Vuestra Magestad madara lo que fuere mas servido. Madrid, a 23 de Março de 1680.

Doc. 180

Lisboa, 1680, 8 de Julho – Despacho do secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda onde informa Mendo de Foios Pereira que tentaria enviar o seu provimento para ajudar na carestia daquela corte; pediu ainda informações sobre o príncipe de Gailen.

BA, 52-VIII-30, n.º1, 1 fol.

Recebo neste correio quatro cartas de vossa mercê de 27 de Junho passado e logo as remeti a Alcantara aonde Suas Altezas ainda se achão para que ficassem entendendo tudo o que vossa mercê aviza dessa parte. Desta não tenho que dizer a vossa mercê, mais que ficar ainda mal convalescendo da minha doença e ainda hoje antes de receber as cartas de vossa mercê mandei lembrar o provimento de vossa mercê, com que de alguã maneira se possa vossa mercê ajudar no aperto da carestia dessa corte e eu o procuro e procurarei porque conheço a justa razão que vossa mercê tem.

Pello escrito de Pedro Sanches e papel nelle incluzo que tudo remeto verá vossa mercê o que Sua Alteza quer saber sobre o Principe Gailen, vossa mercê se seria de avizar de tudo o que ouver conçernente a este sogeito, em carta separada para poder dar /fol. 1v/ de tudo conta a Sua Alteza.

Tambem Sua Alteza me manda remeter a vossa mercê outro papel que he relação do que a que succedeo procede[?] de huma iguaria da meza da senhora infanta para que vossa mercê tenha entendido que não ouve outra couza e possa desvanecer qualquer noticia que aqui cauzou este successo mayor do que podia porque se desvaneceo feitas as perquezas necessárias.

Espero boas noticias da saude de vossa mercê e relação de Auto da fé. Deus guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, a 8 de Junho de 1680.

Francisco Correa de Laserda

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Madrid, 168[0], 26 de Setembro – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Secretário de Estado sobre a Ilha de S. Gabriel.

BA, 49-X-21, fols. 252-254.

Meu senhor, suposto que no correio pasado dizia a vossa senhoria o que me constava sobre a nossa collonia da Ilha de S. Gabriel torno a repetir a vossa senhoria o juízo que faço nesta materia pera que sendo presente a Sua Alteza que Deos guarde tendo-o por errado ou por verdadeiro tome a resolução mais conviniente a seu real serviço. No presente estado de Castella a ssua impossibilidade he a nossa segurança e esta a todos he notória porque este grande imperio esta humo [?]egura de anatomia em que todos vem as cauzas de sua royna. Castella já não pode comvalecer se não recocitar pasim o sseu remedio há-de ser millagrozo porque suposto que do que se perde e farta em Espanha se podia tirar hũ grão tizouro pera Castela /fol. 252v/ conservar as riquezas havia desnudar de vassallos porque estes tem feito natureza da largueza com que vivem a qual não podem conservar se não destruindo ao seu Rey as rendas reais, profanas e eclesiásticas todas estão vendidas e empenhadas e como todas as consignações sam faturas ficão mui comtigentes com que a coroa se acha com tão pouco credito que se trabalhão muitos mezes para se affectuar qualquer negocio. A caza da Villa de Madrid he o melhor [?]eador que tinha El Rey com a baixa da moeda se lhe mandarão reduzir os juros de oito a cinco por cento e desde então se não abirão as arcas para se fazer pagamentos com que todos cuidão como hão de tirar o dinheiro que tem na villa que hoje nam achará hũ maravidi mas que se venda os contratos pela mesma caoza da baixa dem envirão a metade e ou el Rey perdera os vassallos mais ricos ou perjudicará a todos os filhos da folha acabado /fol. 253/ de emprobecer-los-am, porque estes serão os efeitos de fazer ou não fazer quitas, Flandes não tem jente nem fortificasoes nem artelharia, Catalhuna pouco gente e mal paga, e Italia com se prevenir para a defença se acaba de perder porque o suor daqueles pobres vassallos já he sangue sobre o contino cuidado que cauza França acresce agora vir nova de que estava sem esperança de vida o duque de Mantua e como não tem herdeiro tornara Italia a ter outras guerras como as passadas em que Castella pella vizinhança sera a mais empenhada na politica e poder de França terá em que ocupar-sse nestes termos bem se verefica que Castella não está para nos fazer opposição nem deyxar de sofrer o que nam podem remediar como agora se vio que avendo grande queixa de hũs navios

inglezes que forão as Indias tanto que se soube que herão franssezes e a esquadra do Conde de Atre se callarão e dizem que tudo foi nada sendo que se de Panama researão levarão hũ tesouro porque a queixa não podia ter satisfação nem vingança. /fol. 253v/ O descurso com que esta gente se engana por avizos que dessa corte se lhe fazem he que se nos elles fizerem guerra nos acharao onidos e formidáveis mas que se nas Indias nos tomarem por hum a S. Gabriel que com ella ham-de ficar e lhe não avemos fazer guerra por isso porque os Povos não hão de querer contribuir nem virem que se faça hum a guerra ofensiva pelas conveniências imaginadas de hum a ilha dezerta que nunca virão e ssem a qual nos conservamos.

Nesta suppuzição para mim emfalivel discurso poderá Sua Alteza consedirer[*sic*] se se de fazer alguma inteniação por que se não engane e sse será conveniente fazer-sse já a este tempo porque as ordens primeiras poderão não ter hido com a ultima resolução neste particular o que he veresimel porque mandando-sse vizo-rei[*sic*] parese que delle se devia ficar mais que do governador de Boenos Aires mas tambem se deve adevertir que por isso mesmo poderião /fol. 254/ mandar ao governador de Boenos Aires que a todo o risco se restituísse logo, de I[?]onos de S. Gabriel porque este feito do Governador poderá ter desculpa dizendo que sem ordem se restituhio e rezolveo anos fazer guerra que não pode haver na pessoa do vizo-rey[*sic*] porque tudo o que hobar se deve supor que foy o que se lhe mandou com que para nos ficarão com mais perigo como sem desculpa tendo-nos Castella tanto medo como a ssua nesecidade lhes faz ter me acomodo mais a que a resolução da intrepeza se mandou ao Governador por ter aparente desculpa para connosco e o profundo sillençio com que todos os ministros e secretários se tem avido comigo nesta materia me pairesse mistiriozo com que supondo nos autores não pode haver outra rezão mais que tomar-se S. Gabriel em fazer-se-nos naquelas parte da guerra. Os interesses da conservação desta Collonia se conhesse no sentimento de Castella porque a todos falta a passiencia por nos considerarem senhores da Prata do Peni[*sic*] e os que faltão com notissia os ilgão[*sic*] não por bastantes pera hum a guerra mas por capazes pera ariscar hum a monarquia. Madrid, 26 de Setembro de 168[0].

Lisboa, 1681, 17 de Fevereiro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira referindo principalmente a peste na Andaluzia e da mudança dos marcos fronteiriços.

BA, 54-XIII-17, n.º57, 1 fol.

Recebo as cartas de vossa mercê de 6 de Fevereiro e logo foram presentes a Sua Alteza todas as noticias que elas contão e [muito] assy do que passa na corte que não deixa de fazer lastima como da peste da Andaluzia que he a mais agradável noticia pela esperança da brevidade da sua melhoria, e tambem a noticia do que o embaxador de Holanda praticou sobre as couzas de Inglaterra. De tudo Sua Alteza fica entendido e satisfeito do cuidado e licença com que vossa mercê aviza de todos estes postrilavas[sic]. E quanto a este ultimo pela carta do marquês Embaxador sabemos o estado em que se achão estas matérias naquella corte de Inglaterra, e a repulsa que El Rey tem dado a tudo o que pode ser contra a Rainha e contra a pessoa do duque seu irmão, e com bem fundada esperança de que persista neste bom animo.

Remetera vossa mercê a copia de huã comta da mezada conse[?]a para que vossa merce esteja inteirado de negocio que nella se trata e Sua Alteza ordena que vossa merce faça logo queixa desta materia para que este negocio tome o termo que convem mas que a queixa seja com especialidade contra arma impedir huã materia de justiça o que tenha hido hum ministro pacificamente a fazer hum tombo de huã comenda e por os marcos como se devião por. Pelas noticias que havia de os haverem mudado e que estas acções mostram não quererem antes impedirem a boa correspondência que passa entre as duas coroas e que vossa mercê peça nesta materia huã demonstração contra os moradores daquela villa, e ordem para que se devam por os marcos como estavam e se devia fazer o tombo da comenda como de antes era, com homens práticos se for necessario de huma e outra parte para se escutarem estas duvidas e as contendas, a pender aquellas repulta /fol.1v/ recebi a carta do Geral de S. João de Deos e aqui tira a resposta e vossa mecê lhe pode segurar que Sua Alteza esth[?]ma o affecto que elle mostra e o bem desta provincia da sua Religião, conforme as informações que vossa mercê dá delle nas suas cartas.

Sua Alteza que Deos guarde tem nomeado para seu enviado para Inglaterra Manoel Pacheco de Mello, para o cazo que o marquez Embaixador se venha daquela, a esta chegarão [?] com saude. O embaxador de Saboya sahio hontem da hospedajem

que com toda a magnificência se lhe fez nas cazas do marques de Nisa não foi ainda a sua entrada publica por estar preparando para ella algumas couzas, do que for sucedendo avizarei a vossa mercê e por ora senão oferece outra couza. Deos guarde a vossa merce muitos annos. Lixboa, a 17 de Fevereiro de 1681.

Sua Alteza me manda dezer a vossa mercê que lhe avize destintamente de terramoto de que faz mensão que ouve em Andaluzia a alta, em que terra foi e toda a notiça que vossa mercê tiver deste successo como tambem daquela hajanta[sic] que vossa mercê diz que vio e do outro mostra que apareceo porque que saber todas as çirconstancias de que vossa mercê tiver noticia nestas matérias.

O Bispo Frei Manoele Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 183

Lisboa, 1681, 18 de Março – Despacho do secretário de Estado informando Mendo de Foios Pereira com novidades relativamente aos esponsais da Infanta; ao envio de instruções para o negócio de Buenos Aires e também relativamente aos conflitos nas fronteiras com Castela.

BA, 54-XIII-17, N.º58, 1 fol.

Os tempos são cauza como vossa mercê diz de se dilatarem vossos correos e neste recebo as cartas de vossa mercê de 6 do corrente que logo li a Sua Alteza que foi informado de tudo o que vossa mercê nellas acuzava e mui gozoso de que de peste se vá deminuindo e que já nos portos de que se guardavam se tr[...] só de os purificar e tambem do que toca ao agente de Cadiz esteja livre das guardas e do que toca aos gastos, entendo terá bom effeito a deligencia que vossa mercê continua.

Pello que toca as cartas de Madama Real de Saboiya Sua Alteza o bom termo com que vossa mercê se fez nessa materia e quanto à lista das pazes vossa mercê o branc[o] zelo o acerto em não responder a este ponto e que de Sua Alteza ordena nella outra couza farei a vossa mercê avizo. Haverá chegado a vossa mercê o proprio que Sua Alteza mandou com instrução do que vossa mercê devia obrar sobre o negocio de Buenos Aires, não tenho que acrescentar senão o ferver com que aqui se dispõem todas as matérias para a guerra, para o cazo que senão dê a satisfação. Esperamos o avizo de vossa mercê que em tudo obrará com o acerto que nos prometeu o seu avizo e zello.

O embaixador de Saboya celebrará os esponsaes a 25 deste com o duque de Cadaval que he o procurador da Infante e no mesmo de à se despoem que partão as naos da India ainda que nellas ao que parece não poderão partir o Almotace mor que Sua Alteza tinha nomeado por governador de Moçambique.

Aqui chegou o avizo que nas fronteiras os castelhanos se metião pela terra dentro e que em Badajoz o novo governador dava mostras de fortificar-se e que isto fora effeito do proprio que da que mandou o enviado, Sua Alteza ordena se não faça hostilidade alguã, e que a nossa /fol. 1v/ gente se não mova nem se retire das campanhas ao avizo de vossa mercê porem não se afronxa antes se augmenta o cuidado das disposições da guerra no acrescimento dos tereos na E[?]ção de outros de nau [...] infantena e cavalaria prompta, para maltratem a toda a hora, sobre que Sua Alteza, o conselho de guerra e a junta dos Tres Estados incansavelmente trabalham e quando menos lá devia se cuida, poderão achar se contra sy: longe da França he partido para fronteiras a hir porem Dom Francisco de Mello tudo o que toca a pron[...] he quanto posso dizer a vossa merce nesta materia. Deos guarde a vossa merce muitos anos. Lixboa, 18 de Março de 1681.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 184

Madrid, 1681, 19 de Março - Carta de Mendo de Foios Pereira sobre a invasão castelhana na colónia do Sacramento, considerado esta acção um rompimento do Tratado de Paz pedindo, por isso, a restituição destes domínios.

AHN, *Estado*, Leg. 1775, 1 fol.

Excelentíssimo Señor

El enviado de la corona de Portugal representa a vuestra excelencia que havendo el Principe su señor mandado hazer la Colonia del Sacramento en la Isla de San Gabriel por ser aquel sitio de sus dominios y que ofreciendo un papel incontrario el señor Iviado desta Ccrona siendo visto por cosmógrafos y después por ministros de letras y últimamente por el consejo de Estado se hiziera respuesta al dicho señor enviado con los fundamentos contrarios a los suyos añadiéndose que no obstante el evidente derecho de Portugal estaba el Principe su señor prompto para aceptar el partido de los juezes Arbitros como ya en semejantes ocurrencias se platicava entre el

señor Emperador Carlos 5º y el rey D. Juan el 3º y que hallándose este negocio en los términos referidos que bien persuaden la verdadera y justificada intención del Principe su señor y quanto desea y estima la inviolable observancia de la paz con su Magestad Catholica llegara en 5 deste mes un Barelde la Baiba con avizo de que estando la Colonia de la dita isla sitiada por vasallos desta corona fuera por ellos asaltada y tomada, en 7 de Agosto paçado y muertos y prezioneros sus cabos y soldados, cuya intempestiva violencia es una manifesta infracçion de la pas con los términos de mayor hostilidad que puede haver entre inimigos públicos y declarados quales son con aparato y estruendo militar, emprender fuerças, usurpar dominios, matar y aprezionar vassalos. Por cuya causa le ordena el Principe su Señor haya por mano de vuestra excelencia entender a Su Magestad que Dios guarde el justo sentimiento con que se halla de ofença tan notoria y de se haver por ella violado el tratado de la pas entre estas dos coronas al qual por parte del príncipe su señor se dio intento cumplimiento sin acto que pudiesse hasta ahora ensinuar contraria sospecha y que para que el mundo todo conosca que esta acción fue obrada sin orden o noticia de Su Magestad Catholica espera el Principe su señor de su verdadeira y sinçera amistad le mande restituir y entregar la fortaleza del Sacramento con su artelharia, armas, munizioni, instrumentos militares y todas las mas dependencias, de su fortificacçion y colonia de la manera que /fol. 1v/ se hallaran y mantenían en nombre de Portugal hasta el tiempo de dicha invasiòn, como también los soldados y oficiales que se hizieron prezioneros para que com efecto sean restituidos a la dicha fortaleza y colonia y mas dependencias que mantenían y que el general y qualquier otro cabo acuya orden se movio esta funciòn dea removido de su puesto y castigado condignamente como infractor de la pas y quebrantor de lla serviendose Su Magestad de mandar entregar a el dicho enviado las ordenes abiertas con duplicadas vías para que el Principe su señor las pueda enviar en navios portugueses y expedir con toda brevedad y que en cazo que los cabos y soldados prezioneros sean remetidos a Hespaña y por esta causa no puedan ser entregues y restituidos a sus puestos se admitan los que de nuevo el Principe su señor inviare para estos prezidios sin que le sea puesta duda y deficuldad alguna por causa de qualquier pretexto mas ante se les dará toda ayuda e favor para que pudan presidiar y reedificar en parte y en todo la dicha fortaleza y colonia y sus dependencias mantenidas en nombre de Portugal y que adelante vivan los vassalos de una y otra corona en conforme amistad, según el tratado de la paz y observancia della para que quedando las cosas como estaban tenha

lugar el juicio de los árbitros y comisarios de que resultará restituirse lo que iligitimamente estuviere ocupado y proçedido de parte a parte con mal titulo contra las demarcaciones de ambas coronas. Cuya repuesta le ordena el Principe su señor que declare a vuestra excelensia que hade ser dada a el dicho inviado en términos de vinte días perentorio. Madrid, 19 de Marzo de 1681.

El Embiado de la Coroa de Portugal

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 185

Madrid, 1681, 20 de Março – Carta para o Duque de Alva sobre o ofício do enviado de Portugal relativamente à restituição da ilha de S. Gabriel.

AHN, *Estado*, leg. 1766, 1 fol.

Excelentísimo señor

Con vista del embiado de Portugal de 19 deste que vossa excelensia puso en las reales manos de Su Magestad en 20 tocante a la restituição que pide en la isla de San Gabriel y lo que sobre ella represenra. Ha sido su Magestade servido de resolver (como vossa excelencia sabe) en consulta del mismo dia que vossa excelencia le responda manifestándole el real animo y deseo de Su Magestad de la conservación de la paz y buena correspondencia entre ambas as coronoas y quanto ha atendido y antenderá siempre a la observancia de ella y que ha nombrado persona con grado de embajador que raya luego a Portugal /fol. 1v/ a tratar de la composición de los incidentes pendientes con reciproca satisfacion considerando que en esta forma será mas breve la conclusión de la materia, grupor cartas. De que antes de Vossa Excelensia para que puda servirse de representarlo. Dios guarde.

Lisboa, 1681, 24 de Março – Aviso da recepção dos papéis que lhe enviou Mendo de Foios Pereira, os quais fez presente a D. Pedro, que louvou o acerto, prudência e destreza com que se houve nas primeiras notícias de sucesso de Buenos Aires, estando D. Pedro disposto a não alterar a resolução que tomou sobre a questão. Notícias várias: esponsais pelo seu Embaixador, com a Senhora Infanta, representada pelo Duque de Cadaval – D. Nuno Álvares Pereira de Melo – e preparativos nas fronteiras para a guerra contra Espanha; partida para a índia do Vice-Rei – Francisco de Távora – e do Arcebispo Vitor Amadeu.

BA, 54-IX-9, n. °99, 2 fols.

Por hum proprio que chegou aqui sabbado 22 do corrente recebi as cartas de vossa merce de 18 deste mez e os mais papeis que com ellas vinhão a saber o portesto[*sic*] que a vossa mercê deu o enviado de Inglaterra, a reposta que vossa mercê lhe deu e tudo fiz logo prezente a Sua Alteza que louvou grandemente o acerto, prudencia e destreza com que vossa mercê esse ouve nas primeira noticias deste sucesso de Buenos Aires.

Poucos dias despois delle partido chegaria a vossa mercê o expresso que Sua Alteza daqui mandou cõ a resolução do que vossa mercê havia de obrar nesta materia e não acha Sua Alteza nestes avizos que vossa mercê agora lhe faz motivo que possa alterar a resolução que Sua Alteza tem tomado somente acrecento que he tão justificada a queza[*sic*] que Sua Alteza tem do modo com que os castelhanos obrarão que não há querido afrouxar hum ponto de primeira resolução e a não ser amanhã dia de festa para esta corte (porque se celebrão os esponsaes do senhor Duque de Saboya com a senhora infante) ja eu lhe poderia escrever a vossa mercê que erão partidos o Duque e o Marquez de Fronteira com a cavalaria e Infantaria desta cidade que não he de pouco momento porem brevemente chegará a vossa mercê esta noticia com as mais do que Sua Alteza tem disposto para todas as mais províncias do dinheiro que já tem prompto para esta expedição do ferver e animo /fol. 1v/ com que todos se dispõem a servir a Sua Alteza nellas do brio com que muitos se lhe offerecem a formar companhias a sua custa das noticias que o Mestre de campo geral de Alem Tejo dá do provimento que já tem de pam, elevada para a infantaria e cavallaria para o que se tem já feito assentos para se continuar o provimento nos annos que vem e he tanto nesta materia ofen[?]er e zello em todos que na ocasião entendo se despoviarão os

lugares pelo animo que em todos se acha de tomarem satisfação da offensa feita ao nosso Principe e à nossa coroa; se o ministro de Castella diz couza alguma contra isto para entreter saiba vossa mercê que esta he a verdade porque me passa pelas mãos.

Os prestos que se fazem em Castela nos dão pouco cuidado porque sabemos quaes são e o estado em que se acha a sua Monarchia que ainda que fora mais riguroso bem sabe vossa mercê e o mundo todo o pouco que os Portugueses temerão sempre as forças de Castella e assy não tenho que dizer a vossa mercê mais nesta parte nem Sua Alteza me ordena que acescente couza alguma ao que se escreveo pelo proprio do qual ficamos esperando a reposta de vossa mercê de cujo zello e juízo fia Sua Alteza a exacta observância e boa disposição em tudo o que lhe tem ordenado.

Amanhã se celebrão na salla grande /fol. 2/ do forte em presença de suas Altezas e de toda a corte os exposaes entre a senhora Infante de quem he procurador para este acto o Duque de Cadaval com o embaxador de Saboya procurador do senhor Duque para o mesmo far-se há com toda a magnificência com o acto pede.

O agente de Cadiz ainda que está l[?] das guardas não está desimpedido no que toca as fianças embargos de seus bens dura cousa he que procurão sempre com tantas equivocacões os ministros dessa corte em todos dos negócios que tocão a este.

Agora chegão as cartas do correio ordinario não he tempo de as fazer logo presentes a Sua Alteza nem nellas acho couza de que deva fazer a vossa mercê novo avizo

As tres embarcações para a India em que vai o vice rey Francisco de Tavora e o arcebispo partem tambem amanha e he o que se oferece dizer a vossa mercê a quem Deos guarde muitos annos. Lixboa, 24 de março de 1681.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Lisboa, 1681, 14 de Abril – Despacho do secretário de Estado com notícias várias: chegada do Duque de Juvenazzo e audiência particular que teve de D. Pedro pedindo-lhe conferentes, tendo D. Pedro nomeado o Duque de Cadaval e o Marquês de Fronteira; audiência que teve o Núncio – Marcelo Durazzo – para em nome de Sua Santidade, interpor seus ofícios a favor da conservação da paz; cheganda à enseada de Santa Catarina do embaixador de França – Marquês de Oppède.

BA, 54-XIII-17, n. ° 59, 2 fols.

Chega o correo com as cartas de vossa merce de 3 do corrente que logo fiz presentes a Sua Alteza e o effeito vai mostrando a verdade das notícias que ellas conthem e das que vossa mercê tambem deu nas cartas do correo passado.

Dia de Paschoa chegou aqui e duque de Invenoso[*sic*] como já avizei a vossa mercê. O correo partiu no dia seguinte me mandou por hum criado seu a copia da carta de crença e em huã carta que me escreveo significou que sentiria muito que o negocio estar preparado logo para as funções publicas fosse cauza de alguã demora em o negócio a que vinha fui logo busca-lo a caza do abbade Mazerate em que assite havendo precedido hir Dom João de Fonseca, filho do marques das Minas a vestalo da parte de Sua Alteza, na minha [?]jeta lhe desse se queria logo audiencia publica que Sua Alteza lha daria e se para ella não estava preparado a queria particular Sua Alteza lha concederia, que se queria conferentes para tratar logo do negocio, lhos nomearia Sua Alteza. Aceitou a audiência particular no dia seguinte a tarde falou a Sua Alteza e lhe pedio conferentes e Sua Alteza lhe nomeou ao duque de Cadaval e marques de Fronteira que juntamente comigo tivemos já duas conferencias nas quaes que elle sempre persistir em pegasse ao ponto principal da propriedade da terra, querendo fosse [?]ivazão o mandar Sua Alteza e de ficar nella /fol. 1v/ A tudo se lhe respondeo com agrado cortesia e razão e na segunda conferencia com resolução que o ponto principal não era para agora porque pertencia aos [?]omess en árbitros que per ambos as Coroas se nomeassem que a questão agora não era de dircico, se não de facto que Sua Alteza não havia de ceder em couza alguã do que havia pedido a Sua Magestade Católica porque a proposta que mandou fazer para vossa mercê fora ajustada não só com seus conselheiros mas tambem com os letrados e que e razão fundada em justiça e razão que Sua Magestade Cathólica era obrigado em conselho a da-la que Sua Alteza nam queria a guerra mas que em cazo que se lhe não desse o que pedia, queria

a guerra porque queria a honra. Hontem que era dia destinado para a conferencia, mandou dezer que estava indisposto espero avizo seu para quando quer continua-la e do que for sucedendo faz avizo a vossa mercê. Hoje pela manhã veo o Nuncio a audiência de Sua Alteza a falar nesta materia e a interpor seus officios de parte de Sua Santidade para a conservação da paz. Sua Alteza lhe respondeo com todo o agrado e lhe deu noticia de tudo e que havia nesta materia de forte que o Nuncio não teve que responder-lhe prometeo de falar ao Embaixador na mesma conformidade e fazer todo o que devia a hum /fol. 2/ ministro appostolico para que nestas duas coroas se continuasse a paz, e com esta guerra se não inquietasse Europa.

No meo destes tratados nos entra pela p[?] o embaixador de França que hoje pelas onze horas deu fundo na enseada de Santa Catarina amanhã pela manhã dez embarcações e começaremos a lidar juntamente com francezes e castelhanos e bom fora que o duque de Juvenaso se ajustasse a nos que o francês com as suas propostas frietu[?] mais imporssivel ajuste que não tenho duvida em que sseserá o seu primeiro intento, que he tudo o que posso avizar vossa merce e que Sua Alteza nomeou prior do Crato o marquez de Fronteira. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. De Lixboa, 14 de Abril de 1681

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 188

Lisboa, 1681, 21 de Abril – Despacho do secretário de Estado com considerações acerca das notícias que lhe mandou Mendo de Foios Pereira, e sobre o projecto que se ajustou na última conferência em que D. Pedro quis salvaguardar a paz sem ofender a sua honra.

BA, 54-IX-9, n.º98, 1 fol.

Recebo a carta de vossa mercê de 10 de Abril que logo fiz presente a Sua Alteza a quem forão muito gratas as noticias tao individuaes como nella se conhecem o que bem notou Sua Alteza porque disse que pelo que cá se experimenta se colige tambem a certeza do que vossa mercê aviza e certo he que o abbade de Mazerate se enganou muito no que escreveo pelo primeiro proprio assi dos bandos que considerava nesta corte como na frieza, comissão em ordem à guerra e o que vossa mercê respondeo nesta parte he a verdade e não outra cousa defferente muito creio que escreveria o

duque de Juvenaso no primeiro proprio que daqui remeteo porque já então teria alcançado o que depois experimentou.

Em 18 do corrente remeto o dito duque de Juvenazo outro proprio com o projecto que ajustou na ultima conferencia do qual mandei a vossa mercê a copia e o aviso do que então se oferecia que elle terá vossa mercê visto a razão e justiça com que se acerdarão aquellas couzas e como em veneração de El Rey Catholico deminuyo Sua Alteza algumas couzas que na proposta de vossa mercê se individuavão e só atentou a paz de ambas as coroas o que he muito para estimar em ocasião que tantas conveniencias se lhe podião oferecer para o contheudo que o papel conthem he certo não diminuirá Sua Alteza huma virgula e ficará mui engando quem cuida que Sua Alteza porque não haja guerra cederá mais em algũs pontos porque como já disse a vossa mercê ainda que Sua Alteza como princepe tao christão não quer a guerra tambem a não estima a respeito da honra.

Depois do que escrevi pelo dito proprio se não offerece cousa de novo se não que o duque de Juvenazo tem assentado a sua entrada publica para sabbado que vem 26 deste, que he dia dos annos de Sua Alteza e nesta conformidade hirá quarta feira para a hos - /fol. 1v/ pedajem que se lhe tem preparado nas casas do conde de Sabugal.

Estamos esperando a reposta e cazo que não seja conforme o projecto (o que se não espera) infalível sera overmos a vossa mercê mais brevemente desta banda.

Hoje teve o embaxador de frança audiência particular de Sua Alteza e creio que não dorme nos negócios e eu fico certo ao serviço de vossa merce a quem Deos guarde muitos annos. Lixboa, 21 de Abril de 1681. Remeta vossa mercê essas caras para J[?]i e Londres.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Madrid, 1680, 9 de Maio – Oficio do conselho de Estado castelhano tocante à presença de portugueses na raia junto à Cidade Rodrigo.

AGS, *Estado*, leg. 4029, 2 fols.

D. Pedro de Aragon

Don Vizente Gouzaga

Conde de Chinchon

Inquisidor general

Don Nelchor de Navarra

Duque de Albuquerque

Conde de Oropesa

Señor

En cumplimiento de la orden de Vuestra Alteza de 3 de Mayo se há visto en el consejo la consulta inclusa del de Guerra de 29 del pasado sobre la representacion que haze el correjidor de Ciudad Rodrigo de que quando fue a alli hallo avezindados algunos portugues y supondo que su antexeron tudo orden de que entrasen la tierra a dentro a que el há procurado dar cumplimiento y pregunta lo que hara con otros que se bienen ya que el consejo dize que el año de 674 se mando al correhidor que lo hera los hechase u hizese vivir en Castila la tierra a dentro por el incombeniente de que estuviesen en la raya, envía observancia no halla obra reparo pero por ser punto político el mode de echar los que oy viven en Ziudad Rodrigo y la frontera /fol. 1v/ juzga convendra se vea en estado el consejo representa a Vuestra Alteza que para consultar con entero conocimiento sobre esto seria bien que Vuestra Magestad se sincuese de mandar a la parte donde se dio la orden para retirar los portugueses 20 leguas la tierra adentro se saque un resumen de los reparos o inconvenientes que la motivaron y la razón porque hasta ahora no se a executado y que se envíe a este consejo.

D. Pedro de Aragon y conde de Chincon son de sentir que se executela orden porque siempre conviene que los portugueses no vivan en la raya assi por los fraudes que harán a la real Hazienda en tiempo de paz como por la poco seguridad en tiempo de guerra y que será bien prevenir a Abad haverse dado esta orden anticipadamente para que si llegaren a darle alguna quexa este advertido de que es orden de gobierno y pueda responder que no es novedad /fol. 2/ D. Vizente Gonzaga es de parezer que se

tolere como hasta aquí [¿] no entren en apreension y desconfianza portugueses como lo hizieron con la poca jente que Vuestra Magestad mando alojar en Galizia y Extremadura pr que la conyuntura presente no es propósito para estas novedades hasta ver el paraderode las machina de franceses.

Vuestra Magestad mandara lo que fuere servido.

Madrid, [9] de Maio de 1680

Doc. 190

Lisboa, 1681, 10 de Maio – Despacho do secretário de Estado com notícias da assinatura do Tratado Provisional e também do embarque do embaixador de Sabóia – D. Carlos Filiberto de Este – num navio de guerra francês.

BA, 54-XIII-17, n.º 60, 1 fol.

O embaixador que veyo com as ordens para o ajustamento volta e ainda que depois de amanhã he o dia do correo, com este há de chegar primeiro. Faço a vossa mercê estas duas regras para lhe dar noticia como quarta feyra que se contarão e deste que foy o mesmo em que chegou o correyo, fizemos o tratado e o asinamos na mesma forma em que se havia feyto o projecto somente com a vinda do correo se puzerão de mais em alguns capitullos alguas palavras que não alteravão a substancia delles e so conduziao para mayor explicação do que contem o projecto assy de huã parte como de outra a introdução delle está feyta a contento de ambas as parte e o embaixador o manda por este proprio para que com toda a pressa vinha a ratificação em que entendemos não pode haver duvida algua por que assy o aseguro mesmo embaixador e o tratado não altera couza alguma de substancia do que continha o projecto que lá foy não dá o tempo lugar no poder tresladar todo para o mandar a vossa mercê vendo a ratificação se imprimirá conforme o estillo e remeterey e se antes desso puder treslada-llo o mandarey a vossa mercê.

Já tenho dito a vossa merce a satisfação com que Sua Alteza está de como vossa mercê tem procedido em todas as matérias /fol. 1v/ e particularmente nesta e me manda de novo dezer a vossa merce que ainda que não duvida da ratificação deste tratado por ser tão conveniente a Castella não deyei vossa mercê por sua parte de facilitar todo o inconveniente ou toda a demora que possa haver na ratificação e na vinda das ordens para a execução do que nelle se assentou para que tudo fique na boa paz e amizade que convem advertindo a vossa merce que para os effeitos que fez em

Portugal a noticia deste sucesso não fizemos pouco em nos ajustar nesta forma ainda que bem presentes são a Sua Alteza todas as considerações que vossa mercê tão prudentemente faz nas suas cartas sobre esta materia.

Hoje se embarca o embaixador de Saboya com a sua companhia em hum navio de guerra Francez e de França ainda diz que esperava pella sua roupa e assy não tem ainda feyto a sua entrada na corte não há outra novidade a carta para o Padre. Irmão de vossa merce mandey logo e fico sempre certo ao serviço de vossa mercê. Deos guarde muitos annos. Lixboa, 10 de Mayo de 1681.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 191

Lisboa, 1681, 1 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícias várias: aviso do duque de Juvenazzo da nomeação dos cosmógrafos Padre João de Androjilha e o piloto-mor José Gonez Jurado; ordens de D. Pedro aos governadores das praças para continuarem na vigilância contra a peste; nomeação do duque de Cadaval para ir na armada conduzir o duque de Sabóia.

BA, 54-XIII-17, n. °62, 2 fols.

Sua Alteza que Deos guarde tornou hontem a noute de Alcantara para o Paço e logo lhe ly as cartas de vossa mercê de 19 de Julho que recebi naquella hora, no mesmo dia tive avizo do duque de Jovenazo da nomeação dos commissários em tambem avizo que se nomearão dous cosmógrafos o Padre João Androjilha e o piloto mor Joseph Goez Jurado; nesta conformidade nomeará Sua Alteza tambem os commissários por nossa parte e cá se fez o mesmo descurso e esperamos a nomeação dessa corte para se nomearem seguros da mesma conformidade, e dos que Sua Alteza nomear avizarei a vossa mercê no seguinte.

Avizei a vossa mercê que hum expresso que daqui mandou o duque de Jovenaso em como elle duque em huma audiência de Sua Alteza lhe entregou as ordens inclusas para o castigo do governador de Buenos Ayres e agora me lembro que a carta que foi pelo expresso continha outro avizo e não este, porque isto succedeo despois e o expresso foi somente para avisar acerca do socorro que el Rey Cathólico pedia para a recuperação de Mamorra despois disso foi o duque de Jovenazzo a audiência de Sua Alteza e lhe entregou como digo as ordens incluzas, logo se entendeo o fazia de

preposito porque podendo as dar na conferencia ou entregarmas como havia feito [?], deu estas na mão de Sua Alteza assy como vão abertas entendendo-sse o fazia para que Sua Alteza pela generosidade a não executasse. Sua Alteza mandou ver este ponto no conselho de Estado e sobre o que lhe aconselharão resolveo mandar dizer ao embaixador que elle tinha visto ordens, e se devia /fol.1v/ por sacrificio e que elle embaixador significasse a el Rei que seria de seu aggrado que o tal castigo se não executasse e me manda dizer a vossa mercê que peça audiência de el Rey e lhe leve as ordens assy como vão e lhe diga da parte de Sua Alteza que Sua Alteza as lli e está satisfeito e que agora pede a Sua Magestade se sirva de recolhe-la e de que se não execute castigo algum com o dito governador porque Sua Alteza interpoem a sua intercessão para esse effeito.

Muito sente Sua Alteza se torne a renovar com o que escrevo eu hoje a todos os Governadores das praças continuem na vigilância cõ todo o cuidado.

Tambem são lamentáveis os presságios que vossa mercê refere nesta sua carta e a esses que parece são só para Hespanha acrescem os que toçã a toda a Christandade com as desavenças entre Sua Santidade e França e agora com este successo de Napoles serão tambem com Castella. Queria nosso senhor lembrar de todos porque vão os tempos calamitosos.

Sua Alteza tem nomeado ao duque de Cadaval para hir na armada a conduzir para este Reino ao senhor duque de Saboya e já se andão tratando essas matérias com calor como estiverem ajusta-las darei avizo a vossa mercê.

O embaixador de França ainda esta no seu retiro nem sabemos quando sahirá em [?] a cauza que dá he não haver chegado a sua roupa se tem outras causas ou outro /fol.2/ mistérios o tempo os descobrirá.

Por hora na corte não há outra novidade de que possa avizar a vossa mercê que para seu serviço estou sempre com a mesma vontade e animo. Deos guarde a vossa merce muitos annos. Lixboa, 1.º de Julho de 1681.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Lisboa, 1681, 8 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com a notícia da nomeação dos comissários: Manuel Lopes de Oliveira, Sebastião Cardoso de Sampaio, Manuel Pacheco de Melo, Padre João Duarte, hão-de levar consigo Manuel Serrão Pimentel, filho de Luís Serrão Pimentel que foi cosmógrafo-mor. Pedido para informar qual a jurisdição que tem em Castela o general da armada e também para observar o tratamento que fazem em Madrid aos embaixadores de Moscovo – Potemkine Polkons - para o caso de eles virem também a Portugal.

BA, 54-XIII-17, n.º66, 1 fol.

Com as noticias que vossa mercê da nesta sai carta de 26 de junho ficou Sua Alteza entendendo o estado em que de presente se acha esta Monarchia e ainda assy pelas noticias que vem do Alem Tejo de que por Badajoz e mais fronteiras se faz cavallana e se reenchem os terços, contra disposições militares há quem afirma que tudo isto são prevenções contra nos a respeito de que haverá repugnância na entrega da praça de Buenos Aires e coutras cauzas semelhates a esta e querem estar prevenidos os castelhanos para darem de repente ou querem os portugueses que façamos nos as mesmas para que o nosso descuido não tenha depois escaramente com algũ repentino suçcesso. Eu não posso entender que as preparações de Castella se acazo as fazem sejão para este fim, todas [?] não deixe vossa merce de procurar saber cõ a sua industria o motivo que pode haver para ellas.

Na conformidade dos comissários que [?] nomeado tem Sua Alteza tambem facço escolha dos que de cá hão de hir e são os Dortores[sic] Manoel Lopez de Oliveira e Sabastiam Cardoso de Sampayo, Manoel Pacheco de Mello Conselheiro e o Padre João Duarte e levarão consigo o Manoel Serrão Pimentel filho de Luis Serrão Pimentel que foi cosmógrafo mor, mas como a nomeação não está publica e pode haver nella mudança a tenha vossa mercê em segredo ate que se publique e lhe falarem a vossa mercê nisso pode vossa mercê dizer que Sua Alteza tem nomeado sogeitos na conformidade dos de Castella.

Sua Alteza dezeja saber a jurisdição que tem em Castella o general da Armada e se o exercita somente quando anda no mar ou se tambem em terra /fol. 1v/ a tem e se nella julga as culpas dos outros cabos da armada ou se pertence isto em terra a quem governa as armas de tudo o que vossa mercê puder achar nesta materia quer Sua

Alteza com toda a brevidade lhe mande destinta noticia mas que esta informação parece em vossa mercê curiosidade e não outro respeito.

As noticias da peste são muito para sentir por nossa parte se aviza se continue e augmenta o cuidado e vigilancia queira Deos livrar-nos desse castigo.

Sobre os pates[sic] das coroas de Saboya tenho feito repetidas lembranças a Sua Alteza, ate agora ma não tem dado resolução justa, vi para poder avizar a vossa mercê nesta materia com certeza.

Aviza Salvador Taborda que os embaxadores de Moscovia partirão de Adenz para M[...] e que como o principal intento da sua embaixada he franquear o lomereição[sic] entre aquelles Principes pode succeder que venha a Portugal e assy quer Sua Alteza que vossa mercê observe o tratamento que lhe fazem em Madrid nas cortezuas e mais ceremonias com eles e sua familia, porque cazo que venhão possa cá estar esta noticia e quando não passará por curiosidade.

Não tenho que avizar de novo a vossa mercê nem na corte se oferece novidade, eu fico sempre ao serviço de vossa mercê. Des guarde muitos annos. Lixboa a 8 de Julho de 1681, essa carta para o [?] Embaxador de Roma remeterá vossa mercê que he negocio do serviço de Sua Alteza.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 193

Madrid, 1681, 14 de Agosto – Carta de Mendo de Foios Pereira para o secretário de Estado com notícias várias: os avanços de Luís XIV e as prevenções castelhanas; a conjuntura interna espanhola e também a questão da ilha de S. Gabriel.

BGUC, *Reservados*, MS. 518, fls. 130-131v.

Com reposta que el Rey Cristianissimo deo aos tres ministros desta coroa, Inglaterra e Olanda sobre os particulares de Flandres, dizendo não podia ceder dos Dominios que lhe tocavam se despedio a 12 deste hũ embaxador com cartas para Inglaterra, Olanda e Imperio em que el Rey Catholico pede a ultima resolverão[sic] sobre as dependências de França querendo assim saber qual deve ser a sua e o mesmo próprio levou hũ credito para Flandes de 250 Esc[...] e outro de 300, a ordem do Emperador e agora de fronte de Malaya sobre as [?] brigou hũ navio desta Coroa com outro de França como vossa senhoria verá dessa copia de hũ cavalheiro que se achou

no mesmo conflito escreveo hũ seu tio, e este vão Dominio que El Rey de França quer nos mares o metera em muitos embaraços crecitando[sic] o comum o dois das nações e daqui se manda dar grande presa a armada que entendo governará o mesmo marques de Villa fiel e nos seys navios de Flandes dizem que vem hũ grande cabo no mar que exercitará o officio de almeyrante. Os guispuanos[sic] mandaram sahir daquele Reyno ao alcayde de Corte que fez adevaçar sobre a morte dos franceses, dizendo-lhes que El Rey não podia alterar-lhes a liberdade /fol. 130v/ de seos foros e hũ ministro do conselho Real que estava nomeado para esta mesma delligencia esta de todo porque se tem por infallivel succeder-lhe o mesmo porque El Rey com estes [vassalos] não tem mays poder que o que elles querem. Na cadea desta corte estam presos dous sicilianos e hũ aragonês em tres segredos defrentes. Sendo seu cacereyro[sic] o alcayde de Corte mays antigo que para comerem vay pessoalmente abrir as portas, nas perguntas que lhe fes escreveo elle mesmo sem assistencia de outra alguã pessoa, esta suma cautela tem dado lugar a vários descursos, o que se conjectura he que hũ delles fora dizer ao confessor da Rainha que sua sogra lhe queria dar veneno porque a Rainha com grande receyo e alguã credulidade comunico este aviso ao embaxador de França, que a despersuadio deste cuydado e dizem que outro com o marques de Mansiera fizera semelhante delligencia dizendo-lhe que a Rainha e o primeyo ministro queriam dar pesonha a Rainha May, e he certo que hũ delles assitia muito em casa do marques de Mansiera e que a elle se lhe mando a ordem para entregar ao dito alcayde de Corte e não deyxar de se falar no conde de Monterey e ate se averiguar a verdade ou [men]- /fol. 131/ tira que hera mays certa deseurtara[sic] cada hũ como lhe parecer mas o mesmo Alcayde dera muito por não estar encarregado desta delligencia. A proveytando-se o cuque de Ossuna dos muitos gelos deste Inverno, mandou encher hũ grande poso que fez nesta corte e para que a sua venda fosse mays fácil mandou fechar as portas dos pesos dos contratadores deytando-lhes cadendos[sic] com esta queyxa fes o conselho Real huã rigurosa consulta contra o Duque de que resultou mandar el Rey pelos alcaydes de Corte com muita gente a destruir o poso do Duque de que se deo por sentido por se alterar o estilo de se fazerem a saber aos grandes as resoluções que se tomam contra huas pessoas e [fazendas] e ate agora se não sabe se a demonstração passará a mays. Não duvido do [Inquisidor geral] com el Rey sobre o marques de Oserra não há ainda resolução que o conselho de Estado fez Consulta sobre procederem contra elle a tempos sidades e não foy respondida e tem havido varias criterlosterias[sic] por escrito e entendo quando o Inquisidor geral acomodará a

ceder. Vi atentamente e com sumo gosto o manifesto que vossa senhoria me remeteo sobre a nossa colonia de S. Gabriel porque demonstração conclue e os homens que /fol 131v/ noticia daquelas partes em huã e outra coroa [con]sideraram grande utilidade ou prejuízo [manter] ou não ter esta Ilha e sobre a justiça temos a melhor condição de possuidores e vossa senhoria se servirá de me mandar outros dous manifestos porque os devotos folgam de os ver e os pedem e se me dizia que devo eu manda-los imprimir aqui em lingua castelhana por ser mays comum as nações e a nossa he ainda muy mal entendida dos mesmos castelhanos o que não farey sem que vossa senhoria mo ordene. Vay a forma em que as rainhas desta coroa costumam escrever as duquezas de Modena e veja vossa senhoria em que o posso servir e Deos guarde a Pessoa de vossa senhoria muitos annos como dezejo. Madrid, 14 de Agosto de 681

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 194

Lisboa, 1681, 30 de Setembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira primeiramente com regozijo pela boa nova de estar quase extinta a peste da Andaluzia. Depois dá notícias da próxima partida dos comissários para o congresso; da nova ordem que se mandou pedir a Carlos II de Castela para se fazer a entrega da colónia do Sacramento; da chegada da frota do Rio de Janeiro.

BA, 54-XIII-17, n.º70, 1 fol.

Começo pello demais gosto que he a boa noticia que vossa mercê dá de estar quasi extinta a peste de Andaluzia, avizei a vossa merce como a Sua Alteza mandou abrir dous postos em cada provincia do Reino e considerando no que vossa mercê diz de se poderem já abrir todos desde o Tejo ate a foz do Minho lhe pareceo a Sua Alteza esperar ainda ate o correo que vem para que continuando nella esta boa nova haja mais solido fundamento para se abrirem os postos

Conforme a advertência que vossa merce faz dos dobrões que passam para Castella se manda ordem que a [...] para que se ponha todo o cuidado e se examinem os Almocreves e se evitem o danno que vossa merce aponta.

Sua Alteza he servido que vossa merce dê ao Nuncio dessa corte o parabém do capello de parte sua significando-lhe o gosto que Sua Alteza teve com a sua nomeação de tudo o mais que conthem a carta de vossa merce fica Sua Alteza

inteirado e muy sacrificio da boa noticia que vossa merce lhe daá[sic] das boas qualidades de Dom Pedro de Ribeira que vem por enviado para esta corte.

Os comissários para o congresso partirão daqui a en[...] dez do mês de outubro conforme aqui se ajustou com [?]. Carlos e tambem havendo he feito reparo que as ordens que El Rey Catholico despachou para se fazer a entrega da Colonia e fortaleza do Sacramento falava com e vice Rey do Perú e com o governador de Buennos Aires e que isto podia cauzar huã dilação do tempo muito consideravel podendo o governador de Buenos Aires dezer que havia de dar primeiro avizo ao Perú se ajustou aqui com o embaxador e com Dom Carlos que mandasse buscar nova ordem que faltava somente com /fol. 1v/ o governador de Buenos Aires sem dependência por evitar todos os inconvenientes que podem resultar de huma materia que se trata com toda amizade e sençeridade faço este avizo a vossa mercê não para que vossa mercê faça a instancia mas para que saiba que elles a fazem e que assi ajustarão aqui e para poder quando seja necessario dizer o quanto convem que assy se faça chegar a frota do Brasil e juntamente com ella duas embarcações da India, Suas Altezas ficão de saúde e eu certo a que vossa mercê me mandar de [...]. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, a 30 de Setembro de 681.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foios Pereira

Doc. 195

Lisboa, 1681, 18 de Novembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícias várias: morte do Conde do Vimioso; nomeação de Duarte Teixeira Chaves para governador do Rio de Janeiro, não tendo ainda partido por aguardar que venha a ordem para o governador de Buenos Aires entregar a Colónia do Sacramento; ordem de D. Pedro aos comissários para continuarem as conferências na forma estabelecida; abertura da aduana de Castelo Branco e dos portos secos.

BA, 54-XIII-17, n. °76, 2 fols.

Fiz logo presente a Sua Alteza as cartas de vossa mercê de 6 de Novembro e nestas [...] da Europa são todas as noticias de vossa mercê de muitoa[sic] importância. Aqui não temos novidade mais que haver deos levado para si ante hontem ao Conde do Vimioso e Sua Alteza que Deos guarde por sua grandeza foi

servido fazer muito da caza ao filho bastando pelo conde o haver assy pedido na hora da morte.

A pressa e segredo com que vossa mercê expedio o correo en ser[...] para França foi muito conforme ao seu juízo e agora veremos o como em França se tomão estas matérias em que como vossa mercê diz não podem negar os castelhanos a atensão e justificação com que Sua Alteza procedeo e o quanto Castella lhe está obrigada porque se Jovenazo fiz que pedio com instancias ao Duque que o não segurasse em caza do Nuncio poderá tambem dizer que pedio despois muitas vezes a segurança e ate em aldea galega a quis continuar como continou e em todas estas acções obrou Sua Alteza na forma que já vossa mercê tenho escrito.

O dito duque Jovenazo prometeo aqui de mandar logo vir a ordem para se entregar a fortaleza e Colonia de Buenos Aires na forma do tratado porque se lhe representou que [...] que para isso vierão falavão promiscuamente com o governo de Buenos Aires e com vice rey do Perú e que podia o dito governador as fazer da entrega dezer que lhe era necessario dar conta ao vice rey do Perú e esperam dem sua, e isto ocasionável huã dilação pelo menos de dous annos com grande detrimento do que aqui se havia tratado e que assy era necessario ver ordem para o governador de Buenos Aires entregar logo sem dependência do de Perú e que despois de entregue daria conta, prometeu /fol. 1v/ o duque embaxador estando presente Dom João Carlos que logo viria a ordem nesta forma e ate agora não tem chegado e está aqui detido Duarte Teixeira. O haver que Sua Alteza manda por governardor somente por esperar esta ordem que já pudera ter chegado conforme o tem [...] que se prometeo; e vendo Sua Alteza que este negocio está parado porque esta ordem não chega ordenou aos seus comissários que estão em Elvaz continuarem as conferencias na forma estabelecida mas que as continuarão por huns quinze ou vinte dias ate chegar esta ordem porque não chegando cessarão dellas e toda a resolução porque sem a dita ordem ficava este negocio informe e que no congresso e achava Dom João Carlos que não podia negar que aay o prometera e me manda dezer a vossa mercê que falle logo com o Duque de Jovenazo sabendo delle se a ordem he vinda e quando não seja, vossa mercê e elle que a prometeo aprocurem com toda a pressa.

Já avizei a vossa mercê de forma em que se respondeo aos navios de Brandemburgo de que vossa mercê já faz mensão nesta sua reposta despois se achou que hum dous navios se lhe podia e que era [...] dar querena e com [...] do Conselho

de Estado pareceo a Sua Alteza deixa-los vir [...] para este effeito e concludo se lhe fará entender que he tempo de se hir.

He de grande gosto a nova de se não falar já em peste a aduana de Castelo Branco há muito que se mandou abrir e estará hoje e demais a mais todos os portos secos que Sua Alteza mandou abrir mas a ordem expressa que se purificassem as fazendas em que se podia haver reparo e especialmente o escrevi se he os tafetas conforme avizo de vossa mercê, servyço fico sem- /fol. 2/ pre mui certo.

Agora me manda dezer a Princeza nossa senhora que advirta a vossa mercê que o embaxador de França dessa corte há-de fazer de [...] instrusao sobre as pertencer do senhor duque de Saboya sobre as dividas dos dotes antigos sobre que já avizei a vossa mercê e quer senhor que vossa merce das na parte coopere na forma que se lhe tem escrito por seu materia de prerene de hum principe que o hu já nosso. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa 18 de Novembro de 1681.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereria

Doc. 196

Lisboa, 1682, 10 de Março – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira participando a deliberação de D. Pedro de mandar castigar alguns moradores de Marvão por terem rompido os açudes dos moinhos pertencentes aos moradores de Valença de Alcântara e de mandar prender o cabo para se averiguar se teve culpa no caso das mulas que vieram de Castela.

BA, 54-XIII-17, n.º80, 1 fol.

Chega o correoo a esta hora e nao tenho lugar de ler a carta de vossa merce a Sua Alteza antes da reposta e assy somente dou avizo a vossa merce de que chegou o correio com a carta de vossa merce de 26 de Fevereiro.

Na conformidade que escrevi a vossa merce no correio passando quis Sua Alteza que se castigacem os culpados que romperão os asudes dos moinhos que pertenciam aos moradores de Valença de Alcantara, neste sucesso constou da devaça quanto não entrou solddo algum e somente forão alguns moradores da villa de Marvão e não obstante quando consta da devaça que lhes derão cauza. Manda Sua Alteza auditor Geral que logo satisfaça o danno a custa dos culpados e que aos que estão prezos sentence e castigue com todo oliger assi pode vossa mercê fazer ao seu conferente

advertindo tambem como de su que já que Sua Alteza com tanta pontualidade manda castigar aos que cometterao este excesso se advirta tambem aos de Valença que irão conservar a amizade e união antiga e não fação vexações novas aos gados dos moradores de Marvão mas que pastem huns coutros em hua e outra parte como sempre fizeram antigamente.

Quanto a outra queixa de haverem tomado huas mullas consta da mesma devaça que guardandoçe as fronteiras por ocasião de contagio quando se temia /fol. 1v/ sahio da praça de Aronches hua partida de sete cavallos e indo correndo os pertos chegarão ao de brilongo quando duvide este Reyno do de Castella e ahi encontrarão tres almocreves que traziam nove mullas em pello sem carga algua e per constar ao cabe da dita partida que vinhão de Valladolid donde não havia mão os dexou entrar para este Reyno como elles pedião e consta que per esta liberdade que lhes deu lhes não recebeu preço algum e não consta que a dita partida ou outra alguã passasse ao reyno de Castella a tirar mullas, não obstante isto Sua Alteza mandou prender o cabo para que se constar que teve alguma culpa ou fez algum agravo seja muito bem castigado. Vossa mercê pode dar conta de tudo isto ao conferente para que veja o zello com que Sua Alteza acode a satisfação de qualquer queixa.

João Gomes de Moura me diz agora que manda ordem para a continuação das mezadas, na corte não há novidade e eu fico sempre certo para servir a vossa mercê. Que Deos guarde muitos annos. Lixboa, 10 de Março de 682.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 197

Lisboa, 1681, 7 de Maio - Tratado Provisional celebrado entre Portugal e Castela.

AHN, *Estado*, leg. 2802, exp. 4, 10 fols.

Tratado Provizional entre o mui alto e o serenissimo Principe Dom Carlos 2.º Rei de Hespanha das duas Sicilias de Hyerusalem das Indias ett., Archiduque de Austria, Duque de Borgonha e de Milão, Conde de Abspurg e de Tirol ett, e o mui Alto e serenissimo Principe Dom Pedro Principe de Portugal e dos Algarves da quem e dallem mar em Africa, señor de Guiné e da Conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India ettª. Regente e governador dos ditos Reynos e

senhorios, ajustado por Dom Domingos Judize, Duque de Jovenazo, Principe de Chelemar, dos conselhos de Sua Magestade Catholica em o supremo de guerra de Hespanha e colateral de Napoles, Thezoureiro geral daquele Reyno, seu Embaixador extraordinario e Plenipotenciario de huma parta; e Dom Nuno Alveres Pereira, Duque de Cadaval, Marques de Ferreira, Conde de Tentugal, Alcayde mor das Villas e Castellos de Oliveça e Alvor, mor das Villas de Buareos Villa nova ett^a, dos conselhos de Estado, guerra e despacho de Sua Alteza, capitão geral da cavalaria da corte e estremadura, mordomo mor e redor da fazenda da muito alta e sereníssima Princeza /fol. 1v/ de Portugal ett^a. E Dom João Mascarenhas, Marquez de Fronteira, Conde da Torre, gentil homem da Camara de Sua Alteza seu veador da Fazenda, mestre de campo general da corte, estremadura, Setuval, e Prexidio de Cascaes dos Conselhos de Estado e guerra de Sua Alteza e o Bispo Dom Frey Manuel Pereira do Conselho de Sua Alteza e seu secretario de Estado, seus plenipotenciários da outra sobre a fundação da Colonia do Sacramento situada na costa septentrional do Ryo da Prata de frente da Ilha de São Gabriel, e ovo incidente cauzado pello governador de Buenos Ayres em virtude das plenipotências seguintes.

Plenipotencia de Sua Magestade Catholica

Don Carlos 2. ° por la gracia de Dios Rey de las Españas, de las dos Sizilias de Jeruzalen, de las Indias ett^a, Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Milan, conde de Abspurg, y de Tirol ett^a. Por quanto habiéndose ofrecido una diferencia de limites entre los Dominios de mi corona y los de la de Portugal en la America, junto a la isla de san Gabriel y siendo mi animo componerla amigablemente con el serenissimo Señor Don Pedro Principe y Governador de Portugal de los Algarbes, por la sinceridad de animo /fol. 2/ con que desseo la conservación de la pas y toda buena amistad y correspondencia con aquella corona y conviniendo para que esto se execute que haya en la ciudad de Lisboa persona de authoridad, calidad, prudencia y celo, enterado de todas las razones de hecho y derecho que me asisten y que tenga Plenipotencia mia para conferir tratar y concluir lo que ajustare. Por tanto concurriendo (como concurren) estas y otras buenas partes em vos D. Domingo Judize, Duque de Jovenazo, Principe de Chelamar de mi consejo de guerra, mi embajador extraordinario que para el efecto arriba referido os he nombrado en calidad de tal cerca de la persona del dicho Principe, he resuelto daros (como os doy, y concedo en virtud del presente) tan cumplido y bastante poder, comisión, y facultad como es necesario y se requiere para que por mi y en mi real nombre podais tratar,

ajustar, capitular y concluir con el diputado y comisario o los diputados y comisarios del sobredicho serenísimo señor Don Pedro Principe y Governador de Portugal (en virtud del poder suyo que presentaren) en ajustamiento de dicha diferencia en la forma que mas bien pareciere y obligarme al cumplimiento de lo que assi ajustareis y firmareis y declaro que doy mi palabra real que todo lo que fuere hecho /fol. 2v/ tratado y concertado por vos el dicho Duque de Jovenazo desde a ora para entonçes lo cosiento y apruebo y lo tendre siempre por firme y valedero y pasarse por ello como por cosa hecha en mi nombre y por mi voluntad y authoridad y lo cumpliré entera y pontualmente y assi mismo ratificare y aprobare en especial y conveniente forme con todas las fuerzas y demás requisitos necesarios que en semejantes casos se acostumbra dentro del termino que por ambas partes se acordare todo lo que en raçon de esto concluyereis, asentareis y firmareis para que todo ello sea firme, valido y estable en cuya declaración he mandado despachar la presente firmada de mi mano, sellada con el sello secreto, refrendada de mi infrascripto secretario de Estado. Dada en Madrid a veinte y cinco de Março de Mil y seiscientos e ochenta y un años. Yo El Rey. Dom Pedro de Colona.

Plenipotencia do serenissimo Principe de Portugal

Dom Pedro por graça de Deos Principe de Portugal e dos Algarves da quem e dallem mar em Africa de Guenê e da Conquista, navegação e comercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India ett^a. Sucessor, governador e Regente destes Reynos e /fol. 3/ senhorios. Havendo o muito alto e serenissimo Principe Dom Carlos Segundo Rey Catholico, meu bom irmão e Primo, mandado a esta corte por seu embaixador extraordinario o Dom Domingo Judice, Duque de Juvenazo, Principe de Chelemar, dos seus conselhos em o supremo de guerra e coletral de Napoles, Thezoureiro geral daquele Reyno com plenipotencia para conferir, tratar e concluir o ajuste sobre o novo incidente cauzado pelo governador de Buenos Ayres na Colonia do Sacramento que edificou o Governador do Rio de Janeiro Dom Manuel Lobo e povou em a costa e margem septemtrional do Rio da prata de fronte da Ilha de São Gabriel e dezendo eu que o danno que deste incidente rezultou se repare e se componha de tal maneira que a Paz e boa correspondência entre estas duas coroas se conserve sem perturbação e com toda a boa amizade. Pella presente dou poder a Dom Nuno Alveres Pereira, Duque do Cadaval, Marques de Ferreira, Conde de Tentugal, meu muito amado e muito prezado sobrinho, alcaide mor das Villas e Castello de Olivença e Alvor, señor das Villas de Tentugal, Buareos, Villa Nova, Rabacal, Alvauazere, Penacova,

Mortagua, Ferreira, Cadaval, Cercal, Peral, Villalva, Villa Ruina, Al- /fol. 3v/ Albergaria, Agua de peixes, comendador das comendas de Grandola, Sardoal, Eixo e de Moraes dos meus concelhos de Estado, guerra e despacho, capitão geral de cavalaria da corte e estremadura, Mordomo mor e vedor da fazenda da Princeza minha sobre todas muito amada e muito prezada mulher; a Dom João Mascarenhas, Marques de Fronteira, Conde da Torre e de Coculim, senhor das Villas de Fronteira e de Veredá e Coculim, comendador da ordem de Christo das comendas e lugares de carrezedo, cambres, Fonte Areada, Pindo, Rosmaninhal e Castellãos, gentil homem da minha camara, vedor da fazenda aos conselhos de Estado, guerra e junta dos tres Estado Mestre de Campo Geral da Corte, Estremadura, Setuval e Prezidio de Cascaes, Grão Prior da ordem de São João e ao Bispo Dom Frey Manuel Pereira do meu conselho e em meu real nome possão tratar, ajustar, capitular e concluir com o dito Duque de Jovenazo em virtude do poder de el Rey Catholico que apresentou o ajustamento da dita diferença com as condições, declarações e clausulas que lhes parecerem convenientes ao socego /fol. 4/ bem comum, amizade e união entre ambas as coroas e vassalos dellas e o por elles feito e ajustado nesta parte me obrigo em meu nome ao cumprir, manter e guardar de baxo da fee e palavra de Principe e o haverey por bom, firme e valioso como se por my fora feito e acordado e assi mesmo o rateficarey e aprovarei em especial e conveniente forma com todas as forças e mais requesitos necessários dentro do termo que por ambas as partes se assentar. Em fee do que mandei fazer presente firmada de minha mão e sellada com o sello de minhas armas dada na cidade de Lisboa ao des diaz do mês de Abril. Luis Teixeira de Carvalho a fes Anno do Nascimento do nosso senhor Jezus Christo de mil seiscentos oitenta e hum, leu o Bispo frey Manuel Pereira a fis escrever. O Principe.

Em nome da sanctissima trindade Padre, Filho e spirito santo, tres pessoas e hum só Deos verdadeiro.

Como por occasião da nova colonia que com nome do Sacramento o governador do Rio de Janeiro /fol. 4v/ D. Manuel Lobo fundou e povoou na costa e margem septemtrional do Rio da Prata de fronte da Ilha de São Gabriel (chegada que foi esta noticia pello mês de Agosto do mesmo ano) se excitassem alguãs diferencias de interesses e direitos que forão promovidos e tratados amigavelmente.

Por parte de Sua Magestade Catholica com o fundamento de dever-se reparar o acto turbativo cauzado com esta fundação em os legítimos direitos de quieta e pacifica possessão em que se achava de quasi dous se eu los a esta parte do Ryo da prata, sua

navegação ilhas e costas austraes, septemtrionaes e demais terras adjacentes reduzindo-se as couzas a seu primeiro Estado ate tanto que com mais exacto conhecimento de cauza se declarassem os direitos de propriedade que podião pertencer a huma e outra coroa conforme ajusta demarcação acordada no assento que entre os Reys Catholico e de Portugal se tomou dm Tordezilhas em sete de Junho de 1493.

Por parte do serenissimo Principe de Portugal satisfazendo a esta instancia com o motivo de assentar que a sinceridade e boa fee com que de sua parte se avia procedido na ocupação da /fol. 5/ daquele sitio lho devia conservar na sua retenção sem permitir que em modo algum se pudesse presumir aver sido animo deturbar nem transcender os limites da demarcação de Sua Magestade Catholica preocupando parte, sitio nem lugar que entendesse pertencer nem a sua possessão nem o seu Dominio senão de fazer hum acto licito em usar daquele terreno cuja situação na margem e costa septemtrional do Rio da prata com justos fundamentos entendia era pertencente a demarcação de sua coroa, a segurando em demonstração de tão puro intento a prompta disposição em que estava de reparar qualquer prejuízo do direito de sua coroa que se mostrasse por parte de Sua Majestade Catholica haver lhe rezultado desta fabrica sem alteração de seu Estado prezente para cujo effeito conviria em os meios ou arbítrios mais conferentes que a ambos os Principes parecessem.

E porque achando-se as couzas neste estado pendente este amigável Tractado e conferencia o serenissimo Principe de Portugal, mostrando sentimento expressou a Sua Magestade Catholica a noticia que lhe tem chegado de haver-se apoderado da dita Colonia /fol. 5v/ o governador de Buenos Ayres no dia seis de Agosto de mesmo anno, procedendo por via de facto com morte de alguma parte da guarnição, prizão do governador e de mais gente de Milicia e vizinhança e apreensão da artilharia, armas, monições e petrechos de guerra valendo-se para este effeito não só da gente da sua conducta senão de numero copioso de Indios da obediência de Sua Magestade Catholica tudo o que he inffitivo do tratado amigavelmente introduzido e de notório excesso pois o animo de entender reintegrar-se da ocupação deste terreno considerando o por próprio e sujeito à sua jurisdição, nunca podia comutar o acto regulado de restituição em os imoderados e violentos de hostilidade.

E sobre este incidente pedido reparação do danno e demonstração do excesso e que precedendo hum e outro se restabelecesse o curso da conferencia alterado com tão

violento motivo para que huã e outra coroa ficasse conservada em os legítimos direitos que lhe pertença pello títulos justos de sua própria demarcação.

E em razão de tudo o referido havendo-se conferido e deliberado com maduro acordo recorrendo-se assim por parte de Sua Magestade Catholica como /fol. 6/ do serenissimo Principe de Portugal que em nenhuma das ditas ações reciprocas há concorrido noticia nem animo ofensivo da boa Paz e amizade em que se mantem as suas coroas e querendo hum, e outro conserva-la com toda a firmeza, sinceridade e boa correspondência se hão concordado e ajustado na maneira seguinte:

Artigo 1.º

Sua Magestade Catholica mandará fazer demonstração com o governador de Buenos Ayres condigna ao excesso no modo da sua operação.

Artigo 2.º

Todas as armas, artilharia, munições, ferramenta e demais petrechos de guerra, que se aprehenderão na fortaleza e colonia do sacramento se restituirão inteiramente ao governador Dom Manuel Lobo ou à pessoa que em seu lugar mandar Sua Alteza.

Artigo 3.º

Toda a gente que estava e se retirou da Colônia do Sacramento achando-se toda via em Buenos Ayres ou em seus confins se restituirá à mesma Colônia e não achando-se em as ditas paragens a outra tanta gente portugueza em seu lugar e nella se poderão deter e /fol. 6v/ e habilita-la até a determinação desta cauza e fazer reparos de terra somente para cubrir a sua artilharia e cubertos para habitação de suas pessoas em cazo de não aver ficado bastantes para o dito effeito das fabricas antigas daquele sitio e não poderão fazer outro algum género de fortificação nova, nem lavrar caza de pedra nem de tapia de novo, nem outro género de edificio de duração e premanência.

Artigo 4.º

Não se possa aumentar o numero de gente que ali se restituir em pouca ou em muita quantidade nem se acrescentarão as armas, munições nem outros petrechos de guerra, nem mandarão mercadorias de nenhum género a ella durante a controvérsia athe ser determinada.

Artigo 5.º

Os portugueses que residirem no sitio referido o tempo que se há declarado se absterão de molestar solicitar, tratar e commerciar com os indios das reduções e doutrinas que são da obediência de sua Magestade Catholica e nem nellas nem com elles farão novidade nem violência nem por tratao nem por forsa nem mandarão a

elles nem a suas dou /fol. 7/ trinas e reduções religiosas nem outros eclesiasricos seculares por nenhũ pretexto, cauza ou razão.

Artigo 6.º

Para que de todo ponto fique estirpada qualquer cauza, sua Alteza mandará averiguar os excessos que se hao cometido pelos moradores de São Paulo em as terras e domínios de Sua Magestade confinantes e os castigará severamente fazendo com effeito restituir e pôr em liberdade os Indios, gados, mulas e de mais couzas que se tiverem aprezado e prohibira que ao adiante não se executem semelhantes hostilidades em prejuízo da boa paz e amizade destes Reynos como se contem no artigo antecedente.

Artigo 7.º

Os vezinhos de Buenos Ayres gozarão do uso e aproveitamento do mesmo sitio, seus gados, madeira, caça, pesca e labores de carvão como antes que nelle se fizesse a povoação sem diferença alguma assistindo no mesmo sitio todo o tempo que quizerem com os portuguezes em boa Paz e amizade sem impedimento algum para o que se passarão reciprocamente as ordens necessárias. /fol. 8/

Artigo 8.º

Do porto enseada uzarão como antes os navios de Sua Magestade Catholica tendo nelle seus surgideyros e estanças livres cortarão madeiras, darão suas crenas e farão tudo aquilo que fazião nelle e na sua costa e campanha antes da dita povoação sem limitação alguma e sem ser necessario consentimento nem licença de outra pessoa de nenhuma qualidade que seja porque assim o acórdão ambos os Principes.

Artigo 9.º

As prohibições do commercio por mar e por terra assim dos castelhanos no Brazil como dos portuguese sem Buenos Ayres, Perú e demais partes das Indias Occidentaes ficarão em sua inteira forsa e vigor e em os transgressores se executarão as penas estabelecidas pelas leis de hum e outro Reyno irremissivelmente.

Artigo 10.º

Toda a hostilidade cometida por huã e outra parte depois do dia seis de Agosto do ano passado de 1680 se reparará e reduzirá aos termos deste Tractado sem duvida nem dificuldade alguã

Artigo 11.º

Será /fol. 8v/ será licito ao governador de Buenos Ayres reformar e desfazer as fortificações que tiver acrescentado assim na fortaleza como em outra parte e as demais

cazas e edificios que de novo se tiverem lavrado desde o dia que ocupou aquelle sitio até o tempo deste execução.

Artigo 12.º

Tudo o referido seja e se entenda sem prejuízo nem alteração dos direitos de possessão e propriedade de huã e outra coroa senão ficando os que a cada huma pertencem em seu inteiro e legitimo valor e premanência com todos seus privilégios e prerrogativas de titulo, cauza e tempo, por quanto este assento se tomou por via de maio provisional e em demonstração da boa amizade, Paz e concordia que profissão entre sy estas duas coroas por sua reciproca satisfação durante o tempo desta controvérsia e não para outro effeito algum.

Artigo 13.º

Nomear-se-hão commissários em igual numero por huã e outra parte dentro de dous mezes contados desde o dia que se permutarem as ratificações deste tractado em o qual termo se juntarão para a conferencia que se haverá de fazer na mesma forma que foi acordado /fol. 9/ e se executou pellos commissários do imperador e del Rey de Portugal o anno de 1524 e desde o dia que derem principio a conferencia (havendo precedido os juramentos costumados) até tres mezes seguintes determinarão e declararão por sua sentença os direitos da propriedade destas demarcações e em discordia dos ditos commissários desde logo se compromete esta declaração e determinação em dito tempo para que dentro de hum anno contado desde o dia em que fizerem as suas declarações discordes os ditos commissarios determine e desçida o ponto referido e o que for declarado e determinado pellos ditos commissários de conformidade ou pella mayor parte dos votos e em cazo de discordia por sua sanctidade se guardará, observará e comprirá inviolavelmente por ambas as partes sem valer-se de cauza, pretexto ou razão em contrario.

Artigo 14.º

Continuar se há o cessamento reciproco de todos os movimentos e demais actos militares ente huã e outra cora que se avia assentado fazer desde o dia do projecto mantendo-se a boa paz e amizade antecedente /fol. 9v/ o conteúdo em este tractado se observará inteiramente por huns e outros vassallos em a parte que a cada hũ toca sem contravir a elle em couza alguã e contra os que excederem directe ou indirectamente mandarão proceder com todo o rigor ambos os príncipes e reformarão todo o excesso guardando-se em quanto ao que a isto toca o Artigo nono da Paz Geral entre estas duas coroas como parte expressa deste Tractado.

Artigo 16.º

Desde o dia que se permutarem as ratificações deste tractado até hum mês seguinte se entregarão reciprocamente as ordens necessárias por duplicado para o comprimento do conteúdo nos artigos deste Tractado.

Artigo 17.º

Prometem os sobreditos senhores Rey Catholico e Principe de Portugal de baxo de sua fee e palavra real de não fazer nada contra nem em prejuízo do conteúdo nestre Tractado Provisional nem consentir se faça directe ou indirectamente e se acazo se fizer de o reparar sem alguã dilação /fol. 10/ e para observância e firmeza de tudo nelle expressado e referido se obrigação em devida forma renunciando todas as leis, estilos e costumes e outros quaisquer direiros que possam ser de seu favor e procedão em contrario.

Todas as quaes e couzas que nos artigos deste Tractado são referidas forão acordadas, estabelecidas e concluídas por nos outros D. Domingos Judize Duque de Jovenazo, Dom Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, Dom João Mascarenhas, Marques de Fronteira, Dom Frey Manuel Pereira, Secretrario de Estado em virtude das Plenipotencias que nelle vão insertas e declaradas em nome de Sua Magestade Catholica e do Serenissimo Principe de Portugal em cuja fee, firmeza e testemunho de verdade fizemos o presente Tractado firmado de nossas mãos e selado com o sello de nossas armas. Em Lisboa a sete do mês de Mayo de 1681 annos.

O Duque Jovenazo

O Bispo Frey Manuel Pereira, Secretario de Estado

Doc. 198

Madrid, 1682, 29 de Junho - *Carta de Mendo de Foios Pereira escrita a um ministro sobre as suas mesadas referindo o que lhe avisara o haver dito contra ele um conselheiro de Estado.*

ANTT, *Manuscritos da Livraria*, n.º167 (126), fols. 125-125v.

Meu senhor, estimo as boas novas de vossa mercê, como quem lhe dezeja a mays perfeyta saude. Causa[?] de negocio tem sido o das minhas mezadas, em que sey quanto devo a vossa mercê. O que Sua Alteza resolver será o conveniente a seu serviço. Sopposto que desses de frades são pouco para crer muito mais, [Frei?] Pedro

me avisa que meu parente [Frei?] Pedro de Foyos lhe dissera que hũ conselheiro de Estado certificara que eu o escrevia mays amores que negócios e ay do que hopor elle devo de ser tão perdido não duvido que em muitas cousas erre mas a mayor obrigação que deve requerer a vossa mercê sera a da estima /fol. 225v/ de tudo o que eu não fizer com o aserto que devo que de todos tomarey as lições he de vossa mercê com mays rasão. Veja vossa mercê en que o posso servir. Deos guarde a pessoa de vossa mercê como dezejo. Madrid, 24 de Junho de 68[2].

Amigo [...]

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 199

Lisboa, 1682, 11 de Agosto – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com regozijo pelas notícias das melhoras do Duque de Sabóia e da melhoria da peste proporcionando o alívio das vigias em certas praças.

BA, 54-XIII-17, n.º93, 1 fol.

Chegou o correo ordinario com as cartas de vossa mercê de 30 de Julho e com ellas noticia da melhoria do senhor duque de Saboya que foi de grande gosto para Suas Altezas e para toda esta corte. Logo fui levar as cartas a Sua Alteza e ler-lhas que estimou muito todas as noticias que ellas continhão e em particular da melhoria da peste que quererá Deos continue e já pelos avizos de vossa mercê se tem dado algum alivio pela províncias da Beira, Minho e Trás os Montes, e alguã mais comunicação quererá Deos que se ponhão as couzas em estado que por Alem Tejo possa succeder o mesmo.

Sua Alteza fica entendendo o que vossa mercê tem obrado no particular do agente de Cadiz e em todos os que estão a cargo de vossa mercê obra vossa mercê com todo o aqerto.

Faço toda a deligencia para a presteza de remeterem-se as ajudas de custo e em nenhũ couza do serviço de vossa mercê procurarei de [...] -me não se oferece outra couza.

Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, 11 de Agosto de 1682.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

[Madrid], [Fevereiro de 1683] – Carta que reflete largamente sobre o particular do casamento da Infanta D. Isabel.

BA, 54-XIII-18, n. ° 157, 6 fols.

Papel feito por Mendo de Foyos,
secretario de Estado e o ultimo
paragrafo todo da sua letra sobre
os príncipes que podião cazar cõ
a senhora Infanta Isabel

A materia deste discurso he tão superior à minha capacidade que só na obediência poderia ter desculpa; e tão difficil que só representado ao Principe nosso senhor deixa com mais agradável atenção a quem lhe falla ao atendimento de que à vontade: e assim seguramente ponho na sua Real presença aquellas verdadeiras noticias e politicas, considerações que podem ser necessárias para que se escolha pera tão felis e soberano S[?]tamo hum Principe que seja o mais capas de tal fortuna pello esplendor do sangue, pella grandeza da caza, pelas prendas e virtudes da pessoa, pella proporção da idade e pelos interesses da Coroa.

Os casamentos das Princesas herdeira forão sempre as escolhas em que naufragaram os mayores Pillotos Politicos: porque entre a prudencia dos discursos e a contingencia dos sucessos, há tanta distancia, como da Racionalidade humana à providencia Devina; assim nas cronicas se lem quantos inconvenientes tem resultado às Monarquias destes casamentos ou pela união dos Estados ou pella introdução dos costumes; porque se os Principes derogando leys podem naturalizar Estrangeiros, como a natureza he immutavel nunca permite que os Estrangeiros possam naturalmente parecer vassalos, que este poder he dos Annos e não dos Principes.

De huãs conveniencias foram tao evidentes em união de Estados como as que se convieram no casamento dos Reys Catholicos porque a mesma Natureza havia unido o sangue e os Dominios. Sendo tao politico el Rey D. Fernando que não sei se lhe poderei chamar Catholico quando lhe chamo politico, bem choram os seus Reynos o seu engano e bem o conheceo elle pois ainda que tarde tanto lhe buscou remedio, desejando efficasmente deixar um filho de segundo matrimonio pera a separação das Coroas. Unindosse a Castella pello casamento do Conde de Flandes tantos Estados,

então se vio no tempo de Carlos 5.º e agora se ve no de Carlos 2.º que daquele Matrimonio não ouve outras consequências que ruínas.

A senhora Infante pellos dores da Natureza, mais que pellos da Fortuna, merecia a Coroa do Imperio Universal do Mundo, mas como não há quem possa merece-la pellos dotes da Natureza, he preciso que se busque /fol.1v/ quem menos desmereça pellos da Fortuna. A resolução do seu casamento justamente ocupa todo o cuidado dos Princepes nossos senhores, de seus mayores Ministros e de seus mais amantes e leaes vassallos, porque se a senhora Infante Herdeira e única nos deixa sem segunda esperança para acerto e sem segundo acerto para a esperança. O seu casamento he o aumento ou o perigo das nossas felicidades; e assim madura e prudente de huã monarquia, mas como nas prendas e virtudes do Principe Nosso Senhor temos o mayor conhecimento do muito que devemos a Deos, confiadamente esperamos que o acerto desta resolução seja a segurança, da nossa fortuna o aumento da nossa Monarquia e a gloria da sua Posteridade.

No casamento da senhora Infante se não pode considerar o prejuízo de unir-se Portugal a outros mayores Estados; entretanto como Rio no mar a acabar seu curso e a sepultar seu Nome, porque o Emperador não tem filho de competente idade. El Rey Catholico se acha único e sem sucessão; o Delfim único e acazado com hum filho de poucos meses.

Nestas principaes cazas do casamento da senhora Infante não há Principe sucessor nem que possa suceder, capas do casamento da senhora Infante e assim nesta materia fora ocioso e desnecessário qualquer discurso.

Ainda que de menor não he de pouca consideração os Estados que podem unir-se à Coroa de Portugal, pello casamento da Senhora Infante, porque aquelles membros a que o corpo não pode unificar deixando de ser partes nem o corromper o todo, e os Estados separados ou se perdem com grande indecoro ou se conservam com igual perigo. Todos os Principes que em Italia podem com menor ou mayor fundamento aspirar ao casamento da Senhora Infante estão debaixo desta consideração porque o Duque de M[odena] *[sic]* he herdado e os Primogenitos de Parma e Florença são herdeiros; e por não fazer discursos desnecessários ou repetidos na particular menção destas cazas se verão as conveniencias ou inconveniências da união dos seus Estados.

Tão bem no casamento da senhora Infante se não considera a necessidade /fol. 2/ de buscar hum principe capas pelas experiencias de mandar huã monarquia e com

os perigosos accidentes de escolher huã cabeça proporcionada ao corpo que não he natural, porque nos poucos annos do Principe nosso senhor e no seu perfeito estado de saude, a sua vida (que no nosso desejo ~~sera~~ fora immortal) sera na ordem da Natureza dilatada e glorioza; mais deve Sua Alteza buscar sucessores em seus Netos que em seu genro, assim será justo que Sua Alteza escolha genro para si que para nós, porque a nossa felicidade se segura continuada no governo de Sua Alteza e a felis quietação de Sua Alteza não continuará segura senão tendo hum genro que no amor e na obediência pareça filho e que verdadeiro imitador das suas virtudes se faça mais herdeiro natural que sucessor adoptivo, de dote que a Natureza mais que a eleição seja a que lhe prometa a Coroa transformando-sse Irmão da mesma Princesa de que for marido.

Desta consideração nace[sic] outra não para omitida porque na possibilidade e contingência de Sua Alteza poder ter muitos filhos varões, como esperamos em Deos, para a nossa mayor felicidade porque só os que naturalmente forem seus filhos serão legitimamente herdeiros das suas virtudes. Deve Sua Alteza antever se na contingência deste possível futuro he mais conveniente casar a senhora Infante com hum Principe quem Dominios Estrangeiros tenha sempre seguro ser Princesa de Florecentes e poderosos Estados. Ou se deve casar-se com hum Principe que não tendo estados propios seja necessario neste caso que Sua Alteza lhos de no mesmo Reyno para que nelle possa continuar-se huã caza com o decente esplendor a seu Real sangue. Nunca eu terei este segundo caso por menos conveniente à segurança e felicidade da Coroa porque hum edificio tao grande como huã Monarquia para se conservar seguro por fortes que tenha as paredes necessita de colunas. A quem devemos a Liberdade, a gloria e a fortuna senão à sereníssima Casa de Brangança que a não ser a coluna do nosso edeficio havendo faltado as paredes na casa Real como se pudera sustentar sem ruinas a grandesa da sua maquina em que hoje como templo da nossa immortal fama penduramos os [?]e os despejos com que tao gloriosamente triunfamos de nossos inimigos.

Primeiro que se passe a eleição ou reprovação dos Principes parece que desde sublime de seu solio[sic] e desde o alto de sua prudensia /fol. 2v/ deve Sua Alteza considerar providamente qual destes caminhos se deve seguir segundo a amizade e a conveniência, o amor e o interesse que politicamente formam a verdadeira rezão de Estado. Se o caminho de continuar e aumentar as alianças de França, cujo Rey por sua grande politica mostra que só por ser mayor inimigo de hũs Principes he Amigo dos

outros, vendo-se na sua presente fortuna que a sua immoderada ambição não cabe no limitado, ainda que grande circulo de sua Coroa. Se o caminho de estabelecer e renovar as alianças com Castela, em cuja amizade sempre verá companheira a desconfiança e cuja grande Monarquia pella vizinhança nos pode igualmente ser formidável na exaltação ~~em~~ que na ruína. O serteiro caminho hé o da Neutralidade que será útil enquanto nos conservar no estado das alianças presentes entendendo ambas as Coroas que sem respeito a alguã tratou só Portugal da sua conveniência. As alianças de Castela e França e a Neutralidade a respeito de ambas se verão não cazados mesmos Princepes pellos parentescos de sangue ou pellos interesses dos Estados.

O que El Rey de França intenta nesta materia saberá Sua Alteza pella grande intelligencia de Ministro que assiste na Corte de Paris, ou com mayor cautela pelas preposições que o seu embaixador fizer na Corte de Lisboa. Tenho por certo que adonde interessa muito hum Rey tão politico se não empenhará pouco e que desde a morte da sua grandeza e fortuna nos mostrará as conveniencias e interesses das suas promessas.

Pello que toca a Castella, posso afirmar com verdadeira noticia que no Conselho de Estado Del Rey Catholico pareceo mais acertado não se fazer por sua parte insinuação alguã porque sobre as alianças não estarem tao estreitas que assim o permitissem, se considerou que a [incerteza] se acompanharia sempre da desconfiança e que toda a proposição levaria de inconveniente as conveniencias de quem a propunha e que só no caso que Sua Alteza quisesse casar a senhora Infante em França então Castela devia oppor-se-lhe em publico como obrigada a evitar /fol. 3/ o seu prejuízo, porque sendo o primeiro motivo tratar de si ficaria suspeito parecer então que tao bem tratava de nós.

Nas Cazas Reaes de Espanha, França em que compreendo a de Orleães não há Princepe para este Matrimonio, suposto que França tenha muitos Princepes de sangue Real para a varonia e sucessão de huã tao esclarecida coroa ou por tronco hũ celco se não de que todas as ramas sejam cetros e Coroas, de sorte que para se verem os Reys de que nasce basta abrir os olhos e não seja necessario abrir os livros.

Em Italia se acham Princepes que podem pretender este casamento nas casas de Modena, Parma e Florença.

A Caza de Modena he Illustrissima pello sangue da Familia estense e como tal teve sempre travação de casamentos com as soberanias principaes de Italia, o seu

estado he piqueno e a com idade para hum princepe particular e o produto das suas rendas não chegará hoje a 3000 escudos. Os Reys de Castela nunca deram aos Duques de Modena mais tratamento que de grandes de Espanha e quando o Duque Francisco veyo a Madrid se assentou no banco dos grandes com os quaes teve tratamento igual. O Duque actual hé filho de Affonso 2.º e de Laura Martinosi, filha do Conde Geronumo Martinozzi de Fano e da quarta irmã de Cardeal Mazarino dos quaes tao bem naceo Anna Maria, Molher de Armando, Princepe de Conti, irmão do Princepe de Condé, como por esta parte está tão abatida a Casa de este não pode vir consideração entrar tao imediatamente na Casa Real de Portugal a familia Mazarina cuja grande fortuna pera parecer mayor descubrio mais o humilde de seu sangue e nascimento.

Na mesma casa se acha o Principe Reynaldo filho de Francisco Avodo presente Duque e de sua 3.^a molher Lucrezia Ilatharino, sobrinho de Urbano 8.º, cuja família Barbarina hé de cavalheiros particulares vassalos do Gram Duque de Florença. Por estas cauzas não fri[...]re dos costados destes Princepes nem supponho necessario examinar as suas alianças e conveniencias.

A caza de Parma hé Ellustrissima[sic] pella familia Farneja e esclarecida e aumentada com grandes cazamentos e mui parenta da nossa casa Real pella Princesa D. Maria filha mais velha do Infante D. Duarte /fol. 3v/ os seus estados são dos melhores de Italia e lhe valerão 5000 = escudos cada anno e são mui dependentes de Castela pellos que confinam com Milão, como pellos que tem no Reyno de Napoles que foram dote de Margarita de Austria, filha natural de Carlos 5.º e molher de Octavio 2.º. suposto que esta caza seja de tão esclarecido sangue não chegou ainda a tanta grandesa que há já recebido ou dado filha legitima a Emperador ou Rey.

Na sua arvore de costados que vai incluza se acha repetida com dous claros a familia dos Aldobradinos pello cazamento de Margarita Aldobradino, sobrinha do Papa Clemente 8.º com o Duque Raymundio 4.º.

Os Aldobrandinos são hũs cavalheiros alorentinos vassalos de Gram Duque.

A mayor rezão que o Duque pode ter em seu favor he ser seu filho 3.º neto da Princesa D. Maria e esta hé o que tem mais forçosa contra si porque como intentou ser Herdeiro de Coroa de Portugal poderão cuidar seus filhos que elles são Reys legítimos e proprietários pella Casa de Parma e não pella de Bragança. Este inconveniente se vio nos Reys Catholicos que pello parentesco foi necessario todo o valor da Raynha D. Isabel para que as Cortes deslarassem que os Reysnos de Castela tocavam a aella e

não a seu marido el rey D. Fernando se na casa Farnesia se achara as Sa[?]nia dos Reys de Portugal justamente se lhe dera huã princesa herdeira porque não buscávamos aos seus Duques senão aos nossos Reys. O que não pode proceder em hum parentesco remeto que em todos os principes do Mundo se acha no mesmo grão como netos do senhor Rey D. Manuel.

Os Reys de Espanha nunca deram mayor tratamento aos Duques de Parma que dos grandes e no serviço da sua Coroa nunca foram reputados nem providos como os Principes do Imperio; ao principe Alexandre Farnesio conheci nesta corte com tratamento de grande e gentil homem da Camara sem exercício e cavaleiros do Rusão e não só os grandes o tratavam igualmente mas ainda os mayores títulos porque lhe tornavam a mesma excelencia ou senhoria que lhes dava. Com a graduação dos grandes e seus primogénitos occupou os mayores postos e por mais tivera sempre haver sido soldado no serviço D'el Rey de Espanha que agora [?] general de Venesa aceitando soldo de huã Republica.

O duque de Parma aparentemente ainda conserva as alianças de Espanha mas na opinião do mundo está francês no affecto e vontade /fol. 4/ O principe Eduardo terá 15 annos de idade dizem que com boa presença e seu Pay o cria debaixo da Doutrina dos Padres da Companhia, nos principes desta Casa depois que nella entrou a familia Aldobrandina são achaques hereditários a gordura e a gota.

A caza de Florença hé tao preclarão no sangue como se ve nas arvores de sua Familia e costados em que com grandesa conhecida faz grande diferença a Modena e a Parma e como os Reys lhe tomam filhos ellas dao immudiatamente esta mais igual com as testas coroadas, da casa de Medicis achamos duas Raynhas de França, Catherina molher de Henrique 2.º e Maria Molher de Henrique 4.º. Na casa de Austria achamos duas Princesas de Florença Claudia Pricnesa de Urbino e depois Archiduquesa de Ins[?]el filha de Ferdinando primeiro, Duque de Florença e Anna Archiduquesa de Ins[?]el filha de Cosme 2.º e na casa de Florença achamos duas archiduquesas de Austria Maria Magdalena casada com Cosme 2.º e Joanna Archiduquesa casada com Francisco 2.º e os demais casamentos da sua casa se não são tao coroados são pouco menos esclarecidos como são netos da casa de Florença os Reys de França. Os de Inglaterra, a Raynha de Espanha, o Duque de Saboya, os Reys de França, o de Baviera e Lorena, os Principes que não são Medicis já não podem esperar que seus netos o deixem de ser.

O Estado do Gram Duque hé o melhor de Italia bem fortificado e composto de Mar no Mediterraneo entre os quaes hé Liorne hum dos Principaes de Europa; as rendas deste Principe chegarão a Milhão e meyo de escudos e como sabe uzar seu dinheiro mais que pellos Estados hé rico pello Thesouro, [?] tem bastantes presídios e no Mediterraneo a melhor esquadra de Gales, em Roma hé o Principe mais poderoso porque nenhum tem tantos Cardeaes vassalos e só na Casa de Florença se acha que no espaço de 62 annos visse 8 Pontífices sem vassalos na Cadeira de S. Pedro que foram clemente 8.º, Aldobrandino criano no anno de 5[9]2 (~~Alexandre 7.º ghigi no anno de 55, Clemente 9.º Res leão~~ 10.º Medicis no anno de 605, Paulo 5.º Borghese em 605, Urbano 8.º Barbarino no anno de 23, Alexandre 7.º ghigi no anno de 55, Clemente 9.º Respillosi no anno de 67).

Casando a senhora Infanta com o Principe de Toscana Ferdinando no cazo que Deos use comnosco a grande misericordia de dar melhores filhos a Sua Alteza /fol. 4v/ se achara huã grande Princesa senhora de tao ricos e poderosos estados com são os de Florença e para a conservação e governo delles tem seu Pay que naturalmente será gram Duque muitos annos.

O Principe Ferdinando tem mui gentil presença e seu pay tem mandado instruir em todas aquellas artes que o podem constituir hum perfeito princepe a idade hé proporcionanda porque terá 18 annos e e o gram Duque hé o princepe que hoje em Italia conserva a neutralidade entre as coroas de França e Castela. O gram Duque tem filho 2.º que he o Principe Gastão que terá 13 annos e hum irmão chamado Francisco Maria que terá [25] mas como nenhũ destes princepes podem ser vestidos de tantas conveniencias como o primeiro são piquenos os seus vultos para tao grande peanha como o trono de huã Monarquia.

Sendo mui percizo obedecer dizendo o que me parece no casamento de Casa de Florença dito que para Porttugal não será glorioso mas tao bem digo que não será indifferente porque o esplendor de sangue hé suficiente para não abater o esplendor da mayor Coroa e as conveniencias sendo todas as que se podem considerar são as que podem por em mayor aumento os interesses da nossa Monarquia e neste caso só o acerto pode estar na resolução de Sua Alteza considerando se lhe basta genro que no sangue traga a purpura ou se necessita de genro que no ouro traga a Coroa.

Em Alemanha que hé a ultima que nos resta da Cristandade acharemos aquellas grandes calidades que a natureza Coroou há tantos seculos que se não conhece tempo em que não fossem sempre igualmente grandes preclaras e soberanas as suas mayores

cazas. Donde sem conveniencias nem inconveniências se pode achar hum Principe merecedor de se lhe vestir a purpura sobre a camisa, o emperador não tem irmão ou filho capas mas ninguém terá por menos digno no sangue que a casa de Austria, a Casa Electoral de Baviera ou a Casa Palatina de Neoburg pois nascendo ambas do mesmo trono que foi Loduvico Severo, Duque da Superior Baviera, Conde eleitor Palatino, Casado com Matilde filha do Emperador Rodulfo 1.º são taes os cazamentos de huã e outra casa por espaço de quatro seculos que na grandesa de sangue podem ainda hoje parecer a mesma na separação como o foram na origem.

Na Casa Electoral de Baviera se acha herdado Maximiliano em Manuel nascido a 11 de Julho de 62 que hoje governa debaixo da tucturia de seu /fol. 5/ Maximiliano Felipe. Justamente considero que o Duque de Baviera sendo tao poderoso em Alemanha não quererá seus Estados pella contingente esperança de poder ser Rey de Portugal e sendo os seus estados tao grandes, tão bem a sua união nos não pode ser de utilidade alguã, antes de consequências mui prejuduciaes o empenho da sua conservação. Tem o Duque dous Irmãos, do mayor não sei o nome nasceu em 5 de Dezembro de 71 com que em Dezembro pessado fes onze annos. O segundo se chama Jozé Clemente Cayetano que em Dezempro passado fes 10 annos, se a pouca idade não fora impedimento qualquer destes princepes pella grandesa da Casa e pello esplendor de sangue era proporcionado casamento para a senhora Infanta sem consequencias de Estado, nem alianças de consequências porque o Duque de Baviera se mantem hoje alguã cousa separado de Emperador e pello casamento da Dolfina e pello parentesco de Saboya se acha mais alidado de França que do Imperio e na liga que agora fes Madama Real com el Rey Xristianissimo[sic] assinou inciado de Baviera obrigando seu Amo aos capítulos do tratado em que França para com Saboya não faltasse ao prometido. A nobresa e costados desta grande casa se vera arvore inclusa.

A caza Palatina do Duque de Neoburg, hoje se não iguala nos Estados à de Baviera mas está na próxima e grande esperança de herdar ao Conde Palatino do Rhin com que ficara mayor que a de Baviera e sendo vicário de sacro Imperio. Mayores parentescos se conseguem pella casa de Neoburg que pella de Baviera, porque a Emperantris actual Eleonora Magdalena Thereza hé filha do Duque de Neoburg e o Primogenito do Duque João Gilhermo Jozé Ignacio casou em 20 de Oitubro de 78 com a Princesa Imperial Mariana Archiduquesa de Austria, Irmão de seu cunhado o Emperador Leopoldo Ignacio. Este grande parentesco de casa de Neoburg com a de

Austria segurar a Portugal as alianças do Imperio e se verá na nessa Corte Ministro Imperial que ainda não seja de efluencia he de esplendor porque destas circustancias se compões as glorias acidentaes das Monarquias.

Naquelle caso possível e desejado de Sua Alteza ter filho varão /fol. 5v/ considero por mais conveniente casar a senhora Infante na Casa de Neoburg com hum Principe que não tenha estados ou conveniencias que o possam levar fora de Portugal para que assim fique no nosso Reyno huã casa de tao grande fundamento que possa ser subsidio e segurança da Coroa, e na casa de Neoburg há filhos de toda a idade que pode ser conveniente e proporcionada,

Hum destes Princeses hé o que mais pode naturalizar filho a Sua Alteza e quem vivendo mais na sua obediência e vontade pode merecer o seu paternal amor porque passando a sser herdeiro de huã coroa tem muito que agradecer a quem o faz mayor que a mesma natureza. E o casar a senhora Infante com hum principe que não traga mais que a sua pessoa parecerá proveniente de vina passa se conservar aquella gloria que he singular da nossa coroa conservando-sse há 600 annos desde o Conde D. Henrique sem Dominio algum herdado se não todos conquistados pello nosso braço ao gentilíssimo e comprados ao preço do mesmo sangue e suor com valor e trabalho desconhecido ate então de humana natureza porque assim quis Deos dar-nos aquelles Dominios que nos lhe dávamos a elle medindo o nosso Imperio com o mesmo mundo para que todo fica-lhe fertelizado com a agua do Bautismo e a Doutrina do Evangelho.

O duque de Neoburg seguindo as alianças do Imperio consequentemente segue as de Castela e a educação de seus filhos he tao boa que pode ser fiadora de que desempenham as grandes esperanças do seu sangue.

Como todos os Princeses regoridos estão em mui verde idade não se podem nelles conhecer as virtudes ou os vícios pellos hábitos se não pelas inclinações e assim por hera se não deve buscar e senão aquella certa que por mais branda [?] se lavar nella huã viva imagem do Principe nosso senhor e dos nossos grandes Reys seus gloriosos Progenitores. As informações neste particular todas são suspeitosas porque nos principes mais que nos outros homens peccão a inveja ou a lisonja, cõ acerto desta materia não hé para a contingência de huã informação se não para a certeza de huã evidencia e de olhos a que o amor ou o [?] não /fol. 6/ faça cehos[sic] e a que a experiencia tenha tao abertos como a rezão claros e sem névoa alguma de intettesse particular no gosto e serviço do Principe que se escolhe mas somente atentos ao serviço e gosto de Sua Alteza a quem se serve.

~~Da arvore e costados da casa de Neoburg se verá com [?] coroados o seu
esclarecido sangue e na cada que o Principe nosso senhor faça eleição de algũ dos
Principes desta caza me parece que não só o Duque de Neoburg seu Pay devem andar
Mingaro à nossa corte a pedir a senhora Infante mas que tao bem o Emperador seu
cunhado deve mandar fazer essa petição por hum embaxador extraordinario porque
assim convem a nossa mayor reputação e àquella Real grandeza com que e
Cazamento da senhora Infante deve ser procurado proposto e concedido.~~

A grandesa do sangue de Casa de Neuburg se verá melhor da Arvore inclusa dos seus costados. E sempre me parecera que se devia esperar que não só mesmo Duque mas que ainda o Emperador so genro mandasse hũ Embaxador extraordinario a nessa corte a pedir a senhora Infante para hũ de seos cunhados porque esta crescida demonstração sera hũ publico testamento da estimação e affecto com que a Casa de Palatina e Neuburga procuram as alianças e parentescos dos Reys de Portugal e sem esta decorosa circumstancia sera deminuta aquella petição que pertende por desposto o ver tantos hialamo de huã tao esclarecida Princesa que em todas as quatro partes do Mundo em que possui tão dilatadas e gloriosos domínios nas prendas e virtudes he achase tao única como a natureza a fez para as nossas esperanças e felicidades. A resolve no de Principe Nosso senhor sera a que com infellivel acerto segure o mayor bem de seos vassallos e o mayor esplendor da sua Coroa.

Doc. 201

Lisboa, 1683, 23 de Fevereiro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com considerações da viagem dos príncipes de Neoburgo que “saíram de sua casa a ver o mundo” e da sua possível vinda a Portugal. Instruções de como proceder se for abordado sobre este assunto.

BA, 54-XIII-17, n.º103, 1 fol.

Logo que chegarão as cartas de vossa mercê deste correo as remeti por hum proprio a Sua Alteza e como no correo que vem se achará já nesta sua correspondência responder ao que ellas conthem.

Pello que toca as do correo passado me manda Sua Alteza advertir a vossa merce que o que o enviado dessa coroa desia ao Duque acerca de vir em os príncipes de Neuburg a esta Corte, e a repostas que o Duque lhe deu não argue a infalibilidade de que delles haja de ser eleito esposo da senhora Infanta mas como estes principes

sahirão de sua caza a ver mundo não era couza estranha nem nova o virem a Portugal com este pretexto e como se faz melhor juízo do que se vê que do que se ouve então se poderia conhecer melhor o que nos convinha para a eleição porque para o acerto será melhor ver-se aquillo que se há-de escolher e para o decoro he muito mais relevante que aquelle Principe que Sua Alteza eleger seja o mesmo que peça a senhora Infanta para o que se não dever esperar pella dilação que haverá em embaxadas nem atender mais que ao quanto nos convê apressar tudo o que conduz para a sucessão de Sua Alteza que desejamos, porque quando estes Principes vindo aqui nam satisfação os nossos desejos e a vontade de Sua Alteza nem há empenho na materia nem para elles he prejuízo pois sahirão com pretexto de ver mundo que /fol. 1v/ foi o mesmo que o disse o dito enviado e como elle disse tambem ao Duque que este negocio era somente reservado ao valido e não tinham delle noticia os conselheiros de Estado e outros ministros não he muito que o senhor 701. Entendesse que era practica particular do enviado sem ordem alguã.

Nestes termos ordena Sua Alteza que vossa merce

E não falle com o dito senhor em tal embaixada a não see elle falar outra vez nisso a vossa mercê ou se se oferecer na conversação o tratar disso lhe diga vossa mercê que isso foi meramente discurso seu e que recordando na materia de novo achou que não devia falar nem apestar por isso e que vossa mercê facilita com o dito senhor quando lhe diz possível a vinda destes Principes de barco do pretento[sic] que tenho dito e sempre dando a entender assy ao dito senhor como aos mais que isto he desejo de vossa mercê e não ordem que para isso tenha.

Pello que toca a Dom João Carlos, tenho e sinto a vossa mercê que hum expresso e de novo senão oferece que acrescentar ao que da parte de Sua Alteza tenho so he esta materia avizado o dito Dom João me dizem está retirado e que despachem logo a Madrid deve de esperar reposta do que huver[sic] avizado.

Aqui se não oferece couzas de novo e eu fico para servir a vossa mercê a quem Deos guarde muitos annos. Lixboa, 23 de Fevereiro 683.

O Bispo [Frei] Manoel Pereira

Lisboa, 1683, 9 de Março – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com considerações acerca da recusa de D. Pedro em receber como ministro de Castela D. João Carlos Bazán, apresentando exemplos semelhantes noutras cortes europeias. Instruções para esta matéria e também para o negócio do casamento da senhora Infanta com um príncipe de Neoburgo. Notícias do caso dos oficiais de justiça presos; audiência de despedida do enviado de Castela D. José de Haro.

BA, 54-XIII-18, n. ° 110, 2 fols.

Este extraordinario que vossa mercê remeteo dessa corte em 20 de Fevereiro chegou aqui em 25 achou a Sua Alteza ainda em Salvaterra e nao obstante que no dia se [?]se esperava a chegada de Sua Alteza eu lhe remeti logo as cartas por hum soldado de cavallo para que Sua Alteza pudesse ainda ter tempo de as ler e vir já inteirado do que ellas continhão para resolver com mais brevidade o que fosse mais conveniente a seu serviço. Chegou a Sua Alteza ao Sabbado que forao 27 do passado e foi preciso que este proprio se detivesse ate o dia de hoje porque a materia que continhao as cartas que touxe pedia consideração e como tambem chegou logo naqueles dias o extraordinario que de cá foi preciso ver-se em conselho de Estado e não se pode totalmente resolver ate o presente.

Volta o proprio hoje 9 de Março ate o meo dia e como este mesmo dia o he do correo pelo proprio remeto as cartas e assy não estranhará vossa mercê quando depois chegue o correo o não se achar com carta minha.

Esta materia da recepção de Dom João Carlos he daquelas em que não he conveniente que Sua Alteza se afaste do parecer unanime do seu conselho de Estado e sendo publica a resolução de Sua Alteza nesta materia e o haver escrito a El Rei Catholico que tinha razões para o não receber e agora visse que Sua Alteza o recebia facilmente entenderia ou que não erão justificadas as cauzas da primeira repulsa ou que levemente cedia Sua Alteza do que com tanta dureza havia resoluto o exemplo do duque de Jovenaso em França nam parece adequado outes[sic] corrobora mais a resolução e Sua Alteza porque mayor agravado fora se depois de recebido hum ministro se lhe impedira o trato comũ e as entradas em Palacio como fez el Rey de França porque neste cazo se aggrava ao Principe que o dito ministro já representa depois de recebido razões /fol. 1v/ que não corre antes de receber porque nenhum

Principe o tem para tomar por aggravo representar-se-lhe que há razões para não receber aquelle ministro determinado ficando luise o poder vir qualquer outro nem a Principe algum lhe passou pelo pensamento aggravar-se de que senão aceite hum ministro em que concorrem razões para não ser aceite como se ve em milhates de exemplos de Summo Pontifice e de outros muitos príncipes do mundo.

O exemplo moderno de El Rey de Inglaterra com o marques de Bramdemburg não parece tao fora do cazo porque ainda que Brandemburgo seja menor principe que El Rey de Inglaterra para este ponto de gacer de receberse ou não seu ministro tem o mesmo direito e a mesma razão que qualquer outro Principe que pode mandar ministros aos outras cortes.

Indecência ou aggravo a El Rey Catholico senão pode considerar pelas razões sobre ditas e arco. Justifica a Sua Alteza na que dá na sua carta de que a larga assistencia de D. João Carlos nesta corte deu motivos para que nem a seu serviço de El Rey Catholico nem ao de Sua Alteza seja conveniente recebe-llo e assy nem he necessario que vossa mercê de outras porque ar[?]o se insinua nesta razão genérica.

A interposição do senhor 701. he de grande suposição para Sua Alteza pelo muito que o ama e pello conhecimento que tambem te se seu affecto e de sua summa capacidade e ca mo reconhece que nesta materia cem todas obra Sua Excelencia com a circunspeção de tão fiel vassalo de seu Rey dica com mayor estimação de seus dictames e lhe parece que conhecerá Sua Excelencia a sinceridade com que Sua Alteza obra e o pesnsamento que Sua Alteza tem nesta materia.

Com o que Sua Alteza ordena a Vossa mercê que logo dê a execução o que Sua Alteza lhe tem ordenado e de a [...]a El Rey /fol. 2/ Catholico e faça nesta materia todas as diligencias que se lhe tem encarregado sem dar nem ao conferente nem ao primeiro-ministro outra couza mais que a que Sua Alteza dá na carta a qual he bastante para justificar a acção de Sua Alteza. Que em conversação particular especialmente com o senhor Conde 701. pode vossa mercê dizer como de seu as outras cauzas que se lhe tem insinuado. E que o haver vossa mercê dado a entender seria do agrado a pessa de Dom João Carlos foi descurso seu por não ter noticia das razões que podião ser presentes a Sua Alteza e neste particular vendo Sua Alteza a segurança com que vossa mercê disse que a pessoa de João Carlos seria grata em Portugal não tendo para isso ordem nem permissa alguma por este secretaria que lhe pudesse dar justo motivo a essa practica Fez Sua Alteza misto algũ reparo como tambem em vossa mercê oferecer partido de que se se recebesse se o poderião mandar

revogar logo porem conhecido Sua Alteza o zello e boa vontade com que vossa mercê o serve julga que bastará para vossa mercê esta insurvação.

Quanto pois ao effetio do cazameno com Neuburg para o que podia ser desconveniência a assistencia de Dom João Carlos cá se julga pelo contrario porque quando Sua Alteza resolva que o cazamento seja com algum desses Principes muito melhor lhe que não seja pelo ministério dos enviados 28.19.100.3[?].15.40.19.85.30.90.200.350.120.19.37.25.90.75.40.37.10.40.350.120.3 0.50.40.19.60.40.350.15.30.55.37.501.15.30.50.¹ senão que Sua Alteza faz o que entende que mais lhe convem e as [?] Reinos e já sobre esta materia tenho escrito a vossa mercê o como há-de falar com o 701. Facilitando a vinda destes príncipes sem empenho ou certeza de que algũ delles haja de ser o escolhido o não faltando em que haja de vir embaxador do Imperio onde Castella a este effeito porque como já disse a vossa mercê tambem mistogez Sua Alteza reparo e adeverte Sua Alteza que todas as vezes que vossa mercê haja de avizar de /fol. 2v/ algum negocio em que seja necessario falar no 701. O faça vossa mercê em carta a parte que seja somente para Sua Alteza. No que toca a moeda que se lavrou em Segonia fica Sua Alteza entendido da deligencia que vossa mercê fez nesta materia que entende bastará para se remedear este inconveniente suposta a advertência e deligencia com que vossa mercê nelle se ouve.

Da Guarda se avisa que se mandarão os offeciais de justiça que estavam presos por ocasião da freira que se foi buscar para se recolher ao mosteiro e como isto se fez antes de poder chegar a instancia que Sua Alteza mandou fazer nesta materia por vossa mercê fica Sua Alteza mui reconhecido de que assy se fizesse e tambem entendem o deve estar os ministros dessa corte de que Sua Alteza fizesse huã demonstração tao severa com o corregedor de o riscar de seus serviços buscando elle procedido com tanta justificação nas circumstancias deste cazo como já avisei a vossa mercê.

Sua Alteza tem alistadas licenças e vossa merce os poderá remeter na primeira ocasião e os de famiano de estrada como já avizei a vossa mercê.

O enviado Dom Joseph de Hazo se despedio de Sua Alteza em audiência publica e dizem se partirá por toda esta semana e aqui não há outra couza de que possa fazer avizo. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, a 9 de Março de 1683.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Lisboa, 1683, 16 de Março – Aviso do secretário de Estado da recepção do maço que vinha para o Conde de Gubernatis que entregou à Rainha. Comentários acerca do papel que se imprimiu nas Índias com a relação do sucesso de S. Gabriel e que trazia ainda no escudo estampado as armas de Portugal.

BA, 54-XIII-17, n.º104, 1 fol.

Recebo as cartas de vossa mercê de 4 de Março e o maço que vinha para o conde de Gubernatis entreguei logo a Rainha nossa senhora e ella disporá das cartas na forma que for servida por que elle lhe devia de deixar dito o que se havia de fazer das suas.

O papel que vossa mercê remete que sei imprimio nas Indias com a Rellação do sucesso de S. Gabriel vi e se verá tambem amanhã em conselho de Estado e assi que hora não digo sobre elle mais que o meu reparo porem he couza digna de se estranhar que no mesmo tempo que Castella quer mostrar que tem comnosco tanta união e tão verdadeira correspondência permita que nos seus dominios se escrevão papeis em que se falle com menos decoro nos nossos principes mormente quando não he necessario esta digressão para a verdade do sucesso que querem referir como se ve neste papel a onde erão escusadas as pataratas e indecências de prologo e sem ellas se podia dar noticia do sucesso defferentemente e se escrevíamos nos nossos papeis ainda no tempo em que estávamos em guerra e ao menso por correspondência poderão aprender da nossa modéstia.

Tambem reparei no mesmo papel que no escudo estampado vem as armas de Portugal com que não devem ter chegado as Indias as ordens para que o não ponhao porem isto são reparos meus so para os descurso de vossa mercê, se o conselho de Estado fizer algum sobre o qual vossa mercê haja de fazer alguma delegencia avizarei no correo seguinte.

Sobre os sucessos da freira de Vinho escrevi já a vossa merce como os presos estavam restituídos e assi não tenho mais que dizer nesta materia que o que tenha dito. Se da deligencia que vossa mercê fez /fol. 1v/ com o que confessou o primeiro ministro resultar mais alguma couza a que se deva responder com avizo de vossa merce o farei e assi nesta materia como na deligencia acerca dos negócios do agente de Cadiz serão sempre bem logradas as deligencias de vossa mercê.

Muita razão tem vossa mercê na intrínseca correspondência que tem com 701. devido affecto, prudencia e capacidade tem Sua Alteza todo o conhecimento nem os discursos que vossa mercê tem com elle podem deixar de ser mui estimáveis e proveitosos sobre a materia do cazamento da senhora Infanta me remeteo ao que tenho escrito nem por hora há de novo que avizar a vossa mercê sobre este particular.

E no que toca a Dom João Carlos tenho tambem respondido pelo expresso que vossa mercê mandou com que não tenho nessa materia o que acrescentar nem de apresentar se oferece cousa digna de fazer avizo e ao serviço de vossa mercê fico sempre mui certo. Deus guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, 16 de Março de 1683.

O Bispo Manoel Pereira

Doc. 204

Lisboa, 1683, 23 de Março - *Copia da Petição que dio en Lixboa el Rector de la Compañía de Jesu de la Cyudade de Coimbra y la proviencia que en vista de ello despacho en consejo*

AHN, *Estado*, leg, 1752, 1 fol.

Copia da Petição que dio en Lixboa el Rector de la Compañía de Jesu de la Cyudade de Coimbra y la proviencia que en vista de ello despacho en consejo

Diz o Padre reitor e mais Religiosos da companhia de Jesus do collegio da cidade de coimbra que ao dito collegio foi unido o mosteiro de São Fins com o seu couto que se tomou há mais de cem annos e demarcou pella margem do rio Minho que divide o Reyno de Portugal e o de Galiza era demarcação entra huã insoa que chamão do Verdoejo e tomou o nome de hũ lugar vesinho do mesmo nome: e sendo a dita insoa que leva de sameadura perto de hum moyo de pãom terra continente a de Portugal. O curso do tempo fez que o rio a cortou cõ hũ braço indo outro por fora para a parte de Galiza e como os suplicantes tem o dizimo das terras do couto e juntamente do peixe que se pezca junta a dita Insoa assy dos pescadores portugueses como galegos sendo costume antiquíssimo paguarem os pescadores ou sejão portugueses ou galegos o dizimo aos senhorios de Portugal quando pescão nas marges das terras de Portugal e aos de Galiza quando pescão na margem das suas terras; ora o Abbade de Caldelas, vizinho da outra banda de Galiza obriga com cenjuras aos seus fregeuese slhe paguem o dizimodo peixe que sempre pagarão aos supp.es os quais não podem

por via alguã evitar a forza que lhe faz o dito Abbade e por isto prejudica a choroa de Portugal porque pelo discurso do tempo pode o reino da Galiza fazer sua a dita Insoa com pretexto de que cobra o dizimo e fazerem lhe caber na demarcação sendo da de Portugal /fol. 1v/ para a Vossa Alteza seja servido mandar informar eachando ser verdade o referido mandar a seus ministros de Guerra não consintão possar galegos junto a dita insoa ou avendo de passar paguem o Dizimo aos senhorios de Portugal. Na forma que antegora passarão. El [?].

Despacho

O corregedor da comarca informe cõ seu parecer ouvindo tres com quatro firmas

Provisão

Dom Pedro por graça de Deos Principe de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa e de Guiné et^a como regente y governador dos ditos reynos e senhorios mando a vos corregedor da comarca da Villa de Viana que vos informeis do conteúdo na petição atras escripta do padre Reitor e mais religiosos da companhia de Jesus do colegio da cidade de Coimbra, ouvindo aos interessados e do que achardes aserca do que requeremme escrevais com vosco parecer e com vossa carta me tornareis a inviar esta eu será entregue a Francisco da Costa Pinto escrivão da minha camara. O principe nosso sennhor o mandou pellos doctores Luis Gomes de Basto e João Lamprea de Vargas, ambos do seu Conselho e seus Dezembargadores do Passo. Manoel Vicente Riviera a fez em Lixboa, a veinte e tres de Março de mil e seiscentos e oitenta e tres – Diz a entrelinha – ouvindo os interessados – Francisco da Costa Pinto a fez escrever – João Lamprea de Vargal

Luis Gomez do Basto

Doc. 205

Madrid, 1683, 7 de Maio – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Duque de Alva com a queixa de uns oficiais castelhanos terem entrado no seu bairro sem qualquer aviso.

AGS, *Estado*, leg. 4032, 1 fol.

Excelentiçimo señor

Ayer venieram en frente de una de las puertas de mi caza un aguasil llamado Francisco de Falas y su escrivano Benito Rodrigues y entraron com tanta cautela a

hazer un auto en caza de una muger herida que estando yo en caza por ser dia de correo y toda mi familia no fueron vistos ni sentidos. Exponiendo se por la fácil diligencia de no imbiarseme un recado a que mi familia con violencia reparasse la offença que se gazia al respecto de mi caza, porque guardando se en este corte a todas de los ministros estrangeros no puede haver razón para que las armas de Portugal sean menos previligiadas, ni me podre acomodar con esta indecorosa excepsion enquanto Su Magestad que Dios guarde merced continuare la honra de conocerme en su corte por menistro del Principe mi señor.

En esta materia presente es a vuestra excelensia que no defiendo intereses de mi perçona si no la autoridad de mi Princepe y con la justificación de no ser mi barrio ni familia causa del menor escándalo ni dirá menistro ó oficial de justicia que en el hallare impedimento para las diligencias que son del servicio de Su Magestad. Suplico a vuestra excelencia se sirva de poner la justificación desta quexa en la real noticia de Su Magestad de cuya real grandeza espero mande castigar estes oficiales por la poca atención que tuvieron al respecto de mi casa, dando ocasion a que mi familia obrasse algún excessso que no siendo de su real agrado fuesse mui de mi sentimiento. Ya las ordenes de vuestra excelencia estaré siempre con la mas pronta obediencia. Dios guarde la persona de vuestra excelencia muchos años que deseo. Madrid, 7 de Mayo de 1683.

Excelentissimo señor

Beso las manos a vuestra excelencia su criado

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 206

Madrid, 1683, 10 de Junho – Carta de Mendo de Foios Pereia para o Duque de Alva agradecendo a boa vontade de Carlos II ao sugerir que o corregedor da Guarda fosse restituído a seu cargo.

AGS, *Estado*, leg. 4032, 1 fol.

Excelentiçimo Señor

Puse en la real noticia del Príncipe mi señor los officios que vuestra excelencia se serbio parar comigo respondiendo me a la representación que hize sobre los particulares de la monja del Convento de Vinó en que vuestra excelencia me insinuava seria del real agrado de Su Magestad que Dios guarde que el corregidor de la ciudad de la Guardia que a este decreto fue privado del servicio y lugar fuere a el

restituido. El Principe mi señor se sirve de mandar me responder a vuestra excelencia que atendiendo al gusto de Su Magestad no solamente manda restituir al dicho menistro a su servicio mas que en los lugares de su profeçion será muy ventagozamente mejorado para comizeraçion vuestra excelencia los muchos años que deseo.

Madrid, 10 de Junio de 1683

Excelentiçimo Señor

Beso las manos a vuestra excelencia su criado.

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 207

Lisboa, 1683, 15 de Junho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com as considerações dos movimentos da armada de França e da situação política da Europa; pedido para averiguar quais os regimentos de fazenda e das alfândegas em Castela e mandar uma reacção de como se recebem os embaixadores e enviados, como se despedem, o que se lhes dá de jóia e que cerimónia e cortesias se usam com eles.

BA, 54-XIII-17, n.º107, 1 fol.

Recebo as cartas de vossa mercê de 3 de junho de que logo dei conta a Sua Alteza pelo que toca ao sucesso do conde de Villa Flor já no passado avizei a vossa mercê o bando que havião lançado em Badajoz de que se não galou em couzas que tocasse a desconfiança e eu entendo que Dom Domingos Portugal o não devialcançar[sic] sem ordem de Madrid, certo he que a desconfiança foi tão redicula que não podia ser bem tomada nessa corte por hora não há que dizer nessa materia de vossa mercê por la tiver mais alguã notica no la pode participar.

As noticas da Armada de França e de donde vai passar há-de levar bem que el Rei de França se apodere de S[?]na nem os genovezes que há tanto tempo tem esse receio estarão desprevenidos e pelo que toca ao Imperio por ventura que as couzas se ponhão em outra forma suposta a liga de Polonia o que importa he que a christandade não padela que he o que devemos desejar.

Pelo que vossa mercê avizou no correo passado aserca daquelas tellas que hum francês disse que merteria em Portugal e com isso escapou daquelas queimas sem que Sua Alteza que se usar-se de toda a providencia nestas matérias como he razão e

como vossa mercê diz que estava hũ ministro princhino na aduana para queimar todas as fazendas que não fossem de ley mandou Sua Alteza saber no Conselho da Fazenda e na Alfandega e não se acha leu alguã que prohiba fazenda deste ou daquele modo desta ou daquela largura e assy me ordena Sua Alteza faça a vossa mercê da sua parte queira vossa mercê procurar esta ley de Castella e mandarnos huã copia /fol. 1v/ della para que vista e os fundamentos e razões desta possa Sua Alteza tomar resolução para o que convir ao adiante neste particular.

Com esta ocasião me disse Sua Alteza que tambem avizasse a vossa mercê fizesse deligencia por haver a mão os regimentos de fazendas e das alfandegas em Castella para haver se nelles há couza de que cá se possam usar e tambem huã relação de como se recebem os embaixadores e enviados, como se despedem, o que se lhes dá de joya e de que contra as ceremonias e cortezias que com eles se uzão e bem sabe vossa mercê que a curiosidade de Sua Alteza he grande e deseja saber os estilos de todas as cortes.

As cartas do Abbade Espinely para vossa mercê bem mostra que nos desejão meter pelos olhos a sua muita saude e rebuste de Sua Alteza Real como as renivações de cazamentos. Sua Alteza ouvio com toda a consideração a carta de vossa mercê nesta materia e fica advertido do que ella contem e tambem conhecendo o zello com que vossa mercê fala nella e tambem o que vossa mercê em outra carta lhe diz que passou com o senhor 701.

E em tudo isto reconhece Sua Alteza o que leve do dito senhor e ao zello de vossa mercê e penhoza não tenho que dizer a vossa mercê nesta materia mais que advertência com que Sua Alteza fica nella me manda dizer a vossa mercê que por hora não se oferece que dizer mais que continar vossa mercê com o cuidado de avizar todas as noticias que nestas matérias puder colher.

Não se oferece novidade de que fazer a vossa mercê avizo, Suas Altezas ficão com saude e eu muito ao serviço de vossa mercê que Deos guarde muitos annos. Lixboa, 15 de Junho de 683.

O Bispo Frei Mnaoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira.

Madrid, 1683, 9 de Julho – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Duque de Alva respondendo à queixa de Carlos II sobre o excesso dos ministros estrangeiros naquela corte.

AGS, Estado, leg. 4032, 1 fol.

Excelenticimo señor

Ahora recibo una carta de vuestra excelencia con la data de ayer en que vuestra excelencia se sirve insinuarme el desagrado de Su Magestad que Dios guarde sobre las despenças de los Menistros estrangeros contra la forma del ajuste del año de 643 y las cominaçones con que Su Magestad se sirve de dar nueva prohibiçion a este escandalozo abuso de sus ordenes y quando entendí la materia destes offiçios esperaba que fuese mui diversa la forma dellos porque justamente me prometia la singularidad del agardecimiento[*sic*] y no el comum de la advertencia y comunicaci3n.

Despues que estoy en Madrid logrando las honras con que Su Magestad me admitió en su corte no me paró por el pençamiento tener despença né me passara por muchos años que me tuviesse en esta ocupaçion en lo que atendía al respeto y agrado que es debido a Su Magestad y al preçeto y voluntad del Prinçepe mi señor porque la instruçion de sus Menistros es ser su proçedimento tal que lo parescan y aunque Su Magestad no se serviera de mandar dar estas redacçiones también no mudara de estilo por ser naturaleza de mi naci3n no gastar cuidados con conveniencias. Y asi suplico a vuestra excelencia se sirva de representar a Su Magestad que esta informaci3n a mi respeto fue errada y que esta generalizada [¿] advertencia mui desmereçida con que atiende tanto a sus obligaciones ya a su real agrado .

Dios guarde /fol. 1v/ la persona de vuestra excelencia muchos años que deseo.
Madrid 9 de Julio de 683.

Excelentissimo señor

Beso las manos de Vuestra excelencia su criado

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 209

Madrid, 1683, 28 de Agosto – Carta de Mendo de Foios Pereira ao duque de Alva pedindo que se libertasse o seu criado.

AGS, *Estado*, leg. 4032, 1 fol.

Excelentísimo señor

En la carçel de corte prendio esta tarde un bugasil a mi cozinero llamado Gregorio Lomba el qual es portugues y no vino a Castilla havendo se súbdito voluntario por pizar su terro sino forçado de la neçessidad de servirme. Que soy livre y isento de las leyes de Castilla de la misma suerte de mi familia pues yo y ella entramos en los dominios de Su Magestad que Dios guarde amparados de su grandeza y seguros por la fê publica. Y la materia es mui trivial y sucedida en todas las cortes del Mundo y en que se há tomado muchas vezes rezoluçion a favor de los ministros de corona. Suplico a vuestra excelencia se sirva de hazer presenta a Su Magestad la violencia que se me ha hecho en la prisión deste criado portugués violando se aquella real palabra y fes publicas con que los ministros pasan a servir a sus Reys y Principes en dominios agenos para que el dicho señor atendieno la justificación de mi quaza sea servido mandar se me restituya luego el dicho criado pues contra toda razón, derecho y estilo fue prezo y assi lo espero de la Real grandeza de Su Magestad y Dios guarde la persona de vuestra excelencia muchos años. Madrid 28 de Agosto de 1683.

Beso las manos a vuestra excelencia su criado

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 210

Lisboa, 1683, 2 de Novembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereria com notícias várias: Guerra contra o Turco; novas do Rio de Janeiro; morte de D. Afonso VI.

BA, 54-IX-9, n.º133, 1 fol.

As cartas de vossa mercê deste correo de 21 de Outubro me achão na cama sangrei duas vezes, de hum ameaço da minha solita crisopola logo as remeti ao Paço para que Sua Magestade as visse e aqui mas tornou a mandar agora com a ordem do que havia de responder. Ainda que El Rey de França tinha detido em Bayona o gentil homẽ que vem com a noticia do Imperio [?]do via pelas cartas de Roma temos neste

correo a confirmação da alegre nona vitoria e com masi[sic] particular circunstancia, que são [?] das [?]de grande estimação e para Sua Magestade de grande gosto.

Sua Magestade me ordena que vossa merce o avize particularmente de toda a noticia que tiver de como he recebido e festejado el Rey de Polonia no seu Reino quando voltar a ele depois da victoria porque na verdade este Rey merece todas as atenções e aplausos da christandade.

As noticias que deu o frade que veio da India em Cadiz ou forão fingidas ou sonhadas por que elle aqui he chegado e houve cartas mais antigas que as que virão pela nao da India e nem em huãs nem em outras se dita nova decisão nem de Pa[?].

Com este secreto do Imperio pode ser que tome algum termo as couzas de França, o abbade de S. Romain aqui está porem ainda não fez entrada publica nem teve audiência particular de Sua Magestade.

Das novas que vierão pela frota do Rio de Janeiro o que havia sucedido em Buenos Ayres e da entregado siho[sic] e mais circunstancia que havião de que avizar e [...] Padre da Companhia /fol./ esta bem o que vossa merce diz, conforme o que Sua Magestade ordenou, e en[?]marei aqui a Vossa Magestade, e do que com elle se pode obrar.

No que toca ao cunho da moeda a Sua Magestade lhe parece bem que vossa mercê continue com o senhor conde de Orpeza suposto elle tomou pela sua conta esta materia e dos documentos que havia do tempo do marquez de Arronches já eu dei a vossa mercê noticia e se for necessario que não as coprão das suas cartas levantando-me daqui as remeterei.

Imaginei mandar hoje a vossa mercê a ordem para os [?] e para das vossa mercê parte da morte do senhor Rey Dom Afonso, acreseco esta minha indisposição para poder instar com Sua Magestade o que farei em me levantando da cama, vossa mercê no entretanto descance em caza que o fase-llo foi hum arbítrio tão acostado como são todos os de vossa mercê. Não se ofereceu outra couza. Deos guarde a vossa mercê muitos annos como dezejo. Lixboa, 2 de Novembro de 1683.

O Bispo Frei Manuel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Lisboa, 1683, 8 de Novembro – Carta de Francisco Enriquez Davalos para Carlos II sobre as queixas de Mendo de Foios Pereria por Carlos II usar constantemente o título de Rei de Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 4032, 2 fols.

Lixboa, 8 de Noviembre de 1683

Despacho

D. Francisco Henriquez

Su Magestad

Si fuere cierto lo que me han dicho de que Mendo de Foios escribe que Vuestra Magestad usaba en todos los papeles públicos del titulo de Rey de Portugal podría arruinar muy presto quanto se ha travaxado y travaxa en confiar a estos hombres que sobre lo coloso de su natural tienen ya bastante motivo con el de averse puesto las armas de este Reyno en la moneda nueva segoviana de que hable en mi antecedente. Yo digo que de ninguna manera lo creía pues como testigo instrumental de tantos años podía afirmar que en ningún papel avia usado Vuestra Magestad de tal titulo después de la paz y que tampoco me persuadía a que Mendo de Foyos lo viese es cierto como en la verdad no me lo persuado y assi /fol. 1v/ participo a Vuestra Magestad estas noticias con aquella calidad dudosa que las con[ú]bo solo porque si tuvieren algun principio de certidumbre se pueda aplicar luego el reparo a los perjuicios que puede producir su subsistencia.

La Reyna corre estos días con las naturales desigualdades de enfermedades tan granas hallando se unos días con alivio y sucediendo a estos otros con fatiga sin que se pueda decir que ay novedad reparable en sus achaques.

Volvio el Marques de Opede a desembarcar su mujer que emprendió por tierra su jornada y el siguió su derrota por mar aviendo quedado en discursos si fue natural ó artificiosa la detención y el Abad de san romein ha estado también detenido en casa estos días por achaque de una pierna con que en ellos se ha hablado menos de sus maquinas /fol. 2/ pero entre tanto no puedo dexar de repetir a Vuestra Magestad el sin sabor con que aqu se explican diciendo que no hacemos mas caso de esto que si tal Reyno no viera en el Mundo ni fuéramos confiantes y es crible que esto alude a no hablar les en boda ni en liga sitiendo por desprecio este silencio y discurriendo alguno que suponiendo aver entrado los moros en tanger (como se dice) ningún motivo avia

tan natural ni tan honesto para unirse las dos coronas, como el intento de su recuperación. Dios guarde

Doc. 212

Lisboa, 1683, 9 de Novembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com instruções sobre o que relatou nas suas cartas acerca do uso das armas de Portugal no cunho da moeda e sobre o nomear o rei de Castela por Rei de Portugal num documento; também sobre a setia catalã que entrou em Lisboa com uma bandeira onde estavam as armas de Portugal.

BA, 54-XIII-18, n. °109, 2 fols.

Recebo as cartas de vossa mercê de 28 de Outubro que logo mandei a Sua Magestade para que lhes fossem presentes as noticias que ellas contem que como me acho de cama pela ocasião que disse a vossa mercê no correo passado, espero levantar-me com brevidade e procurarei dar razão a vossa mercê de tudo o que ouver faltado nas cartas passadas.

Materia he digna de todo o reparo que sobre a desaltencas[sic] de se porem as nossas armas no cunho da moeda se passe a outra mayor como he nomear el Rei de Castella por Rey de Portugal como vossa mercê avizou no correo passado pelo precateno[sic] que se passou a ministros que esta em Cadiz sobre a fazenda de D. Francisco de Lima. Sua Magestade é servido que vossa mercê logo escreva que lhe remeta o dito precatono e que sendo lhe lá necessario deixe hua copia authentica nos autos e lhe mande se for possível o original que vossa mercê remeterá logo a Sua Magestade e no que toca ao cunho da moeda vossa mercê continuará com o Senhor conde de Oropesa para que se procure o remedio dessa desatenção pois elle o tomou por sua conta como disse a vossa mercê no correo passado ate que com a vista do papel que vossa mercê precirará de Cadiz [?]ssa Sua Magestade tomar a resolução que convier.

Tambem Sua Magestade ordena a vossa mercê saiba do agente de Cadiz que embarcações são essas quatro nossas que ficavão naquelle porto e de donde /fo. 1v/ havião hido a elle e eu em me alevantando procurarei mandar a vossa mercê por escrito a resolução que pedio o agente de Cadiz.

Por todas as partes se confirma a alegria da [?]ritena contra o turco, Sua Magestade baixou sabbado a capella e se cantou missa solenne e se Deum Laudamos

em acção de graças com assistencia do Nuncio, e tambem em todos os [?]. Se cantou o mesmo e ouve repiques na Cidade porque a Christandade de Sua Magestade não falta em demonstração algua do que pertence ao aumento da religião Catholica.

Como estive este sa[?]s de cama não pude saber a resolução de Vossa Magestade em ordem ao avizo que havia de fazer a vossa mercê para os lu[?]s o que farei no correo que vem com que entenão fará isso resoluto.

Agora me manda Sua Magestade dizer que neste porto entrará hontem huã setia Catelã com huã bandeira em que trasia as armas de Potugal motidas nas de Castela e que diga a vossa mercê que no cazo que vossa mercê tenha comunicado ao senhor conde de Oropeza que avizava a Sua Magestade de deligencia que Sua Excelencia fazia como primeiro ministro sobre o cunho da moeda lhe diga tambem este sucesso desta setia para que elle tenha entendido o que de novo escreveo para Sua Magestade haver de fazer reparo e entender ser necessario mandar aqui fazer huã advertência ao enviado dessa coroa sobre esta materia e que no cazo que em não /fol. 2/ tenha dito ao senhor conde que avisava a Sua Magestade da deligencia da Sua Excelencia lhe participa como de sy o sentimento com que Sua Magestade se acha destas ações que se não multiplicando como tambem da compusoria de Cadiz e que Sua Magestade se vee obrigado a mandar fazer aqui diligencia com o enviado para que elle procuro logo o remedio. E nesta forma fique o senhor conde entendido de tudo para que veja a purificação de Vossa Magestade e ajusta queixa a que pode ter de semelhantes acções. Deus guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, 9 de Novembro de 683.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Lisboa, 1683, 23 de Novembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícias várias: ida de Sua Magestade para Palhavã devido à doença da Rainha; conferência com o enviado de Castela na presença de D. Henrique de Sousa Tavares, Marquês de Arronches sobre o caso das armas de Portugal no cunho de moeda e da utilização do título de rei de Portugal no de Castela. Envio de duas cartas da Rainha para Roma e Turim, e outras do Inquisidor-Geral – D. Veríssimo de Lencastre - para Domingos Barreiros Leitão e da resposta de D. Pedro para o conde de Oropeza e cartas para o marquês de Vila Manrique.

BA, 54-XIII-18, n.º111, 1 fol.

Receço as cartas de vossa mercê de 11 de Novembro e 12 que logo li a Sua Magestade em Palhavã aonde assiste desde 4.^a feira que forão 12 deste mez por ocasião de que a doença da Rainha senhora se redúzio o estado, que foi necessario comungala por usatio[*sic*] nesse mesmo dia e eu assisto lá tambem ainda que com pouca saude e hoje chegueo aqui a secretaria a despachar o correo. A rainha nossa senhora ao outro dia que forão 18 se achou melhor e a melhoria vai continuando de sorte que sem ouver novo acidente comos temos esperanças que nosso senhor lhe dê perfeita saude.

Sua Magestade fica advertido de todas as noticias que vossa mercê dá nas cartas e tambem da nomeação do bispo de Avila para embaxador extraordinario nesta corte eu conheço o sogeito e não ponha duvida das informações que vossa mercê dá da sua pessoa e genio.

Nao tive noticia do expresso que mandou o enviado dessa coroa tanto que aqui chegou o abbade de São Romem e se huã das matérias sobre que escreveo foi o cunho da moeda hoje o fará com mais eficácia porque aqui na secretaria em presença do marquez de Arronches lhe falei da ordem de Sua Magestade e lhe disse a justa queixa que podia ter este Reino na novidade que se intentava no cunho da moeda e tambem de se por o titulo de Rey de Portugal entre os mais de que uza El Rey de Castella e o marquez de Arronches o certificou de tudo o que passou em seu tpl. E aqui lhe demonstramos os sellos das ratificações das pazese a tudo respondeo que entendia fora en advertência e não ordem e que estava certo do affecto /fol 1v/ com que El Rey Catholico desejava conservar a nossa correspondência e ainda augmenta-la e que entendia se daria logo todo o remedio nessa materia.

Como as cartas deste dia vierão retardadas e são do correo passado não se escreve hoje para Roma, porem a Rainha nossa senhora mandou aqui duas cartas hua para Roma e outra para Turim mandando-me e recomendasse a vossa mercê as remetesse no alcance no mesmo pode vossa merce servir-se de mandar huas que aqui vao para Domingos Barreiros que são do Inquisidor[...]. Vai a reposta de Sua Magestade para o senhor conde de Oropeza e tambe para o senhor marquez de Villa Manrique vao duas porque hua dellas he a reposta da que escreveo sobre o casamento do filho. Não se oferece outra couza de que fazer a vossa mercê avizo mais que desejar novas suas e ficar a serviço. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, a 23 de Novembro de 1683.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Doc. 214

Madrid, 1683, 30 de Novembro – Carta de Mendo de Foios Pereira remetendo a carta de D. Pedro II noticiando a morte de D. Afonso VI e alterando o carácter de Mendo de Foios Pereira para enviado extraordinário.

AGS, *Estado*, leg. 4032, 1 fol.

Señor mio, imbio a vuestra señoria la copia inclusa de la carta con que el Rey mi señor me manda participar a Su Magestad que Dios guarde la noticia de la muerte del señor Rey D. Alfonso; della verá vuestra señoria como el dicho señor se sirve de mandar me hazer esta función con carater de su imbiado extraordinario e como el ultimo imbiado que asistió en esta corte con igual carácter fue el de Inglaterra, quien Su Magestad mandava dar un coche de sus cavallarisos para andar. Espero de la Real grandeza de Su Magestad se sirva de mandar praticar comigo lo mismo que con el referido imbiado vuestra señoria buen conoçerá que soleçito con justicia todo lo que es igualdad con los Menistros de las mas soberanas Coronas, y que en este particular busco la mayor honra y no la mayor conveniencia y que fuera una ingratitud anteçipada no hazer pertençion de las honraz que me puedo prometer de Real mano de Su Magestad quien vuestra señoria se servirá de pedir hora para que yo me ponga a sus piez que hasta ahora los accidentes me retardaron cumplir con esta obligaçion y al servicio de vuestra señoria estaré siempre con la mayor voluntad. Dios guarde a pessoa de vuestra señoria muchos años. Madrid, 30 de Novembre de 1683.

Bejo las Manos a vuestra señoria su mayor servidor

Doc. 215

Madrid, 1683, 1 de Dezembro – *Copia de la respuesta que Don Juan de Idiaquez, hizo a Mendo de Foyos Pereyra embiado de Portugal*

AGS, *Estado*, leg. 4032, 1 fol.

Señor mio, al papel que se há servido, escribirme vuestra senhoria remitiendo me copia de la que el señor Rey de Portugal escribe al Rey mi señor dando le quenta de la muerte del señor Rey Don Alfonso su hermano, para que vea el título de embiado extraordinario con que nombra a vuestra señoria y se le dé coche como tal, al ultimo embiado extraordinario de Inglaterra, el tiempo que estuvo en esta corte. Respondo que después de haver se le dado tuve orden para hacer saber a todos los ministros de Principes que vimesen con carácter de embaxador ó embiados extraordinarios que al de Inglaterra se mantien a el coche porque ya le tien a quando se tomó esta resolución y que adelante no se daría sino por ocho días y assi se pratico con el conde de la Baugiro embaxador extraordinario de França, que no le tuve sino ocho días y el abade Dimi embiado extraordinario de el señor Rey de Polonia, no le pidió, sabiendo la orden que havia y el embiado de Genova que también tiene titulo de extraordinario no le tubo sino ocho días, [?] Don Juan de Villavicencio quando fue embaxador extraordinario de la relizion de San Juan para dar a su Magestad la nora buena de su casamento.

Guarde Dios a Vuestra Señoria ett.^a Madrid primero de Diziemvre de 1683.

Doc. 216

Madrid, 1683, 1 de Dezembro – Carta de Juan de Idiaquez para Crispin Gonzalez Botello sobre o novo carácter de Mendo de Foios Pereira

AGS, *Estado*, leg. 4032, 1 fol.

Señor mio, el embiado de Portugal me escribio el papel que remito a vuestra señoria que juntamente mi respuesta disuadiendo le de la pretensión de que se le de coche de la caballeriza por embiado extraordinario de aquella corona, como le tubo el ultimo de Inglaterra, y embio también copia de mi respuesta con noticia de que aviendo la recevido que dicho en voz que era menester que hiciese nueva entrada para

que se le diese por ocho días me ha escrito que pida audiencia sin decir lo que me escribió.

Y la orden que le cito es resuelveon de su Magestad como en papel de 24 de Agosto de 1680 me escribió el señor Don Manuel de Lira.

Guarde Dios a vuestra señoria muchos años como desseo. Madrid, primero de Dios Diziembre de 683

Bejo las Manos de Vuestra Señoria de su mas obligado servidor

Don Juan Idiaquez Iassi

Señor Don Crispin Gonzales Botello.

Doc. 217

Lisboa, 1683, 6 de Dezembro – Carta de Francisco Henriquez sobre a moeda nova com o selo antigo que tinha as quinas de Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 4032, 1 fol.

Lisboa, 6 de Dexiembre 1683

Don Francisco Henriquez

Estoy muy pasado que aquí les há de ser de gran satisfacion lo que en despacho de 25 del pasado se sirve Vuestra Magestad de deçire, há mandado executar en quanto a que no celebran moneda con el sello antiguo que toma las armas de este Reyno, pues el paso del dolor que les causa qualquier rezelo ó senal que aluda a conservar derecho les es de estimacion imponderable qualquiera demostracion contraria que mire ó olvidarle ó desbanezerle y con lo que to les digere en virtuo de este despacho hallaran comprobado lo mismo que les respondi al principio, hoy por esto quedan mucho mas sosegados viendo tan conformes las resoluciones a Vuestra Magestad a mi respuestas dadas antes /fol. 1v/ de tenerlas. Dios guarde ett.^a

Madrid, 1683, 11 de Dezembro – Ofício do conselho de Estado com um papel do Duque de Alva sobre os dois ofícios de Mendo de Foios Pereira relativamente ao cunho da moeda em Castela e também ao intitular-se Rei de Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 4032, 2 fols.

Don Pedro de Aragon

Conde de Chinchon

Duque de Albuquerque

Marques de los Velez

Señor

El Duque de Alva en el papel adjunto de 6 de este para Don Chispin Gonzales Botello dize que dio a entender al embiado de Portugal (en la forma que Vuestra Magestad ordenó) como havia Vuestra Magestad mandado que en la moneda nueva que se labrare en estos Reynos no se pongan las quinas de aquel Reyno a que dize el Duque, respondió el embiado en términos de toda estimación.

Y también procuró saber del mismo ministro si havia dado quæta que Vuestra Magestad se llamava /fol. 1v/ en los instrumentos públicos Rey de Portugal y que le respondió que el havia dado la noticia a su Amo con el motivo de haver le venido una provision de Granada en que se intitulava Vuestra Magestad Rey de Portugal.

Al consejo parece que Vuestra Magestad mande advertir esto por donde toca assi a las chançilerias de Granada y Valladolid como a las demás audiencias del Reyno y que Don Francisco Henriquez pase ofício en Portugal y aquí el duque de Alva con el ministro de aquella corona segurando que si hubo algo de lo que dize habrá sido /fol. 2/ por omission ó ignorancia de algún escribano nuevo porque ya se há dado orden para que esso no se haga en tribunal algún.

Vuestra Magestad mandará lo que fuere servido. Madrid, a 11 de Dexiembre 1683.

Madrid, 1683, 18 de Dezembro - Oficio do conselho de Estado resolvendo a forma de responder à carta do Rei de Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 4032, 2 fols.

Condestable de Castilla

Don Pedro de Aragon

Marques de los Balbases

Duque de Albuquerque

Marques de los Velez

Conde de Oropeza

Señor

En cumplimiento de lo que Vuestra Magestad se sirve mandar en la respuesta de la consulta inclusa diga el consexo si el pesame y en hora buena que ha de darse al Rey de Portugal será mas conveniente que le dé el embaxador que ahora vá.

Es de parezer el consejo que el pesame le puede dar el embiado Don Francisco Henríquez y la en hora buena el nuevo Reynado que le dé el Bispo de Abila

Y en quanto a la forma en que se han de escribir las cartas /fol. 1v/ de crença que há de llevar el obispo para etse nuevo Rey y el tratamiento que se le há de dar ha acorrado el consexo se pida notíçia al archivo de Simancas de la forma en que se correspondían el señor Rey Don Phelipe segundo con el Rey Don Sebastian y su suçessor Don Henrique, respecto de no haver en el formulario de los tratamientos de la secretaria de Estado el que se há de dar al Rey de Portugal porque no le há havido separado desde el año de 581, hasta ahora y también se há mandado hazer diligencia en los papeles /fol. 2/ de la secretaria del consexo de Portugal por si en el formulario hay noticia de cómo aquellos Reyes se correspondían con los demás de España y con lo que se hallare representará el consexo a Vuestra Magestad lo que juzgare más de su real servicio.

Madrid, a 18 de Diçiembre 1683

Doc. 220

Madrid, 1684, 7 de Janeiro – Carta de Mendo de Foios Pereira para o Duque de Alva

AGS, Estado, leg. 4033, 1 fol.

Excelenticimo señor

Neçessito de facultad de Su Magestad que Dios guarde para que destos Reynos se puedan sacar tres machos para el señor conde de Vilarmayor. Cuplico a vuestra excelencia se sirva de alcançar me el passaporte y al servicio de vuestra excelencia esta ré siempre con la mayor voluntad. Dios guarde la persona de vuestra excelencia muchos años como desseo. Madrid 7 de Janero de 1684

Excelenticimo señor

Beso las manos a vuestra excelencia, su criado

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 221

Madrid, 1684, 25 de Janeiro – Oficio do conselho de Estado sobre uma consulta do conselho da Fazenda relativamente ao reparo feito na cunhagem da nova moeda com as armas de Portugal.

AGS, *Estado*, leg. 4033, 3 fols.

Marques de Astorga

D. Pedro de Aragon

Marques de los Balbases

Conde de Chinchon

Duque de Albuquerque

Marques de los Velez

Señor

Por orden de Vuestra Magestad de 17 deste se há visto en el consejo la consulta inclusa da de Hazienda en que da quenta de lo que el superintendente de la casa de la moneda de Segovia há respondido sobre la orden que se le envio para no poner las quinas de Portugal en la que se labrase de nuevo diciendo que aquella casa de halla con todos los coñlos de moneda de oro y plata con las armas /fol. 1v/ de Portugal para cuyo efecto se imbio tallados y tuvo costa y diçacion la obra y que se dilatara la labor

presente aguardando que se hagan otros pero que en los que adelante se abricem podría executar se la orden de que da cuenta el consejo de Hacienda sin formar dictamen.

Al consejo parece que después de haver se declarado la resolución de Vuestra Magestad assi aquí al ministro de Portugal como en Lixboa tiene grande inconveniente /fol. 2/ que se continúe labrar la moneda en Segovia con los cuños viejos porque viendo los portugueses lo tendrán por engano ó poco caso, y assi por esto como por las dependencias que tenemos al presente con Portugal debe servirse Vuestra Magestad mandar se observe la orden dada y que quanto antes se emienden los cuños viejos por lo menos en la parte en que están las armas de aquel Reyno poniendo en su lugar la Granada ó otra cosa que desmienta /fol. 2v/ las quinas y que no se labreen otra forma; y añade el marques de los Belez que no puede haver mucha dilación ni costa en haçer si quiera un sello luego de alguna de las monedas que se labran sin las quinas y con el año contiene para que viendo lo portugues queden satisfechos de que se trata de cumplir lo que se les prometió aunque los demás [¿].

El marques de Astorga y Don Pedro de Aragon son de sentir que respecto de la falta grande que ay de /fol. 3/ moneda en estos Reynos y el daño que se les seguiría si cessase el labrar la hasta que se hagan los cuños nuevos sin las quinas de Portugal y que es obra que necesita de tiempo y de costa podría continuarse el labrar con los cuños viejos en tanto que se hacen los nuevos. Y añade D. Pedro de Aragon que esto lo podrían dar a entender el duque de Alva al enviado de Portugal por via de conversacion para que /fol. 3v/ no desconfie de que se está travazando en haçer los cuños nuevos y sepa el motivo tan preciso de continuarse el labrar con los viejos.

Vuestra magestad mandará lo que fuere servido. Madrid, a 25 de Henero de 1684

Doc. 222

Lisboa, 1684, 31 de Janeiro – Carta de D. Pedro II para Carlos II a dar conta da morte de D. Maria Francisca

AGS, *Estado*, leg. 4033, 1 fol.

Muito Alto e muito Poderoso Principe meu Bom Irmão e Primo. Eu Don Pedro por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar, em Africa, senhor da Guine e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Persia e da

India ett. Envio muito saudar a Vossa Magestade de como aquelle que muito amo e prezo. Em vinte e sete de Dezembro passado foi Deos servido levar para sy a Raynha minha sobretodas muito amada e muito prezada mulher com tantas e tao singulares demonstrações de piedade quaes se devião esperar de suas muitas e esclarecidas virtudes. A Mendo de Foyos Pereira meu enviado mando ordenar ponha na Real ponderação de Vossa Magestade a noticia de tão incomparavel perda para que ache no real animo de Vossa Magestade alivo, se he que o pode ter a minha grande dor e sentimento. Muito Alto e muito Poderoso Principe meu bom Irmão e Primo. Nosso senhor haja a pessoa de Vossa Magestade e sue Real estado em sua sancta Guarda. Escrita em Lixboa a 31 de Janeiro de 1684.

Doc. 223

Madrid, 1684, 7 de Março – Oficio do conselho de Estado sobre a reserva do juro de um Hospital que Mendo de Foios Pereira solicitou.

AGS, *Estado*, leg. 4033, 2 fols.

Condestable de Castilla

Marques de Astorga

Almirante de Castilla

Don Pedro de Aragon

Marques de los Balbases

Conde de Chinchon

Duque de Albuquerque

Marques de los Velez

Señor

Por orden de Vuestra Magestad de 3 de este se ha visto en el consexo con el papel adjunto del duque de Alva el que acompaña del embiado de Portugal en que dize que la Infanta de aquel reyno D. Maria fundó y dotó un Hospital con advocacion de Maria Senhora de la Luz en el termino de Lisboa para cuyo sustento dejó situado un juro en el Almorigal [¿] de Sevilla como todo consta del instrumento incluso que presenta, y respecto de que a los hospitales /fol. 1v/ de Genoba que tienen renta de juros en Castilla se les há reservado de los desquentos de que Vuestra Magestad se vale. Suplica a Vuestra Magestad que en esta consesion se sirva de mandar se le dé

reserva del juro referido y se le restituya lo que hasta aquí ha dexado de recibir por los desquentos que se le han hecho.

Al consexo parece que Vuestra Magestad se sirva mandar remitir este dependencia primero al consejo de Haçienda y después a la junta de reservas encargando la brevedad y que después vuelva a este consexo, para /fol. 2/ que pueda representar a Vuestra Magesta lo que se ofreçiere en vista de lo que aquellos tribunales consultaren y se pueda responder por esta via al ministro de Portugal.

Vuestra Magestad mandará lo que fuere servido. Madrid, a 7 de Março 1684

Doc. 224

Madrid, 1684, 13 de Abril - *Parecer de Mendo de Foyos Sobre o Cazamento d'El Rey D. Pedro e da Senhora D. Isabel*, provavelmente para o secretário de Estado.

BNP, *Fundo Geral*, cód. 9860, n.º14, 2 fols.

Não posso deyxar de por na real noticia d'el Rey Nosso Senhor, o que pode ser muito do seu serviço, quando seja necessario e de nenhũ perjuizo, quando seja inútil. Com os ministros do grão duque da Florença tive sempre amizade nesta corte, porque nelles achey boa correspondencia e muy desde o principio desta minha assistencia comecey a merecer esta boa vontade ao marques Castiglione que aqui foi enviado, porque fallando hũ dia o duque de [?] no casamento de Saboya e perguntando-me se o de Florensa gora admittido e considerado; respondi ao duque com suma atensão ao muito que Sua Magestade que Alva estimava a casa e pessoa do grão Duque, e quanto seria de seu Real agrado estreytar os vinculos de parentesco com tão grande Principe mas que por então o mayor Parentesco de Saboya e animo dos Estados não deram lugar a que se consideram-se outras conveniencias; e como o mesmo Duque disse ao Marques, a grande estimação com que eu fallara nos seos Principes me ficou com sumo affecto e Carinho; o qual não somente experimento ainda hoje nelle mas tambem no mesmo grão Duque e como o Marques lhe assiste, e he o ministro que tem de mayores experiencias e de grande capacidade e o dito marques se corresponde comigo senhor esta via para saber da matéria /fol. 1v/ sobre que escrevo a verdade y a vontade e entendimento do grão Duque.

Nenhuma cousa deseja fart[?] vida o grão Duque de Florença como casar seos filhos em Portugal e há esse desejo tão efficas que parece mays nascido de amor dos nos[sos] Reys e nação, que de conveniencias politicas dos Estados porque quem se

declara tanto não busca matrimonio por contratto. A criação de seus filhos he a melhor, que se pode achar em todos os Principes do Mundo; e nesta voz que he de todos me tem certificado o senhor marquez de las Velas, que vio estes principes e muito mays se o irmão e senhor Frei [Pedro] que esteve muitos dias com elles; e comunico-a e confessou-a Princesa que me assegura com melhores destes d'alma que do corpo; e esta informação he para mim a mays acreditada; por ser de hũ parente e santo na comum veneração, que é bem merecida da sua virtuosa vida; e o senhor conde de Oropesa me disse por muitas vezes que depouys de ouvir a seu primo estimava muito mays aos testemunhos do grão Duque. Isto he tudo e o mays que posso dizer das pessoas desses Principes em que hi[?]to testemunhas de vista vivas, e pelo sangue conjunta a nossa casa Real.

Emquanto as conveniências, considere Senhor todas as que pode haver na casa de Florensa, e desde aqui lhas prometo conseguidas porque o Grão Duque tem tal conselho de Sua Magestade que as suas mesmas conveniências, porá nas suas mãos; na fa[zenda] dará quan he poder; e dará sua filha e seo filho primogenito; e quando Sua Magestade que grater a senhora Infante de que dando-lhe de filhos varões, tambem o Grão /fol.2/ Duque mandará seu filho a viver a Portugal enquanto sua molher for herdeyra: não pareça a Sua Magestade que asseguro muyto sem o fundamento necessario. O Grão Duque me manda dizer por carta do marques Castiglione que de mim fiava tanto que não somente me entregaria e seos escudos mas as prendas mays queridas e de seos olhos que eram seos filhos e que delles dispusesse como me parece-se, porque elle me daria a mim os poderes de procurador; e que Sua Magestade desse a outro vassalo e o que e ajustasse daria por feyto. E sendo isto assim, considere Sua Magestade se os tratados serão a medida do seu gosto fora do serviço de Sua Magestade eu não hey ~~de~~ mister o Grão Duque; porque Deos para mim não criou mays fortunas, que as que posso esperar daquelle Rey de que me fes vassalo. E que sempre com anticipada grandeza me deyxo a pago de tudo em que podia servir; mas depouys de desfeyta a boda de Saboya, pos grande coydado e industria em estreytar a correspondencia com Florença, para ganhar inteligências e saber o que podia ser do serviço de Sua Magestade no caso que impotasse; porque ha grande difrença de fazer trattados para ajustes a tendo por certos os ajustes, medir com a vontade e conveniencias os trattados. He Sua Magestade inclinar a sua vontade, e considerar que haverá conveniencia de seos vassalos nestes cazamentos entendo que lhe tenho feito muy particular e advertido serviço. Se lhe parecer o contrario, sempre

ficará conveniencia de saber o que deyxá para haver o que busca. Que eu dezejo he a felicidade de ver a Sua Majestade com muytos filhos e com muytos netos; com /fol. 2v/ muytos interesses para os vassalos e muyta Paz e descant[?] de cuydados; que a resolução ha de ser sua, e ella a que todos aclamamos com universal gosto e alegria que vos mays e principalmente em mim nao pude haver mays que por a seos reaes [?] o coração com o entendimento para que Sua Magestade faça digno de chegar aos seos olhos, aquillo de que elle se servir de pagar com as mãos; porque so a Sua Vontade e a sua leyção poderá destinguir os discursos e acertos que se na minha capacidade estiver a poder servir em tanto a Sua Majestade não tem o mere[ci]do parte que para mim fosse distancia nem a mayor obrigação fi[?]a que eu ouvese de contar por Serviço. Deos guarde a Pessoa de Vossa senhoria muitos annos. Madrid 13 de Abril de 684.

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 225

Madrid, 1684, 2 de Junho – Ofício do conselho de Estado castelhano sobre os navios franceses que se abrigavam no porto de Faro, considerando este acolhimento uma ofensa ao tratado de paz.

AGS, *Estado*, leg. 4033, 1 fol.

Condestable de Castilla

Almirante de Castilla

D. Pedro de Aragon

Marques de los Balbases

Conde de Chincon

Duque de Albuquerque

Marques de los Velez

Marques de Manzera

Señor

Por el decreto ad junto de veinte y ocho del pasado se sirve Vuestra Magestad participar al conssejo la continica[*sic*] que há dado D. Bepasiano Gonzaga de que franceses tiene un navio en el puerto de Pharo en Portugal que sirve de abrigo y almalzen de las pretas que executan otras embarcaciones menores de su nación en las costas de Andaluçia e plazas de Africa y que respecto de que esto se ópone a la fee

publica y paz ajustada con Portugal manda Vuestra Magestade que vea el consejo los oficios que conbendra pasar en orden a que no se continúe este perjuicio y que sobre ello consulte lo que /fol. 1v/ se ofrezca.

Y habiendo se visto parece al consejo se deven pasar luego los oficios que Vuestra Magestade manda por el obispo de Abila para aquí con el ministro de aquella corona. Madrid a 2 de Junio de 1684.

Doc. 226

Lisboa, 1684, 27 de Junho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira sobre as queixas de Pedro da Costa Silva relativamente ao navio francês no Algarve.

BA, 54-XIII-18, n.º123, 1 fol.

Logo fiz presente a Sua Magestade as cartas de vossa mercê de 15 de Junho. Aqui se tem publicado o que vossa mercê diz da armada de França sobre Génova e os genovezes andão [tao] confusos. De Roma ainda se não se escreve com certeza se não com receo quererá Deos por tido bem para quietação da Europa.

O negocio de Pedro da Costa Silva he bem estranho e muito para estrahar que se uzem estas tiranias com os vassallos desta coroa quando Sua Magestade, que Deos guarde, para hua simples queixa que lhe fez o consul de Vastella de que no Algarve andava hum navio francez com animo de represar, mandou logo escrever ao marquês de Gouveia, lho não permitisse, aqui vai a copia de outra pedição que deu a Sua Magestade o dito Pedro da Costa para instrução de vossa mercê e para que vossa mercê com as noticias della possa fazer nesta materia as diligencias que julgar convenientes.

Li a Sua Magestade a carta acerca do Padre Frei Manoel de Medina com bem grande, compaixão do seu trabalho. Este religioso doi desnaturalizado pelo crime de fazer tabaco e não teve outro. Sua Magestade me manda fazer huã deligencia nesta materia e feita ella do que Sua Magestade resolver avizarei a vossa mercê. Sua Magestade, que Deos guarde, e a senhora Infanta ficão /fol. 1v/ de saude e na corte não há novidade de que eu deva fazer avizo a vossa mercê que Deos guarde muitos annos. Lixboa, a 22 de Junho de 1684.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Lisboa, 1684, 11 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira sobre os conflitos na Europa envolvendo França, Holanda, Castela e Inglaterra; sobre o novo cargo do Conde de Oropesa e ainda sobre os comentários que Mendo de Foios Pereira fez relativamente ao que Luís XIV poderia intentar relativamente aos casamentos.

BA, 54-XIII-18, n.º124, 1 fol.

Recebo as cartas de vossa mercê de 22 de junho e também as de 29 e de tudo fica Sua Magestade inteirado e conforme que vossa mercê diz se entende nessa corte que Luxemburgo foi entrado por minas e conforme o aviso do correio passado de Salvador Taborda a praça estava capitulando no 1.º de Junho.

Os ingleses e holandeses fundão a sua esperança na tregoa e não sabemos se essas esperanças serão tão certas e o francês sabe fazer o seu negocio mais conforme ao que lhe convem que a outro algum respeito.

Por via do cardeal Asulino se falou em Roma por parte do palácio da rainha de Suecia sobre a patente que passou para o nuncio dos pir[?]ras porem ella nega que passasse tal patente e assy o aviza Domingos Barreiros.

Fica Sua Magestade entendendo o que vossa mercê lhe diz em ordem ao que passou com o senhor conde de Oropesa sobre o lugar de presidente de Castela e as mais circunstances que isto teve certo he que na prudencia e juízo do senhor conde poderá livrar o governo de Castela todos os acertos.

Pedro da Costa Silva persegue a Sua Magestade com petições e ultimamente hoje deu o citra que aqui mando a vossa mercê e Sua Magestade está certo na deligencia que vossa mercê faz e eu mando /fol. 1v/ a petição para que vossa mercê veja que este homẽ representa.

Tambem fiz presente a Sua Magestade a carta particular que vossa mercê esteve com a sobrevação do que poderá intentar el rey de França em ordem a cazamentos sobre que Sua Magestade me não deu resposta alguma e em me insinçando[sic] couza de que eu possa fazer aviso o farei logo.

O Bispo Embaxador teve quarta feira da semana passada audiência de Sua Magestade e logo no sabbado pela manhã veo ao paço sem mandar recado e disse que queria falar a Sua Magestade com quem esteve mais de mea hora. Desta ultima

audiência ate gora não podemos penetrar a sobre que fosse na antecedente havia dado a singular carta de pezame pela morte da Rainha que Deos tem.

Na corte não há novidade de que deva fazer avizo. Sua Magestade e a senhora Infanta ficão com saude e eu ao serviço de Vossa Mercê, que Deos guarde muitos annos. Lixboa, a 11 de Julho de 1684.

O Bispo Frei Manoel Periera

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 228

Lisboa, 1684, 25 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com considerações sobre as súplicas de Pedro da Costa Silva e o negócio dos juros do Hospital da Luz; os sucessos de Catalunha; as novas de Buenos Aires; a exposição do conflito na ínsua do Verdoejo.

BA, 54-XIII-18, n.º126, 2 fols.

Recebo a carta de vossa mercê de 13 de Julho della consta a deligencia que vossa mercê tem feito acerca do Pedro da Costa Silva e conforme a carta do duque de Alva esenta a vossa mercê, se por de espera que tenha este negocio bom sucesso [?]Pedro da Costa faz continuar suplicas a Sua Magestade que me manda lembrar a vossa mercê e tambem o negocio dos juros do Hospital da Luz que como o duque de Alva disse a vossa mercê estava bem despachado não poderá negar a vossa mercê a forma delle.

O mapa dos tratamentos fico esperando porque tem Sua Magestade deixado de escrever a alguns Principes por este respeito.

Os sucessos de Catalunha darão maior [?]re na corte per mais vezinhos e se forem continuando assy com hão começado não terão tanto em que lidar o general de Badajós em fortificar a cidade por huã guerra acerca que sospeitou. Esta nova de Buenos Aires correo aqui já muitos dias e squi para nós alguns dizem que franceses a inventarão depois se desvanecio e se ella lá correo por noticias de cá agora se renovou cá pelas noticias de lá todos as temos per insubsistentem e fantástica mormente havendo o Bispo Embaxador /fol. 1v/ em huã conferencia proposto que Sua Magestade Catholica desejava tanto a boa correspondência e tirar todos os offendimentos que pudessem emcontrar a boa amizade entre ambas as coroas que lhe encomendará quando viera que procurasse que Sua majestade renovasse as ordensque

se mandarão a Buenos Aires para a observação do tratado Provisional que aqui se fez perpetuo da nossa parte se não observa tão pontualmente alguns capitulos com que se vê que per parte dessa coroa se dezeja não haver alguma alteração e asy esta nova parecer sem fundamento e inventada com traça ou com malira.

Ly a Sua Magestade tudo o que toca a carta que a vossa mercê escreveo o duque de Parma e a resposta que vossa mercê lhe faz, Sua Magestade foi servido dizer-me avizasse a vossa mercê que no correo que vem sem falta hera a vossa mercê a resolução do que deve obrar nesta materia que não he grande a dilação de outros dias.

Na prouincia do Minho está huã Insua que chamão do Berdoejo a qual he do couto do Mosteiro de São Francisco e todos os pescadores que aly pescão portugueses e gallegos pagarão sempre o dizimo ao dito Mosteiro do Collegio da Companhia de quem he o dito Mosteiro. Agora os pescadores galegos /fol. 2/ induzidos pelos Abbades de Caldellas do reino da Galiza não querem pagar o dito dizimo e o dito Abbade manda ao dito lugar homens armados que cobrão per força e violência os dízimos do peixe e até de alguns portugueses o tomou por força e com espingardas nos peitos dizendo o dito Abbade e peddoas de gera a Insua era da jurisdição de Portugal agora havia de facer que fosse de Galiza que para [?] tinha armas e gente e tudo isto consta pelas informações e justificações que se fizeram ordenar que o governador de Valene[sic] a escrevesse ao de Galiza para que se desse ordẽ a se não alterar a posse em que a ly continuemos sempre nem permitisse deste motivo dos senhores forçarmos e ocasiões com isto a algu disgosto. Ordena-me Sua Magestade que dê conta disso a vossa mercê que para se dê remedio a esta materia e se não permita poeste[sic] dito Abbade de Caldelas perturbe a posse em que estamos nem se nos dê motivo s conserva-la por outros meyoys e se conheça a justificação com que por nossa parte se procede nesta materia.

Sua Magestade e a senhora Infanta ficão de saude /fol. 2v/ e eu sempre certo ao serviço de vossa mercê que Deos guarde muitos annos Lixboa, 25 de Julho de 1684.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Madrid, 1684, 4 de Agosto – Carta de Mendo de Foios Pereira para o duque de Alva referindo os conflitos que ocorreram entre Galegos e portugueses sobre uma pescaria no Minho.

AHN, *Estado*, leg. 1752, 2 fols.

Excelentíssimo señor

En la provincia del Miño ay una pescaría de Verdoejo la qual es del coto del Monasteria de San Fins y todos los pescadores que ally pescan portugueses y gallegos pegan y pagaron siempre el dizimo del dicto Monasterio que es del Colegio de la Comañia de Jesus, de la universidad de Coimbra y en esta poçesion se conservó siempre el dicto Monasterio antes de las guerras y dispues de la Paz ahora los pescadores gallegos no quieren pagar el dizimo como siempre pagaran al dicto monasterio porque el dicto Abbade manda hombres armados que por fuerça y violencia cobren los Dizimos del pescado y no solo de los gallegos mas también de los portugueses diciendo dicto abbade y personas mandadas de jugarte nuevos desatinos y atrevimientos y que se aquella pescaría era de jurisdiccion de Portugal que el haría que dar de Castilla porque para esso seria armas y gente. Y todo lo referido consté a el Rey mi señor por justificadas informaciones que se hirieron sobre esta materia.

El Rey mi señor que en todo desea la buena correspondencia que es devida entre los vassalos de una e otra corona y que se eviten aquellas discordias de que pueden resultar quexas y alvorolas mandó al gobernador de Valençia que escrevisse al frontero de Galicia que diesse orden para que no se alterase aquella poçession que siempre se conservó mansa y pacíficamente y que /fol. 1v/ quitase el motivo que podía obligarnos auzar de la misma fuela y violencia ocazonandose algunos disgustos y u[?]lamente me manda que per mano de vuestra excelencia ponga lo referido en la real noticia de Su Magestade que Dios guarde para que se sirva de mandar dar providencia en esta materia y que no se premita que el Abbad de Caldelas perturbe aquella poçesion imemorial en perjuizo de la corona de Portugal y del dicto monasterio de San Fins porque de otra cuerte hará que de neçesedad se conserva la razón y justicia por otros medios que se desea mucho evitar. Porque el Rey mi señor bada estima tanto como la buena correspondencia y así quiere que tudo procedimiento que ubiere en esta materia que de justificado para con Su Magestade por esta

representación esperando que sea do mismo legar a su real noticia que mandársele dar el remedio conveniente porque continuándose aquella violencia y fuerça de gente armada poderan los soldados que asisten en nuestras plaças advertir al Abbad de Caldelas de sus atrevimientos y desatinos con algún exçesso que se a de desagrado y de servicio de ambas Magestades porque la prudencia y cuidado de los cabos lo ha evitado. Al servicio de vuestra excelencia estaré siempre con la mas prompta obediencia y Dios /fol. 2/ guarde la persona de vuestra excelencia muchos años que dezeo. Madrid, 4 de Agosto de 1684.

Excelentísimo señor

Beso las manos a vuestra excelencia, su criado

Mendo de Foyos Pereira

Doc. 230

Madrid, 1684, 17 de Agosto – Oficio do conselho de Estado sobre o conflito nas fronteiras relativo à ilha do Verdoejo.

AHN, *Estado*, leg, 1752, 2 fols.

Marques de Astorga

Don Pedro de Aragon

Marques de los Bavases

Principe Don Vizente Gonzaga

Duque de Albuquerque

Marques de los Velez

Marques de Manzera

Señor

Por decreto de 6 del correinet se sirve Vuestra Magestad mandar se vea en el conselho el papel adjunto del embiado de Portugal en que dice que el munasterio de Sanfins en la provincia del Miño tiene en su territorio la pesquería que llaman a Verdoeso al qual han pagado dizimo todos los pescadores assi galegos como portugueses de tiempo inmemorial a esta parte y que ahora los gallegos infucidos del abbad de Caldelas no solo no quieren pagar su dizemo como siempre lo han hecho sino que con violencia y fuerza de /fol. 1v/ armas le intenta cobrar de los Portugueses diciendo el Abbad que si esta pesquería está jurisdicion de Portugal que el baria que fuese del Castilla porque para esso teria armas y gente.

Que el Rey de Portugal con estas noticias y desseando siempre la buena correspondencia entre los súbditos de ambas coronas ordenó al gobernador del Valencia del Miño escribiesse al frontero de Galicia dispusiesse no se alterasse esta possession evitando los inconvenientes que podrían resultar si se viesen obligados /fol. 2/ portugueses a usar de la misma fuerza y que también dio orden al embiado para que lo represente a Vuestra Magestad pidiéndole se sirva aplican el prompto remedio que conviene a la quietud de unos y otros.

Al consejo parece que Vuestra Magestad mande que el gobernador de Galicia uca esta papel y siendo como refiere de las ordenes necesarias para que se conserve la buena correspondencia pues el animo de Vuestra Magestda no es perturbar la possession antigua del colegio de Coimbra y que informe sobre /fol. 2v/ esta materia teniendo afencion a lo refrido y que al Abbad de Caldeas no siendo justo su atentado haga que el o Bispo le obligue a que no inquiete la possession del Monasterio de SanFin. Y que se respinda al embiado que Vuestra Magestad ha mandado informarse sobre lo que refiere y que al Monasterio no se le inquiete en la possession que contare tiene.

Vuestra Magestad mandará lo que fuere servido.

Madrid a 17 de Agosto de 1684.

Doc. 231

Lisboa, 1684, 19 de Setembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com considerações sobre os vários negócios em Madrid.

BA, 54-IX-8, n. ° 55, 2 fols.

Neste correo imaginei pudesse escrever a vossa mercê já da secretaria mas ainda me acho de cama porque a minha cura há sido dilatada logo mandei as cartas a Sua Magestade, e até gora me não veio reposta do que havia de escrever a vossa mercê, avizou-me o secretario Pedro Sanches que se fazia Conselho de Estado esta manhã e que depois d'elle me avizarão do que Sua Magestade resolvesse se vier a resposta a tempo hera com esta ou com alcance quando o correio parta.

Pelo que toca às cartas do correo passado e ao ponto que com vossa mercê falou Manuel de Faceres Penedo me manda Sua Magestade dezer a vossa mercê que vossa merce torne a falar com este homem e [?] agorando-lhe a graça que Sua Magestade faria se perdoase aquela familia por ser hum crime que defficilmente admite perdão,

procure vossa mercê adiantar a promessa já que vossa mercê entende que chegarão a cem mil patacas, e que trate vossa mercê este negocio como de sy e procure ajusta-llo com toda a prudencia e segurança e brevidade insinuando a este homẽ como de sy que o dar salvo comduta para do no[...] tratar disto neste Corte he fazer o negocio por p[?] encomendando vossa mercê nelle tão grande segredo, e assi que lhe melhor ajustasse esta materia com vossa mercê subindo-a vossa merce a mayor oferta que pider ser e tendo a vossa mercê ajustado, avizará vossa mercê logo para de ca lhe heriem[sic] as ordẽs na confer- /fol.1v/ midade do ajuste e para este negocio concluir-se com o segredo que elle pede.

Sobre o negocio das imunidades ordena Sua Magestade que Vossa Alteza se haja em tudo e por tudo como se ouverem os outros ministros e se lhe perguntarem a vossa mercê se teve reposta de Sua Magestade, vá vossa mercê dissimulando ate ver a que tem os outros ministros dos seus Principes, irá vossa mercê avizando de tudo o que ouver nesta materia e de toda a circunstancia que nella acrescer.

Sua Magestade está certo na deligencia que vossa mercê faz acerca dos negócios do Hospital da Luz e do de [Caldelas] e no de Pedro da Costa Silva [?] e huza he que se dilatam tanto as resoluções em prejuízo de terceiros mas não me maravilho suposto o estado em que está essa corte como vossa mercê representa. Nesta não há novidade de que fazer avizo. Fico ao serviço de vossa mercê que Deos guarde muitos annos.

Lixboa, 19 de Setembro de 684

Vio Sua Magestade o que vossa mercê escreve acerca da caravella apressa da pelos Mallar[sic], ele servido para no cazo que quando esta carta chegue se não tarda diprisa-lo[sic] a vossa mercê com effeito neste particular vossa merce delegue hum memorial a el Rey assinado por vossa mercê em que lhe pessa a restituição logo da /fol.2/ da caravella e alguã demonstração como [?] da [?] para exemplo dos outros e do que se responder a vossa mercê avizará vossa mercê com toda a [brevidade] e aquem manda Sua Magestade falar ao embaixador dando-se lhe noticia deste cazo para que haja de procuras que com brevidade se restitua a caravella e se faça demonstração com o melhor [?] porem entendendo que já hoje com dito embaixador não poderá escrever porque terá partido o correo quando se fizer esta diligencia e assy vossa mercê faça logo cá a sua.

Ao correo mandei hum envoltório que vai para Madame Real de Saboya se for a mão de vossa mercê saiba que he da senhora Infanta que o mandou e qui esta manha parhei[sic] no correo. Deos guarde a vossa mercê muitos annos.

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 232

Madrid, 1684, 11 de Novembro – Consulta do conselho de Estado com carta do Duque de Uzeda e papéis que se enviaram sobre a controvérsia na fronteira entre galegos e portugueses tocante à pesca do Minho.

AHN, *Estado*, leg, 1752, 6 fols.

Condestable de Castilla

Marques de Assonga

Almirante de Castilla

Don Pedro de Aragon

Marques de los Balbases

Señor

En despacho de 30 de Agosto passado se imbio al duque de Uzeda copia de la queza que aqui dio el ministro de Portugal contra el Abad de Caldelas en Galicia por estorbar al monasterio del San Fins de Portugal el perçivir los dizemos de la pesca que se haçe en la Isla de Verdoejo que a yen el Miño para enformarse del derecho que pretende tener el Monasterio de San Fins en Portugal y del titulo por donde el Abad de Caldelas en el reyno de Galiçia se le quixee embarazar, ordenandole que sino havia incombeniente se dieze satisgacçion a Monasterio a que satisfaçe en la carta adjunta para Vuestra Magestad de 1.º del pasado que luego que recibió esta orden /fol. 1v/ despacho al conde de Almarante a la averiguación desta materia (que imbia original) y es la adjunta que de 16 testigos de mayor excepción asi de la jurisdiccion de Caldelas como fuera della la mayor parte de llos depone de vista y experiencia y la otra de oydas que antes de la guerra Gallegos y portugueses pescaban promisivamnete en una Isla que hace el Miño llamada de Verdoejo y los diezmos pagavan a los curas de que feligreses aunque uno y otro por ocho pretendían cobrar del todos quando la correinte del rio inclunava las redes açia su jurisdicçion que en tiempo de guerra no pescaban los portugueses por estar guardada la Isla con tropas de Vuestra Magestad, que desde la Paz pescan y pagan cada uno /fol. 2/ a su parocho como antes que habrá ocho ó nueve años que se suscitaron disputas y dellas resultaron muertes que después a ca nadie depone que el Abad de Caldelas haya executado violencia alguna antes bien el

superior de San Fins viño a la Isla con gente y armas amenazando al Abad sin cobrase los diezmos a que el Abad le respondió que cobrava lo que tocaba y que no era de la profesión de los dos lo demás y que desde luego se comprometería a qualqueier ajuste y por entonces se convinieron y el Abad siguro pleito en Portugal que el gobernador de Valencia avia escrito al de Tuy en 18 de Agosto en suposición de que la Isla era de la corona de Portugal y los diezmos del Monasterio de San Fins a que el Governo de Tuy /fol. 2v/ le satisfizo con que el Abad de Caldelas no se apartava jamás de que se viese y terminarse el negocio amigablemente por los mismos ministros portugueses además que la Isla ya era continente con el territorio de Galicia por haverse hechado todo el rio entre la isla y Portugal y que con todo si guitare el gobernador de Valencia irrian los dos a reconocerlo todo por vista de ojos y ajustar esta materia de que el gobernador de Valencia se escuso por no tener orden.

Y el duque de Uzeda después de confirmar que la Isla ya no lo es por estar contigua al continente de Galicia y que la propiedad desta Isla es de un veçino y Rexider de Tuy y que los diezmos de lo que en ella se siembra se pagan al Abad de Caldelas y que /fol. 3/ por la misma razón pretende los de la pesca, passa a discurrir que el Abad de San Fins no tiene otro derecho que el de la posesión antigua sin atender a que ha mudado naturaleza por haverla el rio enteramente agregado a Galicia y que por la misma causa possen al presente la mayor parte de la vega del oro me dia legua mas abaxo la qual 15 años ha era sin disputa de Galicia y el mismo rio la ha pasado a Portugal: con que juzga que no tiene el monasterio ni los portugueses razón.

Y añade el Duque que si se reputase la Isla por de Portugal como pretende y sipone el gobernador de valencia podrían haçer en ella portugueses alguna fortificación que seria de gran perjuicio a Galicia /fol. 3v/ hallandose unida la isla con ella, y abriendo la puesta a grande incovenientes quando siempre el miño fue por aquella parte el que divide a Galicia de Portugal y concluye no haver hallado judicial ni extrajudicialmente culpa ó exceso en el Abad de Caldelas antes si poca razón en los portugueses y que las infracciones y atropellos que cada dia comenten, piden se dé providencia.

El consexo con atención a todo lo referido pasó a votar en la forma siguiente:

El condestable parece que según el informe del Duque parece tiene mas consideración el negocio de lo que se pensó en su principio, que no sabe si en la paz que se hizo con Portugal se pasó a demarcar los confines; que si esto hubiera precedido, se escusaran e tal /fol. 4/ disputas que en el tiempo que el condestable

governó aquel Reyno esta Isla de Verdoejo la dividia el rio, hechando el un brazo mas principal por la parte de Portugal y el otra por la de Galicia pero no tan caudaloso y se podía esguazar y por eso tudo siempre centinelas en ellas todo el tiempo que duró la guerra sin hacer estimación della para otra cisa que esta Isla tendrá de largo menos de medio quaxos de legua y de ancho menos de un tiro de mosquete. Que la Vega del oro de que se haçe mençion en estos papeles toda estaba contingua a Galicia en su tiempo, que oy pareze que habiendo mudado su corrente el rio se halla mucha parte della de Portugal materia que cada dia duze de daño de unos y provecho de otros /fol. 4v/ con que entiende el condestable que fuera lo mexor si este negocio se pudiera quedar assi, procurando el duque de Uzeda moderar al Abad de Caldelas a que no hiçiese instancias tan viagorosas diciendo al duque juntamente que vea que medio habrá sin que se llegue al estrecho de ponerlo en tela de juicio entendiendo que no sacaremos dello ninguna conveniencia y aunque fuera la razón que Portugueses gozaren de lo que el rio le ha franqueado y que nosotros tuviésemos la mima conveniencia que el rio nos da, haciéndose unido la Isla a Galicia, no obstante sera bueno esto, si no se pudiere conseguir la quietud por otro camino por que si llegasen a declararse y saliesen mal por los instrumentos que podían presentar /fol. 5/ portugueses passarian teniendo esta declaración a su favor a fortificarla dentro de nuestro pays lo que nosotros no tenemos dentro en Portugal, ni conviene que ellos lo tengan en Galicia.

Que al o bispo se envie razón de todo lo que ha pasado para su intelixencia advirtiéndole que no pase oficio sino le hablaren en la materia aunque por la carta del gobernador de Valencia de Miño pareze que se le dio la quexa desto en Lixboa.

Que por ahora no se responda este enviado sobre la quexa que dio y que si apretare se le diga que se espera la noticia del governador de Galicia.

Con el condestable van el marques de Astorga, Don Pedro de Aragon y el marques de los Balbases.

El Almirante dixo que este negocio está entre dos eclesiásticos que /fol. 5v/ son Padres de la compañía y el Abad de Caldelas sobre materia de interés en que no dispensan los eclesiásticos con Galicia que si pudiera ser lo que por los votos antecedentes de propone seria muy conveniente pero que dudando lo jurga el Almirante que las copias destos despachos que se han de remitir al o bispo de Avila para informarle sea con la facultad de que según el estado que reconoçierre en aquel gobierno pueda óponer a sus pretenetones la razón que asiste a Vuestra Magestad y

que quando el enviado de Portugal vuelva a haçer instancia se le podrá responder con estos mismos materiales que portugueses están en posesión de la Vega del oro por el extravio del rio y pretenden que este extravio en la di Verdoejo no nos sea útil, con que si se reduce a justificación esta materia no pareze que habrá muchas disputas pero que si portugueses se negaren a ella /fol. 6/ según escribe el duque de Uzeda deste sitio y sue consecuencias será negocio que nos dé que haçer y que al Duque se escriba como parece al Condestable, advirtindole queeste comberio no sea en perjuico del servicio de Vuestra Magestad y que no resuelva nada sin dar quenta.

Vuestra Magestad mandará lo que fuere servido.

Madrid, a 11 de Noviembre de 1684.

Doc. 233

Lisboa, 1684, 12 de Dezembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira sobre as várias cartas do duque de Alva relativamente ao problema da mudança de marcos e sobre os tratados de trégua entre França e Castela onde este último utiliza o escudo com as armas de Portugal.

BA, 54-XIII-18, n.º138, 1 fol.

Vio Sua Magestade a carta de vossa mercê de 30 de Novembro e as cartas do duque de Alva em que representa o que toca aos prezos que diz se forão tirar em terra de Castella e de hũ corregedor que foi alterar os marcos para mostrar que se prenderão em terra de Portugal, e como o duque diz na carta o que El Rey nosso senhor tem mandado nesta materia e o agradeçe não tenho que dizer a vossa mercê nella porquanto o que Sua Magestade deseja he conservar a boa correspondência entre ambas as coroas e que senão faça couza de que possa originar-se queixa de huma e outra parte.

Quanto a outra carta do duque de Alva em que dá conta a vossa mercê da tregoa ajustada entre Castella e França diz vossa mercê que o mesmo duque de Alva lhe mandou os tratados remete e entende Sua Magestade que vossa mercê os não vio porque repararia logo no escudo das armas que elles trazem em que vem incluído o de Portugal e havendo sido o mesmo duque com quem vossa mercê tratou esta materia tantas vezes e o que certificou a vossa mercê se mandava emendar este erro, não deixa de fazer-se reparo de que elle agora mande a vossa mercê o papel com o mesmo erro. E ordena Sua Magestade que este papel o torne a mandar a vossa mercê se veja e o

duque de Alva e lho leve e lhe diga que vossa mercê não vio este papel quando /fol. 1v/ elle lho mandou e que querendo-o emmendar ou Haira incapaz de o mandar e incoerente ao que elle Duque lhe havia tantas vezes dito que El Rey Catholico mandava emendar e que vossa mercê inste nesta materia como de sy o [?]ssy como nas outras vezes porquanro já parece que nella não há lugar de desculpa.

O sucesso dos navios franceses foi terribel e bem se pode temer delle o que vossa mercê considera.

Acerca de Dom João de Ataíde escrevi já a vossa mercê o que Sua Magestade ordenava se elle se achar ainda nessa corte queira vossa mercê dizer-lhe que eu lhe não escrevo pela incerteza da sua assistensia e que todas as suas cartas que recebi fiz presente a Sua Magestade e se dá por muito satisfeito de como tem obrado ate agora.

Não se offerece outra couza. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, 12 de Dezembro de 684.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 234

Lisboa, 1684, 26 de Dezembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícia da audiência que o Bispo de Ávila que falou em quatro negócios: agradeceu a D. Pedro II as ordens para corrigir o erro do corregedor que alterou os marcos na raia de Trás-os-Montes.

BA, 54-XIII-18, n. °140, 2 fols.

Neste correo me acho somente com a carta de vossa mercê que logo fiz presente a Sua Magestade que fica advertido no que vossa mercê obrou na pertença do duque de Arcos que na verdade não tinha caminho, vossa mercê tudo sabe prevenir com todo o acerto.

Na materia do cereco[sic] da moeda a experiencia tem mostrado o muito que tem condido e o grande danno que tem feito a este Reino e o certo he que na raya de Castela se faz a mayor parte destas maldades, este ponto tem muito ver, Sua Magestade por ministros de muita circunspecção desejando dar-lhe prompto e cabal remedio e com talves os remedios tem iguaes inconvenientes os dannos há havido dillação em se lhe aplicar o de que necessita, entendo que se lhe aplicará com toda a brevidade.

O Bispo Embaxador pedio a somana passada audiência e nella falou em quatro cousas a primeira agradeceu da parte de el Rei Catholico a Sua Magestade as ordens que havia passado para que se emendasse o erro daquelle corregedor que alterara os marcos nas rayas de Tras-os-Montes; a segunda foi acerca de huã caravella que tomarão os franceses /fol. 1v/ no Algarve que havião remalcado hũs barqueiros os quaes Sua Magestade mandou prender e quanto a estes prezos reconhecia que erão pobres e não tinham culpa todavia que o capitam pedia restituição dos dannos e que elle lha ouvera dado da sua bolça se elle não ouvese dado parte ao seu Rey de quem esperava a ordem do que devia fazer; a terceira que elle era creatura do senhor conde de Oropesa porque se lograsse o intendo e dezejo do dito senhor conde de que os trinitários descalços tivesse huã fundação nos seus Reinos; a quarta agradeceo a Sua Magestade o haver-lhe dado a honra de que elle passasse officios a favor da jornada do cunhado senhor duque de Cadaval porquanto el Rey Catholico mandava agradecer e louvar. A todas estas quatro cousas respondeo Sua Magestade com todo o agrado e circumspecção de que elle não podia deixar de hir muito satisfeito.

Sua Magestade me ordena que no que toca a será que tomou o melhor quem não fala mais vossa mercê como já se tem avizado.

Dia de Reys que faz annos a senhora Infanta se aliviarão os lutos e ficarão em vestidos curtos com a baeta do direito, golilha ou volta /fol. 2/ sem renda, com declaração que este luto não compreende as famílias, nem os criados. Não se offerece outra cousa de que avizar e a fico ao serviço de vossa mercê que Deos guarde muitos annos. Lixboa, 26 de Dezembro de 684.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

[s.l], [s.d] - Carta Inclusa na do Duque de Uzeda: *Lo que respondio el Abad de Caldelas quando el corregidor de la comarca de Viana le Zito por si teria de decir en que a la pesquería de Verdoejo y esto fue hecho por un Abogado portugués.*

AHN, *Estado*, leg. 1752, 2 fols.

Lo que respondio el Abad de Caldelas quando el corregidor de la comarca de Viana le Zito por si teria de decir en que a la pesquería de Verdoejo y esto fue hecho por un Abogado portugués

Responde o Padre Don Francisco de San Millas de Abbade de São Martinho de Cardelas, Reyno de Galiza, Bispado de Tuy a petição dos religiosos Oadres da companhia: que elle em quanto a materia de propriedade da Insoa se não mete em cousa alguma nem essa he a sua tenção.

Somente lhe pertence ao supplicante responder sobre a propriedade dos dízimos do peixe que se toma na insoa de que se trata que este he o motivo principal dos [?] supplicantes et 1 diz que a insoa está hoje comunicada quasi cõ os limites da sua freguesia donde he parrocho e se lhe pagão os dízimos porque soposto que antiguamente estivesse mais metida no rio hoje pella alvura das enchentes esta toda da parte da Galiza e unida aos limites da Freguesia do suplicado e por este respeito lhe pertencer ao menos os dízimos do peixe que nella pescão seus fregueses e mais pessoas da Galiza quando lhe não pertentenceraí

2.º que esta em posso por si e todos os Abbades que forão da freguesia de São Martinho de arrecadar dízimos do peixe que se toma na Insoa /fol 1v/ da contenda de tempo imemorável a esta parte e nisto não há duvida por cujo respeito se conservou na sua posse e della não pose ser tirado absque causa congnitione.

3. que ainda que os religiosos supplicantes forão ou sejam senhores da Insoa somente ahi podia ter os dízimos reays e prediais mas não os pessoais.

4. que todos os pescadores assim portugueses como de Galiza para efeito de pescar ande andar e trazer a rede os que vem por terra per simado território de Galiza e limites di suplicante e todo o peixe se colhe no território de seus limites e não poe pee em terre da parte de Portugal para ooscarem e nestes territórios não há duvida que ao suplicante pertencem os dízimos do peixe.

5. que na insoa se pastão os gados de Galiza e os galegos a cultivão e quando ainda a propriedade fora dos religiosos suplicantes ao menos o suplicado a metade de todos os dízimos por razão de os cultivarem seus fregueses e assi lho concedem as constituições deste como daquele Reyno

6. e ultimo diz o suplicante que esta materia he de dízimos e o suplicantes está na posse que diz e pertence o conhecimento ao juízo eclesiástico: e quando os religiosos suplicantes querião tiralo da sua posse hade ser obrigado coram suo prelato ut est satis trictum /fol. 2/

7. nem aos suplicantes se lhe deve conceder o poder da guerra que pedem contra o que se trata que he ateria de dízimos e o suplicarão he hũ sacerdote que somente trata da utilidade de suas ovelhas e arrecadação dos seus dízimos.

E o mais que he para nota lhe que pedindo que os religiosos suplicantes se queirão louvar para a decisão da causa dos dízimos em hũ arbitro portugues ou galego o não querem fazer pella pouca justiça que lhe assiste.

El señor mandará que mais justiça lhe perecer que essa esfera o suplicarão.

Doc. 236

Madrid, 1685, 27 de Janeiro – Oficio do Conselho de Estado com uma carta do Duque de Uzeda sobre as diferenças entre o Abade de Caldelas e o mosteiro de S. Fins em Portugal.

AHN, *Estado*, leg. 1752, 5 fols.

Don Pedro de Aragon

Don Vizente Gonzaga

Duque de Albuquerque

Señor

Haviendose ordenado al duque de Uzeda procurase moderar al Abad de Caldelas para que no biçiese instancias que tenia con el Monasterio de San Fins en Portugal par los diezmos de la pesca del Miño en la Isla de Verdoejo y que auriase que pleito fue el que havia segundo el Abad de Caldelas sobre esta materia y en que tiempo y parte como se enunziava en la averiguazion hecha por el Conde de Amarante sobre ella, satisfaze el Duque en la carta adjunta de 24 de Diziembro que habiendo llamado el Abad /fol. 1v/ le há informado que el nunca há hecho instancias con vehemencia antes procurado por todos los medios de blanduxa y concordia que se

terminasen amigablemente estas diferencias si havia duda y sino que corxiese como hasta aquí cobrando cada uno los dizmos de sus feligreses a que no havia querido asentir el superior de San Fins cuyo natural poco conforme a su estado le inçito a mover esta novedad el año de 82 que ento en aquel exercizio y a querer llevarlo todo por vua de las armas, como lo executo el pasado y endo personalmente con algunas criadas con armas de fuego a hazer /fol. 2/ que se le pagase indiferentemente el diezmo aunque no lo consiguió en medio de no haverse opuesto el Abad a aquel aparato ni reparará en çeder este direiro (si se le mandare) aunque poseído de sus antezores de tiempo inmemorial pero que pareziendole al Duque que no era tampoco razón que esta tolerancia diese ocasión a portugueses para mayores pretensiones le previno procurase cobrar por medios suaves lo que le tocase pero que si el subprior quisiese resistirlo con la fuerza como havia dado a endender acudiese al conde de Amarante quien estaría advertido el suque /fol. 2v/ para pasar en este casso allá y procurar con el governador de Valenzia atraxar tan periçiosas atentados y que estas diferencias se ajusten amigablemente como lo há insinuado el ministro de Portugal en esta corte, mayormente quando lo que intenta el religioso portugués es contra lo executado por sus antezores hasta el año referido y es de sentir el duque que Vuestra Magestad mande tomar resolución conveniente en la materia por que siempre la considera sujera a embaraços. Que enquanto al pleito dize el Abad que el año pasado le llevaron /fol. 3/ de parte del corregidor de Viana una carta en que se le prevenia teria orden de su Principe para averiguar sobre una petición de que le imbió cópia (dada por el monasterio de San Fins a que respondió el Abad y remite el Duque copia de uno y otro) poniendo las razones y posesión que le asistían y gra[.]vo noticia eztrajudizial de que con el informe del corregdior se havia declarado a su favor pero que haciendo nuevos esfuerzos el Monasterio de San Fins resolvió el Principe de Portugal se impidiese al Gallego la pesca y se havia /fol. 3v/ dado despacho para ello del qual hasta ahora no ha visto el efecto pues el embaraço nuevamente sucedido fue con los criados del suprior no con ministros de justizia ni de guerra.

El consejo representa a Vuestra Magestad tine consultado en la materia y egun la resolución de Vuestra Magestad se escrivio al o bispo de Avila que respondió no tenia noticia de nada de esto y que estaría a la irar que este imbiado según la instancia que hizo tan poco apreziava mucho /fol. 4/ esta materia que al Duque se apruebe lo que dize ha obrado y este con cuidado y que si huviere novedad lo [.] asi a Vuestra Magestad como al o Bispo de Avila y que al o Bispo se imbie copia de estos papeles

para que según ellos y conforme viene lo que en esto se obra haga la representazion que jugare conveniente estando con cuidado de no promover mas instancias respecto de lo que há escrito anteriormente y que de avizo de lo que huviere y haga lo mismo /fol. 4v/ al bispo de Uzeda para que este en cuenta de lo que pueda suceder.

El príncipe Gonzaga vá con el consejo de que se remita copia de estos papeles al o bispo de Avila y se le encargue que esta materia como eclesiástica el Rey de Portugal venga en que la determinen ministros eclesiásticos a quien toca que no es cierto lo que el o Bispo aviso aquí de que no avia noticia alla pues la orden del Principe de que se le imbia copia lo manifesta /fol. 5/ y asi que este con cuidado por si alla se pasa a dar ordenes secretas para obrar con la fuerza y al duque de Uzeda se le prevenga de mas de lo que viene votado que si llegare el casso de obrar portugueses con la fuerza el Abad de Caldelas ne se defienda contra ellas sino con protestas jurídicas encargándole que no exceda porque Vuestra Magestad tomara la resolución que convenga. Madrid, 27 de Henero de 1685

Doc. 237

Lisboa, 1685, 24 de Julho – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com notícias da melhora de D. Pedro II; sobre a situação na Europa e as vantagens de se fazer uma paz ou trégua com o Turco; ainda sobre a dilatação de resolução dos negócios em Castela.

BA, 54-XIII-18, n.º150, 1 fol.

Logo fiz presentes a Sua Magestade as cartas de vossa mercê de 12 de Julho e he muito digno de reparo que tomasse tanto corpo a sospeita de que vossa merce deu notica no correo passado e neste ajustamento está toda a corte na expectação de ser em que parão todas essas diligencias de que não pode deixar huã grande confusão.

Sua Magestade, que Deos guarde, ainda não está totalmente livre do seu achaque dos olhos porque não obstante que tem muita melhora ainda não da audiência nem firmão despachos mas esperamos o possa fazer mui brevemente porque agora mais he cautela que achaque. A senhora Infanta passa com saude.

Qualquer boa nova de Ungria he de muita consolação e o será se os catholicos tomarem a Níguzel conto tambem será mui sensível para a christandade se se fizer paz ou tregoa com o turco que sempre se aproceita da desunião.

Não me maravilho de que te agora não baixasse a resolução de que os tribunaes mandassem tirar as nossas armas, nem de que ajunta do tabaco faça tao pouco cazo das d[iligencia]s que se lhe mandão acerca do negocio de Pedro da Costa porque esse estilo uzão há muito tempo comnosco e bem pudéramos nos aliviado fazendo o mesmo mas aqui fazemos sempre o que pedem e que re[?]em os castelhanos e ahi se não atende /fol. 1v/ a couza alguã do que se propõem vossa mercê faz tudo quanro pode e nisso satisfaz cabalmente a sua obrigação. O mapa dos tratamentos dos príncipes do norte [chegarã] Sua Magestade e aqui não há novidade de que fazer avizo a vossa mercê avizo serviço estou sempre muito certo. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, 24 de Julho de 1685.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Doc. 238

Lisboa, 1685, 14 de Agosto – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira autorizando este último a começar a fazer as suas visitas de despedida.

BA, 54-XIII-18, n.º [151], 1 fol.

Recebo a carta de vossa mercê de 2 de Agosto que logo mandei a Sua Magestade porque os meus achaques me impedem o hir ao Paço com que Sua Magestade fica entendido de tudo o que vossa mercê refere nella.

Os sucessos dessa coroa por si mesmo se manifestão o Estado em que de prezente ella se deve achar são fatalidades que sucedem as monarchias e nessa há muito tempo que se experimentão muitas.

Tornei a falar a Sua Magestade aserca da [?] possa se vossa mercê despedir, he Sua Magestade servido que vossa mercê possa fazer as vezitas particulares de despedida na forma do estillo que ouver nessa corte para vossa mercê ficar desobrigado de essas funções menos as dos conselheiros de estado que essas não fará vossa mercê senão no tempo oportuno despois de hir daqui a ordem e carta para el Rey de despedida mas tudo isto há de ser na forma do estilo que se uza nessa corte em semelhantes ocasiões.

Nesta não há de prezente novidade Sua Magestade ainda se acha alguã couza molestado da fluxão de que não está de todo livre, mas com muita melhoria e a senhora Infanta com mui perfeita saude.

Sahirão dous navios a correr a costa de que foi por cabo Tristão de [?] e esta somana fizeram aqui festas de fogosos In[?]oz /fol. 1v/ pelas noticias que tiveram que não de have remprezo ao Duque de Monmon em Inglaterra e ao Conde de Argil em Escocia com que as matérias daquele Reino parece que correm felizmente.

O enviado do Ingles que vai para essa corte ainda não partio daqui. O Nuncio diz que parte ate o primeiro de Setembro, o embaxador novo de França aunda não he chegado. Eu fico ao serviço de vossa mercê como pede a minha obrigação. Deos guarde a vossa mercê muitos annos. Lixboa, 14 de Agoto de 1685.

O Bispo Frei Manoel Pereira

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Doc. 239

Lisboa, 1685, 18 de Setembro – Despacho do secretário de Estado para Mendo de Foios Pereira com a notícia que D. Pedro continuava com o seu achaque nos olhos; da vitória contra os Turcos; com ordens para que Mendo de Foios Pereira não se despedisse sem que José de Faria já se encontrasse em Espanha para que o pudesse informar e dirigir.

BA, 54-XIII-18, n.º 155, 1 fol.

A carta de vossa mercê de 6 do corrente fiz logo presente a Sua Magestade que ainda se acha com a sua queixa da fluxão de olhos mal tratado quererá nosso senhor dar-lhe a perfeita melhora de que necessitamos.

A noticia da victoria contra os turcos veio tambem hoje por via de Inglaterra em hũ navio que chegou esta noute escaeressenta haver seja rendido a praça de Neusel e se destas noticias muito para estimar assy pelo bem da christandade como pelas consequências que dellas podem resultar ao socego de toda Europa.

As mais noticias que vossa mercê dá na certa ficção entendidas de Sua Magestade e o que vossa mercê diz deste embaxador de França ate gora não tivemos lugar de experiementar o tempo nos hirá insinar do qual he o seu trato.

Com estas remeto a vossa mercê hum macete para Joseph de Faria que vossa mercê lhe entregara tanto que elle ahi chegar e tambem remeto a carta de Sua Magestade para el Rey Catholico para em se despedir com outra de Sua Magestade em que diz a vossa mercê o como se há-de haver com Joseph de Faria os papeis que lhe há-de deixar e as noticias de que o há-de instruir e ordena Sua Magestade que

vossa mercê não faça a sua despedida ate não saber que Joseph de Faria não tenha entrado em Hespanha de que elle avizará a vossa mercê e então disponha vossa mercê o despedir-se e espere a Joseph de Faria para o effeito de o informar, de o derigir e dizer-lhe tudo o que for necessario para a continuação da sua assistencia nessa Corte.

/fol.1 v/

Fica Sua Magestade advertido do que se pratica em Castela com a roupa dos ministros estrangeiros que saem e entrao de novo e a noticia de que se [?] de se inclina a nova criação de cardeges e não temos ainda pelas cartas de Roma, todavia se assy for quererá Deos se atenda as razões que este Reino tem para ter tambem essa honra.

Aqui não há novidade de consideração a senhora Infanta passa com mui boa saude e eu fico ao serviço de vossa mercê que Deos guarde muitos annos. Lixboa, 18 de Setembro de 1685.

O Bispo Frei Manoel Periera

Senhor Mendo de Foyos Pereira